



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Cleisemery Campos da Costa

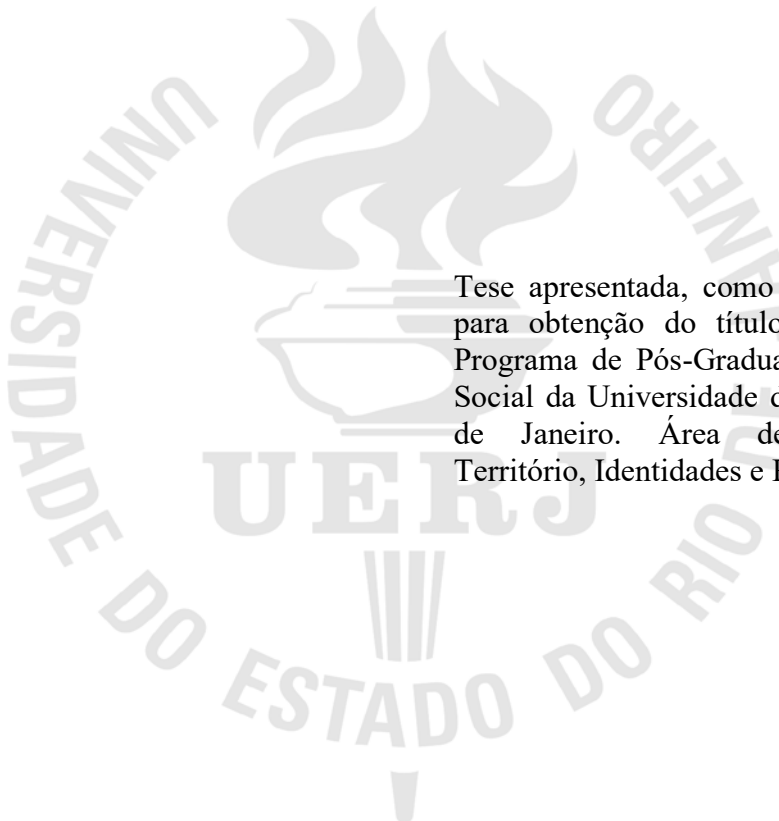
A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social: O caso de São Gonçalo-RJ, entre 2004 e 2014

São Gonçalo

2024

Cleisemery Campos da Costa

**A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social:
O caso de São Gonçalo-RJ, entre 2004 e 2014**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidades e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Coorientadora: Prof^a. Dra. Lia Calabre

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

C837 TESE	Costa, Cleisemery Campos da. A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social: O caso de São Gonçalo-RJ, entre 2004 e 2014 / Cleisemery Campos da Costa. – 2024. 353f.: il. Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Coorientadora: Profª. Dra. Lia Calabre. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 1. Cultura – história – Teses. 2. Política cultural – Teses. 3. Participação social – Teses. 4. Movimentos sociais – Teses. I. Fernandes, Rui Aniceto Nascimento. II. Calabre, Lia. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. IV. Título. CRB/7 – 4994 CDU 008(091)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Cleisemery Campos da Costa

**A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social:
O caso de São Gonçalo-RJ, entre 2004 e 2014**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidades e Representações.

Aprovada em 01 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Lia Calabre (Coorientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. Maria Tereza Goudard Tavares
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Martha Campos Abreu
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Clarissa Alexandra Semensato
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. Deborah Rebello
Universidade Federal do Paraná

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Para o futuro que pode ser bem melhor para meus sobrinhos netos – Benjamin, Isaque e Augusto e para os meus sobrinhos - Arthur, Mariana, Marina, Israel, Samuel, Renan e Davi.

Para meu sobrinho amado – Lucas Vieira, o Pazô (*in memoriam*).

Sem a sua preciosa fala de incentivo em 2018, seu gosto pela vida que me impulsiona a honrar a oportunidade de estar aqui, viva, e sua amorosa carta-testamento em junho de 2019, não teria de modo algum chegado neste momento. Transcrevo a carta postada no perfil facebook Lucas Pazoline (pelo seu primo Marcel), no final da manhã de 21 de junho de 2019, atendendo ao pedido do Lucas, de dias antes:

"De tanto lutar, acabei perdendo. Normal numa batalha... Sempre haverá um só ganhador. Mas isso não quer dizer que não dei o meu melhor. Posso ter chorado nas horas mais difíceis, momentos em que eu estava frustrado, estressado. Mas não desisti. Lutei o meu combate, usei o machado, gritei na cara do meu inimigo!! Mas não venci. Não acho que isso faça com que eu tenha sido fraco, pelo contrário... Suportei as maiores e mais fortes dores! Talvez eu tenha sido um herói. Aquele que chega e faz a diferença... Sei que ajudei muitos guerreiros que batalharam ao meu lado. Mas até os maiores heróis da história pereceram... Quero, outra vez em tantas, agradecer a todos aqueles que estiveram ao meu lado... Aqueles que não se cansaram de orar, de rezar, de pedir ao seu Deus por minha recuperação, de se doar (literalmente)... Deus abençoe imensamente a sua vida!

O que eu aprendi nesse período internado é que somos totalmente dependentes uns dos outros, e que nossas vidas não funcionam sem termos amor ao nosso próximo. Que somos minúsculos diante de qualquer enfermidade e sobre a força da natureza. E que devemos dar valor as coisas simples da vida. Que a felicidade é uma questão de escolha. E que sua família, aquelas pessoas que correram juntos com você (isso inclui os amigos de verdade) nos momentos mais difíceis, são o seu maior tesouro.

Obrigado mãe e pai, por nunca terem desistido de mim. Amo vocês! Obrigado aos meus 5 irmãos lindos, sempre torcendo muito. Amo muito vocês!

Obrigado tia Cleise e Mariângela, por terem sido uma segunda mãe. Amo vocês.

Obrigado aos meus primos Marcel e Suellen, foram mais que irmãos. Amo vocês! Obrigado minhas tias Nea e Cléa e ao meu padrasto Álvaro, sempre ao lado da minha mãe ajudando e torcendo pro melhor. Amo vocês! Um abraço especial pros dinos, meus amigos, vocês são fodas! Amo vocês! Outro abraço pra todos os meus companheiros de batalha, que ainda estão combatendo o bom combate, em especial para uma menina linda chamada Day Silva. Beijo, minha linda! Não perca a fê! Eu sempre gostei muito de jogar, principalmente jogos online...

Já fui Glóin, Shavlauvisk, Pazoline, Pazô, Camille Lemos (dagger encapetada kk) ... Fiz grandes amizades, algumas perpetuaram por mais de 13 anos... Valeu pela diversão, galera! Termina a minha história e faz-se cumprir o ato sublime da vida... O que nos faz ser finito (e graças a Deus por isso). Mas segue o meu legado, tudo que eu fui e fiz. As amizades que criei e os laços que firmei. Um beijão em todos vocês. Adeus..." Pazô

AGRADECIMENTOS

Atravessar os quatro anos de doutorado com uma pandemia mundial no meio, é motivo de muitos agradecimentos. Agradeço a dádiva de estar viva após contrair, por duas vezes, o vírus COVID-19, acompanhando esse tempo tão adverso de perdas e perdas.

Agradeço as falas afetuosas de apoio da Mamãe e Papai, a cada dia, em especial nos recentes dois anos, sempre presentes, atenciosos e carinhosos.

Agradeço ao meu Orientador Prof. Dr. Rui Aniceto, por toda sua paciência, pelas intervenções oportunas, seguras e determinantes, fundamentais nos muitos ajustes da pesquisa elaborada em pedaços, feito uma colcha de retalhos. Agradecimentos para a Coorientadora Lia Calabre, pelas trocas, ajuda, esclarecimentos e cumplicidade.

Agradecimentos para a Profa. Dra. Ana Lúcia Pardo e para o Prof. Dr. Gelson Rozentino pelas ponderações fundamentais que me apontaram novo rumo após o exame de qualificação. Pela generosa participação na Banca de Defesa, agradeço aos Professores Doutores Maria Tereza Goudard, Clarissa Semensato, Deborah Rebello, Martha Abreu, Cascia Frade e Luiz Augusto Rodrigues.

Agradeço aos Professores da área de concentração “Território, Identidades e Representações” do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores - UERJ, pelo tanto que possibilitaram para meu aprimoramento no doutoramento. Agradecimentos aos meus colegas de turma, jovens e cheios de disposição que me situaram um pouco mais neste mundo digital pós contemporâneo.

Ao Primo Rômulo e a Prima Silvia Rogéria, agradeço o auxílio no abstract.

Agradeço carinhosamente a Marilyn Pires pela sua fundamental colaboração no acesso aos variados documentos e pela sua atenção generosa nas trocas de mensagens.

A Flavio Aniceto, companheiro de muitas jornadas, agradeço as trocas e reflexões de muitos anos que alimentaram um tanto mais a escrita desse trabalho.

Agradeço os ensinamentos e oportunidades proporcionados por Valdir Porto, Maria Tereza Goudard Tavares, Cascia Frade, Albino Rubim, Adriana Rattes, Eva Doris Rosenthal, Emmanuel Vieira, Cristina Amélia de Carvalho, Enrique Saravia, Rubens Bayardo, Zaqueu Teixeira, Morgana Eneile, Rosely Sardinha, Jo Grassini, Almir Bárbio. Romario Regis e Aparecida de Oliveira.

Pelo percurso dos aprendizados que me proporcionaram, agradeço a escritora Heloneida Studart e o Prof. Helter Barcellos (*in memoriam*), a Mary del Priore (orientadora Mestrado), aos demais pesquisadores do prêmio Rumos Itaú Cultural (2007-2009).

A boa parte dos integrantes do Conselho Estadual de Política Cultural do RJ - CEPC RJ (biênio 2016-2018), pelas trocas e aprendizado em conjunto em um dos mais emblemáticos momentos da história cultural do estado fluminense.

Aos queridos amigos Comculturais – Ana Sobral, Marta Fonseca, Maria Amélia Curvello, Soninha Cardoso, Ivan Cid Jr, Marcelo Basbus e Ricardo Adriano (*in memoriam*) - agradecimentos todos pela convivência compartilhada ao longo de duas décadas, pelas ousadias na busca de melhores tempos nos assuntos das políticas culturais em nossas cidades.

A Rosite Val, terna companheira, agradeço o apoio nos recentes dois anos, o olhar atento na revisão do texto e pela sua alegria vibrante que contribuiu para tornar mais leve o período dessa escrita.

Agradecimentos singelos para Renan Carvalho e Ana Sobral pelo acolhimento silencioso em muitos momentos.

Aos colegas artistas, arte-educadores, animadores culturais, produtores e gestores públicos culturais de São Gonçalo e do Mapa RJ: obrigada.

RESUMO

COSTA, Cleisemery Campos da. *A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social: O caso de São Gonçalo-RJ, entre 2004 e 2014*. 2024. 353f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Análise dos arranjos participativos sociais através dos Conselhos de Cultura para compreensão das possíveis potencialidades de influenciar na construção das políticas culturais operadas no Brasil entre 2004 e 2014, orquestradas pelo Ministério da Cultura. A pesquisa explora o legado das trajetórias de alguns sujeitos sociais, os traços peculiares dos diferentes projetos políticos que influenciaram nos resultados da participação social neste ciclo de mudanças. O estudo do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, com suas marcas e presença de atores sociais na discussão das políticas públicas é um dos referenciais para esse estudo. Criado em janeiro de 2005, o Conselho Municipal de Cultura Gonçalense tende a promover um fortalecimento do projeto democrático participativo da segunda maior cidade do Estado do Rio de Janeiro, quando artistas, trabalhadores de cultura, arte educadores, animadores e produtores culturais experimentam uma nova ferramenta para alcançarem seus objetivos. Neste percurso, a pesquisa apresenta reflexões, questionamentos e alguns elementos que podem colaborar para a compreensão das razões de limitações encontradas na efetivação das políticas culturais na gestão pública municipal gonçalense e no próprio funcionamento do Conselho de Cultura, tecendo um contexto com as políticas culturais implantadas pelo governo fluminense e governo federal, entre projetos políticos antagônicos em meio aos espaços de participação social nos anos iniciais do novo milênio, no raiar do século XXI.

Palavras-chave: história cultural; políticas culturais; cidades; participação social; formação; movimentos sociais; territórios.

ABSTRACT

COSTA, Cleisemery Campos da. *The construction of cultural policies in Brazil, cultural councils, and social participation: The case of São Gonçalo , between 2004 and 2014.* 2024. 353f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

This thesis analyzes social participatory arrangements through the culture councils in an attempt to understand the possible potentiality to influence the construction of cultural policies operated in Brazil between 2004 and 2014, orchestrated by the ministry of culture. Considering that Cultural public policies themselves condition the functioning of the Culture Councils, the research explores the legacies of this trajectory, the peculiar traces of the different political projects that influenced the result of these participatory arrangements in this cycle of changes. The study of one of these participatory spaces, the Municipal Council of Culture of Sao Gonçalo, with its marks and presence of social players in the discussion of public cultural Sao Gonçalo policies is one of the references for this study. Created in January 2005, the Municipal Council of Culture of Sao Gonçalo tends to promote a strengthening of the participatory democratic project of the second largest city in the State of Rio de Janeiro, when artist, cultural educators, entertainers and cultural producers experiment a new tool to achieve your goals. Along this path, this present research presents reflections, questions and some element that can contribute to understanding the reasons for limitations found in the effectivation of cultural policies in municipal public manangement in gonçalense (Sao Gonçalo population) and in the functioning of the Culture Council itself, weaving a context with cultural policies implemented by the fluminense (Rio de Janeiro) government and the federal government, between antagonist political projects in the midst of spaces for social participation in the early years of the new millenium, at the dawn of 21st century.

Keywords: cultural history; cultural; cultural political right; city; social participation; cultural formartion. social movement's; territories.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
	PERCURSO HISTÓRICO DA RELAÇÃO ESTADO E CULTURA NO	
1	BRASIL	16
1.1	Considerações sobre o conceito de cultura	16
1.2	Paradigmas: princípio da participação social nas políticas públicas	22
1.3	Cidadania cultural - Exercício contemporâneo pós 1988	29
1.4	Conselhos de Cultura: pilares de pertencimento em uma história em construção	42
2	SÃO GONÇALO: DIMENSÕES HISTÓRICAS, SOCIAIS E CULTURAIS	79
2.1	Localização e trajetórias	79
2.2	Narrativas e território	113
2.3	Dinâmicas, processos e sujeitos sociais	127
3	POLÍTICAS CULTURAIS NOS ANOS 2000	142
3.1	Governo Lula e a cultura para todos	142
3.2	Estruturação do Sistema Nacional de Cultura	157
4	EM CONSTRUÇÃO: OS SISTEMAS DE CULTURA DO ESTADO FLUMINENSE E DA CIDADE GONÇALENSE	192
4.1	Sobre o Sistema Estadual de Cultura do RJ	192
4.2	Sobre o Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo	237
5	O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO GONÇALO	244
5.1	Processo, tempo e construção	244
5.2	Participação social na construção de políticas culturais e a realidade possível	262
5.3	As articulações locais e as representatividades efetivas	276

CONCLUSÕES	290
REFERÊNCIAS	295
ANEXO – Documentos, Fotos, Matérias e Notas	329

INTRODUÇÃO

Registro inicialmente minha terna satisfação de ter realizado o doutoramento na FFP UERJ, um afetuoso percurso de formação iniciado nesta mesma Faculdade, na década de oitenta, no século passado, no antigo curso de licenciatura curta de Estudos Sociais.

Apresento aqui uma perspectiva de continuidade da pesquisa do Mestrado (2009), de modo mais aprofundado no campo das políticas culturais, na tentativa de escuta de agentes e gestores culturais, reconhecendo-os como participantes na construção de políticas públicas, onde acompanho, nas recentes três décadas, a atuação dos sujeitos sociais, identificando, nesta atuação, uma possível participação social na construção de um processo recente, o da implantação de políticas públicas para cultura.

Percebo esses sujeitos sociais com uma trajetória comum, entre muitos anônimos atuantes na cultura brasileira, no estado do Rio de Janeiro, em especial, na cidade de São Gonçalo, região metropolitana do estado fluminense. Na análise aqui desenvolvida o interesse pelo reconhecimento das diversas vozes que atuam de modo convergente ou divergente, como atores de um processo em construção das políticas públicas de cultura, associando as iniciativas de comunicação cultural, no âmbito da atuação dos conselhos de cultura, com o local e o nacional.

No exercício aqui vivenciado, entre a militância acadêmica, a profissional da área cultural e a brincante do teatro de bonecos, o investimento desta análise materializa o encerramento de um ciclo, no desejo de colaborar para o avançar de novos estudos no campo das políticas públicas voltadas para cultura, na localização de conquistas e permanências que tais políticas tendem a estabelecer para o setor cultural, bem como novas contribuições para a história cultural da cidade gonçalense e do estado fluminense.

Na pesquisa, o esforço pela ampliação das possibilidades de estudos no âmbito das políticas culturais e participação social, a partir da minha própria condição de agente e gestora pública cultural ao analisar temas que permanecem no meu círculo de atuação e de preocupação, começando pela função de gestora pública de cultura na prefeitura de São Gonçalo, como coordenadora de um dos primeiros cem Pontos de Cultura do Brasil (Convênio Ministério da Cultura), na direção na Comissão dos Gestores de Cultura no Estado Fluminense – COMCULTURA RJ, como assessora parlamentar (ALERJ), como pesquisadora no Mestrado com a dissertação “*Gestão cultural e capacitação de gestores de cultura: o caso de São Gonçalo - 1993 a 2005*”, na chefia do Setor de Políticas Culturais da

Secretaria de Estado de Cultura do RJ, e arte-educadora (escritora e atriz bonequeira no Teatro de Bonecos Trio de Três).

Deste período, destaco como importantíssimas para esse investimento as ações que exerci na coordenação no Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - com dez anos de atividades contínuas de 2002 a 2012, em parceria com o Departamento de Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e Ministério da Cultura, e a assessoria no gabinete da Deputada Heloneida Studart (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ), o intercâmbio acadêmico através do prêmio do Instituto Itaú Cultural (Programa Rumos Itaú Cultural Pesquisa Gestão Cultural 2007-2010), as atividades acadêmicas como professora substituta no ensino superior (FFP/UERJ e no POLO Rio das Ostras/UFF), as pesquisas no PROEX/Instituto Federal do Rio de Janeiro (Grupo de Trabalho Diálogos Técnica e Arte - Reflexões e ações para educação Profissional e Tecnológica em Cultura), sob o tripé do ensino, da pesquisa e extensão.

Entre as diversas atribuições das funções exercidas, uma em especial foi decisiva no estímulo para formulação desta pesquisa: A coordenação do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, e o exercício na Presidência do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro, primeiro ano do Biênio 2016/2018.

Nesse percurso destaco o capital social apreendido ao longo dessa trajetória: à rede de relações interpessoais construída com outros sujeitos sociais e seus desdobramentos nos diferentes espaços de arenas, culminando com a presente análise sobre a construção das políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social: O caso do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo-RJ, entre os anos de 2004 e 2014.

No tocante a perspectiva sócio-histórica sobre as políticas culturais no Brasil, a pesquisa propõe breve registro do conjunto das políticas culturais nas instâncias federal, estadual e municipal, em uma reflexão acerca do contexto das políticas culturais, contextualizando o cenário da cidade de São Gonçalo, com avanços, recuos, retrocessos e lacunas consideráveis na implantação de políticas culturais nas décadas iniciais do século XXI.

A pesquisa estimula uma tentativa de ampliar a voz de pessoas comuns, as suas histórias, as suas narrativas culturais, as estruturas e versões que se interligam diretamente na formulação de políticas culturais, analisando parte do percurso do Conselho de Cultura de uma cidade brasileira no tocante à sua atuação na efetivação e instalação de políticas públicas e sua representação social e identidades.

Me propus a identificar as potencialidades e tensões quando da atuação de conselhos de cultura ao longo de um período de construção das políticas culturais, considerando a configuração dos limites históricos identificados na História Social contemporânea e a contextualização na retomada dos direitos culturais e a democracia representativa e participativa no Estado brasileiro.

Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento desta tese reuniram um conjunto de ações que me aproximaram, substancialmente, do tema no campo investigado. Iniciei com um detalhado levantamento bibliográfico, desde títulos já produzidos por alguns pesquisadores, com produção já conhecida, como pesquisas acadêmicas (dissertações e teses), que me promoveu uma ampliação de conhecimentos muito enriquecedora.

Identifiquei a carência de mais publicações sobre a história da Cultura gonçalense, e mesmo, a do Estado fluminense, o que justifica a importância desta tese tanto no campo acadêmico, como no campo político. Minhas principais ações empíricas com o campo de investigação se deram por meio de entrevistas semiestruturadas, com sujeitos-chave da política cultural, em destaque, representantes do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo e da gestão pública municipal de cultura da cidade, como também representantes da esfera pública estadual e nacional no campo da cultura.

Também realizei uma ativa busca de dados oficiais, tantos nas plataformas institucionais, acervos variados, análise de fontes bibliográficas e documentos centrais ligados à política pública de cultura no nível municipal, estadual e nacional, onde a História do tempo presente aqui explorada envolveu um processo de pesquisa com levantamento documental específico, considerando acervos privados, história. Em especial, nos capítulos que abordo São Gonçalo, grande parte documental é resultado de arquivos pessoais, tamanha a limitação de documentos oficiais, quer seja pela inexistência ou pela dificuldade de acesso.

No desenvolvimento do trabalho a seguinte distribuição foi atribuída: No primeiro capítulo - Percurso histórico da relação Estado e Cultura no Brasil, onde apresento considerações sobre o conceito de cultura e as relações deste conceito com o novo modelo organizacional das políticas culturais que passam a ser adotadas no Brasil, com o próprio contexto da participação social nas políticas públicas como uma prática de cidadania cultural, exercício contemporâneo pós 1988, com destaque para os Conselhos de Cultura. Na linha percorrida, o conceito de política cultural é entendido dentro de um conjunto de expressões humanas das nossas necessidades simbólicas materiais, imateriais e de nossos desejos. Contornos amplos deste campo de ação que envolve fatos humanos conscientes e inconscientes, na busca do exercício do direito à cultura.

Nesta busca, apresento a estratégica atuação dos conselhos de cultura, que passam a desempenhar papel relevante no acompanhamento de execução qualificada dos Planos de Cultura (nacional, estaduais e municipais), locais de interface entre governo e sociedade, com uma sequência de conflitos e tensões no trato de nova pactuação para construção democrática de políticas públicas de cultura, entre consensos e negativas que apontam para os espaços de disputas pelo poder.

No segundo capítulo – São Gonçalo: Dimensões históricas, sociais e culturais, destaco a cidade gonçalense, sua trajetória, narrativas, dinâmicas e os processos que culminam com a presença e participação de sujeitos sociais na construção da vida cultural da cidade, sua identidade e importância no mapa fluminense e no Brasil.

Apresento um quadro geral do desenvolvimento econômico e social local, parte do cenário vivenciado e a realidade vigente de uma das maiores cidades do estado, que apresenta tímidas ações da administração pública que viabilizem mudanças, onde o hábito assistencialista e de profundo fisiologismo ainda se configura como prática corrente no poder público e poder legislativo. No traçado das políticas públicas, a prática usual de boa parte dos políticos gonçalenses que ocuparam espaços de poder na municipalidade foi marcada pelo populismo, clientelismo e acentuado personalismo, onde a formulação e execução das políticas culturais apresenta um caminho árido, complexo, com notada fragilidade para encaminhamentos mais efetivos e estratégicos.

A tentativa de localizar e registrar nomes de artistas, grupos e instituições como uma iniciativa de estímulo a preservação da cultura local, entre anônimos e mais famosos na identificação das características, particularidades e relevância cultural no reconhecimento da própria identidade da cidade.

No capítulo terceiro - Políticas culturais nos anos 2000, percorro os dois primeiros Governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde a tônica da cultura para todos dialoga com os preceitos do Partido dos Trabalhadores, culminando com uma agenda propositiva de estruturação do Sistema Nacional de Cultura que apresenta um conjunto de políticas públicas inéditas. No recorte das duas décadas iniciais do século XXI percorro parte do novo cenário histórico para as políticas culturais brasileiras, identificando a reorganização da institucionalidade das políticas do setor na instância federal que repercute para os demais entes federados.

Apresento o conjunto de mudanças que estabelece um marco na gestão pública cultural em um curto espaço de tempo, onde inovadoras ações são implementadas, envolvendo a sociedade civil com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC,

como o principal canal de relação dialógica do setor cultural, envolvendo gestores públicos e sociedade civil. Discurso por algumas das principais etapas adotadas pelo Ministério da Cultura, fundamental balizador da linha das políticas culturais para o país, demarcando uma nova linha a ser adotada pelo governo federal, com repercussão em todo território brasileiro.

No quarto capítulo, a abordagem trata da construção do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e da cidade gonçalense, um traço histórico de um processo em construção, onde o estado fluminense passa a se conectar com a política nacional operada pelo Ministério da Cultura, que reverbera para boa parte dos noventa e dois municípios das dez regiões, com destaque para agenda de São Gonçalo, a segunda maior cidade do mapa RJ. Na esfera estadual, detalho neste capítulo a adoção de uma pauta mais específica iniciada no ano de 2008 que culmina com as etapas para a institucionalidade do Sistema Estadual de Cultura (realização de conferências, elaboração do Plano Estadual e eleição de Conselheiros), e sua relação com o percurso estimulado pelo Ministério da Cultura, a partir de 2003.

Na contextualização com São Gonçalo, os encaminhamentos na esfera pública municipal evidenciam a lentidão para instalação das etapas do Sistema Municipal de Cultura SMC, com evidente demora na elaboração e cumprimento do Plano Municipal de Cultura-PMC, como também na morosidade de reconhecimento das instâncias de participação social, como o Conselho de Cultura, como uma das peças integrantes da engrenagem que são os sistemas de cultura, evidenciando um cenário precário quanto as expectativas de ver os direitos culturais do município colocados em prática.

No último capítulo - O Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, a análise aponta as representações deste coletivo, parte do seu processo de instalação e faces do seu funcionamento, em um contraponto com a realidade no início do século XX, onde a participação social nas discussões das políticas culturais era muito incipiente, praticamente ausente. No capítulo cinco, a soma do aspecto histórico-institucional da cultura nos três níveis da federação, onde a equipe da prefeitura gonçalense, de modo geral, desprovida de quadros técnicos capacitados para atuação, é visível o volume de dificuldades no trâmite da pasta, onde está instalado o Conselho Municipal de Cultura.

Ressalto neste capítulo final as interpretações das entrevistas, as observações dos registros fotográficos, documentos e dos depoimentos como uma gama de exploração possível das vozes e comportamentos dos sujeitos sociais que dão forma para as ações de participação social na formulação de políticas culturais em São Gonçalo, buscando compreender mais a cultura local, interagindo com as minhas próprias vivências, que se complementavam.

No foco chave desta análise exploro o grau de participação social na construção de políticas culturais da cidade, onde busco contextualizar a realidade possível fruto das articulações locais e as representatividades efetivas, com a identificação do quanto essa representação, tão como se deu, colaborou para criar formas de articulação entre os artistas, agentes e produtores culturais, arte-educadores e animadores culturais - atores envolvidos no setor cultural, apresentando parte da realidade social e política da própria cidade e as formas para adoção de dinâmicas de participação social nas decisões na esfera pública, contrapondo com o usual de cima para baixo.

Na compreensão da ênfase desta análise, me proponho integrar no ofício de historiadora e pesquisadora, de pessoa memória, uma contribuição para ampliação do repertório historiográfico e bibliográfico sobre o tema das políticas culturais. Para realização da tarefa, sobretudo, a energia do sonho de uma fazedora cultural com os pés na Educação, que insiste em teimar no movimento da engrenagem da vida, pela presença mais espontânea e ampla da cultura na sociedade, projetando melhores tempos para o futuro.

A tese, concebida nos anos iniciais da COVID-19, onde todos vivemos o impacto da pandemia mundial, trata de um resultado muito singular, entre os limites impostos pelo isolamento e o retorno para o “novo normal”, entre tensões, estranhamentos, incertezas e inseguranças. Os desafios que tais condições estabeleceram estão aqui lavrados nas entrelinhas da pesquisa, entre efeitos palpáveis e visíveis e outros em uma dimensão subjetiva sem medidas para mensurar.

No decorrer dos anos seguintes até aqui, março de 2024, foi necessário ainda atravessar outro mar revolto, quando o Brasil é assolado por um governo de extrema direita no Planalto Central, que sim, afeta em parte o tempo de escrita desta tese, tamanho os retrocessos e frustrações vivenciados por uma grande parcela da população, perseguida e atordoada, onde me incluo – pesquisadora, artista, socialista e militante dos direitos humanos. E é neste momento que abraço ainda mais a tese como uma tarefa na defesa da Universidade e da educação pública, e uma firme ação democrática de produção do conhecimento científico.

1 PERCURSO HISTÓRICO DA RELAÇÃO ESTADO E CULTURA NO BRASIL

1.1 Considerações sobre o conceito de cultura

O retrato conceitual de cultura que se apresenta comumente é estampado pelas suas variadas linguagens artístico (literatura, cinema, artes cênicas, artes visuais, música, arte popular) ou ainda, elementos que a compreendem (costumes, religião, crenças, mitos, valores morais e éticos, comportamento, preferências, invenções, ritos, festas). Num campo mais abrangente, todas as maneiras de ser, sentir, pensar e agir da condição coletiva das pessoas.

A cultura é uma das principais características humanas, pois somente o homem tem a capacidade de desenvolver culturas, distinguindo-se de outros seres. Os diversos conceitos de cultura, cento e cinquenta, é o número de significados atribuídos ao termo, segundo Muniz Sodré (2005), podem ser definidos de maneira diferenciada, de acordo com o campo de estudo ou ciência que se apropria do termo: para a Sociologia, cultura terá uma conotação, para a Antropologia, outra.

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, um significado e uma apreciação valorativa. Um relato de viagem, por exemplo, explora tais vetores: relatos culturais e históricos.

O contexto social cultural e político de viagens fazem de cada narrativa uma memória diferenciada, um olhar diferente da e na história, do mesmo lugar. Cultura, com todo o seu arsenal simbólico e imaginário, passou a ser relacionada a uma totalidade histórica antes desprezada: como se formaram os mecanismos de dominação e de exploração entre os homens? Como estes mecanismos (ao nível do cultural) se confrontam, se difundem e se perpetuam? Assim, os símbolos, as imagens, as mentalidades, as práticas culturais, foram consideradas lugares de exercícios de poder, de dominação e de conflitos sociais.

Ainda que este retorno ao histórico cultural traga um sintoma de cansaço por uma história saturada de estruturas, hierarquias, sistemas, subsistemas, modelos, enfim, da “história como um processo sem sujeito”, na referência ao historiador Eric Hobsbawm em *Tempos Interessantes* (1988), tipo o operário da fábrica, a mulher pobre, os vadios, as prostitutas, as feiticeiras, o escravo urbano, os marginais sociais, os perseguidos religiosos e

sexuais, camponeses encalacrados em processos, escritores e artistas obscuros, os massacres étnicos, personagens e fatos de uma história onde a cultura das sociedades, das pessoas, era excluída, por isto mesmo não se deve perder tal memória, refletindo sobre o sentido da história e ainda, associá-la à razão.

Aqui destaco o conceito de Cultura associado às construções culturais, da própria história, das identidades, de uma história cultural. A história, na soma do mundo das pessoas, abrangendo o passado, o presente e o futuro, como síntese entre experiência e expectativa, é Cultura. Dentre os significados de cultura, atendendo à linha que trata esta pesquisa, destaco a cultura no sentido antropológico que atribui à cultura tudo aquilo que foi adquirido pelo homem como membro da sociedade, como sistema de padrões de comportamento, de modos de organização econômica e política, de tecnologias, em permanente adaptação, indo além daquele tradicionalmente associado às artes, ao cinema teatro, abrangendo, além das artes, o comportamento e os valores. Cultura apresenta-se deste modo, com conceito bem mais amplo, como destaca Peter Burke na ampliação do conceito, pontuando seu salto na história, pois até o século XVIII:

“O termo cultura tendia a referir-se apenas a arte, literatura e música, hoje, contudo, antropólogos e historiadores e outros pensadores usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante.” (BURKE, 1992, p.25)

Nas evoluções pelas quais passa o mundo, a cultura, que mantém uma capacidade permanente, quase intacta, passadas aos descendentes como uma memória coletiva, como um elemento social, impossível de se desenvolver individualmente, um bem, um patrimônio coletivo, recebe influências, sendo acrescida de contribuições ou mesmo novos símbolos, mantendo sua base e essência dentro de uma construção histórico-coletiva.

Temas cruciais para a compreensão e construção do mundo atual, onde a cultura, no seu conceito antropológico, integra o conhecimento e seu uso. Diferente do que afirmam alguns pesquisadores, que acreditam no estabelecimento de uma homogeneização da cultura, do sistema de valores, a partir da globalização, para o geógrafo Milton Santos, a importância de estudar os lugares reside na possibilidade de captar seus elementos centrais, suas virtudes locais de modo a compreender suas possibilidades de interação: “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. (SANTOS, 2005, p.52)

É no lugar, num determinado local, que a cultura ganha sua dimensão simbólica e material, combinando matrizes globais, nacionais, regionais e locais. Apresentando novos cenários de uma possível construção coletiva, a filósofa Marilena Chauí enfatiza o fim da ideia de uma cultura única, onde a elite considerava a sua cultura, superior à do povo, achando que o povo não é capaz de produzir cultura. Assim cabe considerar que o plano cultural define e é definido pelo campo econômico-social, onde destaca:

“A elite está no poder, acredita-se, não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o aparelho do Estado, mas porque tem competência para detê-los, isto é, detém o saber, a incidência de uma ou outra política cultural na história da humanidade esteve sempre relacionada a diversos fatores, como a forma de governo e a ideologia defendida pela administração estatal, e assim continua. Ditaduras, governos democráticos, socialistas ou liberais entendem o investimento no setor de forma diferente, e vão estabelecer esta ou aquela linha cultural, para atender sua forma de governo, onde a cultura é “arma” para a construção de comportamentos, ou mesmo, dirigismo.” (CHAUÍ, 1989, p.49)

Um conceito de cultura sob os moldes de prática democrática, além de garantir à população o acesso aos bens culturais por meio de serviços públicos, propõe-se a incentivar a participação de todos na criação e nas esferas de decisões públicas, na perspectiva da garantia de um fazer cultural distanciado dos padrões do clientelismo. Neste cenário, os movimentos populares, e as organizações sociais, participantes que não tem historicamente falando, acesso neste fazer cultural, teriam nova localização, ocupando espaço, conforme destaca Marilena Chauí: “A política de animação cultural deve ser substituída pela ação cultural das comunidades, dos movimentos sociais e populares, com ações voltadas para o local, o descobrir de suas identidades.” (CHAUÍ, 2006, p.72)

A associação de ideias entre Marilena Chauí com o geógrafo Milton Santos, são localizadas no pensamento de ambos quando destacam o fator de desenvolvimento a partir da identidade local, onde as políticas culturais sob linha democrática de ação, reconheçam a existência de múltiplas culturas em uma mesma sociedade, e às diversas manifestações clássicas, eruditas e populares; profissionais e experimentais; consagradas e emergentes estão postas, somando-se ainda a dinâmica inovadora da presença dos movimentos sociais, comunitários, religiosos, étnicos ou de gênero.

Nesta conexão, destaco Nestor Garcia Canclini, antropólogo argentino que conceitua cultura como um processo em constante transformação, diferenciando-se da tradicional visão patrimonialista, adotando uma postura de mobilidade e ação. É de Canclini o conceito de relativismo cultural, onde todas as culturas possuem formas próprias de organização e características que lhes são intrínsecas, que embora possam parecer estranhas,

devem ser respeitadas. Transmitir conhecimentos e desenvolver a sensibilidade que aplique condições sociais para estimular a criatividade coletiva, é parte integrante do conceito de cultura, como enfatizado:

“A democracia sociocultural é, sobretudo, um projeto de movimentos e grupos alternativos, cujo crescimento é um signo forte da renovação na cena política. Esses movimentos têm conseguido mais do que outras organizações, socializar a ideologia democrática, que antes ficava restrita às elites e à classe média, entre as classes populares.” (CANCLINI, 2001, p.42)

Na perspectiva de Canclini, ele apresenta o contemporâneo conceito de cultura que se opõe à categorização de culturas como “superior” ou “inferior”. No relativismo cultural cada grupo social possui uma cultura específica que só pode ser analisada a partir de seus próprios códigos. A defesa de Canclini guarda fundamental conexão com a diversidade cultural brasileira, onde o reconhecimento geral da sociedade, com uma miscigenada população, abre condições do exercício ao direito cultural, às relações democráticas e iniciativas políticas onde a maioria da população, dos agentes culturais e artistas, sempre foram e estiveram excluídos.

Nos estudos do argentino, filósofo de formação nacionalizado mexicano, o relativismo cultural a ser assimilado e compreendido, é cenário ideal para o fazer cultural, para a efetivação do conceito de cultura no seu sentido mais amplo, onde a modernidade não substitui as tradições, mas podem e devem coexistir. “É natural se ocupar tanto dos usos populares quanto do culto, tanto dos meios de comunicação massivos quanto dos processos de recepção e apropriação simbólica. O entrelaçamento desses elementos resulta nas culturas híbridas.” (CANCLINI, 2001, p.57)

Nesta compreensão, a cultura não mais diferencia classes sociais, justamente pela mescla, pelo movimento que essa cultura, híbrida, provoca e promove uma maior circulação de bens simbólicos. Estas possibilidades, segundo o autor, aumentam esse natural processo de hibridação, fazendo surgir novas formas de identidades culturais. Nestor García Canclini em suas obras critica o chamado eurocentrismo daqueles que querem compreender a cultura local a partir dos padrões europeus, considerando-a por isso atrasada e não-civilizada. Ele considerava que o consumo como uma das principais características da cultura contemporânea, e alerta contra a globalização cultural que subordina, discrimina e exclui.

Diante das constantes mudanças da esfera pública, do crescimento descontrolado das cidades que intensificaram as relações, inclusive a diversidade, o autor afirma ter a cultura o papel de mediadora desses contatos, permeados de conflitos, onde vislumbra ser possível um mundo de intensas trocas culturais, cosmopolitas e transnacionais. No foco desta pesquisa,

destaco o desejo de Canclini que vislumbra em seus estudos um “mundo” que valoriza a diversidade dos jovens artistas, dos artesãos do interior, dos povos originários, das pequenas e médias instituições culturais e de novos espaços híbridos da cultura, construindo uma sociedade mais plural e democrática, enfatizando:

“Cabe-nos discutir, apoiando-nos nos dados mais objetivos que pudermos conseguir, se tais recomposições devem ser chamadas de internacionalização, transnacionalização ou globalização. Multiculturalidade, racismo, desigualdade norte-sul, choque de civilizações ou zonas de contato?” (CANCLINI, 2007, p.52)

As ações culturais, enraizadas na comunidade concretizando o fazer cultural, partilhadas através da criação da esfera pública não-estatal, por meio de diálogos interculturais entre Estado, secretarias de governo, conselhos, fóruns deliberativos e organizações sociais estão localizadas no desejo vislumbrado por Canclini, a considerar os arranjos institucionais da Cultura nos tempos recentes. A presença de políticas públicas que tenham como objetivos o fortalecimento da cidadania e a inclusão social surge dessa dimensão que considera que todos os indivíduos, são sujeitos e atores sociais, e, por isso, deveriam ser o foco de atividades e projetos da administração governamental.

Tais constatações e avaliações, como os diferentes conceitos de cultura, são muito recentes no Brasil. Com o passar dos anos e as mudanças econômicas e sociais enfrentadas em alguns países, em especial os latino-americanos, as definições de cultura foram sendo modificadas, reavaliadas. Hoje, estabelecer conceitos de cultura de elite, cultura de massas, cultura do povo, é manter longo debate, considerando a diversidade cultural como referência e mesmo os novos cenários, dando conta de atores sociais protagonistas em vários segmentos da sociedade, atestando a pluralidade cultural. Deste modo, o debate posto atualmente sobre cultura, mantendo alargado seu conceito, começa a ser realidade no Brasil, como diz Isaura Botelho: “Em sua dimensão antropológica corresponde ao que a Unesco já defendia nos anos 70 - a noção de que não pode haver verdadeiro desenvolvimento de um país, de um local, se não for considerada a sua dimensão cultural.” (BOTELHO, 2000, p.119)

A compreensão do conceito de cultura é imprescindível para o conhecimento, compreensão e entendimento do paradoxo que envolve a diversidade humana na atualidade, como enfatizado pelo autor aqui em destaque, se debruçou sobre o tema na pós-modernidade, ampliando o conceito de Cultura para um novo patamar modernizante, onde tudo se produz atualmente tende a ser abarcado pelo processo de globalização, onde tudo se mistura, se entrelaça:

“As práticas culturais são mais que ações, atuações. Representam, simulam as ações sociais, mas só às vezes operam como uma ação. Isso acontece não apenas nas atividades culturais expressamente organizadas e reconhecidas como tais; também os comportamentos ordinários, agrupados ou não em instituições, empregam a ação simulada, a atuação simbólica. Isso não se deve à distância que as crises colocam entre os ideais e os atos, mas à estrutura constitutiva da articulação entre o político e o cultural em qualquer sociedade. Talvez o maior interesse para a política de levar em conta a problemática simbólica não resida na eficácia pontual de certos bens ou mensagens, mas no fato de que os aspectos teatrais e rituais do social tornem á evidente o que há de oblíquo, simulado e distinto em qualquer interação.” (CANCLINI, 2001, p.152)

A concepção ampliada de cultura foi ratificada em 1982, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), no México, promovida pela UNESCO (órgão da ONU dedicado à educação, à ciência e à cultura), durante a qual se discutiu a relação entre cultura e desenvolvimento, esboçando-se de forma pioneira o princípio de uma política cultural baseada no respeito à diversidade cultural. Promovida pela Unesco, o órgão da ONU dedicado à educação, à ciência e à cultura, a convenção rejeitou, por unanimidade, toda e qualquer hierarquia entre culturas, ressaltando o respeito devido a todas, sem discriminação, quando enfatizou que a identidade cultural de um grupo social representa a defesa de suas tradições, de sua história e dos valores morais, espirituais e éticos praticados pelas gerações anteriores, não sendo as práticas culturais presentes ou futuras superiores às passadas.

Não menos importante, a Declaração do México recomendou que as políticas culturais sejam desenvolvidas não apenas pelos governos, mas também pela sociedade civil. O Estado, na sua condição executiva, incentiva, propaga e fomenta a Cultura, os bens simbólicos culturais, cria condições de dar visibilidade aos artistas, aos agentes e produtores culturais, estabelece os canais de participação social, valorizando de modo efetivo a diversidade cultural, considerando:

“As políticas culturais consistem em um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.” (CANCLINI, 2007, p.56)

Política cultural é um termo relativamente recente no cenário cultural brasileiro, que pressupõe procedimentos administrativos e operacionais, mas não se resume a estes, pois trata da gerência de processos no campo da Cultura e da Arte e vai além.

Na linha que percorro nesta pesquisa, o conceito de política cultural está entendido como expressões humanas das nossas necessidades simbólicas materiais, imateriais e de

nossos desejos. Contornos amplos deste campo de ação que envolve fatos humanos conscientes e inconscientes, na busca do exercício do direito à cultura.

“Política Cultural pressupõe a formulação dos planos e dos conceitos que os norteiam, envolvendo concretamente planejadores e usuários, buscando garantir a sustentabilidade das ações por meio de projetos e programas integrados, articulada junto a diferentes instâncias públicas, federal, estadual, municipal, em uma contínua troca com agentes culturais e artistas, técnicos e especialistas, associações comunitárias, ONGs e a população como um todo. A Política Cultural articula o planejamento e a operacionalização de agendas, eventos, ações, projetos e programas de processos no âmbito cultural, compreendendo toda uma operacionalização técnica, financeira, física e humana específica no amplo da arte e da cultura. A mediação entre os diversos agentes, governamentais, não-governamentais e comunitários; empresariais; informais e produtores, projetando perspectivas de ação de curto ao longo prazo norteadas por condicionantes e estratégias estruturais básicas de fomento cultural, de preservação, de resgate e vitalização da cultura e da arte. Pensar na Cultura e em seu papel no desenvolvimento de um país, região, cidade, transformou-se radicalmente nas últimas décadas colocando desafios inéditos e imensos a todos aqueles que, no setor público ou no setor privado, procuram novos caminhos, soluções e funções, tanto para os tradicionais, como para os novos territórios da cultura. A política cultural, neste contexto, assume crucial importância enquanto estratégia mediadora entre criadores artísticos, poderes públicos, públicos e mercado, onde as cidades são os núcleos centrais de todo o acontecer cultural. As cidades são espaços de sociabilidades múltiplas e de intensas relações multiculturais que se espalham e se concentram espacialmente em constelações de bairros, ruas, serviços, e redes diversas de circulação.”¹

Com tais considerações e associações de ideias acerca dos conceitos de cultura, destaco na presente pesquisa a cultura e seus contextos na formulação de políticas de cultura no Brasil, no estado do Rio de Janeiro e para o local primeiro do fazer cultural: cidade, seu espaço social – histórico, e neste espaço, os sujeitos sociais, sua participação social nos processos de formulação das políticas culturais, em especial, na cidade de São Gonçalo.

1.2 Paradigmas: princípio da participação social nas políticas públicas

Assegurando a democracia, o Brasil estabelece na Constituição de 1988 projeção de futuro e escolhas que objetivam direitos a serem garantidos. O primeiro artigo da Constituição diz que a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

¹ Luiz Augusto Rodrigues - Trecho de texto apresentado para o Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em 25 agosto de 2008.

A Constituição Federal de 1988 garantiu a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal - é o chamado controle social. Essa participação tem ocorrido através de variados canais, onde a gestão pública reconhece que a participação social contribui amplamente para a consolidação da Democracia, ao fortalecimento da cidadania e a melhoria do desempenho da própria administração pública nas três instâncias - municipal estadual e federal.

A reforma democrática do Estado Brasileiro, a partir de 1988, apresenta a necessidade de estimular a participação dos diferentes sujeitos, tanto na esfera governamental como nos espaços não-governamentais. Em especial, a ênfase é para participação de cidadãos, fora da esfera governamental, na definição das políticas públicas, através de uma gama de organizações, associações, conselhos, coletivos e fóruns.

Somos seres essencialmente políticos. Na visão filosófica aristotélica, a política é a ciência que tem por objetivo a felicidade humana, composta por princípios éticos, onde a preocupação com a felicidade individual do indivíduo na pólis - na cidade, é também a busca da felicidade coletiva, formada por grupos de pessoas.

Cada grupo com os seus interesses, por vezes divergentes, algumas convergentes, porém sempre atento a uma necessária discussão coletiva, com mediação e harmonização de interesses com vistas ao bem comum. Não é possível pensar no desenvolvimento da cidade, considerando o bem comum que é objeto coletivo, se não pensar na valorização dos bens simbólicos da cidade, na preservação da cultura local, buscando um equilíbrio potencial agregador entre o passado, o presente e a construção de futuro com mais planejamento.

A participação social requer que o indivíduo passe por uma tomada de consciência de seu papel na sociedade e suas responsabilidades, junto a seu grupo. Da mesma forma que o indivíduo é impactado por uma decisão da sociedade, ele também a influencia, gerando uma dinâmica de participação social. A atuação organizada e responsável de grupos, de setores da sociedade na solução de problemas coletivos e na promoção do bem comum, caracteriza por excelência a participação social, justamente quando os sujeitos sociais fazem parte das decisões, nos aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos.

A partir dessa concepção a participação social é considerada um direito fundamental de todos os seres humanos, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, de grande importância, segundo Mata-Machado:

“Ainda é um desafio teórico, ainda em elaboração e consolidação, pois a definição clara de um conceito é importante não só em função de sua comunicabilidade, ou seja, para que interlocutores saibam de que estão falando, mas também de sua

operacionalidade, isto é, para que possa ser colocado em prática.” (MATA-MACHADO, 2010, p.156)

Os movimentos sociais, de acordo com Gohn (2003) são redes de articulações que se estabelecem na prática cotidiana visando indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural de um determinado território, quer seja de uma cidade ou país. Por meio desses movimentos a população tem buscado participar das políticas públicas e contribuir para a descentralização do poder e a transparência das decisões, idealizando uma distribuição mais igualitária de oportunidades, com mais organicidade a partir dos anos noventa, no final do século XX.

Muitas foram às conquistas sociais e políticas no Brasil motivadas por essas articulações da população, pelos movimentos que reivindicaram melhorias na qualidade de vida e questionaram as políticas de distribuição de investimentos públicos e a falta de transparência nesses processos, ações essas desencorajadas pelo regime de governos centralizadores que por décadas vigorou no país.

O enfraquecimento da democracia por parte das ações repressoras dos governos autoritários, não se deu sem a resistência e o enfrentamento de movimentos sociais. As perseguições durante o regime militar, por exemplo, serviram para atestar a necessidade crescente de articulação social em prol da fiscalização e reivindicação por políticas sociais mais justas e igualitárias.

No final dos anos 1980, com o fim do regime militar, a instituição de eleições diretas para todos os níveis de governo e a descentralização fiscal amparada pela nova Constituição, foi o grande divisor de águas no tocante a um novo processo de garantias de participação social.

A redefinição de competências e atribuições da gestão das políticas públicas, sob um modelo bem distinto adotado no período do regime militar, passa a disponibilizar novas alternativas de espaço e canais de comunicação com a sociedade, abrindo uma nova perspectiva de colaboração direta com o Estado na construção das políticas públicas.

Um modelo de gestão pública onde o próprio Estado passa a estimular o envolvimento dos sujeitos sociais, promovendo uma reeducação política ao convidar a população a construir políticas públicas. Uma movimentação nova que proporcionar efetivas mudanças da cultura política do país.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 proporcionou mudanças à sociedade brasileira, dentre as quais se destaca a concretização da antiga reivindicação popular por uma maior

participação da sociedade nos processos de tomadas de decisão e gestão das políticas públicas.

A Carta Magna regulamenta novas regras de participação democrática indireta, abrindo espaço para novas formas de inserção da sociedade na gestão das políticas públicas de forma direta, como, por exemplo, a legitimação da construção de orçamentos participativos e a criação dos conselhos gestores de políticas públicas.

“O modelo desses conselhos foi inspirado na estrutura dos vários conselhos populares, que desde a década de 70 lutavam pela melhoria da infraestrutura e serviços urbanos e por melhores condições de vida, mas que tinham caráter apenas consultivo e não deliberativo. Diferentemente, os conselhos gestores instituídos a partir da Constituição Federal de 88 possuem caráter deliberativo, e passaram a possibilitar uma maior atuação da sociedade civil na elaboração e acompanhamento das políticas públicas.” (GOHN, 2003, p.05)

A implementação desses conselhos, em um formato novo, garantindo a presença de representantes da sociedade civil, favorece a introdução de controles sociais na gestão pública e passam a servir de estímulo ao protagonismo das organizações civis, de coletivos e grupos, forjando uma variada gama de lideranças. Através dos conselhos gestores, representantes da sociedade civil organizada passam a ter acesso a locais onde se discutem e produzem políticas públicas, de modo totalmente inédito.

A dinâmica dos conselhos fortalece a participação social, passando a exigir que os próprios espaços de gestão pública fossem ampliados pela inclusão de novos sujeitos sociais políticos, se adaptando ao novo modelo de discussão.

Além dos conselhos, outros canais foram abertos no país que favorecem a participação social em uma melhor interlocução entre a sociedade e governo, como por exemplo, a realização de conferências temáticas, audiências de consultas públicas, serviços de ouvidorias, sítios da internet que abrem o “fale conosco”. Essas novas ferramentas dinamizam o acesso da população no diálogo com o governo, onde é possível registrar opiniões, sugestões, fazer críticas e cobranças sobre a gestão pública.

O Brasil passa a viver a radicalização da democracia com uma nova condição participativa, quando se é priorizado o amplo acesso às estruturas estatais. Ao permitir o crescimento das demandas sociais por políticas públicas, abre-se a possibilidade de uma função fiscalizadora pela sociedade civil, que passar a acompanhar o processo de formulação e execução das políticas.

Desde o início dos anos 1990, no bojo do processo de redemocratização brasileira, a participação social vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais,

declarado e repetido em foros municipais, regionais, nacionais e internacionais, retratando a prática democrática no âmbito local em questão.

Integrar os cidadãos (movimentos livres, grupos organizados, coletivos, fóruns, conselhos, associações, ONGs, OSCIPs e similares) no processo de formulação de políticas públicas foi transformado em modelo da gestão pública local contemporânea.

“A possibilidade de mobilizar redes de relações que ampliam a participação social em diferentes graus de influência, movimenta sujeitos sociais na organização de grupos e coletivos que passam a interagir nas discussões de políticas públicas culturais.” (RIBAS, 2012, p.93)

A participação social, popular, democrática, comunitária, entre os termos utilizados para identificar a prática de inclusão dos indivíduos no processo decisório de algumas políticas públicas, é um marco da Constituição de 1988. Fomentar a participação dos diferentes atores sociais, criando e estimulando uma rede que informe, que acompanhe a elaboração e as avaliações das decisões políticas, é um paradigma no desenvolvimento de cidades, estados e do Brasil, qualificando e inovando as políticas públicas locais, em uma singular movimentação progressista.

No processo de redemocratização do Estado Brasileiro, ocupando notada importância, é crescente o estímulo à participação social, em especial através da instalação de conselhos, com uma nova concepção, atuando como instâncias de acompanhamento e controle público na elaboração das políticas públicas. A ação pública local não deve ser pautada somente à ação governamental, mas considerar a prática de ações coletivas onde atores governamentais e não-governamentais participam do processo político, estabelecem, de modo conjunto, avaliações acerca dos assuntos de natureza pública.

Um dos desafios contemporâneos para a gestão pública é a necessidade de democratizar os processos decisórios na formulação de políticas públicas, e na sequência, sua efetivação. Neste cenário, aplica-se a presença dos Conselhos, onde os governos tendem a desempenhar a função de articulação central, de executor da política pública, estimulando as redes de política pública, desempenhando papel específico no tocante ao planejamento institucional e previsibilidade dos recursos orçamentários necessários.

Os conselhos passam a desempenhar papel relevante na participação de elaboração de planos, de fiscalizador no debate das políticas públicas, espaço para expressão de demandas e pactuação de consensos, em inédita situação de interface entre governo e sociedade. A consolidação do regime democrático no Brasil tem na Constituição de 1988 o pilar jurídico

fundamental para sua sedimentação, a partir do conjunto de direitos sociais estabelecidos após o processo de mobilizações sociais e políticas que marcaram os anos 1970 e 1980.

É nesta perspectiva que a participação social passa a promover transparência na deliberação e visibilidade das ações das políticas públicas, democratizando o sistema decisório, onde as atribuições dos Conselheiros permitem maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas. A sociedade, por meio dos Conselhos, passa a permear as ações estatais na defesa e alargamento de direitos do interesse público, onde a aplicação do princípio participativo tende a contribuir na efetivação da legitimidade do governo local.

A partir de 1988, os espaços dos Conselhos seriam antídotos aos problemas da burocratização, do corporativismo, do patrimonialismo e da captura dos espaços públicos por interesses privados no âmbito das políticas sociais. Nesse processo, é visível a ampliação do envolvimento dos atores sociais nos espaços de decisão e implementação das políticas públicas.

A partir da nova Carta constitucional, os conselhos se institucionalizaram em praticamente todo o conjunto de políticas sociais no país, onde localizamos a presença dos Conselhos de Cultura, representando uma nova forma de expressão dos interesses e da representação de demandas do setor cultural junto ao Estado, ampliando as possibilidades de participação e controle social.

Através dos Conselhos de Cultura, os temas relacionados ao setor, mormente restritos a elite, nesta nova composição de relações democráticas, passa a promover a participação e inclusão de novos indivíduos, tradicionalmente excluídos. Tais indivíduos passam a reivindicar tanto o acesso aos bens materiais e recursos, como também anseiam por mudanças, com a discussão de novos códigos e procedimentos de modo a tornar mais próximo e real a prática da cidadania cultural.

No caso dos Conselhos de Cultura, o papel protagonista que tem sido construído pelos sujeitos sociais é resultado da alteração de um roteiro anteriormente estabelecido: Na ausência, omissão e/ou nulidade de políticas públicas implantadas pelo poder executivo, o indivíduo, em composição coletiva, busca assumir um papel protagonista no campo das decisões, em uma clara referência ao Haesbaert:

“A partir da concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço, na indissociação entre movimento e relativa estabilidade, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico políticas ao poder mais simbólico

das relações de ordem mais estritamente cultural. O território aparece como movimento que se repete, significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.” (HAESBAERT, 2004, p.280)

O que a ação demonstra é que, a partir da ação em conjunto, o resultado apresenta soma positiva através da promoção e estímulo de uma proposta comum, onde na cidade, passa a ser possível participar ativamente para que uma nova perspectiva cultural, cidadã, seja realidade, onde *“a experiência muda do mundo, como indo além do mundo prático”* (BOURDIEU, 1989).

O próprio conflito gerado pela ruptura com os limites do antigo sistema, anterior a Constituição de 1988, onde a composição dos Conselhos se dava sob a indicação ou convites dos seus membros integrantes pelos chefes de executivo ou ministros, estimula o surgimento das ações coletivas no desenho de uma nova vida cotidiana, com novas experiências que inauguram novas relações de poder. Dado o contexto de recuperação democrática são visíveis as iniciativas de reeducar e instalar os direitos na sociedade.

Neste movimento, promover a aquisição de conhecimentos, é medida de grupos e indivíduos compreendem a sensibilidade social do momento, deste tempo de recuperação democrática, prevendo uma melhora das condições de participação coletivas

Não são raros os atos de fala de cobrança, os repúdios e recomendações contrárias ou críticas em relação às políticas dos centros de decisões do Executivo. O exercício cidadão passa a ser qualificado na redefinição das tentativas de ocupação do espaço-território, dos locais das decisões políticas, onde fica evidente a importância da associação colaborativa dos diferentes sujeitos e agentes sociais na construção de um novo contexto de participação social.

Neste contexto, a novidade na década de noventa foram os conselhos gestores, que trouxeram um caráter interinstitucional para administração pública, previstos na constituição e em outras leis específicas de estados e municípios, regulamentando suas ações com representação da sociedade civil e poder público. Sua função é ser canal de mediação entre a sociedade e o Estado.

A participação social nas políticas públicas, nos anos finais do século XX, aponta um processo de avanço na identificação dos direitos, da cidadania, considerando os três grupos enumerados por Marshall (1967): direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. Na soma desses direitos, a cidadania cultural, no mosaico do conjunto de direitos necessários, apresenta um recentíssimo processo de acesso e conquista que fundamenta parte do objeto desta pesquisa.

Na própria ideia básica de cultura, garantindo a liberdade de criação e de expressão, o exercício do direito passa a revelar a fala de grupos, coletivos e minorias na defesa de questões que lhe foram sistematicamente negadas ou não reconhecidas, no tocante as atividades artístico-culturais, ou na execução de políticas públicas, e ainda, a impossibilidade de fiscalização da gestão pública.

A abertura de canais de acesso que promovem a inclusão da participação social é fruto de um processo rápido, considerando o calendário que movimenta as cidades e estados na década final do século XX e anos iniciais do século XXI. Ainda que essa velocidade resulte de articulações, mobilizações e reivindicações, por parte da sociedade civil, junto ao governo, de décadas antes. Com a Constituição de 1988 a sociedade conquista, finalmente, meios institucionais, como os Conselhos, que estabelecem uma abertura de espaço na gestão pública, participando ativamente de tomada de decisão.

Os recursos políticos consistem em, de um lado, manter as fontes motivacionais organizadas, e, de outro, as representações interessadas em transformar demandas sociais em ações do poder público. Processo de avanços e recuos, com limitações que se desdobram no próprio funcionamento dos conselhos, mas ainda assim, as ações locais ficam mais próximas dos cidadãos, mais realistas com o novo momento de Brasil redemocratizado.

Neste arranjo institucional, através dos Conselhos, passa a ser mais possível a condição de participação social na formulação e avaliação das políticas públicas, considerando ainda o papel de implantação e execução por parte do poder executivo, com o diferencial das metas que passam a ser fiscalizadas pelos sujeitos sociais, se alcançadas ou não, passíveis de cobranças diretas. Neste quadro, ficam mais evidentes as tensões entre sociedade civil e poder executivo, considerando os direitos concretizados ou negados, observando os pactos políticos estabelecidos diretamente com a população.

1.3 Cidadania cultural - Exercício contemporâneo pós 1988

Mesmo com a redemocratização parcial do Brasil após os anos de Ditadura Civil Militar, com a Constituição de 1988 e a ampliação da discussão das políticas culturais nas duas gestões do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 até 2006, e 2007 até 2011), que

apresentam marcas de impactante incentivo à escuta da sociedade, ainda assim, como aponta a filósofa Marilena Chauí:

“É perceptível à fragilidade da condição da chamada participação social, e ainda, os mecanismos de controle social, fruto da construção ideológica do Estado Brasileiro, de não aceitação de uma real democratização do mesmo. Ainda assim, a Democracia é o único regime político que não se apoia na noção de privilégio, mas na ideia de direito por seu vínculo constitutivo com o conflito. A democracia não cessa de fazer surgir novos sujeitos políticos que emergem dos conflitos e são criadores de direitos novos.” (CHAUÍ, 2021, p.184)

Na consideração principal do sentido da palavra cidadania - o exercício de direitos e deveres do cidadão, que permiti sua participação e influência nos destinos da vida política, após longa permanência do conceito original - *civitas* (cidade), o termo Cidadania adquiri mais abrangência na contemporaneidade, potencializado com a soma da cultura. Segundo, Irene Patrícia Rodrigues Nohara:

“Cidadania cultural diz respeito ao pleno exercício de direitos culturais, que se dividem em um rol exemplificativo contido no art. 215 da Constituição, em direito às manifestações e bens culturais em suas múltiplas dimensões, acesso às fontes da cultura nacional e ao patrimônio cultural civilizatório nacional.” (NOHARA, 2018, p.62)

Cultura e direito não são conceitos incomunicáveis e não relacionáveis. São processos que se retroalimentam no campo social e político, todo o tempo. São conceitos que se relacionam intimamente, sendo possível dizer que nos direitos da cidadania estão inseridos os direitos de acesso à cultura. Não há cidadania plena sem efetiva participação cultural, e na sequência, é o acesso à cultura que estimula e possibilita o cidadão a reivindicar e exercitar os direitos da cidadania.

A inclusão de novas pautas reivindicativas nos movimentos sociais – ampliando a ideia do movimento exclusivo para as questões sindicais ou trabalhistas, tratam de uma nítida reformulação dos sistemas políticos em alguns países, como no Brasil, atesto de um novo componente das democracias contemporâneas. No tocante ao setor cultural, algumas referências de movimentos culturais brasileiros entre as décadas de 1960 a 1990, estão mais relacionadas com movimentos estéticos de vanguarda do que a movimentos reivindicadores de direitos. Como exemplo, apenas para citar alguns desses movimentos, temos a Tropicália, o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Manguebeat e o Hip-hop.

Nesse contexto histórico recente, as cidades são o local primeiro na busca de políticas públicas, na busca do direito e do reconhecimento, donde localizamos o movimento cultural, aprimorado nas recentes décadas em uma organização sistêmica, onde estão inseridos os

Conselhos de Cultura. Um exercício de cidadania política, da cidadania cultural, onde a participação direta dos indivíduos, na sua cidade, passa a estar inserido em um novo processo histórico, como ressalta o espanhol Alfons Martinell:

“A cidade pode ser concebida como o lugar privilegiado onde as políticas públicas locais podem fomentar a diversidade e a pluralidade, uma vez que possibilita a convivência das mais diversas formas de expressão. Nas cidades que as manifestações e expressões artístico-culturais brotam e se movimentam. É a identificação das cidades como lócus onde se desenvolve uma complexa trama de relações sociais desiguais, terreno fértil para as experiências coletivas. As políticas públicas, a começar pela cidade, devem reconhecer e estimular o desenvolvimento cultural tangível, que se refere aos aspectos quantitativos e materiais, e o intangível, que compõe os valores, os comportamentos e os direitos.” (MARTINELL, 2003, p.28)

O processo de globalização empurra as cidades para uma nova configuração, com profundas reformulações em meio aos fluxos e refluxos socioculturais, políticos e econômicos, onde a Cultura absorve em diferentes condições tais configurações, e as cidades, o lugar potente onde a Cultura acontece, ultrapassa a imagem de espaços e se amplia, como espaços de interação, de pertencimento. Neste processo em construção, destaco o caso da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo entre 1989 e 1992, com ousada proposta de implantação de uma política de Cidadania Cultural ao assumir a cultura como um direito de cidadania, na gestão da Prefeita Luiza Erundina.

A linha da política foi anunciada pela secretária Marilena Chauí já em seu discurso de posse, quando a filósofa enfatiza as noções de cultura e traça as relações da pasta entre funcionários, outras unidades administrativas, e em especial, com os cidadãos, definindo o teor da política cultural proposta para a cidade de São Paulo de modo transparente e singular:

“A cultura é base fundamental de desenvolvimento e democracia, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade; garantindo com esta linha de ação o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes seja pela invenção de novos significados culturais. O direito à participação nas decisões de política cultural é o direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso quanto à produção de cultura. Trata-se de uma política cultural definida pela ideia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, entretenimento, aos padrões do mercado, mas se realiza como direito de todos, onde os cidadãos, sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, se comunicam e trocam suas experiências, recusam formas, criam outras. Essa concepção da democratização da cultura pressupõe uma concepção nova da democracia.” (CHAUÍ, 2006, p.66)

Os direitos declarados pela secretária elucidam o conceito norteador de trabalho para os próximos anos: – o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais; – o direito de participar das

decisões quanto ao fazer cultural; – o direito de usufruir os bens da cultura, criando locais e condições de acesso aos bens culturais para a população; – o direito de estar informado sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou deles usufruir; – o direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas Escolas e Oficinas de Cultura do Município; – o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades; – o direito a espaços para reflexão, debate e crítica; – o direito à informação e à comunicação.

Trabalhar com o princípio da cidadania cultural, assumindo como culturais as diversas dimensões da experiência social, implicou para a Secretaria de Cultura da maior cidade do Brasil, nos anos seguintes ao final da Ditadura Civil-Militar, vários enfrentamentos cotidianos entre tensões e conflitos frente às diferentes concepções de cultura, de entender o amplo da cultura e seu poder simbólico, tanto no âmbito institucional da própria prefeitura, como em vários setores da sociedade. A legislação pública, sem acompanhar o contemporâneo conceito adotado pela nova Secretária, inicialmente congela boa parte das ações no âmbito da ação institucional, sem compreender a amplitude e alcance que a Cultura representava na própria dimensão da Prefeitura.

Frente a vários impedimentos, foi necessário transformar as novas práticas da Secretaria Municipal de Cultura em lei, a partir de decretos específicos, garantindo condições legais para a realização das atividades, projetos e programas dentro dos propósitos da cidadania cultural, como estabelecido no Decreto nº 29.472, em 10 de janeiro de 1991, que reúne o conjunto de normativas do programa Cidadania Cultural em Ação. A Secretária Marilena Chauí planeja a execução no curto, médio e longo prazo, considerando a necessidade de prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, e em especial, respaldo legal para a efetivação das novas políticas públicas adotadas pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Cultura.

O conceito apresentado por Chauí para gestão da cultura paulistana faz referência a experiência francesa nas décadas de 1960/1970, a partir da proposta de descentralização cultural realizada pelo governo francês através das Casas de Cultura, após a construção administrativa do ministério da Cultura, em 1959. Perseguindo uma antiga política que se tornou nacional durante a Revolução Francesa, o Ministro Malraux acrescenta uma nova ideia em 1962, ao propor a expansão de noção de patrimônio ao conjunto urbano, e deste, para uma integração com a sociedade. Se trata da criação de setores protegidos por legislação, que apresentam um caráter histórico, estético ou de natureza que justifique sua conservação, restauração e a valorização da arte e da cultura nacional.

O lançamento de um inventário geral de monumentos e riquezas artísticas da França, em 1964, pode ser visto como um marco histórico para a valorização da cultura mundial, considerando seu efeito abrangente que certifica a extensão do conceito de patrimônio cultural para um contexto social, histórico e artístico mais amplo, quando a Lei Malraux reestruturou amplamente a relação do Estado com a cultura na França.

A presença de políticas públicas que objetivem o fortalecimento de cidadania, com destaque para o conceito de Cidadania Cultural, como o modelo empregado na cidade de São Paulo em 1989, surge de uma dimensão que considera que todos os indivíduos, são sujeitos e atores sociais, onde deveriam ser o foco de atividades, projetos e programas da administração governamental.

Tais constatações, como a ampliação do conceito de cultura, são muito recentes no Brasil, na sequência da formulação de políticas associando cultura, direito e cidadania, marco da gestão do ministro Gilberto Gil, a partir de 2003, com a formulação de políticas públicas para o setor ao longo do processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura, que faz parte das metas e ações do Plano Nacional de Cultura.

Cenário palpitante para a cultura, uma pluralidade de agentes interessados em promover ações nesse setor específico se insere na configuração da esfera da cultura, que por sua vez ganha dimensões cada vez mais dilatadas. Ao lado de atores clássicos como os Estados nacionais, uma série de novos agentes passa a empreender ações e projetos sistemáticos voltados para o campo da cultura. Dentre eles se destacam os organismos supranacionais, empresas dos mais variados ramos de atividades, a sociedade civil, redes culturais (fóruns e coletivos), e as cidades - as cidades passam a assumir um papel importante enquanto formuladoras e promotoras de políticas culturais, e, nesse compasso, o local começa a ser redescoberto. Assim, as cidades repensam seu dia a dia e, concomitantemente, suas políticas.

Neste contexto, o papel dos Conselhos de Cultura se interpõe frente às novas administrações públicas, estimulando um aperfeiçoamento e uma diversificação singular de participação social, inseridos num conjunto maior, em construção, dos Sistemas de Cultura. As iniciativas do Ministério da Cultura, em especial a partir de 2004, estimulam estados e municípios na promoção de uma implantação dos seus respectivos Sistemas - a exemplo do estado Fluminense e da cidade gonçalense.

Tal expediente se dá, em especial, pela ação da sociedade civil junto ao poder executivo e legislativo, para que sejam organizados os Conselhos, Planos e Fundos de Cultura, aprovados e instituídos a partir do ano 2010, na esfera Nacional. Como enquadrar as

ações desenvolvidas no âmbito da cultura por uma cidade como São Gonçalo a não ser associando a um processo mais amplo de modernização cultural?

A visibilidade das políticas culturais, ou a busca dela, como uma possível subsunção político-econômica de suas ações na dimensão regional (região Leste Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro), bem como no Plano Nacional, expondo a realidade das suas próprias ações, projetos, programas, e a ausência desse conjunto.

O diálogo entre as três esferas de poder passa a ser uma insistência, intensificado, no investimento de uma atitude de trocas e de ações transversais: as cidades e seus atores sociais como protagonistas, interagindo e intercambiando internamente, e na sequência, com os governos estadual, federal e Casas Legislativas municipais, estaduais e nacional.

Um novo traçado para a prática política, tendo o exercício da própria Cidadania Cultural, fruto direto da implementação dos Sistemas de Cultura, com a reorganização dos conselhos de cultura, por exemplo.

Evidentemente que uma autonomia, ainda que relativa, depende dos específicos contextos sociopolíticos e econômicos das diferentes cidades, regiões /estados, onde a própria condição da formação do setor cultural é balizador para esse e aquele avançar, no tamanho de ocupação do espaço das decisões das políticas. Um processo que confere maior ou menor grau de protagonismo, garantia de um maior aporte de recursos pela administração central as unidades administrativas da Cultura, com maior investimentos para as políticas públicas do setor, com execução de projetos e programas previamente elaborados, à luz dos Planos de Cultura.

A implementação de políticas públicas de cultura nas cidades, priorizando ações de longo prazo, serviços culturais permanentes e com participação da sociedade, é a garantia da prática do fazer cultural, do acesso irrestrito aos bens culturais pela sociedade, mantendo ações independentemente do tamanho desta ou daquela cidade, sua condição econômica ou geografia privilegiada, sua beleza natural ou retrato periférico.

Seu natural “talento” para o turismo ou gastronomia atraente (medidas de sedução na chamada “economia da cultura”, quando ainda passam a atuar em conjunto cultura e turismo, cultura e lazer, cultura e esporte, cultura e educação, por exemplo), operando com planejamento e diálogo entre os diferentes setores (primeiro, segundo e o terceiro setor).

“A cidade é a primeira e decisiva esfera cultural do ser humano. A cidade é onde se nasce, se vive, se ama e se morre. É onde se gera o valor econômico e onde se pagam os impostos. Nada mais é preciso para destacar o papel central da cidade na definição das políticas públicas.” (COELHO, 2008, p.09)

É uma pauta nova para várias cidades que se redescobrem ocupando outro espaço nas geografias política e territorial. Tal movimentação tem sido prioridade em alguns municípios, aqueles que percebem o tamanho e a participação da cultura no desenvolvimento local; cidades que compõem equipes técnicas e capacitadas, aperfeiçoando pessoal para gestão cultural, em uma nítida necessidade para dar cabo da nova pauta cultural, em atenção quase que inédita as políticas culturais nas administrações públicas, ainda que pela reconfiguração quase imposta pela própria sociedade, ou mesmo pelo novo desenho nacional apontado pelo Ministério da Cultura, a partir dos anos de 2004.

Pensar a cultura nos recentes vinte anos, contextualizando as ações propostas pelo Ministério junto aos Estados e municípios brasileiros, traz para a pauta da gestão cultural o nascedouro das ideias: a polis. É da célula que se forma o corpo. Cidades *versus* Estados *versus* Brasil *versus* Mundo. Qualquer política cultural deve passar a existir a partir desse olhar e estar voltada para este *local*: a cidade. Boa parte das cidades brasileiras passa a se movimentar para acompanhar o cenário recente dessas últimas duas décadas, desencadeado por essa percepção em relação ao lugar central que a cultura ocupa na experiência social, configurando-se como elemento mediador entre o universal e o singular, o global e o local.

Como pensar a cultura em um estado amplo, fazer projeções e tratados sem pontuar seu lugar primeiro? Costurar redes que integrem tais ações no campo das ideias e das relações exteriores é dimensionar a cultura do micro para o macro. É tratar memória e identidade nos tempos de globalização, de multiculturalidade, de revolução da comunicação tecnológica e midiática, matérias que dão conta de outra pauta de reflexão: a desinformação a serviço da não cultura, como ilustra Canclini:

“Não penso que, hoje, a opção central seja entre defender a identidade ou nos globalizar. O processo globalizador não aponta para uma revisão de questões identitárias isoladas, mas a compreensão do que podemos fazer e ser com os outros, como fazer para encarar a heterogeneidade, a diferença e a desigualdade. As ações culturais que o Estado pode desenvolver em meio à globalização não se esgotam nas indústrias culturais, novos resultados podem ser obtidos nas cidades e fronteiras estratégicas onde as nações interagem com o global.” (CANCLINI, 2007, p.28)

Na contramão desse avançar das políticas culturais, é notada em algumas cidades, a presença de um estímulo a desinformação e pela não assimilação do novo conceito Cidadania Cultural, em uma atitude política, de não estabelecer os parâmetros de desenvolvimento cultural pautados sob a égide dos Sistemas de Cultura, sem a plena garantia da participação presença da sociedade civil: Não operar política alguma, como uma decisão política dos governantes.

São Gonçalo, com uma notada diversidade cultural, de abrangência regional em função do seu tamanho e importância no mapa do Estado fluminense, como segunda maior cidade do estado, apresenta um não alinhamento com o cenário nacional, a considerar a nova pauta promovida pelo Ministério da Cultura, a partir de 2004, em sequente desvalorização da sua própria história local e o não reconhecimento da importância da cultura local para o aprimoramento das políticas públicas, apesar da sua rica diversidade cultural.

Sem a localização de um conjunto de dados culturais, do que existe atualmente na cidade gonçalense, ou o que ela traz de registros passados, observa-se uma lacuna geradora de ausência de informações, justamente aquelas que possibilitam a identificação do que precisa ser incentivado, onde devem ser destinados investimentos, recursos e apoios, com vistas ao pleno desenvolvimento cultural e a economia da cultura da cidade.

Segundo José Assunção de Barros, com o rompimento da ideia de que a História deve examinar apenas e necessariamente o passado, hoje os historiadores estudam as ações e transformações humanas, ou as suas permanências, que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período, mais longo ou mais curto, e ainda:

“A cultura da mudança é resultado de uma disponibilidade para o futuro, para o novo, para o desconhecido. Resulta da capacidade de abertura para o mundo. Não se trata da afirmação da ditadura da mudança. Trata-se de se reconhecer que sociedades e instituições são desafiadas continuamente pela história. Estudar o momento presente, com vistas a perceber como este momento presente é afetado por processos que se desenvolvem na passagem do tempo, como a temporalidade afeta diversos modos da vida presente.” (BARROS, 2011, p.53)

Focar o local em uma análise micro possibilita enxergar um tanto mais a dimensão simbólica da cidade, no conjunto do seu patrimônio imaterial, os serviços e redes sociais, a dimensão material e econômica da cidade, observando seu patrimônio material, equipamentos, bens e serviços. É observar o conjunto de medidas e iniciativas que poderiam contribuir positivamente para a compreensão dos problemas que a cidade vivencia no setor cultural, justamente pela possibilidade de traçar diagnóstico na medida em que a sistematização do conhecimento do território é identificada, apreendida, no amplo do que a Cultura pode representar e representa, como ressalta Anthony Giddens:

“Dessa forma podemos acompanhar ou sofrer, ou viver, eventos em quaisquer lugares do mundo a qualquer tempo. A vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global. Percebemos ainda que caminhamos cada vez mais rápido em direção à interdependência global, onde os códigos culturais estão se tornando cada vez mais fragmentados oferecendo uma vasta multiplicidade de estilos.” (GIDDENS, 2002, p.11)

A convenção em 1982, no México (Conferência Mundial sobre Políticas Culturais - Mondiacult) rejeitou, por unanimidade, toda e qualquer hierarquia entre culturas, ressaltando o respeito devido a todas, sem discriminação: na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, a comunidade internacional decide contribuir efetivamente para a aproximação entre os povos e a melhor compreensão entre os homens, expressando a sua esperança na convergência final dos objetivos culturais e espirituais da humanidade.

A conferência enfatiza que a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social, que engloba além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

“[...] Os princípios que devem reger as políticas culturais, referendados nesta Conferência, devem primar pela Identidade Cultural; Dimensão Cultural do Desenvolvimento; Cultura e Democracia; Patrimônio Cultural; Criação Artística e Intelectual e Educação Artística; Relações entre Cultura, Educação, Ciência e Comunicação; Planejamento, administração e financiamento das atividades culturais; Cooperação Cultural Internacional. A afirmação da identidade cultural de cada povo, seja ele politicamente soberano ou não, seja uma grande potência ou não, que disponha plenamente de recursos ou que estejam ainda em desenvolvimento, é o fundamento do pluralismo cultural. O reconhecimento e o respeito pelo pluralismo, pela igualdade de direitos e à dignidade, devem ser norteadores das políticas culturais.” (UNESCO, 1982, p.11)

Ao enfatizar que a identidade cultural de um grupo social representa a defesa de suas tradições, de sua história e dos valores morais, espirituais e éticos praticados pelas gerações anteriores, não sendo as práticas culturais presentes ou futuras superiores às passadas, a UNESCO estabelece uma referência mundial no marco das políticas públicas de Cultura, com recomendação que as políticas culturais sejam desenvolvidas não apenas pelos governos, mas também pela sociedade civil.

Quais as relações em rede, qual a base cartográfica preliminar com anotações, fotos, registros de mídias digitais e localização espacial a partir das tecnologias, é também uma prerrogativa dos sujeitos sociais. Normalmente deixados de lado ou tratados como um capítulo menor nas estatísticas nacionais, indicadores relativos à cultura são importantes para tentar entender a inserção futura da cultura no país e sua participação na cadeia produtiva, na economia. De acordo com as conclusões do suplemento de cultura do Perfil dos Estados e Municípios brasileiros 2014, divulgado pelo IBGE (Estadic/Munic), a maioria dos indicadores culturais do Brasil melhoraram em 2006, data em que o último suplemento equivalente foi publicado. O levantamento do IBGE indicou os seguintes números:

“97,1% dos municípios brasileiros tinham bibliotecas públicas em 2014, quando em 2006 eram 89,1%, e no ano de 2001, 79% dos municípios tinham bibliotecas públicas. O número vem crescendo desde 1999, quando a contagem começou a ser detalhada pelo IBGE e 76,3% dos municípios declaravam ter o equipamento. Por outro lado, a porcentagem de cidades com livrarias caiu de 35,5% para 27,4%” (IBGE, 2015)

Traçar metas e planos não se configura em um objetivo isolado, mas como um instrumento dentro de um processo de fortalecimento cultural, subsidiando discussões para elaboração de estratégias voltadas à implantação de políticas culturais, ou mesmo, auxiliando na revisão do Plano Municipal de Cultura da cidade, em conjunto com a Sociedade Civil. Possibilitar releituras constantes do território em uma constante interligação do passado e presente, analisando o que a cidade tem o que deseja ter futuramente, e o que é preciso ser operacionalizado para tal.

Em muitas cidades, o processo de projetar metas ou ações culturais, tornou-se provisório e variável, onde um calendário de dez anos se apresenta como um futuro muito distante. São Gonçalo evidencia esse cenário, com parte da população flutuante (chamada de cidade “dormitório”, onde parte da população se desloca para trabalhar ou para o consumo de bens culturais e serviços em outras cidades), de variada procedência nos últimos quarenta, cinquenta anos, em especial, após a construção da Ponte Rio-Niterói, e o surgimento de loteamentos populares que incentivaram a instalação de pessoas provenientes de outras regiões do estado e mesmo do Brasil, a população “cativa” ou com sólida ligação na cidade foi se tornando invisível, instável e volátil.

Tais fatores se somam ao contexto histórico da pós-modernidade, onde Stuart Hall sinaliza que as identidades culturais são híbridas, movidas por mudanças, encontros e desencontros:

“Somos compostos por uma identificação, passível de mudança e transformação. A questão da identidade, efetivamente, consiste em uma crise de identidade, uma vez que as sociedades foram, ao longo do tempo, marcadas por transformações que influenciaram as maneiras de compreender os sujeitos e sua cultura. Toda identidade é móvel e pode ser redirecionada, pensando na verdade em um processo identitário para compreender de maneira mais significativa as representações que formam, e transformam, as culturas, os sujeitos e os espaços.” (HALL, 2006, p.13)

Ao observar em São Gonçalo traços de uma memória cultural feito um turvo retrato, onde a própria sociedade, a população como um todo, não vivencia o exercício do direito à cultura, não reconhece os sujeitos sociais protagonistas do setor cultural, é de se avaliar que a cidade gonçalense demonstra dificuldades na valorização da cultura.

Um outro aspecto que pode ser acrescentado é uma lenta apropriação do conceito e vivência do conceito Cidadania Cultural. A cidade gonçalense vivencia o impacto do descompasso no contexto das políticas nacionais, um quase descompasso com ações locais que retratam características e especificidades próprias, sua história e potencialidades.

A pólis, como alvo prioritário, onde o cidadão é o criador primeiro da cultura, e não apenas um espectador, é base sugestiva da Agenda 21 da Cultura, quando da reunião em Barcelona, 2004, no Fórum Universal das Culturas:

“Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural, comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz. A agenda 21 da Cultura foi acordada em Barcelona, dias 7 e 8 de maio de 2004, com discussão iniciada no IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social (um dos marcos do Fórum Universal das Culturas – Barcelona 2004). Foi aprovada como um documento orientador das políticas públicas de cultura e como contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade, entre princípios, compromissos e recomendações os governos municipais, estaduais, nacionais, e organismos internacionais, o documento enumerou sessenta e sete de referência.” (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2004)

Quantos são e onde atuam na Cultura de São Gonçalo, quem consome a arte produzida na cidade, como valorar a produção artística local, são questionamentos, reflexões associadas à própria identidade cultural, como destacado:

“Através da definição de recortes que estabelecem os objetos locais, ao mesmo tempo traz uma visão do mundo que se exprime e uma sociedade que se define. O local aparece como um meio de construir e tratar problemas de organização. Toda espacialidade exprime a pertença a um nós, que se constrói e se manifesta em recortes territoriais. Esse espaço resulta do conjunto dos recortes que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo num lugar, o espaço de referências define o conjunto de valores em que se inserem esses recortes, organizando a relação entre os atores.” (BOURDIN, 2001, p.52)

A produção estabelece territórios, redefine espaços através do trabalho de vários artistas e ações criativas mobilizadas por coletivos e movimentos culturais da cidade (grupos, ONGs, associações e redes populares), ou ainda, por ações solitárias de um agente cultural, a partir de capacidades e potenciais locais, sem maior integração com o poder público, mobilizando um capital humano que produz bens de valores simbólicos para cidade e região. Tal movimento, nem sempre está associado de modo preciso, com análise do passado, ou atenção pragmática do presente, com projeção de futuro. A atuação dos indivíduos que produz o lugar, ou mesmo que paralisa um local, é um processo de construção social permanente, como ressalta Alan Bourdin no tocante a questão local:

“Uma solução radicalmente oposta consiste em ver nisso uma modalidade de resposta a problemas que as sociedades colocam. Colocadas em perigo pelo cruzamento, pela mistura com outros grupos, pela adesão a uma modernidade concebida, parcialmente, essas permanências resistem porque se beneficiam de uma ancoragem sólida. O indivíduo se constrói, através do conhecimento de seu entorno imediato que é ao mesmo tempo material e social, indissociáveis. A partir do conhecimento do local se manifestam e se ordenam as representações sobre o território. Mas, fora da comunidade de sangue, de religião ou de língua, a prática de um mesmo território e a referência a um conjunto de regras comuns de bens culturais constituem os únicos meios de ancoragem realmente eficazes.” (BOURDIN, 2001, p.25)

A circulação da informação, no conjunto do exercício da Cidadania cultural, se apresenta como fundamental para a projeção do desenvolvimento da economia da cultura de uma cidade como São Gonçalo, que assegure favorecer o artista e a população em geral, onde acompanhar as tantas mudanças no mundo pós-moderno, é uma necessidade, em função das constantes discontinuidades:

“Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. Elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana. Poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes. A modernidade é inerentemente globalizante.” (GIDDENS, 1991, p.69)

No relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/UNESCO (2004), que trata dos Direitos e liberdades culturais no centro da temática sobre o desenvolvimento, o documento destaca que para o mundo atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio, e acabar por erradicar a pobreza, precisa enfrentar primeiro, o desafio da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas.

Essa tarefa do “mundo” é, sobretudo, um desafio a ser encarado nas cidades, com o exercício da democracia, na prática dos direitos culturais, de onde enxergamos, inegavelmente, a importância da Cultura. A própria UNESCO trabalha nessa tarefa, ao longo de 80 (oitenta) anos, desde a década de 1940, no século XX, com a elaboração de documentos que tratam dos direitos culturais.

Pensando no conjunto dos documentos propostos mundialmente em um espaço de setenta anos, entre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração Universal da Diversidade Cultural da Unesco (2001), Agenda 21 da Cultura (2004), Convenção sobre Proteção e Criação da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco

(2006) e Carta Cultura Iberoamericana (2006), a comunidade global incentiva e estimula as comunidades locais em uma sequência de cartas magnas, decretos e regimentos que impulsionam as diversas representações da sociedade civil na reafirmação do direito à cultura, direito à diversidade cultural e o direito à cidadania cultural.

Na visão de Teixeira Coelho, a provocação de que *“todos querem a cultura, mas ninguém quer pagar pela cultura”* (COELHO, 2008), é um alerta na contramão do que aponta o relatório da UNESCO, uma provocação, frente à constatação de cientistas sociais das grandes nações europeias, em 2001, que potencializa a cultura como 4º pilar de crescimento e desenvolvimento mundial, atrás da economia e do meio ambiente. Mirando esse olhar para o mundo, a pesquisa foca na importância das cidades nesse mapa global. O gestor cultural Aloísio Magalhães² (1997) no seu discurso de potencializar o tamanho dos municípios, das cidades, destaca que é na cidade o lugar primeiro de se pensar a cultura, buscando proteger, apoiar, promover e garantir o acesso e a manutenção dos bens culturais, como pontua:

“Deve ser possível um sistema nacional para enriquecer o conhecimento do bem cultural no Brasil, onde é provável que o conhecimento da grande riqueza cultural do país seja muito maior e muito mais verdadeiro. É por isso que não é perder tempo - e sim, na verdade, usar o tempo corretamente. O verdadeiro inventário não é obra para ser feita correndo, é uma coisa que merece que experiências, vivências, sejam tidas e observadas. E isso precisa começar pela cidade, onde estão os blocos de rua, as manifestações culturais populares, os artistas, os artesãos. É na cidade que vivenciamos o despertar das artes, onde preservamos a memória, que nos apropriamos dos saberes e fazeres culturais, nas suas diferentes expressões. É na cidade que a determinação de resolver os problemas deve ser o primeiro pré-requisito da ação de proteção do bem cultural, desenhando um caminho, mais do que detalhar uma trilha”. (MAGALHÃES, 1997, p.352)

É o exercício de olhar localmente, em uma análise micro que possibilita enxergar um tanto mais a dimensão simbólica da cidade, observar em escala reduzida quem são os sujeitos sociais que atuam na cultura das cidades, suas dificuldades e potencialidades, vocações e características, comportamentos e manifestações em grupos e coletivos, tanto no conjunto do seu patrimônio imaterial, nos serviços e redes sociais, na dimensão material e econômica da cidade e no tocante as políticas culturais.

² Aloísio Magalhães, designer gráfico, fundador do Centro Nacional de Referência Cultural, gestor no Ministério da Educação e Cultura (MEC). De incomum personalidade carismática, de notada paixão pela cultura brasileira, bom humor, versátil, de grande capacidade e articulação política, promoveu fundamentais alterações nas políticas culturais nacionais durante o período do regime militar, graças a sua capacidade de ação e persuasão, foi grande pensador da cultura nacional. No MEC, tratava exclusivamente de todos os assuntos da pauta cultural, onde consolidou as bases para organização do futuro Ministério da Cultura. Sua inserção direta nas políticas culturais se dá em um contexto de recorrentes crises sociopolíticas, econômicas e financeiras dos governos militares (LAVÍNIAS, 2014)

A sociedade contemporânea tem sido palco de reflexão sobre tais ações coletivas que vêm sendo desenvolvidas por diferentes atores e sujeitos sociais. Os movimentos de mulheres, negros, ecológicos, direitos humanos e LGBTQIA+, são exemplos de ações coletivas cujas formas de articulação e mobilização expressam as características de ações coletivas da contemporaneidade, onde, através da participação social, apresentam suas demandas.

No crescente, se ampliam os mecanismos para a garantia de diálogos entre as diversas esferas de governos e esses grupos, esses coletivos, através de fóruns deliberativos e conselhos.

Em alguns países ou cidades, a frequência e intensidade são mais visíveis, até mesmo localizáveis sem muitas surpresas, considerando seu caráter de “quase naturalidade”, frente às manifestações populares, de classe, segmentos ou partidárias.

Em São Gonçalo percorro a investigação dos fatos quanto uma possível consideração, comum, mesmo no Brasil redemocratizado, onde tais ações possam ser uma realidade, alterando a lógica do estático das políticas dominantes.

No caso dos Conselhos de Cultura, está posto o questionamento da redefinição das relações de poder, resultado de uma nova leitura da realidade, onde o tom dos movimentos culturais anuncia à sociedade que algo mais é possível, apesar das características históricas e sociais de uma cidade como São Gonçalo, quanto a participação da sociedade civil em um grau maior ou não, neste processo.

A considerar o cenário Brasil das décadas iniciais do século XXI, a tendência de mudança nestas cidades, ainda refém de modelos ultrapassados, pode vir a ser uma realidade com a implantação de políticas culturais participativas, com valorização das expressões, das ações culturais, do amplo exercício do direito à Cultura.

1.4 Conselhos de Cultura: pilares de pertencimento em uma história em construção

Nas diferentes esferas públicas de governo, nos recentes vinte anos, tem sido identificado o papel fundamental da cultura no exercício da cidadania, para a consolidação da democracia e o desenvolvimento humano e econômico, sendo colocada, em algumas cidades e estados brasileiros, como uma das pautas principais na elaboração de políticas públicas.

O seu histórico, entretanto, mostra que o foco se distanciou muito deste propósito ao longo da história brasileira, considerando ausência de uma linha de política pública cultural

no período do Brasil colônia, no império ou na Primeira República (1889-1930), salvo as iniciativas pontuais, de caráter personalista, do Imperador D. Pedro II.

O Brasil guarda em suas histórias, como outros países da América do Sul, marcas culturais semelhantes oriundas dos processos de conquista e ocupação territorial pelos países europeus, onde se destaca as formas de imposição da cultura do colonizador sobre a do colonizado, promovendo uma ação contínua de busca de apagamento dos vestígios das civilizações originárias.

Durante o processo de independência empreendeu-se a construção de uma nova identidade cultural, secundarizando, ou mesmo rejeitando, o viés mestiço – negro e índio – das novas sociedades que se formavam. Essas novas identidades tinham por base a cultura e a civilização europeias.

Ao longo do século XX, vivenciando várias formas de governo, entre autoritários (com e sem ditaduras) ou democráticos (com e sem participação social), aristocráticos ou populistas, liberais ou conservadores, progressistas ou tradicionalistas, a marca dos governos adotada no Brasil traz um carimbo visível de recorrentes violações aos direitos humanos, característica dos regimes autoritários ou repressores, com danos às condições de participação social que perduraram, ou perduram.

Peças estruturantes para a construção de políticas democráticas e ferramentas estratégicas para a implantação de políticas culturais nas cidades brasileiras, após a redemocratização, são identificáveis os limites de atuação dos Conselhos de Cultura considerando os aspectos de formação do próprio setor cultural e da tradição que acompanha a história do Brasil, notadamente, sob a marca do autoritarismo e da exclusão social.

Compreendendo a presença da sociedade civil como um dos mais importantes aspectos no processo de acompanhamento e fiscalização da execução e efetivação das políticas culturais, com ampliação da prática da participação e escuta que favorece a garantia de mais condições de controle social (fiscalização das ações e efetivação das decisões tiradas nos conselhos, fóruns e conferências de cultura), a consideração de Albino Rubim, o pesquisador baiano eleito presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, em 2008, e secretário estadual de cultura do mesmo estado (2011 a 2014), é pertinente: *“A trajetória brasileira das políticas culturais produziu tristes tradições e enormes desafios. Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade”*. (RUBIM, 2007, p.183)

No Brasil as políticas culturais estiveram em segundo plano durante muito tempo, sendo necessário analisar as políticas culturais recentes sob a luz da ideia de enfrentamento

dos desafios colocados pelas três tradições das políticas culturais nacionais: a ausência, o autoritarismo e a instabilidade. Somente no início do século XX, o desenvolvimento da economia, com grande participação do comércio internacional do café, e o aceleração do processo de industrialização criaram um quadro favorável para a valorização da cultura na vida urbana. Pode-se considerar que antes de 1930 não foram desenvolvidas políticas estruturadas em favor da cultura, visto que ações pontuais, principalmente na área de patrimônio, não podem ser vistas como políticas públicas de cultura.

Diante desta constatação, a periodização das políticas culturais brasileiras estão postas entre 1930 e 2002, dividida em momentos bem identificados: a etapa inaugural no governo de Getúlio Vargas (1930-1945); o período anterior ao golpe, entre 1945 e 1964; o período da ditadura militar (1964- 1985); o período pós-redemocratização (1985-2002) e o período que compreende os Governos Lula e Dilma Rousseff (2002-2016), numa análise de cada um dos períodos considerando o contexto econômico, político e ideológico dos seus respectivos momentos.

Nesta consideração, é factível começar a análise das políticas culturais do Brasil como tendo sido originado entre as décadas de 1920 e 1930, momento de fortalecimento e modernização do Estado, no qual o campo da cultura, vinculado ao da educação, também foi objeto de elaboração de políticas públicas.

No governo Vargas foram implantadas as primeiras ações no âmbito das políticas culturais, quando se estabelece um caráter institucional para o setor Cultural no Ministério da Educação e da Saúde. O período é de estruturação formal da área da cultura, com a construção de instituições voltadas exclusivamente para Cultura na instância federal, onde o Estado ainda não atuava.

A área da Cultura foi instalada no Ministério onde recebeu uma atenção especial na gestão do Ministro Gustavo Capanema (1934-1945). Na Ditadura civil militar, em especial nos anos finais do governo Médici e no governo Geisel (1972-1979) foi acentuado o incremento do Estado no campo da cultura, a partir das ações da Secretaria Nacional de Cultura, estrutura base do Ministério da Cultura que seria criado no governo José Sarney.

Durante os dois Governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o destaque é a consolidação de renovação e reestruturação do Ministério da Cultura, com a institucionalização e consagração de um conjunto legal sob a égide do Sistema Nacional de Cultura, resultante da adoção de um conceito antropológico baseado no tripé cultura cidadã, cultura simbólica e cultura da economia, promovendo profundas mudanças relacionadas à produção artística, ao

fortalecimento da cultura como modo de vida, e à valorização de uma gama de atividades legitimadas pelo Estado em políticas públicas culturais mais diversas e inclusivas.

Neste período novos departamentos e secretarias foram criadas, como a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, e outras instituições, como a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), foram fortalecidas. O investimento em políticas de Estado construídas a partir da articulação com entes federados e sociedade civil é expediente evidenciado a partir de frentes principais: a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Plano Nacional de Cultura (PNC), da retribuição dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e a reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

É deste terceiro período recente da História Brasileira a construção de uma política cultural com maior participação da sociedade civil. Através de um conjunto de seminários, conferências e encontros de porte nacional nas cinco regiões do Brasil, foram ampliadas notadamente uma maior participação social no âmbito das políticas culturais, promovendo uma inédita movimentação de agentes culturais, artistas, pesquisadores e arte-educadores nas discussões do setor cultural na esfera pública.

A elaboração do Plano Nacional de Cultura, que abriu discussões públicas através da internet, das conferências nacionais e seminários realizados nos estados brasileiros, envolvendo poder executivo e legislativo, gera uma movimentação que foi fator preponderante para o novo formato e composição do Conselho Nacional de Política Cultural, criado por meio do Decreto no 5.520/2005 de 24 de agosto de 2005 (que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC).

O estabelecimento deste canal para mediação entre Estado e sociedade civil já se apresentava como estratégico colaborador para o aperfeiçoamento das políticas culturais, alimentando o inovador Sistema Nacional de Cultura.

Ao passo que o Ministério da Cultura institui o Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, vários Estados e Municípios passam a adotar similar modelo para a criação ou recomposição dos seus conselhos culturais, reconhecendo tais instrumentos como fundamentais para o fortalecimento da democracia.

Na composição do CNPC, vinte e quatro assentos, o Plenário, o Comitê de Integração de Políticas Culturais, os Colegiados Setoriais, as Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho. Os mandatos dos conselheiros de dois anos, prorrogável conforme necessidade da gestão e dos servidores públicos de carreira, conselheiros técnicos de algumas áreas

específicas, com exceção dos representantes do poder público (gestores) que possuem limite de um ano:

“O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), pertencia à estrutura do Ministério da Cultura, sendo composto paritariamente por representantes de vários ministérios, dos estados, municípios e dos mais diversos setores da sociedade civil. Era outro elemento articulado entre o Plano Nacional de Cultura e o SNC.” (CALABRE, 2009, p.124)

O surgimento dos conselhos de cultura no Brasil ocorre no contexto da criação de uma série de conselhos técnicos de diversas áreas, a maioria deles previstos na Constituição de 1934. Em 1937 foi criado o Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHN) e, um ano mais tarde, em julho de 1938, foi criado o Conselho Nacional de Cultura (CNC), primeiro órgão colegiado do Brasil dedicado às questões culturais, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Sem funcionamento efetivo, conforme Calabre (2009), os termos do Decreto de sua criação explicitam as características das políticas culturais de caráter autoritário do Governo Vargas, considerando as atribuições do CNC de fazer a “propaganda e a campanha em favor de causas patrióticas ou humanitárias”; promover a “educação cívica, através de toda sorte de demonstrações coletivas”, com sete membros indicados pelo Presidente da República, encarregados das primeiras discussões de porte nacional para a Cultura Brasileira. Uma nova relação entre órgãos colegiados e governo federal se estabelece a partir deste período, onde os conselhos e conferências foram criados para estruturar, em especial, as políticas públicas na área da educação e da saúde, quando foi realizada a primeira Conferência Nacional de Saúde, em 1940.

Descentralizando a gestão e atendendo parte dos interesses gerais da população na formação de políticas próprias para uma determinada área, os conselhos, em geral, apresentavam formato de caráter consultivo (que emite suas opiniões acerca dos assuntos que lhe são propostos), deliberativo (que decide sobre quais estratégias serão utilizadas para a manutenção das políticas), fiscalizador (que acompanha e controla os atos dos governantes) e normativo (que regulamenta as ações que serão desenvolvidas).

Previstos pela Constituição de 1934, os primeiros conselhos criados no Brasil tinham a função de assessorar o Estado na formulação de políticas e na tomada de decisões referentes a diversas áreas. Alguns eram dotados de poderes normativos e deliberativos, outros exerciam apenas funções de natureza consultiva. Os integrantes dos primeiros Conselhos eram

formados por técnicos ou convidados das respectivas áreas de atuação, indicados pelo poder executivo.

Em favor do fortalecimento do Governo, uma das alternativas abraçadas no Governo Vargas foi estabelecer aproximação com artistas e intelectuais, que inclusive passam a trabalhar para o governo ou no governo. Várias instituições governamentais abrigaram nomes relevantes do movimento cultural modernistas, agradando intelectuais e importantes parcelas da sociedade, como Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo de Melo Franco, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Heitor Villa-Lobos, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Cândido Portinari, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Mário de Andrade e Vinícius de Moraes.

Na outra ponta, estimulando a participação e adesão popular, Vargas reconhece a capoeira e o samba como autênticas manifestações da cultura Brasileira, massificando o rádio, a música e a literatura. Trabalho meticuloso, desenvolvido em todas as camadas da sociedade, dos mais simples aos mais abastados, a ingerência do governo foi identificável até nas práticas de lazer da população, com a criação da União das Escolas de Samba, promovendo a oficialização dos desfiles carnavalescos com a obrigatoriedade de sambas-enredo com temas nacionais, até o calendário semanal de jogos de futebol dos grandes clubes.

A presença do Estado na cultura incluída na Constituição Federal de 1934 reforça a importância que esta passa a ter como um tema de interesse do Estado. A partir de então, a União, os estados e municípios ficaram constitucionalmente autorizados a “favorecer” o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral.

A gestão do ministro Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945, foi marcada pela atenção do Estado à atividade cultural no Brasil, com a criação de órgãos culturais importantes o Instituto Nacional do Livro - INL, o Serviço Nacional do Teatro - SNT, o Instituto Nacional da Música - INM e o Instituto Nacional de Cinema Educativo - INCE. Mesmo com mudanças de nomenclatura é deste período a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, a mais antiga estrutura do organismo federal da Cultura, hoje, IPHAN.

Mirando emplacar um viés nacionalista com características patriótica, otimista e moderna à cultura brasileira, as ações do Governo Vargas eram voltadas para a cultura erudita e a educação formal, centradas em três pilares-chaves – o turismo, a propaganda e o patrimônio – onde a tríade explorada deveria servir para criar e difundir a imagem de um país seguro, um povo hospitaleiro e governantes confiáveis.

O olhar atento para a cultura tinha objetivação pontual, transitando entre o orgulho da população, a conquista da confiança de políticos e a sedução de empresários e investidores

para ampliar as cartas de negócios para movimentar o desenvolvimento econômico do país, a presença positiva do Brasil no mercado internacional. Uma intrincada relação referente ao patrimônio, história e a cultura nacional foi cuidadosamente orquestrada pelo Governo Vargas, onde foi reforçado o poder central que reduziu as liberdades civis e implantou medidas de censura, ao mesmo tempo que disseminava uma intensa propaganda política de aproximação das massas.

Em 1936 Gustavo Capanema solicitou ao escritor Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, um projeto de lei para a criação de órgão voltado para a preservação do patrimônio. No mesmo ano, Vargas autorizou o funcionamento do órgão em caráter experimental, com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a direção do jornalista Rodrigo de Melo Franco. As primeiras ações rumo a uma tomada de consciência sobre a importância histórica da preservação de bens no Brasil se efetivaram com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB e do Arquivo Nacional, no ano de 1838.

O investimento peculiar no turismo, na propaganda e no patrimônio como elementos políticos, apontava uma ação determinante para a estruturação de uma classificação inovadora, como as expressões utilizadas em profusão - “alma brasileira”, “jeito de ser brasileiro” - representando os interesses do Governo Vargas: o novo perfil do povo brasileiro e do Brasil. Tal momento coincide com as intensas mudanças às quais o país atravessa nas primeiras décadas do século XX, onde a relação desse novo pensamento brasileiro com a cultura, vai se estabelecer através do ideário nacional-popular.

Com essa participação do Estado no gerenciamento da cultura, a era Vargas, representada pela forte presença de Capanema, executa ações que se inserem na delimitação de política pública cultural, concebida como um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura.

Entre 1945 e 1964 a dinâmica Estatal para políticas culturais é menos intensa que no período anterior, destacando-se como fato marcante deste período a criação do Ministério da Saúde, com a sequente alteração do MES que passa a chamar-se Ministério da Educação e Cultura - MEC, de acordo com a Lei 1.920 sancionada por Getúlio Vargas, em seu segundo governo, em julho de 1953. Em 23 de fevereiro de 1961 o Presidente Jânio Quadros recria o Conselho Nacional de Cultura, subordinado diretamente a Presidência da República, com uma composição por áreas artísticas e órgãos do governo, tinha uma clara meta de elaboração de planos nacionais de cultura.

O texto do decreto não fazia nenhuma menção ao Conselho criado em 1938. Não era do conhecimento do presidente que o CNC ainda existia, pelo menos juridicamente. Comparando as atribuições do conselho instituído por Vargas, em 1938, e o Conselho instituído por Jânio Quadros, em 1961, é identificável a diferença estrutural entre um e o outro Conselho. O segundo, instituído por Jânio, objetivava a criação de políticas públicas para a cultura, era deliberativo e composto por comissões (Comissão Nacional de Literatura; Comissão Nacional de Teatro; Comissão Nacional de Cinema; Comissão Nacional de Música e Dança; Comissão Nacional de Artes Plásticas).

Cada Comissão tinha um presidente, eleito entre seus pares, na soma de outros quatro membros, sendo pertencente àquele seguimento artístico ou tendo reconhecido valor cultural. O Conselho Nacional de Cultural implementado por Jânio Quadros, com perceptível desenho modernizante e democrático, embora com nomes indicados pelo Presidente da República, não funcionou por muito tempo. No mesmo ano em que foi criado, em agosto de 1961, com a renúncia do Jânio à presidência, o órgão é destituído. Com as mudanças políticas de 1962, o Conselho volta a ser subordinado a estrutura do Ministério, quando é reformulado através do Decreto nº 771 (23 de março de 1962).

Neste novo decreto, que faz referência ao conselho criado em 1938, o Conselho passou a fazer parte do Ministério de Educação e Cultura (MEC), com a maioria das atribuições do decreto de 1961 mantidas, onde as comissões permanecem as mesmas, porém, como mecanismos de assessoramento do conselho, que poderia ou não solicitar consultas. Também foi modificado o número de conselheiros, que passa a ter sete membros designados pelo presidente, sendo quatro, pelo menos, de servidores ou diretores de órgãos do MEC.

Os outros membros, pessoas notoriamente consagradas na área cultural, além de representante do Ministério das Relações Exteriores. Cada membro indicava um suplente, sob a designação do Ministro de Educação e Cultura, que também escolheria um Secretário Geral e o presidente para o conselho. O principal projeto que este conselho realizou foram as Caravanas da Cultura, tendo como mentor o ator e dramaturgo Paschoal Carlos Magno, incentivador da formação teatral de jovens. Paschoal era secretário geral do Conselho Nacional de Cultura, coordenador chave das caravanas entre 1963 e 1964.

Seu objetivo era levar para diversos lugares do país manifestações artísticas e culturais, com ideia inicial de alcançar todas as regiões do Brasil, começando pelo interior, que na época concentrava mais da metade da população. Fez parte dessa caravana a cantora lírica gonçalense, Maria Domícia.

O golpe civil militar de 1964 encerrou as atividades das Caravanas, uma vez que todas as ações do Conselho foram paralisadas. No ano de 1965, uma comissão foi criada para discutir as bases de um Plano Nacional de Cultura, com nomes como Josué Montello, presidente, Adonias Filho, Augusto Meyer, Murilo Miranda, Rodrigo de Mello Franco e Américo Jacobina Lacombe. A partir dessa comissão, que trabalha junto com o MEC, foi proposta a criação de um novo Conselho, que teria como missão formular uma política cultural para o Brasil. Em meados de 1966 é criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), tomando como exemplo o Conselho Federal de Educação, diretamente ligado ao Ministério da Educação e Cultura.

Nos anos iniciais do período da Ditadura Militar, as atribuições e atuação do Conselho Nacional de Cultura são reformuladas. A discussão no Governo do Presidente Castelo Branco apontava a necessidade de repensar um efetivo plano nacional para a cultura, sob a coordenação do Conselho. Uma comissão foi instituída especialmente para tratar da reformulação do Conselho. Em novembro de 1966, através do Decreto-Lei nº 74, foi criado o Conselho Federal de Cultura, constituído por vinte membros diretamente nomeados pelo Presidente da República. O Conselho Federal tinha entre suas principais atribuições estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura.

No novo desenho, o órgão era consultivo e normativo, composto por diversos intelectuais de renome nacional e internacional, provenientes principalmente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Durante dez anos, de 1966 a 1976, foi o momento de maior atuação do Conselho, voltado para alguns projetos, como a elaboração de um Plano Nacional de Cultura, a implantação dos Conselhos Estaduais de Cultura e as Casas de Cultura. Na publicação do Decreto nº 60.237 (17 de fevereiro de 1967) questões pendentes com relação ao funcionamento do conselho foram definidas, como a eleição do Presidente e o Vice-Presidente que passariam a ser eleitos por maioria de votos de seus membros.

Os diretores de órgãos culturais do Ministério participariam dos trabalhos das câmaras, porém não teriam direito a voto. Uma das ações prioritárias realizadas pelo Conselho foi à recuperação da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e do Arquivo Nacional.

Na implantação do CFC, em 1966, somente dois estados Brasileiros tinham Conselhos – Guanabara e São Paulo - e somente um estado com Secretaria de Cultura Estadual, que era o Ceará, a primeira do país. Cinco anos depois, em setembro de 1971, o país amplia esse

número com a presença de conselhos de cultura instalados e funcionando em 22 estados, seguindo o modelo do conselho federal.

Em 12 de fevereiro de 1968, por decreto presidencial, foi convocada a 1ª Reunião Nacional de Cultura. Josué Montello, presidente do Conselho Federal, tinha tarefa de reformulação da política cultural do país, junto com uma Comissão. Ao iniciar os trabalhos, o CFC estabelece como prioridade a recuperação das instituições de cultura de caráter nacional - Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Arquivo Nacional - com forte a crítica à maneira como essas instituições vinham sendo conduzidas nos anos anteriores. O projeto era fornecer efetivo alcance nacional, possibilitando que tais instituições se tornassem coordenadoras do processo de crescimento de instituições congêneres.

Uma outra atribuição do Conselho era articular-se com os órgãos estaduais e federais, da área da cultura e da educação, de maneira a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais, como por exemplo, a criação e instalação das Casas de Cultura, projeto elaborado por Josué Montello, que teve continuidade na gestão de Arthur Reis (1969-1972). As Casas de Cultura eram uma experiência em alguns países da Europa, como França e Espanha.

O mais famoso e melhor executado foi o modelo francês, contando com a marcante liderança de André Malraux, Ministro da Cultura de 1959 a 1969. No projeto brasileiro as Casas de Cultura deveriam atender diversos tipos de atividades culturais. Sua implantação tinha respaldo nos convênios entre o Conselho Federal de Cultura e os municípios, com aportes financeiros de ambos os parceiros para a execução do projeto. A administração da Casa de Cultura³ ficava a cargo do município, com a presença de um membro do Conselho Municipal de Cultura, no caso de a cidade ter conselho, ou ainda, contaria com acompanhamento do Conselho Estadual de Cultura. Tal estratégia foi um incentivo pontual para a estruturação da ação municipal no campo da cultura nas cidades.

Durante muito tempo a estrutura do Ministério esteve toda voltada para a área de educação, não possuindo sequer uma secretaria de cultura, até a criação do Departamento de Assuntos Culturais - DAC (Decreto 66.967 em 27 de julho de 1970). Gradativamente o DAC assume funções de órgão central de direção superior, como previa o decreto de reforma

³ A Casa de Cultura deveria possuir biblioteca, auditório e teatro, funcionando como centro de atividades culturais, para que pudesse servir à população local. A primeira Casa de Cultura foi inaugurada em 17/12/1970, na cidade de Lençóis, na Bahia. Em janeiro de 1973, o Conselho havia implantado dezessete Casas de Cultura distribuídas pelos seguintes estados: Pará, Acre, Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo, estimulando a ideia de criação de espaços onde estivessem presentes formas culturais em seus mais diversos aspectos, em especial a popular.

administrativa, que passa também a concentrar as iniciativas de discussão sobre as políticas culturais, anteriormente atribuídas ao Conselho.

“A década de 1970 apresenta-se no percurso histórico das políticas culturais com alguns avanços. Se o período Vargas é o de estruturação formal da área cultural é, na década de 70, que o Estado começa a ampliar a sua atuação nesse campo, representando um importante momento de institucionalização no interior do governo.” (MICELI, 1984)

Para Miceli (1984), a ausência de autonomia para o campo da cultura caracterizava-se pela dispersão dos órgãos destinados à gestão pública da cultura; pela pobreza orçamentária e pela ausência de diretrizes, onde justamente o Conselho, mesmo sem conseguir assegurar dotações orçamentárias fixas para custear os planos de longo prazo, executou uma parte significativa dos objetivos planejados, sempre custeados com dotações especiais.

Em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, em 08 de agosto de 1969, sob o título de “Ação do Ministério da Educação e Cultura: Momento atual e perspectivas”, o Ministro Tarso Dutra afirmou que o plano de reforma educacional não estaria completo sem a cobertura na linha da cultura.

Para tanto o governo estava estudando um sistema de modernização das principais entidades culturais do país junto com a criação de um sistema de execução do Plano Nacional de Cultura, tendo como item fundamental a criação da Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura. Arthur Reis, ao deixar a presidência do CFC, em dezembro de 1973, fez um balanço das atividades desenvolvidas e contabilizou em 273 o número dos convênios firmados com os governos estaduais e municipais no período entre 1969 e 1972.

Desde os primeiros anos de existência o CFC possuía uma verba que lhe permitia implementar, apoiar e financiar alguns projetos, justamente projetos sugeridos ou apresentados pelos integrantes do CFC. Na maioria dos casos de financiamento, o Conselho adotou a política de exigir contrapartida dos órgãos de cultura locais de no mínimo 50% do valor total solicitado ou de igual ou superior valor ao por ele alocado. Havia ainda a exigência de que o próprio demandante também entrasse com parte dos recursos. Por exemplo, em um festival universitário de arte, deveria haver aplicação de recursos da própria universidade e do governo local para então o CFC liberar algum tipo de auxílio.

A verba anual de que dispunha o CFC era inferior à demanda por recursos, fazendo com que muitos projetos recebessem considerações positivas, mas sem a efetivação da liberação de recursos. Entre os critérios das negativas estava o da ausência de natureza

cultural do projeto, do caráter episódico do evento e o da concentração de recursos para um mesmo solicitante.

A aplicação do Plano Nacional de Cultura, que havia sido anteriormente preparado, tornara-se inviável tendo em vista não ser possível os conselhos deliberarem sobre questões que implicassem em alterações orçamentárias. Em lugar de planos, deveriam ser elaboradas diretrizes para as políticas públicas de cultura que, após serem submetidas à apreciação do Presidente da República, deveriam ser desdobradas pelo Departamento de Assuntos Culturais. Uma vez no DAC, as diretrizes propostas seriam então tratadas como planos, base para o desenvolvimento de programas e projetos. Foi um momento de destaque para o CFC na Ditadura Militar, onde a discussão de diretrizes norteadoras passava pelo colegiado.

Também na gestão do Ministro Jarbas Passarinho (Governo Médici 1969-1974), foi elaborado o Plano de Ação Cultural – PAC, esse sem a interferência do Conselho, apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos culturais. Lançado em agosto de 1973, o plano tinha por meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema em várias regiões do Brasil, priorizou o estímulo e apoio aos eventos culturais patrocinados pelo Estado, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

O PAC abrangia o setor de patrimônio, prevendo também a capacitação de pessoal. O Plano tinha objetivos específicos, priorizando a reflexão de qual o teor da vida do homem brasileiro, passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade, a difusão da criação artística e a integração, permitindo maior fixação da personalidade cultural do Brasil em harmonia com seus elementos formadores e regionais. Ocorria um processo de fortalecimento do papel Secretaria da Cultura que continuava dentro do Ministério da Educação.

Fora do Ministério da Educação uma importante discussão era tratada no Centro Nacional Referência Cultural - CNRC, coordenado por Aloisio Magalhães. Cumprindo convênio com o Ministério da Indústria e do Comércio, o CNRC pesquisa sobre a produção cultural e seus impactos econômicos no Brasil, de modo mais específico. O grupo de trabalho tem seus estudos reconhecidos mais amplamente com a oficialização de um convênio mais amplo, envolvendo outros Ministérios, a Academia, e o Distrito Federal. Em especial, esse grupo de trabalho abre caminho para a vigorosa presença de Aloisio Magalhães na estrutura federal de Cultura.

Nos anos finais da década de 1970 o DAC é ampliado para Secretaria de Assuntos Culturais, com visível fortalecimento dentro do governo. Na reformulação, essa nova

autarquia dentro do Ministério da Educação e Cultura, o DAC, foca em duas vertentes distintas - patrimônio e produção cultural (consumo e circulação).

No governo Geisel (1974-1978), o Ministro Ney Braga amplia a estrutura da cultura com a criação de novos órgãos e reformulação de setores, com acentuado fortalecimento da Cultura dentro da estrutura federal. É deste período a instalação da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Nacional, Conselho Nacional de Cinema, Conselho Nacional de Direitos Autorais e a reformulação da Embrafilme, que havia sido criada em 1969.⁴ Tais medidas estavam previstas no escopo do Plano Nacional de Cultura, elaborado por um pequeno grupo, a pedido do Ministro, sem consulta ou participação externa.

“Em janeiro de 1973, o ministro Jarbas Passarinho solicitou ao Conselho que elaborasse diretrizes para uma política nacional de cultura. A aplicação do plano nacional de cultura, que havia sido anteriormente preparado, tornara-se inviável. Em lugar de planos, deveriam ser preparadas diretrizes para as políticas públicas de cultura que, após serem submetidas à apreciação do presidente da República, deveriam ser desdobradas pelo Departamento de Assuntos Culturais em planos, programas, projetos e políticas. O CFC entregou ao ministro Jarbas Passarinho, em março de 1973, um documento denominado “Diretrizes para uma política nacional de cultura”, um dos subsídios para a elaboração da Política Nacional de Cultura, lançada em 1975.” (CALABRE, 2009, p.77)

O Plano tinha objetivos específicos, priorizando a reflexão de qual o teor da vida do homem brasileiro, passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade, a difusão da criação artística e a integração, permitindo maior fixação da personalidade cultural do Brasil em harmonia com seus elementos formadores e regionais. Para Miceli destaca-se o fato de o Ministro Ney Braga:

“Inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a primeira vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias

⁴ No entendimento de Isaura Botelho: A FUNARTE nos anos seguintes a sua criação foram relativamente estáveis do ponto de vista político e administrativo. Foi o período de amadurecimento da instituição que, talvez por representar setores menos estratégicos do ponto de vista governamental, foi deixada livre pelo regime autoritário para a formulação de suas diretrizes e construção de sua prática institucional. Outro aspecto importante, e que me parece diretamente ligado ao processo de abertura política então em curso, é o fato de sua diretoria ter tido ampla liberdade de formar um quadro de pessoal de ponta, recrutando basicamente na área de artes e ciências humanas. Na prática, esta associação entre a construção institucional em bases modernas, buscando criar modelos que não fossem dominados pela prática burocrática governamental, e recursos humanos jovens, vindos das áreas afinadas com as artes e que apostavam numa abertura democrática, contribuiu para que a efetiva construção da instituição fosse feita por seus técnicos, com respaldo de suas respectivas diretorias. Herdeira do Programa de Ação Cultural, marcou sua personalidade institucional.” (BOTELHO, 2001, p.65)

estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas.” (MICELI, 1984, p.53)

O Conselho Federal de Cultura apresentou planos em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi efetivado de modo prático. A cada plano apresentado pelo Conselho Federal de Cultura a proposta primordial era a garantia de manutenção e continuidade dos organismos nacionais de Cultura (por exemplo, a Biblioteca Nacional; Museu Nacional de Belas Artes; Instituto Nacional do Livro). A defesa de verbas para Cultura era prática constante do Conselho Federal de Cultura, uma vez que toda ação do MEC era voltada para Educação. As reformulações do setor cultural na gestão do Ministro Ney Braga seguem a linha anunciada em agosto de 1974, durante uma palestra na Escola Superior de Guerra⁵, quando o Ministro fala sobre a política educacional e cultural do Brasil.

Ao tratar da cultura, apresenta um projeto de reformulação do Plano de Ação Cultural, executado no ano anterior, afirmando que a política cultural do Ministério estaria centrada em diretrizes estruturadas em torno de três atitudes: a) difusão das manifestações do âmbito da cultura; b) incentivo à criatividade artística brasileira; e, c) preservação e defesa dos bens culturais.

“Na história das políticas culturais na América Latina, encontramos, por exemplo, governos autoritários que só se preocuparam com as questões culturais naquilo que dizia respeito à censura e à repressão da oposição política. Mas também existiram aqueles que construíram e reformularam instituições culturais, incentivando a produção e a difusão das manifestações culturais – sem desprezar o fato de que estes últimos também perseguiram as oposições políticas, reprimindo duramente as expressões culturais que apresentassem antagonismos ao grupo no poder.” (CALABRE, 2013, p.324)

Em julho de 1976, em Salvador, ocorre o Encontro Nacional de Cultura reunindo os Conselhos e Secretarias de Cultura de todo o país, com participação do conjunto de órgãos da área de cultura governamental, como a TVE, a FUNARTE, o Arquivo Nacional, entre outros, além do Itamaraty e da UNESCO.

⁵ “Eu já era do MEC. Eu era funcionário do Conselho Federal de Cultura desde menino. Eu fui muito cedo para lá. A Funarte veio naturalmente porque o pessoal do conselho tinha uma presença muito forte dentro do MEC na área cultural. Quando eu digo “o pessoal do conselho”, eu digo Manuel Diegues Júnior, eu digo Raquel de Queiroz, eu digo Gilberto Feire. Era um elenco inacreditável. (...). Esse grupo, de alguma forma, ajudou porque, na medida em que o conselho era um órgão normativo, ele não podia fazer quase nada. É difícil normatizar cultura, né? (...) Então, na realidade, começou-se a pensar, foi até o Mário Henrique Simonsen quem pensou primeiro, numa fundação de arte. Mas ele pensou numa fundação de ópera. Ele era um apaixonado pela ópera. (...). Aí, a coisa, na realidade, foi progredindo nas conversas com Ney Braga, com Amália Geisel, com Carlos Alberto Menezes (assessor do Ministro da Educação Ney Braga entre 1975 e 1978), que é da minha idade, que virou Ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi esse grupo que, mais ou menos, fez a Funarte.” Entrevista concedida por Roberto Parreira a Ester Moreira e Sharine Melo. 25/04/2017.

O objetivo do Encontro Nacional de Cultura era plantar as bases para a implementação de uma política integrada de cultura entre os diversos níveis de governo. Durante os anos seguintes a linha central do governo federal, na área cultural, seguiu esse roteiro do Ministro Ney Braga (difusão das manifestações do âmbito da cultura; incentivo à criatividade artística brasileira e a preservação e defesa dos bens culturais), com forte dirigismo do Governo.

A FUNARTE foi especialmente criada para ser um dos órgãos executores das novas diretrizes políticas do governo, considerando o Plano Nacional de Cultura (PNC), elaborado no final de 1975 e oficialmente lançado em janeiro de 1976, com a ideia central da organização de um sistema que pudesse coordenar a ação dos vários organismos no campo da cultura, valorizando a produção cultural nacional, sempre dentro da linha traçada pelo governo.

Ao longo das décadas de setenta e oitenta, várias secretarias estaduais, municipais e conselhos de cultura são instituídos e organizados, ampliando o processo de institucionalização da cultura no país. O encontro nacional de Secretários de Cultura, realizado em 1976, contribui para incentivar a comunicação entre os vários agentes e gestores culturais, com uma forte discussão quanto à necessidade de criação do Ministério da Cultura.

A Cultura era apresentada na ditadura militar como instrumento fundamental na preparação do indivíduo para a participação política, cujo êxito dependeria sobremaneira do comando dos militares, o que justificaria a sua intervenção, já que teria um caráter pedagógico e racional.

O PNC destaca a ideia do saneamento moral e ético da sociedade, que somente seria possível, para os militares, por meio de um aperfeiçoamento das instituições políticas, econômicas e sociais, tendo como medida necessária o mecanismo de controle das instituições bem como o seu fortalecimento através das propagandas oficiais, que projetavam certos valores como indispensáveis para o desenvolvimento integral do país.

Esta integração, inclusive, sendo justificada como fator importante tanto para o desenvolvimento regional quanto nacional, é que alavanca os projetos com os seus investimentos nas áreas de telecomunicações e de transportes, possibilitando, assim, concretizar o processo de modernização e integração do mercado brasileiro.

O PNC vai se fundamentar em alguns aparatos legais, como a própria Constituição Federal outorgada em 17 de Outubro de 1969, que no seu artigo 180, parágrafo único, estabelece que o amparo à cultura é dever do Estado; no Decreto Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967, artigo 39, que enquadra a cultura, as letras, as artes e o patrimônio

histórico na área de competência do Ministério da Educação e Cultura; e no Decreto Lei nº 74 (21 de Novembro de 1966), que cria o Conselho Federal de Cultura – CFC.

O discurso do governo militar presente no PNC⁶ comporta uma retórica da democracia, da cultura popular e das diferenças regionais, elementos trabalhados para conformar uma ideia de legitimidade do regime militar, seguindo a política cultural traçada pelo regime: revelar a constituição do âmago do homem brasileiro; preservar os bens de valor cultural; incentivar a criatividade; assegurar a difusão da criação e das manifestações culturais e integrar a nação, onde o controle e a organização das atividades culturais ficavam a cargo do Estado, cabendo ao MEC a coordenação da sua ação através do CFC, com caráter normativo e incentivador, e do Departamento de Ação Cultural (DAC), com caráter executivo.

“A Mitologia verde-amarela, sempre retrabalhada pelas elites brasileiras de acordo com o contexto, assume no regime militar, em especial na década de 70, o lema de proteger e integrar a Nação. Com isso, a cultura popular, elemento central dessa mitologia, é apropriada pela classe dominante através de determinada visão do nacional-popular que representa a nação de forma unificada.” (BARBALHO, 2007, p.42)

Ao CFC cabe incentivar as Casas de Cultura, difundir a PNC e as diretrizes para a elaboração da Carta Cultural do Brasil. Ao Departamento de Assuntos Culturais compete mobilizar recursos financeiros e programas com o apoio das suas unidades e de instituições públicas e privadas. Às Universidades, incluídas no plano de ação, compete a seleção de trabalhos, o desenvolvimento e a difusão de pesquisas acerca da produção cultural, constituir centros de documentação, oferecer cursos de extensão para promover o patrimônio cultural e o meio ambiente, e cursos profissionalizantes no campo cultural (cinema, teatro etc.).

Quanto os entes federados (Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios), devem preservar acervos, difundir, a partir de festivais, as manifestações artísticas, estimular a criatividade cultural nos alunos de 1º e 2º graus; ao Ministério das Relações Exteriores compete divulgar a cultura brasileira no exterior; outros ministérios e instituições colaboram na realização dos programas culturais; já a Secretaria do Planejamento da Presidência da

⁶ Estabelecida linha norteadora, os militares investem nos elementos para a ação da Cultura no MEC e ainda em outros ministérios, destacando: apoiar e incentivar a criação e a preservação do produto cultural (artesanato e folclore); (2) dinamizar e reforçar a atividade editorial; (3) preservar o patrimônio artístico e histórico, bem como paisagístico, arqueológico e etnográfico; (4) apoiar a criação e a divulgação do teatro nacional; (5) apoiar o cinema nacional de modo a torná-lo mais competitivo, moderno e comercial; (6) apoiar a produção e difusão da música nacional; (7) apoiar a dança nacional; (8) apoiar as artes plásticas, inclusive no estímulo à pesquisa de novas tendências; (9) difundir a cultura nacional a partir dos meios de comunicação de massa. O Estado Militar se autoproclama guardião da tradição cultural ao mesmo tempo em que sugere ser o agente ideal da modernização, sendo o que regulamenta, planeja e executa as ações. Tal ideia certamente aponta para uma concepção comum nas Forças Armadas, que reza que os militares exerciam o papel de moderadores diante da sociedade civil, possuindo, então, o entendimento de que desempenhavam a função de formadores de cidadãos.

República cabe atuar no cadastramento, na preservação e na valorização dos acervos, tanto naturais quanto culturais.

Na união de forças estabelecida, o objetivo comum de legitimar práticas de interesse do governo e dos empresários, gerando um desenvolvimento de direção dos meios de comunicação de massa.

“Laços estreitos eram mantidos entre os militares e os empresários da cultura acerca do ideário da integração nacional. Para os militares, tais interesses giraram em torno da unificação política das consciências, enquanto para os empresários a integração do mercado é que tem importância.” (ORTIZ, 2001, p.118)

Assim, atrelados a tentativa de legitimidade e reconhecimento, é perceptível que os militares buscaram montar um discurso pautado em princípios democráticos e de liberdade, cuja função seria a de humanizar o próprio Regime Militar frente a população e alguns meios de comunicação internacionais.

Com investimento nas políticas culturais e nos meios de comunicação, houve a difusão da PNC e a difusão de uma cultura mercantilizada, que em si carregava valores culturais norte-americanos. Estas políticas ao mesmo tempo em que contribuíam para a manutenção do Estado Militar, também refletiam um novo processo centrado na institucionalização e profissionalização cultural.

Introduziram o discurso da segurança e do desenvolvimento, e operou a organização e planejamento das políticas culturais, promovendo o seu desdobramento a partir de investimento em infraestrutura no campo de telecomunicações e na criação de órgãos governamentais de cultura.

A linha Política Nacional de Cultura - PNC, é considerada um documento fundamental para compreender as ações e as políticas dos governos militares dirigidas à cultura, uma vez que englobaram desde os fundamentos legais da ação do governo para o setor, até as diretrizes que norteiam o trabalho do Ministério de Educação e Cultura - MEC, delimitando objetivos, ideias, programas, apontando formas de execução da política, em plena ditadura militar.

Racionalização, institucionalização e mercantilização da cultura são alguns dos principais elementos característicos destas políticas culturais, como também a atenção ao patrimônio e à identidade nacional, onde a FUNARTE é criada, em especial, para execução dessas premissas para área cultural.

O lançamento do PNC foi à tentativa mais concreta de uma política pública de cultura, atrelada à necessidade de superar problemas econômicos e a crescente insatisfação da

sociedade civil, reflexo da crise do “milagre econômico”. Tal cenário gerou uma progressiva queda do governo militar e acelerou a inserção de uma nova composição político-cultural de atuação estatal na cultura, cabendo ao PNC estabelecer no seu conjunto as metas do Regime Militar e os novos rumos das suas relações com os setores intelectuais e artísticos arredios à política autoritária.

No processo de redemocratização promovido ao longo do governo Geisel e Figueredo (1974 a 1979), até a escolha de um presidente-civil, em 1985, o Estado Brasileiro percorre um caminho lento, diminuindo aos poucos a intensidade da repressão contra os movimentos sociais. Nota-se o abrandamento da censura nos meios de comunicação e um maior espaço para atuação de atividades autônomas da classe trabalhadora. Em especial, é reitegrado alguns direitos individuais, como o *habeas corpus*, a liberação de vários os presos políticos, tolerância de oposição política e por fim, na sequencia das mudanças que assinalavam o fim do regime, a permissão de agendas culturais com público amplo.

A atuação do CFC apresenta traços desse porcesso de democratização e liberalização dentro de um regime autoritário, caminhando para seu final. Como assinala RUBIM (2007), as experiências de políticas culturais estatais no Brasil registram a paradoxal situação do país ter experimentado uma forte presença do Estado no gerenciamento da cultura, exatamente em regimes políticos de restrições à liberdade como entre os anos 1930-1945 e 1964-1985.

Desse último período, sobre as metas do governo para a cultura nos anos 70, em pleno domínio militar, foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, evidenciando a importância político-institucional do ideário de uma conduta para o setor entre as metas da política de desenvolvimento social do governo. Prevendo, inclusive, modalidades de colaboração entre os órgãos federais.

Ainda que contraditório, é identificável que as políticas culturais, com seus principais órgãos gestores, foram herdadas principalmente de períodos autoritários (governo Vargas e governos militares), onde as políticas foram estabelecidas como forma de estímulo de um sentimento cívico, da formação de uma identidade nacional emanada do Estado, onde claramente a mão pesada do Estado projetava controlar atividades dos setores culturais, que na ótica do militares, eram considerados subversivos, ou ameaça à paz nacional.

Depois das décadas de 1960 e 1970, quando a presença da cultura no campo das políticas públicas foi acentuada durante os governos autoritários, a partir da década de 1980, de maneira gradativa e diferenciada, lentamente, novas questões das políticas culturais foram sendo incorporadas aos programas de governo, dentro da perspectiva da construção de

sociedades mais democráticas e menos desiguais. Em 1979 e 1980, sob a gestão do Ministro Eduardo Portella, ocorreu a transformação do IPHAN de Instituto em Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional, sob a direção de Aloisio Magalhães.

Ainda em 1979 foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória que como um dos seus primeiros atos incorporou a ação produzida pelo CNRC. Em 1981 a nomenclatura é alterada para Secretaria de Cultura, com duas subsecretarias (patrimônio e assuntos culturais), quando Aloisio Magalhães assume a secretaria recém-reestruturada.

Com o evidente fortalecimento do setor cultural, surge dentro da Secretaria de Cultura uma discussão sobre a criação do Ministério de Cultura. Dois grupos divergiam sobre o tema. Na avaliação de alguns integrantes, o cenário de tantas mudanças, apontavam condições para Cultura ter um Ministério exclusivo. Outro grupo avaliava prematuro, em especial em função do orçamento que poderia ser alterado para menos, uma vez desvinculado do Ministério da Educação. Aloisio Magalhães exemplifica esse temor com uma frase emblemática, afirmando, à época, que *“mas vale ser o rabo de um leão do que a cabeça de um rato”*.

O papel dos Conselhos de Cultura será decisivo neste processo, considerando o percurso de anos, desde a criação da primeira composição de Conselho de Cultura no Brasil. As decisões ordenadoras da ação do Estado sobre a área da Cultura, no seu conjunto que normatizam os procedimentos, passam a envolver novos e diferentes agentes no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, revendo, inclusive, a alocação de recursos humanos e financeiros.

Lentamente a lógica gerencial aplicada nas décadas de setenta e oitenta, apresentam mudanças com novo foco que orienta a ação da administração pública, mesmo sendo identificável a dificuldade da cultura se estabelecer como área autônoma, com continuidade de políticas públicas, atendida com órgãos e recursos públicos específicos.

No novo momento da história brasileira, de redemocratização no país, se identifica que o conjunto das políticas de cultura e os principais órgãos gestores foram herdados dos períodos autoritários, com a disseminação de políticas e aparatos estabelecidos como forma de invocação de um sentimento cívico, onde a atuação do Estado visava o controle das atividades dos setores culturais considerados, de alguma forma, subversivos. Nesse contexto de transição “lenta, gradual, restrita e segura”, como destaca o General Geisel, a sociedade civil retoma aos poucos pequenos espaços, brechas, num movimento de pressão.

Tais movimentos se dão apesar da persistência do regime de se manter na condução do processo de distensão, onde tentam equilibrar as diferentes forças, entre a linha-dura e ausência de punições severas, que obriga os militares a rever os seus cálculos e a ceder em

muitos pontos, quando não o queriam, embora procurassem dar uma impressão, ou aparência, de estarem apenas fazendo concessões.

A criação de Secretarias de Cultura exclusivas em alguns estados foi preponderante para ampliar o caminho de institucionalização da Cultura no país, porém, como assinala Calabre (2007), o avanço na estrutura organizacional, apesar da importância simbólica, não tinha reflexos em investimentos de recursos.

A criação dessas unidades, em vários Estados e capitais, foi um dos fatores para do próprio Ministério da Cultura. A intensidade de instalação de unidades administrativas de gestão cultural, potencialmente, foi estimulada pelo Conselho Federal de Cultura nos anos próximos recentes.

“O processo de institucionalização do campo da cultura dentro das áreas de atuação de governo ocorrido na década de 1970 não ficou restrito ao nível federal. Nesse mesmo período o número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura de estados e municípios também cresceu. Em 1976, ocorreu o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, dando origem a um fórum de discussão que se mantém ativo e que muito contribuiu para reforçar a ideia da criação de um ministério independente.” (CALABRE, 2007, p.6)

Em função de ajustes na composição de aliados no seu governo, José Sarney, poeta, oficializa a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, com a publicação do Decreto Presidencial Nº 91.144 - 15 de março de 1985, que apresenta argumentos para sua criação e estabelece atribuições:

“1) incapacidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC) suprir exigências de dois campos; 2) a necessidade de métodos, técnicas e instrumentos diversificados de reflexão e administração diferenciados para os dois campos 3) a ausência de uma política de cultura mais consistente, uma vez que a problemática educacional sempre foi prioritária no MEC e 4) a necessidade de uma política nacional de cultura considerando o desenvolvimento alcançado pelo país.” (BRASIL, 1985)

Ainda de acordo com o decreto de criação, o Ministério da Cultura tinha como áreas de competência: letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional, patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural. Sua estrutura organizacional foi estabelecida a partir da aglutinação de órgãos criados e que estavam subordinados ao Ministério da Educação e Cultura.

Assim, a Cultura é apartada institucionalmente da estrutura administrativa da Educação, como uma área específica que necessitava de projetos, leis, setores administrativos e pessoal próprios, um primeiro cenário de mudanças começa a ser traçado, timidamente, na

estrutura federal, com reflexos na composição do Conselho nos anos seguintes, somados ao impacto da Constituição Federal de 1988.

Os primeiros anos de criação do Ministério da Cultura são marcados por problemas estruturais, em especial, pela falta de recursos, de pessoal e até mesmo, falta de espaço. A instabilidade dos titulares da pasta agravou tal cenário, considerando as frequentes mudanças de Ministros nos primeiros dez anos. Sem um fundo orçamentário específico (a exemplo da Educação), a Cultura amarga severos problemas financeiros, em função de cortes e congestionamentos.

Na busca de novas fontes de recursos e financiamentos para Cultura, é criada em 1986 a chamada Lei Sarney, com a prática do incentivo em benefício de projetos culturais, a partir da renúncia fiscal das empresas privadas, durante a gestão do economista Celso Furtado. O Ministro da Cultura, impulsionado pela implantação da lei de incentivo, promove no Ministério estudos iniciais que foram uma grande novidade na pasta: a economia da cultura.

A ausência de política estatal em benefício aos interesses do mercado fica evidenciada com a instalação da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Sarney)⁷, deixando a cargo da iniciativa privada a decisão final do que deve ser incentivado e financiado, afunilando de modo drástico as agendas da verba pública sob renúncia fiscal nas produções de cultura, no eixo Rio - São Paulo, quase sempre nas mãos dos mesmos beneficiados.

É também neste período que se efetiva a presença do produtor cultural: atuando na frente de captação de recursos, realizador e promotor de eventos, megas agendas e ainda, agenciador de cultura. Após os anos do governo Collor, quando se dá a extinção de todos os organismos de cultura que existiam, com rebaixamento do Ministério da Cultura a secretaria, e uma impactante descontinuidade na titularidade da pasta, com dez ministros no espaço de dez anos na cultura, o cenário de profunda instabilidade e fragilidade na gerência nacional de

⁷ Os estados e municípios dão os primeiros passos na elaboração de suas próprias leis, nesta linha adotada pelo governo federal. Nos moldes da Lei Sarney, com significativas correções, foi criada a Lei Mendonça (1990) no município de São Paulo, seguida por outros estados e alguns municípios, adotou mesmo formato, assim resumido; o produtor artístico preenchia um cadastro junto aos órgãos do governo, apresentando um projeto no qual constava a descrição e o orçamento, depois da aprovação deste, estaria habilitado para buscar financiadores no setor privado. Ao final do projeto, prestava contas junto ao governo quanto à aplicação dos recursos conseguidos. O benefício desta sistemática para o empresariado estava no abatimento, no seu ISS ou IPTU, de determinado percentual sob o valor investido (na Lei Mendonça, no município de São Paulo, era de 70%). Em 1991 foi promulgada a lei federal Rouanet (segundo secretário da gestão Collor) um aprimoramento da Lei Sarney, ampliando o poder de fogo da lei de incentivo, onde os governos seguintes acentuam sua prática: as reformas e mudança de nome para Lei Rouanet mantém os interesses do mercado acima de qualquer outra política, com ausência de políticas de cultura do Estado. Seu texto legal é ainda hoje a base de toda a política de incentivos praticada no Brasil, atualmente, sob reforma. Comparada com as políticas praticadas anteriormente, percebeu-se uma maior participação das entidades representativas de setores culturais. Entretanto por serem as empresas os principais financiadores, os padrões mercadológicos continuavam prevalecendo.

cultura, já no período democrático, é classificado como o ápice do processo ditatorial atrasado.

Neste contexto, a novidade na década de noventa foram os conselhos gestores, que trouxeram um caráter interinstitucional para administração pública, previstos na constituição de 1988 e em outras leis específicas de estados e municípios, regulamentando suas ações como conselhos deliberativos, com representação da sociedade civil e poder público. Sua função é ser canal de mediação entre a sociedade e o Estado. Os conselhos gestores de políticas públicas, nascidos nos anos 1980, são inovações institucionais que tiveram sua origem no processo de democratização e que tem como objetivo promover a participação, deliberação e controle da gestão pública.

É a Constituição de 1988 que *redefine a posição e função dos conselhos a partir de uma nova arquitetura jurídico-política que lhes conferiria maior legitimidade, força e permanência* (TATAGIBA, 2012), onde tal atmosfera foi estimulada, em grande parte, pelos partidos progressistas, como o Partido dos Trabalhadores, movimentos sociais, sindicatos, universidades, e instituições que se apresentavam na defesa da participação social e dos direitos humanos.

Tais movimentos refletiram sobre a reformulação das políticas públicas, a participação e representação social como decorrência da expansão democrática pós-ditadura militar e do movimento histórico de reivindicação por direitos civis e políticos no Brasil, como o Movimento das Diretas Já, em 1984.

O governo federal, a partir da Constituição Federal de 1988, estimula a institucionalização de criação de conselhos e conferências públicas em diversas áreas, um movimento diretamente ligado à retomada da democratização no País com o fim da ditadura civil-militar. As décadas de 1990 e 2000 são marcadas pelas mobilizações em torno da participação social em instâncias deliberativas e representativas junto ao Estado.

Em abril de 1989, na posse do novo vice-presidente do Conselho Federal de Cultura, ocorreu uma reunião ampliada, onde também foi realizado um Encontro dos Conselhos Estaduais de Cultura. Grande parte das discussões girou em torno da redução gradativa e contínua do poder do Conselho Federal de Cultura e dos conselhos estaduais de cultura em geral. Entre os presentes estava o representante do Pará, Silvio Meira, que havia sido membro do CFC durante seis anos (final da década de 1960 até meados de 1970). O Conselheiro enfatizou a importância e o papel do CFC, onde, segundo Meira, as mudanças começaram a ocorrer após a criação do DAC, onde as diversas demandas, antes atribuídas ao Conselho, passam a ser encaminhadas exclusivamente para setores do governo.

A situação do CFC se tornou ainda mais crítica, agravada com o início do governo Fernando Collor, em 1990, quando o Ministério da Cultura é extinto, junto com vários dos órgãos e autarquias, inclusive o Conselho Federal de Cultura.⁸ As medidas adotadas por Collor, justificadas pela necessidade de redução de gastos, foi identificada por várias lideranças culturais, em especial aqueles que apoiaram o candidato do derrotado pelo novo presidente, como uma estratégia proposital para redução da presença da Cultura na estrutura federal, gerando um cenário ainda maior de descontinuidade das políticas públicas.

Tal decisão abriu caminho para uma maior atuação do setor privado na cultura, quando no ano seguinte a posse de Collor, em 1991, na gestão de Sérgio Paulo Rouanet, o novo titular da então Secretaria da Cultura, é promulgada a Lei 8313 que regulamenta o incentivo à cultura através da renúncia fiscal. Um aperfeiçoamento da extinta Lei Sarney, da década anterior, a segunda lei federal que colocava o setor empresarial na linha de frente das ações culturais no Brasil, mais uma vez se personificava com o rótulo nominal do seu idealizador, passando a ser chamada de Lei Rouanet.

Com afastamento de Collor, ainda na condição de presidente interino Itamar Franco (aclamado Presidente da República em dezembro do mesmo ano), recria o Ministério da Cultura através da Lei nº. 8.490, de 19 de novembro de 1992, com as atribuições de: “a) planejamento, coordenação e supervisão das atividades culturais; b) formulação e execução da política cultural; e c) proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro.” (BRASIL, 1992)

Mesmo com a recriação do Ministério da Cultura, a grande instabilidade que se destacou neste período foram as constantes trocas de dirigentes do órgão durante a gestão de Itamar, entre 1992-1994, passando pela pasta Antônio Houaiss, José Jerônimo Moscardi e o advogado Luiz Roberto do Nascimento e Silva.

Assume a pasta da Cultura o professor Antônio Houaiss, integrante do então Conselho Federal de Cultura. O titular do recriado Ministério da Cultura estabelece a estrutura básica do órgão, onde o Conselho Nacional de Política Cultural é regulamentado através do Decreto n. 823 de 21/05/1993. Apesar de restabelecido, e com a simpatia dos titulares da pasta, o Conselho não teve uma forte atuação.

⁸ Governo Collor/ lei nº 8.029 de abril de 1990, extinguiu uma série de entidades da administração pública federal. Dentre elas, a Fundação Nacional das Artes - FUNARTE; a Fundação Nacional de Artes Cênicas - FUNDACEN; a Fundação do Cinema Brasileiro - FCB; a Fundação Nacional Pró-Memória - PRÓ-MEMÓRIA; a Fundação Nacional Pró Leitura. E, no mesmo ato, criou: 1) o Instituto Brasileiro da Arte e Cultura – IBAC que aglutinou o acervo, as receitas e dotações orçamentárias, bem como os direitos e obrigações da FUNARTE, da FUNDACEN e da FCB; 2) o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC que substituiu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN a agrupou as responsabilidades e dotação da fundação PRÓ-MEMÓRIA; 3) a Biblioteca Nacional que acolheu a Fundação Pró Leitura. (BRASIL, 1990b)

Para Moscardo, que assume a pasta em setembro de 1993, a principal missão do ministério é a enfatizar a redefinição da importância da Cultura na pauta das prioridades estratégicas para o país. Participando da abertura da 1ª Conferência Nacional de Cultura em outubro de 1993, em Brasília, defende a importância da cultura na identidade dos povos, exemplificando como as economias mais avançadas estão se transformando em sistemas que produzem, acumulam, difundem e consomem bens e serviços culturais. O último ministro da Cultura do governo Itamar, o advogado Nascimento e Silva, cria a Lei do Audiovisual, nº 8.685/93, com mecanismos que permitem a dedução de parte do imposto de renda devido nos investimentos realizados na produção de obras audiovisuais.⁹

Na gestão Fernando Henrique Cardoso, com dois mandatos (1994-2002), a presença contínua do titular não simboliza avanços ou mudanças da linha política adotada. Francisco Welffort, que permanece durante oito anos como Ministro, fica marcado a frente da cultura nacional pela publicação de luxuoso livro, intitulado “Cultura é um bom negócio”, endossando a prática iniciada no fim da ditadura, onde o mercado dita as regras, o governo libera o dinheiro sob renúncia fiscal. A cópia de tal linha em algumas capitais e estados, é o que se pode destacar de modelo de políticas culturais nos anos finais do século XX.

Durante os dois governos de FHC, os recursos para a cultura no ano de 2002 sofreram redução em mais de 20% em relação a 1995. Fora a criação da Agência Nacional do Cinema, que será vinculada ao Ministério da Cultura apenas em 2003, e a implementação de uma política de patrimônio imaterial, foi perceptível a estagnação do setor cultural, com a pesada presença do mercado no dirigismo de financiamento, com ampla insatisfação dos agentes do setor. Pouco influenciado pela nova linha de participação política dos anos 80, o Ministro da Cultura de FHC esvazia o Conselho de notáveis paulatinamente. O número de membros foi reduzido de vinte e quatro Conselheiros para nove, em 1996, até ser vaziado, anos depois.

Quando os membros do Conselho são as próprias secretarias e instituições vinculadas ao Ministério, à medida que os mandatos dos conselhos foram-se extinguindo não houve recondução dos Conselheiros ou novas nomeações, fazendo com que o órgão deixasse de existir, ainda que não tivesse sido extinto por lei (CALABRE, 2010). Fernando Henrique Cardoso, um professor, filósofo, atravessa seu governo com um conselho nacional de cultura

⁹ Destaques da gestão de Nascimento e Silva: iniciadas várias restaurações de edifícios tombados, como o palácio Capanema, no Rio de Janeiro, as igrejas do Rosário e de Santa Efigênia, em Ouro Preto (MG), e a igreja de Santa Teresinha, em Olinda (PE); criados pontuais incentivos à circulação de bens culturais no âmbito do Mercosul; publicação de portarias que reduzem os impostos incidentes sobre as tintas utilizadas pelos artistas plásticos; revisão dos conceitos e fundamentos da Lei Rouanet são fixados, incrementando o número de projetos e modernizando o seu funcionamento, estabelecendo pela primeira vez com antecedência o total de renúncia fiscal que seria assegurado à cultura no ano subsequente.

sem nenhuma presença da sociedade civil, em pleno começo do século XX, no Brasil redemocratizado.

Gilberto Passos Gil Moreira, que assume o Ministério da Cultura em 2003, no primeiro Governo Lula, inicia intensa discussão para reformulação do Conselho, que resultará em mudanças mais amplas até o final de sua gestão, em 2008. No primeiro ano do ministro cantor no Ministério, é realizado o “Seminário Nacional Cultura para Todos”, quando o MinC percorre as cinco regiões do país, reunindo intelectuais, pesquisadores, agentes e trabalhadores culturais para debater a construção de uma política de Estado para a cultura. Era o pontapé inicial de uma reformulação geral desejada pelo Ministro, convencido da necessidade de aproximar o Ministério da Cultura dos brasileiros, até então, distante e desconhecido, nos gabinetes.

O Seminário Cultura para Todos também seria momento estratégico de escuta mais adequada à nova realidade nacional, buscando subsídios, inclusive, para a reformulação da Lei Rouanet, dentre outras pontuais mudanças.

Os encontros nacionais, os editais, os vários programas de cultura viabilizando frentes de trabalho nas linguagens artísticas, os debates regionais e seminários, a conferência nacional de cultura, a implantação do Plano Nacional de Cultura e por fim, as múltiplas ações do MinC entre parcerias e medidas transversais, representaram um traço amplo de uma nova linha política, onde a participação social e cooperação de vários atores sociais, sociedade civil e demais membros da união, estados e municípios, passa a integrar a pauta da cultura nacional.

Uma gestão democrática da cultura, que impõe novo comportamento ao País, como destaca Rubim, apontando avanços no discurso de posse de Gilberto Gil, que propõe uma forma diferente de tratar o setor cultural e fazer política pública:

“A interlocução com a sociedade concretizou-se através de uma assumida opção pela construção de políticas públicas. Elas emergem como marca significativa das gestões ministeriais de Gil e Juca. Proliferam encontros; seminários; câmaras setoriais; conferências, inclusive culminando com as conferências nacionais de cultura de 2005 e 2010. Através destes dispositivos, a sociedade pôde participar da discussão e influir na deliberação acerca dos projetos e programas e, por conseguinte, construir, em conjunto com o Estado, políticas públicas de Cultura.” (RUBIM, 2007, p.14)

A atuação do Ministério da Cultura, em vários aspectos, inaugural, representa um diferencial comparado às políticas anteriores, a exemplo do apoio à cultura indígena e negra, às questões de orientação sexual, à rica pluralidade de expressões culturais que foram acobertadas anteriormente, por um projeto mono cultural, que passa a ser deixado de lado,

sendo substituído por uma vertente plural, diversa, que tem apreço e reconhecimento à diversidade.

Distintas etapas preparatórias acontecem ao longo do ano de 2005 para a 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em dezembro. A própria conferência é etapa prioritária no processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura, onde pela primeira vez, o governo federal reúne ampla gama dos setores da sociedade para realizar uma discussão sobre políticas culturais. Mecanismo participativo, de consulta pública, a 1ª Conferência recolheu sugestões e propostas para a elaboração das diretrizes básicas daquele que seria o mais participativo plano nacional de cultura já elaborado.

As conferências municipais, estaduais e intermunicipais de Cultura, realizadas como etapas prévias, marcam a adoção de uma nova linha política traçada pelo Ministério da Cultura, onde uma ação sistêmica se estabelecia a partir de uma inovadora interligação entre os entes federados e a sociedade, e ainda, a realização dos seminários setoriais “Construindo o Plano Nacional de Cultura”, organizado diretamente pelo Ministério da Cultura. Com esta perspectiva o documento final da primeira Conferência Nacional de Cultura, em 2005, sinaliza a necessidade de organização de um sistema específico para a Cultura, a exemplo do SUS (Sistema Único de Saúde), ou seja, um Sistema Nacional que abarcasse todas as vertentes culturais existentes, onde a presença dos Conselhos (nacional, estaduais e municipais), passa a ter ainda mais envergadura.

“Frente às muitas mudanças implementadas pela pasta, a iniciativa de conhecer mais o próprio setor, estimulado pela necessidade de leituras mais detalhadas dos números que movimentavam a Cultura, nos anos 2004 e 2005 são realizados vários encontros entre membros do Ministério da Cultura e do IBGE. Desses encontros resultaram diversos produtos e ações, como a formação de um grupo de estudo no IBGE para trabalhar com as informações coletadas, que passam a compor publicações do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (do IBGE). Um destes trabalhos foi a publicação de um suplemento de cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), com lançamento em 2006.” (BARBOSA, 2011, p.52)

O Sistema Nacional de Cultura - SNC, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes federados e a sociedade, no intuito de promover o desenvolvimento humano, social, e econômico com pleno exercício dos direitos culturais, onde alguns componentes são considerados básicos para a implementação do SNC: A Lei do Sistema, seja Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, um órgão gestor de cultura, a realização de conferência da cultura, o conselho de política cultura com sua composição paritária entre o ente federado e a sociedade civil, o sistema de

financiamento cultural (fundo estadual, distrito federal ou municipal) e o sistema de informações, indicadores culturais e de formação cultural.

O SNC, uma vez aplicado, instalado, é base fundamental para uma democracia participativa e representativa na gestão do Ministério da Cultura, o que justifica a intensa participação da sociedade civil, estabelecendo uma relação paritária entre sociedade civil e poder público na composição do Conselho, como preconizava a Constituição Federal de 1988. A movimentação no CNPC, com notada presença de diversos segmentos artísticos e amplos debates, de norte a sul do Brasil, intensifica a representação e participação de vários agentes culturais e artistas.

No Plano Nacional de Cultura, no tocante a implementação dos Sistemas de Cultura, é identificável claramente a importância dos Conselhos de Cultura (MATA-MACHADO, 2010) para assegurar a participação e representação da sociedade civil ao longo do inovador processo que começava a ser implantado no Brasil.

Em termos gerais, os primeiros quatro anos de gestão do ministro Gilberto Gil (2003-2006) foram de empenho para a construção real de um Ministério da Cultura – MinC, esforço que segue nos quatro anos seguintes do segundo Governo Lula, com vários avanços significativos no sentido de colocar a cultura dentro da agenda política do governo.

Foi efetuada uma reforma interna, buscando proporcionar agilidade operacional ao órgão, permitindo uma racionalização do trabalho. Para a nova estrutura foram criadas novas secretarias - Secretaria de Articulação Institucional, a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural e mantida a Secretaria do Audiovisual. Estava formada uma nova estrutura administrativa para dar suporte à elaboração dos novos projetos e novas ações, sintonizadas com o conjunto da nova política pública para a Cultura do Governo Lula.

Pela primeira vez, o Ministério se propunha a empreender uma política de aproximação com outros ministérios, com estados e com municípios, além de outras entidades e órgãos com finalidades públicas (SESC, SESI, SENAI etc.). Nesta nova estrutura, o estímulo para a construção de uma gestão transversal amplia o papel da sociedade civil, não mais como uma espectadora das ações, mas exercendo um envolvimento pontual, de real participação no processo de formulação das políticas culturais.

A gestão do Ministro Gilberto Gil entrelaçava, de maneira audaciosa, as ideias inovadoras e ritos burocráticos em um mesmo grau de importância na mesma mesa de decisões. Ultrapassar desafios e garantir conquistas era dar resposta em bom termo a

sociedade civil, que após os encontros nacionais, era facilmente identificada na figura de delegados das conferências nacionais e participantes dos seminários nacionais de cultura, acompanhavam, muito mais próximos agora do Ministério da Cultura.

A necessidade de alterações na cultura política vigente pressionava o MinC para execução de calendários que viabilizem a reformulação de instrumentos de gestão, para a sequente aplicação das políticas. Essa pressão, exercida externamente através da participação social, apontava o novo papel, fiscalizador, dos agentes culturais, notadamente agrupados nos coletivos, fóruns e Conselhos, a começar pelo organismo da estrutura federal, o CNPC, ainda que, ao longo dos quatro anos da gestão do Ministro Gilberto Gil, esse papel fiscalizador tenha sido abrando pelo comportamento de colaboração entusiasmada.

Através do Decreto Nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, do Ministério da Cultura, institui o Sistema Federal de Cultura (SFC), que dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC. O organismo, dentro da estrutura do MinC, dispõe sobre as competências do CNPC, descritas no Decreto de 2005, a saber:

“Estabelecer orientações e diretrizes, bem como propor moções pertinentes aos objetivos e atribuições do SFC; propor e aprovar, previamente ao encaminhamento à coordenação-geral do SFC tratada no inciso I do art. 3º, as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura”. Enquanto fiscalizador compete ao CNPC acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de Cultura; fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos provenientes do sistema federal de financiamento da cultura e propor medidas que concorram para o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura.” (BRASIL, 2005)

A medida do Ministério da Cultura com a publicação do decreto, ainda que suscetível a múltiplas e instantâneas variações, estabelecida a normativa necessária para instalação do Conselho Nacional de Política Cultural, com sua nova composição e atribuições, em sintonia com o “novo” MinC, ainda que sob o risco de ser alterado a qualquer momento, e unilateralmente, pelo Chefe do Executivo.

Neste período em que o Ministério da Cultura passa por uma intensa reestruturação, a abertura de espaços inéditos para a participação da sociedade civil gera automática adesão dos agentes culturais, artistas, arte educadores e pesquisadores do setor, represados por um longo tempo pela ausência de uma política estatal forte para a Cultura.

Neste novo contexto de composição dos Conselhos, um desdobramento inédito protege em parte os governos de cobranças e críticas negativas, uma vez que a linha das políticas públicas passa a ser implementadas com a participação da própria sociedade civil,

em se tratando do princípio geral da cidadania, com participação social para a construção de uma sociedade democrática, estabelecidos por lei.

“A importância de uma política cultural claramente definida é reconhecida quando se considera a cultura como um dos pilares de desenvolvimento da sociedade, como direito à participação na vida cultural, incentivando o povo na sua criação e participação, onde o respeito à diversidade é pressuposto básico de existência.” (MATA-MACHADO, 2007, p.6)

O Conselho Nacional de Política Cultural, reestruturado em 2005, tem seu Colegiado amplamente prestigiado dentro da estrutura básica do MinC, acompanhando o clima de animação durante todo processo de realização da primeira Conferência Nacional de Cultura, com ampla participação popular, e na sequência, a segunda Conferência Nacional em 2010 e a terceira, em 2013.

A composição inicial do CNPC de 2005 difere do formato das composições anteriores, quando o Conselho, no governo Lula, é formado por agentes culturais originários de coletivos, grupos identitários, pessoas sem status de consagração, contrário aos notórios saberes do CNC e CFC, enquanto nos Conselhos anteriores, os conselheiros eram indicados pelo governo, oriundos de instituições consagradas, com um caráter eminentemente técnico, na sua maioria, apoiadores do governo.

Esse desenho é importante quando da entrada da sociedade civil no CNPC, em 2005. O CNPC, reformado e refundado em 2005, em formal operação desde 2007, com representantes da sociedade civil eleitos pelos colegiados setoriais e organizações específicas, passa a funcionar com regularidade. Sua existência na estrutura federal é uma referência para os demais conselhos de cultura do país.

Considerando o histórico dos conselhos de cultura no Brasil, a formação do CNPC a partir de 2005 é inovadora no campo da democracia, onde suas novas atribuições administrativas demonstram que o caráter paritário, deliberativo e consultivo, demarcam um inédito processo democrático entre a sociedade civil e o Estado na tomada de decisões e na pauta das políticas públicas.

Pela primeira vez os agentes culturais, agora envolvidos no processo de formulação de políticas públicas, podem ser percebidos para além de seu campo de atuação ou do seu segmento específico, onde o Conselheiro discute as políticas do seu setor e o conjunto das políticas no âmbito da cultura, abrindo um campo de negociação anteriormente inexistente.

“O fato é que a sociedade civil se organiza para apresentar-se como um ator social decisivo e enfrentar uma série de questões, entre elas a do próprio Estado e as relativas aos direitos civis, à cultura. Esta faixa temporal está marcada pela falência das grandes narrativas, pela complexidade, pela deriva ou flutuação dos processos culturais, pela globalização da comunicação e das experiências; A sociedade civil, a comunidade cultural passava a ter condições de interferir substantivamente, estabelecendo relações de representação.” (COELHO, 2008, p.44)

Tamanha a novidade instalada após a reorganização do CNPC, no tocante aos processos de atuação nos Conselhos de Cultura, ligados diretamente à ausência histórica de participação social dos agentes sociais, que será necessário um estímulo, por parte do Ministério da Cultura, para mobilizar politicamente os agentes sociais a atuarem neste mecanismo participacionista.

Não resta dúvida, que isto representa um ato democratizante na composição dos conselhos, onde a legitimidade dos membros oriundos da sociedade civil, representantes das entidades, de coletivos, coletivos ou grupos, organizados ou não, ou ainda artistas independentes, são literalmente convocados a compor o Conselho.

A sociedade civil passa a fazer parte do processo de formulação das políticas públicas, passa a reivindicar e legitimar, em ações coletivas, a construção de uma agenda que possibilite abarcar as representações indenitárias plurais existentes na ampla e complexa diversidade cultural do país, em especial, estimulados pelo redesenho do CNPC, que passa a incorporar as múltiplas representações da sociedade civil, por grupos sociais que tradicionalmente, não possuíam canais de comunicação com o Estado.

Tal participação é um processo de aprendizagem que mira uma crescente consciência crítica, da própria condição e identificação de necessidades por parte da sociedade civil.

Essa pontual reformulação do CNPC foi consequência da reestruturação do Ministério da Cultura, na gestão de Gilberto Gil (2003-2006), onde entre as muitas inovações, figurou com destaque a instauração de espaços participativos tanto para consulta como para uma maior participação da sociedade civil.

Por sua vez, tais espaços foram estimulados pela ampla rede de mobilização social criada em torno da discussão das políticas culturais, onde o CNPC, seus Colegiados Setoriais e as Conferências de Cultura, se configuram como espaços centrais de diálogo. Juca Ferreira, que fica à frente do Ministério entre 2007-2010, mantém fielmente a linha adotada por seu antecessor, sendo ele mesmo o braço direito do cantor-ministro no primeiro Governo Lula.

Dentre os destaques de sua gestão, a garantia de aumentos de recursos para o Fundo Nacional de Cultura, na sequência de exigência orçamentária para execução dos programas e

ações vigentes na pasta.¹⁰ É na gestão Juca Ferreira que o PNC será oficialmente criado pela Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, em processo que envolveu atenta participação do CNPC.

A aprovação do Plano Nacional de Cultura no Congresso Nacional é celebrada como uma conquista histórica por Conselheiros de Cultura de todo Brasil, desde as pequenas cidades de menos de dez ou cinco mil habitantes, até as capitais. Instrumento de planejamento, com vigência de 10 anos, a principal finalidade do Plano Nacional de Cultura é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais do Ministério da Cultura. A garantia da valorização, do reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil se destacam como meta chave do PNC.

Com a chegada de Ana de Hollanda ao Ministério, nos anos iniciais do primeiro Governo Dilma Rousseff (2011-2014), o Conselho Nacional de Política Cultural apresenta, de modo geral, lentidão no seu funcionamento, quer seja na realização das reuniões ordinárias, na publicação de praxe das deliberações do Colegiado, aos atrasos na metodologia do processo eleitoral que renovaria os Colegiados Setoriais em 2012.

Entre vários integrantes do CNPC, o cenário é marcado por críticas quanto à condução das políticas culturais no MinC. Entre as críticas, a perda dos espaços participativos, mudanças pontuais de ações e programas que foram destaque nos dois governos Lula, descontinuidade e desrespeito em relação a processos, deliberações e decisões do Colegiado já acordadas.

Os primeiros quatro anos do MinC foram criados um conjunto de proposições de programas, políticas e ações que levaram o Ministério a um novo patamar de importância, dentro do governo e em especial, junto a sociedade. A pasta da Cultura é projetada com destaque na cena política nacional, quando o órgão ganha espaço na grande mídia, na sequência da presença do Ministro Gilberto Gil.

O Ministério da Cultura, ampliado a partir de 2003, promovendo amplo alargamento de sua atuação, promovendo contínuos debates sobre a cultura, sobre políticas culturais, estimula e convoca a sociedade civil sobre a necessidade estratégica do acompanhamento e

¹⁰ Na gestão dos dois Ministros (Gil e Juca), um conjunto potente foi traçado para pasta, com destaque para os recursos do Fundo Nacional de Cultura que apresenta um salto histórico e impactante subindo de quarenta e seis milhões no ano de 2003, para trezentos e setenta e seis milhões em 2010. O aumento da cifra é óbvia sinalização do novo tamanho e importância institucional que o Ministério da Cultura passa a exercer na estrutura federal. Com os recursos, o MinC inaugura ações de fomento direto (editais, novos programas e repasse para entes federados), com cuidadoso olhar para valorização da diversidade cultural e a prática da associação do conceito “cultura como direito”, em contínuo esforço para efetivação da institucionalização do Sistema Nacional de Cultura. (DOMINGUES, 2008, p.38)

fiscalização das políticas públicas, enaltecendo o novo caráter participativo e democrático da pasta.

Na nova fase do MinC, no discurso de posse a Ministra anuncia que promoverá mudanças, tanto do ponto de vista institucional e administrativo, quanto do ponto de vista discursivo, e assinala que continuar não é repetir. As mudanças vão de encontro a execução de programas e ações inovadoras implantados pelo Ministro Gilberto Gil, como a redução do espaço do Programa Cultura Viva, que abrigava os Pontos de Cultura, gerando uma instantânea insatisfação no CNPC.

O cenário de descontentamento se justifica facilmente, uma vez que no segundo governo Lula, com a troca de Ministro, Juca Ferreira se esforça para manter a linha de inovações promovidos pelo seu antecessor. Mesmo com Juca, tais inovações avançaram lentamente, comparando com a velocidade da intensidade das novidades e alterações de uma gama de ações estruturantes, que ainda necessitavam de aprovação no Congresso Nacional.

Entre essas ações, a lentidão na pasta afeta a implantação do Sistema Nacional de Cultura, a aprovação do Plano Nacional de Cultura, a reformulação da lei de direitos autorais, a reformulação da lei de incentivo à cultura e a construção do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, pilares de sustentação do novo projeto político para a área.

Outra consequência desse momento de retração é identificada na mobilização do setor cultural, predominante nos quatro anos do primeiro Governo Lula, que apresenta sinais de alteração, evidenciada pela baixa participação no processo eleitoral de renovação dos colegiados setoriais do CNPC em 2012. As votações do Colegiado Nacional nos anos de 2011 e 2012, indicam uma baixa participação da sociedade civil no tocante a discussão da pauta das políticas públicas e inovações, dando espaço para exposição e falas mais críticas, contrárias a gestão no MinC.

Quando as ações do Ministério da Cultura, na gestão de Ana de Hollanda, deixam de atender a sociedade civil na mesma velocidade em que foram empregadas ao longo dos dois governos de Lula, uma sintomática desmobilização e roteiro de críticas percorre o país, agora com maior condição de comunicação, com a presença dos Fóruns e Conselhos espalhados por todo Brasil. A criação de conselhos, colegiados e conferências esteve diretamente associada à emergência de alguns dos novos atores e sujeitos políticos que surgiram na cultura: representantes das mais diversas manifestações culturais encontraram, ali, um espaço para reivindicar e participar da construção das políticas culturais.

E esse é um processo que se deu tanto em termos conceituais quanto institucionais, posto que à redefinição do conceito correspondeu a criação de novos espaços institucionais e de toda uma nova linha de programas do ministério visando apoiar os fazeres artísticos e culturais desses novos sujeitos culturais. As inovações propostas dos anos anteriores são mantidas na pauta nacional sob o atento olhar daqueles que assumem postos de Conselheiros de Cultura, como aprovação do Plano Nacional de Cultura, no final de 2010, resultado de uma vigia constante pela sua implementação, por parte da sociedade civil.

Em meio a uma série de desgastes com alguns segmentos culturais, incluindo vários membros do CNPC, a ministra Ana de Hollanda é exonerada do cargo, sendo substituída por uma política experiente nas relações entre executivo e legislativo, a Senadora Marta Suplicy.¹¹

Na curta passagem da ex-prefeita de São Paulo e ex-ministra do Turismo do período Lula, as ações entre executivo-legislativo serão destaque no Ministério da Cultura, marcando a principal contribuição da Senadora no MinC. Com a pauta legislativa travada na gestão dos seus antecessores, a habilidade da ministra é identificável no diálogo e articulação com os parlamentares do Congresso Nacional, destravando pontuais pautas de interesse da Cultura.

Além da pauta com o legislativo, a gestão Marta Suplicy é marcada por mais duas iniciativas pontuais, que foi a instalação de políticas afirmativas na forma de editais, com execução inócua na gestão Ana de Hollanda, e pela construção de unidades de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs das Artes), baseada na sua iniciativa na Prefeitura de São Paulo, quando criou os Centros Educacionais Unificados (CEUs).

Segundo (RUBIM, 2007 e CALABRE, 2009), ainda que sejam considerados os importantes avanços na pauta legislativa da história recente do MinC, capitaneado por Marta Suplicy, no primeiro governo Dilma Rousseff a pasta apresenta uma contração de execução de programas e políticas dispersas. Tal cenário teria sido gerado pela instabilidade na pasta em função da troca de titular, sem uma adequação majoritária da linha adotada pela pasta durante os dois governos Lula.

¹¹ Na gestão Marta Suplicy é aprovada a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador, e cria o vale-cultura. O vale-cultura é um instrumento de acesso e fruição de produtos e serviços culturais para trabalhadores com vínculo empregatício que recebam até 5 (cinco) salários-mínimos mensais, na forma mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ficando 10% do valor a cargo do trabalhador. É aprovada a Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013, que dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que versa sobre a legislação sobre direitos autorais. É aprovada a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que Institui a Política Nacional de Cultura Viva, com grande repercussão em variados segmentos artísticos e setores da vida cultural do país, frente à amplitude de Pontos de Cultura espalhados pelo Brasil, fruto de convênios com o governo federal, governos estaduais e prefeituras. (DOMINGUES, 2008, p.63)

Juca Ferreira volta a ocupar o posto de Ministro no segundo mandato Dilma, em 2014, sob a pecha de alguns intelectuais e lideranças culturais, incluindo Conselheiros Nacionais ocupantes de cadeiras no CNPC, que afirmam ver “o MinC de volta para o futuro”, permanecendo no cargo até o desfecho do golpe que destitui a primeira mulher eleita Presidente do Brasil, em abril de 2016.

Entre Ministros e principais assessores do Ministério da Cultura criado, em 1985, durante o processo de redemocratização brasileira, até o segundo ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, registro: Aluísio Pimenta, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, José Carlos Costa Oliveira, Carlos Alves Moura (Governo José Sarney – 1985-1990), Ipojuca Pontes (Governo Fernando Collor de Mello – 1990-1992), Luiz Roberto Nascimento e Silva (Governo Itamar Franco – 1993- 1994), Francisco Weffort e José Álvaro Moisés (Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995-2002); Gilberto Gil, Juca Ferreira, Alfredo Manevy, Célio Roberto Turino, Roberto do Nascimento, Antônio Grassi, Márcio Meira e Silvana Meireles (Governo Lula da Silva – 2003-2010); Ana de Hollanda e Marta Suplicy (Governo Dilma Rousseff - 2011-2016).

“Ao cabo desse ciclo, iniciado no primeiro ano do Governo Lula, em 2003, o Governo Federal, através do Ministério da Cultura, apresentou em suas ações a consolidação do disposto no Art. 215 da Constituição Federal: “O Estado garantirá a todos o exercício dos direitos culturais (...)”. O grupo de trabalho do Sistema Nacional de Cultura, integrando nomes da gestão pública e sociedade civil, oriundos da primeira Conferência Nacional de Cultura, em 2005, e depois com representantes indicados pelo CNPC, inicia à estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura, com notada inclusão dos direitos culturais no escopo da missão institucional do órgão.” (MATA-MACHADO, 2010, p.19)

Neste cenário Brasil, onde a década de 2004 a 2014 estabelece as ações para instalação do Sistema Nacional de Cultura, o arranjo de gestão compartilhada de políticas públicas de cultura entre os entes federados e a sociedade civil reverbera para estados e municípios. É dentro deste contexto Brasil que está inserida a discussão de instalação do Conselho Municipal de Política Cultural de São Gonçalo, no estado fluminense.

A segunda maior cidade do estado do Rio de Janeiro passa a integrar o debate nacional do pacto federativo previsto na Carta Magna, objetivando fortalecer as políticas culturais da cidade.

A ampliação da participação social na formulação e implantação de políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, é um movimento identificável nos processos colaborativos do Fórum Gonçalense de Cultura e do Conselho Municipal de Política Cultural, ambos imbuídos na promoção do desenvolvimento humano, social e econômico do setor cultural da cidade.

A recente experiência brasileira com a implantação dos sistemas de cultura, articulados de forma federativa, ainda em curso, tem se proposto a estabelecer princípios e diretrizes comuns, dividindo atribuições e responsabilidades entre a União, os estados e as cidades, fundando uma prática nova, marcada pelas novas condições de participação social, na definição da pesquisadora Ana Lucia Pardo, uma cultura cidadã:

“O conceito de Cultura cidadã, mais que ser uma ferramenta para reconhecer a existência de algumas práticas sociais, é uma ação social e cultural que orienta a construção de uma ordem social de convivência, através do acompanhamento oportuno de uma política de Estado. Nesse sentido, combina desde a visão política às diversas tramas sociais existentes no cotidiano, para criar condições de acesso à participação do público, numa sociedade cujo marco de ação é a cidade, estimulando a prática da solidariedade e de uma ética cidadã, para que estes sejam os conteúdos fundantes de um pertencimento e identidade coletivos, finalmente, de uma nova cidadania.” (PARDO, 2010, p.72)

Montar essa engrenagem, estimular as instâncias de participação social através dos coletivos, fóruns e conselhos, é um exercício em curso de modo a garantir e assegurar a efetividade e continuidade das políticas públicas, com o forte apelo e atração de instalação dos mecanismos de repasse de recursos, sempre escassos nos orçamentos das pastas de cultura.

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC/IBGE, de 2009 (IBGE, 2009), foram criados e instalados no Brasil 1398 conselhos municipais de cultura, representando um quarto dos 5565 municípios existentes no país, com um aumento de mais de 10% em relação à pesquisa de 2006. Até 1973 foram criados mais da metade dos conselhos estaduais em atividade ano Brasil, com seis exceções de conselhos estaduais que precederam o Conselho Federal de Cultura, que foram os de São Paulo, do Estado da Guanabara, do Ceará e os conselhos do Piauí, da Paraíba e de Santa Catarina.

Com as políticas propostas pelo Ministério da Cultura, desencadeadas a partir do ano de 2003, o tema dos conselhos foi colocado vivamente em cena, seja através da revitalização do Conselho Nacional de Política Cultural, seja através do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura e, em especial, da instalação do Sistema Nacional de Cultura, fundamentais para o estabelecimento de uma política de Estado no campo cultural.

No histórico do Ministério da Cultura, a partir de sua criação em 1985, a ação adotada pelos novos gestores do MinC nos dois mandatos do Presidente Lula, tratou da aplicação de medidas para garantir uma maior estabilidade para o setor cultural do país, tanto na esfera federal, como nos estados e municípios, onde a instalação do Sistema Nacional de Cultura foi o motor promotor desta garantia.

Neste aspecto era estratégico contar com a atuação dos conselhos de cultura, que passam a desempenhar papel relevante no acompanhamento de execução qualificada dos

Planos de Cultura (nacional, estaduais e municipais), na condição de agentes sociais locais de interface entre governo e sociedade. O exercício duplo, no papel de fiscalizadores e colaboradores, na discussão das políticas públicas propostas, abre uma gama de demandas, conflitos e tensões na pactuação da construção democrática de políticas públicas de cultura, entre consensos e negativas que apontam para os espaços de disputas pelo poder, nos conselhos.

Todo esse cenário evidencia uma nova rede de produção das políticas públicas, onde os recursos simbólicos e materiais (ideias, propostas, orçamentos, formulação de editais, normativas etc.) são disputados pelos diversos representantes, quer seja aqueles da gestão pública, ou os representantes da sociedade civil, atuantes nos conselhos.

“As dinâmicas de disputas nos conselhos vão impactar o processo de produção das políticas em suas áreas específicas, mas têm seu perfil e funcionamento afetados pelas características gerais que conformam a comunidade de política na qual estão inseridos. Além disso, é preciso considerar que se os conselhos têm um papel a desempenhar na democratização da gestão pública, possuem limites que lhe são inerentes pela sua natureza setorial e fragmentada, sua forte dependência dos governos e uma tendência à burocratização dos processos participativos pela própria natureza de suas funções.” (TATAGIBA, 2002, p.68)

Mais de trinta anos antes, Sérgio Miceli (1984) reuniu, em um livro, pontos de vista e análise sobre Estado e Cultura no Brasil, tratando da reduzida atenção dispensada pelos setores públicos, em qualquer que fosse a esfera federativa, à área da cultura. A diagnosticada ausência de políticas culturais era, naquela ocasião, justificada e compreendida pela vastidão de problemas fundamentais de organização democrática por qual passava o país, com imensas questões estruturais por resolver, nas chamadas políticas públicas de base (como saúde, economia e educação), sem espaço para incluir a discussão das políticas culturais, considerada à época, fora do eixo de prioridades na gestão pública.

Mesmo com a ampla discussão de instalação dos Sistemas de Cultura, entre os anos 2004 e 2014, com ênfase para instalação dos Conselhos, elaboração de Planos e organização dos Fundos de Cultura, era identificável uma ausência de autonomia no campo cultural em várias unidades administrativas municipais.

Em especial, naquelas cidades que não contam com o funcionamento de Conselhos, caracterizada pela dispersão ou mesmo fragilidade dos órgãos destinados à gestão pública da cultura nas cidades brasileiras. Reféns de baixa dotação orçamentária, falta de equipe técnica e ausência de diretrizes para o setor são apontados como fatores frequentes deste cenário. Ainda assim, é também uma realidade a presença mais contínua da participação social, através de coletivos, grupos, fóruns e conselhos de cultura, a partir de 2004, no tratamento

institucional dado à cultura em muitas outras cidades, na sequência do que é identificável, na estrutura do governo federal, no Ministério da Cultura, ou sua unidade correlata (secretaria nacional), destinados à gestão cultural.

2 SÃO GONÇALO: DIMENSÕES HISTÓRICAS, SOCIAIS E CULTURAIS

2.1 Localização e trajetórias

A partir dos anos iniciais do século XX, novas publicações e pesquisas da historiografia gonçalense são identificadas, somando-se com as publicações anteriores consideradas clássicos. Outrossim, foram publicados manuais didáticos para as séries iniciais do ensino fundamental, com informações sobre os mais diversos aspectos da localidade até os anos da década de 1990.

Para acesso ao material, acervo nas bibliotecas pessoais, algumas bibliotecas de escolas, faculdades, na Biblioteca Nacional e especialmente, no Instituto Gonçalense de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais - MEMOR. Na produção acadêmica, impulsionada nos anos de 1980/1990, são destaques os trabalhos realizados pelo Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na FFP, que desde 1999 foca suas atenções para a História da cidade.

O “Guia de fontes para a história de São Gonçalo” trata de um itinerário percorrido na cidade e seu entorno. Relatos orais, atos oficiais, trabalhos acadêmicos, como dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de apostila pessoal composta entre 1982 a 1984, como professora de história nas escolas gonçalenses, é parte do material-base que substantia a composição deste subcapítulo.

Baía de Guanabara, nas margens opostas à cidade do Rio de Janeiro, região conhecida por Bandas d’Além, desde o século XVI até meados do século XIX, é o cenário de origem da cidade de São Gonçalo, habitada inicialmente pelos índios Tamoios com domínios até Angra dos Reis, naquele período. Até o século XIX, a economia gonçalense era predominantemente agrícola, apesar do surgimento de algumas indústrias de produção em pequena escala.

Além do açúcar, principal produto dessa região, havia também a produção de aguardente, frutas, principalmente a laranja (nasci no Largo da Ideia, área rural de São Gonçalo onde a plantação de laranja era predominante), pau-brasil, café, especiarias e alguns produtos manufaturados, onde essa vocação agrícola será responsável pela formação de uma elite local. A concentração de terras e poder político nas mãos das elites locais, foi marcada

pela condução das políticas públicas no município, e consequentemente, na manutenção da estrutura social e econômica no futuro próximo.

Em 1800 já era forte a concentração de terras nas mãos das elites econômicas locais, sendo os elementos mais importantes às fazendas do Engenho Novo e Jacaré, de propriedade do Barão de São Gonçalo – Belarmino Ricardo Siqueira, o cemitério de Pachecos e a propriedade do Conde Baurepaire Rohan, situada na Covanca. O alicerce de legitimação dessas elites estaria baseado na concentração de terras; na produção para exportação (Rio de Janeiro e Europa) e; no trabalho escravo. São Gonçalo, desde o século XVII, apresentava uma participação expressiva no cenário nacional, considerando sua condição geográfica próxima da capital, o Rio de Janeiro.

Fruto do desenvolvimento econômico iniciado no início do século XIX, o processo de emancipação política foi construído. Após mais de um século de dependência política de Niterói, a Vila de São Gonçalo é elevada à categoria de município em 1890, no dia 22 de setembro, com o decreto nº 124 do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Francisco Portela, com uma sequência de decretos e portarias que suprime, reincorpora, restaura, suprime, e por fim, declara os foros de cidade a São Gonçalo.

Em plena crise mundial de 1929, a Lei nº 2335, de 27 de dezembro, concede a categoria de cidade para todas as sedes do município, com seus seis distritos: São Gonçalo Sede, Ipiíba, Monjolos, Neves, Sete Pontes e Itaipu. Em 1943, ocorre nova divisão territorial no Estado do Rio de Janeiro e desta vez, São Gonçalo perde o Distrito de Itaipú para o município de Niterói, restando-lhe cinco distritos: São Gonçalo (sede), Ipiíba, Monjolo, Neves e Sete Pontes que permanecem até os dias atuais.

QUADRO SINÓTICO

1579	06 de abril	Sesmaria
1644	26 de outubro	Criação da Freguesia
1645	22 de janeiro	Freguesia (pedido de jurisdição)
1647	10 de janeiro	Freguesia (confirmação)
1819	10 de maio	Suspensão da condição de Freguesia; passa a distrito de Niterói
1890	22 de setembro	Elevação à Vila e Município
1890	12 de outubro	Instalação do Município
1892	08 de maio	Supressão do Município
1892	17 de dezembro	Restauração do Município
1922	20 de novembro	Elevação à Cidade
1923		Suspensão da condição de Cidade; retorno à condição de Vila
1929	27 de dezembro	Restauração da condição de Cidade

Fonte: < <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/> >

Gradativamente, a paisagem rural do município começa a sofrer grandes alterações, onde aos poucos, as novas atividades comerciais e industriais substituem o sistema de produção agrária, produzindo uma nova paisagem, um novo retrato, mudando o cenário rural, para urbano.

Até a década de 1930, onde predominavam as antigas propriedades rurais, com produção agrícola (citricultura, fruticultura), a paisagem começa a mudar frente a decadência da produção agrícola e a inserção de novas atividades econômicas, onde os sítios e fazendas foram sendo desmembrados para loteamento.

O processo de industrialização se deu a partir do final do século XIX, conforme os fatores econômicos, políticos e localização geográfica, que favoreceram a instalação de manufaturas e implantação de estratégias de proteção fabril, como financiamentos e isenção de impostos, criados pelo Estado.

O desenvolvimento de São Gonçalo foi proporcionado, em parte, pela aliança entre o governador do estado, Amaral Peixoto e o presidente da República, Getúlio Vargas, pois o par capital nacional-estatal foi central para o desenvolvimento de um parque industrial, uma das expressões do projeto do Brasil moderno urbano-industrial pós-1930.

São Gonçalo chega ao início dos anos 1940 possuindo o 2º maior produto industrial do estado, alcançando destacada posição no produto e emprego industrial no antigo estado do Rio de Janeiro e elevado percentual de emprego industrial de uma unidade da federação.

A localização geográfica do município era um aspecto fundamental para o seu desenvolvimento, já que a proximidade com os grandes centros e o litoral possibilitava o melhor acesso de mão-de-obra, de pessoas e de mercadorias, assim como o estabelecimento de uma indústria naval e de beneficiamento pesqueiro bem como de instalações da Marinha.

“Foi marcada por uma dinâmica industrial expressiva no contexto nacional, chegando a ser classificada como a “Manchester fluminense”, como uma alusão à cidade berço da Revolução Industrial na Inglaterra, dado o seu alto e variado grau de concentração industrial. O distrito de Neves teve um importante papel na cidade, com crescimento ímpar, formado por operários de diferentes ofícios e um variado comércio. Entre as indústrias instaladas na região, havia as de fundição, de cerâmica, de fósforo, de conservas de peixe, de artefatos de cimento, de vidros e porcelanas, de fogos, além das indústrias ligadas à construção naval e instalações militares”. (BRAGA, 2006, p.124)

O marco de desenvolvimento ficou focado no 4º Distrito de Neves, que passa a ser o grande catalizador das políticas públicas de urbanismo durante este período, com ruas sendo calçadas antes mesmo das ruas da sede do município. No bairro de Neves, os sistemas de transporte procuraram ligar o distrito à capital do estado e do país, onde uma intensa

concentração e vida operária promove incentivos a construção de vilas, clubes, sindicatos operários.

Os ares do quarto distrito diferem das demais regiões do município que conservam suas grandes e tradicionais fazendas. Em Neves localizava-se o principal jornal da região “A Gazeta” e o seu sucessor “O São Gonçalo”. A formação do parque industrial da cidade, radicado na região de Neves, é destacado por Evadyr Molina, colunista do jornal “O São Gonçalo” na década de 1990, que aponta a chegada de mão-de-obra especializada para o trabalho nas fábricas, evidenciando a atração dos imigrantes europeus e a criação de uma limitada infraestrutura urbana:

“De forma precária procedeu-se à distribuição de água tratada nas principais ruas; para atendimento à população de Niterói e de São Gonçalo; o governo estadual formalizou contrato com a empresa Guinle e Cia para o fornecimento de energia elétrica, o transporte coletivo eficiente, o bonde elétrico, foi instalado em 1910 entre a estação de Niterói e o Rodo de São Gonçalo, via Barreto e Sete Pontes.” (Jornal O São Gonçalo. 04 a 06 de dezembro de 1993)

Com a grande demanda imobiliária originada pela chegada de trabalhadores para as indústrias e a necessidade de se construírem casas, vilas operárias, conjuntos habitacionais para abrigar a população crescente, as propriedades rurais remanescentes passam a ser loteadas a partir da década de 1940, configurando um novo desenho e imprimindo novas características à região de acordo com a intensificação populacional.

“Outro aspecto que colaborou para a ocupação e desenvolvimento da cidade fora a construção das estradas de ferro (trens e bondes) iniciadas na segunda metade do século XIX. A partir de 1870, inicia-se a construção de um ramal ferroviário, por ordem de Dom Pedro II, o objetivo do ramal era ligar Niterói a Itambi, cortando São Gonçalo através do Porto Madama, da região Central, Alcântara e Guaxindiba; em seguida viria o ramal da Estrada de Ferro Maricá, percorrendo o litoral através de Calaboca, Virajaba, Rio do Ouro, Santa Izabel, Raul Veiga. O direito de concessão da estrada de ferro passou por diversas disputas e fusões até que coube em 1897 a The Leopoldina Railway Company Limited administrá-la, já sob a República. A empresa de origem inglesa estendeu os trilhos à cidade do Rio de Janeiro, contornando a Baía de Guanabara. Porém, o seu fôlego será subtraído com a segunda guerra mundial.” (BRAGA, 2006, p.46)

O morador de São Gonçalo recorre a Niterói e Rio de Janeiro para atividades diversas, quer de consumo (compras e lazer), mercado de trabalho, atendimento hospitalar e educacional. Na segunda metade do século XX, a condição de “cidade dormitório” começou a ser apregoada como uma referência corrente para a cidade, frente seu crescimento urbano-populacional e configuração periférica e suburbana, cenário similar de outras cidades da região metropolitana.

O termo “cidade dormitório” foi inicialmente utilizado por Geiger em 1960, que define o predomínio de uma função residencial sobre as demais funções urbanas, como os setores administrativos, comerciais e industriais de uma cidade, e em especial, a ausência de muitos outros serviços em atendimento à população.

Essa noção de cidade-dormitório, entendida no contexto urbano contemporâneo de São Gonçalo, por um determinado tempo, estava diretamente ligada ao fenômeno de metropolização, a partir da dominação de centros que exercem função administrativa, jurídica, fiscal, comercial, cultural e de gestão, como as cidades vizinhas Niterói e Rio de Janeiro, enquanto que a cidade gonçalense, em geral, de características periféricas, apresentava cenário diferente, relegada às limitações da localidade, dependente de outras áreas.

São Gonçalo é exemplo, é resultado de um descompasso entre o crescimento demográfico e a falta de instalação de infraestrutura urbana básica, como saneamento, calçamento, iluminação, coleta de lixo, oferta equilibrada de políticas de educação, saúde, cultura e lazer. Se formou como uma cidade periférica a partir do conjunto dessa lista de carências em relação à economia de aglomeração do núcleo metropolitano, no caso, a cidade de Niterói e a capital do Estado.

A condição de pobreza, dados os baixos indicadores socioeconômicos da cidade, se comparados com as duas cidades vizinhas, fica evidenciado pela baixa oferta de empregos qualificados, ausências de infraestrutura urbana e grande número de moradias inadequadas. Ou seja, uma extensa lista da falta de serviços públicos em atendimento à população.

No período que compreende a 2ª Grande Guerra Mundial (1939-1945), São Gonçalo, cresceu de forma meteórica. O município arrancou para a urbanização em uma parte da cidade, com calçamento das principais vias ligando Niterói ao Alcântara (PALMIER, 1951), onde nas décadas seguintes os bairros fora do centro, de menor movimento, não acompanham tal investida, apresentando a já conhecida falta de estrutura básica, no tocante ao saneamento, falta de ruas calçadas, falta de iluminação, falta de políticas de educação e saúde.

“A partir da década de 1940, o município transformou-se. A cada década sua população duplicou. As antigas fazendas foram loteadas passando a receber um sem-número de migrantes no interior do estado do Rio de Janeiro e de outras regiões do Brasil, especialmente do Norte/Nordeste. A urbanização foi acompanhada de inúmeros problemas infraestruturais: saneamento básico, fornecimento de luz e água, calçamento de ruas, etc. Essas mudanças passaram a ser vistas como um problema para a intelectualidade local. A cidade estaria perdendo sua autoestima, sua identidade. Investir na história local teria o papel pedagógico de ensinar os novos gonçalenses a construir vínculos com essas experiências, ensinar que o local tem uma história longa e pujante da qual essas novas gerações deveriam ser

herdeiras e continuadoras. A descoberta da “verdadeira história” deveria dirimir erros e falsidades na construção de um panteão de heróis e de novos sentidos para o município.” (FERNANDES, 2020, p. 255)

Tal cenário, sem as devidas medidas de planejamento e o aumento populacional crescente, apresenta um quadro que se agrava cada vez mais no decorrer dos anos seguintes. O acelerado crescimento industrial da cidade sobreviveu até meados dos anos 1960, incentivado pelo processo de substituição de importações, que foi incrementado por uma política nacional desenvolvimentista, do período.

“Diante de ações especulativas, os loteamentos eram realizados propositalmente com investimentos mínimos visando à expectativa da futura assistência do Estado na provisão da infraestrutura urbana e sua posterior valorização fundiária. Os loteamentos periféricos gonçalenses eram realizados com a convivência do poder público municipal em função de determinadas alianças políticas e medidas eleitoreiras populistas.” (BRAGA, 2006, p.38)

A construção da ponte Rio-Niterói na década de 1970 e, anos mais tarde, a rodovia federal BR-101, com um trecho no município de São Gonçalo, estimulam novo crescimento com uma intensa atividade da indústria naval e focos populacionais às margens da Baía de Guanabara, facilitada pela ligação mais rápida entre os bairros de São Gonçalo aos centros de Niterói e Rio de Janeiro.

Com a chegada de migrantes nordestinos, e a falta de infraestrutura, é acentuado o quadro periférico dos bairros que estão localizados fora dos eixos de maior movimentação (Rodo, Neves, Alcântara e bairros portuários).

O crescimento populacional e a ausência de investimentos básicos são realidade nos loteamentos, junto com o surgimento das primeiras favelas, foram fatos marcantes deste período.

Nas décadas de 1970 e 1980, como consequência da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (meados da década de 1970), São Gonçalo, município do Leste Fluminense, assume uma posição ainda mais debilitada e dependente do município do Rio de Janeiro, sendo ratificada sua condição periférica na dinâmica metropolitana. A crise político-econômica e a recessão econômica no Brasil atingem fortemente a cidade, trazendo baixa aguda de sua industrialização e a falência de empresas, pela fuga de capitais, ainda que para alguns estudiosos, nunca tenha, de fato, deixado de ter importância no tocante a sua riqueza industrial¹².

¹² “A industrialização de São Gonçalo, que priorizava o distrito de Neves, foi resultado das interações entre diversos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais durante um determinado tempo. Neves fazia fronteira com a capital do

Uma repercussão econômica negativa que afeta em cheio o desenvolvimento da cidade e a qualidade de vida da população. Pela sua trajetória econômica-social com Niterói e a capital, Rio de Janeiro, o declínio que a cidade vivencia gera um quadro de retorno e dependência junto a estas cidades vizinhas, onde a população gonçalense recorre prioritariamente, para ocupação de espaço de trabalho, e ainda, consumo e lazer.

O século XX termina com promessas de grande desenvolvimento: Os grandes de supermercados começam a disputar localidades, nesse ano dá-se a inauguração do supermercado Extra, no bairro de Alcântara, e a compra do Dallas pelo supermercado francês Carrefour.

No mesmo período, nos anos iniciais da primeira década dos anos 2000, a prefeitura negocia um terreno para a construção do primeiro Shopping Center do município, em frente à Praia das Pedrinhas, às margens da BR101. É deste período a instalação do Rodo Shopping, (1991), da Casa das Artes (1993), a inauguração do SESC (1996), e a participação da Escola de Samba Porto da Pedra desfilando pela primeira no Grupo Especial (1996), e ainda, inauguração de mais uma fábrica da empresa alemã B. Braun (1999). É o potencial consumidor de São Gonçalo chamando atenção dos empresários, ampliando os espaços de amplo apelo consumidor na cidade.

Numa contramão, nos anos iniciais de 1990, o bairro de Itaoca recebe uma equipe de filmagem do diretor Eduardo Coutinho para elaboração do documentário “Boca de Lixo” (1993). O filme retrata a rotina de catadores e catadoras do lixão de Itaoca. A pobreza gonçalense aparece estampada nos cinquenta minutos do filme.

Estado do Rio de Janeiro, Niterói, por meio do bairro do Barreto. Neste corredor, onde se ligavam os dois municípios, instalaram-se diversas indústrias, que ainda eram beneficiadas com a proximidade da Capital Federal (Rio de Janeiro), através da Baía de Guanabara. Em Neves também existiam duas estradas de ferro que facilitavam o escoamento da produção: Estrada de Ferro Maricá e Companhia Leopoldina. O transporte de passageiros era realizado pelos bondes elétricos que percorria quase todos os bairros da cidade em um trajeto de dezoito quilômetros, garantindo o transporte da mão de obra para as fábricas. O distrito viveu, posteriormente, um período de desindustrialização. A compreensão do problema da indústria para o período posterior a 1960 completa um quadro que se oferece às interpretações e às expectativas de outras análises. A relevância do setor industrial gonçalense se manteve bastante variado, diversificado apresentando um quadro produtivo de reestruturação e transformação, com mudança no perfil espacial da indústria para além do distrito de Neves, com novos espaços ocupados. Ou seja, um olhar diferente que contrapõe a memória de esvaziamento industrial em que a palavra “crise” é tomada enquanto noção de desindustrialização. O fechamento de grandes unidades de planta manchesteriana provocou a sensação de esvaziamento do setor, mas São Gonçalo continuava sendo apresentada como a cidade da indústria pelos periódicos locais e regionais, onde o município figurava entre os mais importantes no Estado em movimentação e participação industrial, embora o próprio estado e o país tenham passados por vicissitudes econômicas principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Há certa negligência quando se reporta ao passado industrial da cidade, cujo evento contribuiu para imprimir e emprestar uma identidade e centralidade àquele município guanabarin. Negligenciar a atividade industrial local é parte integrante de uma visão periférica da cidade, onde desejam denominar de crise industrial, inexoravelmente associada à evasão do setor. São Gonçalo possui uma capacidade produtiva instalada que curiosamente não é lembrada. A questão é vista com pouca ênfase.” (LESSA, 2009)

Em matéria do Jornal “O São Gonçalo”, publicada em 05 de julho de 2023, a informação que a Câmara Municipal de São Gonçalo aprovou a revisão do Plano Diretor da cidade para o ano seguinte, a partir da iniciativa de discussão em plenário do vereador Romário Regis, com proposta de revisão através de uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024.

A última revisão no plano diretor de São Gonçalo¹³ deveria ter ocorrido em 2019. Ainda segundo o Jornal “O São Gonçalo”, o vereador Romario foi o recordista de propostas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre emendas aditivas e modificativas, o parlamentar apresentou 121 sugestões de mudanças para a cidade, principalmente em áreas como assistência social, cultura, saúde e educação.

“Falo do plano diretor desde os meus 20 anos de idade. Poder colocar ele na Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma conquista que eu não imaginava. Só de lembrar que esses debates quase não aconteciam no passado e poder, depois de anos, contribuir para corrigir a nossa bússola sobre o futuro da cidade é muito significativo. O Plano Diretor é um instrumento para toda a cidade, deve englobar todos os bairros, pois é um planejamento do município como um todo e uma vez que o Plano está desatualizado desde 2019, devemos revisar o plano.” (Vereador Romario Regis, depoimento ao Jornal “O São Gonçalo”, em 05 de julho de 2023)

Na atualidade, apesar da importância da cidade no cenário político econômico estadual como o segundo município em densidade demográfica e o segundo maior colégio eleitoral fluminense, segundo os dados do mais recente Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, São Gonçalo possui 896.744 mil habitantes, retratando uma queda de 10,3% em comparação com o Censo de 2010. Ainda assim, aponta um crescimento considerável nos últimos quarenta anos, quando apresentava 600 mil habitantes na década de 1970.

Sua população está distribuída em cinco Distritos¹⁴, com 90 bairros oficiais e outros 18 reconhecidos pela população, a saber: 1º Distrito: São Gonçalo (sede), 30 bairros; 2º

¹³ A Constituição Federal estabelece no artigo 182 que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, e que deve ser elaborado pelas prefeituras e aprovado pelas câmaras municipais. É através desse plano que os municípios definem as exigências fundamentais de ordenação das cidades que delineiam o cumprimento da função social da propriedade urbana. O plano diretor estabelece o projeto do município no que tange aos seus aspectos físico-territoriais. A elaboração deve ser feita por uma equipe técnica composta por arquitetos e urbanistas, com participação de equipe interdisciplinar e da população, em um processo de planejamento participativo. Além de ser previsto na Constituição, o Plano Diretor é regulamentado pela Lei Federal nº 10.527/2021, mais conhecida como Estatuto da Cidade, onde se determina que os planos diretores devem ser revisados pelos municípios a cada 10 anos.

¹⁴ 1º Distrito: São Gonçalo (sede) - Delimitado pelos rios Imboaçu e Alcântara, este distrito deu origem a dois outros a partir de seu desmembramento; o primeiro, em 1920, resultou na criação do distrito de Neves, e o segundo, em 1938, na criação do distrito de Monjolos. Enquanto sede do município, foi denominado como “Vila” durante muitos anos, até que em 28 de janeiro de 1944, passou à 1º Distrito pelo Decreto-Lei Estadual 1.063; 2º Distrito: Ipiíba - O referido distrito significa, em tupi, “planta de aipim”. Marcado pela atividade

Distrito: Ipiíba, 20 bairros; 3º Distrito: Monjolos, 17 bairros; 4º Distrito: Neves, 13 bairros; 5º Distrito: Sete Pontes, 10 bairros. Apesar de uma significativa diminuição do número populacional em comparação com o Censo de 2010, São Gonçalo mantém a posição de segunda cidade mais populosa do Estado do Rio de Janeiro, é a 6ª na região Sudeste e ocupa a 18ª colocação de mais populosa do Brasil.

Dos quase 900 mil habitantes, 121.551 pessoas trabalham, apresentando um alto número de jovens, adultos sem atividade profissional declarada. O salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 02 (dois) salários-mínimos e ao considerar domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, a cidade tinha 34,5% da população nessas condições, e outros números de pesquisa e dados dos recentes anos para aferição do contexto da cidade.¹⁵

agrícola tradicional, tem como origem a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro, criada pela Lei 311, de 4 de abril de 1844 e incorporada à São Gonçalo em 22 de setembro de 1890. No ano de 1911, a freguesia passou a ser chamada de Cordeiro apenas, e de Cordeiros a partir de março de 1938. Em dezembro do mesmo ano, o Decreto-Lei Estadual 641 altera o nome para José Mariano. Por fim, através do Decreto-Lei Estadual 1.056, de 31 de dezembro de 1943, assume o corrente nome: Ipiíba (que torna-se segundo distrito através do Decreto-Lei Estadual 1.063, de 28 de janeiro de 1944; 3º Distrito: Monjolos - Seu nome remete a árvore que há em abundância no local (monjolo). O distrito foi criado pelo Decreto-Lei Estadual 641, em 15 de dezembro de 1938, após o desmembramento do Distrito de São Gonçalo, e passa à 3º distrito através do Decreto-Lei Estadual 1063, de 28 de janeiro de 1944. Componente deste distrito, o bairro Jardim Catarina é atualmente como o maior loteamento da América Latina; 4ª Distrito Neves - Este importante distrito forma o corredor viário que liga os acessos às cidades de Niterói e Rio de Janeiro à São Gonçalo. Foi criado através do Decreto-Lei Estadual 1.679, de 20 de dezembro de 1920, após o desmembramento do Distrito de São Gonçalo (sede), sendo designado como 4º Distrito pelo Decreto – Lei Estadual 1.063, de 28 de janeiro de 1944. Sua história é marcada por movimentação econômica, tendo em vista que Neves era o centro comercial de São Gonçalo; em seu porto era recebida a produção agrícola do município, que em seguida era transportada para o Rio de Janeiro. Inicialmente o transporte era feito por terra em burros de carga e cargueiros de bois, e por mar, em pequenos barcos. Porém, na metade do século XX, com a introdução do bondinho, Neves intensifica ainda mais suas atividades comerciais e industriais, impulsionando assim sua expansão; 5º Distrito: Sete Pontes - Durante a Guerra Brasil-Paraguai, um engenheiro francês ficou responsável por construir no local uma ponte. Ao falar dela usava o termo francês “cette pont”, que significa “esta ponte”. Porém a população incorporou a forma como o termo era entendido, passando assim a denominar o futuro distrito de “Sete Pontes”. O local foi designado como 5º Distrito através do Decreto-Lei Estadual 1063, de 28 de janeiro de 1944. Bem como o Distrito de Neves, o 5º Distrito compõe o corredor viário que nos liga ao Rio de Janeiro e à Niterói. Vale destacar que a ponte construída, “Ponte Paraguai”, foi a primeira de concreto armado na América Latina.

¹⁵ Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do ano de 2021, o número de empregados cadastrados na cidade de São Gonçalo foi 108,186, com remuneração média do trabalhador de R\$ 2220,37, com 44.2% dos trabalhadores mulheres, com uma remuneração média por pessoa de R\$ 2046,97; 55.8% correspondiam a homens com remuneração média de R\$ 2357,60. O número de estabelecimentos cadastrados de 15,993, o que representa uma variação de 2.45% em relação ao ano anterior, de 2020. Os setores econômicos que mais reuniram trabalhadores na cidade gonçalense, em 2021, foram Comércio Varejista (23,881), Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (20,118), e Transporte Terrestre (7,389). De acordo com os dados da Receita Federal do Brasil (RFB), do total de estabelecimentos com registro até 2023, 5.81% correspondem a Outros (5,336 estabelecimentos), 74% correspondem a Microempresário Individual (MEI) (68,023 estabelecimentos), 17.7% correspondem a Microempresa (ME) (16,240 estabelecimentos), e 2.49% correspondem a Empresa de Pequeno Porte (EPP) (2,287 estabelecimentos). Em 2022, a pontuação média do ENEM na cidade de São Gonçalo foi de 370 pontos. As notas médias obtidas por tipo de prova foram de 369 pontos em matemática, 382 pontos em língua portuguesa, 341 pontos em ciências da natureza e 388 pontos em ciências sociais. Também no ano de 2022, as principais universidades na cidade de São Gonçalo em termos de concentração de matrículas eram UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (8,732 alunos), UNIVERSIDADE

Com dados do ano de 2021 em relação ao IDEB, para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,2 e para os anos finais, de 4,4. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 63 e 72 de 92. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3296 e 3595 de 5570.

Do levantamento da Prefeitura Municipal e do Ministério do Desenvolvimento Social no ano de 2004, quando da instalação do Programa Bolsa Família na cidade, o segundo maior do país, o cenário dos cinco distritos que abrigavam bolsões de pobreza e miséria, ainda é, quase dez anos depois, um retrato preocupante pela presença média de 70 mil gonçalenses abaixo da linha da pobreza.

O bairro Jardim Catarina, reconhecido como a maior favela da América Latina, em um retrato geral da maior parte da cidade, com um quadro agudo de ausência básica no atendimento de infraestrutura, como saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação, drenagem urbana, vítima constante de enchentes, carente de serviços mínimos de saúde, educação, lazer, e com eles, altos índices de violência e degradação sociocultural. Identifica-se, nos idos do Século XXI, uma cidade ainda mais desigual, com esgoto a céu aberto a poucos quilômetros da sede da prefeitura local.

Essas desigualdades podem ser entendidas pela trajetória de desenvolvimento econômica da cidade. São Gonçalo, assim como outras regiões do país, teve desenvolvimento econômico inicialmente agrícola, no entanto, o processo de industrialização ocorrido de maneira descontínua e polarizada, implicou na concentração das melhorias em algumas regiões, sem um planejamento urbano que estendesse os benefícios da dinâmica industrialização/urbanização as demais regiões.

Sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro (25 quilômetros de distância) e a ligação rápida com outros municípios pelas estradas RJ-104 e RJ-106, além de passagem quase obrigatória para as áreas turísticas, como a Região dos Lagos e as praias oceânicas de Niterói e Maricá, tendem a marcar a cidade como um lugar de passagem.

Uma notória situação de exclusão, presente no seu processo histórico, situa São Gonçalo em desvantagem frente seu potencial de uma cidade costeira, sem planejamento para explorar positivamente esse fator em benefício da cidade, ao passo que na cidade carioca e em Niterói, as praias da Baía de Guanabara receberam tratamento paisagístico e urbano, com forte investimento do seu apelo turístico, como as Praias do Flamengo e Botafogo e as Praias

de Icaraí, São Francisco e Charitas. Tal observação é constatação da nulidade de políticas públicas que figuram para São Gonçalo a condição de periférica que apresenta.

No aspecto turístico, além dos patrimônios históricos que datam da fundação da cidade e seu povoamento inicial, destaca-se o Alto do Gaia (área de voo livre com 1.504 metros de altitude) a APA de Guapimirim, os passeios pela Baía de Guanabara com embarcações saindo da Praia da Caieira, na Ilha da Itaoca, que mantinham até o ano de 2012 horários cativos para Paquetá (distante de São Gonçalo apenas vinte minutos, numa ligação muito mais estreita com a cidade gonçalense, do que com a carioca, Rio de Janeiro), quadro alterado em função da forte presença de criminosos do narcotráfico, que intimida o roteiro turístico para Paquetá e ilhotas da Baía de Guanabara próximas de São Gonçalo.

Outros pontos de atrações turísticas são a Fazenda Itaitindiba (construída em 1687); Praia da Luz; Praia da Beira; Praia de São João; Ilha de Jaturnaiba; Ilha do Tavares (conhecidamente popularmente como ilha do Pontal); Fazenda do Colubandê (construção no início do século XVII)¹⁶; Capela de Nossa Senhora da Luz (construída no século XVII); Gruta Azul; Serra de Itaúna; Piscinão de São Gonçalo¹⁷ e Praça Esthefânia de Carvalho (conhecida popularmente como Praça do Zé Garoto).

De acordo com dados da Prefeitura (2020) a cidade conta com 05 Unidades Básicas de Saúde organizadas em Polos Sanitários (Washington Lopes; Hélio Cruz; Paulo Marques Rangel; Jorge Teixeira de Lima e Rio do Ouro), 09 agências de correios localizadas nos bairros de Alcântara(2), Arsenal, Barro Vermelho, Mutuá, Neves, Porto Novo, Rocha e Zé Garoto, 14 salas cinemas agregadas aos shoppings, 01 biblioteca pública, 77 Escolas Estaduais, 106 Escolas Municipais, 22 agências bancárias, 38 motéis, 04 shoppings centers (São Gonçalo Shopping inaugurado em 2004, no bairro Boa Vista, às margens da Rodovia Niterói-Manilha RJ-104; Shopping Partage São Gonçalo, inaugurado em 2010; Rodo Shopping, inaugurado em 1988, ambos no centro da cidade; Shopping Pátio Alcântara, inaugurado em 2013, no bairro Alcântara), 10 teatros de pequeno porte (integrados a escolas particulares, rede pública, SESC SG e SEST SENAT), 01 auditório público de médio porte (Faculdade de Formação de Professores – UERJ), 09 bibliotecas particulares e públicas (integradas a faculdades, escolas e entidades culturais), 01 livrarias, 03 galerias de arte (particular e pública), 01 clube de grande porte e 03 clubes de médio porte.

¹⁶ Ver Coletivo Fazenda Colubande – QUEM AMA CUIDA em <
<https://www.facebook.com/ocupacaofazendacolubande/?> >

¹⁷ Desativado desde 2015, sem uso.

Uma particularidade na cidade, similar a outras localizadas na Baixada Fluminense, por exemplo, é a forte presença de igrejas (evangélicas, católicas e outras denominações), centros espíritas e entidades de matrizes afro, com marcante interação na vida social-religiosa do gonçalense e nas agendas de apelo popular, envolvendo milhares de pessoas em eventos esporádicos, como o Tapete de Corpus Christi, o Presente de Iemanjá, os Encontro de Corais, Dia de São Cosme e Damião, dentre outros.

Fora o circuito religioso, a busca de agendas culturais e o consumo de compras e lazer é direcionado para as cidades vizinhas, uma vez que São Gonçalo se restringe aos dois principais polos centrais, Alcântara e Rodo, onde se concentram a oferta de bens e serviços para toda a população.

A cidade que usa faixas e carros de som nos lugares estratégicos de grande movimentação, como melhores opções de propaganda funcional e barata, não tem sinal de televisão aberto para seu quase milhão de habitantes e possui apenas um jornal de circulação diária (online), “O São Gonçalo”, fundado em 1931, com tiragem e distribuição limitadas, considerando a população local, o Jornal Daki, fundado em 2014, com circulação digital. As rádios comunitárias, organizadas em vários bairros e localidades, têm atuação de destaque no item comunicação, além de blogs.

No tocante ao aspecto cultural, a considerar o que está estabelecido na Lei Orgânica da cidade, promulgada em abril de 1990, que após revisão e atualização não apresentou alterações no teor que trata das competências da municipalidade para área cultural no

CAPÍTULO IV - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO - Seção II - Da Cultura¹⁸ no comparativo com as informações prestadas pela Prefeitura Gonçalense ao IBGE,

¹⁸ [...] Art. 176 - O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso a todos os níveis culturais dos entes federativos, bem como incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Art. 177 - As concessões e nomes e prédios e logradouros públicos, bem como suas revisões, atenderão a importância histórica e cultural visando preferencialmente a preservação da memória municipal. § 1º - É vedada a concessão de nomes de pessoas vivas a prédios e logradouros públicos. Art. 178 - O Poder Público Municipal promoverá um levantamento histórico sobre a ocupação, o desenvolvimento e expansão do município, bem como a influência indígena e negra na formação cultural. Art. 179 - O Poder Executivo, obrigatoriamente, incentivará a cultura artística em nossa cidade, criando a Escola Municipal de Artes, com a abrangência de todas as modalidades artísticas. Art. 180 - Constituem Patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade municipal nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico ou científico. 67Art. 181 - O Poder Municipal com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal, através de: I - inventário, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação; II - incentivo aos cines-clubes, promovendo-os, divulgando filmes didáticos, utilizando e cedendo, por comodato, material cinematográfico de interesse cultural e procurando desenvolver na municipalidade o interesse pela cultura cinematográfica; III - proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação

em 2021, é identificável a falta de aplicabilidade das ações na esfera das políticas públicas, considerando as informações registradas na amostragem do suplemento de Cultura da MUNIC, bastante recentes, que reúnem estratégica fonte de dados através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.¹⁹

As informações, ano de 2021, foram respondidas pelo titular da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que declarou ter 28 anos, ser branco, com Ensino Médio completo. A interpretação das respostas apresentadas no questionário do IBGE atesta o cenário da gestão pública cultural da segunda maior cidade do estado fluminense, sendo possível traçar um quadro real do contexto das políticas públicas culturais de São Gonçalo, a saber:

O ÓRGÃO GESTOR POSSUI	Linha telefônica instalada
COMPUTADORES EM FUNCIONAMENTO	De 6 a 10
COMPUTADORES COM ACESSO À INTERNET	Até 2
PÁGINA NA INTERNET – EXISTÊNCIA	NÃO
E-MAIL/ENDEREÇO ELETRÔNICO – EXISTÊNCIA	SIM
O MUNICÍPIO UTILIZA SISTEMAS INFORMATIZADOS PARA GERENCIAR A POLÍTICA DE CULTURA	NÃO
POLÍTICAS CULTURAIS	
POSSUI PLANO MUNICIPAL DE CULTURA:	SIM
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – EXISTÊNCIA:	SIM
POSSUI CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA:	SIM
PATRIMÔNIO CULTURAL:	(*) NÃO SOUBE INFORMAR - SABE QUE EXISTE, MAS NÃO SOUBE INFORMAR.
COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL	Total do pessoal ocupado 51
SEM INSTRUÇÃO	0
ENSINO FUNDAMENTAL	06
ENSINO MÉDIO	29
ENSINO SUPERIOR	11
PÓS-GRADUAÇÃO	05
TOTAL DE ESTATUTÁRIOS	15
TOTAL DE SOMENTE COMISSIONADOS	33
TOTAL DE CEDIDOS	03
A gestão municipal, nos últimos 12 meses, apoiou financeiramente alguma das atividades relacionadas abaixo:	
CONCURSO/PRÊMIO	NÃO
APRESENTAÇÃO MUSICAL	NÃO
PUBLICAÇÕES CULTURAIS	SIM
EVENTOS	SIM
FEIRA DE LIVROS	NÃO
PROGRAMA RADIOFÔNICO	NÃO
PROGRAMA DE TELEVISÃO	NÃO

fiscalizadora federal e estadual; IV - espaço para integração, divulgação e comercialização das artes culturais. (fonte: < http://www.cmsg.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/LEI_ORGANICA.pdf >)

¹⁹O IBGE efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, tendo como unidade de investigação o município e, como informante principal, a prefeitura, por meio dos diversos setores que a compõem. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC teve início em 1999, extensiva à totalidade dos municípios do País. Os temas e questões abordados em seu questionário básico são levantados regularmente e visam responder às necessidades de informação da sociedade e do Estado brasileiro, com vistas à consolidação de uma base de dados estatísticos e cadastrais atualizados e que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento dos quadros institucional e administrativo das municipalidades. Fonte IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

DESFILE DE CARNAVAL	NÃO
MONTAGEM DE PEÇAS TEATRAIS	NÃO
SEMINÁRIO/SIMPÓSIO/ENCONTRO/CONGRESSO/PALESTRA	SIM
FESTAS, CELEBRAÇÕES E MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS E POPULARES	NÃO
APRESENTAÇÕES/OFICINAS/FESTIVAIS DE TEATRO ONLINE	SIM
APRESENTAÇÕES/OFICINAS/FESTIVAIS/LIVES MÚSICAIS ONLINE	SIM
APRESENTAÇÕES/OFICINAS/FESTIVAIS DE POESIA/LITERATURA ONLINE	NÃO
APRESENTAÇÕES/OFICINAS/FESTIVAIS DE ARTES ONLINE	NÃO
OUTRAS ATIVIDADES ONLINE	NÃO
A gestão municipal, nos últimos 12 meses, apoiou por outros meios (não financeiro) alguma das atividades relacionadas abaixo:	
CONCURSO/PRÊMIO	NÃO
APRESENTAÇÃO MUSICAL	NÃO
PUBLICAÇÕES CULTURAIS	NÃO
EVENTOS	NÃO
FEIRA DE LIVROS	NÃO
PROGRAMA RADIOFÔNICO	NÃO
PROGRAMA DE TELEVISÃO	NÃO
DESFILE DE CARNAVAL	NÃO
MONTAGEM DE PEÇAS TEATRAIS	SIM
SEMINÁRIO/SIMPÓSIO/ENCONTRO/CONGRESSO/PALESTRA	NÃO
FESTAS, CELEBRAÇÕES E MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS E POPULARES	NÃO
APRESENTAÇÕES/OFICINAS/FESTIVAIS DE TEATRO ONLINE	NÃO
APRESENTAÇÕES/OFICINAS/FESTIVAIS/LIVES MÚSICAIS ONLINE	NÃO
APRESENTAÇÕES/OFICINAS/FESTIVAIS DE POESIA/LITERATURA ONLINE	NÃO
APRESENTAÇÕES/OFICINAS/FESTIVAIS DE ARTES ONLINE	NÃO
OUTRAS ATIVIDADES ONLINE	NÃO
A gestão municipal desenvolveu, nos últimos 12 meses, programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização de:	
MUSEU	NÃO
BIBLIOTECA PÚBLICA	NÃO
BIBLIOTECA COMUNITÁRIA	NÃO
CINEMA	NÃO
TEATRO	NÃO
CENTRO CULTURAL	SIM
ARQUIVO PÚBLICO	NÃO
ESPAÇO PARA FESTIVIDADES LOCAIS	NÃO
ESPAÇO PARA ARTESANATO	NÃO
OUTROS	NÃO

Fonte: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/pesquisa/1/0> >

A população é um mosaico, que espelha o retrato da cidade, que foi sendo construída em etapas, sem planejamento ou organização, onde muitos se instalam pela proximidade com o Rio de Janeiro e a facilidade de acesso aos loteamentos. Atraídos pela moradia facilitada nas áreas periféricas da cidade, onde essa população, com seus traços característicos, na percepção de SANTOS (1993) “*dificulta, senão impede a edificação de uma cultura urbana mais identificada com a democracia e a inclusão.*”

É visível a nostalgia dos trabalhadores, principalmente os mais antigos, enquanto se percebe nas novas gerações uma outra forma de se relacionar com o lugar, com os atuais paradigmas mais marcantes da cidade.

Considerando os baixos indicadores sociais e econômicos e a infraestrutura (sistema de saneamento, saúde, educação, tráfego, trabalho, cultura, lazer e segurança) em crise constante, dificultando uma melhor qualidade de vida, localiza-se os principais fatores que

desencorajam novos moradores, e ainda, a retirada, ou saída de uma parcela da população, rompendo uma relação de pertencimento com o local, fato que afeta o desenvolvimento em geral, de São Gonçalo.

Enfatizo dois aspectos com relação aos moradores: uma parte da população que se reconhece da cidade, na cidade, figurando uma questão essencialmente cultural, em estreita ligação com a história local, sua formação, seu passado, desde os primórdios da sua fundação, povoado, vila, freguesia, distrito e, finalmente, município.

E uma outra parte da população com nula ou ausente identificação, que enxerga a cidade como um lugar de transição, chegando até a nominar, externamente, uma suposta condição de morador de Niterói, situando São Gonçalo como um bairro ou distrito da cidade vizinha.

A grande parte da população que apresenta uma forte ligação de pertencimento com a cidade, mantém relações estabelecidas pela manutenção de um imaginário coletivo afetoso a ponto de ouvir desses moradores, em reunião social fora da cidade, que só fala mal de São Gonçalo, quem é de São Gonçalo, não sendo permitido qualquer crítica ou ofensa à cidade, não sendo gonçalense.

Na contramão do progresso, onde o desenvolvimento econômico e os avanços socioculturais deveriam ser realidade, a cidade apresenta tímidas ações mais concretas por parte da administração pública que viabilize mudanças, onde o hábito assistencialista e de profundo fisiologismo, ainda se configura como prática corrente no poder público e poder legislativo, corridos os anos iniciais dos anos 2000 até os dias atuais.

A descontinuidade das políticas, da não permanência de programas em função das mudanças de governo, é identificada como um dos fatores para as dificuldades de desenvolvimento, onde os projetos propostos (alguns realizados) não cumprem uma pauta de todo eficaz para a realidade do município, considerando seu caráter transitório e passageiro.

Os planos de ações apresentados, pelas recentes gestões municipais, não se efetivam de modo a suprir os débitos que foram construídos ao longo da história gonçalense, apenas atenuando, e de modo insipiente, o quadro socioeconômico do município. As metas que são colocadas para o futuro, não apresentam sustentabilidade de execução, salvo as iniciativas e investimentos externos que envolvem, prioritariamente, os governos estadual e federal.

Constatações desta realidade são identificadas nas repetidas promessas de campanha de diferentes candidatos à prefeito, como por exemplo: a construção da Linha 3 do metrô com 10 estações (Neves, Vila Lage, Paraíso, parada 40, Centro, Estrela do Norte, Antonina, Trindade, Alcântara, Jardim Catarina e Bom Retiro), que nunca sequer foi apresentado um

projeto executivo e a construção de uma estação de Barcas no bairro de Boa Vista, ligando a cidade carioca a São Gonçalo, nunca recebeu uma ação para iniciar tal operação. Ainda no tocante ao item transporte, que molesta a população gonçalense de anos e anos, a construção de uma rodoviária de grande porte no bairro Colubandê, aguarda eterna liberação de verba, sem que medidas exequíveis sejam realmente acionadas.

Mesmo com o alto número populacional, o projeto de construção de um Mercado Popular em Alcântara, com lojas e prédios comerciais novos, nunca foi concretizado. No tocante a infraestrutura, nulas ações em prol da revitalização do eixo Neves e Alcântara, com ineficazes ações para sanar os problemas de tratamento de esgoto, urbanização da ilha de Itaoca e suas praias, ampliação da rede de distribuição e tratamento de água, sem canalização e tratamento adequado em muitos bairros.

Neste contexto geral, ações de médio e longo prazo com vistas a mudanças efetivas protagonizadas pelo poder público local, com soluções para os principais problemas vivenciados pela cidade gonçalense, apresentam encaminhamentos lentos ou inexistentes na mesa das decisões políticas, quadro este agravado pela fragilidade do poder institucional e político, identificado claramente pelo cenário cotidiano da mesma e seu baixo orçamento.

“O esforço de revalorizar o passado objetiva criar a identidade, construir uma autoestima para a população local que no final do século XX encontra a cidade com o estigma de cidade dormitório, com diversos problemas de infraestrutura, advindos de um crescimento desordenado.” (FERNANDES, 2004)

Atualmente, a principal fonte de arrecadação do município se pauta no Imposto Predial e Territorial Urbano, repasses estaduais e federais. A inexistências de parcerias ou apoios com organismos de caráter internacional, retratam a falta de iniciativas mais amplas em benefício da cidade, salvo algumas ações particulares, de modo eventual.

O que fica evidenciado em grande parte é a prática de projetos e ações de curto prazo, limitados e restritos, a condição do possível, em função dos calendários eleitorais. Tais calendários tendem a paralisar a máquina pública, engessando ainda mais seu funcionamento.

São as “*intervenções na superfície ou as maquilagens urbanas*” (TAVARES, 2003), que não se aprofundam nas questões sócios - culturais, agravando a realidade econômica, sem estabelecer e oportunizar caminhos ou alternativas da aplicação e efetivação de políticas públicas nos diversos setores, que possibilitem crescimento e desenvolvimento do município.

Uma cena comum que demonstra o caráter de fisiologismo na cena política local, entre legislativo e executivo, são as dezenas de faixas de vereadores agradecendo obras dos

Prefeitos. Os discursos de agradecimento dos vereadores, com leituras de dádiva ou favor, se repetem para os governantes locais.

Confunde-se a relação política excluindo a própria condição de obrigatoriedade do Estado no cumprimento das ações em atendimento à população na garantia da prestação de serviços e efetivação de políticas públicas.

O governante gonçalense age como se não fosse obrigação, na sua competência de gestor público, o atendimento de um direito do cidadão, do contribuinte que paga impostos, ou seja, o seu patrão. A prática usual de boa parte dos políticos gonçalenses que ocuparam espaços de poder na municipalidade foi marcada pelo populismo, clientelismo e acentuado personalismo.

Com os frequentes acordos entre legislativo e executivo, com vereadores, em sua maioria, sem atentar para suas atribuições legislativas em favor do povo, sem fiscalização das ações do poder executivo, o tema das políticas culturais ficava relegado a um lugar de baixa prioridade na mesa de discussões, tanto no poder executivo quanto no legislativo gonçalense.

Neste lugar de desimportância é identificável o tema das políticas culturais no final da lista de prioridades do poder executivo, frente ao orçamento destinado e a ausência de efetivação de ações contínuas, evidenciada, ainda, pelas sucessivas trocas na pasta, com uma equipe, quase sempre, sem capacitação técnica para seu funcionamento, considerando recorte das duas décadas iniciais dos anos 2000.

Quadro resumido - Governo Municipal 2004 a 2014/Gestão Cultural:

Gestão	Cultura	Classificação
Henry Charler Armond Calvert – PMDB (2001-2004) Criação da Secretaria de Cultura	Otto São Paio (2001) Randal Farah (2002) Marcos Madeira (2003) Cleise Campos (2004)	Centro-Direita conservadora ²⁰ Democratização Cultural ²¹ Democratização Cultural Democratização Cultural
Maria Aparecida Panisset – PFL (2005-2008) 1º ano, extinção da pasta com	Subsecretaria de Cultura Titulares: Renato Guima e Doralice	Centro-Direita conservadora

²⁰ Conceito estabelecido livremente pela autora em função da aceitação de uma gestão que defende e remete à manutenção de um modelo tradicional, não adepto às mudanças, onde é desconsiderado o contexto político de transformações, considerando o prosseguimento de práticas e ações conservadoras.

²¹ Conceito estabelecido livremente pela autora em função da aceitação de uma gestão voltada para a promoção da participação social, com sinalização de uma prática agregadora que reconhece a diversidade cultural e a cidadania cultural.

instalação da subsecretaria integrada na pasta da Educação; 2º ano, criação da Secretaria de Turismo e Cultura.	Cordeiro (2005) Secretaria de Turismo e Cultura Titulares: Felipe Rocha (2006) José Augusto (2007) Alice Tamborindéguy (2008)	Centro-Direita conservadora Democratização Cultural Centro-Direita conservadora
Maria Aparecida Panisset – PDT (2009-2012)	Titular: Carlos Ney Ribeiro (2009-2012)	Democratização Cultural
Neilton Mulin – PR (2013-2016)	Titulares: Michel Portugal (2013-2015) Joel Castro (2016)	Centro-Direita conservadora Centro-Direita conservadora

Ao final do mandato de Henry Charles (2001-2004) pontuais variações do setor cultural foram identificadas no cumprimento de agendas culturais, propostas e encaminhamentos de políticas culturais mais específicas, apresentadas, em especial, pelo Fórum Gonçalense de Cultura, organizado em 1999, com momentos de avanços e operacionalidade do setor, ainda que modestos, frente a populosa São Gonçalo.

Os quatro anos de governo Charles foram marcados por mudanças nas ações da Prefeitura para o setor cultural, com adoção de implantação de inéditas ações e projetos. O período apresenta uma intensa movimentação na cidade, iniciado pela instalação da estrutura exclusiva para Cultura na administração municipal no primeiro ano do Governo Charles (secretaria e fundação de artes), intercâmbios com outras cidades do estado fluminense, investimento em parcerias na esfera nacional, junto ao Ministério da Cultura, e um constante diálogo com os artistas e trabalhadores de cultura da cidade, com realização de várias reuniões do Fórum Gonçalense de Cultura para escuta e participação da sociedade *civil* (ver imagens N° 10 e 11/Anexos).

A organização da estrutura administrativa, com a criação da Secretaria Municipal de Cultura e Fundação de Artes, mesmo marcada por uma frequente troca de titulares, foi um ganho para o setor que passa a ter uma unidade exclusiva na estrutura administrativa municipal, com aumento substancial no orçamento para cultura.

Na administração pública em geral, os itens de prioridade dos setores de educação, saúde e infraestrutura se repetem, deixando notadamente para a cultura, quase sempre, um

lugar irrelevante entre as políticas públicas prioritárias, com baixíssimo orçamento e reduzida estrutura de funcionamento. Em pleno século XXI, a cidade de São Gonçalo com seu quase milhão de habitantes, não contava ainda com a existência de um teatro municipal (o Teatro Municipal George Savalla Gomes será inaugurado quinze anos depois) e uma lista de outros itens no tocante aos equipamentos municipais de cultura fundamentais.

As iniciativas operacionalizadas nos quatro anos do Governo Charles, ainda que não tenham comportado o atendimento do conjunto da população, na sequência geral dos serviços públicos, ainda assim apresentaram para o setor avanços indiscutíveis.

O Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura, inaugurado em 1989, no bairro Estrela do Norte, concebido para agregar as manifestações culturais, pesquisa, laboratório de ensaios dramáticos e espaço multicultural, com centro de memória, sede da biblioteca municipal e galeria de artes, funciona apenas nos primeiros anos para este fim.

Com a alteração de gerenciamento na metade da década de 1990, passa a sediar burocraticamente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, chegando a excluir em 80% a programação cultural do espaço, até a retirada do prédio-espço, da estrutura administrativa da cultura em 2005, quando a pasta da educação passa a ocupar e gerenciar totalmente o espaço.

Este fato é demonstrativo do espaço-local de ocupação da cultura na cidade, considerando o espaço físico e o espaço político.

A pauta de trabalho dos agentes culturais que ocupam as funções no setor cultural, nos primeiros anos da década de 1990 (onde ainda não existia esta caracterização de “gestão cultural”) era diretamente ligada às escolas, através da coordenação de ações culturais criadas para este fim, numa estreita concepção de políticas voltadas para o calendário escolar.

Em função da demanda apresentada, das agendas de atividades propostas, a mobilização de todo setor era dirigida para atender a prioridade do momento, como por exemplo: a Festa de Artes e Tradições Populares, onde todas as equipes dos núcleos eram envolvidas, e o cumprimento da pauta mantinha foco específico para execução da tarefa. O que fica evidenciado é ausência de um planejamento norteador das ações ou mesmo uma linha diretriz. Ainda que existisse um calendário de atividades, tal cenário não se configura como um planejamento.

“Durante décadas em nosso país, a cultura foi deixada de lado. A cultura popular, a cultura crescente nos becos e vielas era invisível. Em São Gonçalo, o que era uma tendência nacional, a importância dada a cultura pelos governantes era a de entretenimento. Uma visão tosca de que a cultura e a arte “se faz por amor”, como se fosse um *hobby* ou coisa de quem não tem “o que fazer na vida”. Ou, pior ainda,

seria a opção de pessoas que não são inteligentes o suficiente. Precisei enfrentar muitas barreiras e me adequar a muitas coisas pois, arte “não era coisa de gente séria”. Acho que minha maior motivação foi para tentar mostrar aos artistas e fazedores de cultura que eles são importantes, que a arte que eles produzem transforma a vida das pessoas e que não devemos romantizar isto. É o ganha-pão, uma profissão como qualquer outra, guardadas as suas peculiaridades, mas é digna. Apesar de haver o dom e a necessidade de talento, a arte, a cultura estão intrinsecamente ligadas a nós, no nosso dia a dia, no nosso DNA e que, o fazer cultural nas suas diversas dimensões, pode e deve ser respeitado. Estávamos em um momento no país de uma grande busca e descoberta da nossa identidade cultural. Queria fazer parte disso e queria levar o município e os artistas locais a se descobrirem. Elevar os artistas daqui a um patamar mais alto, mais profissional.” (Marilyn Pires. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

Um dado importante a ser registrado é a criação do Fórum Gonçalense de Cultura, no ano de 1999, fruto de intenso diálogo entre os artistas e agentes culturais, com encaminhamento de propostas específicas para o setor no ano seguinte, nas eleições para Prefeitura em 2000. O grupo de artistas acompanha o cenário das eleições e apresenta proposta para todos os candidatos a prefeito, fruto de espontâneo movimento de debates que aglutinam as lideranças culturais e representantes de vários segmentos da cultura local.

O resultado desta iniciativa se materializa no governo Henry Charles, sendo organizada pela nova gestão, a Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação de Artes, proposta chave da lista do Fórum Gonçalense de Cultura. A criatividade e operacionalidade de ação do Fórum de Cultura, com reuniões mensais em espaços diversos da cidade, é fato peculiar para a própria cultura local, onde o desempenho de quem atua na gestão pública, o gestor cultural, passa a ser alvo das discussões do Fórum: parte da distribuição de cargos comissionados passam pela discussão de nomes no Fórum, em função da potencialidade dos seus participantes, de grande presença artístico-cultural na cidade.

Na novidade, diferentes atores das linguagens artísticas gonçalense entram em ação para apresentar um novo perfil de quem deveria trabalhar na Prefeitura, com o compromisso de mudanças reais para o setor, a começar pela aplicação de um Plano de Cultura e um novo Conselho de Cultura, a exemplo de muitas cidades.

Tal composição seguia semelhante dinâmica operada em outras cidades próximas, como Niterói e Rio de Janeiro, levando-se ainda em conta, a necessidade de separar, administrativamente, a cultura da pasta da educação, promovendo independência do setor no seu funcionamento (equipe, espaço, encaminhamentos de ação e orçamento), quando então, a cidade poderia direcionar uma política norteadora para a Cultura.

Neste período, onde a cidade atravessa os primeiros anos da virada do milênio, a pasta recém-criada da Cultura se equilibra no município periférico, que apresentava uma expressiva

população de baixa renda, e demandava ações sociais, educacionais e de saúde muitas vezes incompatíveis com a sua capacidade de arrecadação.

Nos primeiros meses da unidade exclusiva para cultura e de organização da Fundação de Artes, o xadrez da política envolveu, no mesmo tabuleiro, artistas e trabalhadores de cultura com intelectuais e empresários, criando inicialmente um cenário diferenciado na condução da política pública do setor, cenário que gera alguns conflitos no cotidiano da pasta.

Os olhares diferenciados são caracterizados pelas origens e interesses diferentes dos grupos que ocupam os postos da gestão pública municipal, onde, justamente pela ausência de um plano norteador, a condução da política cultural se dá em função dos interesses e encaminhamentos quase exclusivos dos titulares. Foi um período marcado por frequentes mudanças de ordem física-material, questões mais conceituais das políticas culturais, e de direcionamento do orçamento.

“Não existia quase nenhuma estrutura administrativa, quase tudo estava para ser organizado. Não havia Secretaria de Cultura, nem Fundação em SG. Foram criados em 2001. Então não havia quase nenhuma estrutura. Herdamos algumas estruturas da Educação, onde funcionava a Cultura, quais sejam: a Casa das Artes, uma Galeria Pública, a Escola de Música Pixinguinha, que tinha alguma estrutura, mas funcionava com o curso livre, com foco em banda, e mais nada. Até o Centro Cultural da Cidade era ocupado pela educação e acho que ainda funciona assim. Não havia quase funcionários, nem carro, nem computadores. Na gestão pública da Cultura no Município de São Gonçalo foi na minha gestão que iniciamos a estruturação do setor. Então as principais metas, para além da construção da política em setores específicos (teatro, dança, cultura popular etc...) era a criação de órgãos - da Secretaria e Fundação de Artes, espaços e normas que fossem estruturantes para a política cultural e para a consecução de um Sistema, tudo em articulação com o movimento cultural local, representado pelo Fórum Gonçalense de Cultura. Toda a política cultural, inclusive os órgãos que dirigi, foi resultado de amplo debate e construção de um programa feito pelo Fórum Gonçalense de Cultura, inclusive com prestação de contas e validação da política a cada ano de implementação. Nossa geração foi responsável pelo debate sobre a criação de sistemas de cultura aos moldes de SUS e SUAS. No estado do Rio de Janeiro contribuimos para a criação da COMCULTURA/RJ, organização de secretários e gestores públicos de cultura que defendia a criação de sistemas estruturados de cultura em todas as esferas de governo. Julgo que toda a política do período, mesmo a criação da Secretaria Municipal de Cultura e da FASG e tudo que daí se seguiu, foram resultado de anos de luta e debate na sociedade, são conquistas de valorosos parceiros de trajetória, que tive a honra de liderar. Verdade seja dita: eles permitiram! Nada poderia ter sido feito sozinho, nada! mas me orgulho de ter me dedicado cotidianamente por muitos anos para tais conquistas. Como sempre, uma das maiores dificuldades foi o orçamento, sempre tão espremido e naquele tempo, em uma estrutura nova, havia muita desconfiança no meio político. Contudo, na minha percepção, a participação social através dos grupos, dos coletivos, dos fóruns e do conselho de cultura, colaborara para efetivação de políticas públicas culturais, ainda mais depois de 1988. É fundamental que a sociedade, em particular as organizações de cultura e de artistas atuem na consecução da política.” (Randal Farah. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023)

A presença de vários artistas, arte-educadores e trabalhadores de cultura, principalmente na Fundação de Artes, oriundos dos movimentos artísticos da cidade, é um

fato a ser considerado em dois aspectos: o primeiro dá conta do entusiasmo e dedicada participação da equipe, que gera instantânea movimentação no cenário cultural.

Rapidamente foi criado um calendário de agendas, debates e encontros de reflexão e projetos culturais envolvendo a cidade de modo mais amplo, oportunizando dinâmica singular entre parte dos gestores públicos e artistas. Na sequência das ações locais, uma ação planejada de “exportar” São Gonçalo para as cidades vizinhas e algumas regiões, com a participação de agentes culturais municipais e artistas em várias programações fora da cidade.

O segundo aspecto trata do despreparo e falta de conhecimentos de boa parte da equipe recém-instalada na gestão pública, para o gerenciamento da cultura. Identifica-se que o novo grupo de gestores públicos culturais, ainda que motivado e com condições mínimas estruturais para organizar o setor, não apresentava acúmulo ou orientação para tal gerenciamento.

Neste momento, frente às necessidades que eram colocadas e a natural expectativa criada dentro e fora da prefeitura, é operada uma movimentação que proporcione melhores condições de atuação na própria estrutura: começa a ser discutido na cidade o conceito de gestão, e na sequência, de gestores públicos para atuar no setor.

Durantes os anos de 2002, 2003 e 2004, com a instalação do Governo Lula e as mudanças que começam a ser operadas no Ministério da Cultura, bem como as movimentações dos gestores em rede de outras cidades, o setor cultural da prefeitura gonçalense incrementa sua atuação, buscando um modo mais sólido e efetivo no tratamento das políticas culturais.

Nesse expediente, destacam-se os canais de interlocução e trocas com o Fórum Gonçalense de Cultura, uma intensa organização da própria Secretaria Municipal de Cultura e Fundação de Artes, com vistas a discussão inicial para elaboração do Plano Municipal de Cultura e da instalação de um Conselho de Cultura com novo formato e composição. No primeiro ano do Governo Charles é elaborado o primeiro PPA (Plano Plurianual) e a LOA (Lei Orçamentária Anual) da Cultura para os anos seguintes.

A projeção da criação de diversas carreiras públicas, no corpo da Prefeitura para a área de cultura, como produtor cultural, animador cultural e técnicos em artes cênicas e música, também é destaque neste período. Em paralelo aos investimentos internos, um movimento fora da cidade promove intercâmbios com o governo federal através da rede de gestores COMCULTURA RJ²² e parlamentares.

²² Comissão Estadual dos Gestores de Cultura - COMCULTURA RJ, organizadora do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (2002 – 2012), realizado em parceria com UERJ,

Até o ano de 2004, o aprimoramento da equipe e mais conhecimentos de gestão cultural foram efetivando a própria figura-presença dos “gestores públicos de cultura” da cidade, mudando a terminologia que caracterizava o funcionário do setor, de “agente cultural”, para gestor cultural. Na prática, tentativas de adoção de metas mais conceituais e técnicas para a cultura, como o encaminhamento de reestruturação do Conselho Municipal de Cultura, criação do Fundo Municipal de Cultura e Lei de Incentivo à Cultura, os primeiros passos para a elaboração do Plano Municipal de Cultura e a negociação de um orçamento mínimo para a pasta da cultura, tendo como referencial 1% do orçamento total do município, em atenção ao indicativo da UNESCO e do Ministério da Cultura.

As propostas chaves eram alimentadas entre os gestores públicos e pelos participantes do Fórum Gonçalense de Cultura. No cenário nacional, o Ministério da Cultura apontava profundas mudanças que alimentavam diretamente as articulações e movimentações da cidade, quando nos anos de 2003 e 2004, começa a discussão para elaborar um Plano Municipal de Cultura e a criação de um novo Conselho Municipal de Cultura, como orientado pelo MinC, paritário, com nomes da sociedade civil eleitos.

Em 2004, no mês de setembro, aniversário da cidade, é realizada uma reunião com o Fórum Gonçalense de Cultura sobre as etapas para elaboração do Plano Municipal de Cultura, quando é traçado uma linha geral para discussão no mês de novembro durante a realização de mais um encontro do Fórum Municipal de Cultura, realizado no SESC SG.²³

O terceiro encontro do Fórum Municipal de Cultura Gonçalense reuniu gestores públicos municipais de várias cidades e gestores públicos do Ministério da Cultura, com presença marcante de todo setor cultural gonçalense. Das propostas aprovadas foi reiterada a necessidade de reestruturação do Conselho de Cultura da cidade, a elaboração do Plano de Cultura, a criação do Fundo Municipal e ações para formação cultural e descentralização das ações e atividades culturais em todos os distritos de São Gonçalo (*ver imagem N^a 27, 28, 29 e 30/Anexos*).

É deste período, no governo Charles, a instalação da Lona Cultural do Jardim Catarina, do Teatro Carequinha, da Loninha Cultural no Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura, da reabertura da Casa de Artes, da organização de novos calendários e projetos,

através do seu Departamento Cultural, e a Fundação Casa de Rui Barbosa-do Ministério da Cultura. O Seminário, com calendário quinzenal de aulas/conferências, voltado para formação cultural, apresentou resultados marcantes nas cidades fluminenses, no tocante a elaboração e efetivação de políticas culturais, a partir da capacitação dos gestores e agentes culturais. Ver mais em: www.comculturalj.blogspot.com

²³ Atos Oficiais - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO (RJ), SEMCULT PORTARIA N^o 003/2004 em 19 de novembro de 2004 - CONVOCA E REGULAMENTA O 3^o FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA DA CIDADE DE SÃO GONÇALO. (*Ver Fontes Primárias, Documentos*)

envolvendo todas as linguagens artísticas (música, artes plásticas e artes visuais, artes cênicas, letras e literatura, patrimônio e identidade - memória, comunicação e pesquisa).

A priorização da descentralização da programação para todos os cinco distritos da cidade, em especial nas regiões periféricas, e uma articulação com outras Secretarias Municipais, como Educação, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, foi ação contínua para viabilizar recursos para as ações e atividades. A busca de parceiros externos (empresas e instituições socioeducacionais), também figurava como medida necessária para ampliar as condições de atuação da pasta.

O parâmetro das políticas culturais estabelecido pelo governo federal foi fator decisivo para que a mesma discussão fosse fomentada na cidade, bem como as trocas e parcerias estabelecidas que garantiam para São Gonçalo procedimentos inéditos, positivos, ampliando as possibilidades de atuação da equipe, e, na sequência, mais oferta de ação cultural para a população, para os trabalhadores de cultura.

Mesmo com a ampliação do setor, devido ao cenário geral socioeconômico da cidade e sua numerosa população, o montante desenvolvido e ampliado pela Cultura, não chega a atender parcela significativa da população. Tal constatação era evidente em função do orçamento que não proporcionava a viabilização de maior envergadura nas atividades e projetos da pasta. O aumento do orçamento, de cem mil reais no início do governo Charles, em 2001, para um milhão no final da gestão, em 2004, não era suficiente para o conjunto inovador das políticas públicas que passam a ser adotadas. Ainda assim, figura pela primeira vez no planejamento orçamentário da municipalidade um item para cultura.²⁴

A movimentação dos titulares na pasta da cultura ao longo do Governo Charles, com várias trocas, em especial em função do calendário eleitoral, foi fator determinante para que parte das ações da pasta não mantivesse uma sequência, ou ainda, com retardo para sua execução. Em quatro anos, foram cinco mudanças de titular (professor Otto São Paio, teatrólogo Randal Farah, atriz-bonequeira Cleise Campos, professor Marcos Madeira e novamente Cleise Campos).

“O que está dando certo, não se devia mexer. E a política muda tudo e a cultura acaba sendo muito atingida. Aí entram as pessoas que não têm jeito para o trabalho na cultura e ficam. Já tem pouca verba e a política ainda atrapalhando, não se consegue avançar nada na cidade. Se tiver uma cartilha que todos têm que seguir, com certeza ajuda, pois o troca-troca não vai mudar o que precisa ser feito, vai, está

²⁴ ATOS OFICIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO (RJ), em 26 de outubro de 2004. GABINETE DO PREFEITO: LEI Nº 028/2004 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Ver Fontes Primárias, Documentos)

tudo lá, na cartilha.” (Maria Aparecida de Abreu Alves. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Abril de 2008)

Ao assumir seu primeiro mandato, em 2005, a Prefeita Aparecida Panisset promove a extinção da Secretaria Municipal de Cultura, alterando sua estrutura para condição de uma Subsecretaria, novamente subordinada à Educação. A nova pasta, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SEMECELTUR), sob a direção do Professor Eugênio Abreu²⁵ interrompe várias ações da gestão anterior, que ocasiona imediata mudança nos trabalhos desenvolvidos. A decisão da primeira mulher eleita para chefiar a cidade revela a instabilidade da estrutura administrativa da Cultura, em desacerto com a política nacional, que justamente estimulava a criação de secretarias municipais de cultura.

É neste momento, no início de 2005, quando a Cultura perde seu status de Secretaria, que a Câmara Municipal aprova a Lei Nº 01, de 11 de janeiro de 2005, que cria o Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, após uma sequência de negociações com os vereadores e a própria Prefeita.

Tal fato se deu em decorrência de negociação nos meses finais da gestão do Prefeito Charles, junto a Comissão de Transição com nomes que passam a fazer parte do novo governo. A votação da Lei para criação do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, que não avança na Câmara de Vereadores no segundo semestre de 2004, encontra apelo entre os integrantes da Comissão de Transição da equipe Panisset, com a perspectiva que o novo governo teria mais condições para consolidar novas parcerias, repasse de recursos e convênios com os governos estadual e federal, a partir da retomada do Conselho de Cultura da cidade.

As novas composições políticas provocam em parte, interrupção de ações e programas que eram desenvolvidas no mandato anterior, alinhadas com o cenário nacional, este mesmo mais organizado e propositor de ações e programas nas cidades e estados brasileiros.

No primeiro mandato de Panisset, a Subsecretaria Municipal de Cultura, nova estrutura da Cultura na Prefeitura, na pasta da Educação, propõe ação integrada com as escolas públicas, que seriam multiplicadoras de um projeto que englobasse a cultura ambiental e de não-violência. Neste período o exercício do diálogo foi alterado, marca que tinha sido adotada na gestão anterior. A tônica de discussão é centrada entre os gestores da pasta e os contatos com a sociedade em geral são esporádicos. A maior parte das ações do

²⁵ Atos oficiais – Diário Oficial da Prefeitura de São Gonçalo - Nomeia a contar de 01 de janeiro de 2005, EUGENIO JOSE DA SILVA ABREU, sob a MAT.: 3784, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Símbolo SM, da Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte, Lazer e Turismo - SEMECELTUR, Port. nº 007/2005 – Prefeita Maria Aparecida Panisset em 02/01/2005.

governo anterior são interrompidas, com saída da equipe anterior, inclusive de artistas e técnicos.

“Com uma visão independente, procurava defender o pluralismo necessário à uma gestão cultural. Se a imagem dominante era a de que o governo espelhava a religião da prefeita evangélica, a subsecretaria de Cultura fazia questão de apoiar a celebração do Corpus Christi e seus tradicionais tapetes de sal, colocando músicos, cantores e artistas plásticos ao longo do trajeto. Ao mesmo tempo, reforçava o resgate de “santo violeiro” de São Gonçalo, no material de divulgação da intervenção artística do grupo Imaginário Periférico, na Praia das Pedrinhas. Tudo sem distinções ou coloração partidária. Representava o PV num governo que o partido não tinha ajudado a eleger a Prefeita e seria o último a fazer distinções entre siglas, até porque isto não cabe na administração pública.” (Renato Guima. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

As ações da Subsecretaria passam a ser executadas por uma pequena equipe formada basicamente por professores, cedidos pela Educação e um restrito quadro de funcionários comissionados. No mês de abril, é alterado o estatuto da FASG, estabelecido no Decreto nº 069/2001, em atendimento aos interesses do novo governo e a recomposição da Fundação de Artes na estrutura da SEMECULTUR²⁶.

Em função de concurso público realizado no ano anterior, a tentativa de efetivação de novos funcionários para equipe, com cargos específicos de produtores culturais aprovados, esteve em negociação ao longo de vários meses, não sendo concretizada. Para compensar a ausência de “especialistas” na área da gestão pública cultural, o Subsecretário de Cultura estimula a participação da equipe “improvisada” em cursos, palestras e oficinas de capacitação, localizadas em eventuais parcerias para viabilizar oficinas e atividades para os artistas gonçalenses.

“A não realização de algumas agendas propostas, segue a tradição da deliberada descontinuidade de projetos na administração pública brasileira. A mesma tradição que tentou barrar a Feira de Artes e Tradições naquele ano. Nesta lógica perversa, o projeto pode até ser reaproveitado, mas com outro nome. É da cultura política, dirão alguns. É da vaidade humana, lembrarão outros. O consenso é que se estiver tudo firmado num plano de gestão, pactuado e fiscalizado pela sociedade, a história é outra. E isto vale para asfalto e circo.” (Renato Guima. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

Ainda no mês de setembro, no primeiro ano do Governo Panisset, em 2005, a Subsecretaria de Cultura recebe novo titular com a saída do jornalista niteroiense Renato Guima, assumindo o cargo Doralice Cordeiro, sob indicação do PV Gonçalense.

²⁶ ATOS OFICIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Em 26 de abril de 2005. GABINETE DA PREFEITA - DECRETO Nº. 100/2005 EMENTA: ALTERA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DE ARTES SÃO GONÇALO. A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei 099/2001. (Ver Fontes Primárias, Documentos)

“Conduzi a eleição da primeira gestão do Conselho, voto a voto. Na sequência, com as primeiras reuniões, fui criticado pelos pares da prefeitura por não ter pressionado para assumir a direção do colegiado no lugar de um produtor cultural, contrariando a ideia de alguns gestores de que colegiados devem ser tutelados. Sai do cargo logo depois.” (Renato Guima. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

Nos meses finais de 2005 a Subsecretaria não apresenta uma linha norteadora para as políticas públicas de cultura, com instável funcionamento do Conselho Municipal de Cultura, atestado pela ausência de atas ou registros, apresentando, no geral, irrelevante ação, sem envergadura consistente. Ainda no final deste ano, por iniciativa parlamentar, é criado o Fundo Municipal de Cultura da cidade, em interessante assimilação da Câmara de Vereadores no tocante a necessidade de interligar São Gonçalo com as políticas promovidas pelo Ministério da Cultura, e ainda, consistente alternativa de ampliação dos recursos.²⁷

Em fevereiro de 2006 é criada a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, assumindo a cadeira de titular o turismólogo Felipe Rocha, com onze cargos de provimento em comissão que não apresentam exigência específica para atuação no setor cultural. A nova pasta, agora separada da Educação, é destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Município e promover o desenvolvimento do turismo, onde a seção III da Lei Nº 34/2006 – 06/02/2006, estabelece as seguintes atribuições:

“Promover o desenvolvimento das atividades culturais e de turismo para melhoria da qualidade de vida dos munícipes; intensificar o turismo no Município de São Gonçalo; divulgar o Município nos níveis local, estadual, nacional e internacional; definir e implementar políticas objetivando democratizar o acesso e bens culturais e turísticos do Município; estabelecer a política de preservação e valorização do Patrimônio Cultural; implementar e atualizar banco de dados relativo à área cultural do Município; divulgar programas, projetos estatísticas e indicadores culturais, turísticos, no âmbito do Município; fomentar atividades de feiras, convenções, exposições e outras.” (LEI Nº 34/2006, seção III)

No início de 2007 o Professor gonçalense José Augusto Abreu assume a pasta, com retorno de ações para instalação do CPF da Cultura, onde é retomado o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura, a discussão de elaboração do Plano Municipal de Cultura e regulamentação do Fundo Municipal de Cultura, e é realizada a 1ª Conferência Municipal de Cultura da cidade.

É deste período a publicação de duas edições mensais da “Rota Cultural” (*ver imagem Nº 51 e 52/Anexos*), por iniciativa da subsecretaria municipal de cultura, quando justamente retorno a gestão da prefeitura municipal ocupando a função de Subsecretária de Cultura. Na

²⁷ ATOS OFICIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Em 22 de dezembro de 2005 - GABINETE DA PREFEITA: LEI Nº 067/2005. EMENTA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Ver Fontes Primárias, Documentos)

Rota Cultural, inspirada na agenda cultural da cidade vizinha, Niterói, a proposta de divulgar a agenda mensal com programação organizada pelo poder público, iniciativa privada, pelos movimentos livres e artistas em geral, projetava uma inicial sinalização de mapeamento cultural da cidade.

Na gestão do Professor José Augusto se dá o retorno de artistas para a estrutura administrativa em conexão com variados segmentos, retomada de reuniões com o Fórum Gonçalense de Cultura e passos iniciais para a organização do mapa cultural da cidade. No dia da Cultura, 5 de novembro de 2007, é realizado o Plantão Cultural “Cultura para São Gonçalo”, coordenado pela Subsecretaria Municipal de Cultura, que percorreu os cinco distritos da cidade com atividades de Teatro; Dança; Música; Artes Plásticas; Oficinas artísticas; Literatura; Circo; Artesanato; Patrimônio e Identidade; Painel Cultural e Debate Política Cultural de 9 às 21h (*ver imagem Nº 53/Anexos*). Nas atividades, artistas e convidados com variados painéis culturais se apresentaram nos sete locais do plantão. Música eletrônica, música ao vivo e microfone aberto na participação do debate da política cultural. Nos sete locais de plantão, a presença protagonista de um gestor público, um conselheiro municipal de cultura e um nome referência do local.²⁸

²⁸ Plantão Cultural 05/11/2007 - Atividades nos Sete Plantões: Oficina de Escultura / Jô Grassini; Oficina de Desenho / Juareis Mendes; Oficina de Monotipia / Alexandre Valentim; Oficina Livre / Robson Martins; Performance Literária / Reinaldo Baso; Show Voz Violão (Beth Cabral / Alussã); Música Instrumental (Groove do São); Teatro (FEST FASG e performances Livres); Dança (apresentações livres); Circo (Crescer e Viver); Painel Cultural (representantes - Movimento Negro, Movimento de Mulheres, Movimento GLBT, Movimento Ecológico); Mostra de Artesanato / Mostra Fotográfica; Sociedade Gonçalense de Fotografia / Sindicato dos Artesãos e Artistas Plásticos de SG / SALVART – Sindicato dos Artesãos da Rua Salvatori). LOCAIS /Plantão Equipes: Lona Cultural Lídia Maria Silva - FASG (Jardim Catarina)Referência: Lucia Bela; Conselheiros de Cultura Alexandre Valentim e Alex Nery (8880-6714), Apoio Patrick; Colégio Municipal Presidente Castelo Branco (Boassú), Referência Ana Sobral (9645-1611), Conselheiros de Cultura Lucidalva, Brancato e Dora, Apoio Aparecida; Ciep 249 Pastor Waldemar Zarro / Crescer e Viver (Bairro Rosane): Referência Paulo Freitas; Conselheiros de Cultura Marcio Vasconcellos e Graça Novo; Apoio Walquiria; SEST SENAT (Tribobó): Referência Helena; Conselheiro de Cultura Ivan, Apoio Renata; Teatro Carequinha – Escola Municipal Ernani Farias (Neves): Referência Celeste, Conselheiros de Cultura Rodrigo e Libia Busquet, Apoio Hamilton; Colégio Estadual Trasilbo Filgueiras (Jardim Catarina), Referência Nelma, Conselheiros de Cultura Paulão e Regina Borges, Apoio Diceia; UERJ FFP /Paraíso: Referência Catia Antonia e Maria Tereza Goudard, Conselheiros de Cultura Lucidia e Marcelo, Apoio Helida e Valcir. Base apoio geral: Silvia 3262-3602 /3262-3606 (Secultur); Cleise Campos (rodando os sete plantões); Marilyn Pires (rodando os sete plantões); Luck Straik (rodando os sete plantões); Vinicius Dumas (rodando os sete plantões); Luis Carvalho / Fotógrafo (rodando os sete plantões); Sergio Secultur /Motorista (rodando os sete plantões); Motorista Kombi 1 garagem (rodando os sete plantões); Motorista Kombi 2 (rodando os sete plantões). Lanche e almoço nas Escolas Municipais próximas dos plantões: EM Castelo Branco – Boassú (Diretora Profa.Claudia Portugal); EM Ernani Farias – Neves(Diretor Prof.Joir); EM João Goulart – Tribobó (Diretora Profa. Vanda Antonia); EM Aida Vieira – Jardim Catarina(Diretora Profa. Jussara Campos); EM Irene Barboa – Jardim Catarina (Diretora Profa. Selma); EM Zulmira Mattias – Paraíso e EM Maria Dias – Porto Novo. Debate Cultural - Temas Prioritários: 1% Orçamento Municipal para Cultura: São Gonçalo tem hoje um orçamento / média anual de 350 milhões de reais: destinar 1% deste total para cultura é garantir maior e melhor gestão da política cultural, criando mecanismos de atuação na cidade (programas culturais permanentes, lançamento de editais para democratização do uso da verba, dotação orçamentária inicial condizente com o número populacional, atuando nos 5 distritos) com 3.500,00 milhões para cultura: tal percentual é recomendação da UNESCO e do Ministério da Cultura; Fundo Municipal de

Logo após o Plantão Cultural, nova troca na condução da pasta altera mais uma vez o curso das ações com a nomeação de Alice Tamborindeguy, fruto de uma negociação da Prefeita Aparecida Panisset com o PSDB, promovendo novo rompimento da linha traçada pelo titular anterior, com mudanças pontuais na pasta. A presença de Alice, que já circulava anteriormente pela cidade gonçalense, retrata bem como era estabelecido o jogo político local, uma vez que, mesmo sem conhecimento da gestão pública cultural foi nomeada secretária municipal, considerando as peças do tabuleiro que interessavam no xadrez da base eleitoral da Prefeita.

Em outubro de 2008, logo após a realização de mais um encontro do Fórum Municipal de Cultura, a saída de Tamborindeguy abre espaço para o gonçalense Carlos Ney Ribeiro

Cultura (Regulamentação) Efetivação: A efetivação e funcionamento do Fundo Municipal de Cultura é uma necessidade urgente: dotando a cidade de mecanismo para doação e recebimento de verba externa, bem como canal oficial de transferência direta para pasta da cultura. Com o Fundo, além do orçamento municipal, a cidade fica apta a captar outros recursos e se conectar com as exigências de legislaturas estaduais e federal; Lei de incentivo à Cultura - Elaboração e Efetivação: A criação de instrumento legal para desconto de imposto (renúncia fiscal) é de grande importância para aumentar a fonte / recursos para cultura: uma negociação que envolve o executivo (Secretaria Municipal de Fazenda / Secretaria Municipal de Governo / Gabinete da Prefeita) e a Câmara Municipal de Vereadores. Com a instalação do COMPERJ / Petrobras e o novo cenário econômico da cidade (novas indústrias / reavivamento do comércio / intensa circulação de mercadorias) fazer uso da lei de incentivo à cultura é INCLUIR a cultura nas prioridades do desenvolvimento humano e econômico, garantindo maior movimentação dos bens e da produção cultural: a cadeia do desenvolvimento na geração de renda através da produção cultural; Projeto do Teatro Municipal de São Gonçalo - O Programa MAIS CULTURA / Ministério da Cultura, que traz o PAC (Programa de Aceleração da Cultura) o Governo Federal libera a inédita verba de 4 bilhões e 700 milhões de reais para a cultura, recebendo projetos e propostas de cidades e estados para integrarem a ação. Inicialmente, 800 cidades estão sendo inseridas no PAC da CULTURA, onde apresentamos ao Ministério da Cultura a inclusão de São Gonçalo com o Projeto do Teatro Municipal: Nave Central com 680 lugares / Auditório com 340 lugares / Salão de Artes Plásticas / Salão de Dança / Espaço Patrimônio, Identidade e Memória / Teatro de Arena - Externo capacidade para 3 mil pessoas. O projeto precisa da adesão de todos: sensibilizando autoridades de Brasília e parlamentares. Tarefas conjuntas: cartas postais, cartas eletrônicas, telefonemas, listagens de grupos solicitando a inclusão da cidade no PAC, campanha na Internet; Plano Municipal de Cultura: Elaboração e Efetivação - Para a criação do Sistema Municipal de Cultura, conectando a cidade no cenário estadual e nacional, propondo a elaboração do Plano Municipal de Cultura, com calendário de debates e discussões de março a julho de 2008, envolvendo o Governo, Câmara Municipal, sociedade civil, entidades, artistas, técnicos, trabalhadores, arte educadores, instituições de ensino, comunicadores e público em geral. O Plano institui a política cultural da cidade para os próximos dez anos (criando condições e diretrizes do segmento, normatizando este e aquele funcionamento interno, dotando a cidade de linha de ação, organizando concurso público específico para Secretaria de Cultura e FASG, estabelecendo ações transversais com outras unidades municipais, estaduais e federal); Preservação Patrimônio Material e Imaterial - Identidade e memória fazem a construção do tempo, da história. A preservação do patrimônio (material e imaterial) é processo a ser adquirido por toda sociedade, com ações de médio e longo prazo, mantendo intensa parceria com a educação, instituições, movimentos e manifestações culturais. Todas as novas sugestões, propostas surgidas ao longo do plantão, devem ser incorporadas ao debate e avaliadas em conjunto no debate final às 18h na UERJ FFP, no Pátio Palácio de Cristal, com lista de presença de CADA PLANTÃO para fazer o listão; Desdobramento - Elaboração: Carta do Plantão da Cultura: Ao final do plantão, a elaboração de documento com as propostas discutidas traz a tarefa primeira de desdobramento da ação: o documento será entregue a Câmara Municipal de São Gonçalo e a Prefeita Aparecida Panisset, com agenda definida pela comissão organizadora, envolvendo representantes dos sete lugares do plantão. Realização - Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Secretaria de Governo; Secretaria de Comunicação; Secretaria de Turismo e Cultura – SECULTUR; Secretaria de; Educação – SEMED; Fundação de Artes – FASG; Conselho Municipal de Cultura de SG), Apoio - SEST SENAT / UERJ FFP / METRO II – SEEDUC RJ. Fonte: acervo Marilyn Pires.

assumir a Cultura, também indicado pelo PSDB, permanecendo na função de Secretário até 2012.

É perceptível como a estrutura da Cultura e Turismo passa a ser incluída nas negociações partidárias, em atenção aos interesses eleitorais dos chefes do poder executivo que envolvem desde o uso de tempo de televisão nos programas de campanha eleitoral, como uma base confortável na Câmara de Vereadores.

Carlos Ney, fisioterapeuta de formação, é o titular com a mais longa permanência na pasta no período de 2004/2014. Sua presença, político habilidoso, equilibra em parte nomes do partido (PSDB), com nomes técnicos na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. É na sua gestão que são implementadas ações mais consistentes para instalação do Sistema Municipal de Cultura e Turismo da cidade, com iniciativas que retomam parte do diálogo com a sociedade civil, em conexão com a pauta do Ministério da Cultura.

“Mais que um referencial teórico, a cidadania cultural, que vem ganhando contornos legais nos últimos anos está sendo aplicado na elaboração de diversas políticas culturais, a partir do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, onde o raio de ação da política cultural foi ampliado, incorporando para além dos tradicionais segmentos de Artes e do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, a perspectiva antropológica de cultura, passando a entendê-la como um direito de todos e que o conjunto dos cidadãos pode se expressar culturalmente. Colaborar com a discussão e elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo faz parte desse processo, interagindo nas reuniões temáticas, câmaras setoriais, audiências públicas, plenárias e nas conferências municipais da cidade. É o diálogo entre as partes que torna o processo vivo e eficaz. A troca de conhecimento passa pela apreensão dos conteúdos, mas que precisam ser depois transformados e reinventados. Em São Gonçalo, desejo que as consequências daqueles momentos vividos em 2009, 2010 resultem em novas criações, novos atores, ou no mínimo um despertar da sociedade civil para observar a realidade a partir de outras lentes e ocupar cada vez mais espaço nas discussões das políticas culturais da cidade.” (Flavio Aniceto. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

Entre os anos de 2008 e 2012 são operadas uma série de ações dinamizadoras na discussão das políticas culturais, com a retomada do funcionamento do Conselho Municipal de Cultura e realização de conferências municipais de cultura (2ª, 3ª e 4ª)²⁹ quando realizada a

²⁹ ATOS OFICIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO ATOS OFICIAIS Em 11 de agosto de 2009. SEMTCUL EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR A COMISSÃO ORGANIZADORA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA O Secretário Municipal de Cultura e Turismo de São Gonçalo, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria nº. 46 de 10 de julho de 2009 – artigo 33, do Ministério da cultura, que dá as diretrizes para a realização da II Conferência Municipal de Cultura, convoca as entidades não governamentais, que promovam atividades culturais no Município, a comparecerem no dia 25 de agosto do corrente ano, no horário de 8h às 13h, no Centro Cultural Joaquim Lavoura - rua Presidente Kennedy – 721 – Estrela do Norte São Gonçalo, para elegerem seus representantes para composição da Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Cultura. As entidades deverão encaminhar: 1. Ofício com a indicação do representante 2. Cópia do CNPJ 3. Cópia do Estatuto A eleição dar-se-á da seguinte forma: 08h às 10h – Inscrição 10h às 11h – Eleição 11h às 12h -

maior conferência Municipal de Cultura do estado fluminense - a 4ª, e as mais efetivas discussões para elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Em outubro de 2009 a FFP-UERJ foi palco da 4ª Conferência Municipal de Cultura,³⁰ momento histórico da cultura gonçalense. O encontro agregou potencial discussão sobre a cultura local, envolvendo alunos, professores e os artistas, agentes e produtores culturais locais, em especial, o texto base do Plano Municipal de Cultura (*ver imagens Nº 60, 61, 62, 63, 64 e 65 /Anexos*).

“Na época da 4ª Conferência Municipal de Cultura, em 2009, eu tinha pouca maturidade, era muito novo. Fui eleito para o Conselho de Cultura, fiquei super empolgado. Lembro, daquele momento, que a principal ação era a organização da sociedade. A participação popular era muito forte e isso influenciava as decisões governamentais. Lembro que o Centro Cultural, que se perderia para outras secretarias, foi bem cuidado, resguardado, a pressão para a aprovação do Plano Municipal de Cultura ganhou muita força nesse período e movimentos importantes surgiram naqueles anos. De maneira geral, lembro que a discussão girou muito em torno do Plano de Cultura e do Sistema Municipal de Cultura.” (Romário Regis. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2023)

Para elaboração final do Plano Municipal de Cultura Gonçalense, o Conselho Municipal de Cultura eleito na IV Conferência assume um papel pontual³¹ envolvendo agentes culturais e artistas da cidade com uma sequência de encontros e reuniões. Para acompanhar a elaboração do Plano, a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura formaliza a

Apuração e resultado A Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Cultura será paritária, composta por 08 representantes da sociedade civil e 08 representantes do poder público. Carlos Ney Ribeiro Secretário Municipal de Cultura e Turismo.

³⁰ ATOS OFICIAIS – Em 30 de setembro de 2009. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. GABINETE DA PREFEITA. Decreto nº.278 de 24 de setembro de 2009. Ementa: Convoca a IV Conferência Municipal da Cultura do Município de São Gonçalo. (Ver Fontes Primárias, Documentos)

³¹ Atos oficiais – Em 10 de dezembro de 2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO ATOS OFICIAIS. GABINETE DA PREFEITA. Decreto nº 375/2009. Ementa: Dá posse ao Conselho Municipal de cultura do Município de São Gonçalo eleito no dia 31 de outubro de 2009, na IV conferência Municipal de cultura de São Gonçalo. Aparecida Panisset, Prefeita do Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 3º, parágrafo único da lei municipal nº 001/2005, de 03 de janeiro de 2005 que cria o conselho Municipal de cultura: DECRETA Art. 1º - toma posse no dia 11 de dezembro de 2009, conselheiros eleitos na IV conferência de cultura de São Gonçalo, a seguir: Sociedade civil – Titulares: Ana Alice Ferreira Nunes – Escola de Música Nova Sinfonia; Romário Régis Francisco – ONG Terra verde; Alexandre Martins – sociedade das Artes e Letras; Paulo Alves da costa – Artista Plástico; Angélica Maria Machado Cruz – Coreógrafa. Sociedade civil – Suplentes: Márcia Doria Pereira – Centro Espírita Egbe Ile Ilya; Maria Lucidia Tavares Cruz – SALVARTE José Jerônimo Sobrinho – SINDISPEF-SG Mônica Machado de Oliveira Sá – Produtora Cultural Jô Siqueira – Ator/diretor Poder Público – Titulares: Carlos Ney Pinho Ribeiro – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Marilyn Pires Merolla – Fundação de Artes de São Gonçalo; Alexandre Antonio Ribeiro Sardinha – Gabinete da Prefeita; Cinthia da Silva – Câmara de Vereadores; Amanda Moreira Borde – Secretaria Municipal de Educação; Poder Público – Suplentes: Mariângela Dias Valviessse de Oliveira – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Geisi Nara Santos – Fundação de Artes São Gonçalo; Paulo Tavares – Gabinete da Prefeita; Silvania Maria de Carvalho Nascimento – Câmara de Vereadores; Alcileia Rodrigues Rocha Precioso – Secretaria Municipal de Educação. Art. 2º revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação Aparecida Panisset - Prefeita.

contratação de uma consultoria técnica, quando é traçado um calendário com etapas para o desenvolvimento e conclusão da elaboração do Plano ao longo do ano de 2010.

“O planejamento estratégico para elaboração do Plano Municipal de Cultura foi concebido junto com o Conselho de Cultura. Na ocasião contamos com a dupla de consultores, Cleise Campos e Flávio Aniceto, especialistas que colaboraram muito, onde pensamos desde os das Encontros das Câmaras Técnicas, por setoriais e por distrito, onde cada encontro elaborou seu plano setorial. Foram 14 encontros setoriais nos 5 distritos, antes da IV Conferência Municipal, que tinha na programação um momento voltado para elaboração do Plano Municipal de Cultura.” (Carlos Ney Ribeiro. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

Entre as metas de gestão de Carlos Ney Ribeiro a formalização do CPF da Cultura, com as três peças-chaves instituídas (Conselho, Plano e regulamentação do Fundo), foi um aceno positivo de diálogo com o setor cultural, além de manter contínuo diálogo com a sociedade civil e implantar medidas de democratização dos recursos públicos com abertura de uma linha para execução de projetos culturais, similar a chamada de editais públicos.³²

“A implementação do Sistema Municipal de Cultura é fundamental em uma democracia. A participação da comunidade artística na elaboração e implantação de políticas públicas para o setor é a forma mais democrática e transparente para a busca da valorização e da equidade dentro da classe. É um pacto entre a sociedade civil e os entes da federação para promover o desenvolvimento humano, social e econômico de uma classe desgastada e desvalorizada com muitos ainda invisíveis. O Conselho é o porta-voz dos artistas e fazedores de cultura. Através dele as políticas devem tomar forma. Ele serve não somente como apoio, mas principalmente como intermediários entre as ações governamentais e as demandas da classe. O Plano é fundamental para se atingir as metas a curto, médio e longo prazo. Sem ele, a elaboração de uma política permanente, eficaz e forte se torna difícil e, provavelmente inviável. É através do plano Municipal de Cultura que as políticas devem ser norteadas. Ele é a bússola das Políticas Públicas. E, por fim, o Fundo Municipal de Cultura é a forma de garantir que as políticas elaboradas, com a intervenção do Conselho representante da classe artística, através dos objetivos e metas do Plano municipal de Cultura, sejam implementadas. Em minha opinião, um

³² Atos Oficiais - Em 10 de dezembro de 2009. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. GABINETE DA PREFEITA FASG EDITAL A prefeitura do Município de São Gonçalo através da Fundação de Artes, a partir da data da publicação deste Edital, estará recebendo projetos para o ano de 2010, de pessoas físicas, jurídicas, grupos e outros; observando as regras estabelecidas por este Edital. 1. DA ENTREGA DOS PROJETOS a) Todos os projetos deverão ser entregues na recepção da Fundação de Artes de São Gonçalo. Rua Uriscina Vargas, 36 Alcântara no horário de 9 às 17h, mediante protocolo em cópia traduzido pelo autor. b) Os projetos deverão ser entregues com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do evento, para análise das respectivas superintendências: Artes Cênicas, Artes Plásticas, Dança, Letras, Circo, Música, Operações Culturais. c) A aprovação ou não do projeto será informada ao seu autor no prazo de 21 (vinte e um) dias úteis, a contar do protocolo, na Fundação de Artes de São Gonçalo. 2 DO CONTEÚDO DOS PROJETOS– Os projetos deverão ser claros e objetivos, facilitando desta forma a sua análise e respeitando o que se segue: a) Nome do Projeto; b) Apresentação; c) Metodologia; d) Justificativa; e) Projeto de apoio cultural; f) Objetivos a serem alcançados; g) Público alvo: idade, características, sexo; h) Plano de Ação; i) Cronograma de atividades; j) Planilha de material de divulgação (mídia); k) Planilha orçamentária detalhada (exceto apoio cultural). 3 Os projetos deverão ter uma relevância Sociocultural em consonância com a Fundação de Artes de São Gonçalo. 4 A não observância de quaisquer dos itens implicará em indeferimento do projeto. São Gonçalo, 26 de outubro de 2009. Carlos Ney Pinho Ribeiro Fundação de Artes de São Gonçalo.

não funciona sem o outro.” (Marilyn Pires. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

Nos anos de 2013 e 2014, a gestão municipal de cultura no Governo Neilton Mulim, altera a linha de condução dos anos finais do Governo Panisset, com troca de titulares na pasta, também indicados pelo PSDB. A atuação do Conselho de Cultura³³ e as narrativas da sociedade civil ao longo do processo de organização e realização da V Conferência Municipal de Cultura, realizada, em agosto de 2013³⁴, foram fundamentais para aprovação do Sistema Municipal de Cultura em fevereiro de 2014 na Câmara de Vereadores, quando finalmente é instituído através da Lei 569/2014, sem inclusão do texto do Plano Municipal de Cultura.

A ausência de identificação para acessar informações das políticas culturais, no âmbito da gestão pública, é um fator que desfavorece uma maior compreensão da história cultural de São Gonçalo. Além das trocas de gestão, os poucos registros dificultam um levantamento mais preciso, onde justamente este fator - ausência de registros, dados e memória, aponta um descaso no trato da coisa pública.

Entre as principais demandas que atravessam a rotina dos moradores da segunda maior cidade do estado do Rio de Janeiro, o Ressuscita São Gonçalo³⁵ realizou uma pesquisa no ano de 2019, lançada em 2020, onde o resultado das principais propostas apresentadas no quesito cultura, apontam o grau sintonia dos entrevistados com o novo modelo organizacional da Cultura, a partir de 2002, ainda em processo de construção na cidade gonçalense. Nas propostas elencadas na pesquisa do Ressuscita São Gonçalo, o distanciamento da gestão pública, na soma das ações entre 2002 e a atualidade, a considerar as seguintes demandas apontadas pelos moradores: valorizar o patrimônio cultural; criar e aplicar editais; fortalecer

³³ ATOS OFICIAIS. Em, 16 de abril de 2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO ATOS OFICIAIS - SEMTCUL EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO GONÇALO Ficam os senhores membros do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo - CMC, convocados a comparecerem à Reunião Ordinária desse Conselho, em observância ao Artigo 4º do Regimento Interno, que se realizará no Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura, na Av. Presidente Kennedy, 721, Estrela do Norte, com início às 18 horas, no próximo dia 25 de abril de 2013. Constituem pauta dessa reunião, os seguintes assuntos: Deliberação a respeito dos documentos do Conselho; Escolha da Comissão Organizadora da Eleição 2013; São Gonçalo, 16 de abril de 2013. MICHEL PORTUGAL JAEGGER - Secretário Municipal de Turismo e Cultura.

³⁴ Atos Oficiais. Em, 18 de julho de 2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO ATOS OFICIAIS. SEMTCUL PORTARIA Nº 001/2013. CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E HOMOLOGA SEU REGIMENTO INTERNO. (Ver Fontes Primárias, Documentos)

³⁵ Ressuscita São Gonçalo - Missão de fortalecer a identidade gonçalense e a garantia de direito à cidade através de discussões sobre políticas públicas. Além de conectar iniciativas que pertencem e atuam no território gonçalense. A ação promove um olhar atento às especificidades dos territórios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com grupos locais das cidades que se reuniram para elaborar estratégias de melhoria da qualidade de vida em suas localidades. A Agenda São Gonçalo 2030 é iniciativa do Ressuscita São Gonçalo, resultado de trabalho de escuta e de análise de dados territoriais, a agenda surge como uma forma de expandir o debate público e o monitoramento social e ampliar a Agenda Rio 2030, que é um conjunto de propostas de políticas públicas, produzida pela Casa Fluminense e sua rede de parceiros.

espaços de discussão com a sociedade civil; efetivar o plano municipal de cultura; aumentar o orçamento destinado a cultura.

Neste sentido, dois períodos se destacam no investimento de melhoria na oferta dos serviços culturais com propostas de encaminhamentos envolvendo as variadas linguagens artísticas no debate mais conceitual das políticas de culturais: de 2001 a 2004, parte de 2007, e de 2008 a 2012. Ainda que tenham apresentado descontinuidade os períodos se caracterizam pela adoção da uma democratização cultural, diferente dos demais períodos com uma nítida prática de centro-direita conservadora, ou seja, dois projetos antagônicos de poder.

Os períodos classificados com práticas de centro-direita conservadora, a identificação de governantes que agem como se fosse atender o povo, em atenção ao povo, com postura dissimulada longe de uma real intenção de respeito a democracia. Adotam um discurso moralista, com viés de apelo religioso, quando convém. Na prática de centro direita-conservadora, o governante tende a tecer uma rede de favores desenvolvida a partir de seu próprio interesse, com ações de pontual dirigismo junto à população, sendo essa tanto mais alienada e sem consciência ou sentimento de classe possível. Em algumas situações, o governante é carregado de carisma.

Nos períodos identificados com a prática de Democratização cultural a situação é inversa, uma vez que a população é envolvida na discussão das políticas públicas, com suas necessidades e aspirações inseridas na pauta de ações do governo, com um interessante exercício da cidadania cultural, proporcionar a todos, independentemente de sua classe social, etnia, gênero ou idade, a ampliação de oportunidades para que a população participe e conheça sua cidade, região, país e mundo, estimulando em um crescente um processo de participação cidadã.

No breve período de democratização cultural é identificável o investimento de uma organização administrativa do setor, as movimentações de intercâmbios e parcerias (internas e externas), as alternativas para ampliação de recursos e fundos orçamentários, o estímulo e apoio às organizações e movimentos artísticos, o reconhecimento de manifestações e entidades socioculturais locais.

O encaminhamento de metas estruturais de médio e longo prazo, com as discussões do Plano Municipal e a instalação do Sistema de Cultura, apresentaram melhoria na sequência da condução das políticas culturais da cidade, em uma evidente ação de conexão com o cenário estadual e nacional.

“Na minha avaliação, é muito importante a instalação e funcionamento do Sistema de Cultura. Ele funciona como uma bússola para que as políticas públicas de todos os municípios sejam minimamente equalizadas. Assim como a educação, assistência, saúde e outras áreas estratégias possuem seus métodos de organização, o Sistema se faz necessário justamente para criar procedimentos públicos que vão dar conta de compreender a complexidade da política de um território. Se o tripé de uma política é justamente o diagnóstico, a pesquisa, a implementação de políticas e o orçamento, o Sistema é justamente esse chapéu que dá conta dessas etapas.” (Romario Regis. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2023)

Nesse processo de formulação e execução das políticas culturais, São Gonçalo apresenta um caminho árido, complexo, similar ao cenário de várias outras cidades, quanto a necessidade de maior capacitação dos gestores públicos em função da prática do manuseio qualificado no cotidiano na máquina pública, adensando o próprio conceito de política cultural na cidade em condições exequíveis, assumindo de modo mais efetivo o novo modelo organizacional para as unidades administrativas de Cultura, promovidas pelo Ministério da Cultura a partir de 2003, com encaminhamentos efetivos e estratégicos, de forma pragmática no município.

2.2 Narrativas e território

Supondo que toda narrativa remete à questão das causas e origens, que fazem parte de um contexto, me ocupo na presente pesquisa com as origens e causas do processo histórico que deu a São Gonçalo os contornos e resultados vivenciados na cidade. Me ocupo de não ignorar ou apagar narrativas e vozes importantes na colaboração de compreender esse contexto histórico.

“A cidade é a unidade essencial da construção humana, individual e social. Assim, qualquer política cultural deve existir a partir da cidade e para ela estar voltada, para quem vive e movimenta a cidade. Estes elementos diferenciam, dinamizam as realidades e espacializam e estriam os saberes, tornando a cidade um lugar do conhecimento.” (BURKE, 1992, p.241)

A cidade é entendida, em sua complexidade, como um lugar significativo de construção de conhecimentos articuladores da teia de relações estabelecidas pelos cidadãos com a realidade vivida. Os saberes locais se internalizam através dos processos interativos entre indivíduo e o meio. Conforme Geertz (1997), o saber local constitui-se em um

conhecimento social integrante de um contexto, solidificado pelo senso comum e pelas práticas do cotidiano dos indivíduos que participam da vida coletiva.

O senso comum é uma naturalização de “verdade das coisas”, de contexto para contexto, conforme as pessoas lidam com o entorno que as envolve. Percorrer esse caminho gera uma amplitude de possíveis leituras sobre os fatos, os lugares, e, principalmente, de como entender as dinâmicas que dão forma e vida à cidade, a sua História, onde os sujeitos sociais, muitos deles, ali atuaram.

Desse modo, traço aqui, a partir de algumas narrativas, caminhos para o entendimento de parte do território gonçalense, o campo complexo das lutas ou obstáculos atravessados, apresentando a importância da vivência de alguns atores, na observação da participação social desses atores, suas caminhadas de resistências e trajetórias, que somadas a outras, dão forma e sentido à cidade.

Faço referência a entrevista da Professora Alix Pinheiro (ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História - João Pessoa, 2003), da Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fruto do trabalho do Laboratório de Pesquisa Histórica, com uma linha de pesquisa voltada para a História do município de São Gonçalo, que observou profundas lacunas em termos de fontes documentais, principalmente a partir dos anos 1950, sobre São Gonçalo.

Nas entrevistas, a recuperação da vida em família, de bairros, festas populares, a evolução dos meios de transporte ao longo de mais de cinquenta anos, a reconstituição do processo de transferência das famílias, as perspectivas e desafios com a implantação dos novos bairros, os impactos na cidade.

No foco, nomes históricos (nascidos e criados nos bairros mais tradicionais explorando memórias acerca de um outro São Gonçalo, com menos de cinquenta mil habitantes, tempo da “Manchester Fluminense”) e nomes de migrantes (vindos de outros estados ou outros países, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com a formação de grandes loteamentos que rapidamente se transformaram em várias áreas de concentração urbana).

Dentre esses nomes, cito parte do resultado da entrevista com Aída de Souza Faria, falecida em 26 de janeiro de 2003, aos 88 anos, que exerceu uma longa carreira no magistério como docente, discente e diretora de Escolas (Estadual Professora Luiza Honorária do Prado, C.E. Santos Dias e duas instituições educacionais particulares).

Em 1962, aos 47 anos, foi eleita vereadora com a meta de defender os direitos e necessidades dos profissionais da educação. Primeira vereadora eleita em São Gonçalo, com

aproximadamente mil votos. Aída ainda ocupou cargos de confiança por indicação dos chefes do executivo estadual e municipal e desenvolveu intensa atividade cultural.

Depois de Aída Faria, houve um hiato de quase 30 anos até que outra mulher novamente ocupasse uma cadeira na Câmara Municipal Gonçalvesense, frequência que é reduzida até hoje.

“Com um ano de vida passamos a morar em Neves, na casa da Rua Maurício de Abreu, onde vivemos uns oito anos. À tarde mamãe e as outras mães da vizinhança colocavam as cadeiras na calçada para conversarem, enquanto os filhos brincavam na rua que não era calçada, mas tinha outras coisas muito importantes: confraternização, amor, união. As crianças brincavam à vontade, o trânsito era pequeno. A brincadeira ia de seis da tarde às nove da noite. A condução era o bonde, a princípio de hora em hora, mais tarde passou a ser de meia em meia hora.

As meninas brincavam de boneca, panelinhas, até por volta dos quinze anos. Eu nunca gostei de brincar de boneca. Fui uma criança diferente, brincava de professora, tanto que, quando fiz treze, quatorze anos, eu dava aulas para todas as crianças de nossa vizinhança. Todas. Gostava tanto de ensinar que minha mãe mandou fazer uma sala de aulas no quintal de nossa casa - foi um dos melhores presentes que ganhei. Comecei a ganhar dinheiro. Cobrava cinco mil réis de cada família, cinco mil réis naquela ocasião era muito dinheiro, era uma nota grande. As famílias tinham o maior prazer em me pagar, até achavam barato!

Meus irmãos eram todos mais novos que eu. Quando meu pai e minha mãe iam almoçar, eles ficavam olhando o armazém, ajudavam a levar caixotes de compras até à casa dos fregueses, pois papai sempre dizia que não queria filho malandro em casa. É trabalhar. Há tempo de trabalhar, há tempo de estudar.

Meus irmãos e eu sempre estudamos em escolas públicas. Nos mudamos para o Paiva, bairro vizinho de Neves, ainda na década de vinte. Pude assistir ao desenvolvimento da região, testemunhei todo o progresso dos dois bairros. Neves, com as suas indústrias, com seu comércio, com a rede escolar, já possuía dois jornais antes dos anos trinta. Tínhamos “A Gazeta” de Abílio José de Mattos e depois tivemos “A Comarca” de Turíbio Rosa Tinoco.

Neves ajudou São Gonçalo a ser chamada de “Manchester Fluminense”. Neves era de grande importância, através de seu porto escoavam os produtos gonçalenses para o mercado da Praça XV, no Rio, utilizando embarcações denominadas faluas. Todo o litoral gonçalense era rico em portos, por isso temos até hoje Porto da Ponte, Porto da Madama, Porto do Gradim, etc...

No centro de Neves havia um café, o Café Paris. Era muito bonito, com quiosques, fontes d’água jorrando, muitos jardins, uma área muito grandes. Ali era o “point” das personalidades de São Gonçalo, de onde saíam as decisões políticas não só para São Gonçalo como para outros lugares do Estado.

Mais tarde “A Gazeta” transferiu-se para o centro de São Gonçalo e em 1930 foi empastelada. O Abílio José de Mattos não resistiu àquele choque. Dizem que foi uma injustiça, que o jornal era imparcial, mas os legalistas da Revolução de 30 não procuraram pesquisar e invadiram o jornal, dando aos seus diretores um grande prejuízo.

Ali se reuniam personalidades como o Norival de Freitas (deputado), Capitulino dos Santos Júnior, Juvenal Figueiredo, o meu pai (Justiniano Pereira de Faria), Rubens e Valter Orlandine. Até 1920, o bairro de Neves era conhecido apenas como Quarto Distrito. Depois dessa data passou a se chamar Quarto Distrito de Neves. Na década de 30 o Distrito de Neves chegou a ter três deputados eleitos: Valter Orlandine, Francisco Lima e Jerônimo de Andrade.

O comércio era fabuloso, tínhamos a serraria Henrique Bessa, uma das mais antigas do Município, a Hime Metalúrgica, primeira fábrica a produzir parafusos no Brasil, que empregou milhares de operários. Dava gosto ver às seis e meia da manhã a movimentação de Neves, na Rua Barão de São Gonçalo, para onde dava o portão principal da fábrica.

Havia também a fábrica de “Ron Merino” e a de fogos Santo Antônio. O setor de tecidos e armarinho contava com a forte presença de sírios e libaneses. Estes foram pioneiros nesse tipo de comércio em São Gonçalo. As lojas eram enormes e nelas se encontrava praticamente tudo. Quando essas lojas foram demolidas, para que se pudesse construir naquela área, o povo de Neves ficou desolado.

Bem em frente da Vila Lage, do lado oposto, um dos clubes mais antigos de Neves, o Carioca Futebol Clube, onde aconteciam muitos bailes, muitas festas bonitas. Os carnavais eram sucesso total, com muita batalha de confete e banhos à fantasia.

Com dez anos eu havia terminado o primário. A primeira escola foi o Grupo Escolar Nilo Peçanha. Ainda hoje está no mesmo lugar, no bairro Zé Garoto. Só que antes era um prédio muito mais bonito do que é hoje. Era um prazer estar na escola. Até hoje eu tenho amigas do tempo de infância, do tempo da escola. Conviviam no Grupo Escolar Nilo Peçanha crianças pobres e herdeiros das famílias mais importantes de São Gonçalo. Era um convívio muito saudável. A diretora, Dona Albertina Campos, era muito simpática, baixinha como eu, muito estudiosa, também de família muito importante. Foi a primeira diretora do primeiro grupo escolar de São Gonçalo, o Grupo Escolar Nilo Peçanha.

Dona Albertina Campos era muito caridosa. Quando houve a construção do Hospital de São Gonçalo, ela foi presidente de uma associação denominada Damas de Caridade, composta por senhoras da elite local. Tínhamos Olga Benevides Palmier, esposa de Luiz Palmier, Odisséia Siqueira que era poetiza, teatróloga e compositora, entre outras. Trabalhavam paralelamente com outras associações para a construção do hospital, conseguida com muito sacrifício.

A Escola Normal era muito boa, tenho grandes recordações daquela época. Estudávamos latim do primeiro ao quinto ano. Tínhamos professores maravilhosos, o Ismael Coutinho, o Sávio Antunes, as irmãs Bittencourt, que depois vieram a ter um colégio em Niterói. Depois do primeiro ano normal veio a transformação em Liceu Nilo Peçanha, assim saiu o Dr. Armando Gonçalves e entrou o Dr. Álvaro Vilaverde, um diretor também severo. As saias tinham que ficar dois ou três dedos abaixo dos joelhos, as blusas eram de mangas compridas e as séries eram registradas com cadarços brilhosos nos ombros. O aluno do Liceu era considerado um aluno de elite.

Me formei muito jovem, com dezesseis anos incompletos. Os casamentos, não só na minha casa, não, mas na maioria dos lares, eram tratados, combinados e marcados pelos pais. O pai que tinha uma filha professora não aceitava que ela se casasse com um homem pobre. Então, eu não tive um casamento feliz, tanto que não foi duradouro. Tive um filho que sofreu um desastre de carro e em consequência disso ficou doente por trinta e seis anos, ele já é falecido. Com dezessete anos fiz concurso para a prefeitura e passei. O prefeito era o coronel Francisco Lima. Trabalhei nove anos em escola da prefeitura e em 1946 fiz concurso para o Estado. Fui classificada em décimo lugar e escolhi Ponta Negra. Era muito longe, mas próxima à estação do trem. Fiquei lá seis anos.

Nesse tempo, Mamãe e meu companheiro cuidavam do meu filho. Era uma vida sacrificada. A história do magistério é uma história de lutas. Os governantes se esquecem que eles passaram pelas mãos dos professores primários. Eu sempre entrava nos concursos de remoção. Minhas férias eram tomadas pelos cursos. Minha primeira remoção foi para Itaboraí.

Trabalhei lá três anos e vim para o Engenho Pequeno em 1950, próximo a Neves, depois, consegui remoção para uma nova, bonita, a Escola Estadual Santos Dias, em Neves. A diretora já estava para se aposentar e o governador Roberto Silveira me nomeou diretora. Não quis morar na escola porque morava próximo ao grupo e já estava nessa época com o meu colégio (Escola Particular Francisco de Paula, em Neves).

Fundamos um jardim de infância e colocamos o nome de um aluno que morreu no incêndio do circo “norte americano”. Gostei muito da experiência na direção. Saí de lá aposentada. Fazíamos belas festas onde até o governador comparecia. Quando estava me aposentando o governador colocou dois cargos à minha disposição: a inspetoria de ensino e o presídio de mulheres, no centro de Niterói.

Eu já estava na Faculdade de Direto e decidi ser útil àquelas mulheres, isto foi em 1968. Minha família ficou horrorizada, eu fiquei lá por nove anos e tenho boas

recordações. Formamos um grupo de ajuda, o Amigos do Instituto Social. A experiência como diretora do presídio foi uma das melhores de minha vida. Elas não são culpadas. A culpa é da sociedade. Uma pessoa desempregada, passando dificuldades, perde a noção do certo e do errado. O tempo que passei lá não foi maravilhoso, me serviu de experiência para mostrar o outro lado da vida. Sempre valorizei muito a família. É muito triste voltar para casa e não encontrar ninguém.

Como entrei para a Câmara Municipal? Em 1962 estava numa reunião no Grupo Escolar Santos Dias. De repente surgiu o tema do esquecimento do professor por parte do governo. Uma das professoras opinou que uma de nós deveria ser a representante da escola, para defender os assuntos do nosso interesse. Lourdes Terra pegou uma caixa de giz, escreveu nossos nomes em pedaços de papel e pediu a um aluno da primeira série que fizesse o sorteio. Saiu o meu nome. Meu pai foi contra, mas como eu insisti muito, me apresentou ao Flávio Monteiro de Barros, presidente do PTB e eu passei a assistir às reuniões do partido. Foi uma bomba em São Gonçalo, pois fui eleita com quase mil votos. O prefeito eleito foi o Joaquim Lavoura. Éramos de partidos opostos (só me filiei ao partido por causa da legenda). Na campanha, escolhi o bairro de Neves. Ia para a frente do cinema Neves e dizia às pessoas que iria ser a primeira mulher a ocupar uma vaga como vereadora. Não queria ficar à frente dos homens, mas ao lado. Eram os cinemas Vitória, Santa Helena, Floresta. Acabei sendo eleita.

Passei a observar os passos do Lavoura que era um homem preocupado com a população, acabei sendo expulsa do PTB por apoiar o Lavoura. Fui então à tribuna e disse ter sido eleita para trabalhar pelo povo gonçalense. Pedi ao taquígrafo que registrasse: Eu vou ser lavourista. Foi um escândalo. Os jornais noticiaram. Nunca deixei de ser lavourista. O sol nunca encontrou Lavoura dormindo. Na Câmara, em 1964, houve muita perseguição injusta. Os políticos mais visados eram aqueles que tivessem pronunciado alguma palavra contra o governo e aceitado “ideologias estrangeiras”. A reunião seria às 20 horas, mas desde às 18 horas o povo já estava aglomerado em frente, porque os jornais noticiavam que a prefeitura iria receber a visita dos militares.

Eu fiquei tranquila porque sempre amei muito minha pátria. Nunca fui atrás de integralistas ou comunistas. Até conhecia alguns. Naquela noite o exército chegou sem pedir licença, com uma lista contendo os nomes de todos que deveriam estar no 3º BI, todos sem exceção. Combinamos de irmos juntos. Nos receberam num grande salão e nos chamaram por ordem alfabética. Fui a primeira. O oficial informou que tinha no papel a vida de todos nós. Então eu fui dispensada para tomar um café numa sala próxima.

Alguns foram presos, uns por seis meses; perderam o mandato e um desapareceu, nunca mais se soube. Os suplentes tomaram os seus lugares na Câmara. Não houve reação alguma. Ninguém se atrevia. A revolução não foi um estouro, não houve tiros. Mas os reflexos foram muito fortes e prolongados. Não quis tentar reeleição. Fiquei com meu filho, que precisava de cuidados depois de um acidente.

Pertenço à Academia de Letras desde a sua Fundação, ao ADESG, ao MEMOR - Núcleo de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais de São Gonçalo, a AGLAC - Academia Gonçalense de Letras, Artes e Ciências, ao Instituto Histórico e Grupo Pró-Valorização do Bairro do Zé Garoto.

São Gonçalo é hoje tida como a cidade mais poluída do mundo, mas teve seu momento de esplendor. 90% do território era coberto por laranjais. Temos uma história muito bonita, mereceu o título de Manchester Fluminense. Atualmente as pessoas têm vergonha de dizer que moram em São Gonçalo. Quando estudava na SUAM Faculdades Augusto Motta (Instituição Particular, no Rio de Janeiro), não gostava quando as alunas faziam piadas sobre São Gonçalo.

O professor, hoje, não tem muito o que comemorar. Os governos viraram as costas para o professorado. Antigamente o professor dava livros de presente, agora, coitadinho, ele é quem tem que ganhar livros porque não recebe o suficiente para comprá-los. O Brasil precisa ter como presidente da República uma mulher. Outros países já possuem e o resultado é muito bom.” (Trechos da entrevista em 26 de junho de 2001, em São Gonçalo)

Segundo a Professora Alix Pinheiro Seixas de Oliveira, Coordenadora do projeto de Memória Oral:

“Dona Aída de Souza Faria – uma histórica, foi nossa primeira entrevistada. Seguiram-se Dona Alzira Correa de Mello, antiga funcionária da Câmara de Vereadores de São Gonçalo, o Sr. George Gomes Savalla, mais conhecido pelo nome artístico de Carequinha, a Sra. Judith Faria Silva, idosa de 101 anos, membro mais antigo da Primeira Igreja Batista de São Gonçalo, e os migrantes Dona Carmen e Sr. Abel. Estamos prevendo o mês de setembro para a apresentação da versão final do trabalho, que incluirá além dos depoimentos registrados, parte do acervo iconográfico e documental já catalogado pelo Laboratório de Pesquisa Histórica da FFP-UERJ.” (Alix Pinheiro Seixas de Oliveira. Depoimento na FFP-UERJ. São Gonçalo, setembro de 2001)

Alix Pinheiro Seixas de Oliveira foi professora do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Entre os bolsistas do curso de Graduação, que participaram do projeto, Rui Aniceto Nascimento Fernandes (Graduado em História pela UERJ e bolsista do PROATEC-UERJ).

Saindo dos arredores de Neves, em uma realidade bem diferente, está Jorge Canela, que faleceu em cinco de dezembro de 2010. Canela foi um destacado agente cultural no completo do Salgueiro, criador e fundador do PAS – Projeto Amo Salgueiro, em 1995.

Na ausência de atuação efetivas do Estado, o PAS promovia uma potente ação cultural e social no bairro, onde Canela, com sua marcante e apaixonada liderança apregoava o pensamento de que se ele não fizesse, se a própria comunidade não operasse movimentos, ninguém nada faria.

“Por falta de amor à comunidade onde os próprios moradores dão permissão para que o mal entre e se estabeleça, de 1970 a 1980 tínhamos cercas de arames lisos, os terrenos eram limitados de acordo com a nossa relação com os vizinhos, de 1980 a 1990 vieram os arames farpados e as cercas de varinhas ou tábuas de caixotes, o que dividiu, mas não separou, então quando vieram os muros que de fato houve uma divisão e o povo se separou e os relacionamentos foram quebrados, fazendo com que literalmente cada um ficasse dentro do seu quadrado, cheios de doenças da alma. Quando em comunhão, eu olho o outro eu me vejo e esse reflexo coletivo dá significado ao trabalho da Associação, estamos dando espaço, vez e voz aos oprimidos pela violência desse nosso lugar.” (Jorge Canela. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Julho de 2006)

O Projeto Amo Salgueiro promovia a aproximação de seus moradores, valorizando a vida comunitária, estimulando e facilitando as manifestações culturais, educativas, artísticas e esportivas da comunidade, suas propostas de ações chaves, por meio de variadas oficinas e atividades oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens do Complexo do Salgueiro.

Canela cedeu parte do terreno de sua residência (nos fundos da casa) e convidou um grupo de amigos do bairro para construir a proposta ousada. Ele desafiou que cada um doasse parte do seu tempo para realizar alguma atividade que tivesse um foco socioeducativo e cultural, com o objetivo de tirar a atenção das crianças do lugar do tráfico de drogas na região. Líder nato, de grande humanidade, Canela reuniu vários voluntários, fez do resgate das raízes comunitárias o mote para a valorização da arte e da cultura, com uma delicada atenção para a transmissão às novas gerações por meio de oficinas e atividades artísticas.

“Nos comunicamos por meio da cultura, por meio da arte, com sentimento. Salgueiro é um lugar muito falado, mas pouco conhecido. Quando conhece geralmente se apaixona. Temos tentado fazer alguma coisa junto, porque não conseguimos fazer nada sozinho. Cada um tem uma parcela de participação aqui. Esse projeto canaliza nessas crianças. Projeto Ver Se Vendo, temos que deixar atrás do nosso caminho um rastro e somos reconhecidos. Antes nós não tínhamos uma referência. Hoje nós temos registro, porque nós conhecemos e reconhecemos a comunidade através da cultura, da arte, através das pessoas que contaram a história dessa comunidade. Nesse dia é um marco no Salgueiro esse evento. Que Deus abençoe a vocês. Abençoa a volta de vocês. Deus abençoe vocês.” (Jorge Canela. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Julho de 2006)

Sem ofertas de equipamentos de cultura e lazer para região, o PAS opera um calendário semanal para as crianças, adolescentes e jovens do bairro do Salgueiro, movimentando a associação de moradores e um núcleo familiar e de amigos idealizadores e executores da função na promoção de atividades culturais.

Com a instalação das oficinas é identificável que o PAS adotou o pensamento do grande educador Paulo Freire, com seu conceito da Pedagogia da Margem, fazendo do seu fazer a sua própria prática cultural. As oficinas e atividades da Associação Comunitária focam na valorização do saber local, fortalecendo quem está dentro, que é do bairro. Jorge Canela mirava no reconhecimento da cultura popular do lugar, onde o PAS, a partir da potência local movimentava o mundo, a vida, a partir do seu próprio lugar.

“As pessoas são como mosaicos, embaralhadas na favela, e precisam ter visibilidade. Elas trazem cada uma a sua história que ajuda a formar o coletivo e o lugar. O povo que conhece seu passado vive melhor o seu presente.” (Jorge Canela. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Julho de 2006)

No vídeo “Mostrando ao salgueirense o Salgueiro que ele não conhece”, a ênfase de reprodução do próprio local para a comunidade, onde as memórias das pessoas, fatos e narrativas do contexto social funcionava como um catalizador para autoestima dos moradores, foi investimento contínuo das ações promovidas sob a Coordenação de Canela.

Rejane Baptista Nascimento, no seu estudo de caso sobre o Projeto Amo Salgueiro, enfatiza as histórias e memórias de vinte anos de formação cultural em São Gonçalo na sua

dissertação de Mestrado em Educação (FFP-UERJ), onde identifica o entendimento do Salgueiro como um lugar em disputa. O Projeto Amo Salgueiro, como Canela denominava a missão, estimulava o incentivo da bandeira da cultura como um meio de superação para a situação de violência que assolava as crianças, adolescentes, jovens e adultos residentes do bairro. Para transitar no Salgueiro, era preciso aprender as “leis” do lugar, ressignificando a presença das pessoas ali, integradas no cotidiano daquele lugar.

Entender a figura de Jorge Canela como um líder, um agente social que leva sua comunidade a ocupar posições e compreender melhor o seu bairro, é um alargamento do seu papel social, no momento que lança um plano de desenvolvimento comunitário, no momento que propõe fóruns permanentes no Salgueiro com diversas lideranças da comunidade. Quando atuou para auxiliar os desabrigados na enchente de 2010, fazendo papel de interlocutor perante as autoridades públicas do município, ao mesmo tempo que estimula outros para que também assumam postura semelhante, ele projeta uma visão de contínua ação com seu lugar, futuramente.

A preocupação de Jorge Canela era que o PAS tivesse sustentabilidade suficiente para pagar pelas oficinas. Isso só foi possível por algum tempo com o edital do Ponto de Cultura, onde havia, na grade de orçamento, um valor para pagamento dos oficinairos. As ideias de fazer bingos, almoços e lançar produtos, que pudessem ser comercializados e rendessem uma profissão para os jovens, também foram tentativas de tornar o projeto autossustentável.

Anos de ação pela revalorização de conhecimentos que estariam marginalizados socialmente, e uma vez resgatados na comunidade, se re-conceituam na forma de conhecimento acumulado e partilhado. Canela, líder nato, criou condições de adotar uma fórmula, por meio de um movimento cultural, que foi além do conhecimento escolarizado, em um saber que se consolidou na práxis cotidiana, em um claro desafio frente a caótica estrutura social e econômica do bairro, na busca de mudanças possíveis valorizando a vida comunitária.

O Projeto Amo Salgueiro estimulou e facilitou a prática das manifestações culturais, educativas, artísticas e esportivas da comunidade, oferecendo gratuitamente para as crianças, adolescentes e jovens do Complexo do Salgueiro oportunidades únicas de forjar uma identidade sociocultural no Complexo do Salgueiro, no município de São Gonçalo – RJ.

Do Salgueiro, Jorge Canela projetou São Gonçalo para muitos outros lugares do estado do Rio de Janeiro e Brasil, com sua disposição de promover arte e cultura. No seu velório, em 2010, Jorge Canela reuniu a nata da Cultura gonçalense, numa demonstração de união que a categoria artística não costuma demonstrar.

“Tive a ideia de criar este projeto em 1994 e em 1995 consegui reunir um grupo de amigos e moradores da comunidade do Salgueiro em São Gonçalo - RJ. Por falta de apoio e incentivo sócio cultural educativo, com fé em Deus, resolvemos fazer um levantamento histórico da comunidade, que resultou em 50 horas de imagem em dois anos, produzindo um vídeo, com tema Mostrando o Salgueiro que o salgueirense não conhece, com vários depoimentos de pessoas da comunidade: lideranças, artistas, músicos, etc.. Buscando suas raízes culturais para não sermos esmagados por esse “rolo compressor”, chamado globalização, e não perdermos a nossa identidade. Quem conhece seu passado vive melhor seu presente.” (Jorge Canela. Depoimento gravado no Ponto Cultural Ver se Vendo. São Gonçalo, 2006)

Do Complexo do Salgueiro rumando em direção a Alcântara, foco atenção no mineiro, natural de Belo Horizonte (MG), que foi morar aos cinco anos de idade na Chumbada, sub bairro entre o Mutondo e o Galo Branco, onde residiu até os 31 anos: Helter Barcellos, nascido em 30 de setembro de 1936 e falecido em 04 de janeiro de 2021, aos 84 anos. Grande personalidade gonçalense, dedicou toda a sua vida à educação, missão de toda sua vida. Construiu toda sua trajetória em São Gonçalo, deixando um verdadeiro legado na história da cidade. Helter Barcellos foi um dos proprietários do antigo e histórico Colégio São Gonçalo e fundador do Instituto Cultural Brasil - Estados Unidos (ICBEU) de São Gonçalo.

“A responsabilidade de assumir um trabalho na área da Educação nesses tempos modernos de avançada tecnologia, é justamente para colaborar na formulação de uma síntese humanística que seja significativa para a nossa época e tenha a pessoa humana como centro da reflexão e da vida. O ICBEU sempre esteve atento aos novos tempos do terceiro milênio. Apesar de toda a tecnologia empregada pelo homem moderno no sentido de estabelecer os contatos com seus semelhantes, o entendimento entre os povos passa pelo conhecimento das línguas, desde o enfoque mais primário até os mais complexos sistemas de comunicação linguística. É uma alegria manter, ao longo da minha caminhada de mais de 60 anos como educador aqui na minha querida São Gonçalo, o compromisso com esse processo educativo, holístico, com qualidade e continuidade, articulando elos e laços com a educação, a arte e a cultura, envolvendo quantas mais pessoas interessadas. O menino da Chumbada, sempre acreditou nisso, que podemos ousar.” (Helter Barcellos. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2020)

Na trajetória profissional do Professor Helter, que foi fundador e primeiro diretor da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), localizada no Paraíso, em São Gonçalo, um caminho sólido na área da educação, com forte viés de atuação cultural.

Foi o primeiro diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF; presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, organizou e presidiu por vinte e cinco anos a Aliança Francesa de São Gonçalo; Foi membro fundador da Academia Fluminense de Educação; presidiu o Rotary Club de São Gonçalo; presidente do Conselho Estadual de Educação durante o governo Geremias de Mattos Fontes (1967-1971); secretário de educação de Niterói no governo Waldenir Bragança (1983-1988);

organizou o Colégio Auxiliadora; fundou e foi diretor do Instituto Superior Anísio Teixeira – ISAT. Ocupou a função de secretário municipal de educação de São Gonçalo (2001-2004) no governo Henry Charles e a Presidência do Abrigo Cristo Redentor.

Um entusiasta fervoroso da leitura e das letras, fundou a Academia Gonçalense de Letras; membro honorário do Instituto de Histórico e Geográfico de São Gonçalo, foi fundador e presidente do Instituto Gonçalense de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais.

“Sou um idoso ativo, alegre, participativo e em paz com a vida. Gosto de artes, de um modo geral, com preferência pela literatura, teatro e pintura. Adoro gente e me realizo plenamente quando trabalho em equipe. Sou realizado em termos econômicos e o dinheiro não é o ponto central de minha existência. Aliás, nunca foi. Sou professor e advogado, exercendo ambas as profissões. Procuro ocupar todo o meu tempo, dividindo-o entre o meu trabalho profissional, serviços voluntários, lazer e convivência com os amigos. Sou uma pessoa feliz e não guardo ressentimentos. Tenho uma boa saúde, tendo em vista a minha idade. Não tenho medo de recomeçar do zero quando erro. Sou paciente e persistente, o que me faz alcançar praticamente tudo o que desejo.” (Helter Barcellos. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2020)

Professor Helter era um amante de Paulo Freire, se valendo muito do conceito de vida freiriano, quando destacava em rodas de amigos ou proferindo uma palestra que quanto mais o povo dominado se mobiliza dentro de sua cultura, mais ele se une, cresce e sonha. Enfatizava a importância do sonho, e que sonhar é também parte da cultura – onde todos os envolvidos com o ato de conhecer a cidade, o nosso lugar, projetam melhorias para ela.

Autor de um livro biográfico sobre a sua mãe, Annita Starling Barcellos, morta por tuberculose aos 47 anos, que intitulou *Ausência de Annita*, em um jogo de linguagem com o título de outra obra, *Presença de Anita*, de Mário Donato. Com quase 80 anos completos e uma vida voltada para a educação, a arte e a cultura, foi esse o primeiro livro publicado pelo professor Helter, ao cabo de cinco anos para finalizar sua obra. De acordo com o Jornal O São Gonçalo (2016), Helter Barcellos afirmou ser o livro a maneira mais criativa do neto Benjamin vir a conhecer as raízes profundas dos seus familiares:

“Minha intenção é que o meu neto não perca as raízes familiares. Ele vai ter neste livro a oportunidade de ler sobre os avós, tios e, certamente no futuro, poderá conhecer e falar com seus primos. Enfim, como vai ser criado em Los Angeles, onde vive com os pais, não perderá os laços com seus familiares brasileiros com este livro.” (Helter Barcellos. Entrevista concedida ao Jornal O São Gonçalo, 2016)

Indagado na entrevista do Jornal São Gonçalo sobre o tempo de escrita do seu único livro, responde o dedicado homem que devotou sua vida às artes, a cultura e a educação em São Gonçalo:

“Primeiro porque sou preguiçoso e só escrevo quando estou com vontade de escrever. Nunca tive pretensão nenhuma em escrever ou me tornar um grande escritor, como meus colegas conterrâneos Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino e Guimarães Rosa. A verdade é que não achava interessante escrever sobre um drama familiar com as proporções que foram a vida da minha mãe, com fraturas expostas e visíveis até hoje na vida de cada um de nós, seus filhos.” (Helter Barcellos. Entrevista concedida ao Jornal O São Gonçalo, 2016)

O galanteador Helter Barcellos apregoava o poder da fantasia e do sonho, em desejos de antecipar o saber do amanhã. É dele uma amorosa frase sobre a cidade que adotou para viver: “Meu Brasil começa aqui”, que acentua seu amor por São Gonçalo, razão de ser alvo de várias homenagens, como em outubro de 1995, em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa da Deputada Estadual Graça Mattos, o Professor Helter Barcellos recebe a maior honraria da Casa Legislativa - a Medalha Tiradentes. Em agosto de 2002, em outra homenagem da ALERJ, Helter Barcellos, fundador do Menor – Instituto Gonçalense de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais recebeu o Título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro.

Apaixonado pela cultura e arte da cidade, Helter Barcellos foi um incansável fomentador das artes e da cultura gonçalense, confessando certo saudosismo sobre a história e mantendo o tom da dignidade de quem trabalhou muito pelo município.

Entre registros amorosos sob sua iniciativa, destaca na série Ciclo de Palestras 2019, sob a temática “440 Anos de São Gonçalo”, a fundação da AGLAC e do MEMOR.

“Pessoa de suave fala, orador excepcional, além de ter dedicado sua vida inteira a tudo que concerne à arte e à cultura. Helter Jerônimo Luiz Barcellos, indiscutivelmente, uma memória viva da nossa história cultural.” (Helcio Albano. Depoimento no Programa DAKI. Julho de 2020)

Fundamental para o funcionamento da AGLAC e do MEMOR, o apoio integral do ICBEU, Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos – ICBEU, fundado em 21 de abril de 1961, por Helter Barcellos, onde funcionam, além das salas de cursos da escola de línguas (que chegou a contar com mais de cinco mil alunos por ano), a biblioteca Carlos Drummond de Andrade, livraria, a Galeria de Arte e a sala de vídeo Charlie Chaplin. A construção do teatro, no quarto andar do prédio localizado próximo à Praça Zé Garoto, foi um sonho insistente do Prof. Helter, sempre atento na promoção de agendas de cultura e arte para a cidade gonçalense.

“Cleisinha, minha alfazema, desejo que muitas pessoas aqui da nossa cidade entendam por que além de abrigar o MEMOR (Instituto Gonçalense de Memória, Pesquisas e Promoções Culturais) e a AGLAC (Academia Gonçalense de Letras,

Artes e Ciências), o Centro Cultural do ICBEU sempre abrigou o Instituto Histórico e Geográfico de São Gonçalo. Não consegui até hoje terminar o teatro no quarto andar, fiz várias tentativas, mas não deu. Meu desejo sempre foi de apoiar integralmente os pesquisadores, estudantes, artistas, arte-educadores da cidade. Mantenho isso como uma máxima de vida: oferecer às pessoas oportunidades de crescimento e desenvolvimento intelectual, artístico e cultural, associando o ensino de idiomas à civilização e à arte, através de uma intensa programação destinada a levar a música, o teatro, a dança, a literatura, as artes plásticas, o cinema a todos, buscando, através da educação da emoção, humanizar as pessoas e conscientizá-las do seu papel de cidadãos do mundo e partícipes da grande herança acumulada pela cultura.” (Helter Barcellos. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2020)

Helter Barcellos foi um grande estimulador de iniciativas e atitudes para inserir o gonçalense a vivenciar e experimentar alternativas de transformação da cidade, na cidade, não apenas participando ativamente das causas que interessavam à cidade e seus moradores, como incentivando variadas atividades no âmbito da cultura, da arte e da educação.

Percorrer os caminhos trilhados por Dona Aída, Canela e Helter, como também Paulo Amaral - professor de teatro amado por muitos, que hoje dá nome para uma escola municipal - gera uma amplitude de possíveis leituras sobre os fatos, os lugares, e, principalmente, sobre entender as dinâmicas que dão forma e vida à cidade gonçalense, a nossa História, onde os sujeitos sociais, muitos deles, passaram e vivenciaram.

Desse modo, as narrativas tendem a traçar mais elementos para o entendimento desse território, o campo complexo das lutas ou obstáculos atravessados, apresentando a importância neste ou naquele fato, neste ou naquele episódio, colaborações para análise que trata a presente pesquisa. Ao observar a participação social desses atores, suas caminhadas de resistências e trajetórias, somadas a outras, dão forma e sentido à cidade. Ao examinar essas trajetórias, sua história cultural, pequenos episódios repletos de significados, mais possível é compreender a cidade.

A cidade, enquanto organização espacial, nos fornece múltiplas leituras do espaço vivido, da territorialidade, do lugar do cidadão e da memória viva da sociedade. A cidade, em suas múltiplas relações sociais, exige uma compreensão contínua da organização e estruturação das novas dinâmicas do espaço.

Não por outro motivo, inúmeros autores destacam a importância de analisar as concepções locais para que se compreenda as diferentes mudanças ocorridas, a partir das suas presenças nas organizações sociais, suas funções, formas de ver a vida e seu entorno, suas ações sociais, culturais e profissionais.

“Foi exatamente a partir da vigésima crônica que eu comecei a pensar no livro. Decidi que 40 crônicas era uma quantidade boa “Existem lugares de São Gonçalo

que não tem nada escrito, mas tem muita oralidade. Comecei pelas histórias que meus parentes e amigos contavam, que fui acumulando nas memórias ao longo do tempo. Histórias retiradas do meu acervo cultural de criança, de vivências e memórias afetivas, como do meu avô contando sobre a construção da ponte Costa e Silva, a Ponte Rio-Niterói.” (Erick Bernardes *in* “Crônicas de Papa-Goiabas”)

A cidade representada na obra da história construída por seus sujeitos, a ação da sociedade que vive, produz e reproduz esse espaço. Em São Gonçalo, quando um grupo de artistas se mobilizou na busca de melhorias para a cultura local, se uniu em torno de uma meta comum, ampliou seu espaço e condições de negociações, sonhando com tempos melhores, e sonhar é também parte da cultura, como destacava Prof. Helter, quando um sonho projeta um amanhã diferente.

Para Gramsci, a cultura é uma das principais ferramentas que poderia facultar a mobilização das classes menos favorecidas. Através dela, haveria a possibilidade de obter conhecimento para lutar contra as desigualdades de classe. Ele acredita que por meio da cultura o operário poderia se tornar um líder, alcançando posições que os conduziram ao poder, quando aponta que:

“A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres.” (GRAMSCI, 2004, p.58)

A cidade, unidade essencial da construção humana, individual e social é lugar primeiro para a discussão de políticas culturais, onde as relações de poder-resistência se articulam ao próprio conceito de território. Na trajetória da Professora Aída, do agente cultural Canela e do intelectual Helter, a identificação de uma busca para entender mais profundamente contexto espacial, político, social e cultural da cidade, com elementos possíveis para uma melhor compreensão dos processos e relações de poder estruturadoras que regem a cidade. A interpretação possível destas trajetórias, suas narrativas, auxiliam para uma melhor leitura de São Gonçalo.

“Esses dias uma amiga me ligou querendo sair pra almoçar, ela mora em São Gonçalo há mais de 30 anos e ela não sabia onde poderia almoçar. Como se não houvesse um restaurante bom na cidade e existem dezenas, centenas. Tem uma ideia também atrelada a status. Por exemplo, eu melhorei de vida eu tenho que sair de São Gonçalo. As pessoas não se dão conta do que é produzido aqui, do que tem aqui e de como deixar isso em evidência. Acho que é essa a questão. As pessoas não param pra apoiar o patrimônio cultural da cidade porque não há identidade com a própria cidade.” (Yonara Costa. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023)

Ao percorrer essas breves narrativas é possível identificar material relevante para auxiliar na compreensão dos mecanismos da engrenagem que movimentam a cidade, as situações que residem nesta ou naquela oferta, limitada ou ausente, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, na prática cotidiana do viver a cidade.

Para Levi (LEVI, 1992), o estudo de trajetória de vida é concebido como uma maneira de abordar e compreender as redes de relações e a multiplicidade dos espaços em que o indivíduo se articula, se movimenta, permitindo assim uma melhor compreensão do seu espaço, do seu local.

A trajetória dos sujeitos sociais, assume para a micro história uma maneira de compreender parte da engrenagem que movimenta seu território, no caso aqui em análise, a cidade de São Gonçalo. Os diversos aspectos que envolvem a vida desses sujeitos, promovem uma circularidade cultural que alimentam as redes sociais.

Ao observar essas trajetórias, é ampliado o conjunto de instrumentos da própria análise, objeto desta pesquisa, o que me permite acessar questões, indagações, e outros problemas, na busca de uma melhor compreensão da cidade. Associando tais narrativas com a identidade local, destaco o Prof. Dr. Rui Aniceto Fernandes, acadêmico em contínua ação de diálogo da Universidade com a cidade, coordenador do projeto Memorial da Igreja Matriz de São Gonçalo (parceria entre a UERJ-FFP):

“Normalmente São Gonçalo é uma cidade associada a um lugar sem história, sem patrimônio, sem identidade, sem memória, ao que passo que a cidade tem história, patrimônio, identidade e memória, elementos fundamentais na construção da relação do indivíduo com o seu espaço. Em cada momento da história da cidade, viveram pessoas projetando o futuro. E, muitas vezes, com projetos e interesses diferentes. São Gonçalo precisa se ver como agente histórico, como personagens históricas dessa história em construção.” (Rui Aniceto. Entrevista Poeiras da História. Setembro de 2020)

As possíveis leituras, e, principalmente, a importância de entender as dinâmicas que movimentaram esses personagens, seus grupos de atuação, colaboram nos caminhos investigativos para o entendimento do território gonçalense, apresentando a importância dos estudos de caso para observar como as resistências e as insistências indicam necessidades de prioridade na execução das políticas públicas.

2.3 Dinâmicas, processos e sujeitos sociais

Nos bares da cidade do santo violeiro que dá nome ao município - São Gonçalo de Amarante - muitos músicos foram abraçados nos palcos improvisados. Artistas como Alussã, que encantou plateias durante as décadas finais do século XX, reunindo público e os artistas da cidade em produções culturais apaixonantes.

Os bares também foram espaços cativos para Naldo, Beto Baiano, Sérgio Quental, Jodar de Castro, Simone Santó, Beto Lemos, Claudia Sing, Luiz Moraes.

Em datas recentes, Ella Fernandes, Roque Silva, Victor Rosa, Ian Medeiros e Emerson Rodrigues, movimentam espaços alternativos, entre shoppings, galpões, salas e até barcas na travessia da Baía de Guanabara.

Organizador do “Groove do São”, entre os anos de 2002 e 2005, Alex Nery percorreu vários espaços da cidade à procura de palcos para as inesquecíveis noites com músicos de diferentes idades e procedências. Os maestros Josias Freitas e Fernando José Almeida (*in memoriam*), seguem como referências nos corais ao longo de trinta anos. Natinho Batera, Analice Nunes, Paulo Guarany e Paulo Carvalho Jr, vivem o exercício do dom artístico em espaços cativos entre igrejas, escolas de música e instituições sociais. Altay Veloso, compositor reconhecido nacionalmente com suas canções, encanta plateias no Brasil com a ópera ecumênica “Alabê de Jerusalém”. Na terra do santo violeiro, cabem todas as formas de expressão da arte.

A ausência de informações sobre as manifestações culturais e agendas de artistas, grupos, espaços culturais e movimentos livres ainda é uma realidade da cidade, ocasionando em sequência, insuficiência de dados, informações e estatísticas do setor cultural e uma frágil guarda da memória cultural do território.

A ausência de um diagnóstico cultural que possibilite promover melhor e mais pontual direcionamento das políticas públicas de cultura na cidade gonçalense, a partir de indicadores, os chamados indicadores culturais, dificulta a identificação mais visível do mapa cultural da cidade.

Acompanhando a perspectiva histórica dos indicadores sociais, o termo “*indicadores culturais*” surge no Brasil em meados da década de 1980, para analisar as práticas culturais das comunidades, cidades, estados e países. Nos recentes cinquenta anos o mundo tem investido na análise da radiografia cultural, estudando as representações culturais, a atuação dos agentes culturais e artistas, seus efeitos junto ao público, a população, de forma mais abrangente.

Investimento de grande complexidade ao longo de cinquenta anos, várias cidades, estados e países buscam entender como se apresentam as formas qualitativas e quantitativas da cultura, como ela está organizada, como se distribui na dimensão espacial, aperfeiçoando a cada década essa ferramenta de análise, os chamados “Mapas Culturais”.

Em algumas cidades foram elaborados como estratégia fundamental para o emprego sequente de medidas econômicas, associando cultura e desenvolvimento como iniciativa de gestão pública, como as cidades de Toronto, no Canadá, e Medellín, na Colômbia.

Sem a elaboração de um mapeamento cultural de São Gonçalo, considerando sua diversidade, distribuição local, e mesmo regional, em função do tamanho e importância da cidade no Estado fluminense, as lacunas e falta de informações fragiliza o diagnóstico necessário para a aplicação de políticas culturais.

No decorrer desta análise, ficou evidente a necessidade de aprofundar esse aspecto, observando em escala reduzida quem são os sujeitos sociais que atuam no setor da arte e da cultura da cidade, suas dificuldades e potencialidades, vocações e características.

Na medida em que são identificados os comportamentos e manifestações dos grupos e coletivos, onde estão localizados as potências artísticas, os anônimos e mais estabelecidos artistas da cidade, é possível traçar um raio x, partindo daí a aplicação dessa ou daquela política, fomentando esse ou aquele segmento, atendendo essa ou aquela região. Com um diagnóstico que expõe os indicadores culturais é possível localizar os obstáculos para o pleno desenvolvimento cultural, a partir da sua realidade local.

“História local nascia como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História local surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das nações ocidentais.” (BURKE, 1992, p.182)

Sem a localização de um conjunto de dados da cultura, do que existe na cidade, ou o que ela traz de registros passados, observa-se uma lacuna geradora de ausência de informações importantes, justamente aquelas que possibilitariam a identificação do que precisa ser incentivado, onde devem ser destinados investimentos, recursos e apoios, com vistas ao pleno desenvolvimento cultural e a economia da cultura da cidade.

Segundo o historiador José Assunção de Barros, com o rompimento da ideia de que a História deve examinar apenas e necessariamente o passado, hoje os historiadores estudam as ações e transformações humanas, ou as suas permanências, que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período, mais longo ou mais curto, e ainda:

“Estudar o momento presente, com vistas a perceber como este momento presente é afetado por certos processos que se desenvolvem na passagem do tempo, ou como a temporalidade afeta de diversos modos a vida presente – incluindo aí as temporalidades imaginárias da memória – passa a ser também uma das tarefas do Historiador. História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço” (BARROS, 2006, p.468)

A identificação e localização de informações culturais tende a favorecer uma maior compreensão da história cultural de São Gonçalo, ausente, até aqui, de levantamento preciso e pontual, salvo a publicação de duas edições mensais da “Rota Cultural”, ano 2007/PMSG, por iniciativa da subsecretaria municipal de cultura, no governo Aparecida Panisset, com registro da programação mensal ofertada pelo poder público, iniciativa privada e dos movimentos livres, artistas em geral, e da publicação do Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo, em 2018, no diário oficial da cidade.

Focar o local em uma análise micro possibilita enxergar um tanto mais a dimensão simbólica da cidade, no conjunto do seu patrimônio imaterial, os serviços e redes sociais, a dimensão material e econômica da cidade, observando seu patrimônio material, equipamentos, bens e serviços.

O mapeamento cultural de São Gonçalo pode contribuir positivamente para a compreensão dos problemas que a cidade vivencia no setor, justamente pela possibilidade de traçar diagnóstico na medida em que a sistematização do conhecimento do território é identificada, apreendida, no amplo do que a Cultura pode representar e representa, tendo em vista os aspectos que estão sendo examinados, além do cultural, mas também no âmbito econômico, político, ou social, por exemplo.

Um mapa cultural, ao tornar mais visível as especificidades de um local, percorre o caminho traçado da micro história. Nascida na Itália dos anos 1970, século XX, como uma reação, como uma tomada de posição frente um certo estado da história social, a micro história sugere reformular concepções, exigências e procedimentos, segundo Jacques Revel:

“A mudança da escala de análise é essencial para a definição da micro- história. É importante compreender bem sua significação e suas implicações. Ocorre que o enfoque micro histórico conheceu, nestes últimos anos, um sucesso especial. O recurso à microanálise deve, em primeiro lugar, ser entendido como uma expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história que desde a origem se inscreveu, explícita ou implicitamente, num espaço macro.” (REVEL, 1998, p.23)

No recorte que trata esta análise é perceptível a ausência de organização de um mapeamento cultural da cidade, por iniciativa da Prefeitura. As informações coletadas resultam de levantamento desta pesquisa, na busca de registros e informações de artistas com

atuação nas duas últimas décadas do século XX e décadas iniciais do século XXI, compreendendo os recentes quarenta anos, e ainda, grupo ou organizações culturais com atuação mínima de trinta anos, entre o final do século XX e o século atual.

O registro de nomes, grupos e instituições com data anterior ao recorte que trata a pesquisa, é proposital. Trata de medida de salvaguarda, preservação e disseminação de parte da memória cultural da história gonçalense, próximo ao exercício da escrita de um inventário.

Nessa intenção, quando me proponho localizar e registrar nomes de artistas, grupos e instituições, me somo as iniciativas de estímulo a preservação da própria cultura da cidade a partir daquilo que se conhece, podendo vir a ser utilizado para a proteção das manifestações artísticas culturais locais mais singelas, dos agentes culturais e artistas, entre anônimos e mais famosos.

É estratégico a identificação das características, particularidades, histórico e relevância cultural, localização de sujeitos sociais que zelam pela proteção dos bens culturais materiais, públicos ou privados.

Traçar um mapa cultural da cidade, sua natureza histórica, artística, arquitetônica, paisagística e antropológica, é tratar, institucionalmente, do cuidado com um inventário dos bens culturais da cidade, uma preocupação dos primórdios do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (organismo que originou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN).

Desde as décadas de 1930 e 1940, O IPHAN pensar na coleta de informações para especificação do acervo “histórico-cultural-artístico”, em atenção à preservação da memória nacional, ainda que sem definição entre os bens patrimoniais materiais e imateriais, considerando que: “O inventário é instrumento de conhecimento de bens culturais, seja de natureza material ou imaterial, que subsidia as políticas de preservação do patrimônio cultural, com levantamento minucioso e completo dos bens culturais.” (UNESCO, 1968)

Décadas depois, no século presente, a partir de 2016, o Ministério da Cultura por meio da Coordenação Geral de Monitoramento de Informações Culturais, ofereceu suporte a estados e municípios que desejavam implementar os Mapas Culturais nas unidades gestoras que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura – SNC, com oferta de apoio de infraestrutura tecnológica e logística de formação a distância.

A oferta atendia os princípios do SNC, e o funcionamento dos seus componentes constituídos, integrando os órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural,

conferências de cultura, programas de formação cultural, planos de cultura, sistemas de financiamento à cultura e os sistemas de informações e indicadores culturais.³⁶

Ou seja, o Ministério da Cultura estimulava a engrenagem em todo país, uma vez que SNC, como desenvolvimento mais no capítulo seguinte, é um processo de gestão e promoção das políticas públicas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade.

Além do mapa, também foi oferecido um site e um aplicativo para celular que agrega a programação cultural já inserida no mapa. As informações de estados ou municípios poderiam ser incluídas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), que foi concebido para: “Tornar-se o grande repositório de dados e informações para estudos, consultas, criação de indicadores e outras funcionalidades, apto a atender às várias particularidades e necessidades dos sujeitos do campo cultural.” (BRASIL, 2011)

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC, iniciou-se no ano de 2004, a partir de um convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Ministério da Cultura, no primeiro governo Lula. O então Ministro da Cultura Gilberto Gil identificou a necessidade de desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural, construindo uma base sólida capaz de reunir várias informações e dados, os chamados indicadores culturais.

O primeiro produto foi a reapresentação de um bloco sobre cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, em 2005, uma pesquisa de caráter censitário para percorrer o conjunto dos municípios brasileiros.

O plano era fomentar estudos, pesquisas e publicações, fornecendo aos órgãos governamentais (nas prefeituras, governos estaduais e no próprio governo federal), e privados,

³⁶ SNIIC: uma plataforma para o século 21- Na sociedade em rede, os dados produzidos pelos cidadãos, ou em seu nome, são a força motriz da economia e da nação — o governo tem a responsabilidade de tratar esta informação como precioso recurso nacional. Os cidadãos se conectam entre si pela rede hoje como nunca antes, e estão desenvolvendo as habilidades e o entusiasmo para resolver os problemas que os afetam localmente, assim como nacionalmente. No século 21, informações e serviços públicos podem estar disponíveis aos cidadãos onde e quando eles precisam. Mais do que nunca, os cidadãos estão desenvolvendo o poder de desencadear a inovação, que resultará em uma melhor abordagem para a governança. Neste modelo, o governo atua como organizador e facilitador, e não como o motor fundamental da ação / iniciativa. O SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, de criação obrigatória por lei, trata de um banco de dados de bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, e transparência entre outros, e estará disponível para toda a sociedade. A plataforma, lançada no ano de 2011, cumpre também o importante papel de suporte à implementação do Plano Nacional de Cultura, que define ações públicas de cultura até 2020. Cabe ao Ministério da Cultura coordenar um processo de estruturação para os sistemas de informações locais, desde uma rede nacional. Dentro das novas estruturas de governança, o SNIIC será, também, um instrumento de transparência dos investimentos públicos no setor cultural, servindo como ferramenta de monitoramento e avaliação para os gestores e para toda a sociedade. Fonte: < <http://sniic.cultura.gov.br/sobre/> >

subsídios para o planejamento e a tomada de decisão no âmbito das políticas culturais, após analisados os dados e as informações coletadas na pesquisa.

Como fruto dessa parceria, o IBGE realizou os primeiros estudos sobre a produção e a oferta de bens e serviços culturais, gastos e demandas das famílias e do governo no âmbito das artes e da cultura, e as características da população que se ocupava desse setor, com base nas estatísticas produzidas pelo Instituto.

Uma radiografia da cultura brasileira foi traçada pela primeira vez, a partir da captura das informações coletadas nas cidades, base primeira para chegar ao quadro nacional. Em sua primeira versão, no ano 2011, o SNIIC dispunha de ferramenta de mapeamento cultural e cadastro com informações sobre agentes, espaços e projetos, resultado de um cadastramento nacional estabelecido com todos os participantes das Conferências Nacionais e outras agendas de porte nacional organizadas pelo Ministério da Cultura.

Em sua segunda versão, lançada no final de outubro de 2015, houve uma segmentação do SNIIC em módulos, dentre os quais foi criado o Mapa da Cultura, onde as informações já cadastradas são reunidas às informações da Rede. A plataforma é aberta tanto para os gestores públicos municipais e estaduais, como para os agentes culturais, identificados como atuantes na sociedade civil.

Na medida em que municípios e estados organizavam seus próprios mapas seria possível atualizar as informações do território em questão. O município de São Paulo, em parceria com uma empresa de telefonia móvel, foi a primeira cidade a adotar uma plataforma – a SP Cultura, interligada com a tecnologia oferecida pelo governo federal, considerando as informações já inseridas na plataforma Mapas da Cultura (<https://mapas.cultura.gov.br/>).

Na esfera estadual, a criação do Mapa de Cultura do RJ, por iniciativa da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, proporcionou uma ampla e inédita visualização da cultura em todas as dez regiões. O primoroso trabalho patrocinado pela PETROBRAS foi elaborado entre os anos 2011 e 2013.

Um portal bilíngue na internet reunindo mais de três mil verbetes, oito mil imagens e uma centena de vídeos - documentários. Com atualização periódica o portal foi acrescido com aplicativos para telefones celulares.

Para ganhar mais representatividade, o artista, o produtor cultural, o agente de cultura ou o gestor público era sistematicamente convidado a alimentar o Mapa com novas informações. A iniciativa foi o primeiro passo para preencher antigas lacunas quanto à ausência de informações sobre a cultura no interior fluminense, como em áreas pouco

conhecidas da grande região metropolitana. Segundo a titular da pasta da Cultura estadual à época, o impacto movimentou várias cidades a pensar na sua própria radiografia cultural:

“A ideia do Mapa de Cultura do estado Rio de Janeiro era oferecer uma enciclopédia online da cultura fluminense, um portal com roteiros e informações sobre as principais manifestações artísticas e culturais do estado do Rio. Um esforço inédito de catalogação para registrar as mais importantes atividades culturais em diversas áreas, como espaços culturais, festas tradicionais e festivais de cultura, patrimônios materiais e imateriais, além de artistas, personagens e grupos de destaque em todo o estado.” (Adriana Rattes, Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2014)

Após a década de 1990, com a utilização de recursos tecnológicos e digitais em todo mundo, principalmente via web, a aplicação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, adotado pelo Ministério da Cultura, se apresentava como imprescindível para situar o Brasil no panorama mundial, e na sequência, conectar cidades e estados em patamar semelhante.

O esforço e estímulo do Ministério da Cultura para que estados e municípios aderissem o SNIIC, se apresentava naquela época como uma necessidade, considerando a sociedade cada vez mais tecnológica e digital. No primeiro momento, ano de 2012, o investimento do Governo Federal para adesão do SNIIC foi centrado nas capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes, com uma campanha mais ampla para todos os integrantes do Sistema Nacional de Cultura nos anos seguintes, entre 2013 e 2015.

Em alguns palcos teatrais alternativos, sem locais precisos nas décadas de 1960, 1970 e 1980, no século XX, aconteceram ensaios, oficinas e cursos de teatro de Paulo Amaral (que atualmente dá nome a uma escola municipal na cidade), em situação semelhante vivenciada por Mary Cardoso, Ana Paula Pardal, Randal Farah, Johayne Hildefonso, Camato Lima, Simone Leal, Cezar Cavalcanti, Clarisse Terra, Gisele Leal, Jorge Vale e Angelo Barsi (*in memoriam*), e no período mais recente, ainda com Ivan Oliveira, Fernando Mattos e Jessica Barreto.

O destaque eterno do Palhaço Carequinha, morador do bairro Zé Garoto que ganhou estátua na praça de mesmo nome, um dos artistas célebres de vulto nacional que projetaram a cidade. Carequinha foi astro da TV, circulando com o grande circo do Carequinha por todo Brasil. No bairro próximo, Porto da Pedra, foi instalada a primeira Lona de uma escola circense por Júnior Perim e Vinicius Daumas, apadrinhados pela Escola de Samba do bairro, na quadra de ensaios.

Jorge Henrique, o palhaço PIC Caramelo, percorre os muitos bairros de São Gonçalo ao longo de quase quatro décadas, visitando escolas e instituições diversas.

As aparições de Rheinaldo Baso nos encontros teatrais, literários e recitais nas últimas três décadas, garantiram ao militante do movimento negro uma marcante e emblemática atuação. Onde situar suas performances no Mapa Cultural? No teatro ou na poesia? Na populosa São Gonçalo, quantas pessoas assistiram Baso? Quantas pessoas de São Gonçalo sabem que existiu Paulo Amaral, apaixonado pela arte teatral?

O município tem limites físicos com os municípios de Itaboraí, Maricá e Niterói, com relação mais expressiva de fluxos de pessoas, bens e serviços entre Itaboraí, Niterói e Rio de Janeiro. A cidade é seccionada pelas rodovias BR-101, RJ-104 - antiga Rodovia Amaral Peixoto - e RJ-106, fazendo ligações diretas entre os municípios vizinhos e com a capital. Segunda maior cidade do estado, se enquadra na categoria de município periférico da Região Metropolitana, com uma grande dependência funcional da metrópole, o Rio de Janeiro, e de Niterói, com sua numerosa população distribuída em noventa bairros oficiais e outros dezoito não oficiais.

Três grandes centralidades se destacam, consolidadas ao longo dos séculos no processo de formação territorial do município: o próprio Centro, pela sua importância na concentração de equipamentos e serviços de cunho político-administrativo; o bairro Neves, por ter sido o maior polo de concentração industrial e desenvolvimento econômico no melhor período deste setor na economia da cidade e o bairro Alcântara, pelo seu destaque como centralidade política, núcleo estratégico ao escoamento das produções agrícola, comercial, industrial, polo de estações ferroviárias e rodoviárias essenciais no intercâmbio de bens e pessoas entre as localidades próximas, a região central do município e com as cidades de Niterói e Rio de Janeiro.

Registrados no Plano Municipal de Cultura (Lei nº 858 de 2018, de 15 de julho de 2018), a cidade possui 07 Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura - Governo Federal, independente de convênio vigente: Ponto de Cultura Olhar Verde de Gonça a Antares, do Centro de Integração Social e Cultural – CISC; Ponto de Cultura O Tempo de Cantar Chegou, do Instituto JC3; Ponto de Cultura Ampliando Horizontes, Estímulo À Leitura e Reforço Escolar com as Crianças de Guaxindiba, do Instituto Gera-Renda; Ponto de Cultura Consciência, Liberdade, Atitude e Movimento, do Observatório do Hip-Hop; Ponto de Cultura Ver se Vendo, da Associação Comunitária Projeto Amo O Salgueiro; Ponto de Cultura Negrinhos de Sinhá VII, da Associação de Capoeira Negrinhos de Sinhá VII; Ponto de Cultura Matrizes Cultural, do Egbe Ile Iya Omidaye Ase Obalayo.

Outros equipamentos culturais, formais ou informais, mais reconhecidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura da Prefeitura, registrados no Plano Municipal de

Cultura são a Casa das Artes Helter Barcellos, na Praça do Zé Garoto (público municipal); Escola de Música Pixinguinha, no bairro do Paiva (público municipal); Lona Lídia Maria de Mattos, no bairro Jardim Catarina (público municipal); a Loninha Cultural, situada no complexo do Centro Cultural Joaquim Lavoura (público municipal); Lona Cultural do Espaço Carequinha, na Praça Estefânia de Carvalho (público municipal); Espaço Municipal de Dança, no Porto do Rosa (público municipal); 05 Pontos de Leitura (sem especificação); 20 praças públicas com estrutura e/ou potencial para a realização de eventos (sem especificação). O documento faz registro das leis municipais relacionadas à cultura (Corpus Christis, patrimônio cultural, proteção das Folias de Reis e da Feira de Artesanato), sem apresentar outros detalhes.

No tocante a organização de um site que reúna todas as informações da produção da Cultura local, além de informações históricas e dados que apontam para elaboração de um mapa cultural, sob responsabilidade e iniciativa do poder público municipal, o Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo registra, na íntegra:

“Criação de um site com informações sobre a produção cultural local, além de informações históricas. Integração com o NIC e com os demais mapeamentos e coleta de informações elencados no presente PMC. Disponibilização e atualização permanente da agenda cultural municipal. Disponibilização e atualização permanente do Calendário Anual de Eventos. Confeccionar, apoiar ou divulgar catálogos para promover a produção cultural e artística do município. Contribuir com o cadastramento dos artistas e produtores locais feito pelo Núcleo Municipal de Informações e Indicadores Culturais (NIC). Viabilização dos diversos mapeamentos propostos no presente PMC.” (Plano Municipal de Cultura. Prefeitura de São Gonçalo, 2018)

Após a publicação do Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo, no ano de 2018, ainda não foi localizada iniciativa que trate da criação do mapeamento cultural da cidade. O cumprimento das diretrizes e metas do Plano de Cultura da cidade, percorridos dez anos entre elaboração e aprovação na Câmara Municipal de Vereadores, é decisivo para aferição das políticas públicas do setor.

O município gonçalense aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, em acordo assinado em junho de 2014, e está apto a integrar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais desde então. Na ocasião, a prefeitura não efetivou acesso aos instrumentos para criação do seu próprio mapeamento cultural, sem fazer uso das ferramentas oferecidas pelo governo federal, à princípio retardando a integração de São Gonçalo no acompanhamento do monitoramento de informações culturais.

Rodrigo Santos, autor do livro “Macumba”, e Rômulo Narducci transitam entre vários locais desde o ano de 2003 para montar a tenda do evento “Uma noite na Taverna”, entre paradas e retomadas, a reunião de poetas nas noites da taverna, são memoráveis.

Entre escritores, jornalistas e cronistas a cidade abriga (ou já abrigou) Mário Lima Jr, Assueres Barbosa, Uires, Verônica Inaciola, Luciano Tardock, Otto São Paio, Alessandra Honorata, Maria Nelma de Carvalho Braga, Helter Barcellos, Erik Bernardes, Marilyn Pires, Carlos Luiz Leite (da Biblioteca Comunitária Visconde de Sabugosa, no bairro Jardim Catarina), João Luiz (com seu Corujão da Poesia volante).

Juareis Mendes (*in memoriam*), que adotou a cidade décadas atrás, no século XX, envolvia crianças, jovens e adultos com seus rabiscos e desenhos, um autodidata da arte; Márcia Dória - Mãe Márcia D'Oxum, que faz do abstrato da sua fé, uma expressão potente de defesa dos seus ritos; Paulo Nunes, com mais de oitenta anos, artista plástico de grande talento, prestigiado em vários salões e exposições individuais e coletivas - um dos mais antigos artistas da cidade - dedica seu tempo para criação de esculturas de cera, retratando parte da história da cidade com vários personagens homenageados. Paulo Nunes se ocupa, nesta iniciativa, de salvaguardar a história cultural da cidade. As estáticas esculturas de tamanho natural, movimentam o imaginário de muitos gonçalenses, revendo passagens da cidade através dos personagens reais da sua história.

Chico Rocha, Montclair, Robson Martins, Moisés Oliveira, Gelson Luiz, Robson Salles, Claudite Tavares, Ana Coelho, Kleber Marques, Lucia Bela, Miriam Targine, Marcia Veiga e Elaine Ramos são nomes do grupo Tendências Artes Visuais, como Olizete Tupini (que mantém um ateliê de artes plásticas na garagem de casa, centro da cidade, em atenção a alunos e exposições), Jô Grassini (escultora com traço peculiar autora das esculturas do ator Paulo Gustavo e seu personagem famoso – Dona Hermínia - , expostas no Campo de São Bento, próximo ao seu ateliê no bairro de Icaraí, zona sul de Niterói, além da oficina no bairro Laranjal, em São Gonçalo) e Ana Sobral, artista plástica, do ateliê Papel Atitude, professora de artes da rede municipal, sem que sua atuação de anos com atividades desenvolvidas para os alunos através de programas estaduais e federais de Cultura, sejam reconhecidos pela própria prefeitura na soma formal dos anos de serviço público.

A Casa Amarela, ateliê-escola que contou com patrocínio de empresa de grande porte, funcionou durante alguns anos na Parada 40, fazendo escola de muitos alunos, como as exposições apoiadas pelo Arte Galeria Box 212, na entrada da Avenida 18 do Forte, no centro da cidade.

Os salões e escolas de dança seguem roteiro semelhante das demais linguagens artísticas, entre aulas, audições, cursos e pequenos festivais, com a paixão em alta para garantia de funcionamento contínuo no bailado entre o pop, o clássico, o hip-hop, a manifestação da cultura popular e o funk, com Genilton Muniz, Lilian Mattos, Angélica Maria, K2, Geisi Nara, Mestres Valdeci e Fumaça, Renato Patrão e Priscila Rebeca.

O mapa cultural não se configura em um objetivo isolado, mas como um instrumento dentro de um processo de fortalecimento cultural, uma vez que deve subsidiar discussões para elaboração de planos e estratégias voltadas à implantação de políticas culturais, ou mesmo, auxiliar na revisão do Plano Municipal de Cultura.

O importante é possibilitar releituras constantes do território em uma constante interligação do passado e presente, analisando o portal que trazem parte da identidade cultural local, considerando Giovanni Levi no seu discurso sobre a identidade cultural na pós-modernidade: “Devemos ter em mente três conceitos, ressonantes daquilo que constitui a cultura, como uma “comunidade imaginada”: *as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; e a perpetuação da herança.*” (LEVI, 1992, p.14)

O próprio processo de identificação, através do qual projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório e variável. São Gonçalo evidencia esse cenário. Com boa parte da população flutuante (chamada de “cidade-dormitório”, onde parte da população se desloca para trabalhar ou para o consumo de bens culturais e serviços em outras cidades), de variada procedência nos últimos quarenta, cinquenta anos, em especial, após a construção da Ponte Rio-Niterói, e o surgimento de loteamentos populares que incentivaram a instalação de pessoas provenientes de outras regiões do estado e mesmo do Brasil, a população “cativa” ou com sólida ligação na cidade foi se tornando invisível, instável e volátil.

Tais fatores se somam ao contexto histórico da pós-modernidade, onde Stuart Hall sinaliza que as identidades culturais são híbridas, movidas por mudanças, encontros e desencontros. O sociólogo alega que não é possível afirmar que temos uma “identidade”, ao afirmar que:

“Somos compostos por uma identificação, passível de mudança e transformação. A questão da identidade, efetivamente, consiste em uma crise de identidade, uma vez que as sociedades foram, ao longo do tempo, marcadas por transformações que influenciaram as maneiras de compreender os sujeitos e sua cultura. Toda identidade é móvel e pode ser redirecionada, pensando na verdade em um processo identitário para compreender de maneira mais significativa as representações que formam (e transformam) as culturas, os sujeitos e os espaços.” (HALL, 1997, p.16)

Com traços de uma memória cultural feito um turvo retrato, onde a própria sociedade, a população como um todo, não vivencia o exercício do direito à cultura, não reconhece, em parte, os sujeitos sociais que protagonizam a vida cultural da cidade, em uma sequência de não valorização da cultura local e do seu processo identitário.

Um outro aspecto que pode ser acrescentado, no tocante a fragilidade de uma identidade local, ainda relacionado ao caráter das mudanças na modernidade tardia que quase do mundo atravessa, no processo conhecido como "globalização", a cidade é mais uma a vivenciar esse impacto, com poucas referências de sua memória em décadas anteriores.

“Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tenta explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 1989, p.189)

Quantos somos na Cultura de São Gonçalo? Onde atuamos? Quem consome a arte produzida na cidade? Quais números para economia da cidade? Quanto vale a produção artística local? O reconhecimento e a valorização da cultura local estão associados a própria identidade cultural. O espaço de pertença resulta do conjunto dos recortes (BOURDIN, 2001), onde a posição de um ator social e sua inserção no grupo, no pertencimento de um lugar, define o sistema de valores em que se inserem esses recortes e organiza as relações.

Milton Santos chama atenção para o fato de que o espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção: “*O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço*”. A produção estabelece territórios, redefine espaços. Neste aspecto, além do solitário trabalho de vários artistas gonçalenses, como situar no radar das políticas públicas as economias criativas mobilizadas por coletivos culturais da cidade, grupos, ONGs, associações e comunidades populares que constroem, há alguns anos, ações conjuntas a partir de capacidades e potenciais locais?

Como mensurar essas ações que geram valor, trabalho, emprego e renda, mobilizando o capital humano e produzindo bens de valor simbólico para toda cidade? Qual desenvolvimento pode ser projetado para cidade, a partir da cultura?

Tais projeções de futuro, com um olhar de construção para vinte, trinta, cinquenta, setenta anos à frente, só será possível com apurado estudo das recentes décadas, na referência ao cenógrafo, figurinista, designer e gestor cultural pernambucano (MAGALHÃES, 1997), em um movimento preciso de recuar no passado, atento ao presente, mirando o futuro.

Fotos, filmagens e reportagens aproximam artistas da cidade como Luís Alvarenga, que montou uma escola de fotografia na terra do santo violeiro. Barbara Rodriguez, a produtora que monta uma tela para projeção de filmes em praça pública, Guilherme Carvalho, de um olhar sensível garantiu honroso registro da Fazenda Colubandê em uma fotografia premiada. Frederico Carvalho, Nelson Carneiro, Antônio Souto, Nilo Santos, Praxedes e José Perazzio são nomes que figuram pelas ruas gonçalenses através das lentes de máquinas fotográficas, filmadoras, programas de rádio ou TV. Todos esses agentes culturais se ocupando de memorizar a cidade, de guardar fatos e sua história.

Ao enfrentar um passado e liberá-lo para acesso da memória, tratamos da elaboração dessas experiências, na busca coletiva de uma verdade. A memória coletiva é sempre uma construção, feita de consciência e vontade. Na elaboração de um mapa cultural para São Gonçalo, invisto nesta memória, neste exercício em grupo, ao recorrer aos agentes culturais e artistas, na busca de lembrar para não esquecer.

“A memória é a incapacidade ou a impossibilidade de recordar todo o tempo. Distingue-se o esquecimento por apagamento de rastros e o esquecimento de reserva, que implica num total esquecimento e na ideia do inesquecível, respectivamente. Só é possível esquecer aquilo que foi experimentado ou vivido, seja diretamente ou indiretamente. Do que lembramos? De quem é a memória? toda consciência é consciência de alguma coisa” (RICOEUR, 2007, p.23)

O mapeamento cultural, quando elaborado pelos próprios sujeitos do território, proporciona um resultado que revela quadro próximo do real, e ainda, colabora para a potencialização das redes e movimentos culturais que são, por natureza, o diálogo entre as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura.

A atuação dos indivíduos que produzem o lugar, ou mesmo que paralisam um local, é um processo de construção social permanente, como ressalta Alan Bourdin no tocante a questão local:

“O local é sempre tratado como um objeto real, que se impõe a nós, por seu caráter natural, por sua necessidade antropológica cognitiva, por sua duração. Uma solução radicalmente oposta consiste em ver nisso uma modalidade de resposta a problemas que as sociedades colocam, ou ainda uma categoria de análise. Caracterizam um indivíduo ou um grupo. Colocadas em perigo pela mobilidade, pelo cruzamento, pela mistura com outros grupos, pela adesão a uma modernidade concebida – pelo menos parcialmente, como uma ruptura, essas permanências resistem porque se beneficiam de uma ancoragem sólida. Mas, fora da comunidade de sangue, de religião ou de língua, a prática de um mesmo território e a referência a um conjunto de regras comuns da vida e de bens culturais constituem os únicos meios de ancoragem realmente eficazes. É mostrar como, através da definição de recortes que estabelecem os objetos locais, é ao mesmo tempo uma visão do mundo que se exprime e uma sociedade que se define. O local aparece como um meio de construir e tratar problemas de organização.” (BOURDIN, 2001, p.52)

Da listagem dos nomes no anexo único, tenciono traçar em uma etapa sequente a localização de onde esses agentes culturais estão, onde atuam, quais bairros da cidade, por onde se movimentam pela manutenção do seu trabalho, e como, transportando as informações para uma visualização em mídia digital, uma plataforma similar daquela já adotada nos “Mapas Culturais” do SNIIC, com a aplicação de software livre para atualização colaborativa. A ferramenta desenvolvida (ainda que já conhecida) é parte de um processo de diagnóstico cultural que pode vir a alçar voos mais amplos com profissionais específicos da área tecnológica, a partir do uso deste conteúdo inicial.

A plataforma poderá ser alimentada pelo poder público municipal com informações dos equipamentos culturais, programações oficiais, editais, notificações, e pelo setor cultural em geral, a partir de prévio cadastramento como agente cultural, coletivos, grupos e instituições, divulgando suas programações, ações e balcão de negócios, em uma contínua troca.

A alimentação contínua da plataforma qualificará a gestão pública (municipal e estadual), ao promover mais eficiência no acesso aos dados da cultura local. A tecnologia da informação e a comunicação cultural, cada vez mais se apresentam como fundamental para o desenvolvimento da economia da cultura gonçalense, favorecendo o artista e a população em geral, onde acompanhar as tantas mudanças no mundo pós-moderno, é uma necessidade, em função das constantes discontinuidades:

“Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. Elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana. O deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espço, devem ser notados com atenção” (GIDDENS, 1991, p.29)

O alvo a ser localizado no Mapa Cultural de São Gonçalo, mais que dados numéricos ou aferição de consumo, trata da identificação de coisas intangíveis, como intangível é a cultura, sem padrões ou medidas pré-estabelecidas, como registrado em capítulo anterior, Jorge Canela, que projetou São Gonçalo a partir das potências do bairro do Salgueiro, para muitos outros lugares do estado fluminense e Brasil.

As dificuldades para traçar esse primeiro mapeamento estão na sua própria concepção embrionária, no rol da experiência que marcam sempre “a primeira vez”. Somente a partir da promoção desta tentativa, identificando o que temos para ser preservado culturalmente entre

os lugares da memória cultural dispersos na cidade de São Gonçalo, em pleno tempo das sociedades pós-modernas, que por definição, são sociedades de mudança constante e rápida, este documento poderá ter aceno de futuro enlaçado com o passado, em “memória justa” (RICOEUR, 2007), com a cidade do santo violeiro.

“Sou um pobre cidadão que trabalha pro sustento, sou alguém na multidão, folha seca ao sabor do vento. Sou um eterno sonhador, que sonha com um mundo novo. Coração transborda de amor, na marmita, feijão com ovo. Carrego na minha bagagem uma velha bíblia surrada. Não sei se muita fé e bagagem, mas a minha, é bem conservada. A minha miséria, tanta... Porém: te peço perdão meu Jesus - Sei que a sua Bíblia é santa, que ensina o caminho da luz, porém, está tão surradinha e eu com a barriga a doer, confesso: que a coitadinha, eu dei vontade de comer! Mas a sua palavra santa, não pode jamais ser comida, mesmo com essa miséria tanta que carrego aí pela vida. Meu Deus, eu sou um cidadão, se eu pequei, te peço clemência. Lá em casa pode até faltar o pão, porém, não falta nunca decência.” (RIBEIRO, 2003)

Poeta, amante dos livros, presença assídua nos encontros literários, Nereis Ribeiro se ocupa de uma biblioteca comunitária no bairro de Monjolos, área rural de São Gonçalo (próximo do Largo da Ideia, onde funcionou outra biblioteca comunitária, uma poética iniciativa, junto com meus familiares, com nome do Vovô, comerciante que deu nome ao espaço - Padaria Cultural Vovô Thodinho). Na terra do santo violeiro, cabem todas as formas de valorização da arte.

3 POLÍTICAS CULTURAIS NOS ANOS 2000

3.1 Governo Lula e a Cultura para todos

Boa parte das duas décadas iniciais do século XXI indica um novo cenário histórico para as políticas culturais brasileiras, com pontual reorganização da institucionalidade das políticas do setor na instância federal, repercutindo para os demais entes federados. O conjunto de mudanças estabelece um marco na gestão pública e no setor cultural, junto a sociedade civil, onde inovadoras ações são implementadas, em um curto espaço de tempo, nos dois Governos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2003 o novo Presidente passa a governar o Brasil, país de visíveis desigualdades, cujo cenário social estava explicitado nas dezenas de milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, submetidos a um cenário de profunda insegurança e violência.

“É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido de construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social.” (Ministério da Cultura. Brasília, 2006)

No início do Governo Lula, o quadro geral do MinC somado a uma visível desvalorização da diversidade cultural brasileira, desde sua criação em 1985, gerou resultados insatisfatórios entre várias entidades e lideranças do setor cultural, além de artistas e produtores. Tal cenário foi um dos fatores para a formulação de um documento especial, formulado pela Coligação Lula Presidente, com um conjunto de propostas para o Ministério da Cultura.

Assim que Lula toma posse, em janeiro de 2003, é iniciado no Ministério da Cultura o trabalho de implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Para que esse novo modelo de gestão fosse adotado, de imediato, a referência pontual foi o programa de governo para cultura apresentado no documento “*A imaginação a serviço do Brasil*”, do então candidato à Presidência da República pela Coligação Lula Presidente (PT/PCdoB/PL/PMN/PCB).

“Em 2002, a candidatura de Lula, alimentada por essa história, apresentou ao país seu quarto programa de governo para a Cultura: A Imaginação a Serviço do Brasil. Talvez se possa dizer que os eixos conceituais principais valorizavam a ideia da cidadania cultural, da diversidade e da inclusão das políticas de cultura num novo projeto nacional. Assim, como se depreende do documento, as dimensões social, democrática e nacional da cultura deveriam servir como pano de fundo para a afirmação do seu caráter transversal e para a implantação de um sistema nacional de cultura no país. Neste sentido, havia propostas concretas, sendo as mais divulgadas a criação de um Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), realização de Conferências Nacionais de Cultura, revisão da política de fomento público à cultura, fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura e, principalmente, a criação do Sistema Nacional de Cultura.” (PIVA, 2013, p.286)

Desde o começo de 2003 o Ministro Gilberto Gil, que usa seus discursos como instrumentos de anúncio, é o primeiro-ministro da Cultura de uma gama de novos atores na esfera federal. O programa de governo do PT, em 2002, com boa parte apreendido como linha adotada no MinC, apresentou uma compreensão da cultura como um direito de todas e todos, como um campo de luta contínua pelas liberdades individuais (contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a intolerância religiosa) e contra qualquer retorno de conservadorismo no Brasil, ainda sob as sombras dos resquícios do período da ditadura civil militar que atingiu o país.

“Ficou evidente que a tarefa seria gigantesca. Seria preciso instalar um ministério, que naquele momento, não passava de um pequeno balcão de negociação da renúncia fiscal, buscar um orçamento público gerido pelo próprio governo, e não pelos gerentes de marketing das grandes empresas, criar uma política nacional para as artes, incorporar, no escopo de atuação do MinC, centenas de iniciativas da própria sociedade brasileira, localizar e potencializar os pontos de contato das políticas de cultura com educação e comunicação e fazer transbordar essa importância da cultura para outros níveis de governo. Seria necessário dar efetividade e abrangência ao ministério e superar a tradição do Estado brasileiro de tratar a cultura a partir de sua própria ausência, com irregularidade e sob o domínio do autoritarismo.” (RUBIM, 2007, p.28)

Entre 2003 e 2010 a defesa do livre pensamento e da diversidade brasileira orientava as políticas públicas no âmbito da cultura, e ainda, o fortalecimento de mecanismos para inserção da cultura brasileira, em sintonia com a presença ativa e soberana do Brasil no contexto das relações internacionais.

Uma ação pensada considerando o tamanho do Partido dos Trabalhadores e suas pretensões internacionais como o partido da esquerda de maior referência na América do Sul. A partir dos anos 1950/1960 o processo de independência de vários países africanos e as revoluções socialistas na China e em Cuba, citando alguns países que atravessam transformações de costumes no Ocidente e no Oriente que colocaram a questão cultural na ordem do dia, foram assimilados pelo Partido dos Trabalhadores que absorveu em suas discussões

internas parte do cenário internacional. As relações das afirmações identitárias de povos e/ou grupos sociais minoritários, que passaram a reclamar novos direitos como o direito a diferença étnica e cultural, eram temas muito caros para o PT.

Citando alguns momentos dramáticos do cenário da cultura nacional, no tocante a sua faceta institucional na conjugação de ausência e autoritarismo que produziu o quadro frágil do setor, nos reflexos das tristes tradições inscritas nas políticas culturais nacionais, como citado pelo ex-Secretário de Estado de Cultura da Bahia Albino Rubim, onde muitas das instituições culturais criadas no Brasil, como o próprio Ministério da Cultura, têm forte instabilidade institucional derivada de um complexo conjunto de fatores, como a fragilidade; a ausência de políticas mais persistentes; a descontinuidades administrativas; o desleixo; as agressões de situações autoritárias.

Como exemplo temos o governo Vargas, que criou várias instituições culturais na estrutura do governo federal, mas desprezou experiências políticas e culturais relevantes como a vivida por Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938); o período da ditadura militar, que fechou em 1964 o ISEB, os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes e o Movimento de Cultura Popular, onde aparece Paulo Freire e ações do ex-presidente Collor de Mello que como um trator, no seu afa neoliberal, desmontou, como um bárbaro, quase todas as instituições culturais do país.

Em 2003 o MinC era um Ministério enfraquecido, com baixo orçamento e frágeis características de políticas públicas para o setor que apresentava fragilidade desde sua criação, em 1985, ano em que finalmente o Ministério da Cultura foi separado do MEC, mas onde a maioria das verbas foi para a Educação, o que comprometeu o futuro da área cultural.

Na década inicial de construção do Ministério da Cultura, até o governo FHC, foram 10 ministros, com cinco titulares no governo Sarney, dois no período Collor e três durante o mandato de Itamar Franco, em uma média de um ministro a cada ano, em um processo de instalação institucional do organismo nacional de cultura, como explicita Calabre: *“O estabelecimento do novo Ministério veio acompanhado de uma série de problemas tais como: perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, entre outros.”* (CALABRE, 2009, p.52)

Quando Luiz Inácio Lula da Silva assume Presidência da República, e ao longo de seu Governo, as ações do Ministério da Cultura abraçam de modo potencial os compromissos de campanha do candidato do Partido dos Trabalhadores. A ampliação do orçamento do MinC, compatível com as novas tarefas constitucionais, acompanha a redefinição dos instrumentos e das políticas, onde substancial aumento (número expressivo de crescimento de R\$ 276,4

milhões, em 2002, para R\$ 3,27 bilhões, em 2014) retrata o novo direcionamento político da pasta.

Focado em uma ampla política de fomento, apoio à produção cultural e valorização da diversidade cultural brasileira, o MinC altera a prática predominante, desde sua criação em 1985, para além das renúncias fiscais dirigidas para a produção de projetos, na conhecida “política de balcão”, centradas no eixo Rio-São Paulo (Lei Sarney e depois pela Lei Rouanet, onde o mecanismo do incentivo fiscal às empresas era a principal fonte de financiamento da cultura nacional), assumindo papel ativo no cenário cultural.

O MinC procurou aumentar por outros meios a fonte de recursos, negociando com o Congresso o aumento de recursos para a Pasta e buscando o alinhamento das empresas beneficiárias de incentivo fiscal às políticas do Ministério. Assim, negociou com as empresas estatais como a Petrobras, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a instalação de representações permanentes do Ministério em suas estruturas.

O apoio do Congresso no reforço ao orçamento do MinC é também uma ação orquestrada pelo Partido dos Trabalhadores e a base aliada ao Governo, para que as emendas de parlamentares pudessem ser aplicadas na área cultural. O Ministério procurou “qualificar” as emendas ao orçamento, de forma a conjugar o interesse dos congressistas em aplicar os recursos em suas bases eleitorais, com as diretrizes traçadas no Plano Nacional de Cultura e prioridades tiradas nas Conferências locais.

Com o reforço do orçamento, o MinC paulatinamente ampliou sua atuação, atraindo os grupos socioculturais para o debate, estimulando o engajamento no processo participativo. Editais públicos federais incorporaram subsídios e propostas tiradas das conferências e seminários e se converteram em instrumentos de mobilização dos grupos socioculturais interessados.

As ações do MinC revelam a aplicabilidade de políticas culturais com capacidade de impactar a autoestima do povo brasileiro afirmativamente, em especial, com a valorização das múltiplas identidades do país.

É identificável o conjunto de propostas norteadoras para a Cultura, que foram, uma a uma, adotadas pelo Ministério da Cultura, com foco na promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, que representavam um novo paradigma de gestão pública da cultura para o Brasil.

Apesar da grandeza e da diversidade cultural do país, o MinC, até o ano de 2003, era um ministério de pouca relevância como fomentador de políticas públicas, sendo necessário

criar planos, programas e metas para democratizar, federalizar e redistribuir as ações nas cinco regiões do país. Sob a tutela do Ministro Gilberto Gil, o Ministério adota uma inovadora ação de reconhecimento da cultura como parte relevante da economia brasileira, um dos eixos norteadores do poder público, na esfera federal.

Cultura, política e desenvolvimento incorporados em um conceito amplo, com iniciativas inovadoras para articulação do progresso econômico, humano, social e cultural, de modo dinâmico e integral. A construção de uma visão pela igualdade, pela melhoria de vida e o respeito às identidades e subjetividades, como propunha o documento de campanha do candidato do Partido dos Trabalhadores em 2002, é material substancial de referência para as discussões futuras no Ministério da Cultura.

“O caráter transversal da cultura como forma de ampliar a compreensão da sociedade brasileira sobre o papel da cultura e da arte tanto na construção de uma sociedade mais democrática quanto como um dispositivo para o desenvolvimento econômico e social do país, foi um compromisso que assumimos no programa de governo do PT, na campanha de 2002, com objetivo de intensificar o diálogo da cultura com outros campos, como a educação, a ciência e tecnologia, a comunicação, o esporte, a saúde, a economia e o turismo.” (MEIRA, 2004, p.164)

Em 2003 Gil e equipe enfatizam o conceito de que a Cultura para além de ser um dos principais componentes geradores de uma modificação na sociedade, dos seus valores e sensibilidade, mas também pelo seu papel estimulador da criatividade dos comportamentos que impulsionam na direção do futuro, produzindo um novo movimento das economias que mais crescem no mundo, gerando emprego, renda e soberania.

“Para a esquerda, a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade.” (CHAUÍ, 2006, p.23)

É identificável o conjunto de propostas norteadoras para a Cultura, que foram, uma a uma, adotadas pelo Ministério da Cultura, com foco na promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, que representavam um novo paradigma de gestão pública da cultura para o Brasil, com capacidade de impactar a autoestima do povo afirmativamente, em sintonia com as propostas de campanha do então candidato Lula.

A equipe do Ministério da Cultura se serviu de uma linha condutora, a ponto de realizar, em 2005, apenas dois anos após a posse de Lula, a 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC) que envolveu os três entes federativos e os variados movimentos sociais.

“O acúmulo das bases petistas na cultura possibilitou que, com Lula presidente e Gilberto Gil ministro da Cultura, se estabelecesse uma ruptura com o modelo elitista de política federal de cultura que vigia nas duas décadas anteriores (governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC), e fossem fundados os alicerces para a construção de uma política de Estado para a Cultura. O programa de governo da campanha de Lula em 2002 para a área cultural é apresentado no documento “A Imaginação a Serviço do Brasil” (PALOCCI, 2002), um conjunto de propostas concretas e exequíveis, onde uma parte significativa dos compromissos ali assumidos tivesse suas ações iniciadas em 2003, no primeiro ano do governo Lula.” (ANICETO, 2009, p.21)

Entre 2003 e 2010 as políticas culturais foram idealizadas e planejadas com base em três dimensões: simbólica, social e econômica, já anteriormente discutidas no programa de governo de Lula Presidente, em 2002.

Na dimensão simbólica, a identificação equânime que todos são parte de uma mesma nação; social, pelo direito à cultura, assim como saúde, educação, alimentação e moradia; econômica, pela ênfase que a movimentação de uma economia criativa alimenta o desenvolvimento, cotidianamente, movimentando recursos, garantindo trabalho e gerando renda para milhões de brasileiros. Nos três pilares norteadores do Ministério, a ênfase de uma política cultural para todos os brasileiros.

A ampla escuta que marca os Seminários “Cultura Para Todos” sintetiza o modo conceitual da nova linha do MinC, a partir das propostas de campanha da Coligação Lula Presidente (partidos PT/PCdoB/PL/PMN/PCB), com a promoção e o desenvolvimento de ações básicas e estruturantes, sociais e individuais, que objetivam atender os grupos de excluídos ou socialmente desfavorecidos.

No MinC novas práticas para a garantia do acesso à cultura, envolvendo de modo amplo, inclusivo e democrático com singulares estímulos para a participação social, mirando a promoção da inclusão social no combate à pobreza e qualquer discriminação, na vivência do conceito “Cultura é direito”.

O Seminário “Cultura para Todos” fez parte de um percurso de construção coletiva do projeto democrático inaugurado pelo Ministro da Cultura. Esse foi o primeiro passo de uma série de ações voltadas ao envolvimento dos cidadãos na avaliação e no direcionamento dos rumos das políticas culturais, a partir de 2003.

Foi possível reunir uma base para planejamentos futuros, mais pontualmente discutidos e avaliados na 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005, onde seria

estabelecida a necessidade de um Plano Nacional de Cultura, em uma clara ação mobilizadora em torno da democratização do acesso aos bens de cultura, a valorização da diversidade étnica e regional e a qualificação técnica para gestão cultural, como destacado na Constituição Brasileira:

“I - Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional.” (Constituição da República Federativa do Brasil, 2005)

Toda essa ação resulta das propostas do programa de governo de Lula para a Cultura, com a implementação de uma série de políticas públicas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de serviços culturais e com amplo acesso aos meios de criação, produção, circulação, difusão, fruição, formação, memória, pesquisa, informação e comunicação. Os direitos sociais básicos, tão importantes e complementares às três primeiras gerações de direitos (individuais, políticos e sociais), passam a figurar em um grau de alta relevância.

A partir do governo Lula, uma contínua promoção da cidadania cultural, da liberdade de expressão, autonomia, diversidade e memória, contribuindo com uma agenda de potencialização dos processos culturais e artísticos como vetor de desenvolvimento.

A realização das Conferências Nacionais, organizadas pelo MinC, com a participação de diversos atores da sociedade civil até então excluídos do processo de participação direta na construção de propostas para as políticas públicas, traçam tarefas para a formulação do Plano Nacional de Cultura.

O potencial de mobilização das conferências é evidenciado pelos resultados do debate público, pela visibilidade do setor e participação direta dos atores interessados que proporcionam novas perspectivas de articulações e arranjos de aprofundamento da democracia envolvendo as três instâncias do poder executivo – prefeituras, governos estaduais e governo federal.

“Entre 2003 e 2010 foram realizadas 73 Conferências Nacionais, mobilizando, de acordo com dados da SG-PR, cerca de 5,0 milhões de pessoas, quando considerados os desdobramentos das conferências estaduais e municipais. Do total de conferências nacionais realizadas no período em referência, 28 conferências foram realizadas pela primeira vez no governo do Presidente Lula. Os novos temas tratados pelas conferências têm um significado muito importante para a luta de inúmeros segmentos e organizações da sociedade civil, na medida em que significa a inserção do tema na agenda de políticas públicas do Governo Federal, mesmo que nunca alcance o conjunto das questões tratadas na agenda prioritária. Nos variados temas em debate nas conferências, como cidades; pesca; cultura; desenvolvimento rural;

comunicação; economia solidária; gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais; igualdade racial; juventude; políticas para mulheres; saúde ambiental; educação e saúde indígena; segurança pública; pessoa idosa; pessoa com deficiência e povos indígenas foi, pela primeira vez, debatido em conferências nacionais. Dessas emanam deliberações da sociedade para a produção de políticas públicas, que são acolhidas pelos conselhos nacionais, os quais são responsáveis pelo encaminhamento para dentro da burocracia pública federal, visando sua posterior concretização em políticas, programas ou outros tipos de ações governamentais.” (SILVA, 2009, p.183)

Em um espaço de tempo inferior a 10 anos, o Ministério da Cultura promove uma real participação dos sujeitos sociais através da realização das três Conferências Nacionais, com garantia de voz ativa da sociedade civil, em um inédito espaço de expressão das comunidades periféricas, urbanas, rurais e tradicionais das cinco regiões do Brasil.

Com a realização das Conferências onde é aberta uma ampla discussão para elaboração e instituição do Plano Nacional da Cultura, e na sequência, a ampliação da discussão para implantação do Sistema Nacional de Cultura, a Cultura ocupa a agenda das políticas públicas, onde, prioritariamente, não figurava importância e/ou se localizava fora do arco de interesse dos governos. Pela primeira vez na história do Brasil uma autêntica linha norteadora de política de Estado para a cultura.

“A efetividade de tais políticas só alcançará ser empreendida e avalizada por um sistema de gestão articulado para a otimização dos investimentos -, e com participação qualificada pelo grau de informação agregado aos processos decisórios e pela qualificação do funcionamento do Estado e dos próprios agentes sociais, que passam, enquanto representantes, a integrar o conceito de Poder Público que a Conferência consagra e que nós abraçamos. Tal sistema está batizado como o Sistema Nacional de Cultura.” (Ministério da Cultura, 2006)

Com a Emenda Constitucional nº 71, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) passa a fazer parte da Constituição Federal (artigo 216-A), estabelecendo a implantação de uma política de Estado estruturante, com uma engrenagem que projetava a viabilização da distribuição de recursos federais para projetos culturais nos mais de 05 mil municípios brasileiros.

O SNC prevê que todas as esferas da Federação devem criar órgãos gestores da cultura (secretarias de cultura exclusivas); conselhos de política cultural; conferências de cultura; comissões Intergestoras; planos de cultura; sistemas de financiamento à cultura; sistemas de informações e indicadores culturais; programas de formação na área da cultura e sistemas setoriais de cultura.

Resultado direto dos oito anos do governo Lula, entre 2003 e 2010, todos os Estados da Federação e quase 50% dos municípios passam a integrar o SNC, onde São Gonçalo, no

estado do Rio de Janeiro, integra esse percentual. Pela primeira vez na história do Brasil uma autêntica política de Estado para a cultura.

É identificável a linha adotada pelo Ministério da Cultura, com as novas orientações de governo para a área cultural, de acordo com as propostas do documento *A imaginação a serviço do Brasil* (Fundação Perseu Abramo), elaborado por especialistas do Partido dos Trabalhadores e apoiadores, contendo um conjunto de temas com o projeto de Políticas Públicas de Cultura para o Brasil, na então terceira campanha de Lula (PT), para Presidente do Brasil.

“O PT e Lula, para chegarem à Presidência da República, acumularam forças ao lado de diversos setores da sociedade brasileira que lutaram pela democracia. Foi assim também com os militantes da cultura, que, em grande parte, engrossaram o sonho de ver um metalúrgico na Presidência e, com isso, romper com a lógica elitista e privatista que, desde sempre, dominava as políticas culturais no país. Com isso, a própria vitória de Lula, pelo que representava o que foi sua história pessoal até ali, teve uma dimensão cultural que já servia como plataforma de lançamento para o Ministério que se instalava. Como se isso já não bastasse, Gilberto Gil, com sua trajetória, força e carisma, assume o Ministério da Cultura.” (PIVA, 2013, p.288)

Na égide do documento, *A Cultura como Política de Estado*, com uma série de planejamentos das Políticas Públicas de Cultura como direito básico e permanente do cidadão; a instituição de políticas públicas de Cultura de longo prazo, para além das contingências dos governos; políticas de cultura voltadas para as novas gerações frente a um novo projeto nacional encabeçado por Lula, em uma atenta afirmação das identidades regionais e étnico-culturais do País.

Na cartilha *A imaginação a serviço do Brasil*, adoções crescentes de medidas para favorecer a inclusão social, a descentralização político-administrativa do Ministério da Cultura com a regionalização das Políticas Públicas de Cultura através de novos mecanismos de participação popular, mirando na implantação de um Sistema Nacional de Política Cultural, a exemplo do SUS (Sistema Único de Saúde).

"A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental no resgate da identidade do país. É preciso abrir espaço para a expressão de nossas peculiaridades culturais (inclusive de corte regional), sem que isso se confunda com um nacionalismo estreito, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha de nossa melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares de nossa identidade em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo mundo. É essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania a produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de ideias e de formas de expressão artística, com uma ampla participação social na discussão das políticas culturais do país." (PALOCCI, 2002)

A marca do MinC, traçando um planejamento das políticas públicas de cultura entendidas como direito básico do cidadão e sua relação com as políticas sociais, evidencia as dimensões do programa proposto no documento *A imaginação a serviço do Brasil*. Através da adoção de uma inovadora linha de políticas culturais, a meta do programa de governo do PT para a Cultura³⁷ mirava atenuar a realidade da sociedade brasileira dilacerada por uma brutal concentração de renda, pela exclusão social e por uma *cultura da violência* generalizada como método de resolução das gravíssimas contradições que a história do país apresentava.

A cartilha *A imaginação a serviço do Brasil* se contrapõe ao que estava posto no Ministério da Cultura, desde sua criação em 1985, com uma marcante ausência de um projeto estratégico para o setor, de modo mais abrangente. Eleito Presidente do Brasil, em 2002, Lula assume no seu Governo uma via onde a Cultura é reconhecida como possibilidade de desenvolvimento e impõe uma ampla reforma do aparato nacional para o setor.

São destaques na base das diretrizes do Plano Nacional de Cultura, que seria formulada ainda no primeiro mandato do Presidente Lula, os mais diversos assuntos das políticas culturais e de sua relação com outras áreas (educação, meio ambiente, esportes, segurança pública, ciência e tecnologia), consolidando no âmbito do poder executivo, o que foi pensado e discutido anteriormente no período de campanha eleitoral.

Ao contrário dos recentes três governos anteriores, que descentralizaram e repassaram a responsabilidade da política cultural para o mercado, com o governo Lula é priorizado um processo de coordenação nacional para o setor cultural. Um conjunto de instrumentos é criado para normatizar, financiar, monitorar e avaliar a política pública, onde parte destes instrumentos passa a contar com a participação social.

Não foram poucos os esforços do Ministério da Cultura, entre 2003 e 2010, para envolver os demais entes federados no novo Sistema Nacional de Cultura, movimentando os mecanismos de gestão, inovadores, para a consolidação de um sistema com capacidade de romper com o modelo anterior, de feições pouco públicas. São identificáveis os esforços governamentais de Estados, Municípios e da sociedade civil na institucionalização das políticas culturais para além do ciclo político-partidário.

³⁷ “A construção de um Brasil democrático, que aponte para a inclusão social, para o resgate dos valores da integridade e da solidariedade - tão caros ao nosso povo -, e para a abolição da desconfiança e do medo como motores das relações sociais e inseparável do necessário investimento em Políticas Públicas de Cultura que garantam a inclusão cultural. Em suma, o combate efetivo à exclusão social no Brasil passa inevitavelmente pela abertura democrática dos espaços públicos aos nossos criadores populares e pela inclusão da Cultura na cesta básica dos brasileiros.” (PALOCCI, 2002)

“Ao oferecer visibilidade e estimular a participação social de um sem-número de experiências que passam a ser protagonistas da sua memória e da sua visão própria do presente e do futuro, reconhece que a cultura é, sobretudo, o encontro de muitas éticas e estéticas. Assim, afirma que a centralidade que a cultura requer só se torna possível quando o centro é promovido por muitos e não sempre por eles mesmos.” (PORTO, 2004, p.14)

Outro destaque é a retomada do Conselho Nacional de Política Cultural onde a materialização da diversidade brasileira é expressa em sua composição. Além do campo da formulação passar por instâncias participativas que atravessam um processo de consolidação, como os Conselhos de Cultura (Nacional, Estaduais e Municipais) e as Conferências (Nacionais, Estaduais e Municipais) que se aprofundam com os dois mandatos do Governo Lula, a União retoma papel de coordenador, assumindo em grande medida a formulação nacional da política cultural, onde Estados e Municípios utilizam sua autonomia na execução dos serviços.

“Pela obra realizada entre 2003 e 2006 o Governo Lula mostrou seu compromisso com um projeto nacional de desenvolvimento, que ponha fim à exclusão e à pobreza, amplie a democracia com reformas institucionais e a universalização da cidadania e garanta ao Brasil um sólido e contínuo desenvolvimento, um lugar soberano e solidário no mundo.” (Lula Presidente – Plano de Governo 2007/2010)

O conjunto de medidas que buscavam integrar os históricos grupos marginalizados na sociedade brasileira, na garantia de uma participação igualitária de todos, independente da classe social, da educação, da condição física, do gênero, da etnia, da orientação sexual, dentre outros aspectos, foi meta de combate ao longo dos dois governos Lula, entre 2003 e 2010, que manteve pontual ação em prol da promoção da inclusão social, com programas ou projetos no âmbito da Cultura, em atenção à efetivação desta promoção.

Na prática, o Ministério da Cultura aplicava campanhas comprometidas com este fim, desde a escolha de representantes políticos na gestão da pasta, com histórico de luta e militância contra a desigualdade, com firme cobrança de fiscalização das políticas públicas e contribuindo fundamentalmente para o acesso à Cultura.

A criação de políticas públicas, como o Programa Cultura Viva³⁸, com a valorização de pontos de cultura espalhados pelo país, que já era uma negativa da prática concentradora

³⁸ A implementação do programa Cultura Viva, um conjunto inovador de políticas nos diversos territórios, chegou a investir mais de R\$ 100 milhões por ano. No Brasil existem movimentos sociais e culturais expressivos, com espaços alternativos e dinamismos que em nada se assemelham aos das grandes indústrias culturais. Esses movimentos e/ou grupos foram reconhecidos em sua atuação cultural através do programa Cultura Viva, como PONTOS DE CULTURA. Essa dinâmica cultural passou a ser reconhecida nas políticas culturais brasileiras de forma significativa, em especial, através do Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva. O Ipea realizou a primeira pesquisa sobre o programa Cultura Viva, com 526 pontos de cultura conveniados em todas as regiões do país (em 2010 esse número já ultrapassava as 2.500 unidades). Hoje estão

anterior a 2003, com manifestações de cultura popular tão diversas que ganharam visibilidade e políticas específicas, representou o afloramento, no âmbito do Estado brasileiro, da dimensão simbólica da cultura.

As Conferências Nacionais de Cultura, a elaboração do Plano Nacional de Cultura e a proposta de criação, institucionalização e consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) são marcas desse projeto, onde os repasses de recursos de fundo a fundo para estados e municípios, estimulava prefeituras e governos estaduais a organizarem seus respectivos sistemas de cultura, com o compromisso do MinC de tratar da desburocratização dos mecanismos de fomento para o setor.

O fortalecimento da FUNARTE construindo uma política nacional para as artes, includente e abrangente, articulada com estados e municípios, também foi alvo de investimento do MinC, sob a ótica do programa de governo da campanha de 2002, renovada também na campanha de 2006, destacando a necessidade de consolidação de uma política nacional em diálogo com os mais variados setores da cultura brasileira.

Todos os setores do MinC receberam atenção de forma ativa (IPHAN, IBRAM, Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa) e investimentos proporcionais à sua imensa importância para memória, pesquisa e acervo da cultura brasileira. Nos dois programas de governo do então Lula Presidente, o compromisso com a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, foi um estímulo extra para a adoção do ciclo de políticas centradas nos direitos culturais dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras minorias.

“A dinâmica do primeiro governo (2003-2006) evidenciou que Gil e equipe organizaram o Ministério sob a bandeira do papel ativo do Estado como indutor de um protagonismo efetivo dos fazedores de cultura esparramados por todo o país, com as mais diversas formas de expressão. A sociedade brasileira respondeu ao chamamento do governo federal revelando o vigor de sua produção cultural para além do que a indústria instalada já mostrava. O MinC, em todo o período Lula, era um caldeirão de propostas e ideias em ebulição. Sendo assim, de maneira dialética e dinâmica, não exatamente planejada, nem totalmente pacífica, o ministério foi conformando quatro polos de atuação que disputavam o sentido do projeto. Houve

presentes em todos os estados do país e, em sua maioria, através dos convênios entre o governo federal, os governos estaduais, ou iniciativas de prefeituras. Acordado ao aparato redistributivo como marca do período Lula, o programa reivindica a ampliação do número de destinatários dos fundos públicos para a produção da cultura. Esta síntese reuni as características da autonomia da gestão à dureza do trajeto burocrático do campo político, sem os rompimentos com as estruturas majoritárias do financiamento à cultura, com base nas leis de renúncia fiscal. Emprista a correspondência do carisma ao grupo ministerial, em especial ao seu criador, Célio Turino, e constrói as posses de atributos dos demandantes nas escolhas do próprio Ministério, como a intensa promoção de mudanças institucionais para executar o programa que impacta a produção cultural popular, funcionara como um amplo repositório de editais dedicados a políticas de fomento e premiação a segmentos culturais com baixa capacidade de disputa nas leis de incentivo, por suas características identitárias de organização e acesso às políticas públicas de cultura, e ao Estado de maneira geral.” (DOMINGUES, 2008, p.43)

um grupo de gestores mais dedicados à institucionalização da cultura. Esses se empenharam pela constituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e diferentes instrumentos de participação social (conselho, conferência, câmaras e colegiados setoriais), pela recuperação da FUNARTE e do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – e pela criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que ocorreria apenas no segundo mandato, e do Instituto Nacional do Livro e Leitura, ainda em projeto. Esse grupo estabeleceu muito rapidamente o diálogo com setores já organizados da sociedade: partidos políticos, associação de produtores e criadores, entidades de classe, gente ligada à universidade e gestores estaduais e municipais de cultura.” (PIVA, 2013 p.291)

O estabelecimento de um sistema permanente de estatísticas culturais, em conjunto com o IBGE, para geração de dados, e com o IPEA, para a análise deles, foi fundamental, de modo a superar a insuficiência e a dispersão de informações que impediam a análise socioeconômica aprofundada dos diversos setores que compõem os elos da produção cultural em seus diversos níveis e registros, além de impedir a comparação do perfil econômico das atividades culturais desenvolvidas no Brasil e em outros países.

A partir dos grandes avanços no primeiro mandato do Governo, o segundo mandato de Lula aponta continuidade, mantendo a trajetória de mudanças para o fortalecimento da cidadania cultural e renovação das políticas públicas culturais.

No Plano de Governo da campanha de 2006 os pontos apresentados para Cultura sinalizam a manutenção das ações iniciadas em 2003.

Como registrado no programa de governo do candidato à reeleição (coligação A Força do Povo PT, PRB e PCdoB) avançando na consolidação do Sistema Nacional de Cultura, integrando políticas de financiamento e estimulando práticas participativas na gestão cultural: criar e implementar mecanismos de financiamento para estabelecer o Ticket Cultural, como forma democrática de acesso da população aos bens e serviços culturais; acelerar o processo de revisão do Fundo Nacional de Cultura e das demais leis de incentivo, preservando o caráter republicano, a transparência e o controle público sobre esses instrumentos de financiamento à produção cultural; articular as ações governamentais em educação, cultura e comunicação, reconhecendo e apoiando a diversidade cultural do país.

Na proposta do candidato Lula, na campanha de 2006, a participação democrática tem lugar especial no programa de governo. Para as eleições de 2006 a coordenação da campanha de Lula publica seu programa para a cultura com o título *Brasil: cultivar a memória e inventar o futuro*, no qual havia a defesa das realizações na primeira gestão e um elenco de propostas que estavam em sintonia com o programa geral.

Uma semana após a vitória, o próprio MinC publica um *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. Mais extenso, mostrava sintonia com o programa eleitoral, com

função de disputar o futuro e legitimar a continuidade da gestão e das políticas em operação. Somados, os dois documentos são o registro de um vértice importante do período Gil/Juca.

“A ampliação do orçamento, democratizadas as esferas de decisão e criados espaços participativos em diálogo permanente com a gestão e por meio de três conferências nacionais de cultura, que envolveram mais de 3.000 municípios, em todos os estados da federação. O Conselho Nacional de Política Cultural foi implementado e fortalecido e estabelecemos as bases de um Sistema Nacional de Cultura. Foi um período fértil para a imaginação e para a cultura brasileira. Mesmo com avanços tão importantes nas políticas culturais, nossos governos não conseguiram incidir no nível necessário na dimensão simbólica do país e a na vida dos seus mais de 200 milhões de habitantes.” (MATTA-MACHADO, 2009)

Problemas foram identificados, como por exemplo, a inabilidade e imprevisibilidade de boa parte dos chamamentos públicos (editais), em função do despreparo da própria sociedade civil para o trato das exigências burocráticas do Estado, frente ao compromisso da pasta de fazer valer uma política cultural sob o prisma da dimensão simbólica da Cultura.

Frente ao volume da inovadora pauta, parte das ações evidenciaram uma inadequação da burocracia da Administração Pública às práticas culturais, uma vez que os procedimentos não foram determinados tendo por base a sua natureza específica, mas sim reproduziram normas e preceitos aplicáveis aos tipos de bens e serviços que o Estado costuma contratar, sem considerar a especificidade da cultura.

Outro tema que persiste, com notada cobrança da base social vinculada à cultura, é a aprovação orçamentária para o setor que garanta, nas três instâncias de governo, um patamar de referência: 1% (um por cento) do orçamento público das prefeituras; 1,5% (um e meio por cento) do orçamento público dos governos estaduais ; 2% (dois por cento) do orçamento público da União, disponibilizados para as políticas públicas culturais, e uma pontual revisão do sistema público de financiamento à cultura no país, no tocante às leis de incentivo fiscal, com uma mais justa distribuição, tanto por áreas artísticas como por região.

Tais temas iam ao encontro das principais marcas do Governo Lula, que passavam pela retomada do crescimento do país, com redução da pobreza e da desigualdade social, onde a Cultura se constituía como um dos ativos no conjunto de instrumentos na promoção da inclusão social.

A cultura, como um dos instrumentos valiosos para promoção da inclusão social, foi identificada, nos programas de Governo do PT em 2002 e 2006, com uma estratégica forma de desenvolvimento no combate à segregação social, à desigualdade e ao preconceito, grandes barreiras na construção de um ambiente igualitário e justo socialmente do Brasil.

O planejamento de reorganização das políticas setoriais, com programas em apoio às demandas específicas, com foco no atendimento as diversas expressões culturais e artísticas do Brasil Continental, integrando agentes das culturas tradicionais, populares e regionais, e ainda, os realizadores da cultura digital, eram desafios a serem superados.

O MinC, estimulador potencial dos debates políticos, identificou que era necessário sedimentar no território das prioridades orçamentárias, uma ação pontual para assegurar de modo mais efetivo a participação dos agentes culturais, dos artistas e trabalhadores de cultura nos mecanismos para acessar os recursos públicos, onde se identificou quanto a necessidade da busca de soluções sistêmicas e não pontuais.

“Nestes dez anos vivemos uma situação nova no país. Pela primeira vez combinamos democracia, crescimento econômico e redução das desigualdades. Nunca havíamos vivido tal experiência, e isso não pode ser minimizado ou esquecido. Esta combinação carrega uma carga de valores que têm acompanhado todas as ações do governo federal. Como se sabe, a questão permanente para a esquerda é a dura tarefa da travessia para uma sociedade que não restrinja a ideia de liberdade de expressão aos limites impostos pelo capital. Liberdade de expressão, nesse sentido, tem relação direta com a própria ideia de direito à comunicação e à cultura, por um lado, e, por outro, à ideia de participação na cena política.” (PIVA, 2013, p.292)

Nos dois mandatos do Presidente Lula, os Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, aos olhos do público e da crítica, foram os principais responsáveis pelos principais avanços conquistados pelo MinC. A considerar a histórica inoperância e omissão do Estado em prol da Cultura Brasileira, durante séculos, os dois programas de campanha de Lula Presidente, em 2002 e em 2006, traçaram uma forte linha que possibilitou as várias mudanças operadas no Ministério da Cultura, a partir de 2003, modificando as relações sociais e as dimensões da vida cultural e individual de boa parcela da população brasileira.

A pluralidade da Cultura brasileira, mesmo em face do próprio Estado, no vício do formalismo burocrático, apresentou um saldo afirmativo diante da dimensão dos direitos culturais que foi fortalecida. Já a dimensão econômica da cultura, em primeiros momentos da associação dos conceitos com o simbólico e o cidadão, foi alargada na prática.

Os temas defendidos nos programas de governo e levados à cabo por Lula, eleito Presidente, garantiram um processo histórico para o cenário da cultura brasileira, com uma nova dinâmica das relações institucionais que marca, sem dúvida, a contribuição do Governo Lula para o avanço e aprimoramento das políticas culturais no Brasil.

3.2 Estruturação do Sistema Nacional de Cultura

Segundo a Secretaria de Articulação Institucional, na então estrutura de 2003 do Ministério da Cultura, as ações para articulação federativa, no âmbito da política cultural, tratam do:

“Exercício da relação com a sociedade, envolvendo instituições públicas executivas, em função de profícua interlocução, tendo o diálogo como elemento primordial de sua prática, para formulação de pactos. É o entendimento de um conjunto de regras de cooperação, que interligadas entre si (junto aos seus componentes integrantes – como municípios, Estados e União), objetivam tornar possível a distribuição coerente e justa, de tarefas, ações e recursos, entre os entes federados. Uma vez articulados, os entes federados podem exercer o compartilhamento das decisões administrativas, aprimorando a prática da transparência, da moralidade e da legalidade, conceitos recentes no Brasil pós-ditadura. Tal exercício tende a estimular a cooperação com variados setores, movimentando os espaços de interlocução público-privada, com a criação de novos mecanismos de gestão entre as instâncias de governo e dos diversos setores da sociedade civil.” (Ministério da Cultura, 2004)

O contexto histórico, social e político que levou o cenário das relações sociais no campo da cultura e, conseqüentemente, à constituição da gestão cultural a partir do Governo Lula, aponta um quadro inédito na institucionalidade brasileira no âmbito das políticas públicas culturais com uma clara redefinição de suas bases estruturais, onde o Ministério da Cultura inicia, em 2003, a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), segundo João Roberto Peixe, ex-secretário de Articulação Institucional do MinC:

“O SNC é um instrumento eficaz para responder aos grandes desafios do campo da cultura: assegurar a continuidade das políticas públicas do Estado para a cultura com um nível elevado de participação social, e viabilizar recursos humanos e financeiros para todo o país visando seu desenvolvimento e da cultura. Assim como a área da Saúde e da Assistência Social, que possuem arranjos muito complexos de atuação, envolvendo as três esferas federativas e a sociedade, a Cultura precisa organizar sistemicamente suas políticas e recursos, por meio de articulação e pactuação das relações intergovernamentais, com instâncias de participação da sociedade, de forma a dar um formato político-administrativo mais estável e resistente às alternâncias de poder.” (PEIXE, 2013, p.16)

A organização da cultura, imprescindível à vida contemporânea, se realiza em uma diversidade de níveis peculiares e complexos, onde a própria noção de *gestão cultural* se estabelece, no paralelo, ao mesmo tempo. A pluralidade dos mecanismos que envolvem a institucionalidade das políticas culturais no poder público, na esfera federal, indica a idade recente dessa prática acerca da organização da cultura. Era imprescindível uma reorganização

em toda a estrutura ministerial, de tempos apontada como uma necessidade, como destaca um dos gestores federais da área da cultura, Aloisio Magalhães, décadas antes:

“Parece paradoxal. Mas, para conseguirmos melhorar nossa situação, é preciso aumentar a complexidade do sistema. Diante da carência que nós temos muito grande, de métodos, de recursos humanos, de recursos financeiros, é preciso crescer e, crescendo, aumentando a complexidade disso, ter, como compensação, uma sólida frente, uma presença muito mais maciça e muito mais constante, na conquista de espaço, nas conquistas de espaços pertinentes e da competência do bem cultural.” (MAGALHÃES, 1981, p.143)

Sem outros itinerários nacionais como referência na área cultural para percorrer, o desenvolvimento da organicidade da cultura, na esfera federal, absorveu estudos e experiências de administrações municipais onde a noção da gestão cultural era uma realidade. Dentro de uma perspectiva de abrangência nacional, o que estava para ser instalado no Brasil era novo, em todos os aspectos.

“A tarefa de organizar a cultura foi realizada historicamente, em outras circunstâncias societárias, por religiosos ou por políticos, pois em grande medida as manifestações da cultura estavam subordinadas a estas esferas sociais. Com a secularização da cultura e sua autonomização como campo social específico, ela passou a solicitar profissionais diferenciados e claramente instalados no seu campo.” (RUBIM, 2007, p.108)

A gestão pública, fundamentalmente uma tarefa política que se conceitua no plano das ideias, com as determinantes de projetar o futuro da sociedade, tem nos ocupantes das funções de gestores públicos, neste caso, no Ministério da Cultura, a começar pelo Ministro Gilberto Gil e cada um integrante de sua equipe, a tarefa de projetar o futuro de curto, médio e longo prazo das políticas culturais do Brasil. Com o SNC, a projeção do MinC, sob a liderança do Ministro Gilberto Gil, foi traçar um novo caminho para as políticas públicas culturais do Brasil, estabelecendo metas e etapas com estímulo de adotar uma nova prática para gestão pública da cultura no âmbito do governo federal.

A meta era que o novo mecanismo envolvesse os demais entes federados, e ainda, a participação social, em um processo com diversos atores que também passam a fazer parte desse novo caminho. A implantação do SNC (na sequência do programa de governo apresentado anos antes, na campanha de Lula Presidente) é o principal canal de relação dialógica com as forças sociais do Brasil. Assumido como uma tarefa imprescindível pelo Ministério da Cultura, o processo de implantação SNC, se apresentava como o balizador da linha das políticas culturais para o país, demarcando uma nova linha a ser adotada pelo governo federal, com repercussão em todo território brasileiro:

“A promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, era o cerne do SNC, representando um novo paradigma de gestão pública cultural para o País. Com o SNC, a instauração e o exercício da concepção de um conjunto de políticas culturais no conceito mais claro e transparente da concepção de política cultural.” (RODRIGUES, 2012, p.132)

Na prática, o SNC seria o método para que o MinC viabilizasse suas ações, tornasse reais seus projetos, tirando-os do papel, do plano das ideias, para se materializarem como ação exequível em todo território nacional. Com sua concepção de compartilhamento entre os entes federados, nas respectivas responsabilidades para execução de programas, o SNC estimula um patamar inédito de gestão integrada, onde sua eficiência se daria, ou não, a partir da constituição da adoção do novo modelo de gestão cultural que o MinC apresentava.

A Constituição, no seu artigo 215, assegura a Cultura como direito inalienável para todos. Se a Constituição Brasileira já estabelece o que deve ser cumprido, no tocante a cultura, os Sistemas de Cultura, justamente, podem ser considerados o caminho, ou instrumento, para que o direito à cultura se efetive, a fim de que seja uma realidade sob guarda e proteção de variados gestores públicos nos estados, municípios, com participação da sociedade civil, onde a União, através do Ministério da Cultura, assume papel norteador, com um padrão integrador e articulador.

“As políticas conformam conjuntos articulados, contínuos e sistemáticos de formulações e ações para orientar o desenvolvimento da cultura e atender as demandas culturais da população. Já a gestão envolve as operações administrativas e práticas necessárias para dar efetividade a tais políticas. Implementar uma política envolve muitos aspectos que ultrapassam sua formulação.” (BOTELHO, 2000, p.74)

Os sistemas de cultura seriam, sob este ponto de vista, o caminho para que aquele desejo - estabelecido na Constituição Brasileira - do direito à cultura, tivesse mecanismos reais de se materializar. Com os sistemas, temos mais chance de aprimorar o que já existe, a partir da Constituição, considerando a institucionalização da cultura, como política de estado.

Bernardo Mata-Machado, pesquisador mineiro, um dos gestores públicos na esfera federal, que atuou na equipe do MinC neste período de implantação da instituição dos Sistemas de Cultura, com sua ação de articulação federativa integrando municípios, estados e a união, sobre a elaboração dos Planos de Cultura afirma que: “É possível ter uma real radiografia do que temos, o que queremos ter, e o que é preciso fazer para ter, para chegar lá, para onde orienta nosso desejo.” (MATA-MACHADO, 2010, p.14)

Os processos de planejamento e gestão na agenda das políticas públicas culturais do Ministério da Cultura, a partir de 2003, que culminam com a implantação do SNC,

apresentaram uma metodologia que atendia a linha da nova política cultural que a pasta adotava. Uma vez instalado, o SNC objetivava organizar as políticas culturais de forma descentralizada, dando continuidade a elas independentemente de mudanças de governantes.

Para o MinC era necessário possibilitar mecanismos de gestão e de investimento na cultura mais transparentes, por meio do controle social dos recursos e das políticas implementadas, promovendo a universalização do acesso a bens e serviços culturais e o fomento à produção. A estrutura e dinâmica do Sistema Nacional de Cultura, baseado nas experiências de outros sistemas nacionais de articulação de políticas públicas, em especial, o modelo já empregado do Sistema Nacional de Saúde, foi um facilitador para sua concepção na estrutura do Ministério da Cultura, que desde o início objetivou explorar o modelo que o SUS aplicava com seu sistema que interligava as três esferas, com uma base nos postos de saúde dos bairros.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) passou a ser um instrumento com força de política de Estado com aprovação da emenda constitucional Nº 71/2012, em 29 de novembro de 2012, sendo incluído no Artigo 216-A da Constituição Federal de 1988.

Considerando o início do processo de instalação do SNC em 2003, nove anos é um tempo curtíssimo na lógica da administração pública.

Segundo o art. 216-A da Constituição Federal, o Sistema Nacional de Cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade. O SNC é organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

As etapas percorridas, avaliando em cada uma delas as possibilidades, foram definindo os caminhos da gestão pública, como já salientado, sem um percurso anterior de modelo. As estratégias entre o imediato e o operacional, em alguns momentos, não favoreceram a manutenção de calendários ou prazos, uma vez que o processo, em si, ficou sujeito a avanços e recuos, alteração de roteiros a cada impedimento ou obstáculo.

“A gestão compartilhada é mais do que democrática; é estratégica. Mesmo bem-intencionados, não somos capazes de sozinhos, atingir a efetividade de nossos objetivos. Por meio da mediação e com a coparticipação dos sujeitos, temos chances mais ampliadas de caminhar em terrenos mais sólidos. A principal lógica da gestão cultural deve ser o pensar articulado e compartilhado, integrador de temáticas e de agentes sociais, continuado e sistêmico.” (RODRIGUES, 2012, p.138)

No indicativo do MinC, os Sistemas de Cultura dever estar articulados com as demais políticas públicas, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, a partir de uma regulamentação específica nos respectivos estados e municípios. As etapas para integração ao SNC são iniciadas pela solicitação de adesão do Estado/Município na plataforma do SNC e sua publicação no Diário Oficial da União.

Após a institucionalização, que se dará por meio da criação da Lei do Sistema pelo ente federado, a implementação do respectivo sistema se faz por meio do efetivo funcionamento do Conselho, do Plano e Fundo de Cultura. Dentre as três condições iniciais para a adesão ao SNC, por parte dos municípios, o compromisso da criação de Conselhos Municipais de Política Cultural era estimulado de modo pontual pelo MinC. A Portaria MinC nº 123/2010, estabelece um marco normativo que trata dos Acordos de Cooperação Federativa que são firmados entre a União, os Estados e os Municípios.³⁹

O SNC, no conjunto que dá forma às suas engrenagens, ganhou uma rápida propulsão, considerando que uma das medidas adotadas pelo MinC foi estabelecer canais regulares de diálogo com o setor artístico, a parcela da sociedade civil diretamente ligada às inovações em curso do setor, a partir de 2003. O envolvimento do setor cultural nas conferências, conselho de cultura, setoriais, fóruns e coletivos, legitimou o próprio processo de instalação do SNC e seus similares nas instâncias estaduais e municipais, os sistemas estaduais de municipais de cultura.

“Entre os anos de 2005 e 2008, desenvolver e articular o Sistema Federal de Cultura, instituído pelo Decreto Federal 5.50/2005, integrando o maior número de Ministérios com o MinC, fortalecendo a implantação do Sistema no governo federal, era tarefa básica do MinC, no paralelo a instalação do SNC. Estabelecer cooperações entre o MinC e os demais Ministérios, como a Casa Civil, Meio Ambiente e Educação, com o desenvolvimento de programas comuns, era uma estratégia para colaborar na articulação federativa para a implantação do Sistema Nacional de Cultura, já com uma primeira de suas ações em curso de organização, a realização da I Conferência Nacional da Cultura.” (Silvana Meireles. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023)

³⁹ Princípios do SNC: I - Diversidade das expressões culturais; II – Universalização do acesso aos bens e serviços culturais; III – Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; IV – Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; V – Integração na execução das políticas, programas, projetos e ações; VI– Transversalidade das políticas culturais; VIII – Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; IX – Transparência e compartilhamento das informações; X – Democratização dos processos decisórios com participação e controle social; XI – Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; XII – Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura, conforme estabelecido no Segundo o art. 216-A. (BRASIL, 2010, p.08)

Compondo o SNC, instrumentos de gestão e peças integrantes que dão forma à sua estrutura: órgão gestor da cultura/Ministério da Cultura; plano nacional de cultura; conselho nacional de política cultural; sistemas de financiamento à cultura; conferência nacional de cultura; plataforma de informações e indicadores culturais; programa de formação na área da cultura; setoriais de cultura e a comissões intergestores.

O Ministério da Cultura (MinC) é responsável pelo planejamento e pela execução das políticas nacionais de cultura e de artes, no SNC, corresponde ao Órgão gestor da cultura na estrutura federal.

“A estrutura da Pasta inclui órgãos de assistência direta e imediata ao ministro, sete secretarias (Secretaria Executiva; Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural; Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais; Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural; Secretaria de Formação, Livro e Leitura; Secretaria do Audiovisual; Secretaria dos Comitês de Cultura), quatro órgãos colegiados - Conselho Nacional de Política Cultural; Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; Comissão do Fundo Nacional da Cultura; Conselho Superior do Cinema e Escritórios Estaduais em todas as unidades da Federação. O MinC tem, ainda, sete entidades vinculadas - Agência Nacional do Cinema; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto Brasileiro de Museus, Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional de Artes.” (Ministério da Cultura, 2006, p.04)

Com o Plano Nacional de Cultura (PNC), instrumento de gestão de médio e longo prazo, orientador do poder público para a linha cultural, o MinC assegura a implantação de políticas culturais que ultrapassam os limites de uma única gestão de governo. O PNC estabelece estratégias e metas, define prazos e recursos necessários à sua implementação.

Os Planos de Cultura expressam as motivações, desejos, intenções políticas, diretrizes, programas, objetivos e projetos para o desenvolvimento da cultura num espaço de 10 anos. Elaborado sob a liderança do poder executivo (municipal, estadual ou federal), as contribuições e participação da sociedade civil são prerrogativas para sua validação, através de consultas, apresentação de propostas, discussões em reuniões abertas, e ainda, encaminhamentos dos Conselhos de Cultura.

O planejamento cultural com continuidade, apresentado nos Planos de Cultura, com metas a serem cumpridas com prazos específicos, possibilitou uma nova lógica onde são estabelecidas diretrizes e estratégias para as políticas culturais, em uma valiosa condição de políticas de estado.

A partir das diretrizes definidas pelas Conferências de Cultura, que devem contar com ampla participação da sociedade, um Plano de Cultura é elaborado pelo órgão gestor com a

colaboração dos Conselhos de Política Cultural, a quem cabe aprovar o Planos (nacional, estaduais e municipais) que deve ainda guardar correspondência entre si, em ação articulada.

Os Planos de Cultura devem ser encaminhados pelo Executivo para aprovação do Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), onde, transformados em leis, adquiram a estabilidade de políticas de Estado.⁴⁰

Tal processo apresentou diferente contexto, onde algumas cidades e estados estabeleceram um tempo de tramitação em conexão com o Ministério da Cultura, em atenção aos calendários formalizados com o Governo Federal de adesão o Sistema Nacional de Cultura, enquanto outras cidades e estados, atravessaram um tempo mais longo desse processo, como é o caso de São Gonçalo e o próprio Estado fluminense. O entendimento das Casas Legislativas – municipais e estaduais, no tocante a importância de aprovação dos planos de cultura, como uma das peças estruturantes dos Sistemas de Cultura, atrelado ao desinteresse do Poder Executivo ou dos próprios parlamentares, era um dos fatores da morosidade de aprovação das leis dos planos de cultura.

A elaboração do PNC, que envolve os entes federados e diferentes setores da cultura, tem sua concepção inicial nos anos 2003 e 2004, considerando o momento de escuta no Seminário Cultura Para Todos, e na sequência, em sistemáticos encontros com fim específico para sua elaboração, intensificadas as discussões nas Conferências Nacionais de Cultura e no Conselho Nacional de Política Cultural.⁴¹

Na esfera nacional, o PNC foi amplamente debatido nas conferências de cultura (nacional, estaduais e municipais), em encontros setoriais e regionais, e com a contribuição e sistematização efetuada por conselhos de políticas culturais, colegiados setoriais e ainda, acompanhado por especialistas e pesquisadores da academia, com várias Universidades que acompanham sua elaboração e sistematização.,

⁴⁰ A deputada Fátima Bezerra é escolhida relatora do projeto de lei do PNC na Câmara dos Deputados em abril de 2009. A parlamentar e sua assessoria passarão a trabalhar em conjunto com o MinC na incorporação das diretrizes debatidas com a sociedade ao texto do substitutivo do projeto, e na finalização deste. Após a votação pelos deputados federais, o projeto foi apreciado no Senado e, uma vez aprovado, seguiu para a sanção presidencial. Em ambas as casas do Congresso Nacional, o projeto foi analisado na Comissão de Educação e Cultura e na de Constituição e Justiça. Com a entrada em vigor da lei que trata do PNC, a elaboração de programas e planos segmentados e regionais pelos órgãos de gestão das políticas de cultura do País. Essa etapa de planejamento terá como objetivo a tradução das diretrizes do Plano em ações e metas adequadas às especificidades das linguagens artísticas, práticas culturais, demandas de grupos populacionais e identitários e situações municipais, estaduais e regionais. (CULTURA, 2010, p.14)

⁴¹ O PNC foi instituído como marco legal, acrescentado ao Art. 215 da CF, pela Emenda Constitucional 48/2005, no dia 10 de agosto de 2005, e instituído em forma de Lei Nº12.343 em 2010. O Artigo 215 ganhou um terceiro parágrafo: § 3º. A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens de cultura; V – valorização da diversidade étnica e regional.

“Durante o período de 2005 a 2011, o Ministério da Cultura passou por grandes mudanças no tocante às políticas culturais. Em 2005, as diretrizes e ações do governo federal na cultura estavam presentes no Plano Plurianual - PPA. Foi na Iª CNC, realizada naquele ano, onde pactuaram-se as bases do principal instrumento de planejamento da cultura, o Plano Nacional de Cultura - PNC, instituído pela Lei 12.343/2010, com diretrizes, ações e metas para os 10 anos seguintes. As discussões sobre as políticas culturais federais com o Conselho Nacional de Política tiveram início em 2007, dois anos após sua criação pelo Decreto Federal 5.520/2005.” (Silvana Meireles. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023)

Previsto para uma duração de dez anos, a começar em 2010, o PNC, não só instituiu uma perspectiva de planejamento na área cultural nacional, como também estabeleceu a indução desta mesma atitude para as esferas estaduais e municipais, dado que implica na existência de planos estaduais e municipais de cultura.

“Influenciando as conferências de cultura e sendo influenciado por elas, o PNC deverá ser atualizado várias vezes ao longo de sua vigência. Os movimentos culturais contarão com essa lei para qualificar suas ações e, sobretudo, como referência para fazer avançar novas conquistas. Os planos de cultura, nos três níveis da federação, formam um dos pilares fundamentais do SNC, junto com o fortalecimento dos órgãos responsáveis pela gestão cultural, dos conselhos e conferências e dos sistemas de financiamento da cultura. Na medida em que pactua linhas de ação condizentes com uma ampla construção federativa da política pública de cultura, o PNC deverá se tornar uma peça articuladora de diferentes políticas, planos, encontros e fóruns que aprofundem os compromissos gerais firmados.” (RUBIM, 2007, p.23)

O SNC impõe a criação de estruturas organizativas, também previstas em patamares estaduais e municipais. Ou seja, é estimulada toda uma organização do Estado brasileiro no campo cultural. Para esta estrutura funcionar de modo adequado, fica evidente a necessidade de que a ação seja equivalente nas três esferas executivas das instâncias públicas.

“Os Planos de Cultura, exercício de participação entre poder público e sociedade civil, estabelecem o caráter democrático que o processo aponta, garantindo de modo singular a construção coletiva das políticas culturais. A cada conjunto de propostas, diretrizes, estratégias e metas cumpridas em Planos de Cultura (nacional, estaduais e municipais) que tem força de lei nas suas implantações a curto, médio e longo prazo, institui-se as políticas de Estado.” (RODRIGUES, 2012, p.139)

Com o PNC, peça estruturante do SNC, um cenário de solidez aponta para uma alteração profunda no quadro desenhado da gestão cultural no Brasil, estabelecendo de modo inovador a aplicabilidade de políticas de longo prazo para cultura.

A partir do momento em que a gestão pública tem uma linha de longo prazo para seguir, para ser cumprida, o cenário de uma tradicional zona de instabilidades que marca a cena das políticas culturais no país, nas cidades e nos estados, em sua grande parte centradas

nas ações de curtíssimo prazo, em função das atividades eventuais (características das festas e eventos), poderá ser gradativamente alterado.

Com o PNC, os princípios de um governo democrático, com transparência e participação cidadã passam a ser observados atentamente. Na nova concepção das políticas culturais adotadas pelo MinC, os processos de tomada de decisão e avaliação de programas e projetos mantém calendário de debates, encontros, fóruns e conferências entre gestores públicos e sociedade civil (trabalhadores de cultura, arte-educadores, artistas, pesquisadores e produtores culturais), atuando em conjunto na construção do Plano de Cultura.

“A compreensão da “cultura em três dimensões” se tornou transversal nas políticas públicas culturais e foi estrutural, inclusive, na elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), documento norteador da política cultural nacional que estabelece objetivos, diretrizes, ações e metas para 10 anos (2010-2020). Instituído pela Lei 12.345/2010, o PNC foi construído a partir das discussões que se realizaram nas conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura, bem como em consultas públicas pela internet, refletindo, portanto, as demandas e prioridades colocadas pela sociedade civil em todo o país, com respaldo do poder público.” (Silvana Meireles. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023)

Na sequência dos trabalhos de elaboração do PNC, sob orientação do MinC com um modelo norteador, a discussão para elaboração de planos municipais e estaduais foi iniciada, onde se considerou o resultado de pesquisas históricas de autores locais, nas cidades e estados, ou pesquisadores da área. Junto com esse material, os planos ainda seriam elaborados a partir dos acúmulos das discussões de encontros nos recentes anos, em que foram determinadas diretrizes norteadoras para todo Brasil, no setor cultural.

Os debates para elaboração dos Planos de Cultura é etapa de extrema importância para elaboração do documento, onde as propostas apresentadas pelos diversos segmentos do setor cultural desde o início até a feitura do Plano. Para o PNC vários segmentos foram agrupados em setoriais, instituições da sociedade civil, movimentos sociais e organizações livres.

As diferentes vertentes das artes e expressões culturais (música; dança; teatro e circo; patrimônio e museologia; literatura e bibliotecas; matrizes africanas/matrizes indígenas/LGBT/ mulheres; culturas populares; artes plásticas e visuais; juventude e culturas urbanas; comunicação; artes digitais e audiovisual), identificados desde as discussões iniciais no Seminário Cultura para Todos, e anos depois, na 1ª Conferência Nacional de Cultura, participaram do processo de elaboração do PNC.

Com uma ampla discussão para a elaboração do PNC, de modo a envolver ao máximo a sociedade brasileira, são realizados Seminários Estaduais do Plano Nacional de Cultura, organizados em todas as capitais do país no ano de 2008. Além de representantes do MinC e

da Câmara dos Deputados, os debates reuniram gestores de instituições culturais públicas, privadas e civis, produtores, artistas e militantes de movimentos culturais. Uma página na internet possibilitou o envio de contribuição remota durante a etapa conclusiva de discussão da proposta do PNC.

“No Plano Nacional de Cultura, no tocante a implementação dos Sistemas de Cultura, é identificável claramente a importância dos Conselhos de Cultura para assegurar a participação e representação da sociedade civil ao longo do inovador processo que começava a ser implantado no Brasil.” (MATA-MACHADO, 2010, p.103)

Sobre participação social, que justifica a presença dos Conselhos, o PNC orienta o desenho e implementação de políticas públicas de cultura que sejam operadas em constante relação entre Estado e sociedade, de forma abrangente, em atenção a complexidade do campo social e suas vinculações com a cultura.

Além de apresentar aos poderes públicos suas necessidades e demandas, os cidadãos, criadores, produtores e empreendedores culturais passam a assumir corresponsabilidades na implementação e na avaliação das diretrizes e metas do Plano, participando de programas, projetos e ações que visem seu cumprimento.⁴²

“Todos estes momentos da dinâmica cultural devem ser analisados e articulados em políticas culturais que compreendam o sistema em sua totalidade desigual e combinada; formulem propostas para cada um desses momentos e para o conjunto da vida cultural. As políticas culturais emergem, nesta perspectiva, como conjunto de formulações e ações que buscam pensar e efetivar a vida cultural como totalidade integrada. Mas a dinâmica cultural não vive sem contradições. Elas derivam da inserção no capitalismo, ou decorrem das tensões imanentes do próprio campo da cultura, inclusive as existentes entre os vários momentos do sistema.” (RUBIM, 2007, p.38)

Um dos fatores determinantes na organização e instalação do SNC é a elaboração do PNC. Ainda que consideradas as práticas partidárias, que estabeleceram um planejamento prévio com a elaboração de um programa de governo, onde a discussão do tema ocupou espaço entre especialistas, acadêmicos e variados atores do setor cultural, é relevante o MinC ter atravessado dois governos consecutivos com uma equipe, a começar pelos titulares da pasta.

O Plano Nacional de Cultura, apesar de todas as considerações críticas que atrai, em razão do seu texto amplo e fragmentado, é o marco legal mais importante para as políticas

⁴² O MinC monitora e avalia as metas do PNC, conforme define o inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 12.343/2010, com aferição periódica do cumprimento do Plano de forma eficaz e de acordo com suas metas. O resultado do monitoramento pode ser observado por meio da plataforma do PNC: <http://pnc.cultura.gov.br/>

culturais no período em análise; é a base para a construção das políticas culturais dos próximos anos e se propõe, em termos mais gerais, a estabelecer uma política de longo prazo, que ultrapasse as políticas de governo, contribuindo para a superação da instabilidade do setor.

Sem passar pela inconstância típica nas gestões governamentais com sucessivas trocas de nomes, de 2003 a 2010, Gilberto Gil permanece na função de Ministro por seis anos, sendo substituído por Juca Ferreira, seu Secretário Executivo, desde o início do Governo Lula. Nos dois governos Lula, dois ministros.

“O MinC manteve fortemente uma ação, de Estado, para viabilizar o planejamento e a execução das políticas culturais discutidas na formulação do PNC, compreendendo etapas fundamentais em um curto espaço de tempo para sua construção democrática de 2003/2005 - Articulação política e participação social; De 2006/2008 - Estudos, pesquisas e debate público; De 2009/2010 - Aprovação do PNC no Congresso Nacional; De 2011/2012 - Construção das metas e início do monitoramento, e de 2013/2014 - Auxílio na construção dos planos setoriais e dos entes federados.” (MOURA, 2014 p.08)

Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira era um dos princípios do próprio PNC, consolidando o SNC. No seu plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas, o ponto de partida para elaboração do PNC foi um abrangente diagnóstico sobre as condições em que ocorrem as manifestações e experiências culturais, propondo orientações para a atuação do Estado, com controle social, na próxima década.

Para o MinC, além do desafio de construção do PNC, era necessário garantir seu cumprimento, pactuado com os diferentes atores e instituições da sociedade, viabilizando o diálogo duradouro entre indivíduos e coletividades criadoras, organizações, movimentos sociais e grupos culturais, empresas e empreendedores que atuam na área cultural, usuários e consumidores e os cidadãos em geral.

A busca por abranger as demandas culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações (econômicas, localizações, origens étnicas, faixas etárias e demais situações de identidade), em respeito a diversidade do país, foi o norte para a elaboração do PNC que reconheceu os desequilíbrios entre regiões e as desigualdades sociais, historicamente realimentadas por discriminações étnicas, raciais e de gênero.

O PNC, legitimado como uma ação do Estado brasileiro, que estimulava o fomento e o pluralismo, promovendo uma equidade no acesso à produção e ao usufruto dos bens e serviços culturais, foi uma fundamental etapa de institucionalização do SNC.

O Plano Nacional de Cultura foi instituído pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, tendo por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do país.⁴³

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão colegiado integrante da estrutura do MinC, compõe o SNC, que atua na preposição e avaliação e fiscalização de políticas públicas de cultura. Foi reestruturado em 2005, instituído pela Constituição Federal, art. 216-A, § 2º, inciso II, Decreto nº 5.520/2005 e Portaria nº 28/2016. Sua finalidade é propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional.

O CNPC, na sua reestruturação, apresentou a seguinte formação: plenário; comitê de integração de políticas culturais; colegiados setoriais; comissões temáticas e grupos de trabalho e conferência nacional de cultura. O CNPC e seu plenário são presididos pelo Ministério da Cultura e, em sua ausência, pelo Secretário-Executivo da pasta.⁴⁴

Instalado no final de 2007, já nos meses iniciais de 2008 uma comissão temática começa os trabalhos de revisão do caderno de diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura que foi debatido em seminários estaduais e permaneceu aberto a sugestões em fórum virtual. Tais ações visaram a assegurar a maior abrangência possível de envolvimento e participação de esferas governamentais e setores sociais identificados por fatores geográficos, artístico-culturais ou identitários.⁴⁵

⁴³ Os objetivos do PNC são o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais. A Lei que criou o PNC prevê metas para a área da cultura a serem atingidas até 2020. As metas do Plano, em número de 53, foram estabelecidas por meio da ampla participação da sociedade e gestores públicos. Vale destacar que o sucesso do PNC só ocorrerá com o envolvimento de todos os entes federados, por meio do Sistema Nacional de Cultura.

⁴⁴ O Conselho de Política Cultural é uma instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo integrante da estrutura político-administrativa do Poder Executivo, constituído por membros do Poder Público e da Sociedade Civil. Criado por lei, tem como principais atribuições: propor e aprovar, a partir das decisões tomadas nas conferências, as diretrizes gerais do Plano de Cultura e acompanhar sua execução; apreciar e aprovar as diretrizes gerais do Sistema de Financiamento à Cultura e acompanhar o funcionamento dos seus instrumentos, em especial o Fundo de Cultura e fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos decorrentes das transferências federativas. O Conselho deve ter na sua composição pelo menos 50% de representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, e ser instituído em todas as instâncias da Federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

⁴⁵ Registros das reuniões, moções, recomendações e demais documentos aprovados no âmbito do CNPC encontram-se disponíveis em: < <http://cnpc.cultura.gov.br/> >

Passo sequente foi a submissão de propostas de aperfeiçoamento ao plenário do órgão. O CNPC se constituiu, no momento de instalação do SNC, em um fundamental espaço de pactuação das políticas públicas de cultura que estavam na pauta nacional. De caráter deliberativo e consultivo, com a metade de representantes da sociedade civil eleitos democraticamente, o organismo foi mais uma etapa para legitimação do SNC. A relação paritária entre sociedade civil e poder público na composição do Conselho, como preconizava a Constituição Federal de 1988.

A eleição de nomes para sua composição foi um divisor de águas quanto a presença da sociedade civil, onde a participação social, de modo inédito, movimentou o setor cultural brasileiro. Com uma notada presença de representantes de diversos segmentos artísticos e instituições culturais, as eleições de nomes para o CNPC estimulou amplos debates, de norte a sul do Brasil, intensificando, mesmo durante o processo de eleição, a representação e participação social na composição do primeiro CNPC após a redemocratização brasileira.

A composição do CNPC aumentou para 58 titulares, com direito a voz e voto, sendo 19 representantes do Poder Público Federal; 04 representantes do Poder Público dos Estados e Distrito Federal; 20 representantes das áreas técnico-artísticas e de Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanismo; Arquivos; Arte Digital; Artes Visuais; Artesanato; Audiovisual; Circo; Culturas Afro-brasileiras; Culturas dos Povos Indígenas; Culturas Populares; Dança; Design; Literatura, Livro e Leitura; Moda; Museus; Música Erudita; Música Popular; Patrimônio Imaterial; Patrimônio Material; Teatro; 08 representantes de entidades acadêmicas, empresariais, fundações e institutos; 03 personalidades com comprovado notório saber na área cultural, escolhidos pelo Ministro da Cultura.

Integram, ainda, o Plenário do CNPC, na condição de conselheiros convidados, sem direito a voto, 01 representante da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Música, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, do Campo da TV Pública, do Ministério Público Federal, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.⁴⁶

A presença da sociedade civil é um dos mais importantes aspectos nesse processo de efetivação das políticas culturais, através dos Conselhos de Cultura, modernizando e ampliando a prática da participação e escuta, garantindo o controle social a partir do acompanhamento e fiscalização das ações, colaborando na efetivação das políticas culturais de modo mais efetivo.

⁴⁶ Para mais informações: < <http://www.cultura.gov.br/cnpc/plenario/> >

Um conjunto de instrumentos de financiamento público da cultura, tanto para as atividades desenvolvidas pelo Estado, como para apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela sociedade, alvo de atenção do MinC, como mais uma peça do SNC. Quatro tipos de instrumentos foram concebidos para formar o Sistema de Financiamento: orçamento público (reembolsável e não reembolsável); fundo (reembolsável e não reembolsável); incentivo fiscal e investimento (reembolsável).

Os recursos dos Orçamentos Públicos destinam-se, principalmente, para custeio da máquina pública (como pagamento de pessoal e manutenção de equipamentos culturais), realização das atividades da programação cultural e implementação da infraestrutura cultural (centros culturais, teatros, museus, bibliotecas etc.).

Os Fundos aplicam recursos, quase sempre de origem orçamentária, diretamente na execução ou no apoio a programas, projetos e ações culturais, realizadas pelo Poder Público e pela Sociedade. No SNC os Fundos se constituem no principal mecanismo de financiamento e funcionam em regime de colaboração e cofinanciamentos entre os entes federados.

Na proposta que estimulava os demais entes federados a aderirem ao SNC, a iniciativa do MinC em assegurar que os recursos do Fundo Nacional de Cultura seriam transferidos para os estados e municípios, em uma inédita ação fundo a fundo, conforme prevê o Projeto de Lei 6.722/2010 que estabelece o Procultura, o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura.⁴⁷

No Incentivo Fiscal que se dá por meio da renúncia fiscal, pela qual os governos desistem de receber parcela dos impostos de contribuintes dispostos a financiar a cultura, no histórico das gestões anteriores da pasta, desde o governo Sarney, a experiência aponta que a renúncia fiscal produziu desigualdades, tanto entre regiões do país, como entre produtores e criadores, agentes culturais.

A causa mais aparente desta realidade de desigualdade residia na decisão final sobre o financiamento, à cargo dos patrocinadores, que se orientam por razões e interesses de mercado. Neste aspecto, a crítica contundente do setor cultural nos governos anteriores, desde a criação da Lei Sarney, era a ausência do Estado justamente nas questões do financiamento,

⁴⁷ Principais dispositivos: Objetivos e finalidades expressos em Lei (de criação); Previsão de receitas orçamentárias vinculadas aos fundos especiais e respectiva dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais; O saldo positivo do fundo é transferido para o exercício seguinte e Normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas. A transferência de recursos do Fundo Nacional da Cultura para os fundos de cultura dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios foi idealizada como um dos principais mecanismos de custeio das ações programáticas que envolvem o SNC. Assim, sua institucionalização é indispensável ao modelo adotado de gestão compartilhada. A transferência, fundo a fundo, apresenta-se como a forma mais célere e efetiva para a concretização do esforço federativo para o alcance das metas do Plano Nacional de Cultura que pressupõem a atuação coordenada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a promoção de melhorias na qualidade das políticas públicas de cultura. (MOURA, 2014, p.06)

onde a iniciativa privada manteve um papel de excessivo destaque no destino da verba pública, a partir da renúncia fiscal.

Neste cenário, os Fundos, além de atuarem com equidade, tendem a focar suas aplicações em projetos estratégicos que possam suprir as carências e fomentar as potencialidades do Brasil da diversidade cultural. Os projetos realizados pela sociedade devem ser escolhidos via seleção pública, aberta pelo Poder Executivo, por meio de edital.

“Os fundos são fontes de receita da gestão pública federal, estadual, distrital e municipal, o orçamento da administração direta, os fundos de cultura, as renúncias de receita e os investimentos privados por meio de parcerias e doações. A criação de Fundos Públicos é regida pela Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar 101/ 2000 (LRF) - normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.” (MOURA, 2014, p.14)

A questão do financiamento à cultura, por meio de políticas públicas, apresentava uma preocupação evidente, ainda em um tempo recente da prática vivenciada entre mercado e a tímida presença do Estado nas recentes gestões anteriores do MinC. Definidos os elementos ideológicos que o próprio SNC introduzia no cenário das políticas culturais no Brasil, o subsistema de financiamento à cultura apresentava princípios e critérios, com algumas promessas de tentativa de democratização do processo decisório das políticas públicas no acesso aos recursos, no aumento e na proteção de recursos e das políticas.

A transferência de recursos do Fundo Nacional da Cultura para os fundos de cultura dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios foi idealizada como um dos principais mecanismos de custeio das ações programáticas que envolvem o SNC. Assim, sua institucionalização é indispensável ao modelo adotado de gestão compartilhada.

A transferência, fundo a fundo, apresenta-se como a forma mais célere e efetiva para a concretização do esforço federativo para o alcance das metas do Plano Nacional de Cultura que pressupõem a atuação coordenada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a promoção de melhorias na qualidade das políticas públicas de cultura.

Trata-se de definir as ações a serem desenvolvidas pelos entes federados e a assistência financeira e técnica a ser prestada pela União, visando ao cumprimento das metas assumidas de acordo com diretrizes fixadas pelo MinC, que entende que o financiamento de política cultural é uma questão prioritária e urgente para a estruturação e qualificação da gestão cultural e, como consequência, contribuir com o desenvolvimento social, econômico e cultural brasileiro.

As ações culturais a serem pactuadas com cada ente federado serão elaboradas pelos órgãos gestores de cultura e submetidas à avaliação dos Conselhos de Políticas Culturais, devendo ser precedidas por um Termo de Compromisso contendo a delimitação das ações a serem financiadas e metas quantitativas adequadas às metas do Plano Nacional de Cultura, entre outros.

A transferência direta de recursos deverá garantir celeridade ao modelo de gestão proposto, sobretudo proporcionando a plena execução das ações culturais pactuadas. A intenção é permitir o estabelecimento de regras de contrapartida adequadas às possibilidades dos municípios, de modo que, para aqueles com menores índices de desenvolvimento, seja dispensado tratamento diferenciado.

Com questões de ordem administrativas a serem respondidas, relacionadas diretamente ao dinamismo das políticas públicas que o MinC passa a adotar, após definição das questões ideológicas, o êxito de viabilização de um sistema de financiamento ainda carecia de mais capacidade de operacionalização e, principalmente, de recursos, pilar de crescimento e desenvolvimento mundial, mas ainda assim, refém de mais investimentos e financiamentos.

“Para sair da simplificação do mundo das ideias gerais é necessário o cotejamento dos ideais com o conjunto de suas consequências ideológicas, com as operações institucionais, as alternativas de políticas e os limites do sistema de financiamento para oferecer suporte a políticas culturais de qualidade, em especial no que se referem ao padrão da discussão democrática. Por sua vez, outros pontos estão envolvidos, um deles é da abrangência social e territorial das instituições setoriais de participação no debate a respeito de prioridades alocativas. Essas são premissas do debate democrático, isto é, aceitar a complexidade dos argumentos e a possibilidade de aperfeiçoá-los como justificativas e partes do processo de legitimação das políticas culturais estabelecidas no SNC.” (BARBOSA, 2011, p.38)

O MinC projetava, através deste instrumento de gestão do SNC, garantias para um maior alcance das modalidades de financiamento, promovendo cobertura da prática artística e cultural de modo mais democrático.

As alternativas para alocação de recursos, acompanhamento e fiscalização, eram desafios para transpor, com melhor distribuição de recursos no território nacional, com gradativo aumento das fontes de tais recursos, uma necessidade presente na maior parte dos municípios brasileiros e estados.

A exemplificação mais concreta dessa nova engrenagem que era estruturada no Brasil, o SNC, foi a realização das Conferências Nacionais de Cultura, a começar pela 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC), em 2005. Se consistiu na primeira ação promovida de forma coordenada entre os três entes federativos e entre estes e as entidades e movimentos sociais,

com as políticas culturais estabelecidas nas esferas municipal, estadual e federal, em atenção aos contextos local, estadual e nacional.

“As políticas culturais de modo integrado, em uma perspectiva de articulação, pela primeira vez, entre os três entes federados de forma sistêmica. Os diferentes níveis da discussão das políticas, em suas peculiaridades, nas respectivas escalas, em um procedimento independente, ainda que articulado, um ao outro.” (Silvana Meireles. Entrevista concedida a Cleisemey Campos da Costa. Fevereiro de 2023)

Quanto maior o nível de integração entre os entes federados, maiores os alcances e os resultados das políticas culturais; ações e práticas das políticas culturais caminhando na lógica do Sistema Nacional de Cultura, sob a coordenação do governo federal; estados, distrito federal e municípios operando em parceria, cada um com suas competências, autônomos, estimulando a engrenagem que ainda conta com o segundo e terceiro setor, os agentes da iniciativa privada e agentes culturais não governamentais.

Após a 1ª Conferência Nacional de Cultura, em dezembro de 2005, o MinC avança na institucionalidade do SNC com a instalação do Conselho Nacional de Política Cultural, com as discussões para formulação e elaboração do Plano Nacional de Cultura e para a aprovação de um mecanismo estratégico, o Fundo Nacional de Cultura, na composição do chamado “CPF da Cultura”: Conselho (e Conferências), Plano e Fundo.

O CPF da cultura seria fundamental na identificação da possibilidade real da nova concepção de gestão cultural que estava sendo instalada na esfera federal, com desdobramento para as demais instâncias, municipal e estadual, da política nacional traçada pelo MinC: Conselhos e Conferências, Planos e Fundos passam a ser condição para a gestão compartilhada, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Uma normativa do MinC, quase condicionante, para que as Prefeituras e os Governos Estaduais pudessem estabelecer tratativas com o Ministério da Cultura, incluindo o repasse de verbas e celebração de convênios.

Para que o Sistema de Cultura operasse de modo efetivamente nacional, a fim de que a consolidação dos sistemas dos respectivos entes federados fosse uma realidade, garantindo assim a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, era indiscutível a instalação das engrenagens estaduais e municipais de cultura.

O SNC só seria possível com a garantia de condições adequadas de planejamento e agrupamento das ações e instalações culturais pelo Brasil afora. A participação da sociedade civil, neste aspecto, foi um fator determinante na definição de prioridades das gestões

públicas, e ainda, o controle social e acompanhamento para que o CPF fosse uma realidade nas cidades e estados.

“Não seria exagero afirmar que no período entre 2004 e 2014 estive presente em praticamente todas as pautas discutidas na área da Cultura, com destaque para os debates na COMCULTURA – UERJ, Casa de Rui, todos os GTs do Fórum dos Pontos de Cultura RJ, todas as Audiências Públicas da Comissão de Cultura da ALERJ e da Câmara dos Vereadores da minha cidade, Niterói, bem como da redação da Lei de Política Estadual de Cultura Viva e a Política Estadual do Audiovisual. Acompanhei de perto, nas Audiências Públicas e mandando várias propostas por escrito para a plataforma, promovidos pela então Secretaria Estadual de Cultura RJ sobre as alterações da Lei do ICMS, e da Lei do nosso Sistema Estadual de Cultura, tendo feito parte da equipe de Dinamizadores que percorreu o interior do nosso Estado, criando as condições técnico-políticas para a consolidação dos CPF. Enfim, me dedico inteiramente ao acompanhamento e participação ativa de praticamente todas as principais discussões no âmbito das políticas culturais no estado fluminense, fora dele, no Brasil e América Latina. Meu lado otimista registra até com algum entusiasmo a adesão frequente da sociedade nesses instrumentos aglutinadores – coletivos e fóruns – e nos instrumentos de controle social – os Conselhos de Políticas Públicas, na área da Cultura, Municipal, estadual ou Federal. Meu lado pessimista registra com certas reservas esse *pseudo empoderamento*, mais voluntarioso do que técnico-científico. É como se a cada dia alguém acordasse, se espreguiçasse e, no banheiro, diante do espelho, conversasse com seu próprio reflexo, exultante com uma ideia fantástica para resolver todas as mazelas da nossa área da Cultura. E ao apresentá-la, num desses instrumentos de aglutinação ou de controle social, está cego e surdo diante de quem se lhe atreve dizer que a tal ideia fantástica já foi tentada N vezes sem qualquer sucesso. Trato disso com a autoridade de quem há, pelo menos, mais de 15 anos frequenta esses ambientes, com três mandatos de Conselheiro Nacional e dois de Conselheiro Estadual de Cultura, somado a mais outros tantos, somadas minhas participações em Conselhos, que quando não são aparelhados politicamente, são ocupados por pessoas sem o menor preparo para a função. É mais ou menos como dizia o Tom Jobim - Morar em *Nova Iorque é bom, mas é uma merda*; morar no Rio é uma *merda, mas é bom*.” (Davy Alexandrisky. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2023)

O SNC, propulsor de políticas transformadoras, inéditas, a começar pela ampla participação que ele estabelece nas suas várias vertentes, encontra nas Conferências de Cultura um espaço especialíssimo para a presença da sociedade civil na discussão das políticas públicas culturais de uma maneira inovadora.

As Conferências, com suas realizações periódicas, envolvendo o Poder Público e a Sociedade Civil, convocadas pelo Poder Executivo (da União, estados, municípios e Distrito Federal), confere momento único para avaliar as políticas culturais, analisar a conjuntura cultural e propor diretrizes para os Plano de Cultura. A primeira conferência nacional, organizada pelo Estado, na área da cultura no Brasil foi realizada em 2005; em 2010, na segunda gestão do presidente Lula, aconteceu a segunda Conferência e a 3ª Conferência Nacional de Cultura, em 2013, na primeira gestão da Presidente Dilma Rousseff.

Para o MinC, a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura foi estratégica para estimular e induzir a mobilização da sociedade e dos governos em torno da constituição do novo modelo de gestão de política cultural, o Sistema Nacional de Cultura, que tinha, entre outras ações e atribuições, a operacionalização do PNC, ordenando o pacto de responsabilidades e a cooperação das instituições envolvidas. O próprio cumprimento das metas e ações do PNC darão forma e consistência ao Sistema, em um movimento de alimentação contínua, de consolidação da engrenagem, de forma conjunta.

Inspirada na conferência nacional de saúde de 1986, a 1ª CNC foi regulamentada pela portaria nº 180 (31 de agosto de 2005), aprovada pelo CNPC e discutiu o tema “Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura”, com cinco eixos norteadores: gestão pública da cultura; cultura é direito e cidadania; economia da cultura; patrimônio cultural e comunicação é cultura.

Os objetivos destacavam o direito de participação, subsidiando o CNPC e o MinC sobre a elaboração do Plano Nacional de Cultura a ser encaminhado pelo Ministro de Estado da Cultura ao Congresso Nacional.⁴⁸ O fortalecimento de mecanismos de articulação e cooperação institucional, entre os entes federativos e destes com a sociedade civil, foi uma das propostas da 1ª CNC, discutindo em meio aos delegados como ampliar e diversificar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular.

A 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada entre setembro e dezembro de 2005, considerando as etapas municipais e estaduais, gerou mais de 400 encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais, além da plenária nacional. O ciclo de discussões mobilizou mais de 60 mil pessoas, incluindo gestores de cerca de 1200 municípios, de 19 estados e do Distrito Federal. Todos esses números atestam a fabulosa estratégia que foi a 1ª CNC, como mais uma etapa de implantação do próprio SNC, envolvendo os entes federados.⁴⁹

⁴⁸ As resoluções da 1ª CNC compõem o projeto de lei do PNC e são a base de desenvolvimento de suas diretrizes gerais. Apresentado em março de 2006 pelos deputados Gilmar Machado, Iara Bernardi e Paulo Rubem Santiago, o Projeto de Lei 6835 propõe a instituição do Plano Nacional de Cultura, quando o Ministério da Cultura lidera, desde 2006, o trabalho de elaboração das diretrizes gerais do PNC, considerando todos os subsídios acumulados até então, estudos produzidos por intelectuais, sugestões de gestores públicos e privados, pesquisas estatísticas. A Subcomissão Permanente de Cultura da Câmara dos Deputados é formada em 2007 e passa a abrigar uma série de audiências públicas para o debate de propostas para o Plano Nacional de Cultura. As deliberações da 1ª CNC, encaminhadas ao Congresso Nacional em 2006, como ponto de partida do projeto de lei do PNC, desdobram-se nos conceitos, valores, desafios, estratégias e diretrizes apresentados ao debate público por meio do caderno “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura” e de sua versão digital disponibilizada na página do Ministério da Cultura na internet, no endereço: < www.cultura.gov.br/pnc >

⁴⁹ Durante as atividades prévias que foram estimuladas a bem de ampliar as articulações de mobilização para a etapa nacional, além das conferências municipais e intermunicipais com mais de 400 agendas (1200 cidades e cerca de 55 mil participantes) e 19 conferências estaduais (mais de 7 mil participantes), em sintonia com um

Um fator muito positivo com a realização da primeira conferência foi a mobilização que envolveu atores da sociedade civil e os entes federados, em função da presença de delegados eleitos nas três etapas que compreendiam a agenda nacional. A mobilização para eleição em cada etapa foi momento muito especial, em função das muitas discussões e articulações que foram promovidas.

“Representando os Secretários Estaduais de Cultura, que se esforçaram muito para trazer para Brasília os delegados a esta 1ª Conferência Nacional de Cultura. Estão presentes: Sonia Terra, do Piauí; Neuza Mendes, do Espírito Santo; Manuel Palma, do Mato Grosso; Antônio Padilha, do Maranhão; Maria Eugênia Stein, do Rio de Janeiro; Silvio Nucci, do Mato Grosso do Sul; Bruno Lisboa, de Pernambuco; e, ainda, os representantes dos Secretários de Cultura do Rio Grande do Sul, Alagoas, Ceará e Santa Catarina. Há uma grande expectativa dos Secretários Estaduais de Cultura de que esta Conferência sirva para consolidar avanços que já tivemos e que estes avanços possam fazer, da cultura, aquilo que esperamos devido à sua importância estratégica, porque é a cultura que constrói um país como Nação. Nós só teremos uma Nação forte se tivermos uma cultura forte. É papel desta Conferência Nacional de Cultura demonstrar isto, para o país e para todos.” (Vera Maria Mussi. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2005)

A pauta das políticas públicas de cultura, em âmbito nacional, provocada e estimulada pelo Ministério da Cultura, que vinha sendo desenhada nos anos iniciais do Governo do Presidente Lula, se amplia em dimensão inédita, envolvendo prefeituras e governos estaduais, quando são executadas as etapas anteriores a etapa nacional, com a realização de conferências estaduais, municipais, intermunicipais e seminários setoriais de cultura.

Das finalidades propostas na 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC), foi fundamental a articulação efetivada entre entes federados - prefeituras e governos estaduais - na viabilização de construção de uma política cultural de âmbito nacional, que pudesse ser chamada de pública. Realizada nos dias 13 a 16 de dezembro de 2005 na Academia Nacional de Tênis/ Brasília DF, estiveram presentes na 1ª CNC mais de mil e duzentas pessoas, entre delegados e convidados. Dentre os diversos convidados, vários latino-americanos. Na noite de abertura, que coincidia com o encerramento da 2ª Conferência do Meio-Ambiente, diversas

calendário estabelecido pelo Ministério da Cultura, foram realizados cinco seminários setoriais nas cinco regiões do Brasil. Oficinas de formação para estruturar temário, procedimentos e calendário da CNC, subsidiando a realização das conferências locais foram realizadas em dez estados. Na etapa nacional mais de 1300 participantes aprovaram um conjunto de propostas de diretrizes, encaminhado a instâncias colegiadas e administrativas do governo federal e ao Congresso Nacional. No total de participantes, a maior parte de delegados era constituída por representantes da sociedade civil, eleitos nas etapas anteriores. Os números da 1ª Conferência Nacional de Cultura previam no seu regulamento a obrigatoriedade de representantes do poder público e da sociedade civil, originários dos segmentos dos Colegiados Setoriais do CNPC, dos delegados eleitos nas Conferências e ainda, eleitos nas Conferências livres, locais, onde não foram realizadas Conferências Estaduais de Cultura, legitimadas pelo Ministério da Cultura.

personalidades, com discursos ovacionados da Ministra Marina Silva e do Ministro Gilberto Gil.⁵⁰

A importância do papel inaugurador promovido pela 1ª CNC na articulação entre estados e municípios, onde o poder público foi instado a garantir o processo de envolvimento da sociedade civil, foi cenário estratégico que assegurou a constituição de um novo modelo de gestão para a área, uma vez que a própria participação social na elaboração de políticas culturais não era uma realidade.

“Não se pretendia realizar uma conferência destinada somente aos artistas, era o cidadão de uma forma geral que estava sendo chamado a participar. O conceito foco de cidadania cultural, inspirado nas definições de Marilena Chauí, onde o cidadão poderia interferir nos rumos das decisões como parte importante da construção da política cultural. Não se privilegiou conferências setoriais artísticas e sim, seminários setoriais, pois a política cultural não é uma política para o artista, é uma política para toda população.” (Márcio Meira. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Abril de 2009)

Os estados que não realizaram conferências estaduais não geraram impedimento para a participação dos municípios na plenária nacional, o que garantiu um maior número de municípios no processo. No estado de São Paulo, por exemplo, sem Conferência Estadual, diversas conferências municipais e intermunicipais foram realizadas.

O processo estimulado pelo Governo Federal, através do MinC, desencadeia uma ação peculiar de interesse nas cidades, com uma crescente realização de conferências municipais ou intermunicipais, como destacado pela pesquisadora Lia Calabre, que compôs a Comissão Executiva da 1ª CNC, com papel relevante de acompanhar os Seminários Setoriais, auxiliar na elaboração dos textos e na sistematização dos dados resultantes das etapas anteriores à plenária nacional:

“O fato de os municípios não terem uma estrutura, à época, os deixavam mais abertos à participação e a aderirem ao protocolo de intenções com vistas à construção dessa estrutura institucional, um momento de primeiro diálogo dos articuladores do MinC com uma série de municípios, que despertam a consciência

⁵⁰ Trecho do discurso do Ministro Gilberto Gil: “O processo de constituição do Brasil e da sociedade brasileira se caracteriza por um conjunto de aspectos singulares em que se inscreve, com destaque, a mestiçagem, ou seja, a intensa mistura de genes, valores e signos, de múltiplas procedências. Na abertura da primeira Conferência Nacional de Cultura do Brasil, que conta com mais de mil representantes de cidades, Estados, regiões, segmentos da produção cultural, poder público e instituições e movimentos populares, de todas as regiões do país, de quase todos os Estados brasileiros, representando uma parcela importante da cultura nacional, presente em Brasília para afirmar, à sociedade brasileira, à mídia e aos governos, com todas as letras que cultura é prioridade. Vamos dizer, em coro e bem alto, para os que ainda não se deram conta do papel estratégico da cultura, para os que desprezam o potencial do Brasil, enfim, para todos ouvirem: Cultura é política social; Cultura é política econômica; Cultura é política urbana; Cultura é direito; Cultura é cidadania; Cultura é necessidade; Cultura é prazer; Cultura é o que nos situa no tempo e no espaço; Cultura é bem-estar; Cultura é desenvolvimento. Eis o decálogo básico da cultura brasileira, do Ministério da Cultura, o decálogo que devemos reproduzir diariamente como um mantra, para que as portas se abram e o sonho se realize.” (Ministério da Cultura, 2006)

de que a cultura poderia ser objeto de efetivas políticas públicas.” (CALABRE, 2007, p.32)

O trabalho desenvolvido pelos poderes Executivo e Legislativo contou com o apoio de universidades, intelectuais, artistas, produtores e gestores públicos e privados. As diretrizes gerais do PNC estão embasadas no diálogo constante com esses agentes e nas proposições decorrentes de encontros ocorridos entre 2006 e 2007, como o Seminário Nacional dos Direitos Autorais, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas e o Seminário Internacional de Diversidade Cultural.

A 2ª Conferência Nacional de Cultura, realizada entre os dias 11 a 14 de março de 2010, com o tema “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, foi o primeiro grande encontro de debate público sobre as políticas culturais no período de vigência do PNC, ou seja, um literal momento de conferir o andamento do PNC. Entre outros temas, o encontro estimulou a elaboração de planos estaduais e municipais e discutiu estratégias de implantação e os instrumentos de avaliação e acompanhamento do PNC. A sociedade civil visualizava claramente a definição de responsabilidades das organizações públicas, privadas e civis frente a execução do PNC. É a ocasião que se mede, em detalhes, funcionamento, acompanhamento e avaliação do PNC, com a sequente revisão de rotas, anteriormente estabelecidas em 2005.

Diante da experiência anterior, é operado um aprimoramento em termos metodológicos adotado pelo Ministério da Cultura, com uma ampliação do quadro de participantes, distribuídos entre delegados, convidados e observadores. Ao mesmo tempo foi um processo difícil:

“Na medida em que a plenária nacional foi realizada no final do mandato do presidente Lula, com dificuldades de várias ordens, inclusive orçamentárias, e apesar do cenário, a diversidade de setores presentes na 2ª CNC foi bastante significativa, em especial, em função das conferências setoriais – ao contrário da primeira, que realizou conferências municipais, intermunicipais, estaduais e seminários setoriais.” (CALABRE, 2009, p.53)

Se a primeira conferência nacional teve um caráter mobilizador para atrair o cidadão, promovendo uma maior aproximação dos temas da cultura, impulsionando a elaboração de uma política mais participativa, sob o prisma da cidadania cultural, a segunda conferência amplia os canais de participação de modo mais específico com a categoria artística, com os diferentes setores culturais, suas variadas linguagens artísticas, com uma proposta embrionária de construção dos planos setoriais.

A 3ª CNC terá como tema geral: “Uma Política de Estado para a Cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”, realizada de 26 a 29 de novembro de 2013.

Dos objetivos principais da 3ª CNC, a discussão para o aprimoramento da articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, para a dinamização dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais/Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura, envolvendo os respectivos componentes.⁵¹

Dentre os desdobramentos das três conferências de cultura se destaca a construção de novos marcos legais para nortear as políticas culturais dos próximos anos, com a participação da sociedade civil, tendo em especial um conjunto de propostas aclamado pela maioria dos delegados, como a necessidade de implantação dos sistemas nacional, estaduais, distrital e municipais de cultura, a consolidação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), constituído de órgãos específicos de cultura, conselhos de política cultural consultivos, deliberativos e fiscalizadores, tendo, no mínimo, 50% de representantes da sociedade civil eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, planos e fundos de cultura, comissões intergestores, sistemas setoriais e programas de formação na área da cultura, na União, Estados, Municípios e no Distrito Federal e garantia de realização periódica das conferências de cultura.

As conferências nacionais tiveram um importante papel de lançar as bases da construção de uma política cultural alicerçada, legitimada, em debates públicos, que consolidam fundamentais propostas como a aprovação pelo Congresso Nacional da PEC 416/2005, que institui o Sistema Nacional de Cultura; da PEC 150/2003 que designa recursos financeiros à cultura com vinculação orçamentária; da PEC 049/2007 que insere a cultura no rol dos direitos sociais da Constituição Federal e os projetos de lei que instituem o Plano Nacional de Cultura e o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura.

⁵¹ Objetivos da 3ª CNC - Avaliar a execução das Metas do Plano Nacional de Cultura a partir do monitoramento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais; III - Debater experiências de elaboração, implementação e monitoramento de Planos Municipais, Estaduais/Distrito Federal, Regionais e Setoriais de Cultura e socializar metodologias e conhecimentos; IV - Discutir a cultura brasileira nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania; V - Propor estratégias para o reconhecimento e o fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável; VI - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizando o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões; VII - Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar o acesso dos brasileiros à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais; VIII - Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes em prol da Cultura; IX - Contribuir para a integração das políticas públicas que apresentam interface com a cultura; e X - Avaliar os resultados obtidos a partir da 2ª Conferência Nacional de Cultura.

Os debates e deliberações das três conferências influenciaram no processo de construção das políticas públicas para a cultura, que são ampliadas em escala proporcional, inédita, para boa parte dos estados brasileiros e municípios. Cunha Filho, em texto integrante dos anais da 2ª Conferência, levanta um questionamento que se deve ter em mira quando se trata de construir tal sistema:

"Como construir tal sistema é tarefa que não pode negligenciar os cânones da estrutura política que lhe ensejou as características de especial e complexo; trata-se da democracia, não a que se faz conhecer em abstrato, mas a coroada pelo adjetivo plural, capaz de conviver e estimular as diferenças, hábil a construir políticas públicas de cultura em medida justa que não suprima ou negligencie o cultivo de valores e práticas irrenunciáveis: a inventividade, a liberdade para decidir, a dignidade e o aprimoramento humanos." (CUNHA FILHO, 2010, p.29)

A assimilação desse novo canal de participação, no âmbito das políticas culturais, cria, em seu objeto uma prática nova. Os resultados mais concretos da adoção dessa nova prática é a construção de uma sequência de marcos legais para o setor cultural, apresentados e representados nas três conferências nacionais de Cultura.

"Houve uma mudança significativa da participação social, com a chegada ao Ministério do Ministro Gilberto Gil, inaugurada com os Seminários Cultura para Todos, realizados em todas as regiões do país com o objetivo de escuta das demandas e dos problemas enfrentados pelo campo cultural. Na sequência e ao longo do processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC foram criadas e estimuladas nos estados e nos municípios, diversas instâncias de participação, como fóruns e conferências, além dos Conselhos de Políticas culturais, como elementos permanentes do SNC. Esse diálogo nacional propiciou a integração entre setor público e sociedade, a identificação dos anseios, o levantamento de demandas e de potencialidades, resultando na elaboração de políticas de cultura mais "reais" porque elaborada fora dos gabinetes. São frutos desse diálogo programas como Cultura Viva, Mais Cultura, Editais da Diversidade, inscrições orais nos editais, criação de planos." (Silvana Meireles. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023)

Sem a presença dos agentes culturais que passam a interagir diretamente no processo, propondo calendários e cobrando o cumprimento de metas, acompanhando o cenário nacional promovido pelo Ministério da Cultura, a concretização dos CPFs da Cultura não teria tido o volume que alcançou, ao longo dos dois governos Lula, entre 2003 e 2010. Durante o processo de instalação do Sistema Nacional de Cultura, a sociedade civil teve um papel decisivo na construção dos sistemas, em um interessante exercício democrático.

Estas estruturas consolidam espaços democráticos, sem dúvida, e geram também modificações significativas na dinâmica destes setores da sociedade civil organizada. Calabre (2013), destaca a dificuldade que apesar de toda a metodologia operada pelo Ministério da Cultura, buscando aperfeiçoamento na busca de representações sociais culturais que

sistematizasse as demandas da sociedade civil quando da elaboração do Plano Nacional e das discussões estimuladas, em especial na realização das conferências nacionais, ainda era necessário investir na estruturação de *“fóruns representativos de maior alcance, que pudessem contribuir num processo de elaboração de políticas públicas.”* (CALABRE, 2013, p.5)

O planejamento é do Estado, que propõe, regulamenta, mobiliza a articulação dos atores sociais, fornece textos iniciais para os eixos de discussão, mas são os participantes, os variados representantes dos segmentos artísticos culturais, que estabelecem o que será formulado, que ao apresentar suas demandas, uma vez sendo ouvidos, definem a pauta que foi preestabelecida. As Conferências proporcionam um grande encontro dos mais diversos sujeitos envolvidos no setor cultural, fomentam a criação de outros espaços de articulação, ainda mais constantes.

“Além da articulação dos Sistemas de Cultura dos entes federados, o SNC também estimula a estruturação de políticas setoriais, como por exemplo, nas áreas de bibliotecas, museus, fomento às artes, em suas variadas linguagens ou agrupamentos de linguagens e promoção do patrimônio cultural, material e imaterial. As chamadas políticas setoriais ganham eco na organização de colegiados ou fóruns próprios nos estados, municípios e até na União, propiciando a formulação das políticas setoriais em âmbito local, estadual e nacional.” (RODRIGUES, 2012, p.137)

Integrante do SNC, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais é o conjunto de instrumentos de coleta, de organização, análise da promoção do armazenamento de dados, cadastros, diagnósticos, mapeamentos, censos e amostras, a respeito da realidade cultural sobre a qual se pretende atuar. Por meio do levantamento dos artistas, produtores, grupos de cultura popular, patrimônio material e imaterial, eventos, equipamentos culturais, órgãos públicos e privados e movimentos sociais de cultura, objetiva planejar e executar com maior precisão programas e projetos culturais. Os indicadores podem ser qualitativos e quantitativos. Os primeiros são coletados em documentos e entrevistas abertas, e, em geral, expressos por meio de palavras.

Os indicadores quantitativos também podem ser acessados em documentos ou por meio de questionários fechados, expressos por números. Os indicadores não são simples dados. Na verdade, os dados alimentam os indicadores, que são medidas permanentes cujo objetivo é sinalizar tendências. O desejável é que os sistemas nacional, estaduais e municipais de informações e indicadores estejam conectados e constantemente atualizados.

A atualização permite construir o que se chama de “série histórica” de indicadores, pela qual é possível avaliar as políticas ao longo do tempo, sua evolução ou eventual retrocesso. Dessa forma, é possível corrigir rumos e incrementar ações bem-sucedidas.

Para implementação dos Planos de Cultura, para o cumprimento de metas, além dos recursos financeiros e equipe capacitada, foi identificada a necessidade de um amplo conhecimento da realidade, onde o SNC apontava a criação desse conjunto de informações e indicadores culturais para a validação de dados e informações, a cada diagnóstico levantado.

Para atender essa necessidade de diagnóstico, ao acesso de uma radiografia da situação das condições culturais das regiões e do país, como um todo, um subsistema é concebido, tratando das Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). As tarefas do subsistema focam na compilação e disponibilização dos dados sobre bens, serviços, programas, instituições e execução orçamentária no campo da cultura no país. Essa radiografia do setor cultural é mais um passo de legitimação do próprio SNC, quando, a cada instrumento concebido, em funcionamento, mais aprofunda sua institucionalidade.

O primeiro levantamento estatístico do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) é publicado no final de 2006 pelo IBGE e Ministério da Cultura. O documento apresenta uma série de informações relacionadas às condições da cultura no País, com base nos números da produção de bens e serviços, gastos públicos, consumo familiar e postos de trabalho no setor (2007-2008). Em setembro de 2007, o IBGE publica o Suplemento Cultura da pesquisa de informações básicas municipais (MUNIC).⁵²

A publicação subsidia a elaboração da proposta de diretrizes gerais do PNC com uma série de dados, tais como a distribuição da malha institucional de gestão das políticas de cultura, as atividades culturais existentes e a infraestrutura de equipamentos e meios de

⁵² Pesquisa de Informações Básicas Municipais trata de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, tendo como unidade de investigação o município e, como informante principal, a prefeitura, por meio dos diversos setores que a compõem. Teve início em 1999, extensiva à totalidade dos municípios do País. Os temas e questões abordados em seu questionário básico são levantados regularmente e visam responder às necessidades de informação da sociedade e do Estado brasileiro, com vistas à consolidação de uma base de dados estatísticos e cadastrais atualizados e que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento dos quadros institucional e administrativo das municipalidades. A partir de 2014 é adotado o suplemento Cultura, com detalhada coleta de dados na totalidade dos municípios brasileiros. Pela primeira vez um medidor oficial registra atividades, projetos, ações no âmbito da Cultura, incluindo medidores das iniciativas das prefeituras no quesito das políticas culturais, aferindo a presença e aplicabilidade dos sistemas de cultura (existência do Plano, Conselho e Fundo de Cultura), equipamentos culturais existentes e grupos artísticos, dentre os vários itens inseridos na pesquisa. O suplemento de Cultura / MUNIC 2014, com o volume de informações sobre iniciativas de apoio à diversidade cultural, financiamentos e fundos específicos, existência de conferências e conselhos de cultura (inclusive de patrimônio histórico), entre outros, abre precedente fundamental para a discussão das políticas culturais na esfera pública municipal, balizando ampla discussão nas Câmaras Legislativas, Academia, iniciativa privada, e em especial, no setor cultural. As informações coletadas pelo IBGE para o Perfil dos Municípios Brasileiros foram fornecidas pelas próprias administrações municipais. (IBGE, 2016)

comunicação disponíveis nos municípios brasileiros. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publica dois estudos sobre economia da cultura e políticas culturais em parceria com o MinC.

“Os Sistemas de Informações e Indicadores Culturais traçam um quadro inédito de informações sobre o campo da cultura, fundamentais para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão no âmbito da gestão pública. O conjunto de informações e dados levantados por meio dessas iniciativas, sistematização em forma de dados socioeconômicos pela gestão pública, são imprescindíveis para a aplicação de políticas culturais.” (BARBOSA, 2013, p.152)

Os resultados de estudos e pesquisas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), geram um potencial material sobre os indicadores culturais dos municípios, estados, distrito federal e união, onde as informações geradas traçam, pela primeira vez, um quadro com reais estatísticas da realidade cultural brasileira.

O Programa de Formação na Área da Cultura tratava de um conjunto de iniciativas de qualificação técnico-administrativa, com a realização de cursos, seminários e oficinas de agentes públicos e privados envolvidos com a gestão cultural, com a formulação e a execução de programas e projetos culturais.

A formação de pessoal é estratégica para a implantação do Sistema Nacional de Cultura, onde a própria concepção de gestão cultural é uma área que ainda se apresenta falta de profissionais com conhecimento e capacitação para atuação no setor. Para atingir todos os estados e municípios o SNC prevê uma forma de organizar uma rede nacional de formação na área da cultura, com base no mapeamento e avaliação das instituições que oferecem cursos de política e gestão cultural no Brasil.

As iniciativas em prol da formação para o setor cultural propõem um pacto de articulação federativa que envolve as três instâncias de poder público (municipal, estadual e federal) e a sociedade civil, na promoção da qualificação continuada para os trabalhadores da área cultural. A instrumentalização do público-alvo em torno dos Sistemas de Cultura, como um estímulo para maior interação deste no campo cultural. O conjunto de conhecimentos pensando nos variados cursos e seminários, alargam mais amplamente a visão sobre a própria atuação no setor cultural (como animador ou agente cultural, conselheiro ou gestor público municipal de cultura), abrindo novas possibilidades de aprendizado.

Reconhecendo que uma das dificuldades para efetivação das políticas culturais é a falta, e/ou, fragilidade nas próprias equipes das gestões públicas, em realidade semelhante em

vários espaços nas três instâncias, faz-se necessário buscar alternativas para superação dessas lacunas que dificultam o processo. De igual forma, promover a formação e qualificação dos participantes nas organizações do terceiro setor, nas diferentes instituições e entidades, nos coletivos e grupos organizados ou livres aplicando conceitos de cidadania e autonomia cultural e as relações entre os direitos à cultura e à cidade.

Paralelo aos cursos e oficinas propostos pelo Programa de Formação, desde 2012, o MinC desenvolveu três importantes ações: através da Secretaria de Articulação Desenvolvimento Institucional (SADI), foram realizados o *Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura*, conduzido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e o *Projeto de Assistência Técnica para Elaboração de Planos Municipais de Cultura*, a cargo da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O Programa de Formação de Gestores Culturais, viabilizado por meio de parceria com universidades, instituições educacionais e governos estaduais, como as duas edições do curso coordenado pela Secretaria de Estado de Cultura do RJ, entre 2013 e 2014, operou na capacitação de gestores culturais, em nível nacional, a partir de três eixos principais estruturantes de conteúdo.

O primeiro trata da cultura como direito e as políticas públicas de cultura, com noções teóricas sobre a importância do setor cultural como política pública de Estado, nas três instâncias administrativas, trabalhando os conceitos de política pública, sua aplicação específica no campo cultural e os instrumentos disponíveis para sua implantação.

O segundo aborda a cultura, diversidade e desenvolvimento, com objetivo de construir, com base teórica e crítica, os componentes do fenômeno da cultura e suas interfaces com a sociedade contemporânea, nos níveis local e global, de forma a permitir o domínio de métodos para se estabelecer vínculos e definir práticas e níveis de participação necessários para a articulação entre a cultura e o desenvolvimento social.

O terceiro eixo explora o planejamento e gestão de políticas, programas e projetos culturais. Sua premissa é apresentar os conceitos e os instrumentos específicos da área cultural com relação à gestão pública e sua aplicabilidade em organizações culturais do setor. Abordar modelos e conceitos de planejamento estratégico, que incluam todas as etapas do processo de trabalho (diagnóstico situacional, planejamento, plano de cultura, sustentabilidade, articulação interinstitucional, produção e coleta de informações culturais, indicadores, monitoramento, avaliação e gestão de pessoas) e promover o estudo de uma gama de temas principais para o setor cultural.

Toda a estrutura do conteúdo programático dos eixos norteadores, agrega propostas para desenvolver habilidades e a compreensão da cultura como direito; os princípios da organização federativa, as políticas públicas de cultura e o papel dos diferentes entes federativos e setores da sociedade.

Com o volume de ações e novidades no cenário das políticas culturais, a partir de 2003, estava dado ser imprescindível a necessidade de se apropriar dos novos conceitos para avançar na gestão cultural. As diversas frentes abertas para a formação passam a dialogar, por exemplo, com os planos de Cultura, com maior assimilação e apropriação na formulação de diretrizes, metas e ações decorrentes.

Peça de imensurável importância, o Programa de Formação na Área da Cultura estabelece uma ampla envergadura para o SNC: instrumentos e mecanismos para qualificação e capacitação de pessoal atuante no setor cultural, gestores públicos e agentes culturais, artistas, trabalhadores de cultura.

Nos anos iniciais a implementação dos CPFs da Cultura nas cidades e estados, as iniciativas para formação cultural se associam ao investimento de garantir a implementação das ações planejadas, onde a necessidade de um programa de formação na área da cultura passa a ser parte integrante do SNC.

“A necessidade de qualificar a gestão, o mesmo documento enuncia a constituição de programas de formação na área da cultura. Com relação ao panorama nacional, está escrito: “A formação de pessoal em política e gestão culturais é estratégica para a implantação e gestão do Sistema Nacional de Cultura, pois trata-se (sic) de uma área que se resente de profissionais com conhecimento e capacitação no campo da gestão das políticas públicas.” (Ministério da Cultura, 2011, p.49-50)

Além das propostas apresentadas nas três conferências nacionais de cultura (2005, 2010 e 2013) e nas agendas correlatas dos entes federados (estaduais, regionais e municipais), o tema da formação, capacitação e qualificação foi sempre uma das principais reivindicações do setor cultural de modo contundente.

A oferta de cursos, seminários, simpósios e oficinas passa a ser uma constante, considerando o cenário de inovação nas políticas culturais, com os vários novos sujeitos sociais que passam a fazer parte do processo, ou ainda, a necessidade de acompanhar as novas diretrizes estabelecidas pelo MinC.

O Programa Nacional de Formação na Área da Cultura objetiva estimular a qualificação do setor cultural, com a projeção de realizar ações contínuas voltadas para a capacitação e a atualização dos atores culturais, gestores, artistas, dirigentes, produtores, técnicos do setor cultural, bem como o fomento de pesquisas no campo cultural.

Para viabilizar a própria execução do SNC, um conjunto de ações na promoção da formação e qualificação do setor se colocava como uma necessidade evidente. Familiarizar os gestores e agentes culturais com os marcos conceituais da cultura, promovendo uma compreensão da cultura em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, frente o novo contexto das políticas públicas para a cultura no Brasil.

A promoção de tal compreensão se estendia para os processos de participação social no campo da cultura no Brasil diante dos novos marcos conceituais da cultura.

A assimilação desse novo modelo, em sua amplitude inspiracional, estrutural, instrumental, e até mesmo experimental.

A cada etapa de institucionalização do SNC as indagações sobre a visão e sentidos da Cultura, das políticas culturais (simbólica, cidadã e econômica), eram postas em debate. Era necessário desenvolver a facilitação de acesso a subsídios teóricos e práticos no campo cultural, desde o conceito de cultura a discussão da atual prática das políticas culturais, adotadas pelo MinC, nos variados espaços da sociedade.

Para garantia da movimentação da engrenagem dos Sistemas de Cultura (federal, distrital, estadual e municipal), cursos e seminários, simpósios e oficinas passam a ser adotados. Dentre os temas, cultura e sociedade, desenvolvimento de políticas culturais e seus modelos de gestão, a economia criativa e suas estratégias de desenvolvimento, a sociedade em rede e as mídias digitais, com suas novas configurações de diálogos, a educação para o patrimônio cultural, citando alguns temas, eram pauta de discussão e aprofundamento.

Pensar o recente conjunto acerca da Legislação Cultural Brasileira também era um tema em direta relação com a prática da gestão cultural. O programa visava ampliar a promoção de conhecimento sobre o atual contexto das políticas culturais no Brasil, com reflexão sobre o potencial da cultura no desenvolvimento social e econômico sobre o prisma das dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, em observação aos variados temas que passam a figurar no dia a dia do setor.

Pela Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), foi realizado um encontro que se configurou como um marco inicial para a construção de uma linha norteadora o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural: o I Seminário de Formação Artística e Cultural, ação conjunta do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação. O I Seminário envolveu de forma colaborativa, diversos setores para discutir a temática, entre gestores públicos, representantes

do terceiro setor e da iniciativa privada, artistas, educadores, movimentos sociais, coletivos e grupos alternativos.⁵³

Para estimular as possibilidades de capacitação para a formulação, execução e avaliação no âmbito da gestão cultural, em seus variados segmentos (processos de financiamento, planejamento, gestão, legislação, elaboração de projetos culturais, conhecimentos específicos), o SNC apresentava mais esse instrumento, estimulando e mesmo apresentando iniciativas na elaboração e implementação de atividades em prol da formação e qualificação no setor cultural.

Na designação descrita pelo MinC, os Sistemas Setoriais de Cultura são subsistemas do SNC que se estruturam para responder com maior eficácia à complexidade da área cultural, que se divide em muitos setores. Com características distintas, a criação de subsistemas para atender os diversos setores (como por exemplo, bibliotecas, museus, patrimônio cultural e outros), atendem as demandas específicas desses setores, ampliando a forma de organização das estruturas próprias, dentro do SNC.

A expansão das políticas culturais no país impulsiona a necessidade de criação de sistemas setoriais que, à medida que são instituídos, se conectam de forma federativa aos respectivos subsistemas estaduais e nacional. Em 2004 são anunciadas pelo MinC a criação das Câmaras Setoriais de Cultura que passam a colaborar com subsídios nas tomadas de decisões e na elaboração de políticas públicas para o setor cultural. Quatro câmaras setoriais são criadas inicialmente: Música, Artes Cênicas, Artes Visuais e Livro e Leitura.

O debate para pactuação e de formulação de políticas públicas específicas é ajustado com os setoriais, onde se reúnem governo, entidades sindicais, agentes econômicos e a sociedade civil, pensando políticas relativas ao setor específico. Sugerem ações e acompanham sua execução pelo governo, encaminham estudos, levantamentos de dados e diretrizes.

Funcionam como instâncias de formulação em suas áreas de abrangência, em condições de elaborar diagnóstico mais detalhados, com medidas a serem tomadas para deliberação do MinC. Neste sentido, os Setoriais de Cultura se apropriam de modo pontual da

⁵³ O I Seminário de Formação Artística e Cultural, objetivou impulsionar a construção de uma política nacional voltada à formação em arte e cultura. Com participação de gestores públicos, profissionais de cultura e educação, artistas, mestres de culturas populares e representantes de movimentos sociais, articulou uma rede de comunicação, como um dos desdobramentos do encontro, para compor um canal de trocas e diálogos sobre o tema. Foram convidadas mais de 400 instituições, além de secretários de Educação e Cultura de todo país, que colaboraram, durante o seminário, na redação da “Carta de Brasília”, com subsídios para as diretrizes de construção da Política Nacional de Formação Artística e Cultural.

produção simbólica dos eixos norteadores do MinC, onde a expressão artística teria mais eco para sua maior e mais detalhada discussão.

Ao Governo, a tarefa de coordenar, articular, estimular, apoiar, dialogar, mediar e participar da formulação das políticas específicas. Ao monitorar e rever a discussão, garantindo a ação dos Setoriais, o MinC tem elementos para levantamento de diagnóstico específico, por área, com a legítima partição dos agentes culturais. Com os Setoriais de Cultura, o planejamento para a realização das ações aponta resultados positivos, onde o programa de governo das diferentes áreas seria concebido a partir desse diálogo direto, fruto de uma pactuação social indiscutível, legitimando o processo.

Com esta metodologia foram absorvidas na ampla discussão promovida pelo MinC, via Setoriais de Cultura, as diversas políticas para o Audiovisual; Museus; Fomento; Música; Artes Cênicas; Artes Visuais; Livro e Leitura; Conservação e Preservação, com uma maior articulação entre o Gabinete da Secretaria-Executiva do MinC e as demais pastas, em um pontual diálogo com o Conselho Nacional de Política Cultural, através das Câmaras Setoriais.

A partir do ano de 2005, os Setoriais de Cultura estimularam o surgimento dos Fóruns Setoriais, ampliando ainda mais os canais de comunicação e integração, com novos braços de assessoramento do CNPC. Nos Fóruns, as condições de diálogo buscam a identificação dos problemas a serem enfrentados para estruturação dos próprios setoriais, que já eram assimilados como elementos essenciais no CNPC.

Para discussão próxima dos Planos de Cultura, onde se daria a elaboração dos Planos Setoriais, os atores envolvidos passam a mensurar as dimensões de análise para orientação dessa etapa, a elaboração dos Planos Setoriais, projetando alcançar os objetivos para efetivação das políticas específicas dos Setoriais de Cultura.

O conhecimento técnico qualificado, por área, onde os agentes culturais apresentavam vínculo direto com o setor, garantia articulação necessária na busca de soluções para os diversos impasses inerentes à própria política e/ou setorial. Garantir o planejamento, por área, era estratégia para melhor subsidiar as decisões tomadas nos Gabinetes, onde as autoridades do médio e alto escalão, que possuem determinado controle do processo, teriam condições de decidir o que e como seriam implementadas as políticas específicas.

A importância dessa ação, proveniente dos Setoriais de Cultura, promoveu um fluxo novo no processo de planejamento do MinC, justamente com a colaboração direta daqueles que estão mais próximos às ações resultantes das políticas.

Neste aspecto, a participação social e transparência na formulação das políticas dos setores artístico-culturais, estabelecendo normatizações para os diversos, se mostraram

essenciais para maiores e melhores resultados, fruto da construção de consenso. A importância das instâncias de participação social, geradora de diálogo entre os órgãos e a sociedade civil, compartilhando decisões, foi uma realidade pela própria ação articulada e orquestrada pelo MinC, que estimulava a organização social, a mobilização do setor.

O surgimento dos colegiados, coletivos e fóruns, com poder de fala e encaminhamento de propostas junto aos Conselhos de Cultura, ou mesmo diretamente para as instâncias de Cultura nas três esferas (municipal, estadual e federal), em contribuição e assessoramento aos Conselhos, representam uma presença inédita que resulta na colaboração de aprofundamento da democracia participativa que impulsiona o aprendizado da participação social.

A criação das Câmaras Setoriais, ao estabelecer um diálogo entre Estado e representantes dos segmentos artísticos, voltadas à elaboração de políticas setoriais e transversais de cultura, produzindo relatórios para o CNPC, que por sua vez aponta subsídios para o PNC, é mais uma etapa do SNC que é instituído, legitimado.

O Ministério da Cultura, a exemplo do Ministério da Saúde, propõe que sejam instituídas as Comissões Intergestores, operando como instâncias de negociação e operacionalização do Sistema Nacional de Cultura. Dois tipos são concebidos: Comissão Intergestores Tripartite (CIT), organizada no plano nacional, com a participação de representantes de gestores públicos dos três entes da Federação (União, estados e municípios) e Comissões Intergestores Bipartites (CIBs), organizadas no plano estadual, que contam com a participação de representantes dos gestores públicos dos estados e municípios.

As principais funções dessas comissões, dentro do SNC, passam pela promoção da articulação entre os entes da Federação, estabelecendo em cada programa, projeto ou ação comum, as atribuições, competências e responsabilidades de cada ente federado na pactuação a respeito de questões operacionais referentes à implantação dos programas. As Comissões têm o propósito de funcionar como órgãos de assessoramento técnico ao Conselho Nacional de Política Cultural e junto aos Conselhos Estaduais de Política Cultural, em relação direta com os órgãos de cultura (MinC e Secretarias Estaduais de Cultura), para a tomada de decisões superiores relacionadas ao SNC.

As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são espaços intergovernamentais, políticos e técnicos em que ocorrem o planejamento, a negociação e a implementação das políticas de saúde pública. As decisões se dão por consenso (e não por votação), o que estimula o debate e a negociação entre as partes.

“Durante os anos de 2008 a 2011 é retomado de modo mais dirigido o desenvolvimento do SNC com a criação de grupos de trabalho para pensar a

arquitetura e legislação, além da formação de gestores. Para criar condições de dar continuidade à implantação do SNC nos estados e municípios, foi traçada uma meta de 100% de adesão dos estados, do DF e um maior número dos municípios, com acompanhamento da adesão pelas prefeituras nas cinco regiões do Brasil. A 2ª e 3ª Conferências Nacionais de Cultura foram instrumentos pontuais do MinC na ação dessas metas.” (Silvana Meireles. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023)

Durante uma década, entre 2003 e 2013, o Ministério da Cultura brasileiro buscou contribuir efetivamente para a valorização do campo da cultura e para a maior centralidade das políticas culturais no corpo das políticas públicas.

O entendimento da cultura, nas dimensões simbólica, cidadã e econômica, em associação crescente na elaboração das políticas culturais, estimula e potencializa compreensão de desenvolvimento, também, Cultural.

No inaugurar do século XXI, nos recentíssimos conceitos contemporâneos sobre desenvolvimento, a associação de cultura como um dos ativos na soma de crescimento econômico é constatação que não causa surpresa para o desenvolvimento do país. O novo cenário aberto pelas políticas culturais implantadas desde 2003, a partir da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, permitiu uma atenção com o tema da gestão cultural, antes praticamente inexistente, e possibilitou uma reversão deste panorama. Políticas de longo prazo que apontam para consolidação da cidadania cultural, dos direitos culturais e a cultura cidadã na sociedade brasileira.

O SNC, previsto na Constituição Federal desde 2012 (Art. 216-A), pela Emenda Constitucional nº 71, ainda não foi regulamentado. No entanto, marcos normativos, provenientes do seu processo de institucionalização, estabelecem legitimidade indiscutível para as políticas públicas culturais.⁵⁴ Atualmente em tramitação no Congresso Nacional, existe o Projeto de Lei nº 4271/2016, de autoria do deputado João Derly, que trata da regulamentação do SNC.

Atendendo ao princípio da equidade, o SNC pretende chegar a todos os municípios brasileiros, independentemente de seu porte populacional. Hoje, 26 estados, o Distrito Federal e em torno de 2.2534 municípios aderiram ao SNC. O MinC, enquanto gestor do SNC, facilitador dos processos de implantação dos Sistemas Estaduais e Municipais, manteve contínuo suporte técnico para a formatação dos componentes que integram o SNC, estimulando a construção desses componentes.

⁵⁴ Lei nº 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura, a Portaria MinC nº 123/2011, que estabelece as metas do PNC e os Acordos de Cooperação Federativa que são firmados entre a União, os Estados e os Municípios.

“O setor de cultura esteve inscrito no Ministério de Educação e Saúde (1930) até passar a compor o novo Ministério de Educação e Cultura, em 1953. Foram precisos mais 32 anos para a independência e autonomia da cultura em um ministério específico (1985). Sua implantação foi deveras complicada. Com a pressão legítima dos intelectuais, artistas e secretários estaduais de cultura, muitos de governos de oposição à Ditadura Militar, a criação do ministério se tornou quase inevitável com o retorno da democracia em 1985. Entretanto, esta constatação não pode esquecer uma temática essencial, anotada por alguns estudiosos como Isaura Botelho: a existência ou não de maturidade institucional e dos agentes culturais para a criação do ministério.” (RUBIM, 2007, p.118)

No curto tempo, entre a instalação e funcionamento da engrenagem do SNC, é considerável seu potencial como base fundamental para uma democracia participativa e representativa na gestão do Ministério da Cultura, com avanços incontáveis para as políticas públicas culturais no Brasil. Ainda assim, apesar dos muitos avanços e conquistas inegáveis, a Cultura segue como uma área de pouca visibilidade em termos de políticas estratégicas do Estado, com ações na esfera do poder executivo ainda insuficientes diante do quadro de diversidade cultural que temos no Brasil.

4 EM CONSTRUÇÃO: OS SISTEMAS DE CULTURA DO ESTADO FLUMINENSE E DA CIDADE GONÇALENSE

4.1 Sobre o Sistema Estadual de Cultura do RJ

Quase a totalidade dos governos estaduais passa a aderir, paulatinamente, às práticas acerca da organização da cultura promovidas pelo Ministério da Cultura, a partir de 2003, onde as novidades, ações inéditas e projetos promovidas pelo Governo Federal, passam a ser assimiladas em bom termo pelos entes federados – municípios e estados.

Uma atenção mais específica com as políticas culturais no estado fluminense data de um período recente, iniciado no ano de 2008, na gestão da Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro Adriana Rattes, durante o primeiro Governo de Sérgio Cabral.

No tocante as etapas para a institucionalidade dos Sistemas de Cultura nas muitas cidades do estado do Rio de Janeiro, faço referência ao município de São Gonçalo, na região metropolitana fluminense, e sua relação com o percurso estimulado pelo Ministério da Cultura, a partir de 2003.

A repercussão da realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005, o começo da elaboração do Plano Nacional de Cultura na gestão do Ministro Gilberto Gil, entre 2003 a 2008, e a ainda, a instalação do Sistema Nacional de Cultura são temas que passam a figurar na discussão do governo estadual e na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de São Gonçalo.

Em ambos os casos, o Governo Estadual do Rio de Janeiro e a Prefeitura de São Gonçalo, um fator decisivo de motivação para o poder público promover o início da discussão de elaboração dos respectivos planos de cultura, eleição de conselho de cultura, normativas para criação de fundos de cultura, e ainda, realização de conferências de cultura, deu-se em função da contínua ação da sociedade civil pela cobrança de tais ações, em conexão com o panorama nacional.

Anterior a 2007, na gestão Sérgio Cabral, durante quase 50 anos, a relação do Estado do Rio de Janeiro com as políticas culturais apresenta lento processo de construção democrática. A cultura, como veículo condutor de assimilação e de apropriação das políticas públicas, atravessou um longo caminho, para além das agendas conhecidas e festivas da “cultura do evento”, das festas e folguedos, calendários religiosos e ritos folclóricos, ainda

que estas tenham grande importância e destaque nas agendas municipais do estado fluminense e do país, como destaca Lia Calabre:

“O estado brasileiro, de origem oligarca e elitista, formado por uma visão europeia de civilização, investiu durante muito tempo, em projetos de educar as práticas culturais do conjunto da população. Esse é um dos motivos pelos quais o projeto de proteção do patrimônio com uma visão ampla, como foi o de Mário de Andrade, foi reduzido a política de proteção do patrimônio edificado e europeu. Ainda temos muito dos resquícios dessa visão de civilizar as práticas culturais. Desde meados da década de 1970, tal visão vem sendo alterada muito lentamente. Tal processo é intercalado por momentos de exclusão quase total da presença do estado.” (CALABRE, 2009, p.21)

As cidades, células primeiras de ação administrativa na elaboração de políticas, estiveram sob longo distanciamento, ao longo da história, de ações ou programas de políticas culturais, pois ainda que vários organismos e estruturas tenham sido originadas a partir da década de 1930, no século XX, sua abrangência e execução geográfica social foram limitadas a pequeno eixo do mapa do país, que não incluiu o estado do Rio de Janeiro.

Da produção do artesanato – de barro, cobre, pano, madeira, pedra, linhas – à expressão material e imaterial dos municípios, com seus símbolos e significados na sua diversidade e semelhanças, acompanha-se uma linha cultural que perpassa todo o estado, como descreve Adair Rocha:

“Nova Iguaçu, na Baixada, Porciúncula, no noroeste Fluminense, Arraial do Cabo, na Região dos Lagos, Itaboraí na Região Leste Fluminense, e ainda a Costa Verde, que tem em Paraty o seu ícone, constata-se as mais ricas e tradicionais produções culturais, cujas raízes remontam a folia de reis – espalhadas literalmente por todo estado e ainda com força na capital. O jongo, que recupera a tradição da resistência escrava na rota do ouro e do café, chegando até a favela da Serrinha e a identificação da presença indígena, sobretudo na região de Angra dos Reis, proporcionando o resgate da história da cultura indígena, entre a memória da adaptação e o preço da resistência. Da Aldeia de Arcozelo, em Paty de Alferes, aos debates abertos, provocados pelos eruditos de Volta Redonda até a Associação Sertaneja da periferia de Barra Mansa, com uma infinidade de grupos ligados ao teatro, a dança, a música – na sua diversidade.” (ROCHA, 2005, p.81)

A expectativa de apoio do Estado, tanto na viabilização da formação (técnica, artística e acadêmica) quanto nas parcerias com os municípios e com a iniciativa privada, é cena recorrente, considerando os poucos recursos e a pouca autonomia dos grupos alternativos, autônomos ou do artista de modo geral. Apesar da rica diversidade cultural do Rio de Janeiro, não era realidade a adoção de ações e programas, por iniciativa do poder público, em atenção à Cultura fluminense, com acesso assegurado à população, no tocante ao fomento e a fruição cultural ou em atendimento ao próprio setor.

A arte, o simbólico, o patrimônio imaterial, permaneceu por décadas sem acessar programas ou ações no âmbito das políticas públicas de cultura, onde, geralmente, o foco estava atrelado aos trâmites burocráticos para a produção de eventos.

As gerências administrativas de cultura nos municípios fluminenses são muito recentes, com grande dependência em outros setores da administração local, numa relação do que era praticado na esfera estadual e federal.

Durante décadas os municípios desconheciam qualquer linha de trabalho ou ações que fossem planejadas para o setor. Na síntese de Calabre, sobre políticas culturais, constata-se a inexistência de tais políticas, considerando que:

“O conjunto das ações sistemáticas, articuladas coerentemente entre si, institucionalizadas, realizadas por agentes públicos e privados, com o objetivo de desenvolver o campo da cultura, de maneira a satisfazer as necessidades culturais da população, seja na esfera da produção, da capacidade de expressão ou do consumo, e que devem ser elaboradas de maneira participativa.” (CALABRE, 2009, p.88)

O setor administrativo da cultura, no estado do Rio de Janeiro, passa por mudanças estruturais ao longo de cinco décadas, depois de instituído o primeiro setor para área: em 1975, na Gestão do Governador nomeado Floriano Peixoto, é criado, na pasta da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, o Departamento Cultural, com linha de atuação voltada prioritariamente para as escolas. Dentro do departamento é organizado o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – INEPAC⁵⁵ com três divisões básicas: Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico; Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural e Divisão de Folclore.

“Pela característica que apresentava e alinhada ao regime militar, com poucos funcionários e reduzido orçamento, o Departamento de Cultura estabelece relação de trabalho e relações intensas com as escolas, espalhadas pelos cinquenta e quatro municípios, à época.” (COUTINHO, 2000, p.30)

Tal agenda cria imediato desdobramento nas prefeituras, com 54 municípios existentes à época, onde as cidades mantêm o setor de cultura integrado a pasta da educação, numa agenda inicialmente restrita ao calendário escolar e datas da cultura popular.

No primeiro mandato do governo Leonel Brizola a cultura é transferida da pasta da Educação para a recém-criada Secretaria de Estado de Ciência, Cultura e Tecnologia, em

⁵⁵ Da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) - A Lei Complementar nº. 20, de 1 de julho de 1974, publicada durante o governo do general Ernesto Geisel, promoveu a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975, formando o novo Estado do Rio de Janeiro. Após a fusão, a DPHA foi transformada em Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Inepac, continuando a fazer parte do Departamento de Cultura da Secretaria do Estado de Educação e Cultura. A Resolução nº 20, de 22 de agosto de 1975 – DO de 27/08/1975, regulamenta a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC) criando seu Regimento Interno. No Capítulo II, Seção VII Do Departamento de Cultura, a partir do Art. 15, são criadas as competências do Departamento de Cultura. Em seu Art. 26 ao Art. 31, define as competências do Inepac, como órgão do Departamento de Cultura.

1984, onde surge a presença dos animadores culturais, em atuação nos Centros Integrados de Educação Pública - CIEP's.

A figura do animador cultural, um profissional peculiar no estado fluminense, por ocasião da instalação dos CIEP'S (principal programa de educação, do governo Brizola, concebido e dirigido pelo Prof. Darcy Ribeiro) passa a integrar o cenário cultural, não apenas no governo estadual, como também nos municípios. Os Animadores Culturais, inseridos em agendas e programações, estabelecem relação na produção cultural de várias cidades, além de uma jornada de 40 horas nos CIEP's, ou mesmo, numa situação de troca, transferindo-se para as estruturas de cultura dos municípios, entidades e instituições socioeducativas e culturais.

A criação da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do Estado, no segundo mandato do Brizola, em 1991, que passa a abrigar especialmente os CIEPs, apresentava várias coordenações de trabalho, dentre elas, a Coordenação de Animação Cultural. Os CIEP's apresentam a inusitada proposta de integrar a cultura da escola com a cultura da comunidade, onde é criado especialmente a função dos Animadores Culturais. Entre as suas tarefas, oferecer as facilidades que a nova escola – estádio esportivo, biblioteca, salão social e refeitório – para o uso comunitário, em especial nos dias em que não tem aula.

Responsável por um bom tempo pelas agendas culturais, o animador cultural foi se perpetuando como representante da cultura em vários municípios, para além dos muros das escolas estaduais e municipais. Pela força da tradição, o folclore se transforma no tema principal de ação, junto com iniciativas de preservação e tombamento dos patrimônios históricos e artísticos, anos depois, ainda mais ampliadas em função da contínua atuação do INEPAC, com a expansão de políticas de preservação, tombamento e apoio às manifestações folclóricas no estado.

No final do segundo governo Brizola, atendendo apelo do setor cultural, foi criada a Secretaria de Estado de Cultura. Houve um pequeno retrocesso na área cultural no governo Moreira Franco (1988-1992), com a recriação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Em 1989, ainda na gestão Moreira Franco, porém, recriou-se a Secretaria de Estado de Cultura (SEC).⁵⁶

⁵⁶ DECRETO Nº 13.476, DE 6 DE SETEMBRO DE 1989 - CRIA a Secretaria de Estado de Cultura, define sua estrutura básica, estabelece sua competência e dá outras providências. O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-12/4664/89 (E-01/18398/89), e CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê em seu artigo 215 que " o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais", CONSIDERANDO, portanto, que a democratização do acesso às atividades culturais é uma das finalidades da atuação governamental; CONSIDERANDO que esse objetivo pressupõe a organização de uma estrutura dinâmica, capaz de responder com agilidade à grande demanda da sociedade por uma política cultural moderna, acessível e de

No governo Marcelo Alencar é extinta a Secretaria de Estado de Cultura, transferindo a Cultura em uma nova arrumação administrativa, quando é criada a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, que será recriada no início da gestão do governo Garotinho, em 1999.

Nos municípios, os vazios no âmbito das políticas culturais, com estruturas administrativas reduzidas e sem autonomia, em sua grande maioria localizadas nas pastas da educação, ou esporte, lazer e turismo. As atividades desenvolvidas não apresentam planejamentos ou metas definidas de modo específico para a cultura, mas ações trabalhadas em algumas das linguagens de expressão artística (música, literatura, artes plásticas, cinema, literatura) no patrimônio (material e imaterial).

As ações culturais obedeciam a calendários em função das características mais acentuadas da cidade, considerando a tradição local; ao atendimento as efemérides ligadas a pasta da Educação, na exploração da geografia natural da cidade, ou ainda, em função da fabricação de agendas culturais em atendimento a interesses políticos ou econômicos. Além desses aspectos, o apelo de exploração comercial através do turismo cultural, em muitos municípios, apresentava-se como uma das atividades mais importantes do setor cultural.

Pela histórica relação administrativa da cultura nas unidades administrativas da educação, nas três esferas do poder público (federal, estadual e municipal), localiza-se profunda dependência da cultura em vários municípios fluminenses: as pastas municipais de educação absorvem o setor cultural, distribuídos em assessorias, coordenações, diretorias, superintendências ou ainda, subsecretarias de cultura.

Considerando a realidade dos municípios do estado do Rio de Janeiro, e as exigências das pastas titulares, o quadro que identificamos para a cultura apresenta limitações correntes. Além disto, o próprio contexto educacional é uma variante para tal limitação, onde a educação se mostra com práticas conservadoras na maioria dos municípios.

As secretarias municipais de educação vivenciam as limitações dos sistemas escolares e modelos arcaicos de prática educacional, aliadas ainda ao agravante cenário de carência de pessoal e orçamentos. Em várias cidades o dirigismo acentuado, em atenção a pauta da Educação, anulava ou limitava as ações culturais para operacionalização de processos inovadores, como por exemplo, a discussão de planos e orçamentos para a Cultura.

qualidade; CONSIDERANDO ainda a necessidade de descentralizar e desconcentrar as atividades do Poder Público Estadual, reservando a este as funções de coordenação e fomento, DECRETA: Fica criada a Secretaria de Estado de Cultura, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, que tem por finalidade a proposição e a execução da política cultural do Estado.

Durante anos, apesar do reconhecimento da cultura como elemento fundamental para o desenvolvimento social e econômico da sociedade, e mesmo apresentando rico cenário de diversidade e produção cultural, com genuínas manifestações artísticas, o contexto das políticas culturais dos municípios fluminenses se resumia aos eventos (pautados nos calendários religiosos, festas, ritos e datas cívicas escolares).

Em levantamento do IBGE/2006⁵⁷ referente aos Indicadores Culturais no Brasil, identifica-se nos dispositivos culturais dos municípios fluminenses que a localização de instrumentos de participação, discussão e avaliação da área cultural da cidade, suas ações e programas culturais, a presença de conselhos municipais de cultura, fundos e leis de incentivo à cultura, apresenta-se nulo, bem como os aparelhos de cultura (teatros, galerias de arte, cinema, biblioteca, espaços de dança, museus).

A ausência de tais instrumentos e ações é realidade na maior parte dos municípios, evidenciando quadro semelhante de ausências de políticas específicas para o setor. Nas administrações municipais, as indicações partidárias na distribuição das funções administrativas e ainda cenários peculiares atrelados aos feudos familiares, poderio econômico de grupos que se mantém entre o público e o privado, engessam a gerência pública, com um cenário assistencialista e prática de fisiologismo local.

Os poucos cargos na estrutura administrativa da Cultura são ocupados não pela competência técnica ou afinidades na área, mas em função dos interesses e influência partidária. Nesse cenário, a Cultura é relegada a espaço dos mais reduzidos na escala das prioridades dentro das prefeituras, ou encaixada, na composição se adequando a uma ou outra realidade da política local. Fato de anos antes, fazendo registro do município da região Noroeste:

“Varre Sai, pequena cidade ao noroeste do estado fluminense, deve seu nome a um fato local: tropeiros viajantes de passagem pela cidade tinham abrigo certo numa fazenda do lugarejo. Com pouso certo, água e frutas, os viajantes eram saudados pela escrita tosca, à carvão, na parede da sala principal da casa aos fundos da larga fazenda: varre e saí. A saudação-ordem-de-chegada deu nome ao lugar, que na década de 1990, não tinha cinema, biblioteca, teatro, galeria de arte, não tinha livraria e uma extensa lista de “não tem”, no tocante aos itens de aparelhos culturais, repetindo na íntegra, em mais de setenta e cinco dos noventa e dois municípios que compõem o estado. Varre Sai traz ainda um dado preocupante, se não pitoresco, que aponta detalhada reflexão de avanço, tensões e paralisia da cultura no estado do Rio de Janeiro, em especial, o interior: na prefeitura local, a política cultural dividia até o ano de 2003, espaço no mesmo setor, incluindo mesa e gestor, dos “assuntos gerais” do gabinete do prefeito, que englobava dentre outros, os serviços funerários da cidade.” (CAMPOS, 2007, p.215)

⁵⁷ Ver < <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv36016.pdf> >

Somado ao baixo e limitado orçamento das prefeituras e do governo estadual, a rubrica da cultura vivenciava restrições constantes, de pouca ou nula independência, com limitadas ações no âmbito do poder executivo municipal e estadual. Salvo as poucas experiências, em algumas cidades, na abrangência do mapa cultural do estado a cultura continua a ser pensada como um conjunto de práticas ou eventos artísticos, com a reprodução de conhecimentos que pouco influenciam no embate ideológico e na ação cotidiana da política, dentro das administrações públicas.

A criação de condições para o desenvolvimento de uma cidadania cultural, com a elaboração de projetos e ações que resultem de programas culturais, potencializando uma política cultural, não é realidade na maioria dos municípios do estado fluminense. O quadro existente na maior parte deles se molda ao mercado dos eventos, à prática de agendas de turismo comercial, à contínua pouca atenção dos chefes de executivo: “Quer pelas urgências que se apresentam nas listas de prioridades das administrações locais, quer pela posição sem conteúdo que destinam para cultura, numa sucessiva repetição de sem: sem espaço, sem verbas, sem orçamento, sem equipe.” (CAMPOS, 2007, p.215)

As poucas gestões municipais que administram a cultura de forma transversal e sistêmica, reconhecendo que a realização de políticas necessita de orçamento compatível com suas propostas, são casos isolados: não são frutos de uma diretriz geral que possa ser um retrato que se repete no estado, na maioria dos municípios.

No final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, após a criação do Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, poucas foram as mudanças no tocante a formulação e implementação de políticas nos municípios fluminenses. Constata-se marcante ausência da presença do estado, onde Lei do ICMS⁵⁸ ocupa os balcões de negociação entre poder público, empresas e produtores culturais. A concentração dos recursos do ICMS e das ações culturais na capital, perdurou durante décadas, com exceção de algumas cidades, beneficiadas pelo Estado, como Paraty, Armação dos Búzios e Petrópolis.

Temas e ações recentes da gestão do Ministro Gilberto Gil, a partir de 2003, com a instalação do primeiro governo Lula, traçam uma nova agenda para estados e municípios. No conjunto das inovadoras orientações do MinC, a importância de localizar e estimular os organismos participativos específicos (conselhos de cultura, paritários e deliberativos, fóruns e conferências) e a garantia de um orçamento mínimo para as respectivas estruturas

⁵⁸ Lei Estadual nº 2657, de 26 de dezembro de 1996 – Lei do ICMS. Dispõe sobre o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e dá Outras Providências.

administrativas da Cultura, propondo 2% do orçamento para a União, 1,5 % para os estados e 1,0% para os municípios.

As mudanças no Ministério da Cultura constituem um marco no âmbito das políticas públicas, passando a atuar em sintonia com as grandes questões nacionais, sem perder ações dirigidas nos municípios, inaugurando nova relação e diálogo. Os movimentos e respostas às várias indagações sobre o fazer cultural e o funcionamento da cultura passam a ser apresentados e discutidos em grande parte por esta recente atuação do Governo Federal e de algumas secretarias estaduais.

No início do século XXI, mudanças começam a ser localizadas em algumas gestões municipais do estado do Rio de Janeiro, onde até o ano 2000, menos de 20 cidades apresentavam unidades administrativas específicas para a cultura, com equipe, metas dirigidas de ação, orçamento e a organização de conselhos de cultura.

Com a nova linha de gestão do MinC uma parcela expressiva do setor cultural, na capital e em algumas cidades, apresenta indagações recorrentes, acerca da reflexão sobre a sua cultura local, sobre quem decide como deve ser fomentada a cultura, como serão definidos os projetos e como são avaliados onde devem ser aplicados os recursos, ou ainda, o que deve ser financiando. Neste rol de indagações, passa e ser considerando em um grau de fundamental importância o papel dos Conselhos de Cultura e os mecanismos necessários para a garantia de uma independência e autonomia para as estruturas administrativas da cultura.

“Os municípios começam a discutir nova pauta para cultura, onde dois fatores são preponderantes: a presença, participação e cobrança da sociedade e atores da área cultural (artistas, técnicos e trabalhadores de cultura) e a própria formação dos gestores, que passam a experimentar nova atuação, com melhor formação e capacitação para o desempenho da função na gestão cultural.” (CURVELLO, 2009, p.43)

Assim, uma nova concepção de políticas culturais passa a ser discutida, inicialmente, entre grupos e coletivos, fóruns e associações relacionadas a cultura da sociedade civil, gerando uma movimentação de debates no estado, que ainda contava com um Conselho Estadual de notáveis, sem eleição, indicados ou convidados pelo Governador.

Estimulados pelo MinC, agentes culturais, artistas, animadores culturais, pesquisadores e produtores culturais abrem canais de diálogo entre si, recorrendo as Casas Legislativas – Câmaras Municipais de Assembleia Legislativa do Estado do RJ.

Em 2004 o poder público começa a ser questionado pelos parlamentares - Vereadores e Deputados - e aos poucos abre a agenda de escuta com os “fazedores de cultura”. O crescente desses questionamentos é ampliado em 2005, quando é realizada a 1ª Conferência

Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, a partir da convocação do MinC. No Rio de Janeiro, as etapas de conferências municipais, intermunicipais e a estadual acontecem em ação compartilhada da Comcultura -RJ, UERJ, SEC RJ e MinC.

A criação da Comcultura-RJ, em 2001, é resultado da iniciativa de um grupo de gestores públicos de cultura instalado em variadas funções nas estruturas municipais (secretarias, fundações, subsecretarias, diretorias, coordenações e assessorias de cultura) que buscam caminhos de melhor desempenho na atuação. A presença de gestores culturais nas funções municipais é identificada na virada do milênio a partir de variados contextos: alguns têm convite direto dos prefeitos, outros são apresentados pela classe de artistas da cidade, outros pela distribuição partidária de cargos comissionados, outros pela trajetória pessoal nas artes e cultura ou por apresentarem destacado papel nas agendas festivas da cidade ou nos calendários escolares. Há ainda aqueles da sobra das divisões administrativas, fruto dos acordos e composições políticas, sob indicação de padrinhos políticos.

Logo após o encontro de secretários municipais de cultura promovido pelo governo estadual em Paraty, no início de 2001, e seu nulo resultado no tocante a encaminhamentos concretos, frustrando vários gestores (foi priorizada agenda de passeios turísticos-gastronômicos), surgiu a ideia de novos encontros. Era o início das trocas entre os gestores públicos de cultura dos municípios, criando inusitadas condições de diálogo. No mês de agosto, na cidade de Casimiro de Abreu, representantes de 27 cidades se reúnem durante a I Jornada Fluminense de Cultura, retomando o debate iniciado em Paraty. Um calendário de encontros é acordado e a decisão de organizar um possível curso de capacitação para o setor.

Novo encontro é marcado para outubro, em Armação dos Búzios, com vários convites para os demais dirigentes culturais de todas as regiões do estado fluminense. Durante três dias são elaborados os primeiros documentos da Comcultura-RJ, a Carta de Búzios⁵⁹, um

⁵⁹ CARTA DE BÚZIOS - Búzios, 24 de outubro de 2001: Nós, gestores públicos culturais, abaixo assinados, representando as regiões culturais que constituem os Municípios do interior fluminense, reunidos em Búzios, nos dias 23 e 24 de outubro de 2001 para discutir as políticas culturais dos respectivos municípios e do próprio Estado do Rio de Janeiro. CONSIDERANDO a importância do Estado do Rio de Janeiro como polo de cultura que respeita as manifestações culturais nos vários segmentos da sociedade; CONSIDERANDO que há necessidade de permanente intercâmbio entre a capital e o interior para que o equilíbrio de distribuição de recursos seja equitativo, permitindo que haja produção e desenvolvimento da cultura no interior do Estado do Rio de Janeiro; CONSIDERANDO que um trabalho permanente junto à sociedade com programas e projetos sólidos cria raízes para a formação e manutenção de uma política administrativa, respeitando o princípio da continuidade; CONSIDERANDO que a tradição histórica marcou de forma intensa a cidade do Rio de Janeiro como capital do País, gerando uma concentração de equipamentos culturais na metrópole carioca em detrimento do interior que, por sua vez é base primordial do patrimônio material e imaterial; CONSIDERANDO que a nova política cultural do Governo do Estado do Rio de Janeiro acena para uma descentralização, o que se coaduna com a necessidade premente de uma destinação de recursos para se incentivar um desenvolvimento cultural fluminense autônomo nos moldes já existentes em outros setores públicos como por exemplo o SUS (Saúde) e FUNDEF (Educação), de modo a fortalecer a cidadania cultural fluminense e reforço da identidade do seu povo;

comunicado para SEC RJ e uma proposta inicial de curso de capacitação para os gestores públicos e agentes culturais. A solicitação da Comcultura-RJ encaminhada a SEC RJ, justificava-se pela necessidade da presença de mão de obra capacitada no novo cenário cultural brasileiro, com estados e municípios, instituições e entidades, trabalhadores e técnicos de cultura vivenciando o tempo presente da história, onde construção era uma das palavras chaves, onde se inicia o caminhar dos investimentos de profissionais do gestor cultural. A figura do gestor cultural, tão recente quanto o próprio exercício da gestão cultural, faz referência ao *Discurso Competente*, de Marilena Chauí: “não é qualquer um, que pode dizer a qualquer outro, qualquer coisa, em qualquer lugar e em qualquer circunstância.” (CHAUÍ, 2006, p.16)

Com uma eficiente rede de comunicação em todas as regiões do estado, interagindo com gestores públicos e agentes culturais, a Comcultura-RJ se estabelece como um polo agregador na promoção de encontros e cursos, intercâmbios e trocas, iniciando em 2002 uma ação que será referência no investimento de formação e capacitação cultural (*ver imagens Nº 17, 18 e 19/ANEXOS*), o Seminário Permanente de Políticas Culturais do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Departamento Cultural da UERJ⁶⁰.

CONSIDERANDO que o orçamento público de Estado do Rio de Janeiro para a área da cultura não contempla a transferência direta de recursos para os municípios do interior; CONSIDERANDO que os bens culturais tangíveis e não tangíveis do interior do Estado do Rio de Janeiro, através de seus Municípios, possuem valores indiscutíveis e incontestáveis que permitiram o desenvolvimento e manutenção da história e tradição de seu povo; CONSIDERANDO que a descentralização dos recursos para a cultura possibilita maior democratização do acesso e da oferta, abrindo um caminho coerente e eficiente para que os gestores culturais nas esferas governamentais estadual e municipal possam desenvolver programas que reflitam a realidade local em respeito aos artistas e às diversas manifestações culturais; CONSIDERANDO, finalmente, que a experiência adquirida com a prática de reuniões das regionais de cultura, através dos seus representantes de gestão pública, fortaleceu de maneira incontestável a voz da sociedade, dos artistas e dos produtores culturais, diagnosticando a vontade de consumo do produto cultural; PROPOMOS: A criação de um FUNDO ESPECIAL DE CULTURAL com destinação do percentual de 20% (vinte por cento) do orçamento da Secretaria de Estado de Cultura para repasse direto aos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, signatários do presente documento, para aplicação em projetos culturais; Definição de regras para que os Municípios tenham acesso à liberação dos referidos recursos, com preenchimento de requisitos próprios necessários, quais sejam; Projetos para infraestrutura, fomento, formação e cultura popular locais; Formação de Plateia; Prioridade para programas permanentes e não projetos e eventos isolados; Assim sendo, em nome da CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, que reflete através de seus Coordenadores e Representantes Regionais da Comissão Estadual dos Gestores Públicos de Cultura – COMCULTURA RJ a vontade da sociedade e a valorização da identidade do povo, esperam e confiam no deferimento da proposta para um novo momento da produção cultural do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁰Entre as parcerias firmadas para execução das atividades da Comcultura RJ, entre 2001 a 2012, diversos gestores públicos e agentes culturais de todas as regiões do estado fluminense, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - MEC, Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro - SEC RJ (entre os anos de 2009 a 2011), e o Ministério da Cultura Fundação, através da Fundação Casa de Rui Barbosa e a Secretaria da Diversidade Cultural, através do Programa Cultura Viva, quando organizado o Pontão Rede Fluminense de Cultura. Na soma das ações desenvolvidas pela Comcultura RJ, o foco dos dez anos de atividades foi a formação e capacitação no setor cultural, com calendário contínuo do Seminário Permanente de Políticas Culturais, Encontros Regionais de Cultura, Documentário e Oficinas e Publicações Série Políticas Culturais. Para acesso aos registros do SPPPC RJ e outros documentos: < <https://comculturarj.blogspot.com/> >

Como mencionado no capítulo dois, o Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (SPPPC RJ), com atividades durante 10 anos, de 2002 a 2012, promoveu fundamental iniciativa em prol da formação cultural, nas variadas funções do setor, na busca de pressupostos, entre os participantes dos cursos, oficinas e encontros, de capacitar mais atores para atuação na área cultural.

Em função da presença do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que aglutinava participantes de todas as regiões do estado, em 2005, a Comcultura-RJ organiza, em parceria com o Departamento de Cultura da UERJ, a conferência intermunicipal com mais de 30 cidades, e tem papel chave na organização da 1ª Conferência Estadual de Cultura, realizada em novembro, no Sindicato Nacional dos Editores de Livros | SNEL, com eleição da delegação fluminense para etapa nacional (*ver imagem N°43, 44 e 45/ANEXOS*):

“O ano de 2006 foi especialmente importante para o Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultural do Estado do Rio de Janeiro. Foi o ano de sua consolidação como programa eficaz tanto para a capacitação quanto para a atualização de gestores de cultura; porém, não só para estes. Consolidou-se também como um ambiente de reflexão para todos os que militam de alguma forma no que – acredito – se convencionou chamar de área da cultura, ja saber: patrimônio material, imaterial e natural, eventos artísticos-sociais; educação para capacitação; produção, promoção e financiamento do artesanato e das artes; manifestações e celebrações populares; cidadania e inclusão social; políticas e programas de educação; formação e reflexão não-formal; turismo cultural; bibliotecas públicas e programas de leitura; cotidiano urbano e campesino como fonte de geração de renda.” (LEMOS, 2007, p.11)

Nos anos de 2006 e 2007, vários representantes do setor cultural fluminense, de modo ainda mais amplo, passam a se envolver mais no processo de mudanças propostas pelo MinC. Nesse período recentíssimo, nos anos finais da primeira década do novo século, muito mais pelas exigências apresentadas pela própria sociedade civil, pela comunidade artística, um novo canal de interlocução é instaurado junto a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e as Prefeituras.

Identificado o cenário da cultura estadual fluminense, que se repete como reflexo em várias cidades, o relatório do Mundiacult (México, 1992) com a proposição do decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural das Cidades, a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, e por fim, a nova linha de gestão cultural adotada pelo MinC, produzem impacto no setor cultural da capital do estado do Rio de Janeiro e em algumas cidades polos nas regiões do estado. Soma-se a isso o discurso de algumas lideranças de partidos da

esquerda, em sintonia com o MinC, que estimulam a movimentação de agentes culturais na preposição de novas práticas para gestão cultural do estado e das cidades.

Implementadas em quase todas as unidades federativas, no estado do Rio as mudanças começam em meados de 2009, quando pela primeira vez a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ) propõe a discussão de políticas participativas de longo prazo, por meio de um plano decenal sujeito a revisões periódicas, não restritas à classe artística e construídas em conjunto com todos os municípios do estado.

“Esta é uma oportunidade de construção conjunta única. A nossa tarefa, além de mobilizar e chamar a atenção dos artistas para que possam participar da construção do plano, é operacionalizar a elaboração do plano de modo geral, garantindo várias etapas para sua elaboração. A implementação do plano encerra um longo período de trabalho, com a participação da população e dos grupos representantes das diversas classes aprimorando o documento.” (Adriana Rattes. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2008)

Estabelecer princípios, diretrizes e metas para as ações da SEC RJ, pelos próximos 10 anos, foram os objetivos para iniciar a elaboração do Plano Estadual de Cultura. Concebido a partir de um debate com a sociedade e especialistas, a elaboração da minuta do plano percorreu uma agenda inédita pelo Estado, com reuniões abertas em várias cidades, além de uma consulta pública aberta, virtualmente. “O Estado do Rio de Janeiro tem uma peculiaridade, que é o de concentrar 73% da população na Região Metropolitana. Priorizar ações para atender essa fatia da população, sem deixar de lado o interior do estado é fundamental.” (AMORIM, 2017, p.14)

Com um atraso diante do cenário nacional, e outras secretarias estaduais, em 2009 a SEC RJ empreende um inédito trabalho de mobilização para a participação social e pela qualidade na elaboração dos documentos contando com especialistas e convidados. Foram realizados 92 encontros municipais e 08 regionais em todo estado, incentivando o diálogo entre gestores públicos e agentes culturais fluminenses reunindo mais de 05 mil participantes. O documento organizado em seis eixos, aponta objetivos, estratégias - que representam as escolhas, as ações - os programas e projetos, e as metas, balizadores dos objetivos.

Os eixos foram divididos em: cultura e cidadania; cultura, diversidade, patrimônio e memória; cultura, educação e juventude; cultura e desenvolvimento sustentável; gestão da cultura e financiamento da cultura. Entre os especialistas envolvidos na elaboração inicial, professores da PUC-Rio, SEBRAE, Rio Criativo, o Instituto Gênesis, entre outros convidados da SEC RJ.

Um núcleo de propostas apresentadas pela sociedade civil, resultado de discussão anterior da 1ª Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2005, e dos encontros

presenciais organizados pela SEC RJ, foram integradas ao texto. Com a minuta pronta, o texto ficou aberto para consulta pública, onde qualquer pessoa ou entidade pudesse enviar comentários, críticas e sugestões para o planejamento de longo prazo que previa contemplar os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Ainda durante os encontros presenciais, e acompanhando o andamento de instalação de Sistemas Estaduais de Cultura em outras unidades da federação, a SEC RJ amplia o planejamento inicial, onde apenas a concepção do Plano Estadual de Cultura estava em discussão. Um texto mais amplo, compreendendo uma Lei estadual para a Cultura começa a ser alinhavado, reunindo várias peças integrantes, à exemplo do SNC, além do Plano Estadual.

O plano passaria a integrar o Sistema Estadual de Cultura, um modelo participativo de gestão de políticas públicas de cultura – implementado pela SEC, cuja estrutura seria definida em Projeto de Lei encaminhado à Assembleia Legislativa no início de 2013.

Após os vários encontros presenciais, entre 2009 e 2010, e o período de consulta pública (2011 a 2013), é traçado um diagnóstico da cultura fluminense. Entre representantes da sociedade civil é reconhecido o esforço de mobilização política pelo poder público, tanto da SEC RJ e várias prefeituras em todas as regiões do estado, para a concepção do documento produzido que dá origem ao texto-base da Lei do Sistema Estadual de Cultura e do Plano Estadual de Cultura.

“Na motivação dos agentes culturais, a garantia de uma nova pauta nos gabinetes, tanto no governo estadual, como em várias cidades, na formulação de políticas públicas da cultura. “Do ponto de vista das políticas, houve uma expansão da diversidade cultural, gerando demandas onde parte da população deixou de ser considerada apenas público e passou à condição de agente cultural, significando desafio para o poder público.” (ROCHA, 2007, p.46)

Neste mesmo período, o Conselho Estadual de Cultura do RJ, criado em 04 de abril de 1975 (Decreto-Lei nº 589), com 21 membros efetivos e 04 suplentes, todos indicados pelo poder executivo, é extinto gradativamente, uma vez que os conselheiros empossados em 17 de abril de 2007, com término do mandato em 2011, não são reconduzidos. Sem novos nomes indicados a SEC RJ projeta alteração da estrutura e composição do Conselho Estadual, em uma clara conexão com o Sistema Nacional de Cultura.

Em caráter provisório é organizado o Grupo de Coordenação Estadual (GCE) como uma instância de articulação, colaboração e participação representativa dos municípios e da sociedade civil no processo de elaboração do Plano Estadual e da Lei de Cultura do RJ.

Tratava-se de um espaço de interlocução entre a Secretaria e a sociedade que seria retomado para acompanhar a Lei Estadual de Cultura, uma instância de assessoramento formada por integrantes do poder público, da sociedade civil e da Assembleia Legislativa do estado do RJ. O GCE foi constituído quando o mandato do último Conselho Estadual de Cultura expirou, no final de 2011, mas ainda não tinham sido definidas as novas regras de composição para um novo conselho, discutidas na ocasião no âmbito da nova legislação para a cultura fluminense. O GCE teve papel importante nas discussões dos textos do Plano e da Lei Estadual de Cultura, que seguiram para a Assembleia Legislativa do estado.

A decisão da secretária Eva Doris Rosental em retomar os trabalhos do GCE, foi motivada pela necessidade de manutenção de um amplo diálogo, até que fosse instituído o Conselho Estadual de Cultura, e a SEC garantisse canais de diálogo com a sociedade civil, em colaboração durante a tramitação da Lei Estadual de Cultura na ALERJ, mantendo diálogo mais direto com as 10 regionais do estado. O grupo não substitui o futuro Conselho, mas preencheu um espaço institucional de interlocução entre a sociedade civil e gestores públicos.

Para representar a sociedade civil devem ser informados à SEC até o final do mês de maio os nomes de 02 integrantes de cada região (titular e suplente). O mesmo em relação aos nomes que representarão o poder público. O GCE representará assim as 10 regiões do estado: Metropolitana I – Capital, Metropolitana II – Baixada Fluminense, Metropolitana III– Leste Fluminense, Centro-Sul Fluminense, Costa Verde, Médio Paraíba, Baixadas Litorâneas, Noroeste, Norte e Serrana), totalizando 40 membros, sendo 20 titulares e outros 20 suplentes, onde as regiões são totalmente livres para definir os nomes que comporão o GCE.

A SEC recomenda, porém, que os escolhidos para representar a sociedade civil sejam pessoas com experiência de no mínimo 05 anos de atuação na área da cultura e que tenham participado de uma das conferências estaduais de cultura, preferencialmente na condição de delegados. O GCE tem caráter consultivo, com várias reuniões até a realização da 3ª Conferência Estadual de Cultura, em 2012.

No ano de 2014 o andamento do processo fica estático no gabinete da SEC RJ. Além das questões internas na própria pasta, com descontinuidade na estrutura profissional do órgão estadual, disputas no cenário político-eleitoral, e ainda, pela diminuição da presença da sociedade civil, o trâmite de envio da matéria para ALERJ é lento.

“Com envolvimento de mais de cinco mil participantes, desde o início de elaboração do Plano Estadual de Cultura em 2009, a criação do Sistema Estadual de Cultura é resultado de um trabalho que envolveu muita gente nas dez regiões do estado - Metropolitana I - Capital, Metropolitana II - Baixada Fluminense, Metropolitana III - Leste Fluminense, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense,

Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro Sul-Fluminense, Costa Verde, entre agentes culturais, artistas, produtores culturais, especialistas convidados, gestores das prefeituras e a equipe da Secretaria de Estado de Cultura.” (Adriana Rattes - Secretária de Estado de Cultura do RJ. Pronunciamento em julho de 2014)

Neste período é instalado no gabinete da SEC RJ uma assessoria específica de Políticas Culturais (SEPCult), organizado no início do ano de 2015. O setor responsável pela colaboração de construção e implantação de políticas culturais para o Estado do Rio de Janeiro, com particular interlocução, integração, diálogo e apoio junto aos municípios fluminenses, apoiando o desenvolvimento cultural fluminense através da efetivação de políticas culturais no âmbito da estruturação dos Sistemas de Cultura, em atenção aos artistas, produtores culturais, gestores públicos, conselheiros de cultura agentes e animadores culturais, pesquisadores, e arte-educadores.

Dentre as funções e atribuições da assessoria a manutenção de um canal permanente de interlocução junto às Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, Ministério da Cultura e Prefeituras para o desenvolvimento dos programas, projetos e ações ligadas a uma parte do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e o PADEC – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro⁶¹.

O processo de implantação do Sistema Estadual de Cultura do RJ, com efetivação de políticas públicas de cultura de médio e longo prazo para o estado fluminense, integrando os 92 municípios, e ainda, estruturando a própria SEC para as medidas a serem adotadas na gestão, justificou a criação da assessoria. Em maio de 2015 o tema volta para pauta da SEC RJ, com início do trâmite da Mensagem Nº 22/2015 do Poder Executivo para o Poder Legislativo no mês seguinte.

⁶¹ Execução do PADEC – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, destinado ao financiamento de projetos estruturantes propostos pelos próprios órgãos de cultura dos municípios, com recursos oriundos de parceria com o Ministério da Cultura, executou ações em 78 municípios, compreendendo as seguintes linhas de atuação: Qualificação da Gestão Cultural (Edições do Curso de Gestores Públicos e Agentes Culturais em modalidade presencial, semipresencial e à distância; Dinamização para apoio na implementação dos Sistemas Municipais de Cultura, *em especial para elaboração de Planos Municipais de Cultura* com apoio de profissionais qualificados para promover articulações entre município, sociedade, universidades e governo estadual, no sentido de provocar a mobilização, debate e planejamento conjunto das políticas culturais; Apoio de Infraestrutura direto aos municípios, com doação de equipamentos para implementação e/ou modernização de teatros, cinemas, cineclubes e espaços multiuso. As ações se justificam no cumprimento do estímulo e potencialização da promoção do desenvolvimento cultural do Estado, através da efetivação de políticas culturais pela efetivação e instalação do Sistema Estadual de Cultura do RJ, de forma a favorecer o entendimento, o acesso e a integração do cidadão fluminense ao contexto das políticas culturais no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, considerando o cenário dos municípios fluminense; Modernização de espaços culturais (teatros, cinemas, cineclubes e espaços multiuso) com a aquisição de telas, projetores, sistema de som, aparelhos de DVD, Blue Ray para o fortalecimento das instituições culturais e ampliação das possibilidades técnicas para oferta de espetáculos, shows, cinemas e cineclubes, contribuindo para a criação, fruição e produção local de cultura de forma contínua e cada vez mais qualitativa.

O PL 533/2015 começa a ser apreciado no dia 25/06/2015, pelos Deputados Estaduais, que apresentam várias emendas ao texto original que institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura e apresenta como anexo único as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura.

O PL é encaminhado para as Comissões e Mesa Diretora para parecer (Constituição e Justiça, Cultura, Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional, da Mesa Diretora, Economia, Indústria e Comércio, Tributação, Controle e Arrecadação, Orçamento e Finanças), seguindo a relatoria dos Deputados Zaqueu Teixeira, Luiz Paulo, Marcia Jeovani, André Ceciliano, Waldeck Carneiro, Edson Albertassi e Pedro Fernandes.

“A promoção de políticas de gênero, entretanto, foi suprimida do Plano Estadual de Cultura (Eixo 2, estratégia 2.1.2) por força da bancada cristã na ALERJ, que logrou ainda incluir entre os objetivos expressos do Sistema a promoção de manifestações religiosas (art.3, XI), pontos em que a organização da sociedade civil poderia ter feito significativa diferença.” (AMORIM, 2017, p.58)

Com 139 emendas apresentadas e prazo inferior a uma semana para retorno de análise do Executivo, assessores diretos da Secretária de Estado de Cultura – Eva Doris Rosental, analisam o conjunto de emendas, artigo por artigo. Na negociação de composição das emendas com os Deputados Zaqueu, Luiz Paulo e Albertassi, o texto final é acordado com os líderes de partidos, considerando as emendas que tornaram obrigatórios a descentralização de recursos para o interior do estado (art. 21, I) e investimentos em ações culturais para pessoas com deficiência (art. 21, III), por exemplo.

“No nosso entendimento, a assimilação de que a Cultura pode desempenhar um papel maior do que permitir o prazer da fruição artística e o encontro das pessoas com as muitas formas de sensibilidade que a arte pode proporcionar. Com a aprovação da Lei Estadual de Cultura, além do reconhecimento da diversidade de expressões, tradições e valores, que têm papel fundamental na construção da identidade da cultura do nosso Estado, a Lei aprovada garante a afirmação de direitos e associação da Cultura e desenvolvimento econômico.” (Deputado Zaqueu Teixeira - Presidente da Comissão de Cultura ALERJ. Pronunciamento em 07/2015)

Em 07 de julho de 2015 é sancionado pelo Governador do Estado o Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (*ver imagens N° 78 e 79 /Anexos*), o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura e o Plano Estadual de Cultura - Lei 7035/2015⁶² que trata da

⁶² Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro/Plano Estadual de Cultura - GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Lei 7053/2015 e apresenta como anexo único, as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/d9efbccd9957bb9483257e8a005fc958?OpenDocument>>

instituição, princípios e objetivos do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, destinado a promover condições para a melhor formulação e gestão da política pública de cultura no estado do Rio de Janeiro, pactuado com a União Federal, os municípios e sociedade civil, objetivando o exercício pleno dos direitos culturais e a promoção do desenvolvimento humano.

“Começando em 2009, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio Janeiro trabalhou muito para construir seu Sistema Estadual, integrado ao Sistema Nacional e abrindo uma comunicação direta com os Sistemas Municipais. Para dar materialidade jurídica ao Sistema, discutimos uma nova legislação para a Cultura fluminense. A Lei Estadual de Cultura encara este desafio: institui um Plano de longo prazo, com diretrizes e estratégias para a área; cria um novo Conselho Estadual, que vai contar com mais participação social na formulação e no acompanhamento de políticas públicas; implementa um Programa de Fomento, com o Fundo Estadual de Cultura e alternativas para o financiamento da cultura, que não está restrito a orçamentos modestos e mecanismos de isenções fiscais.” (Eva Doris Rosental - Secretária de Estado de Cultura. Pronunciamento em 10/07/2015)

Dos componentes do Sistema Estadual de Cultura do RJ, o Programa de Formação Cultural; os Mecanismos de Participação Social (Conferências, Fóruns Regionais e Setoriais) e os Indicadores Culturais dão densidade à estrutura, onde cada uma das peças, integradas, movimentam a engrenagem de um processo que deve ser permanentemente aprimorado, na medida em que vai sendo aprofundado à própria dinâmica.

Logo após sancionado pelo Governador Luiz Fernando Pezão, parte do Sistema estadual de Cultura é regulamentado com o decreto 45.419, de 19/10/2015, com parte dos seus integrantes: a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, o órgão coordenador do SIEC e suas entidades vinculadas, o Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC, o Conselho Estadual de Tombamento⁶³, a Conferência Estadual de Cultura, as Conferências Regionais de Cultura, a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado – ALERJ, os Órgãos públicos gestores e sistemas de cultura dos municípios fluminenses, os Conselhos municipais de Cultura, os Conselhos municipais de Proteção do Patrimônio Cultural, os Fóruns setoriais e regionais existentes ou que vierem a ser criados e a Comissão Intergestores Bipartite.

http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=3&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2M4YWEwOTAwMDI1ZmVIZjYwMzI1NjRIYzAwNjBkZmZmL2Q5ZWZiY2NkOTk1N2JiOTQ4MzI1N2U4YTAwNWZjOTU4P09wZW5Eb2N1bWVudA==>

⁶³ O Conselho Estadual de Tombamento, instituído através da Lei nº 509, de 03 de dezembro de 1981, passa a integrar a estrutura da Secretaria de Estado de Cultura.

O Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC), órgão colegiado deliberativo, de composição paritária, integrante do Sistema Estadual de Cultura, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura, é uma das instâncias de articulação, pactuação e deliberação.

“Apesar das limitações e das dificuldades enfrentadas pelos conselhos de políticas, não se pode minimizar sua contribuição para o alargamento da cidadania. Foi o resultado de conquistas dos movimentos populares e da sociedade civil. Trata-se de um processo em construção que assinala possibilidades concretas de desenvolvimento de novas arenas públicas de intermediação de interesses e de novos formatos de mecanismos decisórios que poderão ter a capacidade de incorporar no aparato estatal a crescente complexidade das demandas da sociedade.” (MEIRA, 2004, p.186)

Composto por 64 conselheiros, sendo 32 titulares e seus respectivos suplentes, as cadeiras do CEPC RJ estão assim distribuídas: 16 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo poder público, assim discriminados: 02 representantes da Comissão de Cultura da ALERJ, 14 membros, dentre os quais, deverão constar pelo menos 01 representante do poder público estadual, 01 representante do poder público municipal, 01 representante de instituição acadêmica, 01 representante de instituição de relevância cultural no Estado do Rio de Janeiro.

Os 16 membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil, 10 membros das regiões do estado eleitos nas Conferências Regionais de Cultura convocadas e organizadas pela SEC, representantes do Noroeste, Norte, Serrana, Baixadas Litorâneas, Leste Fluminense, Metro Capital, Baixada Fluminense, Centro-Sul, Médio Paraíba e Costa Verde, e 06 membros representantes dos Segmentos Artísticos Culturais (Artes Cênicas; Música; Cultura Popular; Audiovisual; Literatura e Artes Visuais), eleitos presencialmente e/ou virtualmente.

Após o processo de eleição do CEPC RJ para o biênio 2016-2018, entre 22 de outubro de 2015 e 04 de abril de 2016, a SEC enviou à Casa Civil o nome dos conselheiros para nomeação, publicada na edição de 30 de maio de 2016 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto de 25 de maio de 2016.

Nesse curto período teriam sido cumpridas etapas de: planejamento dos regulamentos da eleição; esclarecimento do processo para que as pessoas pudessem efetivar sua participação; divulgação dos eventos; mobilização local e virtual, para que se conhecesse os candidatos; organização logística e efetiva realização da eleição de conselheiros e suplentes.

A solenidade de posse ocorreu no dia 30 de maio de 2016 (*ver imagem Nº 83 e 84 /Anexo*), na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no Auditório Barbosa Lima Sobrinho, Palácio Tiradentes, situado na Rua Primeiro de Março, s/n Praça XV, cidade do Rio

de Janeiro. Após a posse foram realizadas três reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária para elaboração do Regimento Interno, de qualificação na área cultural e para eleição da mesa diretora.

O CEPC RJ realizou também reunião ampliada em cada uma das dez regiões do estado para divulgação de suas atividades e fortalecimento das políticas culturais estaduais, municipais e sua integração. O órgão manteve em pleno funcionamento com a participação dos seus membros titulares e suplentes, que passam a contribuir para a formulação das políticas e ações da SEC, de forma integrada com municípios e sociedade civil.

Desde a primeira estrutura para a Cultura na administração Estadual, mais de 40 anos se passaram até a efetiva presença de um organismo com a participação social, eleita, na estrutura do governo estadual. Como seriam formuladas ou pensadas as políticas públicas de cultura do estado do Rio de Janeiro agora com essa nova composição do Conselho Estadual, era ainda uma indagação em aberto.

O CEPC RJ realizou reuniões em variados locais, na capital e nas regiões do mapa RJ, em uma ampliada ação em cada uma das 10 regiões, divulgando suas atividades e fortalecendo as políticas culturais estaduais, municipais e sua integração. O órgão manteve funcionamento contínuo entre os anos de 2016 e 2018, com indiscutível contribuição para a formulação das políticas e ações do Sistema Estadual de Cultura do RJ.⁶⁴

⁶⁴ Biênio 2016-2018 Conselho Estadual de Política Cultural – Titulares: Alberto Cipiniuk/Artes Visuais; Albes Ribeiro - Mestre Abutre/Região Costa Verde; Antônio Veríssimo dos Santos Júnior/Relevância Cultural; Augusto Carmo Vargas Júnior/Artes Cênicas; Bruno Azevedo da Costa/Região Norte; Carla Méri Santos da Silva/Literatura; Carlos Eduardo Fíngolo Tostes/Região Noroeste; Carlos Henrique Pimentel Luiz /Região Baixada Litorânea; Célia de Fátima Pinheiro Moreira (Célia do PIM)/Região Centro Sul; Cleisemery Campos da Costa (Presidente)SEC – RJ; Daniel de Oliveira Melo (Daniel Guerra)/Música; Ecio Pereira de Salles/ Vice-presidente, Relevância Cultural; Eduardo Novelli Valente (Eduardo Valente)/Relevância Cultural; Emanuel de Melo Vieira/SEC- RJ; Eva Doris Rosental (Secretária de Estado de Cultura)/SEC-RJ; Heloísa Helena Oliveira Buarque de Hollanda/Relevância Cultural; Heloisa Magalhães Goulart de Andrade/SEEDUC – RJ; Ivan José Machado da Costa/Região Baixada Fluminense; Leonardo Caravana Guelman/Instituição Acadêmica; Marcello Político Penha (Marcello Pinguim)/ALERJ; Maria de Fátima da Silveira Santos (Fatinha do Jongo)/Relevância Cultural; Marinez Teodoro Fernandes/Região Médio Paraíba; Morgana Eneile Tavares de Almeida/ALERJ; Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo)/Região Metropolitana Leste; Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu/Relevância Cultural; Reinaldo Sant'ana/Região Metropolitana Capital; Roberto Monzo Filho/Poder Público Municipal; Robson da Costa Dias - Mestre Tio Robson/Cultura Popular; Rodrigo Fagundes Bouillet/Audiovisual; Sayonara Zeitune -Nara Zeitune/Região Serrana; Sérgio Perim Faria Júnior/Poder Público Municipal; Silvia Câmara Soter da Silveira (Silvia Soter)/Relevância Cultural. – Suplentes Ana Cândida Baêso Moura/SEC-RJ; Antônio Faria Thomaz (Mestre Nico)/Relevância Cultural; Bárbara Cortese Caldas/Literatura; Carlos Renato Costa Marinho/SEC-RJ; Celso Athayde/Relevância Cultural; Cesar Augusto da Silva Júnior/Relevância Cultural; Cirlene da Silva Fernandes/SEEDUC-RJ; Cláudia Fernandes Porto/Relevância Cultural; Denise Acquarone de Sá/Metropolitana Capital; Dilma de Andrade Negreiros/Região Norte; Elaine Ferreira Torres/Instituição Acadêmica; Fábio Ricardo Lucchesi/Música; Felipe Ribeiro de Carvalho/Metropolitana Leste; Fernanda Pires Borriello/Artes Cênicas; Florence Jacq/ALERJ; Geisa da Silva de Jesus (Geisa Ketti)/Cultura Popular; Jorge Luiz da Costa/Baixada Litorânea; José Facury Heluy/Poder Público Municipal; José Miguel Filho/Região Costa Verde; Julia Moulin Souto/ALERJ; Marcelo Basbus Mourão/Relevância Cultural; Marcia Dória Pereira - Mãe Márcia/Relevância Cultural; Maria Beatriz Silva (Flor de Esperança)/Região Noroeste; Maria do Socorro Brito Araújo - Numa Ciro/Relevância Cultural; Olga Maria

Ainda em 2016, no mês de novembro, foram realizados Encontros Regionais nas das 10 regiões do estado envolvendo os 92 municípios, com agendas específicas em defesa do Sistema Estadual de Cultura e pela manutenção da SEC RJ. Os encontros regionais extraordinários foram ação imediata ao decreto Nº 45.809, de 03 de novembro de 2016, publicado no diário oficial na véspera do dia nacional da cultural.

No decreto do Governador Luiz Fernando Pezão a determinação de extinção da SEC RJ, com fusão em outra pasta, culminando em uma nova estrutura (Secretaria de Estado de Cultura à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação) no mês de dezembro. Além de fragilizar o cenário da estrutura administrativa da Cultura e do sequente cenário de instabilidade nos municípios, na avaliação do CEPC RJ, o decreto do Governador causaria ainda uma desestabilização das ações para efetivação do Sistema Estadual de Cultura do RJ.

Três dias após a publicação do Decreto, reunindo artistas, agentes e produtores culturais, a sociedade de modo geral, motivados pela valorização da política cultural fluminense, o CEPC RJ anuncia a campanha #FICASEC (*ver imagem Nº 89/Anexos*) pela defesa e manutenção da estrutura administrativa da Cultura do estado fluminense.

A expressiva mobilização nas redes sociais através da hashtag #FicaSEC, as diversas reuniões e apelos aos deputados na Assembleia Legislativa e a fundamental colaboração de agentes culturais que resistem a fusão da SEC RJ em uma outra pasta, revela um grande ato suprapartidário.

A ocupação do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, somada a pressão do setor cultural, foi determinante para impedir o fim da SEC RJ um mês depois. O recente Conselho Estadual de Política Cultural do RJ, empossado poucos meses antes, cumpriu papel fundamental em todo o estado na articulação política dos agentes de cultura envolvidos na defesa e na sustentação institucional da própria Secretaria. A campanha pela permanência da SEC não teria a mesma força se o esforço de construção prévio de um conselho plural e representativo das regiões do estado e de diversos segmentos artísticos não

Esteves Campista/SEC-RJ; Paulino Barbosa de Oliveira/Região Médio Paraíba; Paulo Lourenço Berto -Paulo China/Audiovisual; Renata Nascimento y Mansour/Relevância Cultural; Roberto Gaspari Ribeiro/Baixada Fluminense; Sandra Costa Siaines de Castro/Região Serrana; Vera Lúcia Alves Pereira/Região Centro Sul; Wellington Cordeiro/Artes Visuais. Reuniões: 30/05/2016 – Posse - Assembleia Legislativa do Estado do RJ; 26/07/2016 - 1ª Reunião Ordinária - Auditório da Biblioteca Parque Estadual; 27/09/2016 - 2ª Reunião Ordinária - Auditório/Sala Cecília Meireles; 25/10/2016- 1ª Reunião Extraordinária - Auditório/Biblioteca Parque Estadual; 29/11/2016- 3ª Reunião Ordinária - Museu do Ingá; 31/01/2017- 2ª Reunião Extraordinária - Escola de Música Villa-Lobos; 28/03/2017 - 4ª Reunião Ordinária - Auditório/Sala Cecília Meireles; 19/06/2017 - 3ª Reunião Extraordinária - Auditório/Sala Cecília Meireles; 27/06/2017- 5ª Reunião Ordinária - Casa França-Brasil; 26/09/2017 - 6ª Reunião Ordinária - Casa França-Brasil; 31/10/2017 - 4ª Reunião Extraordinária – Auditório/Rádio Roquette Pinto; 28/11/2017 - 7ª Reunião Ordinária - Auditório/Rádio Roquette Pinto; 27/02/2018 - 8ª Reunião Ordinária - Auditório/Rádio Roquette Pinto ; 25/04/2018 - 9ª Reunião Ordinária - Anexo/Theatro Municipal; 25/07/2018 - 10ª Reunião Ordinária - Auditório da Rádio Roquette Pinto; 29/08/2018 – 5ª Reunião Extraordinária – Auditório/Biblioteca Parque Estadual; 26/09/2018 – 11ª Reunião Ordinária – Auditório/Biblioteca Parque Estadual.

tivesse garantido o nível de representatividade exigida pela sociedade civil nos fóruns de participação anteriores (sobretudo as Conferências Estaduais de Cultura).

Na campanha, quatro ações são anunciadas na Tenda dos Morangos Mofados, abertura da FLUP, na Cidade de Deus, pela Presidente e o Vice Presidente do CEPC RJ (Cleise Campos e Écio Salles): audiência pública na ALERJ, com amplo debate sobre a importância de manutenção da SEC RJ; solicitação de audiência com o Governador Luiz Fernando Pezão, em defesa da manutenção da SEC RJ; reuniões ampliadas na segunda quinzena novembro, nas 10 regiões do estado, ampliando a discussão e defesa pela manutenção da SEC, e ainda, o uso da rede social para exibição de vídeos e matérias, com depoimentos em defesa da pasta fluminense.

A Audiência Pública realizada no dia 24 de novembro de 2016, com lotação total no Theatro Municipal (*ver imagens N° 87 e 88/Anexos*), centro da cidade do Rio de Janeiro, foi resposta à convocação da Comissão de Cultura da ALERJ, proposta pelo CEPC RJ, após reuniões pelas 10 regionais em apoio à permanência da SEC RJ, contando com formal apoio de 48 deputados estaduais e dezenas de vereadores, resultado das visitas aos gabinetes nas Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que repercute diretamente na decisão do governador de rever a posição. O CEPC RJ avança no seu próprio funcionamento, após a positiva movimentação pela permanência da SEC RJ, em agenda proativa, com várias reuniões ordinárias e extraordinárias em agendas externas nas 10 regionais do estado do Rio de Janeiro.

No início de fevereiro de 2017, em uma nova mudança de titularidade da pasta da Cultura estadual, o deputado estadual André Lazoni é empossado Secretário. A situação foi singular. Um dos parlamentares que aprova a Lei da Cultura em 2015, com a tarefa de cumprir a lei no Executivo.

“O abismo emergiu e cresceu. Hoje a tarefa é defender ou repovoar e reequipar o espaço público, que se esvazia rapidamente. Não é mais o público que tenta colonizar o privado; o que se dá é o contrário, o privado coloniza o público. O poder navega para longe do alcance do controle dos cidadãos, para a extraterritorialidade das redes eletrônicas. O espaço público está cada vez mais vazio de questões públicas, dessa forma as perspectivas de que o indivíduo se torne indivíduo de facto parecem cada vez mais remotas.” (BAUMAN, 2001)

O decreto de calamidade pública N.º 45.692, de 17 de junho de 2016, e o Programa de Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar Federal nº 159/2017 - Decreto Federal de Regulamentação nº 9.109/2017), que impõem limitações de funcionamento para todas as

secretarias estaduais e autarquias, afetam a execução das etapas de efetivação do integrante do Sistema Estadual, coordenado pela pasta da Cultura.

O quadro é de excepcionalidade no estado fluminense, com aguda crise econômica e política (prisões de três ex-governadores e um governador em exercício, servidores sem pagamento durante meses seguidos), com extrema fragilidade que provoca efeitos diretos na Cultura. Apesar deste cenário, o CEPC RJ atua diretamente pela permanência de dois calendários – a realização do I Fórum Estadual dos Segmentos Artísticos e da 4ª Conferência Estadual de Cultura do RJ.

Quase sempre as ações desenvolvidas e executadas ocorrem em razão da participação doadora dos membros integrantes da sociedade civil, parte da equipe de funcionários de alguns setores da SEC RJ, onde o setor de Políticas Culturais cumpre apoio mais estrutural na interlocução junto ao gabinete do Secretário de Estado, Coordenador Geral do Sistema Estadual de Cultura RJ, em referência a três recentes nomes: Eva Doris Rosental, André Lazaroni e Leandro Monteiro.

Frente aos resultados das ações do CEPC RJ, ao final do primeiro biênio, em setembro de 2018, dois fatores são considerados por ocasião da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (4ª CEC RJ), em agosto de 2018, e o processo eleitoral convocado na Resolução SEC nº 755/2018-Diário Oficial de 22/11/2018, para composição de novos nomes para o novo biênio do Conselho Estadual (2019-2020): é identificável a alteração na relação entre parte dos integrantes da sociedade civil e parte dos representantes do poder público, em função das reiteradas negativas do gabinete da SEC RJ no atendimento de acolhimento das deliberações votadas no colegiado.

Parte das deliberações, como o acompanhamento do funcionamento e uso do Fundo Estadual de Cultura (acesso as informações que movimentam o mecanismo), do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do RJ e o processo de composição do novo colegiado para o Biênio, evidenciam dificuldades no diálogo entre as partes.

Em 2018 ficou evidente que a prática da participação social, na elaboração e acompanhamento de políticas culturais, apontava desafios e barreiras. Boa parte dos Conselheiros das cadeiras da Sociedade Civil vivenciam contradições nas relações com representantes do poder executivo, onde na prática, não é estabelecido o suporte necessário para as ações do CEPC RJ, colocando em risco seu próprio recente processo de consolidação.

A Conferência Estadual de Cultura, uma importante instância de participação da sociedade civil no Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, propõe as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura do RJ. É o espaço para avaliar a execução das

políticas públicas de cultura, eleger delegados à Conferência Nacional de Cultura. No estado fluminense foram realizadas quatro conferências estaduais, sendo três conferências que acompanham o calendário de convocação das Conferências Nacionais.

A 4ª Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, realizada em agosto de 2018, foi a primeira após a aprovação da Lei 7035/2015, convocada a partir de uma deliberação do Conselho Estadual de Política Cultural do RJ.

Em 2005 o Ministério da Cultura convoca a 1ª Conferência Nacional de Cultura através da Portaria Nº 180, de 31 de agosto de 2005, e do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, com realização nos dias de 13 a 16 de dezembro de 2005, na cidade de Brasília – Distrito Federal. Na convocação, o calendário de etapas nos estados e municípios, até novembro de 2005, com destaque para a participação direta da sociedade para a formulação de políticas públicas e a formação e consolidação de uma cultura política democrática.

No Estado Fluminense, à época com uma população de 15.383.40 habitantes, dos seus 92 Municípios, foram realizadas três conferências municipais (Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Nova Iguaçu) e uma conferência intermunicipal com 29 cidades, organizada pela Comissão Estadual dos Gestores de Cultura, a Comcultura-RJ, realizada na UERJ Maracanã, que reuniu representantes das cidades de Araruama, Arraial do Cabo, Bom Jesus de Itabapoana, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carapebus, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Itaguaí, Itaperuna, Magé, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Paty do Alferes, Pirai, Quatis, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim, Valença, Vassouras e Volta Redonda, com 135 inscritos.

Do total de 318 participantes nas conferências municipais e na intermunicipal, 56 agentes culturais e gestores públicos participam da 1ª Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro no auditório do Sindicato Nacional dos Editores de Livros/SNEL, na Av. Rio Branco, 37 – 18º andar, no dia 28 de novembro de 2005. A etapa estadual foi organizada em conjunto pela Comcultura-RJ, SEC RJ (Resolução SEC-RJ n. 113, de 25 de novembro de 2005) e o Departamento de Cultura da UERJ.

“A Cultura não é a cereja do bolo, com isso todos concordamos. Para haver gestão, temos que ter recursos, daí outro consenso possível: o mínimo de 1% dos orçamentos municipais deve ser garantido por lei para área cultural, assim como é necessária a criação de órgãos públicos de cultura em todos os municípios, sejam secretarias, sejam departamentos ou assessorias, de acordo com a especificidade local. Esses órgãos têm de ter autonomia legal para a ação cultural.” (ANICETO, 2009, p.100)

Os temas da 1ª CEC seguem o indicativo da pauta da etapa nacional, com discussão da Gestão Pública de Cultura, dando destaque para a criação de Conselhos de Cultura em todos os Municípios, com representação paritária de governo e sociedade civil – com função consultiva, de assessoramento, deliberativa, normativa e fiscalizadora, a instalação de Fundos de Cultura e a destinação de orçamento mínimo para Cultura para o financiamento de projetos culturais. Pelo ineditismo que foi a realização da primeira conferência, envolvendo cidades e estados do Brasil pela primeira vez, o complexo processo que envolveu a participação social na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, apontou múltiplos aspectos da relação Estado-Sociedade.

A 1ª CEC também promoveu um debate específico sobre o Plano Nacional de Cultura e temas propostos pelos participantes, como a transversalidade das ações culturais entre os órgãos da administração pública, a necessidade de ampliação da execução de projetos culturais da SEC RJ em todas as regiões do estado, aplicação de ações para capacitação de profissionais em gestão pública de cultura e realização de concursos públicos específicos para o setor cultural.

No tocante à Economia da Cultura todos os participantes da 1ª CEC enfatizaram a necessidade de uma justa distribuição do montante de recursos oriundos da renúncia fiscal e do orçamento da SEC RJ, bem como recursos oriundos do Ministério da Cultura em atenção a todas as regiões do estado, uma vez que somente a capital é atendida.

Nos depoimentos dos participantes da 1ª CEC RJ, a necessidade de assegurar a continuidade de projetos e ações culturais, com investimentos proporcionais dos recursos públicos para o interior das diversas regiões do Estado e políticas urgentes para a preservação de patrimônio material e imaterial. No tocante aos recursos para Cultura, os participantes da 1ª CEC RJ apresentaram proposta de criação de mecanismos para que o RJ, produtor de petróleo, garanta percentual dos seus royalties para a área da cultura.

No resumo das propostas deliberadas na primeira conferência estadual para SEC RJ, os participantes enfatizaram: ações em apoio ao fortalecimento da organização de conselhos de cultura, com funções consultivas, deliberativas e fiscalizadora, nos âmbitos municipal e estadual, com ampla representatividade do meio artístico, com representantes da sociedade civil e gestão pública, paritariamente; ações pela valorização e preservação do patrimônio cultural, com assessoria (técnica e legislativa) e iniciativas para ações de Educação Patrimonial nas escolas públicas; ações para assegurar a inclusão das artes no currículo da educação infantil, no ensino fundamental e médio; transformar espaços públicos, nos horários ociosos, em equipamentos coletivos e multifuncionais da Cultura; mapear, registrar,

documentar e divulgar todas as formas de expressão artística e culturais nos municípios, com a visão de um quadro estadual; valorização da diversidade cultural do estado e estímulo ao debate contra qualquer forma de discriminação.

Na área da Comunicação as propostas da 1ª CEC RJ destacaram: a promoção de ampla discussão sobre a democratização das leis de comunicação do Brasil, o apoio às Rádios e TVs Comunitárias; a promoção e a produção de conteúdo nacionais que expressem a diversidade cultural dos estados; a criação de um efetivo e abrangente sistema de rede pública de comunicação; promoção da democratização do acesso à informação cultural e circulação dos bens, estimulando a inclusão digital.

Entre os participantes da primeira conferência no estado, ainda que a iniciativa tenha sido assimilada como um passo importante para a discussão das políticas culturais, foi senso comum entre os representantes das regiões fluminenses, que, ainda que as experiências da sociedade civil organizada tenham avançado no desenvolvimento de metodologias participativas, considerando as etapas que antecederam a 1ª CEC no RJ e realização da própria 1ª Conferência Nacional de Cultura, iniciativa de maior envergadura, no caso do Rio de Janeiro, ainda era visível um longo caminho a ser percorrido para avançar nas discussões das políticas culturais ali difundidas, buscando compreender as demandas sociais para gerir políticas públicas para o setor.

A 1ª CEC elegeu 30 delegados para a 1ª Conferência Nacional de Cultura com representantes de todas as regiões do estado do Rio de Janeiro. Para garantir a locomoção da delegação fluminense a Comcultura-RJ manteve intensa negociação junto ao gabinete do Secretário de Estado de Cultura, Arnaldo Niskier e colaboração da Subsecretária Eugênia Stein. Para realização da 1ª CEC RJ os canais de diálogo entre a Comcultura-RJ e a Representação Regional do Ministério da Cultura RJ e ES, foram fundamentais. Além dos nomes eleitos na 1ª CEC para a etapa nacional, outros nomes a delegação fluminense, eleitos na Conferência Regional Sudeste, organizada pelo Ministério da Cultura e uma Conferência Livre, organizada por entidades e instituições da sociedade civil.⁶⁵

⁶⁵ Delegação Fluminense na 1ª CNC: Ângelo Correa dos Santos; Carlos Roberto Padilha Areas; Célia de Fátima Pinheiro Moreira; Claudina Nunes de Souza Oliveira; Davy Alexandrisk; Egeu Laus Simas; Maria Cristina de Souza; Flavio Aniceto dos Santos; Durvalino Rocca de Miranda (Lino Rocca); Luiz Alexandre Valentim; Marcelo Campos Ribeiro; Marta Fonseca; Maria de Lourdes da Silva Teixeira; Sylvio Eduardo Correa; Wilson Vieira dos Santos; Elizabeth Lucia Alves; Decio Trindade; Paulo Cardoso; Silvio Leal; Marcos Serra; Claudio Bastos; Maria das Graças Rocha; Elizabeth Barboza; Adriano Evengelista; Maria do Carmo; Ivan Cid de Almeida Junior; Robson Silveira; Luis Carlos Dumont; Cecília Conde; Lana C S. Oliveira; Carlos Henrique de Sorocaba Botkay (Caique); Ricardo Luiz Adriano da Silva; Rosangela Silva; Sônia Cardoso; Sônia Lucas; Jorge Cardoso e Cleisemery Campos da Costa – Conferência Regional Sudeste/MinC.

“Foi uma oportunidade para reavaliar o processo de tomada de decisão e as relações mais dialógicas entre as diferentes esferas sociais. Mais possibilidade de reconhecer, de modo mais amplo, a pluralidade cultural de nosso Estado, com uma interessante inovação institucional, desenvolvendo uma nova institucionalidade da democracia. Nossa tarefa na Comcultura-RJ, naquele momento, foi colaborar para promover um envolvimento de mais atores nas decisões públicas.” (CURVELLO, 2009, p.07)

A participação de nomes do estado fluminense com a eleição de Delegados eleitos na 1ª CEC, na Conferência Regional Sudeste/MinC e na Conferência livre que integrou segmentos culturais de cultura popular, garantiu interessante presença do RJ na discussão nacional das políticas culturais em Brasília, na I Conferência Nacional de Cultura.⁶⁶

Dois fatores de destaque na realização da 1ª CEC RJ cabem registro: a metodologia de discussão seguindo a orientação do MinC, onde um conjunto de procedimentos foi observado para auxiliar o processo de construção coletiva das propostas para o Plano Nacional de Cultura. A ideia de participação e diálogo, com o compartilhamento de poder e responsabilidade coletiva, foi uma experiência muito nova entre os participantes da 1ª CEC RJ.

O segundo destaque foi a articulação da Comcultura-RJ, junto a UERJ e a própria SEC RJ, para viabilizar a realização da Conferência Estadual. A motivação que reuniu quase 30 cidades na Intermunicipal e demais iniciativas junto ao Gabinete do Secretário de Estado de Cultura do RJ, Arnaldo Niskier, foram fundamentais para garantir a presença da delegação fluminense em Brasília, na 1ª CNC. A priorização de discussão das propostas, em subgrupos e grupos, promoveu uma comunicação interativa mais dinâmica e inclusiva, que possibilitou os participantes explicitar, de modo individual, o grau de acordo com as ideias em pauta, e na sequência, a ampliação das ideias coletivamente.

Estimular a autonomia e o empoderamento dos participantes foi de fundamental importância para tornar real o processo participativo que era um dos principais objetivos do MinC com a 1ª CNC, ao adotar uma metodologia centrada no trabalho de análise, reformulação e priorização das propostas em subgrupos, depois em grupos, em um interessante convite ao exercício de autogestão e construção de consensos.

⁶⁶ Nomes eleitos na Conferência Livre do Estado do RJ: Alberto Lopes; Álvaro Miguel de Britto; Ana Elizabeth Rezende; Antônio Manuel de Farias; Bruno José de Oliveira; Cláudia de Abreu; Cláudio Augusto Salles; Denise Viola; Edison Munhoz Filho; Luíz Eduardo Peret; Elaine Cristina Rodrigues; Fabiana Longo; Fátima Sobral; Fernanda Garcez Viseu; Fernando Jose Paulino; Flávia Cale; Frederico Alberto de Araújo; Gabriela Mariana de Carvalho; Giovander Cesar Silveira; Gustavo Barreto; Jean Paulo Lima; Jorge Ubiratan da Costa; José Roberto de Souza; Livia Dias; Jorge Luís Moreira; Marcello Miranda; Marcos Dantas; Marcos Figueiredo Guimarães; Marcos Pereira; Maria José do Nascimento; Mônica Simioni; Moysés Chernichiarro; Nilo Sergio Gomes; Noeli de Almeida Godoy; Octavio Leal Neto; Olga Amélia Telles; Olivia Bandeira De Melo; Oona Caldeira; Orlando José Guilhon; Paulo César Martins; Paulo Sergio Farias; Rafael D'oliveira; Renato de Oliveira; Rosani Batalha; Gizele Martins; Carlos Roberto Areas; Sergio Luís Marques; Luiz da Silva; Severino Lourenço; Sônia Latge; Sônia Regina da Silva Gomes; Telmo Cardoso Lustosa; Vitor Vogel e Wevergton Brito.

“Os direitos humanos põem o indivíduo em evidência, não o Estado. Os direitos culturais são o fortalecimento (empowerment) cultural da pessoa humana, não do Estado. Significam atender aos interesses das pessoas. Trata-se de desenhar uma política cultural adequada a este momento – final do século 20, início do século 21 –, não de reproduzir uma política cultural do século 19 – primeira metade do século 20.” (COELHO, 2008, p.139)

A 2ª Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (2ª CEC/RJ), convocada a partir do Decreto Nº 42.140, do dia 25 de novembro de 2009, organizada pela Secretaria de Estado de Cultura, foi realizada nos dias 14 e 15 de dezembro de 2009, no Palácio Gustavo Capanema.⁶⁷

Com várias etapas municipais realizadas em todas as regiões do Estado, a convocação da SEC seguiu o calendário da IIª Conferência Nacional de Cultura com datas para etapa municipal ou intermunicipal até o dia 31 de outubro de 2009 e estadual até o dia 15 de dezembro de 2009, com realização do encontro nacional em Brasília entre os dias 11 e 14 de março de 2010. Após os estudos preliminares relacionados à organização da 2ª CEC/RJ foi constituída uma Comissão Organizadora com nomes das regiões e instituições de atuação estadual. A Comissão tinha tarefa de receber e conferir as documentações para validação dos relatórios das conferências municipais e o relatório da conferência intermunicipal (realizada no município de Itaboraí, organizada pela Comcultura-RJ) e acompanhar a execução da 2ª CEC RJ.⁶⁸

Para a realização da 2ª CEC RJ do Rio de Janeiro, durante o mês de novembro de 2009, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro constituiu grupo de trabalho para elaborar o planejamento, que se ocupou em definir questões logísticas básicas, além de

⁶⁷ 2ª CEC - COMISSÃO ORGANIZADORA: Ana Bonelli – Assessora Administrativa da SEC; Ana Lúcia Medeiros e Affonso Furtado, pelo Conselho Estadual de Cultura; Ana Lúcia Lima da Costa – Representante de Miracema, interior do Estado; Ana Lúcia Pardo – Representação do MinC no Rio de Janeiro; Beatriz Caiado – Subsecretária Ação Cultural da SEC; Belisa Ribeiro – Secretária de Cultura e Turismo de Paty de Alferes; Clara Maria Paulino Cao – Representante de Quissamã; Célia de Fátima Moreira – Representante de Vassouras; Cleisemery Campos da Costa – Representante da Comcultura; Eliane Almeida – Representante de Niterói; Francisco Adilson Sampaio – Representante de Nova Iguaçu; José Barros – Coordenador SEC; Leni Medeiros da Rocha – Comissão de Cultura da ALERJ; Márcia Cristina Olivieri – Representante de Mangaratiba; Nilma Teixeira Accioli – Representante de Búzios; Olga Campista – Subsecretária Relações Institucionais da SEC; Renato Dantas – Assessor da SEC e Roosevelt Concy – Secretário de Cultura de Nova Friburgo.

⁶⁸ 68 municípios participantes, sendo 15 da Região Metropolitana (Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá); 08 da Região Baixadas Litorâneas (Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Maricá, Rio Bonito e Saguarema); 06 da Região Norte (Carapebus, Cardoso Moreira, Macaé, Quissamã, São Fidelis e São Francisco de Itabapoana); 10 da Região Noroeste (Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre Sai); 10 da Região Serrana (Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu); 09 da Região do Médio-Paraíba (Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Quatis, Resende, Rio Claro, Valença e Volta Redonda); 06 da Região Centro-Sul (Areal, Paraíba do Sul, Sapucaia, Três Rios, Vassouras e Rio das Flores) e 04 da Região Costa Verde (Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty e Itaguaí).

esboçar as propostas de regimento, programação e levantamento de custos, requisição de recursos e encaminhamentos administrativos e jurídicos necessários para sua realização.

Na 2ª CEC/RJ estiveram presentes autoridades do Poder Público estadual, artistas, representantes de movimentos sociais e ONGs, representantes dos órgãos municipais de cultura fluminenses, dentre outros participantes. A Conferência recebeu 417 delegados municipais eleitos e 22 delegados natos. Também foram credenciados 139 observadores, dentre outros participantes que não realizaram o credenciamento. O público total foi estimado em cerca de 800 pessoas por dia.

Com uma ampla divulgação do regimento da etapa estadual para os delegados eleitos nas etapas municipais e intermunicipal, antecipadamente, uma nova condição de entendimento do cenário estadual facilitou uma maior participação deles, que apresentaram sugestões para discussão amadurecidas nos encontros preparatórios realizados em algumas das regiões do estado. Um fator decisivo para expressiva presença dos delegados eleitos nas etapas municipais e intermunicipal, foi o pagamento integral, efetuado pela SEC RJ, das despesas de alimentação e hospedagem de todos os titulares ou seus respectivos suplentes.

Na abertura da 2ª Conferência Estadual de Cultura do RJ, em 14 de dezembro de 2009, às 09 horas, participaram da mesa: a Secretária de Estado de Cultura - Adriana Rattes; a Secretária Municipal de Cultura do Rio de Janeiro - Jandira Feghali; o Chefe da representação regional do Ministério da Cultura RJ/ ES - Adair Rocha; o Coordenador da Conferência Nacional de Cultura - Joãozinho Ribeiro e a escritora Ana Arruda Callado - Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, ainda vigente. Na leitura e aprovação do regimento, a decisão dos casos omissos e conflitantes serem decididos pela Secretária de Estado de Cultura e uma nova divisão das regionais, para divisão da Metropolitana em três regiões, foram dois temas discutidos na aprovação do regimento pelos participantes, em especial, pelos delegados da sociedade civil.

A implantação dos Sistemas de Cultura - Nacional, Estadual e Municipais - foi tema de destaque que agregou os participantes da Conferência Estadual, com foco na elaboração e implementação do Plano Estadual de Cultura. O tema “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, expressa os objetivos de discussão na 2ª CEC RJ que deveriam orientar as discussões do Plano Estadual de Cultura.

A 2ª CEC promoveu a discussão da cultura brasileira nos seus aspectos da memória, de produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania, em especial no que se refere ao estado do Rio de Janeiro. Os debates entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, priorizaram a valorização da

diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões no estado Fluminense, a fim de estimular a participação social para o fortalecimento dos mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e a sociedade civil.

Os textos-base, elaborados para discussão, foram desenvolvidos a partir de seis eixos e subeixos temáticos que traçam o desenho do Plano Estadual de Cultura: produção simbólica e diversidade cultural, com foco na produção de arte e de bens simbólicos, promoção de diálogos interculturais, formação no campo da cultura e democratização de informações; cultura, cidade e cidadania, com foco nas cidades como espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia de direitos e acesso a bens culturais; cultura e desenvolvimento sustentável, com foco na importância estratégica da cultura no processo de desenvolvimento; cultura e economia criativa, com foco na economia criativa como estratégia de desenvolvimento; gestão e institucionalidade da cultura, com foco no fortalecimento da ação do Estado e da participação social no campo da cultura.

Nos painéis temáticos, com ampla discussão entre os delegados, temas pontuais que tratam do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e do tema da etapa nacional de cultura.⁶⁹

Ao final do encontro, entre as moções de apoio que foram apresentadas e aprovadas, um destaque que integrou representantes do Poder Público e Entidades Cíveis, a urgência no apoio das bancadas da Câmara e Senado Federal pela aprovação das PECs - 416/2005, que institui o Sistema Nacional de Cultura; a PEC 150/2003 que destina recursos à Cultura com vinculação orçamentária que propõe a inserção da cultura no rol dos direitos sociais (art. 6 da CF/88), em tramitação neste Congresso e a solicitação do mesmo tratamento prioritário à definição de percentual de piso, inerentes aos royalties oriundos da exploração de petróleo no Pré-Sal, com destinação de uso em prol de ferramentas culturais, não sendo permitidos desvios desta verba para outras ações, sob nenhum pretexto, e por fim, a moção inclui a solicitação, junto ao MinC, de uma intensa ação pela adesão dos Municípios ao Sistema Nacional de Cultura.

A Comcultura-RJ, a partir da experiência da Conferência Estadual anterior, organiza e coordena a II Conferência Intermunicipal na cidade de Itaboraí, em 26 de outubro de 2010, no

⁶⁹ Painéis Temáticos - Coordenadores e Relatores: Eixo 1 – Produção simbólica e Diversidade Cultural. Palestrante: Joana Correia. Relator: Benita Prieto, do Rio de Janeiro; Eixo 2 – Cultura, Cidade e Cidadania. Palestrante: Lia Calabre. Relator: Jorge Vale, de Búzios; Eixo 3 – Cultura e Desenvolvimento Sustentável. Palestrante: Joãozinho Ribeiro. Relator: Cleise Campos, de Itaboraí; Eixo 4 – Cultura e Economia Criativa. Palestrante: Fernando Portella. Relator: Beatriz Vidal, de Vassouras; Eixo 5 – Gestão e Institucionalidade da Cultura. Palestrante: Ana Lúcia Pardo. Relator: Roberto Gaspari, de Duque de Caxias.

Teatro João Caetano, onde cada cidade integrante da II Conferência Intermunicipal promove, como critério para participar da Intermunicipal, uma agenda prévia em sua respectiva cidade.

A proposta da Comcultura-RJ era envolver e integrar mais artistas, artesãos, associações culturais tradicionais, associações de moradores, juventude, terceira idade, minorias, representantes do legislativo e arte-educadores na discussão da 2ª CEC RJ. Além de lista de presença dos participantes, foros e registros atestam a participação das agendas municipais, onde nomes representantes das cidades são eleitos ou indicados para integrar a II Conferência Intermunicipal.

Em Itaboraí, mais de 30 cidades discutem esclarecimentos para a implantação e funcionamento dos Sistemas Municipais de Cultura, onde cada município, no seu setor administrativo da cultura, é responsável pela instalação do Conselho, Plano e Fundo Municipal de Cultura. A discussão sobre a elaboração do Plano Estadual de Cultura e um documento com nomes dos eleitos para etapa estadual, representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, com resumo do encontro envolveu todos os participantes.

A 2ª CEC-RJ foi presidida pela Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro – Adriana Rattes, sendo constituída uma Comissão Organizadora composta de 18 membros, indicados pela Secretária. A Comissão Organizadora ficou responsável pela submissão do regimento da 2ª CEC com os critérios de participação e eleição de delegados estaduais, definição de pauta e programação da Conferência Estadual, por validar as Conferências Municipais e Intermunicipais e sistematizar seus relatórios, e por fim, enviar ao Comitê Executivo Nacional o relatório final da 2ª CEC RJ, com a relação dos delegados eleitos.

Os participantes da 2ª CEC-RJ foram distribuídos em três categorias: delegados municipais eleitos nas conferências municipais, com direito a voz e voto; delegados natos, com direito a voz; 01 representante de cada Conselho Municipal de Cultura (já empossado); 10 representantes da Secretaria de Estado de Cultura e 04 representantes do Conselho Estadual de Cultura do RJ.

Para eleição dos delegados e os respectivos suplentes para etapa nacional, cada uma das 08 regiões fez reunião em separado, com discussão por região dos nomes, que depois foram homologados na plenária final. Em 2009 o estado estava dividido em 08 grupos regionais, sendo a Metropolitana uma única região (com as cidades do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá) e as demais regiões (Baixadas Litorâneas; Norte; Noroeste; Serrana; Médio Paraíba;

Centro-Sul e Costa Verde). Foram eleitos 44 delegados para a etapa Nacional, sendo 31 nomes da sociedade civil e 13 nomes da gestão pública.⁷⁰

A 3ª Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro foi realizada nos dias 27 e 28 de setembro de 2013, coordenada pela SEC, e reuniu representantes de todas as regiões na Fundação Progresso, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta conferência é apresentada pela Secretária de Estado de Cultura, Adriana Rattes, a composição e formação do novo Conselho de Estado de Cultura, prevendo eleição de representantes das regionais, de segmentos artísticos, uma revisão de distribuição dos recursos do Fundo de Estado de Cultura entre as 10 regionais e a discussão final do texto do Plano Estadual de Cultura.

Na 3ª CEC, 63 cidades realizaram conferências municipais e 14 cidades integraram uma conferência intermunicipal, com um total de 75 cidades, dos 92 municípios do mapa RJ com nomes eleitos para a etapa estadual. A etapa estadual envolveu 700 participantes com 45 delegados eleitos para a 3ª Conferência Nacional de Cultura - CNC.⁷¹

Na 3ª Conferência Estadual de Cultura - CEC é apresentada, através de consulta pública, a Lei de Estado de Cultura.⁷² Na consulta, o detalhamento para instalação do novo Conselho Estadual de Cultura, do texto final do Plano Estadual de Cultura e a implantação do Fundo Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, além de outras normativas.

A Comcultura-RJ, com participação na organização das conferências estaduais anteriores, é convidada para colaborar na 3ª Conferência Estadual de Cultura, considerando sua rede de comunicação e articulação nas 10 regiões do estado, mesmo com o encerramento

⁷⁰ Delegados eleitos para 2ª CNC: Aduni Beton; Ana Cristina Neves Protásio; Carlos Henrique Machado Freitas; Carlos Roberto Grillo Miele; Cleber Francisco Mota; Cleisemery Campos Costa; Edilson Macedo de Moraes; Eurídice de Souza Ambrósio; Fátima Aparecida Pimentel; Fátima Regina Jorge Lelis; Francisco Edilson Sampaio; Francisco José Figueira Ferreira; Gabriel Carvalho Paixão Emerick; Hamilton Gomes da Silveira; Jorge Roberto Ribeiro Braga Junior; Júlio César de Almeida Vidal; Laura Maria dos Santos; Márcia Dória Pereira; Mariângela Mayrink G. B. Fernandes; Marilene de Fátima F. dos Santos; Marta Lucia Louzada B. de Oliveira; Morgana Eneide Tavares de Almeida; Regina Lucia Gomes da Silva; Rômulo Freitas; Sayonara Zeitune; Severino Rosa do Nascimento; Susiane Borges; Sylvio Luiz da Costa Filho; Walace Rocha dos Santos; Wellington de Almeida Nogueira Lyra; Wilson Pontes; Ângela da Silva Gomes Poz; Augusto Carmo Vargas Júnior; Carlos Ney Pinho Ribeiro; Fernanda Braga Ferreira; Gustavo de Miranda Carvalho Tedesco; Laís Sá do Amaral Júnior; Marcus Vinicius Faustini; Pedro Paulo Troyack Filho; Randal Farah; Roberto Gaspari Ribeiro; Roberto Olímpio Guimarães Félix; Roosevelt Serafim Concy e Sady Bianchin.

⁷¹ A delegação fluminense eleita na 3ª CEC reivindicou a reestruturação da Lei Rouanet (ProCultura), visando que se torne mais abrangente e beneficie também pequenos e médios produtores de cultura de cidades do interior. O grupo sugeriu que empresas que apoiam projetos pela Rouanet invistam pelo menos 70% dos recursos em projetos culturais para o interior, e que sejam abertos editais para a construção de teatros em municípios de pequeno porte (com populações de 20 mil a 50 mil habitantes). O Projeto de Lei nº 6.722/2010, sobre a instituição do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (ProCultura), se aprovado pelo Congresso, pode corrigir distorções da lei atual. Um dos pontos é desconcentrar recursos. Atualmente, a região Sudeste fica com cerca de 80% dos investimentos para a cultura (AMORIM, 2013).

⁷² Lei de Estado de Cultura, disponível em: <
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/d9efbccd9957bb9483257e8a005fc958?OpenDocument> >

das atividades do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, em 2012, realizado em parceria com o DECULT SR3 UERJ.⁷³

No mesmo ano de realização da terceira conferência, a Secretaria de Estado de Cultura RJ, em parceria com o Ministério da Cultura, organiza o Curso de Formação para Gestores e Agentes Culturais, o primeiro, sob competência e coordenação do Estado, aplicado pelo IFHT (UERJ), semipresencial. A presença de vários alunos do Curso de Formação Cultural na 3ª CEC RJ, e meses seguintes, candidatos ao Conselho Estadual, é um resultado interessante da circularidade das discussões das políticas culturais no estado fluminense, em um evidente exercício circular dos Sistemas de Cultura.

Com dois meses de organização, uma das prioridades foi garantir ampla participação da sociedade civil na 3ª CEC, tanto na questão estrutural quanto na conceitual. O tema da 3ª CEC seguiu a discussão da 3ª Conferência Nacional de Cultura: “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”. Um total de cem propostas foram agrupadas pela delegação do Rio de Janeiro, para a III CNC.⁷⁴

A delegação eleita na 3ª CEC RJ, com 46 representantes,⁷⁵ destaca em uma carta, amplamente divulgada, as principais propostas nacionais oriundas do encontro Estadual, com

⁷³ Entre as parcerias firmadas para execução das atividades da COMCULTURA RJ, desde 2001, ações integradas entre gestores públicos, agentes culturais, Equipe do Decult-SR3 (UERJ), Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECAD MEC. Nos anos de 2009, 2010 e 2011, com apoio da SEC RJ e do Ministério da Cultura (Programa Cultura Viva-Secretaria da Cidadania Cultural), nos anos de 2009, 2010 e 2011, com o projeto Pontão Rede Fluminense de Cultura, na soma das ações desenvolvidas (Seminário Permanente de Políticas Culturais, Encontros Regionais de Cultura, Documentário, Oficinas, e Publicações Série Políticas Culturais), focadas na formação e capacitação no setor cultural. O 6º volume da Série Políticas Culturais (Decult SR3 UERJ & COMCULTURA RJ) encerra os trabalhos da Comcultura RJ. Última Diretoria: Cleisemery Campos da Costa – Presidente/ Sônia Cardoso/ Silvio Leal/ Ricardo Adriano/ Regina Barsi e Maria Amélia Curvello. Pesquisa, históricos e registros: < <https://comculturarj.blogspot.com/> >

⁷⁴ Etapa Municipal: Angra do Reis, Araruama, Armação dos Búzios, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jardim, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Casimiro de Abreu, Comendador Levy Gasparian, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Itatiaia, Japeri, Macaé, Macuco, Magé, Maricá, Mesquita, Miracema, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paraíba do Sul, Paraty, Paty do Alferes, Petrópolis, Pinheiral, Piraí, Quatis, Queimados, Quissamã, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Gonçalo, São João da Barra, São João de Meriti, São José do Vale do Rio Preto, São Pedro da Aldeia, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Saquarema, Seropédica, Silva Jardim, Teresópolis, Trajano de Moraes, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda; Etapa Inter Municipal: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Varre-Sai, Carmo e São Sebastião do Alto.

⁷⁵ Delegados eleitos para a 3ª CNC: Ana Cristina Neves Protásio; André Luiz Rodrigues Pinto; Carlos Eduardo Giglio; Célia de Fátima Pinheiro Moreira; Claudio Augusto Salles Santos; Cleisemery Campos da Costa; Daniele da Mata Ramalho; Danilo da Silva Ramalho; Dilma de Andrade Negreiros; Emerso A.P. Pires; Fernanda Braga Ferreira; Filipe Gonçalves de Assis; Flávio Alejandro Zarate Chabluk; Genilton Conceição Muniz; Gilvana Gonçalves Silveira; Hernesto Franco Teixeira; Humberto Alencar Miranda; Ivone Baptista Landim; Jorge Luiz do Vale Sampaio; José Facury Heluy; João P. Nascimento; Karla Adriana Coelho; Leandro Moraes Amorim; Leônidas Rostirolla; Leonardo Simões; Magno Cabral Pacheco; Marcelo Basbus Mourão; Marcielly

ênfase ao momento que o Rio de Janeiro vivencia com a aprovação da Lei de Estado de Cultura na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. Além das propostas para Brasília, os delegados da 3ª CEC RJ mantêm outras ações, como reuniões na ALERJ, com a representação do Ministério da Cultura no RJ, no Palácio Capanema e reuniões nas 10 regiões do Estado, mantendo um interessante diálogo e trocas.⁷⁶

A 4ª CEC do RJ, convocada através da Resolução SEC Nº 719, em 19 de dezembro de 2017, foi coordenada pelo Conselho Estadual de Política Cultural do RJ, através da Comissão Organizadora (Resolução SEC nº 721, de 18 de janeiro de 2018) e seu regimento (Resolução SEC nº 724, de 05 de fevereiro de 2018). coordenada pela Secretaria de Estado de Cultura RJ em composição com o Conselho Estadual de Política Cultural do RJ (CEPC-RJ), com organização do Setor de Políticas Culturais, a 4ª CEC RJ promoveu uma ampla discussão para elaboração final das ações e metas do Plano Estadual de Cultura RJ. Na comissão organizadora, nomes da SEC e do CEPC.⁷⁷

O tema foi “A Cultura como vetor de desenvolvimento social e econômico no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil”. A 4ª CEC reuniu 315 participantes, sendo 85 delegados municipais da sociedade civil, 45 delegados municipais da área governamental, 25 delegados natos, 41 delegados eleitos nas etapas regionais da sociedade civil, 22 delegados eleitos nas etapas regionais da área governamental, 56 observadores e 12 convidados. Ao final, foram eleitos 16 delegados da sociedade civil e 08 delegados da área governamental.

Na programação da 4ª CEC RJ a elaboração das ações e metas das diretrizes do Plano Estadual de Cultura do RJ, que antecedeu uma ampla divulgação nas 10 regiões fluminenses, instituições, Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa do Estado do RJ, Prefeituras e demais secretarias estaduais de Cultura. Com delegados eleitos nas etapas municipais e

Vanucci Dáumas; Maria das Graças Rocha Dias; Maria de Fátima Santos Fafa; Maria Isabel Vitorino; Mário Marcio dos Santos Soares; Marta Medeiros; Neurisete da Silva; Otávia Amim Severo Gomes; Pablo de Freitas; Reinaldo Sant'Anna; Rodrigo Almeida Simões da Silva; Ronaldo dos Santos; Sérgio Luiz de Oliveira Mesquita; Sayonara Zeitune; Rita de Cassia Valadares; Valéria Bastos Pinto; Wagner Alex Costa D'Almeida e Walquiria de Souza Santos.

⁷⁶ Ações da Delegação Fluminense 2013: 1) Força tarefa de contribuições na consulta pública da Lei de Estado de Cultura, no site, aberta até 20 de novembro de 2013; Elaboração de duas Cartas do RJ, uma com o cenário nacional e outra do estadual, para distribuição na conferência e nas nossas cidades; Caracterização da delegação na 3º CNC com uso de chapéu panamá; Encontro com Adriana Rattes, em Brasília, durante a Conferência; Encontros Regionais de 03 a 07 de dezembro de 2013, propostas de emendas para Lei de Estado de Cultura; Participação na Audiência Pública da LEI DE ESTADO DE CULTURA na ALERJ, em 10 de dezembro de 2013 e Encontro com a Presidente da Comissão de Cultura do Congresso Nacional, Deputada Jandira Feghali.

⁷⁷ Comissão Organizadora 4ª CEC RJ: Cleisemery Campos da Costa – Assessora Chefe Estudos e Pesquisas - Políticas Culturais/SEC RJ (Presidente da Comissão); Ivan José Machado da Costa – Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural RJ; Leandro Oliveira de Santanna – Membro Titular do Conselho Estadual de Política Cultural RJ; Leonardo Feijó Sampaio – Subsecretário Adjunto/SEC RJ; Marinêz Teodoro Fernandes – Membro Titular do Conselho Estadual de Política Cultural e Verônica Nascimento – Superintendente de Cultura e Território/SEC RJ.

etapas regionais, convidados e observadores dos 92 municípios fluminenses das 10 regiões (Noroeste; Norte; Serrana; Baixadas Litorâneas; Leste Fluminense; Metro/Capital; Baixada Fluminense; Médio Paraíba; Centro-Sul Fluminense e Costa Verde), a 4ª CEC RJ também foi um momento para conferir as atividades, iniciativas, projetos e programas implementados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da Cultura, em especial, as ações de consolidação do Sistema Estadual de Cultura RJ - Lei 7035/2015.⁷⁸

Nos painéis temáticos a discussão das ações e metas do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro foram distribuídas em seis eixos: 1. Economia da Cultura e Novas Tecnologias; 2. Infraestrutura Cultural, Integração e Desenvolvimento; 3. Cultura e sustentabilidade; 4. Democracia, Cidadania e Diversidade; 5. Política Cultural, Gestão e Formação e 6. Preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural.⁷⁹

⁷⁸ Etapa final: 30 e 31 de agosto de 2018, Biblioteca Parque Estadual - Av. Pres. Vargas, 1261 - Centro, Rio de Janeiro. Etapas regionais e municipais: Etapa Municipal Cachoeiras de Macacu - Casa da Arte Wellington Lyra, 24/03/2018; Etapa Regional Costa Verde - Paraty - Casa de Cultura, 27/03/2018; Etapa Municipal Duas Barras - Sala de Cinema Cacá Diegues, 31/03/2018; Etapa Municipal Pinheiral - Auditório da Prefeitura Municipal de Pinheiral, 06, 07 e 08/04/2018; Etapa Municipal Nova Friburgo - Teatro Municipal Laércio Rangel Ventura, 06/04/2018; Etapa Regional Sul Fluminense - Vassouras - Solar do Barão de Massambará, 07/04/2018; Etapa Regional - Médio Paraíba - Itatiaia - Casa de Cultura de Itatiaia, 07/04/2018; Etapa Municipal - Queimados - Cine Teatro Delcy de Souza, 14/03/2018; Etapa Regional Baixada Fluminense - Duque de Caxias - Biblioteca Municipal Governador Leonel de Moura Brizola, 16/04/2018; Etapa Regional Norte Fluminense - São João da Barra - Cine Teatro São João, 20/04/2018; Etapa Municipal - Nilópolis - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro Campus Nilópolis, 28/04/2018; Etapa Municipal - Nova Iguaçu - IM-UFRRJ Campus de Nova Iguaçu, 27 e 28/04/2018; Etapa Municipal - São João de Meriti - Câmara Municipal de São João de Meriti, 28/04/2018; Etapa Regional Serrana - Nova Friburgo - Teatro Municipal, 03/05/2018; Etapa Regional Baixada Litorânea - São Pedro da Aldeia - Casa da Cultura, 03/05/2018; Etapa Municipal - Cabo Frio - Teatro Municipal Inah de Azevedo Mureb, 03/05/2018; Etapa Municipal - Volta Redonda - UFF - Campus Aterrado, 04/05/2018; Etapa Regional Leste Fluminense - Rio Bonito e CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Rua Delcleciano Guimarães, nº15, Centro, 05/05/2018; Etapa Municipal - Duque de Caxias - Colégio Pedro II, 12/05/2018; Etapa Municipal - Barra Mansa - Sala de espetáculos Tulhos do Café, 14/05/2018; Etapa Regional Noroeste - Santo Antônio de Pádua - Instituto Noroeste de Educação Superior UFF, 17/05/2018; Etapa Municipal - Bom Jardim - Teatro do Galpão Cultural, 18 e 19/05/2018; Etapa Municipal - Petrópolis - Centro de Cultura de Petrópolis, 18 e 19/05/2018; Etapa Municipal - Macaé - Teatro Municipal de Macaé; Etapa Municipal - Resende - Parque de Exposições de Resende, Av. Professor Darcy Ribeiro, 23/05/2018; Etapa Municipal - Magé - Câmara Municipal de Magé - Etapa Municipal - Paraty - Casa da Cultura, 28 e 29/05/2018; Etapa Municipal - Rio de Janeiro - Impetator. Total de Municípios envolvidos: 76. Região Metropolitana (17): Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Baixadas Litorâneas (08): Armação dos Búzios, Araruama, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. Norte (06): Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra. Noroeste (08): Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Miracema, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Varre-Sai. Serrana (14): Bom Jardim, Cantagalo, Cachoeiras de Macacu, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. Médio-Paraíba (11): Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Valença e Volta Redonda. Centro-Sul (08): Areal, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras. Costa Verde (04): Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty.

⁷⁹ Eixo 1 - Economia da Cultura e Novas Tecnologias. Moderadores: Leonardo Feijó, Maria da Conceição Cruz e Rodney Albuquerque. Relator: Rodney Cezar; Eixo 2 - Infraestrutura Cultural, Integração e Desenvolvimento. Moderadores: Márcia Fernandes, Felipe Barroso e Daniel Melo. Relator: Klauss Pereira; Eixo 3 - Cultura e sustentabilidade. Moderadores: Alcimário Soares Júnior, Andréia Severo e Bruno da Costa. Relator: Nicole

Sem calendário de Conferência Nacional, que não realiza conferências desde 2013, os nomes eleitos ao final da 4ª CEC⁸⁰, em agosto de 2018, são aclamados como representantes para as discussões vindouras relativas ao cumprimento do Plano Estadual de Cultura (*ver imagens Nº 96,97 e 98/Anexos*), integrando o Fórum de Estado de Cultura do RJ, para acompanhamento e apoio das ações do Conselho Estadual de Política Cultural do Estado do RJ.

“O que acontece, aí é uma coisa interessante, assim digamos que o movimento das conferências veio a calhar, veio de alguma forma fortalecer grupos de militância que buscavam convencer prefeitos, a Câmara, da importância da cultura dentro da estrutura administrativa. Então acho que todo o movimento da conferência, o principal papel é colocar pela primeira vez numa série de municípios a questão da cultura como uma possível área de efetiva, onde você pode ter efetivamente políticas públicas.” (CALABRE, 2019, p.123)

Os Fóruns Regionais e Setoriais de Cultura, também integrantes do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, passam a ter uma normativa para sua criação por meio de assembleias temáticas, compostas por representantes titulares e suplentes do poder público e da sociedade civil, nomeados pelo Secretário de Estado da Cultura. em algumas regiões, começaram a ser estruturados virtualmente (as reuniões para plena instauração e funcionamento ocorrerão em 2017), com ação coordenada pelo setor de políticas culturais da SEC RJ, onde nem todas as regiões e setoriais de cultura foram consolidados em decorrência de imprevistos que se referem tanto à crise financeira do estado, quando ao momento de instabilidade política ao qual a conjuntura nacional apresenta.

Os Fóruns já existentes, ou aqueles criados após a Lei 7035/2015, têm atribuição de elaborar seus regimentos, funcionando como instâncias de assessoramento e consulta do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro, contribuindo na construção de estratégias para a implementação das diretrizes da política estadual culturais aprovadas nas Conferências Estaduais de Cultura. Os Fóruns, agregando os variados segmentos e representações regionais, agregando sociedade civil e gestores públicos de cultura, tendem a subsidiar a SEC RJ na elaboração e avaliação das diretrizes do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, acompanhando seu cumprimento.

Algranti; Eixo 4 – Democracia, Cidadania e Diversidade. Moderadores: Tânia Amorim, Diana Anastácia e Carlos Henrique Pimentel Luiz. Relator: Maria Regina Violante; Eixo 5 – Política Cultural, Gestão e Formação. Moderadores: Denise Acquarone, Alana Ferrigno e Ana Lúcia Pardo. Relator: Marcelo Branco Cruz.; Eixo 6 – Preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural. Moderadores: Clara Maria Paulino, Lucienne Figueiredo, Carlos Eduardo Tostes e Vera Lúcia Alves. Relator: Carlos Eduardo Giglio.

⁸⁰ Números da 4ª CEC RJ: foram credenciados, desde fevereiro até agosto, 1516 participantes das discussões das etapas municipais e regionais, com 343 delegados eleitos para a etapa estadual na Biblioteca Parque Estadual, com um total de 222 delegados presentes. Entre observadores e convidados, 68 presentes, 25 delegados natos do CEPC RJ e 04 voluntários.

A partir da execução do Plano Estadual, os Fóruns, em atenção ao Conselho Estadual, desempenham papel estratégico para elaboração dos respectivos Planos Regionais e Setoriais de Cultura, com discussão de diretrizes para sua elaboração, avaliando a execução das políticas públicas de cultura nos seus respectivos segmentos e regiões.

Os Fóruns Regionais de Cultura, existentes em algumas regiões (Baixada Fluminense, Serrana, Noroeste e Baixadas Litorâneas), passam a promover uma reestruturação, em conexão com o Sistema Estadual de Cultura, quando passam a incluir os gestores públicos, e os Fóruns Setoriais iniciam, virtualmente, uma sequência de reuniões para instauração e organização no decorrer dos anos de 2017 e 2018.

Os Fóruns, formados por agentes culturais e gestores públicos – da região ou do segmento artístico cultural - ocupam um papel estratégico, onde várias lideranças conquistam assento no Conselho Estadual de Política Cultural do RJ, com pontual contribuição para efetivação das ações e metas do Plano Estadual de Cultura, e na sequência, na elaboração dos Planos Setoriais Artísticos e dos Planos Regionais de Cultura.

Em harmônica composição entre o poder Executivo e o CEPC RJ, em 2017 é organizado e realizado o I Fórum Estadual dos Segmentos Artísticos do RJ (*ver imagens N° 90 e 01 /Anexos*), na sequência das metas de efetivação do Sistema Estadual de Cultura do RJ. A SEC RJ realiza reuniões prévias do I Fórum Estadual dos Segmentos Artísticos do RJ nas 10 regiões do estado, aglutinando os segmentos artísticos de literatura; artes cênicas; cultura popular; audiovisual; música e artes visuais, promovendo amplo debate entre artistas, gestores, agentes e produtores culturais, arte-educadores, conselheiros de cultura e pesquisadores e um encontro de culminância.

Tal processo envolveu diretamente 8.500 pessoas em todo estado, considerando o calendário de 42 reuniões (intermunicipais, regionais, setoriais e estaduais) para a elaboração dos Planos Setoriais de Cultura do RJ.

Reunindo a sociedade civil (artistas, agentes, animadores, produtores e pesquisadores de cultura), gestores municipais de cultura, conselheiros municipais e estaduais de cultura e gestores da Secretaria de Estado de Cultura do RJ e das Prefeituras, as prévias regionais do I Fórum Estadual dos Segmentos Artísticos Culturais do RJ movimentaram potencialmente as discussões sobre a arte e a cultura.

Com etapa final em agosto de 2017, o evento estabeleceu um cronograma de trabalho para a consolidação dos fóruns de cada segmento artístico a partir da apresentação dos documentos sintetizados pelos grupos de trabalho (GTs) mistos.

A organização de Fóruns Setoriais começa a ser estimulada, projetando espaços institucionais de deliberação com a participação da sociedade civil, por segmento, ainda que os níveis de elaboração dos documentos se mostrassem desiguais, com um ou outro segmento artístico com maior acúmulo de discussão. As políticas setoriais, para amplo desenvolvimento, deveriam compor ação integrada entre superintendentes e conselheiros estaduais dos respectivos segmentos.

No decorrer dos anos de 2017 e 2018, interessantes avanços são identificados nas discussões do Fóruns Regionais, quando organizados em todas as 10 regiões, estabelecendo um roteiro de comunicação em prol do desenvolvimento cultural do estado. Os Fóruns Regionais se desdobraram em Fóruns Municipais, colaborando, na forma sistêmica, com os Conselhos Municipais de Cultura.

O Fórum Estadual de Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura foi reorganizado em 03 de maio de 2017 (com registros anteriores de funcionamento por dois anos, em 2001 e 2002), previsto na Lei 7035/2015, no âmbito dos Fóruns. O Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura atua em diálogo com o Sistema Estadual de Cultura e metas estabelecidas em documento intitulado “Pacto Pela Cultura”.

Com regimento interno aprovado em 25 de agosto de 2017 e reuniões e assembleias realizadas nos dias 29 de outubro de 2017 em Duque de Caxias; 18 de janeiro de 2018 em Campos dos Goytacazes; 13 de março de 2018 em Petrópolis; 24 de abril de 2018 em Casimiro de Abreu; 26 de julho de 2018 em Angra dos Reis; 26 de setembro de 2018 em Barra Mansa e a futura assembleia agendada para 29 de novembro de 2018, em Santo Antônio de Pádua, o coletivo dos Secretários e Dirigentes municipais de cultura realizou duas Assembleias Gerais (14 de março de 2018 em Petrópolis e 27 de setembro de 2018, em Barra Mansa).

A Comissão Intergestores Bipartite do Rio de Janeiro, era presidida pelo Secretário de Estado da Cultura, com 05 membros titulares e suplentes, sendo 03 representantes indicados pela SEC RJ e 02 representantes indicados pelo conjunto dos secretários e dirigentes municipais de cultura.

Além do Plano Estadual de Cultura, outros dois importantes instrumentos de gestão criados com a Lei 7035/2015 foram o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura⁸¹

⁸¹ A Lei Estadual nº 2.927, de 30 de abril de 1998, autorizou a criação do Fundo Estadual de Cultura, e a Lei Estadual nº 7035, de 07 de julho de 2015, institui e reformulou o Fundo Estadual de Cultura, em função da inexecutabilidade do Decreto nº 32.081, de 23 de outubro de 2002, devido as suas lacunas legislativas, e sua desatualização com a política atual de cultura do Estado, regulamenta o Fundo de criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.927, de 30 de abril de 1998, instituído e reformulado pela Lei Estadual nº 7.035, de 07 de julho de

que dá indicativos do direcionamento dos fundos, fontes de financiamento, beneficiários, modalidades de aplicação onde é revisto um limite máximo de 40% para o investimento dos recursos na capital, destinando 60% para as outras regiões do Estado e o Programa de Formação e Qualificação Cultural.

O Programa de Formação e Qualificação Cultural do Estado do Rio de Janeiro começou a ser planejado em conjunto com instituições de ensino parceiras e com o CEPC, mas o evento que promoveria encontros e debates regionais unificados – o I Seminário Estadual de Formação Artística e Cultural do Rio de Janeiro – que reuniria as demandas do estado, não foi realizado.

Pela carência de recursos estaduais, recorreu-se a um convênio com o Ministério da Cultura através do Instituto Federal Fluminense, uma das instituições parceiras na ação. Ocorreu que, a instabilidade da gestão do Ministério da Cultura atrasou o aceite do convênio, e quando ele foi aceito, a instituição parceira não teria mais tempo hábil para executá-lo ainda em 2016. Apesar da não execução desta ação, o setor de políticas culturais, o CEPC e as instituições parceiras mantiveram contínuo diálogo sobre o Programa de Formação.

Para regulamentação do Programa de Formação e Qualificação Cultural do Estado do Rio de Janeiro – PFQC, artigo 44 da Lei 7035/2015, algumas ações foram realizadas pela SEC RJ nos anos 2016, 2017 e 2018, com objetivo de localizar iniciativas existentes para trocas de inações no campo da formação cultural.

Na abordagem identificada, o investimento de compreensão e análise para atualizar a aplicação e ampliação das políticas culturais no estado fluminense, no tocante as áreas de arte, técnica e gestão, entendendo o contexto estratégico do panorama cultural do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, a partir da efetivação dos Sistemas Nacional, Estadual, e Municipais de Cultura.

Alguns fatos evidenciavam a necessidade de uma política de formação mais específica para o Estado Fluminense: o expressivo número de inscrições para as duas edições do Curso de Formação Cultural, oferecido pela SEC RJ em parceria com o MinC, e as declarações dos delegados das três conferências municipais, regionais, estaduais e nacional de cultura, que apontam para necessidade de formação no setor.

2015, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura, que é um instrumento de financiamento da política pública estadual de cultura, de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, destinado a fomentar as atividades culturais no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 35 da Lei Estadual nº 7.035, de 07 de julho de 2015. Uma nova regulamentação é estabelecida com o decreto Nº 46.981, de dezenove de julho de 2020, revogando o decreto Nº 46.356, de onze de julho de 2018, e o decreto Nº 46.709, de trinta de julho de 2019. Em função da necessidade de atualização do Decreto nº 46.356, de 11 de julho de 2018, pela necessidade de criação dos instrumentos estabelecidos na legislação referente ao Fundo Estadual de Cultura, conforme disposto na Subseção V da Lei Estadual nº 7.035/2015.

As primeiras iniciativas para a construção do Programa Estadual de Formação e Qualificação Cultural do RJ, tiveram início nos anos de 2013, 2014 e 2015 (*ver imagens 75, 80, 81, 85 e 86/ANEXOS*), considerando o expediente de organização para as edições do Curso de Formação Cultural que envolveu professores, especialistas e pesquisadores do setor cultural, em amplo debate sobre formação, refletindo sobre um conteúdo específico.⁸²

Na edição 2015, o Curso de Formação de Gestores Culturais foi realizado em parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, através da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, Fundação CECIERJ/Consórcio CEDERJ., com formato semipresencial, com quatro módulos à distância e 10 seminários presenciais, totalizando 180 horas de duração (144 horas Educação à distância-EAD, e 36 horas presencial). 210 vagas, distribuídas em 07 turmas de 30 alunos, com público-alvo de gestores públicos municipais de cultura e conselheiros municipais de cultura.

Adicionalmente, o programa do curso ofereceu sob forma de MOOC (Curso massivo aberto online – *Massive Online and Open Course*), uma outra modalidade de curso, com acompanhamento de um Monitor, aberto para atores sociais que promovam a cultura, em âmbitos variados, com número estimado de participação de dois mil alunos. A Edição 2015, ampliou a capilaridade atendendo diretamente 210 alunos com acompanhamento de tutoria, e 2000 alunos com monitoramento, totalizando um investimento de qualificação na gestão cultural para 2210 cidadãos.

O Curso de Formação de Gestores Culturais - Edição 2015, mantém o conteúdo formulado para edição 2013, com acréscimo específico de conteúdo para atender a totalidade da grade curricular proposta pela Secretaria de Articulação Institucional – SAI/Ministério da Cultura, que trata dos Sistemas de Cultura.

⁸² Conteúdo base das edições do Curso Formação Cultural - EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA - O que é cultura: conceitos e dimensões, autoinstrucional; Desenvolvimento de políticas culturais; Relação Estado e cultura; Panorama internacional das políticas culturais; Panorama das políticas setoriais e Plano Estadual de Cultura RJ; Realidade Rio de Janeiro - panorama socioeconômico; Conexões, inovações e cultura: indicadores e estudos culturais. EIXO 2: CULTURA, DIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO - Cultura, desenvolvimento e sociedade; Educação para o Patrimônio Cultural - Educação Patrimonial; Práticas socioculturais – avaliação e perspectivas; Modelos e fontes de financiamento; Economia criativa, do modismo a estratégia de desenvolvimento; Coletivos, cidades e redes; Sociedade em rede, mídias digitais e novas configurações de diálogos; Arte e sociedade - EIXO 3: PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA - Administração Pública - gestão e orçamento; Administração Pública - modelos de cogestão; Modelos de gestão, participação e problemáticas contemporâneas – PNC; Gestão Cultural, cenário, histórico e perspectivas; Planejamento estratégico e plano de ação; Elementos de Gestão dos empreendimentos culturais; Planejamento da carreira artística; SNC: Sistemas de Cultura Municipais, Estadual e Nacional; Gestão de Espaços Culturais; Projeto cultural, concepção, elaboração e avaliação; Lei de Incentivo Federal, Pró-Cultura e uso do Salic-Web; Lei de Incentivo Estadual e programas de apoio; Gestão Financeira e Prestação de contas e Articulação Federativa.

Arelado ao conteúdo do curso, diretamente lincado a outra linha do PADEC 3, foi a aplicação de uma metodologia específica de dinamização para Apoio na Elaboração de Planos Municipais de Cultura, estimulando potencialmente a instalação dos Sistemas Municipais de Cultura nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em especial a elaboração dos Planos Municipais de Cultura.

A inclusão da linha de ação de Metodologia de Dinamização e Apoio na Elaboração de PMC, justificado pela tarefa de formação e capacitação, foi uma ousada ação do setor de Políticas Culturais, responsável pela gerência do PADEC, na garantia de viabilização orçamentária da linha de ação de Qualificação da Gestão Municipal de Cultura, que possibilitou a contratação de pessoal específico para este fim, com pesquisadores e especialistas em políticas culturais que atuaram diretamente em municípios das dez regiões do estado, entre 2015 e 2016.

As três edições de cursos de formação para o setor cultural, promovidos e coordenados pela SEC RJ, se deu a partir das competências do Estado, como previsto no Plano Nacional de Cultura:

“A qualificação da gestão cultural, otimizando a alocação dos recursos públicos e buscando a complementaridade com o investimento privado, garantindo a eficácia e a eficiência, bem como o atendimento dos direitos e a cobrança dos deveres, aumentando a racionalização dos processos e dos sistemas de governabilidade, permitindo maior profissionalização e melhorando o atendimento a demandas sociais.” (PNC - Diretrizes, Estratégias e Ações. Lei 12.343/2010. Capítulo I)

Os cursos oferecidos pela SEC RJ se justificaram no atendimento a esta demanda específica, visando à qualificação de gestores públicos e conselheiros municipais de cultura no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, que se constitui como etapa essencial para a formação cultural, e na sequente consolidação dos Sistemas de Cultura - nacional, estaduais e municipais.

“Participar de uma das edições dos cursos de formação cultural no estado do Rio de Janeiro foi uma oportunidade muito gratificante para colaborar, naquele momento tão rico do Brasil, na promoção de uma compreensão sobre o novo contexto das políticas públicas para a cultura que o Ministério da Cultura, Gil e sua equipe estavam batalhando para potencializar. Era um momento muito novo, onde a cultura se colocava como ferramenta para o desenvolvimento social e econômico de todo país, sobre o prisma das dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, onde capacitar gestores públicos, conselheiros de cultura e os diversos agentes sociais para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas para a cultura, nas suas variadas etapas - processos de financiamento, planejamento, gestão e legislação vigente, era uma tarefa gigante, necessária. (Eliane Costa. Entrevista concedida à Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2023)

Entre várias superintendências da Secretaria de Estado de Cultura, incluindo o gabinete da Secretária Adriana Rattes, estava claro que cabia ao Estado, finalmente, a tarefa de estimular os gestores, conselheiros de cultura, artistas e produtores culturais para a participarem dos cursos de formação cultural.

Outros momentos que contribuíram na discussão de regulamentação do Programa Estadual de Formação Cultural foram dois eventos, um promovido pela SEC RJ, reunindo cinco estados e o MinC, para reflexão em conjunto sobre as iniciativas no tocante aos programas de formação cultural na esfera estadual e nacional, e o outro evento, a participação de representantes da SEC RJ no I Seminário Nacional de Formação Artística e Cultural, promovido pelo Ministério da Cultura, através da Secretaria Nacional de Formação Artística e Cultural, em dezembro de 2015, na capital do país.

De acordo com o disposto na Lei 7035/2015 – Artigo 44, o Programa deve ser pautado em um tripé – técnica, arte e gestão – com o objetivo de estimular e fomentar a qualificação de agentes públicos e privados nas áreas consideradas vitais para o funcionamento do Sistema Estadual de Cultura do RJ. O Programa Estadual de Formação começou a ser discutido em conjunto com instituições de ensino parceiras e com o CEPC RJ, considerando ações e atividades para um público-alvo (agentes culturais, artistas, produtores e animadores culturais, gestores públicos municipais e estaduais de cultura, conselheiros de cultura).

“O êxito na implantação de políticas públicas participativas depende de duas variáveis: a) os níveis de institucionalização e de organização (política e administrativa) do poder público; b) a qualidade das relações entre Estado e sociedade civil, em que fatores como compromisso político, transparência e legitimidade são fundamentais para garantir níveis de confiança necessários para a realimentação do processo.” (AMORIM, 2017, p.59)

A movimentação do Sistema Estadual, nas suas instâncias de gestão, operou, em um curto período, as seguintes institucionalidades: a Secretaria de Estado de Cultura como sua coordenadora; o Conselho Estadual de Política Cultural; Conselho Estadual de Tombamento; Conferências Estadual e Regionais de Cultura; Fóruns Setoriais e Regionais; Comissão de Cultura da ALERJ, órgãos públicos gestores e Sistemas de Cultura dos municípios fluminenses; Conselhos Municipais de Cultura; Conselhos Municipais de Proteção do Patrimônio Cultural e a Comissão de Intergestores Bipartite.

Além dessas instâncias, os instrumentos de gestão, geridos pela SEC RJ, apoiados no tripé planejamento, financiamento e capacitação, por meio principalmente do Plano Estadual de Cultura, estabelecem um calendário para cumprimento de etapas de efetivação, desde a aprovação da Lei de Estado de Cultura, em julho de 2015.

As sucessivas trocas de titular da pasta, após a permanência de oito anos de Adriana Rattes, de 2007 a 2014, é um dos fatores que acarretam descontinuidade na efetivação de etapas do Sistema Estadual de Cultura.⁸³

Entre os anos de 2015 e 2019, quatro secretários ocuparam a titularidade da pasta, o que comprometeu a continuidade das políticas, com desdobramentos prejudiciais de notada instabilidade no canal deliberativo em construção.

Entre 2009 e 2015, período em que as discussões da Lei do Sistema e o Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro estiveram em fase de construção, entre debates públicos e ações de atribuição do poder executivo, o processo foi demarcado por sobressaltos e inédita atuação da sociedade civil no interior das instituições do Estado.

A crise econômica enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro desde meados de 2016, quando o governo decretou calamidade pública financeira, atingindo várias pastas do Governo, afetou diretamente a estrutura funcional da SEC-RJ, com perda significativa no seu orçamento, na redução de quase 40% do quadro funcional de técnicos, pesado contingenciamento e ausência de salários. Com o esvaziamento das políticas públicas de cultura em função das muitas restrições da pasta, o percurso de inovações da gestão, iniciado em 2007, é interrompido.

É nesse momento que o Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro, reformulado com a Lei 7035/2015, com nomes eleitos, regionalmente representativo, plural, deliberativo e paritário, assume um papel fundamental como instância de articulação, participação e pressão da sociedade civil.

Fundamentalmente foi o Conselho Estadual, órgão que atravessou um vazio institucional de quatro anos, que manteve o processo de fortalecimento da institucionalização da cultura no estado do Rio de Janeiro, desde sua posse no final de maio de 2016, após eleição de sua primeira composição (entre dezembro de 2015 e março de 2016), por meio de conferências regionais e eleição virtual), com várias ações, atividades e iniciativas pela efetivação de etapas do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

⁸³ Desde a criação de uma unidade administrativa para cultura no Estado, os governos pós-fusão (Floriano Faria Lima, de 1975 a 1979 e Antônio de Pádua Chagas Freitas, de 1979 a 1983), completaram a gestão com apenas um secretário do início ao fim do mandato, neste caso, na pasta da Educação, onde estava inserida a Cultura. Na sequência, somente mais um titular ocupa a função por mais de sete anos, no exercício dos mandatos de Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão – a Secretária Adriana Rattes, de julho de 2007 a dezembro de 2014, que adota grande modernização da estrutura do órgão a partir da criação de superintendências e áreas direcionadas exclusivamente ao desenvolvimento de setores da cultura e das artes, com uma equipe de técnicos específicos, por setor, considerável aumento do orçamento, reestruturação e criação de vários equipamentos culturais, política de editais de chamada pública como prática regular e políticas junto aos municípios fluminenses em articulação com o governo federal.

Administrativamente a SEC-RJ estabeleceu um setor de Políticas Culturais, em abril de 2015, lotado diretamente no gabinete da titular da pasta, voltado especificamente para a regulamentação e a implantação dos diversos instrumentos do Sistema Estadual de Cultura (a coordenação é encerrada em 2019).⁸⁴

O conjunto inovador de medidas a serem cumpridas no marco institucional da Cultura Fluminense, segue em grande parte a sequência do cenário estimulado pelo Ministério da Cultura, iniciado na gestão de Gilberto Gil, em 2003, hora capitaneado pela SEC RJ, hora pelas articulações do Conselho Estadual de Política Cultural do RJ.

“Com a decisão de reformular totalmente seu site oficial, a Secretaria determinou assim o apagamento de 10 anos de trabalho e o fim de toda memória institucional do processo, razão adicional para que estudos como este sejam produzidos e publicados. Neste sentido, o estado do Rio de Janeiro é um reflexo da conjuntura nacional de precaução contra a participação cidadã nas instituições do Estado e de retração democrática.” (AMORIM, 2017, p.56)

Encerrando esse subcapítulo, registro algumas falas que colaboram na contextualização desse tempo da discussão das políticas culturais na Cultura fluminense.

O primeiro é de Maria de Cáscia Nascimento Frade, com 80 anos, que possui Graduação em “Música” (UFMG); Pós-graduação no “Museu de Arte e Tradições” (SP); Mestrado em “Antropologia” na UFRJ e Doutorado pela PUC-RJ. Professora da UERJ de 1980/2005, foi Diretora da Divisão de Folclore no INEPAC, na então Secretaria de Estado de Educação de 1976 a 1987. Cascia Frade foi um nome primordial durante vários anos, no Departamento de Cultura da UERJ, para realização do Seminário Permanente de Políticas Culturais no Estado do Rio de Janeiro, na parceria com a Comcultura RJ. Na entrevista, a marcante Mestre traça os primeiros passos que a Cultural Fluminense traçou nos anos de 1970 e 1980:

“No INEPAC, trabalhamos com uma linha Projetos para a cultura a partir do que era necessário, do que identificamos justamente que não estava identificado pelo Estado, foi daí que iniciamos o mapeamento da cultura popular fluminense com participação de professores e alunos de escolas interioranas, que nos levou ao projeto desenvolvido junto a deputados e vereadores fluminenses para o reconhecimento dos grupos de Folias de Reis como tradição e devoção, eles

⁸⁴ Setor de Políticas Culturais/SEC RJ - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios (PADEC), parceria MinC, Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e UERJ, com estímulo para criação de sistemas de cultura, em municípios do estado, para dinamização de sistemas; A indisposição de alguns gestores com políticas de participação social foi se tornando cada vez maior, na mesma medida em que a conjuntura nacional ia também se indispondo com formas mais democráticas de se fazer política. A indisposição inicial se converteu em negligência, a partir de 2016, para se tornar abandono a partir de 2019. Sob o novo governo eleito, em 2018, a Coordenação de Políticas Culturais foi encerrada e todas as informações relativas - legislação, registros oficiais, notícias dos eventos realizados com a sociedade e toda a documentação existente - foram excluídas em 31 de maio de 2019.

precisavam de reconhecimento, careciam de ser respeitados sobretudo pelos órgãos de segurança. Cada grupo de Folia de Reis identificado pela Divisão de Folclore recebia uma carteira com o timbre estadual; estímulo e acompanhamento de pesquisas realizadas por professores e alunos, sobre temas diversos a partir de interesses em suas cidades, como a medicina caseira, lúdica infantil, festas e folguedos. Também trabalhamos na publicação dos resultados desses trabalhos, realizando exposições com objetos artísticos identificados nas pesquisas. O material das Folias de Reis, os objetos artesanais produzidos com sucata, esculturas em madeira, bordados, instrumentos musicais é riquíssimo. Meu tempo na Divisão de Folclore atuou sobretudo com escolas e professores interioranos, preocupada com o reconhecimento e a valorização de tradições identitárias, daqueles artistas, dos Mestres que não poderiam passar a vida desvalorizados, caindo no esquecimento. Já na UERJ, coordenei e participei de pesquisas de campo que meus alunos do Instituto de Artes. Buscava-se artistas populares presentes nos bairros, nas comunidades do Rio, nos municípios do interior, da Baixada, de São Gonçalo, de Itaboraí, que era residência dos próprios alunos. Essas atividades foram articuladas com a realização de exposições e, em alguns casos, em Seminários que buscaram ressaltar questões fundamentais relacionadas às culturas populares incluindo preconceitos e desvalorização de um saber desvinculado da vida acadêmica, mas que apresentava, sempre apresentou, normas e conhecimentos gerados em outros universos. A publicação de vários catálogos e até livros foram conquistas a partir das discussões significativas. Daí fui me dando conta que isso tudo fazia parte das políticas culturais.” (Cascia Frade. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2023)

O segundo registro é de Marta Pereira Reis da Fonseca, 75 anos, bacharel em “Arqueologia” pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá. Entre 2004 e 2014 prestou consultoria técnica para o Centro de Estudos e Pesquisas na Fazenda Santa Mônica (Valença/RJ), na Fazenda Santa Eufrásia (Vassouras-RJ), criou o Instituto Wilson Reis Netto, ocupou a função de Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Vassouras e fez parte da Diretoria da Comcultura-RJ, entre 2001 e 2012:

“O arcabouço legislativo do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional assim como suas políticas públicas norteiam o trabalho arqueológico desde suas avaliações preliminares até os resultados da pesquisa. Isto posto, além da divulgação dos resultados no universo acadêmico, o IPHAN sempre manteve diretrizes nas práticas de participação da sociedade através de diversas formas de diálogo, cujos reflexos se dão nas esferas estaduais e municipais. Falo do IPHAN que foi a minha casa primeira nos assuntos da Cultura. São premissas defendidas pelo Ministério da Cultura para as políticas públicas tão necessárias no panorama democrático. Do fértil período entre os anos de 2004 e 2014 não posso deixar de falar da criação do Comcultura – RJ, em 2001, que consolidou, ao longo dos anos seguintes, importante parceria com vários municípios fluminenses na implantação das políticas públicas de cultura desempenhando expressivo papel na sensibilização, conscientização, formação cultural e desenvolvimento econômico, assim como o fortalecimento do fomento ao capital cultural dos municípios envolvidos, das pessoas que atuavam no setor cultural, tanto nas prefeituras como fora delas. Repensando o período em questão em 2008 foi criado o Sistema Nacional de Cultura, em 2010 o Plano Nacional de Cultura e, em 2015 o Sistema Estadual de Cultura aqui do Rio de Janeiro. Esse cenário representa grandes conquistas e ferramentas!! Estamos prontos. Minha visão mais romântica do que acadêmica, percebe a Cultura como um enorme campo transversal onde patrimônio material e imaterial respondem rapidamente as ações de incentivo. No meu entender, a legislação da cultura é clara e acessível, as políticas públicas de cultura estão sempre

em movimento atendendo a novos desafios, o potencial humano da área cultural é dotado de um idealismo indestrutível, mas, como principal causa das dificuldades do protagonismo cultural, aponto e denuncio a falta de vontade política como o grande vilão dessa História.” (Marta Pereira Reis da Fonseca. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2023).

O terceiro registro é de Eva Doris Rosental, 64 anos. Com Graduação em “Ciências Econômicas” (PUC-RJ), Mestrado de “Planejamento e Políticas Públicas” pelo Instituto de Economia da UFRJ, com Doutorado em “História Política” (UERJ).

Após prestar uma consultoria no ano de 2007 na então Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC RJ), entre 2008 a 2014 ocupou as funções de Superintendente de Artes da SEC RJ, Presidente da FUNARJ, e de dezembro de 2014 a fevereiro de 2017, Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro:

“Durante os anos na Secretaria Estadual, trabalhamos com as discussões para elaboração e execução dos planos setoriais vinculados às artes cênicas, artes visuais, música, incluindo as políticas para os equipamentos culturais e escolas vinculadas, foi quando iniciamos a elaboração do Plano Estadual de Cultura, a Lei do Sistema Estadual da Cultura. Foi daí a criação do novo Conselho Estadual de Política Cultural e do Fundo Estadual de Cultura, incluindo novas concepções para o fomento no âmbito estadual. Tudo fruto de muito trabalho, ainda mais considerando o período em questão. Em 2009, o estado do Rio através da sua Secretaria de Cultura, adere ao Sistema Nacional de Cultura, dando início ao processo de construção de diagnósticos, estratégias e diretrizes no campo da cultura. Abre-se nesse momento canais de articulação com as prefeituras e agentes relevantes da área na sociedade civil, dentre eles, coletivos e fóruns locais. Esse processo foi longo, sofreu interrupções e teve desenvolvimentos setoriais muito desiguais entre si. Entretanto, pode-se afirmar que a realização de encontros regionais, conferências e consultas públicas virtuais, foi de fato a primeira experiência fluminense de inclusão da participação social e de interação qualificada entre poder público e sociedade civil no campo da cultura. O Sistema Estadual de Política Cultural foi aprovado somente em 2015 pela Assembleia Legislativa e o novo Conselho Estadual de Cultura constituído logo em seguida. O Conselho tem caráter consultivo, mas foi fundamental para a permanência da Secretaria de Cultura quando o então Governador Luiz Fernando Pezão deliberou pela extinção da pasta em 2016. O Conselho teve uma atuação incansável até o momento em que o então Governador percebeu o desgaste que significava acabar com o órgão e foi então, impelido a voltar atrás na sua decisão.” (Eva Doris Rosental. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Julho de 2023)

O último registro é de Jorge Henrique Pereira da Silva Neves, 61 anos, graduado em “Artes Visuais”, atua nas artes cênicas com seu Palhaço Pic-Caramelo. Faz shows de ventriloquia, criador do Projeto "Aquarela de Leitura". Ocupou, entre 2013 a 2016, a função de Superintendente de Circo e Coordenador da Lona Lúcia Maria da Silva, no bairro Jardim Catarina, equipamento público da Fundação de Artes São Gonçalo/ Secretaria Municipal de Cultura.

“Em governos anteriores ao atual havia reuniões para discutir ações que poderiam contribuir, capacitar, incentivar, democratizar e ampliar a arte e a cultura. Em outros isso não aconteceu, como por exemplo o atual governo municipal da nossa cidade

São Gonçalo, muito triste! Lembro no momento do Rio Criativo com palestras, cursos e vários esclarecimentos, era uma movimentação muito rica para nós, artistas, que precisam entender e aprender aquelas novidades todas. Como Gestor da Lona Cultural Lídia Maria da Silva e Superintendente de Circo tentei audiência como prefeito por várias vezes e não consegui. Muitas vezes fiquei triste porque os acordos políticos partidários em eleições fazem com que a arte e a cultura não avancem, não sai do lugar, quando a gente pensa que melhora, tudo piora, ou se perde o que conseguiu, havendo apenas maquiagem, sem continuidade. Aqueles que conhecem a história da cidade de São Gonçalo e que ajudaram, na construção do nosso patrimônio artístico e cultural material ou imaterial são simplesmente esquecidos ou descartados. O pessoal que manda, na Prefeitura, não quer saber de ninguém pensando os assuntos da política de cultura. Na minha opinião quem deveria estar à frente da nossa cultura deveria ser profissionais aptos da cidade e principalmente da classe artística e cultural, tinha que ter concurso público para pessoas qualificadas seria uma boa opção. Conheço vários coletivos que hoje em nossa cidade já desenvolvem com brilhantismo e responsabilidade o seu papel dentro de cada propósito, contribuindo assim para uma sociedade melhor. Entendo que a organização é fundamental para que possamos avançar por vários pontos e chegar a conquistas. Olha o que aconteceu com a Cultura do Estado do Rio de Janeiro, melhorou, tem linha para seguir, tem dinheiro, editais. Como artista que sempre fui, vou a luta onde o povo está, gostaria que todos os artistas e agentes culturais fossem reconhecidos, que a prata da casa fosse valorizada pois estes ao longo de suas vidas se dedicaram para que hoje muitas coisas se realizasse.” (Jorge Henrique Pereira da Silva Neves. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

O aprimoramento da gestão pública cultural operado pela SEC RJ, a partir do ano de 2007, ainda que seja considerado uma marcante atuação da titular da pasta, Adriana Rattes, que permaneceu na função por mais quase sete anos, até o final de 2014, faz parte de um resultado que integrou vários outros protagonistas, entre pesquisadores, gestores públicos, conselheiros de cultura, agentes culturais, artistas, produtores, animadores culturais, arte-educadores e parlamentares. Desse conjunto, que envolveu vários atores sociais, pela primeira vez no estado do Rio de Janeiro, uma ampla discussão das políticas públicas de cultura, que culminou com a aprovação da Lei 7035/2015 – Sistema Estadual de Cultura.

4.2 Sobre o Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo

Como destacado na pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (2011), a partir da nova composição e funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural, estabelecidos no Decreto Nº 5.520 de 24/08/2005, entre 2004 e 2005 o número de Conselhos Municipais de Cultura cresce amplamente. A pesquisa aponta para o dado de quase 25% dos municípios brasileiros terem seus Conselhos Municipais de Cultura, sendo que deste

percentual, 20,8% são conselho paritários, onde a representação de segmentos da sociedade civil equipara-se a do governo.

Verifica-se um avanço na instalação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Cultura entre 2006 e 2009, a partir da adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura.

É deste período a lei de aprovação do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, em janeiro de 2005, com instalação que será efetivada somente mais de um ano depois, em 2006.⁸⁵ Para aprovação da lei do Conselho na Câmara de Vereadores, uma ação interligada de agentes, produtores culturais e artistas integrantes do Fórum Gonçalense de Cultura, onde vários nomes mantiveram atuação na equipe anterior da gestão pública da cultura no governo que deixava a prefeitura. O mote principal de convencimento, junto aos vereadores, era a necessidade de São Gonçalo estar apta a receber recursos provenientes do Governo Federal, sendo necessário avançar na organização do chamado CPF da Cultura, com instalação de Conselho, Plano e Fundo de Cultura.

Até aprovação da lei do Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo – Lei 569/2014 em 07/02/2014,⁸⁶ foram 09 anos de inconstantes ações na gestão pública, com uma sequência de trocas de titulares na pasta da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a começar pela extinção da pasta em janeiro de 2005, rebaixada na administração municipal para uma subsecretaria de Cultura na estrutura da Secretaria Municipal de Educação.

Um hiato de quase uma década retrata a fragilidade e ausência de ações no marco da institucionalidade da cultura gonçalense, até aprovação da Lei do Sistema Municipal em 2014, um ano antes da aprovação da Lei Estadual de Cultura do RJ. O Sistema Municipal de Cultura da segunda maior cidade do estado resulta, fundamentalmente, das ações desencadeadas pela 4ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2009, na Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), durante a gestão mais longa dos titulares que passam pela cadeira de Secretário – Carlos Ney, presidente do PSDB gonçalense.

⁸⁵ Lei Nº 01, de 11 de janeiro de 2005, que cria o Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo e dá outras providências. CAPÍTULO I - DA CRIAÇÃO E FINALIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA/ ARTIGO 1º - Fica extinto o Conselho Municipal de Cultura e criado o novo Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo - CMC/SG, cujos objetivos serão proteger, beneficiar, promover e incentivar as atividades, bens e manifestações de expressão e interesse cultural no âmbito do município. Artigo 2º - O Conselho Municipal de Cultura - CMC/SG é órgão local, com caráter consultivo e deliberativo, de composição paritária; constituído para assessoramento e fiscalização conjunta com o poder público municipal na formulação e execução de políticas públicas para a cultura.

⁸⁶ Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo – Lei Nº 569/2014, disponível em: < <https://www.pmsg.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/LEI-Nº569.2014-Sistema-Municipal-de-Cultura.pdf> >

O gigantismo da 4ª CMC nos dias 29, 30 e 31 de outubro, a maior conferência municipal do estado, que superou até a cidade carioca, agregou fatores fundamentais na discussão e implementação do SMC de SG, anos depois. Mesmo diante da desconfiança de parte do setor cultural quando se trata de resultados e quanto ao descrédito em processos participativos (reflexo da assimilação da prática da política adotada nos gabinetes, da lógica operada pelos interesses partidários que quase sempre não acompanham os interesses dos atores sociais), a 4ª CMC foi determinante para as etapas seguintes, legitimando decisões que refletem os anseios dos cidadãos na área da Cultura de São Gonçalo que culminam com a aprovação do Sistema Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultura, em 2014 e 2018, respectivamente.

Dentre os fatores, destacam-se a presença organizada da sociedade civil, com pontual acompanhamento e participação do Fórum Gonçalense de Cultura, de grupos e coletivos de alguns dos segmentos artísticos da cidade, pelo atendimento de uma consultoria especializada, contratada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, devido ao estímulo da representação do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro e Espírito Santo, e ainda, em função de uma motivação coletiva de parte dos artistas da cidade pela retomada de funcionamento do Conselho Municipal de Cultura da cidade.

O Fórum Gonçalense de Cultura (FGC), criado em 1999, reunindo artistas, trabalhadores de cultura, arte educadores, pesquisadores e professores, tratava de uma primeira iniciativa, coletiva, na defesa de políticas culturais para cidade. O grupo percorre espaços alternativos, entre bares, casa de artistas e prédios públicos para os encontros, onde os debates, de mais de vinte anos atrás, abordam pontos cruciais para a cultura local.

A motivação do FGC, em 1999, se deu em especial pela busca de referências ou experiências já vivenciadas por outras cidades, adaptando aquela experiência para a própria realidade da cultura local, a partir da prática observada. Foi proposta do FGC, apresentada aos candidatos à prefeito no ano 2000, na virada do milênio, a criação da Secretaria Municipal de Cultura e Fundação de Artes São Gonçalo – FASG, para que a cidade estabelecesse um setor exclusivo para a política cultural, atrelada a pasta da Educação.

A vitória de Henry Charles (PMDB), como prefeito, intensifica o diálogo do FGC com a gestão pública municipal, com a criação da Secretaria de Cultura em janeiro de 2001 e meses depois, a FASG.

No grupo de artistas que passa a integrar os quadros da Prefeitura, na recente estrutura, o ideário da promoção do conjunto de propostas do Fórum Gonçalense de Cultura apresentadas aos candidatos durante a campanha, com destaque para: encontros, reuniões,

seminários e cursos em prol da formação cultural; criação de contínua e variada agenda cultural em todos os cinco distritos da cidade com alteração da centralização da agenda cultural no centro da cidade; criação do Conselho Municipal de Cultura; ampliação dos equipamentos culturais; aumento do orçamento e fontes de financiamento da cultura; aplicação de programas editais públicos em atendimento as diversas áreas artísticas; contratação de pessoal técnico qualificado para atuar no setor e adoção de novas medidas de gestão cultural, como um todo.

No conjunto das propostas do FGC, entre 1999 e 2000, onde parte é adotada no governo Henry Charles, entre 2001 e 2004, percebe-se claramente o retrato das urgências que a cidade apresentava para a potencialização da Cultura, das políticas culturais, onde a iniciativa do Fórum Gonçalense de Cultura foi fundamental ao apresentar uma proposta de linha a ser explorada para a execução de políticas culturais, no curto e no médio prazo.

O grau de exigência que o tamanho da população apresentava, naquele momento, era um estímulo extra para que a equipe da Cultura/FASG vislumbrasse alternativas a fim de ultrapassar a escrita dos projetos e ideias no papel, para a prática cotidiana concreta e exequível, com desdobramentos reais. Com a criação de uma unidade exclusiva para a Cultura era necessário focar na efetivação de políticas públicas culturais com adoção de ações concretas.

É desse período que começa a ser pautada a necessidade da criação de linhas norteadora para a Cultura gonçalense, com um plano que atendesse o conjunto das políticas públicas culturais.

Até a criação do Plano Municipal de Cultura – PMC, aprovado em sessão legislativa ordinária em dezembro de 2017, que cria a Lei Nº 858-2018, com publicação em Diário Oficial sete meses depois, em julho de 2018⁸⁷ foram quatorze anos de elaboração e discussão no setor cultural, envolvendo a classe artística e a gestão pública desde o ano de 2004. Para elaboração do Plano, após os debates iniciais entre 2001 e 2004, foram destaques os anos de 2009 e 2010 (*ver imagem Nª 68/Anexos*), com calendários específicos que foram cumpridos envolvendo a sociedade civil e gestão pública, através do Conselho Municipal de Cultura.

Criado sob diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura (MinC), o Plano Municipal de Cultura Gonçalense é a base norteadora para as ações da Secretaria Municipal de Cultura (SECULTUR) e da Fundação de Artes de São Gonçalo (FASG), instrumento de

⁸⁷ Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo/Prefeitura de São Gonçalo - Lei nº 858 de 2018, disponível em: <
https://www.pmsg.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/PLANO_MUNICIPAL_DE_CULTURA_SAO_GONCALO.pdf>

gestão de curto, médio e longo prazo em que o Poder Executivo assume a responsabilidade de implementar políticas culturais continuadas.

Apesar de estabelecer metas de curto, médio e longo prazo para as ações culturais, o PMC não tem seu planejamento incluso na gestão dos recursos financeiros para concretização, sem uma ação concreta para obtenção de recursos para sua concretização.

O Plano Municipal de Cultura é parte estruturante do Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo, instituído através da Lei 569/2014, que está vinculado ao Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - SIEC, instituído através da Lei 7035/2015 e ao Sistema Nacional de Cultura – SNC, conforme o disposto no Artigo 216º, da Constituição Federal.

Dentre os instrumentos normativos e institucionais previstos pelo SMC constam, além do Plano Municipal de Cultura, constam: a Fundação de Artes São Gonçalo; o Conselho Municipal de Cultura; o Fundo Municipal de Cultura; o Núcleo Municipal de Informações e Indicadores Culturais; e a Conferência Municipal de Cultura.

Quanto ao funcionamento, a observação verificada é que a FAESG (antiga FASG), que trata de planejar, promover, coordenar, executar e acompanhar as atividades do poder público municipal no âmbito da produção, no fomento das atividades culturais, turísticas, de artes, desenvolver programas e projetos desportivos e de lazer do município em todas as suas formas e manifestações, apresenta dificuldades na composição com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sem cumprir os objetivos de suas atribuições, com premente necessidade em avaliar a competência de suas atividades.

O Conselho Municipal de Cultura, que tem por atribuição contribuir para a execução das políticas públicas culturais do município, institucionalizando a relação entre órgão da administração municipal e os setores da sociedade civil vinculados à cultura, com caráter permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador, apresenta pouca transparência e morosidade em disponibilizar atas, sem manutenção de um calendário contínuo de reuniões e atividades, com grande parte de suas proposições ou deliberações sem acolhimento pela gestão pública.

O Fundo Municipal, para custeamento de programas e projetos, com dotações previstas por lei, não funciona adequadamente, onde a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura tem sido negligenciada, sem previsão de recursos orçamentários (LOA), sem transferências; sem percentual arrecadado sobre o ISS e o IPTU; doações; entre outras. Quanto o Núcleo Municipal de Informações e Indicadores Culturais,

que pelo SMC deve acompanhar e avaliar as políticas de cultura em São Gonçalo, através de indicadores, nunca foi implementado.

No caminho percorrido desde 1999, com a criação do Fórum Gonçalense de Cultura, traçando uma breve linha do tempo, as seguintes ações foram destaques na cultura de São Gonçalo: em 2001, a instalação da Secretaria Municipal de Cultura e da FASG; em 2004, no mês de setembro o Plano Municipal de Cultura começa a ser elaborado e ao longo dos anos de 2001 a 2004, várias reuniões do Fórum Gonçalense de Cultura embasam as discussões das primeiras Conferências Municipais de Cultura, a partir de 2007; em janeiro de 2005, a criação do Conselho Municipal de Cultura; em 2007, a realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura; em 2008, a realização da 2ª Conferência Municipal de Cultura; em junho de 2009 o município aderiu formalmente ao SNC e realiza sua 3ª Conferência.

Em 2010 são realizados encontros distritais e setoriais de discussão e elaboração do Plano Municipal de Cultura, que culmina com sistematização de seu texto em outubro de 2010, quando foi realizada a 4ª Conferência Municipal de Cultura; em agosto de 2013 foi realizada a 5ª Conferência Municipal de Cultura; em fevereiro de 2014 foi aprovado o Sistema Municipal de Cultura, sendo instituídos os parâmetros e diretrizes gerais do Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo - PMC, para o decênio 2018-2028, como já destacado, instituído anos depois, com publicação da Lei Nº 858/2018, em julho de 2018.

Em novembro de 2014, em referência ao mês da Cultura, o Fórum Gonçalense de Cultura promove, em uma inusitada composição com a Associação de Comercial e Industrial de São Gonçalo (ACESG), o encontro “Mesão Cultural – Políticas Culturais em debate – São Gonçalo”, com convite para todos os ex-gestores de cultura que passaram pela unidade administrativa de Cultura da Prefeitura (*ver anexos. Imagem Nº 76*). Na pauta do encontro, o FGC destacava a conjuntura local em conexão com o cenário estadual e nacional, em especial atenção ao cumprimento do Sistema Municipal de Cultura da cidade, ao funcionamento do Conselho Municipal de Cultura.

Ainda que as ações projetem as bases para uma política cultural mais sistêmica e duradoura, é perceptível que entre 2005 e 2017, a ação da gestão pública no tocante a aplicação de políticas culturais apresenta um processo tardio e lento, de aguda morosidade, com longos períodos de lacunas a partir da aprovação da legislação.

A lentidão ou ausência de encaminhamentos por parte da gestão pública é atestada claramente na falta de execução do SMC, no não cumprimento do PMC, como também na ausência de acolhimento das deliberações e propostas das instâncias de participação social. Neste percorrer da linha do tempo, o instável funcionamento do Conselho Municipal de

Cultura é um fator a ser destacado quando a morosidade do andamento do processo, sem maior e mais intensa participação social.

A ausência de mecanismos de monitoramento e de avaliação em funcionamento, como também a demora ou ausência em dar publicidade as atas do CMC, e o longuíssimo tempo para conclusão da elaboração do Plano Municipal de Cultura, iniciada em 2004, concluída dez anos depois, são fatos marcantes de um contrassenso, considerando a legislação gonçalense aprovada, com Sistema e Plano de Cultura. No PMC, as metas de curto, médio e longo prazo para as ações culturais estão registradas, mas não existe ação concreta da gestão pública com planejamento exequível para concretizar tais metas, onde são precárias as expectativas de ver os direitos culturais do município ocados em prática.

No decorrer da presente pesquisa, um fator prejudicial para maior análise, foi a falta de informações e dados palpáveis sobre as políticas culturais do município, além de um nulo conjunto de indicadores culturais, falta de diagnósticos para verificação da efetividade das políticas culturais e uma gama de outras informações que, infelizmente, são inexistentes.

Tal cenário desencadeia um quadro extremamente danoso em aspectos pontuais: a cultura gonçalense não é vista como transversal e essencial pelo poder público, com esporádicas ações por parte da sociedade civil, frente a volumosa população, que por sua vez, não assimila a importância da cultura em sua vida prática, sem o devido reconhecimento ou compreensão da cultura na condição de direito, o que dificulta o processo natural de reivindicação desses direitos culturais.

5 O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO GONÇALO

5.1 Processo, tempo e construção

Para criação do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo (Lei nº 49/2001, alterado na Lei nº 569/2014 - Sistema Municipal de Cultura SG), as primeiras discussões começaram na movimentação de artistas, agentes e produtores culturais, ainda no século passado, no ano de 1999, quando a necessidade de um Conselho de Cultura paritário, com nomes eleitos, foi proposta pelo grupo representante da sociedade civil em reuniões do próprio setor cultural, por iniciativa da sociedade civil. Esse grupo, no ano seguinte, em 2000, se organizaria no Fórum Gonçalense de Cultura, agregando vários artistas da cidade com objetivos comuns, na defesa de melhorias para o setor, a exemplo do cenário de outras cidades (*ver imagem Nº 01/Anexos*).

Em fevereiro de 2001, quando da criação da Secretaria Municipal de Cultura, o tema foi destaque na reunião do Fórum Gonçalense de Cultura, já com a presença de gestores públicos, junto com os artistas, agentes e produtores culturais da cidade como retratam as reportagens dos jornais (*ver imagem Nº 02/Anexos*).

O mesmo tema, sobre a reorganização do Conselho de Cultura, foi assunto recorrente dos artistas da cidade, até o final de 2004 nas reuniões do Fórum Gonçalense de Cultura, sendo alvo de uma carta enviada ao Prefeito em novembro de 2004, no final do governo Henry Charles (*ver imagem Nº 32/Anexos*). No ofício encaminhado ao Prefeito Henry Charles, após a realização do III Fórum Municipal de Cultura a solicitação de encaminhamento, junto à Câmara Municipal de São Gonçalo, da proposta de lei de criação do Conselho Municipal de Cultura. São Gonçalo.

Interessante salientar que, apesar da adesão da maioria dos artistas da cidade, participantes das discussões do Fórum Gonçalense Cultura, um pequeno grupo se opõe a aprovação do Conselho na Câmara de Vereadores, justamente pela falta de informações do processo em si, quando a presença de nomes Conselho, após a criação da Lei, se daria em processo sequente com a eleição de nomes da sociedade civil e indicados pelo governo municipal (*ver imagem Nº 34/Anexos*).

Nos três momentos, 1999, 2001 e 2004, a ênfase era a criação de um novo Conselho, diferente do que existia, desde 1972, que além de não funcionar, ainda figurava no modelo da

época da ditadura civil-militar, ou seja, sem eleição de nomes da sociedade civil, com nomes indicados pelo Prefeito.

Na reunião do III Fórum Gonçalense de Cultura, em 2004, com o temas das políticas culturais sendo discutido nos recentes anos, após a criação da Secretaria Municipal de Cultura, somada a ênfase do Ministério da Cultura em prol da instalação de Conselhos com novo formato e composição, a necessidade de um Conselho de Cultura paritário, com nomes da sociedade civil eleitos era questão unânime no SESC São Gonçalo, com quase trezentas pessoas, entre gonçalenses e convidados de várias cidades, além de representantes do Ministério da Cultura e da ALERJ.

O movimento de artistas, produtores e agentes culturais que resulta na organização do Fórum Gonçalense de Cultura, na virada do século, tinha como meta principal a busca de saídas para as dificuldades do setor cultural, com poucas ou nulas ofertas de trabalho, desconfiança do setor artístico-cultural em relação ao governo municipal que apresentava inexpressivas iniciativas.

Com as eleições para Prefeito no ano 2000, o grupo de artistas enxerga a chance estratégica de apresentar reivindicações para o setor, dentre elas, a criação de um Conselho de Cultura, de modo a garantir a presença de artistas de modo mais pontual nas discussões das políticas pública do setor na cidade.

Nas entrevistas realizadas, que fundamentam análises pontuais do objeto desta pesquisa, é identificável a necessidade proposta pelo movimento, por iniciativa dos artistas, quanto a aplicação de mudanças no setor cultural no âmbito da esfera pública municipal, onde a ampliação dos canais de participação social na execução de políticas públicas culturais em São Gonçalo integrava o conjunto de propostas que movimentou o setor.

No início do século XX a participação social nas discussões das políticas culturais era muito incipiente, praticamente ausente, frente ao aspecto histórico-institucional da cultura em todos os níveis da federação. Poucos municípios apresentavam unidades administrativas específicas de cultura, os orçamentos eram, em grande parte, atrelados a outras pastas, sem informações transparentes do que era destinado para a Cultura, onde as equipes nas prefeituras, governo estadual e federal eram desprovidas de quadros técnicos capacitados para atuação.

Em São Gonçalo, até o ano 2000, como destacado nos capítulos anteriores, a situação vigente era similar a maioria das cidades, onde o conceito de políticas culturais era inexistente na gestão pública, onde as ações da unidade de cultura (assessoria, coordenação, diretoria, superintendência) estavam agregadas à Secretaria Municipal de Educação, restritas em um

calendário de eventos, efemérides. O visível volume de dificuldades do setor cultural, marcado pela ausência de políticas públicas específicas, era a realidade na segunda maior cidade do estado.

A novidade, na virada do milênio, é que uma parcela da sociedade ligada a arte e a cultura gonçalense passa a ocupar um espaço, até então nunca reivindicado, para ser incluída nos processos de construção das políticas públicas culturais.

Se até aquele momento eram tratados como meros beneficiários de uma e outra agenda festiva, esporádica, convidados a participar de um e outro evento, sem espaço para colaborar com opiniões, longe de uma convocação para eleger quem os representasse em um ou outro processo de discussão, a inédita articulação com apresentação de propostas para candidatos ao governo, no ano 2000, passa a requerer um lugar nos processos, vislumbrando uma inserção mais direta nos centros de tomada de decisão. A atitude pragmática do grupo, a fim de se fazer presente, é uma nítida atitude de busca de participação social na cidade.

O novo Prefeito, receptivo aos apelos dos artistas, em parte movido por uma ligação mais estreitada com alguns dos representantes do setor, e em parte pelo desejo de projetar a Cultura Gonçalense para um novo patamar, fruto do panorama vigente em outras cidades, que o então ex-Deputado Estadual Henry Charles conhecia, fato é que as propostas de criação de uma unidade administrativa exclusiva para Cultura, foi uma realidade já no início da gestão do governo Charles.

A capacidade de evocar tais imagens e experiências, em uma visita ao passado, é um movimento de buscar o necessário para reprodução do importante significado das iniciativas praticadas naquele momento, com possibilidades de melhor entendimento da sequência dos fatos nos anos seguintes. Através da memória daquele período é possível traçar uma linha do tempo que fornece dados significativos que embasaram as atitudes daqueles sujeitos sociais, expressos em suas narrativas, em seus discursos, ora com traços de racionalidade, ora de extrema sensibilidade.

Ressalto nestas interpretações, tanto nas entrevistas quanto nas observações dos registros fotográficos e documentos, uma gama de explorações possíveis das vozes e comportamentos desse grupo, onde me situo em dupla condição – como investigada e investigadora.

Além das entrevistas, traço a análise desse capítulo final, pesquisando as conexões e narrativas desses diferentes sujeitos sociais no seu campo de atuação, para além do Conselho. Observo as narrativas de outros pesquisadores, intelectuais, agentes e produtores culturais que

se debruçam, também, em entender mais a cultura local, interagindo com as minhas próprias vivências, que se complementavam.

Em alguns momentos comecei a chamar essa pesquisa de “colcha de retalhos”, tamanha a composição dos recortes e pedaços, a partir dessa ou daquela observação, desse ou daquele relato, desse ou daquele documento, dessa ou daquela lacuna.

No cruzamento dos registros das entrevistas com os conselheiros de cultura, em diferentes períodos entre 2004 e 2014, as percepções apontam que a maioria dos entrevistados expressou uma visão muito próxima nas suas respostas, em função de uma assimilação que se repete frente ao cenário das políticas culturais na cidade.

No roteiro das entrevistas, ainda que alguns dos entrevistados à época da sua presença no Conselho de Cultura não mensurasse em detalhes os propósitos e atribuições de um conselheiro, muitos expressaram o desejo de, com sua presença, colaborar para mudanças, para melhorias da cultura local.

Em reiteradas falas, a ênfase no destaque do potencial da arte e da cultura gonçalense, ainda que a gestão pública, em grande monta, não estabelecesse apoio e investimentos institucionais. Ou seja, a despeito das ações da aplicação de políticas públicas culturais, a arte e a cultura da cidade apresentam potenciais indiscutíveis.

Os entrevistados percebem sua presença no Conselho de Cultura, majoritariamente, como símbolo de doação, de sociabilidade, de afeto para a cidade, no qual a prática cultural é preponderante na sua apropriação e na memória coletiva desse grupo que resiste ao longo do tempo.

Diante dos atos do poder público (arbitrariedade, desinteresse pelo Conselho, morosidade no cumprimento das ações) os entrevistados reconhecem um dismantelamento proposital das poucas ações, quando das mudanças de um governo para outro, sem que isso seja identificado como uma exceção e sim como uma prática comum, onde a descontinuidade das políticas, da interrupção de um ou outro projeto, são fatos comuns na cidade.

“No Conselho de Cultura, os representantes, às vezes, assumem ligação com algum grupo ou interesses específicos: ora são representantes de movimentos sociais (movimento negro, movimento das mulheres, movimento dos LGBTs, entre outros), de setores ligados normalmente a manifestações de cunho artístico, de linguagens, de categorias profissionais da cultura, como os produtores culturais, ora de manifestações, como a cultura popular, outros tipos de manifestações ligadas à religiosidade, os representantes de festejos populares como o carnaval, as pessoas jurídicas, representantes de ONGs, associações de bairro, e ainda, aqueles que não representam ninguém, além deles mesmos e seus interesses particulares, entre outros. Mas nossa função era ver o Conselho funcionado, colocar os assuntos da Cultura em dia, com esse pessoal.” (Prof. José Augusto Abreu. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

Embora apresentem uma relação afetiva latente com a cidade, com atuação assídua no seu próprio campo de ação artística, a maioria dos entrevistados aponta um acentuado grau de nulidade ou nulos resultados do Conselho Municipal de Cultura, uma vez que a gestão pública se ocupa de outras demandas, em detrimento das deliberações do Conselho.

Entre os entrevistados o discurso revela um descontentamento com o baixo empenho da gestão pública para efetivação de mudanças, exceto por um único período, entre 2009 e 2012, que compreende a elaboração do Plano Municipal de Cultura de modo mais sistemático e a realização da maior conferência municipal de cultura, a 4ª, nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2009.

É identificável, pelos Conselheiros entrevistados, a necessidade de cumprimento do Plano Municipal de Cultura, como fator fundamental para a movimentação do Sistema Municipal de Cultura da cidade, onde, em grande monta, as ações, projetos, programas permanecem “sem sair do papel”, em função de uma deliberada ausência de ações por parte do poder público.

“Fui Conselheira de Cultura de 2007 a 2009, representando a Secretaria de Turismo e Cultura, e pela FASG, de 2009 a 2011 e de 2013 a 2015. Desde o primeiro mandato fiz as vezes de secretária do Conselho, organizando a pauta, atas, locais e datas das assembleias. Também era responsável pela guarda dos documentos. No segundo e terceiro período começamos a elaborar o Regimento Interno, finalizando a revisão que os conselheiros anteriores esboçaram, porém, este documento não foi publicado. Após a IV Conferência nos debruçamos para colaborar com a elaboração do Sistema Municipal de Cultura, onde o Plano Municipal de Cultura foi amplamente debatido na V Conferência de Cultura, em 2013. Neste período trabalhei incansavelmente para a finalização do Sistema e do Plano que viriam a ser publicados em 2014 e em 2018 respectivamente.” (Marilyn Pires. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

Nesse contexto, quando novas práticas políticas de gestão deveriam remodelar o cenário das políticas culturais da e na cidade, verifico um círculo vicioso, de incipientes melhoramentos, que se perpetua diante de uma contínua ausência de vontade política, somando, ainda, ao oportunismo na manutenção de atender um e outro privilegiado.

Os sujeitos sociais, sem uma articulação precisa ou mais organizada, apresentam um lento comportamento para assumir e se apropriar de atitudes de caráter mais resistente, em função das práticas oportunistas do Estado, o que gera, em uma visível percepção diante das diversas urgências no seu fazer cultural e da própria sobrevivência, cada vez mais distanciamentos do processo de participação social.

Em um cenário de constantes repetições geradoras de desestímulos e desconfianças diante da permissividade do poder público, esse distanciamento do processo de participação social acaba por alimentar uma invisibilidade dos sujeitos sociais.

Do período analisado, entre 2004 e 2014, com o conjunto de informações que foi possível acessar, localizar, fica perceptível que as diferentes configurações, quanto aos integrantes e formas de escolha dos representantes, impactam na dinâmica do Conselho Municipal de Cultura, principalmente, na própria capacidade de participação do Conselheiro no colegiado.

Dos nomes da sociedade civil com assento no Conselho Municipal de Cultura não ficou evidenciado, a cada eleição, como se deu o processo de eleição, a partir de onde aquele nome chegou ao Conselho.

Não ficou evidente, salvo apenas três representantes, se a presença daquele Conselheiro era resultado de uma discussão de um segmento, um agrupamento desse ou daquele coletivo ligado a uma das variadas expressões artísticas da cidade, ou ainda, desta ou daquela instituição.

Esse dado reflete diretamente na atuação do Conselheiro, sem uma base de apoio, sem uma condição contínua de diálogo com seus pares, que por hipótese, ele deveria representar, longe de representar ele mesmo ou seus interesses individuais.

Faço essa referência, em especial, em função das questões que localizei na leitura das atas, onde ficou implícito as disputas até sobre valores de alguns Conselheiros interessados em um atendimento específico para seu projeto artístico particular, em detrimento de uma ação coletiva, ou na defesa de narrativas em atendimento ao setor cultural como um todo, de modo mais amplo.

A separação e categorização dos grupos e seus representantes é, na prática, muito complexa, pois as representações se combinam de várias formas, de modo que um representante pode ter diversas conexões com esse ou aquele grupo, sendo comum os representantes transitarem por um outro grupo, dizendo pertencer a vários grupos.

Nas entrevistas observei uma movimentação de pessoas que, ora desempenharam papel de representantes da sociedade civil, ora de governo. Neste aspecto ficou evidenciado, que essa passagem, eventual, pelo poder executivo com uma função profissionalizada, criou uma “marca” entre os demais representantes da sociedade civil, onde a passagem pelo “lado de lá”, cria cenários de desconfiança junto a seus pares nos movimentos sociais, no setor cultural.

“Bom, uma coisa era ser funcionária concursada, dar aula em Escola, outra foi a experiência de ocupar uma função com cargo comissionado. Como Professora de Artes tinha passagem em todos os espaços artísticos da cidade, era recebida entre meus pares como mais uma artista da cidade. Bastou ocupar um cargo, como Superintendente ou Diretora da Casa das Artes que já me viam de outro modo, ali já não era mais a Ana Sobral artista, era Ana Sobral “do governo”. (Ana Maria Lima Sobral. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2020)

Alguns dos entrevistados, inclusive, destacam que embora queiram cumprir seu papel, colaborando com a elaboração, validação e avaliação das políticas culturais, não se sentem aptos para desempenhar tais atribuições. Neste aspecto, identifico que essa avaliação, quanto ao desempenho e propostas defendidas pelos próprios Conselheiros, é estabelecida em função da novidade que é esse espaço de participação.

“Mesmo com orçamento muito restrito, em condições adversas para promover uma real potencialização da cultura, da arte, fizemos toda uma ação para garantir a discussão e a elaboração do Plano Municipal de Cultura, foram várias ações para emplacar o CPF da Cultura de São Gonçalo, como estava sendo orientado pelo Ministério da Cultura. No Conselho, durante a minha gestão, tínhamos uma funcionária para cuidar de toda papelada e assuntos do Conselho, nada podia se perder. A participação social neste espaço deliberativo que é o Conselho Municipal de Cultura, como também é uma conferência, como a 4ª Conferência Municipal de Cultura, que lotou o auditório da FFP UERJ, foram espaços de elaboração de políticas públicas culturais. O Poder Executivo promoveu esses espaços deliberativos, onde acolhemos várias propostas. Não fizemos mais em função da limitação orçamentária.” (Carlos Ney Ribeiro. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

O novo modelo organizacional promovido e estimulado pelo Ministério da Cultura, a partir de 2003, onde a sociedade civil é convocada a participar ativamente da elaboração das políticas culturais no Brasil, ainda não foi cristalizado na sua integridade pela sociedade civil, talvez, em função do volume de novidades que esse novo modelo organizacional operou, em um curto espaço de tempo.

Destaco ainda, também, como um outro fator para que sociedade civil ainda não tenha cristalizado na sua integridade essa convocação, em função de uma tímida capacidade de inclusão, que exigiria mais tempo para absorver o processo em curso, para operar em maior grau, articulações dentro desse novo arranjo, com mais destreza na movimentação da engrenagem. O quantitativo de sujeitos sociais que assimilam esse novo modelo organizacional no campo das políticas públicas culturais é ainda pequeno, caso que constato, nesta análise, em São Gonçalo.

Para ter acesso aos entrevistados, foram várias tentativas para localizar quem atuou no Conselho Municipal de Cultura Gonçalense, com uma notada dificuldade de acesso a informações e registros na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e, até mesmo, no diário

oficial que emite toda documentação institucional da Prefeitura. Entre os gestores públicos, três titulares da pasta participam das entrevistas.

Salvo arquivos guardados, por iniciativa particular de uma das Conselheiras, maior dificuldade teria limitado ainda mais o acesso a parte das informações. Listados os Conselheiros, tanto da sociedade civil quanto os representantes da gestão pública, deu-se o passo seguinte, para minha surpresa, com outro complicador: a resistência da maioria para fazer as entrevistas.

Entre os nomes da sociedade civil a negativa foi, em parte, compreensível, uma vez que os artistas e produtores culturais apresentavam nítido receio de expor sua impressão sobre o governo municipal, adotando uma posição de afastamento. Para essa etapa final da pesquisa foram realizadas mais de setenta tentativas de entrevistas, sendo realizadas vinte e oito, entre respostas por questionários ou gravações. Dos vinte e oito entrevistados, nove solicitaram que seus nomes não fossem expostos na pesquisa.

Desse material transcrevo trechos para possibilitar um melhor aprofundamento desta análise, identificando os aspectos e os fatores recorrentes capazes de elucidar as dinâmicas das relações entre representação e participação social no âmbito da cultura. As falas foram organizadas a partir do questionário apresentado, verificando os aspectos comuns que apareciam nos relatos, assim como os diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema ou questionamento.

A opção de destacar determinados trechos que resumiam a relação do objeto deste estudo, manteve o inteiro teor da narrativa do entrevistado.

Além dos nomes de São Gonçalo foram mapeados para entrevistas gestores da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e do Ministério da Cultura, parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e deputados federais que participaram do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura, nomes que compareceram em espaços deliberativos, que apresentaram a primeira versão do projeto de Lei do PNC 2006, participando de sua redação final e aprovação no Congresso Nacional em 2010.

Ressalto que essa abertura, com nomes de fora de São Gonçalo, teve importante papel de validação na escrita desta pesquisa, que, a partir de suas respectivas participações, nos seus campos de atuação, influenciaram na condução das políticas públicas no Ministério de Cultura durante o processo de consolidação de políticas culturais em todo Brasil, onde figura, na maior importância, São Gonçalo. Boa parte desses entrevistados não figuram aqui com seus depoimentos, mas colaboraram para a composição da presente análise.

No retorno das entrevistas destaco as falas de ex-Conselheiros Municipais de Cultura de São Gonçalo, atuantes entre 2004 e 2014, que participaram das entrevistas em resposta ao questionário ou via depoimentos gravados.

Alexandro Nery de Lima. 48 anos.	Produtor Cultural e Fotógrafo. Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo.	Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023.	Sociedade Civil.
Angélica Maria Machado Cruz. 55 anos.	Administradora de Empresa e Dançarina. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo.	Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023.	Sociedade Civil.
Carlos Ney Ribeiro. 62 anos.	Fisioterapeuta. Secretário Municipal de Turismo e Cultura de São Gonçalo e Presidente da FASG (2009-2012).	Vídeo-entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023.	Poder Público.
Guilherme Marins Carvalho. 36 anos.	Historiador Cultural. Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo.	Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023.	Sociedade Civil.
Lucídia Cruz. 60 anos.	Artesã e Técnica em Contabilidade. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo.	Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023.	Sociedade Civil.
Márcia Dória Pereira (Mãe Márcia D'Oxum). 64 anos.	Sacerdotisa e Agente de Cultura. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo, Conselheira Estadual de Cultura (Rio de Janeiro) e Conselheira Nacional de Política Cultural.	Vídeo-entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023.	Sociedade Civil.
Romario Regis. 33 anos.	Comunicador, Consultor de Comunicação e Vereador em São Gonçalo. Conselheiro Municipal de Cultura	Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro e novembro de	Sociedade Civil.

	de São Gonçalo e Gestor Cultural.	2023.	
Verônica Inaciola Costa Farias da Cruz. 59 anos.	Professora e Escritora. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo e Gestora Cultural.	Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023.	Poder Público.
Vinicius Dalmas. 52 anos.	Acrobata. Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo.	Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023.	Sociedade Civil.

Quanto as principais atividades e metas da função de Conselheiro Municipal de Cultura:

“Discutir a política cultural em três perspectivas. A primeira é o acompanhamento e fiscalização das políticas implementadas pelo município, pela gestão pública. A segunda é propor soluções para melhorar a dinâmica dessas políticas na cidade, propor e acompanhar. E a terceira é organizar a sociedade para maior participação popular. Talvez, a mais complexa, pois isso era uma novidade para muitos do setor cultural.” (Romario Regis. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2023)

“Colaborar na elaboração, execução e fiscalização da política cultural do governo municipal. Acreditava que havia uma abertura maior e uma vontade do executivo da época, na busca por uma política pública de cultura com a participação da sociedade civil organizada e a gestão, em prol de equipamento, qualificação da mão de obra, editais, formação de plateia, utilizar os trabalhadores da cultura da cidade, que não eram e continuam não sendo poucos.” (Angélica Cruz. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“Apresentar estratégias ao Conselho, no processo participativo das ações culturais por meio de mobilização da sociedade civil para o entendimento de seu protagonismo, analisando aspectos relevantes e propondo diagnóstico participativo como ferramenta de escuta pública.” (Analice Nunes. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“Ali no Conselho meu papel era lutar pela valorização da Cultura do povo afrodescendente e de matriz africana. Entendo que a Cultura tem vários segmentos, mas a valorização da Cultura do povo afro de matriz africana, por ter sido sempre perseguida, precisa muito de quem lute. Ali pouco se apresentava de diretrizes para implementação de ações, aprovação e discussão de demandas relativas à cultura da cidade, bem como as estratégias para resolver essas demandas, de um modo mais amplo, mas não cabia a mim gerar discussões e debates sem fim.” (Márcia Dória – Mãe Márcia D’Oxum. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

“Além de fazer valer o fundo municipal de cultura, aquele momento era de reestruturar o conselho, elaborando uma ouvidoria dos fazedores de cultura naquele momento a fim de elencar prioridades e então junto a FASG - Fundação de Artes de São Gonçalo e também da SEMELCELTUR - Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo cobrar providências para que a cidade escutasse

os anseios da classe e cumprisse seu papel de gerir recursos, dinheiro, em prol do cidadão gonçalense. Uma de minhas proposta particular que, na época, produzia um Movimento Cultural de vulto era de elaborar uma agenda de formação de novos produtores, manutenção e apoio aos projetos que sobreviviam as intempéries dos descasos, uma agenda de uso dos aparelhos culturais da cidade oportunizando assim o giro de artistas e suas artes dentre outras pautas ouvidas e por mim apreciadas como um festival de música que contemplasse o vencedor ter um cd gravado pelo selo musical da cidade – vide cidade de Niterói.” (Alex Nery. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“Fomentar a cultura no município através de atividades culturais. Incentivar, estimular os movimentos sociais na prática da cultura do município. Ser o elo entre o poder público e a sociedade civil em torno da cultura do município.” (Lucídia Cruz. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

“Como sempre estive participando de projetos relacionados a cultura popular tradicional da cidade, inclusive na própria Secretaria de Cultura, vislumbrei a possibilidade, já que estava representando a Secretaria de Educação, da implementação de um programa de Educação para o Patrimônio Cultural no município, inclusive com encaminhamento via Conselho de Cultura para que essa fosse uma disciplina do currículo escolar da rede municipal de ensino.” (Verônica Inaciola. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

“Minha principal motivação em participar do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo foi a da mudança. Eu participava e produzia eventos e projetos culturais na cidade há alguns anos, sempre de forma independente. Por eu já ter uma experiência anterior com o conselho de cultura na cidade de Niterói, ao me deparar com o regimento interno do conselho de São Gonçalo eu me surpreendi pela desatualização dele e minha pauta para me eleger conselheiro foi justamente essa: a de renovação do regimento interno visando uma maior participação da sociedade civil e maior (ou alguma) transparência e publicidade nos atos do conselho e do governo.” (Guilherme Marins Carvalho. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023)

Quanto as principais dificuldades para funcionamento do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo e sua própria atuação como Conselheiro:

“O executivo respeitar, enxergar, querer e fazer valer o Sistema Municipal de Cultura; falta total de orçamento para efetivação de projetos e mão de obra bem como equipamentos. Uma maior unidade entre a própria classe artística, Ausência do Legislativo Municipal em fortalecer as Leis; falta de Editais. Sem capilaridade social os conselhos são levados ao isolamento e à debilidade. A gestão precisa respeitar esse papel e não fazer de conta.” (Angélica Cruz. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“Engajar a população em favor das políticas locais. Apresentação de diagnóstico das áreas que carecem de projetos de cultura/educativos. Envolver as Ongs, empresas, universidades, meio de comunicação para o bom andamento das políticas públicas culturais da cidade. E da transparência na prestação de projetos executados e etc etc etc ... ao infinito.” (Analice Nunes. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“O Poder Público aparelha a estrutura do Conselho. A falta de orçamento para execução das políticas, para que o Conselho discutisse e encaminhasse para Secretaria como proposta, esbarrava sempre na falta de recursos e as Prefeituras, de maneira geral, não olham cultura como uma ação estratégica nas políticas públicas.”

(Romario Regis. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2023)

“A maior foi a influência política que tinha seus representantes que não se mostravam interessados em dar andamento ao conselho e que acabou por neutralizar o presidente e os demais membros. Sequer o poder público disponibilizou espaço para receber e ouvir os agentes de cultura da cidade, não ouvindo assim um pleito meu antigo que era justamente o de ouvir. O Conselho não avançou em sua proposta constitutiva inviabilizando seu funcionamento e novamente sendo conduzido à inércia. Na época, o então presidente não conseguiu dar passos na direção dos eixos que de fato era o papel do conselheiro gerando assim um esvaziamento e vácuo da missão do conselho cujo fruto foi a estagnação e o insucesso.” (Alex Nery. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“Hoje tenho mais clareza dos fatores que são importantes nas discussões dos espaços participativos, como no Conselho de Cultura de São Gonçalo, que é a disponibilidade de dados para que seja possível realizar diagnósticos mais precisos dos problemas locais. Neste caso, nunca tivemos isso no Conselho, lá atrás, quando participei, em 2007. A gestão pública municipal de São Gonçalo não disponibilizou dados para que diagnósticos pudessem ser realizados, nem para eles mesmos, na Prefeitura, isso de ter dados, de trabalhar com dados, era importante.” (Vinicius Daumas. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

“Uma grande dificuldade de entendimento do poder público, cito o legislativo e o executivo, em entender que cultura é um campo do conhecimento que é a própria experiência de vida humana, portanto se faz necessário investimentos para o desenvolvimento do setor. A falta de planejamento específico para a implementação de ações culturais pontuais e decisivas para o desenvolvimento da cidade.” (Verônica Inaciola. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

“Conseguir conciliar as reuniões e atividades do Conselho com a função de artesã e Presidente da Salvarte - Associação de Artesãos da Rua Salvatori, cargo que exercia na ocasião, foi muito trabalhoso.” (Lucidia Cruz. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

Sobre a assimilação de possíveis mudanças na sua percepção frente a necessidade de execução de políticas públicas culturais, após sua participação no Conselho Municipal de Cultura:

“Aprendi que apesar da pressão popular, coletiva e dos artistas, se o Secretário de Cultura não estiver conectado com os valores do Sistema de Cultura, pouca coisa avança. Ainda somos muito dependentes da decisão governamental tendo em vista a dificuldade de tratar política cultural como política de estado.” (Romario Regis. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2023)

Sobre a percepção dos entrevistados quanto à participação social, através do Conselho Municipal de Cultura na efetivação de políticas pública culturais na cidade gonçalense:

“É notório a fragilidade da condição de conhecimentos dos integrantes, dos fazedores de cultura. Não se espera muita coisa.” (Analice Nunes. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“A maior conquista foi abrir mais portas para realizar o Presente de Iemanjá de São Gonçalo, que inclusive se tornou uma Lei Estadual, onde o reconhecimento, ainda

que não tenha conseguido o desejado para políticas culturais, para os povos tradicionais de terreiro, para cultura afro, foi válido. Ali no Conselho foi difícil, era muito preconceito, era muita luta, mas eu não desistia. Foram muitos anos para conseguir um Conselho de Cultura, tinha que botar para funcionar, mesmo com todas as dificuldades.” (Mãe Márcia D’Oxum. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

“Minha percepção foi de completo insucesso desde as agendas de reuniões dos conselheiros até o que seria de fato o exercício de suas atribuições. Fiquei frustrado. Era necessário a efetivação do Fundo Municipal de Cultura para movimentar os editais para os variados segmentos contribuindo na manutenção da arte, dos artistas, abraçando sonhos e desejos de uma “massa gonçalense” sovada há anos pelo poder público que sempre tem a mesma resposta para as mais variadas perguntas do setor que é “não temos recursos! No Conselho achei que era possível buscar mais investimento, buscar mais conhecimento para os agentes culturais e produtores, como eu, como forma de reconhecimento e com objetivo de se ter cada vez mais capacitação técnica e mão de obra qualificada para realizar aqui na cidade seus eventos, produtos, negócios, oriundos do setor cultural, fomentando cada vez mais arte, atraindo público, acesso aos mais carentes e marginalizados e trazendo olhares do mundo inteiro mostrando a todos que São Gonçalo é potente e plural em sua arte, assim como fez o Groove do São que gerou movimentos, fez encontro internacional Brasil – Dinamarca, recebeu nomes da música do Brasil inteiro, recebeu e fez lançamento de livros de vários escritores, abraçou a dança, o teatro livre, bem como a poesia e as artes plásticas.” (Alex Nery. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“Embora o discurso do poder público fosse mais direcionado para as ações que intencionava operacionalizar, surgiam alguns debates por partes de alguns integrantes que julgavam inapropriadas determinadas intenções que privilegiavam alguns setores e outros não. Teria sido bom que esses representantes tivessem comprovação de atuação para a cadeira que ocupava, e até mesmo as indicações do poder público, com alguma relação com a Cultura, com a arte.” (Verônica Inaciola. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

Sobre a importância dos Sistemas de Cultura, em especial, a instalação e funcionamento de Conselho, Plano e Fundo Municipal de Cultura em São Gonçalo:

“É importantíssimo para valorizar e fomentar a produção Cultural no nosso país, dos estados e aqui da nossa São Gonçalo. É muita coisa nova para aprender, mas é necessário, é a garantia de que vamos ter projetos, ações, que vai ter orçamento.” (Mãe Márcia D’Oxum. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

“Importantíssimo. Além da unificação, garantia de projetos e a consolidação através do fundo de Cultura. No período que fiquei no Conselho, de 2009 a 2011, o Conselho era bem atuante e procurava estar presente sempre que possível nas ações das políticas culturais no município. Existia uma atenção do poder público, um conselho atuante e uma sociedade civil ávida por cultura. Foi a mistura perfeita. Fazia parte do segmento de artesanato do município e além de trabalhadora na cultura era bem engajada nas discussões e nas atividades relacionadas à Cultura. Existia uma vontade muito grande dos artistas de todos os segmentos e do poder público também que as atividades culturais do município dessem certo em São Gonçalo.” (Lucídia Cruz. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

“Acho de extrema relevância uma vez que seja democrático a participação do agente cultural como um representante da sociedade na condução e acompanhamento e também na elaboração de propostas oriundas das necessidades dos fazedores de

cultura voltadas ao cidadão brasileiro em suas mais diversas vertentes, só que do tempo que fui Conselheiro, não tinha Plano, nada de fundo e o próprio Conselho estava engatinhando, não tinha muita importância lá em 2006, 2007.” (Alex Nery. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

“O Sistema de Cultura é imprescindível para a implementação das ações culturais pelo poder público, principalmente no que tange ao direcionamento das políticas públicas para o setor, que podem ser discutidas de forma mais horizontal e com revisões feitas pelo próprio CC há cada três anos. Outra questão é a transparência que pode ser dada às implementações das ações, de forma que os direitos culturais da população possam estar garantidos nas suas dimensões simbólica, econômica e cidadã. E toda diversidade respeitada. É também muito importante quanto ao financiamento dessas ações, já que Fundo de Cultura.” (Verônica Inaciola. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023)

“Não conseguimos muito êxito, não tinha muita adesão a propostas. Mas mesmo que não tenha sido como eu pensei, pois as coisas não andavam, depois do Carlos Ney ficou muito difícil, mas certamente participar do Conselho contribuiu para uma ampliação de conhecimentos em outras artes, nos fazeres culturais e de como existem lutas verdadeiras nos ideais das pessoas. Isso valeu muito.” (Romario Regis. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro de 2023)

“No entanto, para a implantação do projeto político, havia e ainda há dificuldades muito grandes tendo em vista a fragilidade institucional da Secretaria, com grandes problemas estruturais para equacionar. Mas com todos os desafios na esfera governamental, quanto a sociedade civil, foram várias ações e projetos em reconhecimento dos fazedores de cultura, da valorização da arte gonçalense.” (Carlos Ney Ribeiro. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

Além dos integrantes do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, outros atores sociais, que atuaram no contexto das discussões das políticas culturais na cidade, também foram ouvidos nesta pesquisa. Foi observado, em alguns grupos culturais que trabalham na cidade, a forte presença do artista independente que, por decisão própria, não se envolveu, não demonstrou interesse de participar do processo, das discussões. Esses alegam uma narrativa de que sempre realizaram suas ações *“nunca favorecidas econômica e politicamente pela prefeitura”* e que vão seguir *“sem a politicagem local”*.

Esse fato é uma realidade na cidade, em um grau de despolitização resultante de uma não reinvenção das atitudes da maioria dominante da política local, onde sempre foi restrito o espaço de participação social e bastante custosa, pela gestão pública, a experimentação desse novo modelo organizacional para política cultural.

Outrossim, foram identificadas as pessoas que participaram do processo, grupos atuantes na cidade, que até, algumas vezes, também se articulavam na região Leste Fluminense, no estado ou a nível nacional e acompanhavam o cenário cultural para além de São Gonçalo, constatando a necessidade do quanto a cidade carecia de se conectar com o novo cenário Brasil.

“O desejo de participação também forçou as portas da institucionalidade política, obrigando o Estado brasileiro a se democratizar e a construir, sobre outras bases, suas relações com os diversos setores da sociedade civil. A luta pela democratização do Estado foi travada no próprio ambiente institucional, com a criação dos conselhos, conferências, orçamentos participativos e uma diversidade de espaços de interação governo sociedade. Assim, setores geralmente ausentes ganharam vez e voz para expressar demandas e reivindicar direitos.” (CARVALHO, 1995, p.235)

A análise me permitiu amenizar, em parte, os silenciamentos comuns nos assuntos das políticas culturais na cidade. Ao observar a movimentação das pessoas entrevistadas, representantes da sociedade civil, identifiquei o quanto essa representação, tão como se deu, foi fundamental para criar formas de articulação entre os atores envolvidos no setor cultural.

Os artistas, agentes e produtores culturais, arte-educadores e animadores culturais, combinando, na medida do possível, frente a realidade social e política da própria cidade, uma forma para adoção de dinâmicas de participação nas decisões na esfera pública, contrapondo com o usual de cima para baixo.

Se o resultado dessa dinâmica foi em maior ou menor grau, o que significa ter integrado às políticas locais as propostas e decisões oriundas dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura, vale mensurar a importância dessa ação que foi investida para desenvolvimento cultural local.

Acredito que vários indivíduos estabeleceram um genuíno papel a partir da sua consciência, de um comportamento, que embora nem mesmo fosse assim conceituado, naquele momento, de consciência cidadã, uma ação embrionária de consciência coletiva.

Percebo nesse processo um movimento de força, onde os sujeitos sociais, a despeito do quadro de dificuldades e limitações da gestão pública, ou as suas próprias dificuldades, mantiveram seus objetivos de mudanças deste cenário.

Encontrei nos relatos, em algumas entrevistas, que eram, na verdade, depoimentos apaixonados que foram transmitidos baseados na significação apontada por Le Goff (2003), de sujeitos "guardiões da memória", dada a significativa reconstrução da memória que suas narrativas apresentaram, no desejo de uma São Gonçalo que precisar valorizar sua arte, sua cultura local.

“Uma curva de vida que nada mais é do que o conjunto de trajetórias, de negociações, de mudanças e experimentações de um indivíduo em relação com outros. Tal trajetória é uma constatação do resultado de opções, negociações e disputas no interior de um campo de possibilidades, dentro das perspectivas abertas pelo contexto sócio-histórico e cultural em que um indivíduo está inserido.” (VELHO, 1981)

Outros entrevistados, justamente aqueles que, desconhecem o transcorrer do processo, ou não assimilaram suas atribuições como Conselheiro, ainda que não tenham apresentado uma identificação espontânea sobre a importância do seu papel no Colegiado, são peças que possibilitaram a engrenagem se movimentar, ainda que muito lentamente na maior parte do período analisado e com mais velocidade e resultados produtivos em um período específico.

Ao percorrer parte da implementação do conjunto das políticas culturais no Brasil e parte das ações dos atores sociais (agentes culturais, artistas, produtores culturais, arte-educadores, conselheiros de cultura) considerando as tensões, disputas e interesses da cultura gonçalense no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2004 e 2014, acompanhei boa parte das mudanças institucionais no âmbito das políticas culturais em escala nacional, regional e local, onde ficou evidente que tais mudanças produziram um novo comportamento no cenário cultural local.

No relato das entrevistas, em diferentes períodos de atuação dos Conselheiros, a evidência de uma intenção, de fato, de atuação a partir de uma experiência direta, real e não apenas como um mediador de informações, sem uma representação efetiva.

No relato de parte dos Conselheiros o desejo era fortalecer sua independência, ter uma voz ativa, reduzindo a possibilidade de possível manipulação pelo poder executivo de sua presença no Conselho.

Isso reforça uma concepção de participação social nas discussões do Conselho Municipal de Cultura centradas na garantia de instrumentos mínimos para reforçar a cidadania cultural, reconhecendo a importância de sua presença, como Conselheiro, e o quanto essa sua presença colaborava potencialmente no estímulo das relações de identidade e pertencimento na cidade, a partir do seu papel de Conselheiro de Cultura. Lendo esses relatos, me reporto de automático ao Ministro Gilberto Gil:

“Como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.” (Trecho do discurso de posse do Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Brasília, 02 de janeiro de 2003)

A entrevistas apontam que, apesar das dificuldades, da falta de operacionalidade, por parte da gestão pública para garantir o pleno funcionamento do Conselho, como a ausência até mesmo do regimento, durante anos, uma interessante capacidade dos seus integrantes foi de estabelecer uma ação de grupo, onde reconheceram uma afinidade comum – o ideal de

colaborar por uma São Gonçalo melhor, onde o desenvolvimento de um projeto coletivo, focado na Cultura, estava ligado à identidade, à ética e um conceito de democracia cultural e política.⁸⁸

Faço um registro quanto o distanciamento da população, de modo geral, ao longo desse processo, ausente, desprendida, desterritorializada dos assuntos da cultura, das políticas culturais. No desenrolar das articulações e movimentações na busca pela ocupação dos espaços de participação social, o capital social apreendido ao longo dessa trajetória, no tocante à rede de relações interpessoais construída entre os sujeitos sociais, ficou muito centrado entre os participantes do setor cultural, sem gerar um envolvimento da população em si.

Além das fundamentais ações solitárias de vários artistas e trabalhadores de cultura gonçalenses no investimento para estabelecer territórios e redefinir espaços de participação social, como nos Fóruns, no Conselho de Cultura e nas Conferências, o não envolvimento da população em uma maior escala, pode representar, talvez, um lugar de diminuta importância da cultura entre os gonçalenses, ou ainda, quem sabe, o gonçalense não conheça de todo os artistas da cidade, salvo um ou outro nome mais conhecido da mídia nacional, que em sua maioria não faz referência a sua cidade de origem.⁸⁹

Esse dado, indiscutivelmente, reforça o próprio lugar das políticas culturais no conjunto das políticas públicas que serão priorizadas pelos governantes.

Tal referência evidencia o lugar da cultura no dia a dia do gonçalense, imerso nas questões da vida econômica e social de uma cidade de quase 1 milhão de habitantes, com a já conhecida lista de problemas estruturais históricos. O ordenamento destas mudanças políticas, que passou a exigir uma nova organização das agendas políticas apresentados na última década, atesta a necessidade de diálogo, não apenas entre e com o setor cultural, mas para além, com a população de modo geral.

Ainda que a força criativa coletiva de vários artistas, grupos, coletivos, ONGs, associações e agrupamentos livres de São Gonçalo tenha desempenhado potentes ações no setor cultural, no tocante à perspectiva social histórica do que isso representou para cidade, de modo mais amplo, não chegou a atingir um patamar de impacto a ponto de influenciar o poder

⁸⁸ Ata de reunião do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo do dia vinte de agosto, no ano de dois mil e dez. (Ver Fontes Primárias, Documentos)

⁸⁹ Artistas nascidos em São Gonçalo com projeção nacional: Dedé Santana (humorista); Claudia Leite (cantora); Altay Veloso (compositor); Jessé (cantor); Cláudio Zolly (cantor); Selma Reis (cantora); Claudinho (falecido) e Buchecha (cantores e compositores); Bidú (trombonista); Michael Sullivan (guitarrista, cantor e compositor); Tieê (cantor); George Savalla Gomes (Palhaço Carequinha); Luiz Sá (caricaturista, gênio das histórias em quadrinhos); Luiz Ayrão (cantor); Juliana Paes (atriz); Fafy Siqueira (humorista).

executivo na adoção de uma linha mais contínua das políticas culturais na cidade, no tempo do desejo e investimento da expectativa do setor cultural.

A amostragem dessa pesquisa não deve ser considerada como representativa da população da cidade, uma vez que a própria condição da assimilação da importância da cultura, do direito à cultura, da execução de políticas públicas culturais ainda é um processo em construção, e ainda, considerando o fato que a população ainda não estabeleceu muitos vínculos com movimento artístico cultural local.

No quadro geral da análise, o movimento do município em direção ao aprofundamento da democratização da gestão de suas políticas públicas culturais ficou centrado, por quase todo recorte estudado, nos sujeitos sociais atuantes do setor cultural. Isso se revela não apenas pela numerosa população ausente das discussões pela institucionalização da Cultura, mas ainda, pelo próprio funcionamento descontínuo do Conselho, por exemplo, onde a unidade administrativa municipal de cultura, agia de forma lenta, com várias lacunas no cumprimento das ações, dos projetos e programas, sem obrigatoriedade de instituí-las.

Como a cidade, como um todo, não foi alcançada neste projeto, ou seja, não foi inserida, envolvida nas discussões das políticas culturais, que eram pauta do Conselho Municipal de Cultura, tampouco não foram ampliados, no jogo político, os princípios que poderiam alimentar uma dinâmica de política democrática capaz de transformar um pouco o cenário local em um ambiente mais cultural.

Um ambiente, ideal, onde parte da sociedade pudesse experimentar não apenas uma nova atmosfera no tocante a cultura, as políticas culturais, mas também no conjunto das políticas públicas de um modo mais amplo. Ao contrário, São Gonçalo, de anos, caminha para uma outra condição, segundo Maria Alice Carvalho:

“Quando são intensos os padrões de exclusão e grande parte da população não se reconhece como partícipe de uma trajetória coletiva, a cidade torna-se objeto de apropriação privatista, da predação e da rapinagem, lugar onde prosperam o ressentimento e as desconfianças sociais. Desenvolve-se, então, a fragmentação da autoridade e o fortalecimento de inúmeros chefes e legalidades próprios; propaga-se a corrupção; observam-se a deslegitimação do monopólio do uso da violência pelo Estado e a generalização do conflito.” (CARVALHO, 1995, p.60)

Nesse sentido, com uma população que apresenta baixa adesão ou compreensão dos assuntos da pauta das políticas culturais, é considerável assegurar que a cidade apresenta uma pontual necessidade de mais sujeitos sociais participando dos espaços deliberativos da pauta cultural, como o Conselho Municipal de Cultura, como mais uma das alternativas possíveis para atender plenamente a máxima da cidadania cultural, da cultura como condição

constitucional de direito para a volumosa população gonçalense, para além dos envolvidos do setor cultural.

O envolvimento de diferentes atores sociais nos processos de elaboração de propostas foi fato, ainda que, na execução destas mesmas ações, o resultado apresentado em seu conjunto, não tenha chegado ao seu propósito total.

Mas como já destacado, o cenário das políticas culturais foi se fortalecendo a partir da presença do Conselho. Um processo de democratização foi iniciado, acompanhado da ideia de se reconhecer os novos atores participantes desse processo, em que a própria criação do Conselho Municipal de Cultura fez parte dessa estratégia, anos antes.

5.2 Participação social na construção das políticas culturais e a realidade possível

Do recorte que trata essa análise, os anos entre 2008 e 2012 agrupam destaques mais sólidos na formulação de políticas culturais na cidade gonçalense, justamente, o mesmo período que conta com a atuação de nomes da sociedade civil com mais clareza e destreza de processo, no Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo.

Ainda que tal participação tenha tido um desempenho de destaque, ainda assim, a presença no Conselho não está atrelada há um claro embasamento na busca da afirmação dos seus direitos. Isso, na verdade, se dará muito lentamente, ou seja, adoção de uma nova postura em relação a Prefeitura, onde o Conselho Municipal de Cultura é o canal institucional desse exercício. Os novos discursos da sociedade civil, com uma prática mais participativa, ampliam o escopo do que hoje definimos como políticas públicas culturais.

Os Conselheiros de Cultura que compõem o colegiado nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, aos poucos reconhecem a legitimidade de sua participação no “fazer política”, maturando uma consciência política, de anos e anos inexistente.

O diálogo estabelecido com o poder público neste recorte de tempo, na gestão de Carlos Ney Ribeiro, é considerado por alguns dos entrevistados, como o “*melhor momento da cultura em São Gonçalo*” (Lucídia Cruz), ainda com toda a limitação orçamentária, equipe precária e ausência do Plano Municipal de Cultura fosse uma realidade.

Para chegar neste patamar de consciência, as iniciativas de alguns artistas no último ano do século XX, em 1999, que originou a organização do Fórum Gonçalense de Cultura, promoveu várias frentes de pressão direta sobre os gestores públicos na cobrança de mais

equipamentos públicos nos cinco distritos, mais clareza e transparência no orçamento da cultura, propôs aos candidatos nos pleitos municipais cartas de compromissos com a pauta cultural, realizou manifestações que integraram mais o próprio setor cultural, chegando a apresentar nomes técnicos para ocupar cargos na unidade administrativa municipal da prefeitura.

Deste conjunto de ações, a manutenção de reuniões frequentes foi fator determinante para manter os artistas mais integrados. Esse conjunto de atitudes se amplia para um movimento que construiu uma nova concepção de participação democrática, inédita na cidade. A chegada no Conselho, culmina com esse trajeto, onde a ampliação do espaço de participação social, agora em um direto diálogo com o poder público, ainda que de modo tímido, mais pontual, influencia o processo de formulação das políticas públicas culturais em São Gonçalo.

A discussão de elaboração do Plano Municipal de Cultura percorreu nove anos na cidade, onde o Conselho de Cultura amplia a dimensão dos debates iniciados em 2001, promovendo uma interação entre a sociedade civil e a gestão pública, com o claro objetivo de concluir a elaboração do Plano de Cultura. Um dado a ser destacado, nesta tarefa de elaboração do Plano, tendo o Conselho de Cultura como fundamental mobilizador, é que, mesmo com as mudanças de composição do Colegiado durante um e outro período, incluindo as trocas de gestores na unidade administrativa municipal, a tarefa de elaboração do plano foi mantida.

Ao longo dos anos, após janeiro de 2005, uma nova absorção das práticas do “fazer política”, será entendida, aos poucos, por uma parte do setor cultural, que passa a compreender o processo de disputa na ocupação das cadeiras no Conselho.

Quanto a participação em si, dos Conselheiros, não deve ser mensurada pela simples presença física nas reuniões do Conselho. O fato de ter desejado participar do processo, é um fato a ser destacado. As pessoas estão, de um modo ou de outro, incluídas, mesmo que não tenham reconhecido, por inteiro ou mais claramente, a condição do direito de se manifestarem, de influenciar, com sua presença, o processo de tomada de decisão, exercendo de modo mais amplo um papel mais ativo.

Observei que alguns Conselheiros presentes no colegiado ali estavam apenas para serem consultados sobre uma ou outra temática específica, sem exercer nenhum poder decisório, adotando, geralmente, uma participação parcial.

Uma postura com evidente desejo de reformar o cenário cultural da cidade, com narrativas mais firmes, assumindo um papel de maior representação, ampliando os canais de

informação junto aos demais participantes da sociedade civil, com uma contínua comunicação com seus grupos de origem, trocas com a base, de forma que seja possível ampliar as manifestações de preferências entre esse ou aquele tema, antes que as decisões sejam tomadas no Conselho, foram situações quase que isoladas.

Ou seja, poucos Conselheiros usaram a prática de buscar a satisfação das necessidades do setor cultural, num comportamento associativo do seu papel de Conselheiro, representando através da sua cadeira, esse ou aquele segmento, com uma base organizada, de fato.

Uma outra questão para ser considerada é a postura manipuladora, em alguns períodos, dos Conselheiros da gestão pública, onde fica evidenciado uma participação quase autoritária que inferiu diretamente no controle social dos representantes das cadeiras da sociedade civil, implicando em ações, dentro do Conselho, direcionadas de cima para baixo.

Em uma situação similar com outras cidades que já apresentavam Conselhos paritários com eleição para sociedade civil, em São Gonçalo nota-se que alguns membros da sociedade foram cooptados por meio de favorecimentos, usados estrategicamente pela gestão pública, para atender os interesses do poder executivo nesse ou naquele ponto, ou ainda, para estancar conflitos que não interessavam a gestão pública.

Diante deste quadro é previsível o cenário que leve ao desestímulo, alguns conselheiros que ocuparam suas cadeiras para o exercício de uma participação democrática, na perspectiva de vivenciar, naquele espaço, um exercício de soberania popular, onde a sociedade civil, a partir da sua presença, de fato experimentasse uma vivência cidadã.

Neste ponto, ficou evidente que faltava no setor cultural mais organização entre seus pares, mais grupos estabelecidos para exercer apoio ao Conselho, a partir da presença deste ou daquele representante, onde os coletivos organizados, dos variados segmentos artísticos, seriam base substancial para seus respectivos conselheiros na discussão das políticas culturais nas suas variadas relações junto ao poder público.

O organismo oferece aos representantes da sociedade civil, um sentido de pertencimento, condição essa necessária para a formação e conquista da cidadania, mesmo com as condições instáveis de funcionamento, que perdurou por maior parte do período analisado, como falta de quórum, reuniões canceladas com frequência, ausência de regimento interno publicado.

Como é bastante recente a discussão sobre a participação social no Conselho de Cultura de SG, como nomes eleitos para as cadeiras da Sociedade Civil, é preciso avaliar o quanto esse processo, recente que é, ainda carece de mais investimentos para se tornar, de fato, mais participativo e sensível as demandas do próprio setor cultural, a ponto dos agentes

sociais, integrantes do Colegiado, se apropriarem dos mecanismos de funcionamento, como o regimento.

“O Conselho não teve regimento até 2009, se não me engano, quando foram feitas diversas reuniões para sua elaboração. Porém, este primeiro regimento não chegou a ser publicado. Quando foi eleito o Conselho de 2019, eles fizeram um “copia e cola”, com pequenas modificações, do regimento original e publicaram. Então, oficialmente, apenas o regimento atual existe.” (Marilyn Pires. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023)

Da data de criação do Conselho Municipal de Cultura em janeiro de 2005 até a publicação do seu regimento interno em abril de 2010 na Portaria SEMCULTUR nº 01 de 28 de abril de 2010, cinco anos são transcorridos para elaboração e aprovação do regimento, instrumento que estabelece o funcionamento do próprio Conselho, sua estrutura, composição, atribuições e o processo eleitoral que resulta na presença de nomes da sociedade civil.

Ainda que a lei do Conselho estabeleça sua gênese, o tempo percorrido para elaboração e aprovação do regimento interno é um dado para ser observado, que resulta, em especial, pela própria condição da gestão pública, onde a unidade da Cultura na Prefeitura atravessa instável condição administrativa, desde a perda de status de secretaria, em janeiro de 2005, a constantes mudanças de titulares.⁹⁰ (Ver Fontes Primárias, Documentos)

No tocante a funcionalidade, estrutura e a organização do Conselho de Cultura de São Gonçalo, a partir da eleição dos representantes da sociedade civil, destaco as seguintes ponderações fruto das entrevistas:

“Acho que precisamos de mais critérios para as eleições, para qualificar a participação da sociedade civil, e ampliar o número de cadeiras para a sociedade e reduzir do poder público. Todo conselho que é paritário entre sociedade civil e poder público faz com que o poder público, rapidamente, consiga cooptar toda a estrutura da representação. O processo eleitoral sempre foi muito pouco divulgado e sempre dentro de um calendário que atendia mais o interesse do poder público que propriamente da dinâmica da necessidade do Sistema Municipal de Cultura. A maioria dos gestores de todo o Brasil trata o Conselho como um protocolo que precisa ser cumprido, mas não dão a estrutura e o poder necessário. Enquanto o modelo for só consultivo e não tiver poder e orçamento, de fato, para ter autonomia do poder público municipal, nós teremos um órgão importante que cumpre uma espécie de Rainha da Inglaterra, ou seja, tem relevância, mas não tem poder de fato. Posso estar falando besteira, mas a minha impressão é que o Fórum Gonçalense de Cultura é mais presente no encaminhamento das demandas da cultura que o próprio Conselho. Ainda que o Fórum sempre defenda a necessidade de eleição do Conselho de Cultura, há sempre uma falta de organicidade do Conselho, ele é mais brando nas cobranças e o Fórum que é o responsável por guiar as cobranças em tempo integral.

⁹⁰ Atos Oficiais em 30 de abril de 2010/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO - Portaria nº 01 de 28 de abril de 2010. Ementa: O Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, considerando a Lei nº 001/2005 da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, de 03 de janeiro de 2005, que cria o Conselho Municipal de Cultura, torna público o seu regimento interno. (Ver Fontes Primárias, Documentos)

Não atoa uma fala desde sempre por parte do Fórum é que o Conselho não dá feedbacks para o Fórum e o Conselho só se manifesta depois que o Fórum acelera nas cobranças. Carrego a opinião que o principal instrumento político da Cultura segue sendo o Fórum Gonçalense.” (Romario Regis. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023)

“A estrutura do Conselho se deu através depois de muito debate com a equipe da secretaria de cultura com a sociedade civil lá em 2004, quando fechamos no final do ano em uma enorme reunião do Fórum Gonçalense. Procuramos criar uma estrutura paritária, com participação mais justa para a sociedade civil e artistas do município. À época o Conselho estruturado desta forma foi bem aceito, porém hoje vejo a necessidade de uma maior participação da sociedade civil no processo. Quando foi estruturado, a classe artística estava muito participativa. Então, entendemos que manter encontros mensais e criar uma estrutura paritária atenderia bem as expectativas. Por outro lado, a criação de uma diretoria de alternância anual entre sociedade civil e poder público daria mais autonomia ao conselho. Funcionava bem, como um espaço democrático, quando se tinha uma relação mais próxima da Secretaria de Cultura, o que dependia de quem estava de Secretário. Com o tempo percebeu-se não funcionar. O processo eleitoral era elaborado através de uma comissão eleitoral criada para este fim. Toda a organização, elaboração e divulgação dos editais, recebimento, organização e guarda de documentos, elaboração de material para o pleito, entre outras coisas era responsabilidade da comissão. Era formada por sociedade civil e poder público de forma paritária. O evento era realizado em um dia e a contagem dos votos, assim como a divulgação dos eleitos no mesmo dia. Após a realização, a comissão elaborava a ata de eleição que era publicada no Diário Oficial do município. Sobre a organização do Conselho em si, a falta de organização e cuidado com a documentação como as atas de reuniões, por exemplo, sempre enfraqueceu as ações do Conselho assim como a falta de atenção para a criação e manutenção das câmaras técnicas. Outro problema também foi a falta de compromisso dos próprios (muitos) membros que faltavam às reuniões sem justificativa ou mesmo, deixavam de frequentar. A falta de uma pessoa responsável por organizar as reuniões, atas, contatos dos membros, guarda e encaminhamento de documentos conta muito para a degradação do Conselho, para seu não funcionamento. Dentre as atribuições do Conselho, apenas algumas poucas foram de fato cumpridas. Poucas solicitações à Secretaria de Cultura foram de fato atendidas, acatadas, voltadas para setores específicos da classe artística como espaço para apresentação, empréstimo de equipamentos, auxílio para transporte, entre outras.” (Marilyn Pires. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023)

A pesquisa indica que as ações específicas de um ou outro Conselheiro, às vezes, até contraditórias, estão calcadas num contexto instável, ora proveniente do seu próprio processo de eleição que o conduziu na composição do Conselho (sem representatividade aparente, sem uma base de apoio consistente), como também pela sua limitação na discussão das políticas públicas culturais, em função da ausência de mais informações e/ou formação cultural para acompanhar tais discussões.

Tanto um quanto outro aspecto, fragilizou, em parte, a participação social no Conselho gonçalense, em boa parte dos períodos analisados, desde a aprovação da Lei do Conselho em janeiro de 2005 e 2014.

“As principais dificuldades para o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, na minha avaliação, é a falta de transparência e publicidade dos

atos, dos encontros, das atas, dos encaminhamentos e de todo o processo relacionado ao Conselho. Eu tive muita dificuldade, ao longo das reuniões com os Conselheiros, sobre o próprio funcionamento do Conselho. Eram poucos que sabiam alguma parte do regimento interno e apenas citavam ou usavam as partes mais convenientes, ignorando ou relativizando as outras partes. Outra dificuldade foi a compreensão sobre a representatividade dos Conselheiros. Não havendo encontros de cada setor com uma cadeira no conselho (música, artes cênicas, cinema, teatro...) como o Conselheiro poderia saber ou defender os desejos e demandas desse setor? Geralmente, o Conselheiro era eleito por um pequeno grupo de amigos (não necessariamente participantes do setor cultural pelo qual estava concorrendo), assim, a classe cultural representada pela cadeira ocupada não o reconhecia como representante. Também sempre avaliei necessário os encontros periódicos oficiais do setor, como Fóruns de Cultura.” (Guilherme Marins Carvalho. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023)

A participação democrática, acreditando ser possível a prática de uma democracia representativa em São Gonçalo, no que tange o cenário das políticas culturais, se deu em parte com a presença da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura, em que pese o processo de avanços e recuos, paralizações e retomadas para a construção de uma nova realidade cultural na cidade.

Se essa análise tivesse como medida de avaliação os indicadores de fragilidade e descontinuidade administrativa, o peso de resultados negativos seria uma tendência quase natural ao cabo deste último capítulo. Mas, é justamente em face do que foi possível realizar, no que foi operado de mudanças, que o saldo deve ser considerado positivo, ainda que não tenha sido atingido um patamar mais favorável, sem que todas as prioridades listadas pelos Conselheiros, a cada final de mandato, tenham sido efetivadas.

A inconstância no poder executivo, sem levar a cabo condições mínimas mais perenes para o Conselho Municipal de Cultura, sem respostas às necessidades que foram apresentadas, entre uma composição e outra, são fatores indiscutíveis que justificam o tamanho de participação social neste processo, de modo que cabe sim fortalecer e reconhecer o que foi possível realizar no âmbito das políticas culturais, a partir da colaboração e presença de conselheiros de cultura da sociedade civil, com destaque especial para a discussão e a elaboração do Plano Municipal de Cultura da cidade e o próprio Sistema Municipal de São Gonçalo.

O processo da participação social em si, envolvendo o cidadão nos processos de discussão para a implantação de políticas públicas no Conselho Municipal de Cultura, com a novidade do controle social sendo exercido em uma cidade como São Gonçalo, onde se mata um vereador na porta da Câmara Municipal ou na porta de casa, é, no limiar desse novo modelo organizacional, iniciado em 2003, uma conquista digna de ser celebrada, frente a

legitimidade dos princípios de inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum que a cidade passa a vivenciar, a experienciar.

Com o funcionamento do Conselho, a gestão pública não opera mais no habitual de sempre, quando ocupava o lugar exclusivo das decisões, onde é impossível dissociar as políticas culturais de uma nova prática, onde a participação social é mais uma das forças políticas que se colocam neste lugar das tomadas de decisões.

Apesar da evidente importância que as políticas culturais têm para a economia, e para a sociedade como um todo, é perceptível o lugar que ocupa, de coadjuvante ou lanterninha, no debate das políticas públicas. Como abordado nos capítulos iniciais, vivemos um processo recente e, em São Gonçalo, as ações no âmbito da gestão pública, apresentaram lenta resposta a esse processo.

Mesmo com o redimensionamento das políticas públicas culturais operadas pela iniciativa do Ministério da Cultura, a partir de 2003, tal referência tardou a ser empreendida em São Gonçalo, onde o lapso de vários anos para aprovação do Sistema Municipal de Cultura/Plano Municipal de Cultura, é também um fator para ser considerado quanto a eficácia e funcionamento do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, onde localizamos, com as devidas especificidades, disposição de parte dos representantes da sociedade civil para situar a cidade gonçalense neste redimensionamento das políticas culturais no Brasil, em conexão com o Ministério da Cultura.

Nas entrevistas é perceptível que parte dos Conselheiros identificam a nova engrenagem posta, reconhecem a necessidade da circulação da informação a bem de manter as redes de trocas culturais e artísticas, que passam a ser exigidas sobre esta realidade. O Conselheiro reconhece que a sua presença passa a assumir crucial importância como mediador entre os artistas, os trabalhadores da cultura e o poder executivo e quanto mais seu papel de representante for respaldado por esse ou aquele grupo, mais força ele tem para se movimentar dentro do Conselho.

Do ponto de vista da relação entre a sociedade civil e a Prefeitura, a cooptação deste ou daquele Conselheiro por parte do poder executivo, que interfere na autonomia do órgão, atesta parte das intenções demagógicas do governo para se apoderar do espaço, o Conselho, em benefício dos seus interesses, fragilizando a capacidade espontânea de participação social.

Conforme detalha um dos entrevistados, a representação de composição paritária com igual número de nomes da sociedade civil e da gestão pública ocupando as cadeiras, tem essa conta alterada na dinâmica do processo, uma vez que a conta da representação da sociedade civil é subtraída em função da cooptação do poder executivo sob alguns Conselheiros da

sociedade civil. Soma-se a isso a votação em bloco dos representantes do governo que promove o enfraquecimento dos representantes da sociedade civil durante o processo deliberativo, onde as decisões tendiam sempre ao atendimento dos interesses do poder executivo.

“Bastava um Conselheiro da sociedade civil ficar mais atento as leis, começar a exigir o cumprimento delas, fazer mais cobranças nas reuniões que logo esse cara estava do lado do governo. Era batata. O Conselho ficou chapa branca isso sim. Mesmo quem teimava em ficar esperando as coisas acontecerem, esperando as reuniões ter quórum para valer, nada acontecia sem a decisão do governo, que acabava tendo maioria sempre dos votos. E olha que nem tinha dinheiro na parada, eram as decisões mesmo, dali dos assuntos, mas que tinha que passar pelo Conselho. Dava maior desanimo, isso sim.” (Alex Nery. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023)

Mesmo com a estratégia do poder executivo de operar contra o contínuo funcionamento do Conselho, como ficou evidente em algumas necessidades mínimas, como a não elaboração e aprovação do Regimento Interno, falta de aprovação de um calendário de reuniões, que não se deu por vários períodos, não implica necessariamente, que o Conselho de Cultura tenha falhado em alcançar seus objetivos, sob a ótica da sociedade civil.

Ainda que uma perda de autonomia tenha sido constatada, em função do controle exercido pelo governo junto a uma parte dos Conselheiros da sociedade civil, mesmo assim, a intimidação não atingiu todos os participantes, garantindo parte de resultados positivos no trato das deliberações em relação ao ideal almejado pela sociedade civil.

Quando se toma por objeto a atuação dos representantes da sociedade civil, constato que tal representação apresentou maior ou menor grau de pressão no colegiado, muito em função de sua ligação e proximidade com os grupos que ele representa, ao passo que, com frequência, alguns Conselheiros da sociedade civil mantinham evidentes interesses pessoais. O auto interesse, sem fazer esse ou aquele juízo de valor quanto a sua legitimidade, dificulta o debate no tocante a construção de um senso coletivo, considerando as perspectivas dos demais Conselheiros participantes do processo.

Além deste particular, com relação ao perfil e interesses de uma parte dos representantes da sociedade civil, outro dado no conjunto de considerações sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura é a estrutura da burocracia da máquina administrativa, onde a lentidão pode ser identificada como uma estratégia do próprio governo para desfavorecer o funcionamento desse importante espaço deliberativo. E ainda, o interesse de partidos políticos no preenchimento de espaços no governo (com ocupação de cargos

comissionados), onde o aparelhamento do Conselho, influencia diretamente no seu funcionamento.

Neste ponto chamo atenção ao tema do terceiro capítulo onde discorro sobre a importância da institucionalização da cultura, com a instalação dos Sistemas de Cultura que passam a operar uma engrenagem com um novo modelo organizacional da Cultura.

Justamente nas cidades, onde esse novo modelo organizacional não tem sua engrenagem funcionamento plenamente, o setor aparenta situação de fragilidade, suscetível às disputas entre os partidos políticos, ou determinada corporação privada, onde a troca de cargos a cada eleição e o aparelhamento dos espaços de participação social, como nos Conselhos, entram na conta das disputas constantes no xadrez da política.

Em São Gonçalo esse cenário não foi exceção, com evidente exposição da fragilidade institucional no âmbito das políticas culturais, em função das acirradas rixas de grupos na disputa pelo espaço da unidade administrativa municipal da Cultura, e ainda, a FASG (Fundação de Artes de São Gonçalo).

Os próprios partidos da base aliada dos chefes do executivo, nos diferentes períodos que compreendem o recorte de 2004 a 2014, que interferem diretamente no funcionamento da pasta da Cultura, apontam reflexos nos espaços participativos, como o Conselho Municipal de Cultura, e no rumo das políticas adotadas.

“Foi um período de ressignificação intenso para o campo cultural em São Gonçalo. Na capital do estado, eram oferecidos cursos de formação cultural que fortalecia boa parte das discussões travadas em São Gonçalo, ainda não tínhamos Conselho lá entre 2001 e 2004, mas as reuniões e encontros do Fórum Gonçalense, eram um espaço novo, onde juntava todo mundo, que estava ocupando função no governo e os artistas. Tinha gente querendo se aprimorar, aprender mais até mesmo na relação entre gestão pública e sociedade civil, que foi impacto naquele momento, em parte. Muitos artistas nem sabiam ao certo como fazer, qual era seu papel na interlocução com a esfera pública, que nunca tinha dado atenção ou procurava saber o que era importante para a categoria. Não faltava só dinheiro para Cultura, faltava muito mais coisas. Nos encontros do fórum, nas conferências, nos grupos de trabalho que foram criados, as novidades pipocavam e era importante ocupar os espaços, eram oportunidades para aprender, tudo novo, nada que antes fosse oferecido em nenhum outro momento. São Gonçalo estava finalmente começava a se conectar com o que aconteceu em muitas outras cidades do Brasil.” (Randal Farah. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023)

No tocante a expectativa da gestão pública, frente esta articulação espontânea da sociedade civil, é passível de concordância entre os sujeitos sociais e seus agrupamentos mais próximos, que o poder público, em grande monta, não estava preparado para a dinâmica de organização política dos sujeitos sociais.

Parte dos gestores públicos, que respondem pela pasta da Cultura, não aceitam o movimento de participação social, e com uma postura de contramão do processo em curso,

achavam que não era cabível, em alguns casos, qualquer intervenção nas decisões do poder executivo.

Tal postura, de achar inaceitável a participação social no Conselho, acentua tensões e conflitos nas relações com a sociedade civil, em declaradas ações do poder executivo na promoção da inviabilização da presença e participação de parte dos representantes da sociedade civil no Conselho. Tal cenário, identificável em um e outro período, influenciou diretamente nas articulações dos sujeitos sociais no espaço do Conselho Municipal de Cultura, onde a presença dos Conselheiros se dava em condição entre tímida ou nula, para ausência total.

Muitos conselhos possuem, em suas atribuições, tarefas relacionadas ao acompanhamento de políticas, seja na fase do planejamento, de monitoramento ou de avaliação, como no caso do Conselho gonçalense, com a competência de monitorar e avaliar políticas e ações. Para tal, é presumível que o Conselho estivesse atento aos acontecimentos na política pública para que a partir disso, exercesse o controle social.

Ocorre que, em boa parte do período que trata essa análise, na gestão pública municipal gonçalense, os planejamentos não eram frequentes. Sem as tarefas relacionadas ao planejamento das políticas, as decisões referentes ao processo de construção da política, de fato, não são concretizadas. Soma-se a isso, a falta de informações referentes ao monitoramento e avaliação. A participação social fica distante da definição das estratégias de ação do governo municipal, que limita sua participação.

Um fator que considero pertinente para a não ampliação da garantia de uma maior participação da sociedade no controle social de políticas públicas culturais na cidade se deu em função do limitado acesso público às informações.

Sem condições de visualizar um diagnóstico das condições da própria cultural local, sem ter em mãos avaliações das ações e projetos que eram ou seriam realizados, sem dados sobre o orçamento para os programas da pasta, considerando essa ou aquela rubrica, o Conselheiro Municipal de Cultura tinha sua participação limitada.

Na prática, uma dificuldade que revela uma determinada decisão política por parte da gestão pública, onde as inúmeras sugestões e solicitações da sociedade para consultas a tais informações, não eram atendidas.

A participação social, considerando essas etapas - planejamento, execução, e controle, não apresentou avanços. Um exemplo desse fato foi o desconhecimento dos Conselheiros indagados sobre a elaboração do PPA, LDO e LOA⁹¹.

Qual o volume de recursos da Cultura? Como era distribuído? A maioria dos Conselheiros desconhecia os números do orçamento da Cultura ou acesso de informações detalhadas sobre o modelo orçamentário para a gestão do dinheiro público, sem acesso aos documentos do PPA, LDO e LOA. Ou seja, distante das informações quanto ao desempenho do poder público sobre o planejamento orçamentário da cultura local, sem clareza sobre as prioridades da gestão.

Um rico processo de participação social, para ser concretizado amplamente, deve potencializar os arranjos participativos no espaço público que é o Conselho, sem contradições que distanciem esse ideário participativo, onde, justamente, o acesso a esse tipo de informação, é de fundamental importância no contexto do político público em discussão.

É fundamental percorrer o caminho do desenvolvimento institucional dos arranjos participativos para melhor compreender e identificar quais são suas principais características.

A falta de dados para acesso dos Conselheiros gonçalenses, representantes da sociedade civil, dão conta de traços predominantes na própria História do Brasil, onde a participação social e a extensão da cidadania, embora relacionados, não se estendem nos espaços públicos, como no Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo.

Na legítima cobrança dos Conselheiros por essa e aquela informação, como o detalhamento do orçamento, as negativas dos Conselheiros representantes da gestão pública eram justificadas pela burocracia, sem devolutivas para as informações solicitadas, ou ainda, com uma tensão evidente pela falta de informações, a tática operada pela gestão pública era os longos períodos sem reuniões do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo

Ou seja, de nada adianta a permissão do direito à participação social através do Conselho Municipal de Cultura sem a criação de condições para o exercício deste direito, onde o fortalecimento do chamado controle social, ao exercer uma conduta de forma a cobrar

⁹¹ Plano Plurianual (PPA), são as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Prevê as grandes obras públicas a serem realizadas nos próximos anos, com vigência de quatro anos, expressa a visão estratégica da gestão pública. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente, com objetivo de apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre esses dois documentos. Lei Orçamentária Anual (LOA), é o orçamento anual, com previsão de todos os gastos e de investimentos, dividida por temas, pelas políticas públicas, como saúde, educação, transporte, meio ambiente, cultura, etc... prevendo quanto o governo deve arrecadar para que os gastos programados possam de fato ser executados. A Prefeitura elabora seus documentos orçamentários, considerando suas despesas e responsabilidades.

o respeito à legislação e as informações, justifica a própria presença dos Conselheiros da sociedade civil naquele espaço.

A Cultura gonçalense aparenta ser, pela análise apurada, exclusivamente uma ação dos gestores públicos, onde a tendência, em sua maior parte, foi um conjunto de políticas culturais marcadas por um dirigismo estatal, um contrassenso no tempo em que o Brasil vivencia, desde 2003, um novo modelo organizacional para a Cultura, com um ousado conjunto de ações para a promoção e garantia da cidadania cultural como que palavras de ordem.

Ainda neste tema da ausência de informações, chamo atenção para a inexistência dos indicadores culturais da cidade. A ausência da formulação de indicadores consistentes, capazes de subsidiar a elaboração de diagnósticos da situação da cultura local, foi um limitador para a atuação dos Conselheiros de Cultura. O não acesso às informações, inclusive do orçamento da pasta, sempre restrito, efetivamente impediu o empoderamento de uma maior participação social, comprometendo a efetividade do espaço deliberativo do Conselho Municipal de Cultura.

Neste ponto, a indagação que destaco é se o embate da prática, por parte do poder executivo, que propositalmente dificulta o acesso a tais informações preservando seus interesses de praxe, sem reconhecer a presença da sociedade civil no espaço do Conselho, implica na dinâmica de uma democracia participativa, ou ainda, simplesmente, pela real inexistência dos indicadores culturais, competência da gestão pública, onde a responsabilidade do Estado não é cumprida.

Outro destaque, de igual modo importante, que limitou uma maior participação social, apesar dos avanços e de algumas iniciativas por parte da sociedade civil na sua relação com a Prefeitura, foi o patamar de formação cultural da maioria dos Conselheiros.

Neste ponto, São Gonçalo não é um caso isolado onde a falta de investimentos da gestão pública para instrumentalizar, formar e capacitar a sociedade civil para se adequar quanto a utilização de ferramentas de controle e participação, é o que constato. A formação cultural, em condições favoráveis para propiciar para aqueles que exercem a função de Conselheiro, que dentre suas atribuições deve fiscalizar e controlar a gestão pública, não se deu em condições apazíveis, satisfatórias.

Faltou, em São Gonçalo, estabelecer um processo de formação permanente e contínua para a qualificação da participação social nos espaços institucionais e, a gestão pública, propositalmente ou por inércia administrativa, se omitiu dessa responsabilidade, fragilizando a operacionalização e funcionamento mais amplo e do Conselho Municipal de Cultura.

Portanto, a reflexão sobre esse ou aquele grau de participação social em São Gonçalo, o que gerou uma dificuldade de maior continuidade da participação social ao longo do processo do ciclo de políticas públicas, à exemplo de outras cidades do Brasil, está diretamente ligado a esses elementos, onde tal cenário, complexo e polêmico, uma vez que a própria gestão pública municipal da cultura, uma das unidades administrativas da Prefeitura de São Gonçalo, não apresenta ela própria quadros técnicos habilitados para atuação e não apresenta diagnóstico detalhado da cultura local.

Através das entrevistas, a constatação de que os mais jovens desconhecem os vários objetos e sujeitos que preencheram um determinado lugar na paisagem do passado. Já os mais antigos retêm uma identificação espontânea com as coisas desse lugar, suas virtudes, que, mesmo que memorialisticamente, são realçadas.

Com o desaparecimento desse ou daqueles objetos, a população gonçalense, nesse contexto, tende a se tornar ausente, desprendida, desterritorializada de suas origens, em especial, no tocante as relações com o simbólico da cultura.

Na busca por informações nas redes sociais junto as lideranças representativas de grupos socioculturais e nos registros dos espaços deliberativos, como no Fórum Gonçalense de Cultura, das conferências e das próprias reuniões do Conselho Municipal de Cultura, identifiquei outros sujeitos sociais que também participaram do processo de discussão das políticas culturais na cidade, fora do Conselho de Cultura, que por vezes também se articulam no nível regional, estadual e nacional.

Ou seja, outros espaços de experimentação de participação social, como também o são, pelo recente que é na cidade, os espaços públicos dos fóruns, das conferências e do próprio Conselho Municipal de Cultura, onde, lentamente, tem sido aprimorado o exercício da participação social. Neste sentido, destaco:

“Pensar o Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo e em seu papel no desenvolvimento da cultura local, ou das pessoas diretamente ligadas ao setor cultural, para ampliar as condições desse desenvolvimento para a própria população, era um desafio inédito e imenso. O próprio setor público, que tateava por recursos, por condições de manter os poucos equipamentos culturais da cidade, era limitado. No Conselho, a busca de caminhos e soluções se confundia entre as funções dos Conselheiros da sociedade civil e os Conselheiros representantes da gestão pública.” (Rheinaldo Baso. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Junho de 2023)

“Nas discussões sobre a identidade de São Gonçalo, o Prof. Dr. Rui Aniceto, da FFP UERJ, um dos coordenadores do grupo de pesquisa História de São Gonçalo, coordena o projeto Memorial da Igreja Matriz de São Gonçalo em parceria com a FFP e a Igreja, onde é desenvolvido uma série de atividades culturais. O atual padre ao assumir a igreja tomou como principal iniciativa a restauração do templo. O grupo atuou na parceria com a Igreja Matriz com o objetivo de realizar uma pesquisa

histórica que possibilitasse as obras de restauração da Igreja Matriz. Ao longo da pesquisa e do avanço das obras, vários artefatos históricos da igreja foram encontrados, como o piso do século XVIII e objetos do século XIX. O material foi posteriormente organizado e hoje faz parte de uma exposição de longa duração no Memorial da Igreja Matriz de São Gonçalo que é um pequeno museu. Pois então, quis falar do Museu da Igreja para destacar a fala do Rui Aniceto, quando ela fala que normalmente São Gonçalo é uma cidade associada a um lugar sem história, sem patrimônio, sem identidade, sem memória. Por isso, a importância de falar sobre patrimônio e mostrar que diferente do que se acredita, a cidade tem tudo isso, tem história, tem cultura e tem patrimônio. Pensar na identidade cultural de São Gonçalo, é pensar na importância da cultura para cidade, é também pensar na importância do Conselho de Cultura, é pensar na possibilidade de um projeto de desenvolvimento para a cidade. Em cada momento da história da cidade, viveram pessoas projetando o futuro. E, muitas vezes, com projetos e interesses diferentes. São Gonçalo precisa se ver como agente histórico, como personagens históricas dessa história em construção. São Gonçalo existe para além da violência, do descaso, da pobreza estampada em cada esquina. Existe uma São Gonçalo para além de tudo isso, uma São Gonçalo com memória, cultura e autoestima. E, ela está logo ali, ao alcance de todos, é preciso conhecer a cidade. Estudar o passado vai além da tentativa compreensão daquilo que nos antecedeu. Olhamos para a história também como uma forma de entendermos a nós mesmos inseridos neste processo.” (Max de Oliveria. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023)

“Esses dias uma amiga me ligou querendo sair pra almoçar, ela mora em São Gonçalo há mais de 30 anos e ela não sabia onde poderia almoçar. Como se não houvesse um restaurante bom na cidade e existem dezenas, centenas. Tem uma ideia também atrelada a status. Por exemplo, eu melhorei de vida eu tenho que sair de São Gonçalo. As pessoas não se dão conta do que é produzido aqui, do que tem aqui e de como deixar isso em evidência. Acho que é essa a questão. As pessoas não param pra apoiar o patrimônio cultural da cidade porque não há identidade com a própria cidade.” (Yonara Costa. Entrevista concedida ao canal Poeira da História. Setembro de 2020)

Após o final do período da ditadura civil-militar, em 1985, e a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, destacamos em capítulos anteriores como a movimentação dos setores progressistas da sociedade se empenharam para que participação social fosse estabelecida como uma realidade contínua e presente no cenário institucional do Estado brasileiro.

Para a jovem democracia brasileira, que viveu o obscurantismo dos anos de chumbo, era fundamental a ampliação do arco de cumprimento do direito a cultura, onde justamente uma das tarefas estratégicas passa pela consolidação da participação social neste cenário institucional do Estado brasileiro.

A experiência do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, como forma de participação da sociedade civil nas políticas públicas, ainda que muito recente, apresentou-se como real potencialidade para a democratização da gestão pública, mesmo que tenha enfrentado várias dificuldades, sendo compreensível tal cenário, como destaca Marilena Chauí, por conta mesmo de nossa formação sociopolítica na qual:

“As relações sociais são hierárquicas ou verticais, norteadas pelas ideias de mando e obediência, as relações sociais são sempre praticadas como subordinação de um inferior a um superior, e sustentadas pelas instituições sociais (família, escola, religião, trabalho), que alimentam, reforçam e reproduzem nas classes populares o sentimento de serem subalternas. Disso resulta a *naturalização* das desigualdades econômicas e sociais. Essas condições sociais determinam relações políticas também hierárquicas ou verticais, que se realizam sob a forma do favor, da clientela ou da tutela, bloqueando tanto a prática da representação como a da participação.” (CHAUÍ, 2006, p.32)

Diante desta conjuntura, longe de ver esgotada essa reflexão, é premente a necessidade de ampliação do debate sobre a participação social no Brasil, considerando as lacunas, os espaços em aberto para a formulação estratégica das políticas públicas, ainda que reconhecendo os avanços conquistados. Um esforço conjunto, que integre ainda mais a sociedade civil e a gestão pública para avançar nessa lenta, complexa e difícil construção das políticas culturais sobre um prisma democrático.

Como pesquisadora e, em vários momentos também na condição de participante do objeto em análise, refleti sobre a dinâmica de superar as tensões e os limites frente às situações envolvendo os sujeitos sociais, os dilemas postos entre o desejo de realizar, colaborar na efetivação de mudanças e o que era possível, diante do cenário local, a realidade.

Busquei estabelecer uma concentração de esforços na coleta de dados, na realização de entrevistas e análise documental para balizar o mais possível a relação dos representantes da sociedade civil e o processo participativo para a elaboração de políticas culturais.

Este horizonte é o que mantém vivo o esforço militante de milhares de brasileiros que anualmente dedicam seu tempo para discutir a construção de um Estado inclusivo e democrático, em condições de impactar e reatualizar o espaço público, ampliando os momentos de interlocução. Ou seja, um Estado para todos e todas, tarefa que começa em São Gonçalo.

5.3 As articulações locais e as representatividades efetivas

A Constituição Cidadã de 1988 instituiu formalmente as bases para a criação de diversos mecanismos de participação e controle social das políticas públicas e ações do Estado, onde os Conselhos de políticas públicas foram um marco neste conjunto de mecanismos.

O Brasil avançou rumo ao que se poderia chamar de democracia de alta intensidade, na qual a sociedade civil, não mais compreendida como oposição ao Estado, participa diretamente da proposição e fiscalização das políticas públicas a serem implementadas pelo Estado, como destacado:

“Apesar das diferenciações conceituais construídas historicamente, é preciso reconhecer que desde 1988 houve avanços significativos nos mecanismos de participação social. Muitas políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à questão social, têm contemplado na sua formulação básica a participação da sociedade civil organizada. O Estado progressivamente tem criado mecanismos de participação social, fortalecendo, com isso, sua legitimidade enquanto órgão responsável pela garantia dos direitos fundamentais.” (SILVA, 2009, p.138)

Ulisses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, afirmou que a participação popular na elaboração da Constituição não se deu somente por meio das emendas, mas pela presença cotidiana da população no espaço do Congresso Nacional levando suas reivindicações aos parlamentares, como destacado:

“(...) diariamente cerca de dez mil postulantes franquearam, livremente, as onze entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, Comissões, galerias e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar.” (Trecho extraído de Discurso de Ulisses Guimarães em 05 de outubro de 1988)

Um Estado democrático é aquele que abre espaço para a participação social, ciente de que, sem ela, perderão sentido seus fundamentos e os princípios que o justificam, parágrafo único do Art. 1º *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

A mudança de atuação dos movimentos sociais que passam a negociar com o Estado, a favor da construção de espaços de diálogo governo/sociedade, se repetiu em São Gonçalo quando o Fórum Gonçalense de Cultura, em 1999, articula esse arranjo ao procurar os candidatos à Prefeito na eleição de 2000, com propostas para a cultura da cidade, adotando, naquele momento, atitudes para ampliação dos direitos da cidadania.

Mesmo reconhecendo o tanto que isso tinha de novidade para uma cidade como São Gonçalo, na virada do milênio, a reafirmação do que a Carta Magna estabelecia - o direito a ter direitos, era a mensagem inserida no discurso dos sujeitos sociais, que estimula, provoca e promove a introdução de uma nova pauta na campanha eleitoral no ano 2000. Por iniciativa

dos artistas, dos trabalhadores culturais, pela primeira vez, a cultura entra na agenda política da cidade.

Ampliar os espaços nos quais o cidadão comum pode influenciar as decisões coletivas e garantir novos espaços de socialização política é essencial para uma democracia vibrante. Na prefeitura de São Gonçalo, onde a sociedade civil passa a experimentar este novo formato de deliberação, por meio da participação social no Conselho Municipal de Cultura, o desafio foi instalar de fato essa institucionalidade democrática, pleiteada, anos antes, desde 1999.

Então, realmente as conquistas foram retiradas do papel? Os Conselheiros de Cultura gonçalenses que se apresentaram para essa tarefa, de fato evidenciaram êxito na empreitada? Refletir sobre as potencialidades e dificuldades para uma mais intensa participação dos sujeitos sociais na formulação das políticas culturais, buscando a identificação dos principais marcos afetivos e efetivos desse processo, é um desdobramento em sequência desta análise.

O desenvolvimento de relações sociais culminou ou auxiliou na sedimentação do direito à cultura e à cidadania em São Gonçalo? Faltaram, ou não, investidas para criar mais possibilidades para um aumento da confiança nas relações entre os sujeitos sociais e a gestão pública municipal? Mesmo com a inexistência de uma total clareza do lugar de importância que cada Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo ocupava, a partir da sua presença naquele espaço, o capital social foi assimilado como um dos fatores fundamentais para criação das novas condições de desenvolvimento para a cultura.

Foi esse capital social que movimentou o setor para a formulação do Plano Municipal de Cultura e para a aprovação da Lei do Sistema Municipal de Cultura, principais conquistas mensuradas pelos Conselheiros. Para além disso, as inter-relações estabelecidas, o encontro um do outro, onde foram operados novos intercâmbios a partir dos contatos mais efetivos, sem dúvida promoveu, entre os Conselheiros, novas experiências. A capacidade de interação, em diferentes situações (no plenário, nos grupos de trabalho, nas agendas alternativas), provocou um interessante convívio que alargou o conceito no plano individual, para a possibilidade de relacionamento em grupo, baseada em expectativas e pela circulação de ideias comuns.

“No plano coletivo, manter a coesão social que resultaria em um estilo de vida baseado na associação espontânea, no comportamento cívico, uma sociedade mais aberta e democrática, se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações, internas e externas. Em vez de controles e relações de dominação, o capital social favorece o funcionamento de normas e sanções consentidas, ressaltando os interesses públicos coletivos. Enquanto as vias convencionais de formar capital humano estimulam o

individualismo, a construção de capital social repercute favoravelmente na coesão da comunidade, de um determinado coletivo na sociedade.” (PUTNAM, 1994)

É necessário fortalecer mecanismos constantes de escuta, de participação e controle social, com adoção de um novo paradigma que tenha como base a troca de saberes e a construção de redes de gestão compartilhada. O processo, ainda que mais demorado, apresenta condições de maior legitimidade, para além da escrita do planejamento e elaboração nos gabinetes dos dirigentes, que governam por decreto.

Tenho clareza de que informações, dados e documentos apresentam lacunas referentes à investigação nessa pesquisa, que em parte, inclusive, é resultado das ações arbitrárias e inconsequentes da Prefeitura, uma vez que cabia a ela, em grande parte, o papel de provedor dos dados e informações documentais, fato longe de ter sido possível.

Além de limitar a amplitude desta análise, sem as informações que deveriam estar acessíveis em acervos e documentação específica, é somada a própria escassez das ações da gestão pública municipal, na maior parte do recorte histórico do que trata a análise. É a exposição nua e crua do próprio processo histórico da cidade em uma sucessão de aguda e preocupante omissão na operacionalidade das políticas públicas culturais.

Menciono, em especial, o despreparo de boa parte dos dirigentes municipais de cultura do poder executivo como um dos reflexos resultantes para ausência de planejamento com potencial de desenvolvimento no âmbito das políticas culturais.

O que se desdobra nas implicações diretas na conformação do quadro geral da Cultura gonçalense e suas dinâmicas junto a sociedade. Como por exemplo, “a praxe” das atividades culturais desenvolvidas sob um ordenamento sem planejamento, com uma condução solta, de notado amadorismo, com realização de atividades aplicadas pela imposição das agendas a serem cumpridas.

O trabalho se dava na condição do instinto, com uma prática otimista “*de que no final tudo dá certo.*” Esse cenário de amadorismo, onde a ação deveria estar calçada por profissionais capacitados, retratava a condição geral da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que demonstrava, em certa medida, em que condição a gestão pública mantinha o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura.

O cenário apresenta um comportamento característico por parte do poder executivo, quando se utiliza de expedientes para o esvaziamento das ações coletivas, na tentativa de inviabilização da participação social.

A negação em validar os processos democráticos é conhecida tradição na história brasileira. Considerar uma revitalização na dinâmica da cultura local, diante deste quadro, é

um exercício de alimentação dos sentidos, com apropriações capazes de reproduzir um novo modelo de participação social, capaz de diminuir a repetição excludente que agrava as fragilidades aqui apontadas.

As entrevistas apontaram avanços significativos na assimilação da participação social, em graus diferentes de incidência. Alguns conselheiros assumiram papel mais ativo e propositivo, outros adotaram uma atitude de apenas opinar a partir dessa ou daquela consultiva, onde todos contribuíram para as proposições, ainda que com menos controle social do que era desejado.

Como se estruturam internamente os grupos que atuaram no setor cultural, em apoio ao Conselho? Existiam? Que representatividade os artistas tinham, de fato, em relação ao Estado? Interessa observar se os artistas, os trabalhadores e agentes culturais podem propor outras e novas estratégias para que não só os especialistas, ou mais desinibidos, participem dos processos decisórios?

Roque Silva, 57 anos, com ensino superior incompleto, ocupou uma cadeira no Conselho Municipal de Cultura em período posterior ao recorte dessa pesquisa. Seu depoimento aponta um quadro geral do funcionamento do colegiado em uma perspectiva dos períodos anteriores:

“Sempre tive vontade de militar por melhorias da classe artística da minha cidade. Sou funcionário público e músico. Principalmente, quis tentar articular ações da Secretaria Municipal de Cultura de convênio ou parcerias com a Secretaria Municipal de Educação para retornar com as atividades culturais dentro das escolas da rede que sempre achei de extrema necessidade. Mas as coisas não saíam do lugar. Já era assim antes. A maioria que passava pelo Conselho, desde que foi criado, de alguma forma fazem política partidária, muitas das vezes a política vem antes da militância de classe. Tinha conselheiro que estavam na função a vários mandatos por conta de conveniência política, esses geralmente nunca eram oposição ao Governo em exercício, e na maioria das vezes ficavam ali só guardando território e tirando proveitos políticos dos mandatos. Os que lutavam verdadeiramente pela classe artística eram sempre voto vencido. Eu achei a minha participação no Conselho muito insignificante, a maioria da população desconhece ou não se interessa, a maioria dos Conselheiros não divulga nada que acontecia lá e nem conscientizava a classe para uma militância mais ativa. As informações são fechadas em uma bolha e quando chegam além disso, nem sempre chegam completas à população.” (Roque Silva. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023)

Nos dez anos percorridos nesta análise, identifico em vários momentos nos diferentes mandatos, ações e iniciativas, e no que diz respeito ao comprometimento dos sujeitos sociais, uma estreita ligação com o local, mantida pelos laços de identidade com a cidade, numa soma de trabalho e dedicação que não se restringia às horas de reunião no Conselho Municipal de

Cultura: a fala recorrente de “... *é tudo muito difícil, mas a cidade precisa tanto e eu amo a cultura...*” explicita a disposição localizada em vários desses sujeitos sociais.

Estabelecendo um comparativo entre registros de algumas propostas do grupo de artistas que se reuniram em 1999 pleiteando junto aos políticos melhorias para o setor cultural, propostas da primeira reunião do Fórum Gonçalense de Cultura, em 2001, outra em 2004 e os relatos dos Conselheiros de Cultura a partir de 2005, as semelhanças apontam um quadro que se repetiu em São Gonçalo por alguns anos.

No grau de prioridades para melhor desenvolvimento das atividades artísticas-culturais na cidade, a lista de necessidades enumerou a criação de leis de incentivo na cidade, criação de espaços alternativos para apresentações, apoio contínuo de divulgação, aplicação de cursos de aperfeiçoamento, iniciativas de intercâmbios e alternativas de patrocínio, criação de uma secretaria exclusiva e gente apta para trabalhar na prefeitura.

Essas eram as expectativas dos artistas para o desenvolvimento da cultura, em 2001 e em 2004:

“O ponto zero, a primeira prioridade s meu ver é desenvolver uma política cultural, que vai de leis de incentivo, novos espaços, dinheiro de verdade para cultura, o resto corre atrás. Um passo importante para que haja avanços foi a criação de uma secretaria de cultura, que agora tem que éter recursos, metas específicas. A fundação está iniciando algo que sempre sonhei, que é despertar as pessoas da arte. É uma realização possível, esses nossos desejos, é trabalhar para sua realização.” (Líbia Busquet. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Que realmente se faça cultura na cidade, que se ouça o artista e principalmente trabalhe em nome da arte e na formação de público. São muitas carências para serem resolvidas, né?” (Lucia Bela. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Que sejamos tratados com mais importância, que a cultura seja valorizada como ela merece. A cidade é carente de espetáculos gratuitos, de mais espaços para as artes em geral, sou da dança, mas penso que é preciso garantir ações para todas as artes, pensar na participação das crianças carentes nas ações.” (Lilian Mattos. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Se vai melhorar para nós, artistas, vou esperar mais um pouco para ver como fica. Entra ano e saí ano, é a mesma coisa. Mas que precisa melhorar, isso sim precisa. Eu canto na noite, me viro, mas a Prefeitura tem obrigação de apoiar o artista, temos que ter mais local de trabalho.” (Alussã, *in memorian..* Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Valorização de quem produz aqui, chance do fazer cultural. Quem faz e vive do que faz, com viabilização de mais trabalhos para os artistas daqui. É preciso incentivar o teatro estudantil e universitário, inclusive, temos duas faculdades e uma é pública! É preciso resgatar a dramaturgia clássica para que sirva como fonte para os novos aqui do município. É isso, é cuidar dos que existem e resistem para arte, para não desistir, que são a história viva da cultura gonçalense.” (Fernando Mattos. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Troca entre grupos é muito importante, os artistas aprendem muito e é preciso divulgação maciça dos eventos. Espero que o cidadão gonçalense através dos diversos planejamentos e ações culturais, passe a dar valor ao seu patrimônio cultural. Está na hora de pensar em criar uma companhia municipal de teatro.” (Reinaldo Dutra. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Em São Gonçalo tem que ir fundo, se não as coisas não acontecem na cultura. Para fazer teatro aqui a gente tira leite de pedra, mas não se desisti. Agora é ver se muda mesmo. É tanta coisa que se precisa, mas o principal é garantir recursos. Sem dinheiro não se faz nada e o artista aqui já está calejado. Vamos cobrar nosso Teatro Municipal. Como que se acredita, São Gonçalo desse tamanho, com tanto artista, não tem um Teatro Municipal?” (Angelo Barsi, *in memoriam*. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Teremos mais espaço para poesia? Se tem, já tá valendo.” (Denoir. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Que o poder público perceba que a cultura nada mais é do que um elo que une muitas expressões artísticas, é nossa consciência da condição de cidadão. A cultura é nossa riqueza. São Gonçalo precisa acordar para riqueza que tem.” (Pablo Queiroz. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Existe uma carência de um teatro municipal que seja de fácil acesso para os moradores, para os amantes do teatro, da arte. Espero de uma vez por todas que nos levem a sério, sempre agindo para que os grupos artísticos gonçalenses possam aparecer de fato, sejam reconhecidos. Podemos montar uma grande companhia, sair por aí espalhando arte pela cidade.” (Eva Gisele. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“Pelo modo com que tratamos o assunto, reunindo tanta gente em 1999, e o resultado aqui com uma Secretaria Municipal de Cultura, em breve a fundação de artes, oficialmente, a cultura agora vai melhorar. É movimentar as diferentes expressões artistas, com reconhecimento e valorização do artista gonçalense, e pensar nas tantas ações que queremos fazer, pensar como fazer, dando lugar de verdade para nossa arte.” (Frederico Araújo. Depoimento em 11 de fevereiro de 2001/Fórum Gonçalense de Cultura)

“No domingo, quando realizamos esse encontro no Centro Cultural Joaquim Lavoura, é o primeiro evento da Secretaria Municipal de Cultura, da Fundação de Artes com objetivo de discutir propostas para a arte a cultura da cidade. Temos propostas para o setor nos próximos quatro anos, e a ideia desse primeiro Fórum Gonçalense de Cultura é reunir as pessoas que atuam no setor para discutir junto.” (Cleise Campos. Depoimento em 08 de fevereiro de 2001/Jornal O São Gonçalo)

“Nossa intenção é, antes de tomar qualquer medida, a comunidade cultural e artística da cidade seja ouvida para saber das suas reais necessidades, pois essa é linha de trabalho que deve ser adotada pela nova gestão municipal. E a partir do Fórum, teremos condições de viabilizar projetos que possam contemplar a toda a classe artística” (Ana Sobral. Depoimento em 08 de fevereiro de 2001/Jornal O São Gonçalo)

“Participei de algumas reuniões do Fórum Gonçalense de Cultura nesses anos e das reuniões da Secretaria Municipal de Cultura também, depois que foi criada. Quando podia, participava, pois tenho minhas oficinas para dar, minha produção, não sou de ficar muito nessas reuniões. Mas quando dava ia porque sempre acredito que as coisas podem melhorar em São Gonçalo. Nesse fórum de agora das propostas que eu li estão melhores ainda. A gente já sabe mais o que quer, deve ser isso. Reativar o Conselho é importante, ter uma lei municipal de incentivo à cultura é necessário, o fundo de cultura, como tem no estado e em outras cidades, e a lista toda do papel é

importante. A cultura da cidade precisa disso, nós artistas precisamos. Revitalizar os espaços de arte, ter mais lugar para exposição, galerias, sair do centro, apoiar o artista daqui para ir para outros lugares, enfim, precisa é acontecer” (Jo Grassini. Depoimento em 08 de fevereiro de 2001/Jornal O São Gonçalo)

“Esse fórum é um antigo desejo da galera que trabalha com as artes na cidade, e que agora tem oportunidade de falar o que pensa e fazer suas reivindicações diretamente aos responsáveis pela cultura. Por isso é de extrema importância que todos compareçam se façam representar.” (Beto Baiano. Depoimento em 08 de fevereiro de 2001/Jornal O São Gonçalo)

E “como todo ponto de vista é a vista de um ponto, é que a cabeça pensa onde os pés pisam” (BOFF, 1997), os condutores das políticas culturais trilhavam caminhos sem prévio planejamento ou estratégias de pré-produção e desdobramentos: a meta era “*fazer a cultura acontecer, tínhamos que colocar as coisas para funcionar*”, sem que este “fazer a cultura acontecer”, ou em quais condições se “colocava as coisas para funcionar”, fossem previamente planejadas e avaliadas.

Reiterando a fala anterior sobre o pouco espaço e diminuta importância da cultura na pauta executiva e legislativa da cidade, sendo considerada uma “*política menor, que não dá voto*”, ou ainda “*São Gonçalo não tem jeito, não vai mudar*”, é um aspecto que não se esgota nesta pesquisa, onde mais aprofundado olhar e levantamentos são necessários.

Numa cidade que apresenta profundos problemas de ordem social e econômica, onde a destruturação e o caos urbano são motivos de embaraço e mesmo vergonha para alguns, onde estão localizados os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado, sem políticas exequíveis que os confrontem, como a cultura pode não ter importância? Por que a cultura não é vista como instrumento fundamental para alteração do cenário social e econômico que marca a cidade? Como a política cultural da cidade não é vista como uma ação estratégica que pode ser utilizada como instrumento de projetos que amenizem, atenuem, ou mesmo erradiquem os índices alarmantes de exclusão e miséria de parte expressiva da população?

Melhorias e avanços, recuos e retrocessos. A organicidade das políticas culturais no universo da cultura local revelou um saldo tímido, a considerar o tempo percorrido e o contexto geral da cidade, frente as intensas mudanças no cenário das políticas culturais, à nível estadual e nacional, onde, justamente, a participação social foi estimulada pelo próprio Estado, reconfigurando os movimentos sociais da cultura.

A participação social não ocupou, em sua integridade, um papel constitutivo da política pública cultural. Não houve compartilhamento das decisões envolvendo o ciclo de

elaboração e execução de políticas públicas no âmbito da administração pública municipal, exceto pela elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Não houve a participação social na discussão ou decisões sobre grandes investimentos de infraestrutura, ou participação efetiva na elaboração do orçamento, uma vez que a sociedade civil não era inserida nas discussões. Apesar do reconhecimento de novos sujeitos sociais no processo, não foram dadas ou estabelecidas reais condições administrativas para garantir e ampliar a inclusão e criação de novos direitos.

Ainda assim, apesar dessa lista de contrários, o avanço quantitativo da participação social ocorrido no período 2004-2014 contribuiu, em parte, para o aumento do controle social, uma vez que a Prefeitura de São Gonçalo se apresentou mais permeável ao interesse público, iniciando um dialogando antes inexistente.

As realizações no período analisado não foram capazes de mudar o padrão de relacionamento entre a Prefeitura de São Gonçalo e a sociedade civil em todos os aspectos, levando-se em conta que o balizador para essa medida, a referência, não tratava de governos com projeto Democrático Participativo.

Mesmo que os avanços, de um modo geral, sejam insuficientes para romper com os traços do conservadorismo ou do autoritarismo, que exclui a participação da sociedade civil como elemento participante da política e da discussão das políticas, no caso, a política cultural, a análise evidenciou um substancial aumento da participação social no âmbito municipal, revelando contradições e limites, que precisam ser enfrentados, superados.

A limitação da participação da sociedade civil nas questões de grande impacto na vida da população, como as questões do debate social e econômico, carecem de ferramentas alternativas para, de fato, tornar mais efetivas as propostas e deliberações dos representantes da sociedade civil no Conselho, com a adoção de mecanismos protocolares que obriguem a gestão pública ao cumprimento das deliberações do Conselho, com monitoramento sobre o que é feito das deliberações do Conselho no âmbito da burocracia municipal, ou ainda, do cumprimento do Sistema Municipal de Cultura, onde estão inseridos o Conselho e o Plano Municipal de Cultura.

O rico processo de participação social iniciado no primeiro governo do Presidente Lula, acentua a reflexão sobre as dificuldades que precisam ser enfrentadas para concretizar o potencial dos arranjos participativos neste espaço público – o Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo - projetando ampliar o processo decisório de políticas públicas culturais na cidade. A tarefa que se apresenta é de ampliar a representatividade dos atores sociais e das

práticas no campo político e simbólico da cultura, saindo do compasso de espera, de modo efetivo.

Diante desse quadro é importante considerar que esse cenário é um reflexo das características do contexto político da cidade, onde o Conselho Municipal de Cultura, ainda que recente, com menos de vinte anos de criação, traz legados da trajetória da cultura, do conjunto das políticas públicas adquiridas ao longo da história da cidade, que perpassa por marcas de projetos políticos, predominantemente, longe do modelo de democracia participativa, ao contrário, centrados em um populismo estatal embasado em uma linha assistencialista, fisiológica, com traços conservadores.

Além do perfil e dos interesses dos representantes da sociedade civil, a estrutura da burocracia e o interesse instrumental dos partidos no preenchimento de cargos influenciam bastante o processo de construção das políticas.

A falta de institucionalização da cultura e de um corpo de funcionários especializado e estável faz com que o setor seja bastante suscetível às disputas entre os partidos políticos, à troca de cargos a cada eleição e ao aparelhamento.

Essa característica de fragilidade institucional acirra as rixas de grupos internos dos partidos, e sua base aliada, que interferem diretamente no funcionamento dos órgãos, como na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de São Gonçalo, com reflexos importantes nos espaços participativos e no rumo das políticas adotadas.

Ao analisar o cenário da Cultura gonçalense, onde é perceptível a necessidade de buscar alternativas para ultrapassar as dificuldades, dentre alguns, como já destacado, ampliação do orçamento, a potencialização da importância da Cultura nos poderes executivo, legislativo, e em especial, junto à população, criar incentivo para os investimentos de formação na área cultural, fomentar estímulo para a adoção de equipes técnicas e contínuas na estrutura administrativa municipal, por exemplo, onde o Conselho Municipal de Cultura, é uma dessas alternativas possíveis para ultrapassar as dificuldades.

Desde a data de sua instalação, em dezembro de 2007, o Conselho vem se estabelecendo como uma referência para a participação política no campo cultural, institucionalizando o canal de interação entre Estado e sociedade civil, sob patamares democráticos, considerando:

“A implantação de inúmeros Conselhos em diferentes setores revela que está em funcionamento certo modelo de participação da sociedade na gestão pública, forjado na dinâmica das lutas sociais das últimas décadas, que busca redefinir os laços entre espaço institucional e práticas societárias, não como polaridades que se excluem, mas como processos conflituosos que se antagonizam e se complementam, pondo

em relevo a luta pela inscrição de conquistas sociais na institucionalidade democrática.” (RAICHELIS, 2000)

O tempo da modernidade líquida, propagado por Bauman, onde tudo se move com rapidez, as persistências se derretem, e, não há lugar para os planos de longo prazo ou para a consistência das ações coletivas, onde os compromissos perdem força, é o que se assiste hoje em torno dos colegiados.

O dilema que está posto diante da necessidade de políticas públicas efetivas no campo cultural *versus* a garantia de controle democrático, faz parte de um contexto histórico, em escala nacional, que inibiu e restringiu, ao longo da história brasileira, o princípio da participação social na área cultural.

Ampliar os conhecimentos, buscar aperfeiçoamento para acompanhar o cenário de avanços nos anos iniciais da década de 2000, no tocante ao conjunto das políticas culturais que passam a movimentar o Brasil, são desdobramentos naturais em prol da capacitação para melhor atuar no setor, resultando em uma maior e mais efetiva participação social.

Partindo desses aspectos, a pesquisa pautou a exploração de evidências empíricas possíveis ao desvendamento do problema investigado: as práticas negligentes do governo municipal atuaram como meios estimuladores à ausência de participação social, numa acentuada precariedade de desenvolvimento cultural?

O ofuscamento de memórias, a exclusão do papel participativo dos sujeitos sociais e até mesmo o sucateamento dos espaços físicos, operados em grande monta pela gestão pública, minam as articulações de resistência social em função da contínua prática de promover exclusão? Como o contexto histórico da cidade, em detrimento do direito à Cultura, estimulou fragilidades, como o funcionamento do Conselho de Cultura, onde o oportunismo político recorrente resulta em supressão de políticas públicas para o setor cultural, expondo a possibilidade de enfraquecer a dinâmica de atuação dos sujeitos sociais na ponta contrária desse contexto?

Compreender a participação social, através da atuação do Conselho de Cultura, e seus possíveis impactos na execução de políticas públicas em São Gonçalo, tende a colaborar na investigação de possíveis particularidades desta ação, ou não ação, dos sujeitos sociais da cidade, refletida na materialidade de ações, na prática.

Como o gonçalense vivencia a máxima “cultura é direito”, considerando um contexto afetado, continuamente, pela nulidade ou ausência das ações efetivas do poder executivo, no âmbito da execução de políticas culturais?

Uma investigação de forma combinada dos desdobramentos das ações do Estado e dos processos históricos em São Gonçalo, no âmbito da cultura, dão conta de um não desenvolvimento cultural relacionado diretamente aos diversos problemas sociais, econômicos, políticos e espaciais observados na cidade, da cidade, desde sua gênese, até a contemporaneidade.

Analisar o contexto das políticas culturais nos últimos anos de alguma forma equivale a identificar os avanços e limites do processo de construção de uma política nacional, que reverberou para estado e municípios, expressa especificamente com a movimentação de implantação dos Sistemas de Cultura, a partir de 2003.

Essa engrenagem representou, em certo sentido, a síntese de convergência de um conjunto de tentativas e de processos organizativos (ainda em curso), que indica avanços e recuos, maiores dificuldade para dar prosseguimento em determinados locais que outros, mas sobretudo, resultados que são assimilados hoje, no setor cultural, como grandes conquistas.

Algumas considerações podem ser indagadas, a bem de instigar a continuação de outras pesquisas: qual o lugar da Cultura na cidade gonçalense? Qual sentido tem a luta das políticas culturais, para a população de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro? Do conjunto das conquistas no âmbito das políticas culturais, até aqui, o que falta de primordial, de muito necessário?

Refletir sobre os caminhos de organização dos sujeitos sociais neste processo, onde identifique importantes momentos históricos onde foi possível superar a nulidade de participação social, décadas antes, onde uma real busca pelo espaço da cultura foi reivindicado, é reconhecer a relação possível que foi travada por vários sujeitos sociais, em ambientes inóspitos e pouco conhecidos do seu cotidiano de sempre, o abstrato da arte, o simbólico das expressões e manifestações artísticas, para circular no frio da burocracia, na pesada máquina das esferas públicas.

Foram desafios constates, para esse nosso tempo. Por isso destaco, com ênfase, que tal processo, mesmo difícil, foi necessário. Nesta análise, busquei compreender um tanto mais as contradições que demarcam este processo, objetivando expor, identificar a participação social na busca dos direitos culturais, em direta colaboração com a efetivação de políticas culturais no Brasil, começando por São Gonçalo, na franja metropolitana do estado fluminense.

Nós artistas, gestores públicos, pesquisadores e trabalhadores de cultura temos experimentado um exercício reflexivo neste período de construção das políticas culturais, onde tem sido possível, neste exercício, cada vez mais, contextualizar a situação da própria Cultura, seu lugar de importância, sua presença marcante em nossas vidas e na sociedade

como um todo, enquanto, ao mesmo tempo, atuamos diretamente para que a efetivação de políticas públicas seja estabelecidas.

Entendo que mais elementos são ainda necessários neste processo de participação social, com renovação de forças e ainda mais capacidade organizativa capazes de continuar contribuindo com esse processo em construção, onde o direito à cultura se estabeleça como uma prática para todos.

Novos sujeitos sociais comparecendo nos espaços públicos, ocupando os locais de deliberações, provocando e promovendo marcas estruturantes nas exigências de condições, novas oportunidades e acesso para que a dignidade humana, através da Cultura, seja efetivada no cotidiano de vida das pessoas.

Salvos alguns notados esforços de um outro gestor público nas três esferas – municipal, estadual e federal, com inovadoras atitudes governamentais no sentido de potencializar a Cultura, nos últimos anos, é sobretudo a ação cotidiana dos sujeitos sociais com sua participação, e assim tem sido historicamente nas mais diferentes discussões das políticas públicas, que demarcam os contextos de ganhos, de conquistas que viabilizam a produção e a reprodução da vida, impedindo a tendência exclusiva e dominante do poder executivo, historicamente avesso a participação social.

No tocante a permanência ou não das ações instauradas pelo Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, quando da defesa dos seus membros integrantes para que as deliberações do colegiado fossem cumpridas pelo poder executivo, faz parte do processo vigente, da dinâmica de disputa sempre presente. Na história da modernidade, as crises são transformadas em lucrativas oportunidades para o redesenvolvimento e a renovação:

“A desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora. O único espectro que realmente amedronta a moderna classe dominante e que realmente põe em perigo o mundo criado por ela à sua imagem é aquilo porque as elites tradicionais suspiravam: uma estabilidade sólida e prolongada. Neste mundo, estabilidade significa tão-somente entropia, morte lenta, uma vez que nosso sentido de progresso e crescimento é o único meio de que dispomos para saber, com certeza, que estamos vivos. Dizer que nossa sociedade está caindo aos pedaços é apenas dizer que ela está viva e em forma.” (BERMAN, 1986, p.114)

O ritmo do século XXI aponta a realidade dos dias: as tarefas individuais, o ir e vir na condição básica de sobrevivência, entre pouco tempo e ânimos alterados, reserva de energia para abastecer diante dos inesperados da vida, preocupações e indagações nas projeções de futuro. Nestes tempos líquidos, onde quase tudo que é sólido se desmancha no ar, alguns atores sociais vivenciam os círculos que se fecham, as disputas de espaço delimitam uma e

outra atuação, e novas etapas se apresentam, numa dinâmica cada vez mais incerta e imprecisa.

O líder estudantil Daniel Cohn, na França de 1968, no histórico mês de maio nas ruas de Paris, falava de sua certeza “*de que as mudanças eram um resultado que nunca ficaria pronto de verdade, pois é sempre impossível saber o que virá*”. Tempos líquidos. Diante deste quadro, talvez o maior desafio que se apresenta é a necessidade de localizar indivíduos ainda dispostos a abraçar as ações coletivas, considerando a realidade atual.

A narrativa aqui apresentada remete à questão das causas e origens, que fazem parte de um contexto, do processo histórico que deu a São Gonçalo os contornos e resultados vivenciados na cidade, na contemporaneidade. Me ocupei em não ignorar ou apagar narrativas, mas sim, destacar outras vozes, de igual modo importante na colaboração de compreender esse contexto histórico. Que gosto é esse de falta de futuro que São Gonçalo apresenta, quase sempre?

No início desta escrita discorri sobre o conceito de cultura. Encerro com o depoimento do Sr. Germano Silas, 73 anos, pipoqueiro que trabalhou décadas na Praça do Zé Garoto, no centro de São Gonçalo, um entusiasta da Feira de Artes instalada na praça nos finais de semana, que funcionou entre 2002 e 2004.

Seu Germano (*in memoriam*) mantinha livros infantis amarrados na sua carroça de pipoca para atrair os pequenos leitores, como para incentivar a leitura, sendo ele mesmo analfabeto.

Atencioso em responder perguntas para uma entrevista que solicitei, parte da tarefa que realizava como aluna, naquele ano, para o Seminário Permanente de Políticas Públicas Culturais do Estado do Rio de Janeiro (parceria UERJ e COMCULTURA-RJ), é dele um dos conceitos mais amplos que tenho conhecimento, até aqui, para cultura:

“Cultura é o que movimenta as pessoas, né? Forró para mim, é cultura, e as coisas bonitas que têm gente que sabe fazer, né? É quando tem programa aqui na praça que a prefeitura bota – de música, de dança, de pintura, destes artistas aí que fazem peça, né? Quando tem feira do artesanato, a praça fica com gente, movimentada, é cultura. Pena que não tem sempre, começa e depois acaba. Olha, escreve aí Dona Greice: cultura é vida, a praça fica melhor, com mais gente e eu vendo mais pipoca.” (Germano Silas. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Julho de 2002)

CONCLUSÕES

“O futuro não é um lugar para onde estamos simplesmente indo, mas um lugar que estamos construindo.”

Adriana Nascimento

Entre 2004 e 2014 foi marcante o intenso processo de resignificação para o campo cultural, quando disponibilizado, pelo Ministério da Cultura, um conjunto inovador de novos mecanismos no campo das políticas culturais, uma nova engrenagem para fortalecer o setor como espaço político, de gestão e de produção, sob o conceito da cidadania cultural.

Neste frenético contexto no avançar do século XXI, as primeiras décadas continuam com o translucado do tempo, onde se assiste a propagação do individualismo e a efemeridade das relações, o social se esvai, as ações de exercício cidadão soam com estranhamento na selva do salve-se quem puder, limitando ainda as vivências de participação social nos diversos setores da vida cotidiana e em especial, nas ações coletivas.

Desse conjunto inovador de novos mecanismos no campo das políticas culturais, os Conselhos de Cultura são peças integrantes dessa nova engrenagem, ao mesmo tempo que vivenciamos, nos anos que inauguram o novo milênio, limitações evidentes na prática de vivências coletivas, fragilizando em boa conta a participação social de modo mais amplo, profundo.

As tentativas de novas iniciativas de participação social entram na conta do equilíbrio entre o “pessimismo do intelecto e o otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2004) como uma das atitudes possíveis frente este tempo de tanta fluidez, e assim, quem sabe, permanecer.

Em oportuna referência a Fernand Braudel (BRAUDEL, 1978), a condição de ser é ter sido. O cenário de estranhamentos, que dificulta um avançar mãos intenso, é um fato no destaque da filósofa Marilena Chauí: “É perceptível à fragilidade da condição da chamada participação social, e ainda, os mecanismos de controle social, fruto da construção ideológica do Estado Brasileiro, de não aceitação de uma real democratização do mesmo.” (CHAUI, 2006, p.43)

Percorrendo parte do caminho do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, e ainda, ao observar outros colegiados – esfera estadual e nacional, os novos desafios estão postos, a partir das proposições da sociedade civil: ampliar o nível e a qualidade do diálogo; promover um amplo acesso às informações; incentivar e fortalecer os grupos, coletivos e

fóruns; garantir o pleno funcionamento do Conselho; democratizar o acesso aos espaços públicos alternativos; promover e incentivar contínua capacitação e formação cultural junto aos diversos agentes culturais.

É necessário que os instrumentos de mobilização capazes de promover uma maior participação social sejam ofertados, com arranjos institucionais que possibilitem uma crescente confiança dos sujeitos sociais junto a gestão pública. Diminuídas as incertezas, certamente, serão alargadas as possibilidades de articulação e diálogo.

Ao enfatizar o nível de envolvimento dos sujeitos sociais nos processos de tomada de decisão, amplia-se a importância das mobilizações sociais para a conquista de espaços que aproximam a sociedade dos processos de construção e fiscalização das políticas públicas, fator essencial, hoje, em uma democracia. A cada redução do processo participativo, mais se evidenciam as dificuldades para o exercício democrático.

Certamente, as limitações científicas e temporais desta análise, já previamente assumidas em capítulos anteriores, não permitem o esgotamento da problemática investigada, onde são preciosos o caminho metodológico e a experiência empírica aqui compartilhada, que podem abrir outras frentes de investigação, outros enfoques para agregar e aprofundar o tema. Como mencionado anteriormente, nas etapas de levantamento dos dados encontrei uma gama de dificuldades para acessar informações mais específicas, o que, além de ferir o princípio da transparência na gestão da política pública, foi fator limitador para ampliar as condições dessa análise.

Dos objetivos traçados, para o desenvolvimento desta análise, percorri boa parte do processo de participação social, no âmbito da implementação das políticas públicas culturais no Brasil, considerando o caso do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo-RJ.

Ao me aprofundar em uma parte do percurso do Conselho, da cidade onde nasci e vivi a maior parte da minha vida – cidadã, artista e gestora pública na soma de militante cultural de quatro décadas, percorri um interessante caminho que me trouxe elementos novos dessa participação social que representou a cidade, em especial no setor cultural. A preciosa oportunidade de ampliar minha visão sobre a identidade cultural da minha própria cidade, a partir de alguns elementos que desconhecia, foi ainda uma especial ganho extra que a tarefa acadêmica da pesquisa me proporcionou.

Neste ano de 2024, quando o Fórum Gonçalense de Cultura completa 25 anos de existência, quando do seu nascimento embrionário em uma mesa de bar após mais um desfile de 22 de setembro, é edificante analisar a trajetória de nomes que ousaram pensar, sem fundamentos mais precisos ou qualquer orientação de “voz de comando”, a construção de um

senso coletivo, a partir de um grupo, a defesa de ações, de políticas públicas para o setor cultural da cidade.

Colaborar com esse processo, agora como intelectual ativista, utilizando esse potente lugar de fala, é me colocar na soma com meus pares gonçalenses, resilientes que são, vivendo na cidade (e não apenas dormindo nela). Vivem a cidade, no seu pulsar cotidiano.

A pesquisa me oportunizou identificar as potencialidades e tensões quando da atuação dos conselheiros de cultura na tarefa, nas tentativas de colaborar na efetivação de políticas culturais em São Gonçalo, sendo possível enxergar com mais clareza as configurações dos limites históricos desse processo, contextualizando, com isso, a complexa discussão dos direitos culturais, democracia representativa e participativa no cenário da Prefeitura gonçalense.

Na identificação e o reconhecimento das diversas vozes que atuaram neste percurso, os sujeitos sociais, peças estratégicas desse processo de construção das políticas públicas, um saldo positivo que destaco nestas considerações finais, onde o esforço de reflexão aqui empregado, percorrendo a linha de tempo da animadora cultural, da atriz bonequeira, da militante partidária, da assessora parlamentar, da gestora pública e da pesquisadora, consolida um final de colaboração para que não se perca o que foi conquistado, frente as ameaças de perdas do que conseguimos avançar, até aqui.

Busquei destacar os diversos participantes que se manifestaram, e se manifestam, contra o conservadorismo persistente, que colaboraram para que a rica diversidade cultural brasileira, em especial, no Estado do Rio de Janeiro e São Gonçalo, fosse alçada em um lugar de reconhecimento e valorização, a partir da efetivação do conjunto das políticas culturais.

Identifiquei, ao final desta análise, traços de um padrão histórico com forte incidência de práticas conservadoras e assistencialista e, São Gonçalo, sem aplicabilidade de políticas permanentes, duradouras e contínuas no âmbito da cultura. A política cultural gonçalense é fortemente condicionada ao padrão das relações políticas locais, de modo que a efetivação do Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo, onde o Conselho Municipal de Cultura está inserido, não conseguiu romper a lógica peculiar do Estado brasileiro, entre a nulidade de efetivação de políticas públicas e a intencional decisão de não operacionalização das políticas.

Concluo que está distante de ser efetivado, em São Gonçalo, o marco institucional das políticas públicas culturais, onde identifico, notadamente, as lacunas e profundas fendas em aberto para o real atendimento das demandas locais, em função da nulidade de aplicação e execução das políticas para o setor cultural e a população como um todo, onde o Conselho

Municipal de Cultura ainda não se consolidou como uma peça estratégica do Sistema Municipal de Cultura, a ponto de fazer movimentar tal engrenagem.

O que virá?

“O desafio que se impõe é combinar processos culturais particulares com direito de cidadania para todos.” (VENTURA, 2005). Essa é a dinâmica que atravessamos, compreendendo o lugar da cultura como Direito no ambiente da Democracia, enxergando as características deste tempo, em 2023, onde novos atores estão surgindo e alimentando o processo, novas vozes se colocam nas discussões, anteriormente mantidas por outros colaboradores, décadas antes.

De acordo com Dubois (2009, p.53): *“O interesse essencial da utopia não reside, a nosso ver, nas soluções propostas, mas nos problemas levantados...”*. Assim, destaco o caminho percorrido nesta análise, como um acréscimo junto as outras iniciativas para tomada de mais consciência, que muito mais para além dessa ou daquela ação, os testemunhos dos conflitos e tensões da época aqui em referência, sirvam para ajudar a achar melhores atalhos e caminhos em tempos futuros.

Em maio de 2014, a presidenta Dilma Rousseff publicou o Decreto nº 8.243, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS), articulando e organizando os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo no âmbito da administração pública federal. Construído a partir de um longo processo de diálogos e consultas, o decreto afirma a participação como método de governo e reconhece as organizações da sociedade civil como parceiras dos processos de elaboração e implementação das políticas públicas.

“O Brasil é feito por milhões de movimentos, de organizações, de pessoas anônimas que lutam para construir um processo de participação na defesa dos seus interesses. Celebrar o diálogo e a participação social significa celebrar a democracia e significa também celebrar a possibilidade de transformações profundas quando elas são requeridas por um país. Então, quando eu digo que celebrar o diálogo significa celebrar a democracia, eu quero dizer, celebrar a única condição de transformar. A participação social tem esse caráter inerentemente transformador, porque ela mostra o rumo que o povo do país quer trilhar. Quando se estrutura, ela não deixa pedra sobre pedra e nem dúvidas nos corações e nas mentes. Nós temos um compromisso democrático com a participação social como método de governar. Ela foi, continua sendo e será sempre um processo de conquista da sociedade na sua relação com o governo. Uma conquista que tem de ser renovada cotidianamente pelo diálogo constante. Nos últimos 12 anos, trabalhamos fortemente para aprimorar e fortalecer os nossos mecanismos de transparência, de diálogo e de participação social. De 2003 a 2013, mais de sete milhões de brasileiros e brasileiras participaram de 97 conferências nacionais para debater e definir políticas públicas em diversas áreas. Nesses debates, saíram muitos dos projetos e objetivos que acolhemos, onde adotamos um princípio como prática de gestão: receber, com idêntico respeito, representantes de todos os segmentos da sociedade. Toda a experiência que nós acumulamos nos últimos anos justifica e dá como base a decisão de implantar a Política Nacional de Participação Social. Com ela, nós vamos consolidar avanços conquistados até aqui, elevando a um novo patamar a participação social nas

políticas públicas federais. Antes de encerrar, quero citar o cineasta argentino Fernando Birri, que disse uma coisa muito bonita: *“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos e ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que, então, serve a utopia? Serve para isso, para que eu não deixe de caminhar.”* Por isso, eu quero concluir aqui dizendo que nós temos de manter essa busca permanente por nossa utopia realizável, que nós vamos correr atrás juntos. Continuo contando com vocês!” (Trecho do discurso da Presidente da República Dilma Rousseff. Cerimônia de lançamento da Política Nacional de Participação Social. Brasília, 23 de maio de 2014)

A cada um que operou, com sua participação social, pela inversão do lugar de desimportância das políticas culturais frente as demais políticas públicas, colaborando para conduzir a Cultura para uma posição estratégica de promoção fundamental para o desenvolvimento, pela afirmação da cidadania, registro agradecimentos e parabéns pela sua trajetória – agentes e produtores culturais, animadores e pesquisadores, arte educadores e conselheiros de cultura.

O pensamento um tanto crítico desta análise, em grande parte, é justamente na intenção de estimular um novo debate, a partir do estudo aqui apresentado, onde anseio que a amostragem dos problemas e dificuldades da cultura gonçalense, permitam outras análises destas questões no incentivo de mudanças deste quadro.

Desejo que a pesquisa, aqui concluída, além de cumprimento da tarefa acadêmica, apresente contribuições relevantes para o campo das políticas públicas culturais, que, historicamente, atravessam moroso tempo de consolidação e reconhecimento como um direito constituído. Nesse desdobramento possível, talvez outras reflexões possam contribuir para pensar em como reinventar a cidade mais um tanto, onde ações possam ser operadas por novos sujeitos sociais, tornando possível ver uma paisagem de São Gonçalo menos acinzentada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. *A participação cidadã no Brasil Hoje*. Brasília: Pólis Papers, 1998.

AMORIM, S. *Estado, capitalismo, participação popular e as políticas públicas de cultura no Brasil contemporâneo*. Blog IS Working Papers, v.3, p.1-22, 2017.

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. 1554-1594*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Relatório de ocorrências e atividades realizadas pelo Sphan em 1936*. Rio de Janeiro: MESP/SPHAN/Arquivo da FGV/RJ, 1937.

ANICETO, Flávio. *Cultura é para todos? PT, Governo Lula e Política Cultural*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2009.

ARAGÃO, A. L. *As Conferências Nacionais de Cultura no Brasil como instâncias de escuta e de exercício do direito de participação na vida cultural*. São Paulo: Pensamento & Realidade, v. 28, p.85-105, 2013.

ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. Tomo III.

_____. *Relação das sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraída dos Livros das sesmarias e registros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 63 (1900): 93-153.

_____. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro*. Inventário de arte sacra fluminense. Rio de Janeiro: INEPAC/SENAC, 2008, v.1, p.147.

AVRITZER, Leonardo. *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2012.

AZEVEDO, S. C. S. *Regime Militar: entre tapas e beijos – uma análise das peças publicitárias na era Médici*. São Cristóvão: UFS, 2006.

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.

_____. *Políticas de cultura, políticas de identidade*. Salvador: Revista PréTextos para Discussão, 2001.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.37-60

_____. *O sistema nacional de Cultura no governo Dilma: continuidades e avanços*. Portugal: Revista Lusófona de Estudos Culturais, 2014, v.2 – nº2, 220p.

_____. *Em busca da institucionalização: a adesão ao Sistema Nacional de Cultura*. Niterói: Pragmatizes - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, 2014, ano IV nº7, 184p.

BADARÓ, Murilo. *Gustavo Capanema: a revolução na cultura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BARBOSA, F. Ministério da Cultura no governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. In: CALABRE, L. (Org.). *Políticas culturais: um campo de estudo*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008, 204p.

_____. *Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília: IPEA, 2011.

_____. *Redesenho do “Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva”: o último ato e a racionalidade dos processos decisórios nas políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2013.

_____. *Financiamento Cultural: uma visão de princípios*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História – especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional* 10(1): 95-129, 2005.

_____. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, nº 36: p.460-476, 2006.

BARROS, José Márcio. *Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

_____; KAURAK, Giuliana (Orgs.). *Diversidade Cultural e Desigualdade de Trocas*. Belo Horizonte: Comunicação Itaú Cultural, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998. BORGES, J; AMORIM S. (2019). *Participação social e institucionalização de políticas setoriais de cultura no Rio de Janeiro*. Salvador: Políticas Culturais Em Revista, 12(2), 190–210.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000.

_____. Políticas culturais: discutindo pressupostos. In: NUSSBAUMER, G. (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007, 257p.

_____. Uma rápida reflexão sobre o MinC entre 2003 e 2011. In: BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JÚNIOR (Orgs.). *Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011, 156p.

BRAGA, Maria Nelma C. *O município de São Gonçalo e sua história*. 3.ed. Niterói: Nitpress, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BUSSE, Mirna Pereira. *O Direito à Cultura como Cidadania Cultural*: São Paulo, 1989 - 1992. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

CALABRE, Lia. A Ação federal na cultura: o caso dos conselhos. In: *O público e o privado*. Nº 9. São Paulo: Itaú Cultural, 2007, 17p.

_____. Gestão cultural: análises e perspectivas das propostas da I Conferência Nacional de Cultura. In: CALABRE, L. (Org.). *Políticas culturais: um campo de estudos*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008, 204p.

_____. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

_____. *História das Políticas Culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia*. Escritos, Rio de Janeiro, ano 7, v. 7, 2013, p.323-345.

_____. *Escritos sobre políticas culturais* [e-book]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

_____; CURVELLO, Maria Amélia; FRADE, Cascia; GOMES, Ricardo; (Orgs.) - *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – 2007-2008*. Rio de Janeiro: DECULT–UERJ/Rede Sirius, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Textos Nômades. Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, J.M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Maria Alice Resende de. Cidade Escassa e Violência Urbana. In. *Série Estudos*, vol.9. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995, 10p.

CERTEAU, M. D. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. São Paulo: UNESP, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Reflexos de Cidadania* (Discurso de posse na Secretaria de Cultura de São Paulo em 02 de janeiro de 1989). São Paulo: PMSP/SMC, 1989.

_____. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Cidadania Cultural: O Direito à Cultura*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

_____; FARIA, Hamilton. *Uma opção radical e moderna: democracia cultural*. São Paulo: Polis nº 12, 1993, 124p.

CODATO, Adriano. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 2005.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: FAPESP / Iluminuras, 1997.

_____. *Guerras Culturais – Arte e Política nos Novecentos Tardios*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

_____. *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.

_____. *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.

COELHO NETTO, J. T. *A Cultura da Cidade*. Casa de Cultura e Ação Cultural. São Paulo: ECA/USP, 1985.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONDURU, Roberto; SIQUEIRA, Vera Beatriz (Orgs.) *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2003. Portal do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc): <http://www.cultura.gov.br/cnpc/>

COSTA, Cleisemery Campos da. *Gestão Cultural e a capacitação de gestores de cultura: O caso de São Gonçalo (1993 – 2005)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Salgado de Oliveira. São Gonçalo, 2009.

_____. *O Leitão amarelo de bolinhas azuis*. Peça teatral para teatro de bonecos. Teatro de Bonecos Trio de Três. São Gonçalo, 1992.

_____. *O Trio conta a História*. Peça teatral para teatro de bonecos. Teatro de Bonecos Trio de Três. São Gonçalo, 1998.

_____; TAVARES, Maria Tereza G. *Simples e Forte: Paulo Freire*. Peça teatral para teatro de bonecos. Teatro de Bonecos Trio de Três. São Gonçalo, 2011.

_____; CALABRE, Lia; LEMOS, Guilherme (Orgs.). *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 2004 – 2005*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007.

_____. *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - 2006*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CUNHA, Maria Helena Melo da. *Gestão cultural: profissão em formação*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura – Contribuição ao Debate*. Fortaleza: UFC, 2010.

_____. O papel dos colegiados na definição dos incentivos públicos à cultura. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (Orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010, 400p.

CURVELLO, Maria Amélia; CALABRE, Lia; FRADE, Cascia; GOMES, Ricardo (Orgs.) - *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – 2007-2008*. Rio de Janeiro: DECULT– UERJ/Rede Sirius, 2009.

DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DEL PRIORE, Mary. *História da gente brasileira -Volume 2, Império*. São Paulo: LeYa, 2016.

_____. *Arquivo Nacional, Guardião da memória do país*. Rio de Janeiro: Gazeta Mercantil, 2002.

DOMINGUES, João Luiz Pereira. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para emancipação das classes populares*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DÓRIA, C. A. *Os Federais da Cultura*. São Paulo: Biruta, 2003.

FALCON, Francisco J. C. *História Cultural* – Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Hamilton. Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades. In: BRANT, Leonardo (Org). *Políticas Públicas*. São Paulo: Manole, 2003, 142p.

_____. Conselhos municipais de cultura: cultura participativa e cidadania cultural. In: CALABRE, Lia (Org.) *Políticas culturais: reflexões sobre gestão. Processos participativos e desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010, 75p.

_____; MOREIRA, Altair José; VERSOLATO, Fernanda (Orgs.) *Você quer um bom Conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural*. São Paulo: Instituto Polis, 2005, 128p.

FAUSTO, Boris. *Memória e história*. São Paulo: Graal, 2005.

FEATHERSTONE, M. *O Desmanche da Cultura – globalização, pós- modernidade e identidade*. São Paulo: Estúdio Nobel /SESC SP, 1997.

FERNANDES, Marcelo Belarmino. *São Gonçalo operário: cenários e personagens das lutas sociais no município de São Gonçalo no segundo pós-guerra, 1945-1951*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), São Gonçalo, 2009.

FERNANDES, Rui Aniceto. *Um Santo Nome: Histórias de São Gonçalo de Amarante*. Monografia (Graduação em História) - Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), São Gonçalo, 2000.

_____. *História regional/local. Qual seu lugar na historiografia brasileira*. 2011 (apresentação de trabalho).

_____; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério Soares de (Orgs.). *São Gonçalo em perspectiva. Ensaio de histórias gonçalenses*. São Gonçalo: FFP/UERJ, 2013.

_____; OLIVEIRA, Alix Pinheiro Seixas de; COSTA, A.F.; Flores, M.M. *Memória Local: História de vida no município de São Gonçalo*. In: VI Encontro Nacional de História Oral. São Paulo: Tempo Narrativa, 2002. Anais do VI Encontro Nacional de História Oral. São Paulo: ABHO/FFLCH, 2002.

FERNANDES, Rui Aniceto. Biografia, história e identidade. Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabaras e identidade local. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, 2020, p. 235–260. Disponível em: < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/27600> >. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

FERNANDEZ, Aline da Fonseca. *Efeitos do território sobre processos de transição para a vida adulta: estudo de caso do Município de São Gonçalo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESPC, 1991.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Gilberto. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília: MinC, 2003.

GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

GOHN, M. G. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

GOUBERT, Pierre. *História Local*. História & Perspectivas. Uberlândia, n.6, 1992, p.51-52.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

GUIÃO Filho, Homero Thomaz. *História de São Gonçalo*. São Gonçalo: s/n. 1968.

HAESBAERT, Rogério *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: *Educação & Realidade*. [S. l.], v. 22, n. 2, 2017, p.15-46.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HERPICH, M.D. *A gestão da cultura em municípios: interfaces entre as políticas nacionais e os desafios da realidade local*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

HOLLANDA, Heloisa B. *Cultura como recurso*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012.

HOBBSAWM, E.J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Tempos interessantes: Uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAVÍNIAS, Laís Villela. *Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEFEBVRE, H. *Espacio y Política: el derecho a la ciudad*, II. Barcelona: 62 s/a, 1976.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. A ordem da memória. In: *História e memória*. 7. ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITÃO, Cláudia. *A gestão estratégica e os novos significados da cultura no novo século. Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

LESSA, José Luis Honorato. *A Paisagem revelada: natureza da concentração industrial em São Gonçalo (RJ) – crise ou reestruturação da indústria local?* (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), São Gonçalo, 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro história, in Peter Burke (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p.133-162.

LIMA, Ana Luisa. Política como liberdade. In: TOLEDO, Daniel (org). In: *Práticas para artistas/gestores ou como assobiar e chupar cana ao mesmo tempo*. Belo Horizonte: JACA, 2014.

LOPES, Antônio, Herculano; CALABRE, Lia (Orgs.) *Diversidade Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MAGALHÃES, Aloísio. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Brasília, Ano 11, n. 42, 1981. 170p.

_____. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAGALHÃES, Arlindo. *São Gonçalo, História ou lenda*. São Gonçalo: Amarante Magazine, 1995.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MARTINELL, Alfons. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO, 2003.

MARTINS, E. de Rezende. *Cultura e Poder*. Brasília: IBRI/FUNAG, 2002.

MATA-MACHADO, Bernardo. *Participação Política e Conselhos de Cultura: Uma proposta*. Artigo. São Paulo, 2004.

_____. Conselhos de Cultura e Democratização do Estado no Brasil. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.211-234.

_____. *Documento base da I Conferência Nacional de Cultura- Cartilha de Orientações sobre o Sistema Nacional de Cultura para os Municípios*. Brasília: MinC, 2010.

MATA E SILVA, Salvador; FERREIRA, Osvaldo Luiz. *São Gonçalo, 1890-1990*. São Gonçalo: Belarmino de Mattos, 1993.

_____; MOLINA, Evadyr. *São Gonçalo no século XVI*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

_____; _____. *São Gonçalo no século XVII*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1997.

MEIRA, Márcio. Uma política republicana. In: *Teoria e Debate*. São Paulo, 2004, edição 58.

MELLO, Osvaldo Ferreira de. *Reflexões para uma política cultural*. Florianópolis: Movimento/UFSC, 1982.

MENDES Filha, Nilda Ferreira; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *São Gonçalo, sua história e seus monumentos*. Niterói: Disk Cópia – Gráfica Rápida, 2000.

MICELI, Sérgio. *O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Marcos Antônio Lima. *A política cultural no Município de São Gonçalo, durante a Nova República*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Faculdade de Formação de Professores, - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), São Gonçalo, 2002.

MODESTO, Nilo Sérgio d'Ávila. As práticas espaciais do poder político em São Gonçalo. In: SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano José G. de (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade, território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006, 504p.

MOISÉS, José Álvaro. *Estrutura Institucional do Setor Cultural no Brasil. Cadernos do Nosso Tempo, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

MOREIRA, Eugênio. *São Gonçalo de Amarante*. Niterói: La Cava Ltda., 1987.

MOURA, Magali. Considerações sobre a institucionalidade da política pública cultural com a participação social (Artigo). Brasília: ENAP, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2005.

NOHARA, Irene Patrícia. *Cidadania cultural no cenário contemporâneo: promoção das políticas culturais e constitucionalismo latino-americano*. Belo Horizonte: Interesse Público, ano 20, n. 108, 2018.

NUSSBAUMER, Gisele. *II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Anais. Salvador: CULT/UFBA, 2006.

OLIVEIRA, Alix Pinheiro S. *Memória Local: Histórias de Vida no Município de São Gonçalo*. João Pessoa: ANPUH XXII Simpósio Nacional de História, 2003.

ORDINE, Nuccio. *A Utilidade do Inútil*. Milão: Zahar, 2014.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidades nacionais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo, cinquentenário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

_____. *Distrito de Neves*. IBGE – Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro, 1951. Niterói (MEMOR).

PALOCCI, Antonio. (Org.) *A Imaginação a Serviço do Brasil. Programa de Políticas de Cultura*. São Paulo: Coordenação de Campanha Lula Presidente, 2002.

PARDO, Ana Lúcia. *Os Pontos de Cultura no Brasil frente à hegemonia do capitalismo*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Avanços e desafios do federalismo na cultura do Estado do Rio de Janeiro. In: BARBALHO, A.; BARROS, J. M.; CALABRE, L. (Orgs.) *Federalismo e políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013, p.201-222.

_____.; DUTT-ROSS, S. *O lugar da Cultura no governo brasileiro, Rio de Janeiro - RJ*. Anais X Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: 2019.

PEIXE, J. R. *Sistemas de Cultura*. Coleção Política e Gestão Cultural. P55Edições. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Salvador, 2013, p.06-39.

PIVA, Glauber. *Regulação da Comunicação e Liberdade de Expressão no Brasil, in Margem Esquerda, n. 19*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2012.

_____. Cultura: políticas públicas e novas visibilidades. In: Emir Sader. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2013, v. 1, p. 285-301.

POERNER, Arthur José. *Identidade cultural na era da globalização. Política federal de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

PONTES, Ipojuca. *Cultura e modernidade*. Brasília: Secretaria de Cultura, 1991.

PORTO, Marta. *Cultura e desenvolvimento: um desafio de todos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

_____. *Visibilidade e participação*. Prêmio Cultura Viva, como membro do Conselho Propositivo do Prêmio, 2007.

PUTNAM, Robert. *Para hacer que la democracia funcione*. Venezuela: Galac, 1994.

RATTES, Adriana. *Um Plano para nossa cultura. Apresentação do Projeto: Plano Estadual de Cultura*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, 2009.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FVG, 1998, p.15-38.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, (Orgs.). *Dicionário Patrimônio Cultural*. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

REZNIK, Luís. História local e comunidade: o exercício da memória e a construção de identidades. Trabalho apresentado na 6ª Mostra de Extensão, UERJ, 2000.

RIBAS, Martha Braga. *Conexões e tensões entre representação e participação social – A elaboração de políticas culturais na democracia brasileira*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola Comunicação de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROCHA, Adair. *Cidade cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. 2.ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

ROCHA, Adair. Políticas Públicas de Cultura: impasses e possibilidades da globalização e a redescoberta do local. In CAMPOS, Cleise; CALABRE, Lia; LEMOS, Guilherme. (Orgs.) - *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 2006*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007, p.37-47.

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; CASTRO, Flávia Lages de. *Políticas culturais e gestão participativa*. Apresentação no II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

_____. *Cultura e Gestão cultural*. 1.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. v. 1.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Políticas Culturais no Brasil* – Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. *As políticas culturais e o Governo Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007, 139-158.

_____. Políticas Culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, 2008, v.31, n.1, p.183-203.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.11-36.

_____. Plano Nacional de Cultura em debate. *Políticas Culturais em Revista*, [S. l.], 2009, v. 1, n. 2, p.59-72, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Quinze teses para aprofundar a democracia*, 2008. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/73745111/Quince-Tesis-Boaventura> >. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura do poder*. Salvador, EDUFBA, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Augusto Santos. *Cultura e desenvolvimento: estudos sobre a relação entre ser e agir*. Oeiras: Celta, 2000.

SILVA, Enid Rocha. *A Conferências Nacionais de Políticas Públicas: Reflexões sobre avanços e desafios no período 2003-2010*. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, V. M. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

SIMÕES, J.M. *Organizações, cultura e desenvolvimento: as contribuições em torno da administração pública da cultura no Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2011.

SODRÉ, Muniz. *A verdade reduzida*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A luta pela cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUZA, Giane Maria de. *Participação e Representação social no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPIC) – percepções e análises*. Novos Olhares. Tapera: Lew, 2015.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____; ALMEIDA, C. *Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 109, 2012, p.68–92.

TAVARES, M. T. G. *Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

TEIXEIRA, E. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Salvador: UFBA; Recife, 2001.

TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História*. São Paulo: Campus, 2002.

VARELLA, Guilherme. *Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VICH, Víctor. *Desculturizar la cultura: La gestión cultural como forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2014.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

FONTES PRIMÁRIAS

A) Legislação (Decretos e Leis)

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei Nº 526, de 01 de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Cultura. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1938.

_____. Decreto Nº 50.293, de 23 de fevereiro de 1961. Cria o Conselho Nacional de Cultura e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1961.

_____. Decreto-Lei nº 862, de 12 de setembro de 1969. Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (EMBRAFILME), e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1969.

_____. Decreto nº 77.299, de 16 de março de 1976. Cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Nacional de Cinema - CONCINE - e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1976.

_____. Decreto Nº 91.144, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1985.

_____. Decreto nº 3049 de 06 de maio de 1999. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1999.

_____. Decreto de 8 de maio de 2001. Prorroga o prazo a que se refere o § 2º do art. 1º do Decreto de 13 de setembro de 2000, que cria o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

_____. Decreto nº 4.889, de 20 de novembro de 2003. Dá nova redação aos Anexos I e II do Decreto no 4.805, de 12 de agosto de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

_____. Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

_____. Decreto no 8.611, de 21 de dezembro de 2015. Altera o Decreto no 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional n.º 48, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura da Constituição. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A a Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Arte e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1975.

_____. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

_____. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1991. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1991.

_____. Lei nº 8.490 de 19 de novembro de 1992. Conversão da MPV nº 309, de 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1992.

_____. Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1993.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura -PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC. Brasília Diário Oficial da União, 2010.

B) Relatórios e estudos de agências governamentais

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20131.pdf >. Acesso em 03 de novembro de 2023.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2005.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

_____. Ministério da Cultura. Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. Brasília: MinC, 2006.

_____. Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. Brasília: Coleção Cadernos, 2007.

BRASIL. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006 Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília: SAI/MinC, 2007.

_____. Relatórios da 1ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Cultural. Brasília: MinC, 2010. Disponível em: <<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/cnpc/2010/index.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

_____. Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2011.

_____. Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC – O que é? Brasília: MinC, 2011.

_____. Dados consolidados da 2ª Conferência Nacional de Cultura. Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento. “Conferindo os conformes” – Resultados da II Conferência Nacional de Cultura. Brasília, 2012.

FRANÇA. Ministério da Cultura. Legislação e normativas. Paris: Anuário, 1965.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 2657, de 26 de dezembro de 1996 – Lei do ICMS. Dispõe sobre o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e dá Outras Providências.

_____. Lei 7053/2015. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, e apresenta como anexo único, as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/d9efbccd9957bb9483257e8a005fc958?OpenDocument>>

_____. Mapa de Cultura RJ. Mapa Cultural/São Gonçalo -RJ. Ano 2012. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura, 2012. Disponível em: <<http://mapadecultura.com.br/cidade/sao-goncalo>>.

_____. Conselho Estadual de Política Cultural. Relatório de Formação do Conselho Estadual de Política Cultural: biênio 2016-2018. Disponível em: <<http://cultura.rj.gov.br/leiestadual/upload/Anexo5.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Informações e Indicadores Culturais: 2003-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Gestão Pública – Suplemento de Cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>> Acesso em: 14 de novembro de 2021.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano. UNESCO, 2004.

_____. Relatório do Desenvolvimento Humano. UNESCO, 2005.

SÃO GONÇALO. Lei Orgânica do Município, de 04 de abril de 1990. São Gonçalo: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: < <https://www.cmsg.rj.gov.br/leis/lei-organica-municipal/> >

_____. Lei nº 001 de 2005, de 11 de janeiro de 2005. Cria o Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo. São Gonçalo: Diário Oficial de São Gonçalo, 2005.

_____. Lei nº 034 de 2006, de 06 de fevereiro de 2006. Cria na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de São Gonçalo. São Gonçalo: Diário Oficial de São Gonçalo, 2006.

_____. Lei nº 569 de 2014, de 10 de fevereiro de 2014. Institui o Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo. São Gonçalo: Diário Oficial de São Gonçalo, 2014.

_____. Lei nº 858 de 2018, de 15 de julho de 2018. Institui o Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo e dá outras providências. São Gonçalo: Diário Oficial de São Gonçalo, 2018.

SÃO GONÇALO. Decreto nº 002 de 2019, de 07 de junho de 2019. Aprova o novo estatuto da Fundação de Artes, Esporte e Lazer de São Gonçalo (FAESG). São Gonçalo: Diário Oficial de São Gonçalo, 2019.

SÃO GONÇALO. Prefeitura. Dados e serviços. Ano 2021. Disponível em: < <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/historia.php> >

_____. Registros políticas públicas. Ano 2014. Disponível em: <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

_____. Hino Oficial de São Gonçalo. 1969. Disponível em: <<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/brasao-e-hino/>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA – Acordo de Cooperação Federativa – atualizado em 24/01/2018 – MinC, 2018. Disponível em: < <http://portalsnc.cultura.gov.br/> >. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

UNESCO. *Mexico City Declaration on Cultural Policies*. Paris: UNESCO, 1982.

_____. *Planejamento de médio prazo, 1977-1982*. Paris: UNESCO, 1997.

C) Documentos

SÃO GONÇALO. ATOS OFICIAIS - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO (RJ), SEMCULT PORTARIA Nº 003/2004 em 19 de novembro de 2004 - CONVOCA E REGULAMENTA O 3º FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA DA CIDADE DE SÃO GONÇALO. A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, no uso das suas atribuições legais, RESOLVE:

Fica convocado por este instrumento o 3º Fórum Municipal de Cultura da cidade de São Gonçalo. O 3º Fórum Municipal de Cultura da cidade de São Gonçalo é uma realização da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, promovida através da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação de Artes São Gonçalo. O 3º Fórum Municipal de Cultura da cidade de São Gonçalo será realizado no dia 26 de novembro de 2004, das 8h às 18h, no teatro do Sesc de São Gonçalo, sito à Av. Presidente Kennedy, 755 – Estrela do Norte – SG. O 3º Fórum Municipal de Cultura será composto por membros delegados e observadores, que deverão pertencer a um desses três segmentos: Poder Público Municipal, Sociedade Civil Organizada e Categoria (artistas; trabalhadores no setor cultural; estudantes de artes; professores de arte; e demais casos que se liguem às diversas formas de produção cultural). Os membros delegados serão credenciados como representantes do segmento em que se inscreveram. As inscrições serão regidas por regulamento complementar anexo a esta Portaria. O 3º Fórum Municipal de Cultura terá como pauta: Sistema Nacional de Cultura Políticas Públicas Municipais de Cultura, Conselho Municipal de Cultura, Lei Municipal de Incentivo à Cultura, Fundo Municipal de Cultura. A mesa diretora dos trabalhos do Fórum Municipal de Cultura será composta por três (03) membros, a saber: um representante do Poder Público Municipal, um representante da sociedade civil organizada, um representante dos trabalhadores em cultura da cidade, sendo os dois últimos eleitos pelos membros delegados da plenária. Parágrafo único: A Presidência da mesa caberá à Secretária Municipal de Cultura. A realização das atividades e mesas do 3º Fórum Municipal de Cultura obedecerá a seguinte programação: 8h – abertura do credenciamento 9h – abertura do fórum e realização da mesa de debates 1. 10h15min – intervalo – arte e cultura em cena, 11h30min – mesa de debates 2. 12h30min – almoço – arte e cultura em cena, 14h30min – mesa de debates 3. 16h – plenária final do fórum, 18h – encerramento do fórum. O funcionamento interno do 3º Fórum Municipal de Cultura será estabelecido em regimento a ser divulgado junto com o material de credenciamento. Os casos omissos nesta serão decididos pela Comissão Organizadora do 3º Fórum Municipal de Cultura. A presente Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. ANEXO I - Regulamento de inscrição. Art. 1º - O 3º Fórum Municipal de Cultura de São Gonçalo é uma realização da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura e Fundação de Artes São Gonçalo. Art. 2º - As inscrições para o 3º FMC-SG deverão ser realizadas entre os dias 20 e 25 de novembro na Secretaria Municipal de Cultura, Av. Pres. Kennedy, 721 - Estrela do Norte - SG, das 11h às 17h e no dia 26 de novembro, no SESC-SG das 9h às 12h. Art. 3º - Poderão participar: I - Maiores de 16 anos; II - Tenham solicitado inscrição dentro do prazo determinado e observado os termos deste instrumento; III - Sejam delegados representantes de Entidade da Sociedade Civil, representantes do Poder Público ou tenha efetiva atuação no setor cultural da cidade. Parágrafo único - Apenas será inscrito um (01) delegado por entidade da sociedade civil organizada; o qual deverá anexar ao pedido de inscrição comunicação oficial da entidade que o qualifique como delegado. Art. 4º - Os participantes serão inscritos como: I - Membros delegados a) Representantes indicados por entidades da sociedade civil organizada; b) Membros representantes do poder público municipal; c) Artistas e demais profissionais da cultura, desde que devidamente registrados em órgão de classe ou que tenham reconhecida notoriedade na cidade. II - Membros Observadores a) Qualquer cidadão que solicite o direito de participação. Parágrafo Único - Somente verificam direito a voto os membros credenciados como delegados Art. 5º - O ato da inscrição garante o direito de credenciamento, entretanto, somente a retirada do crachá na mesa de credenciamento garante o exercício do direito do voto. Art. 6º - O credenciamento será realizado no dia 25/11/04, das 9h às 12h. Parágrafo único: As inscrições e o credenciamento serão encerrados, impreterivelmente, às 12h do dia 26 de novembro de 2004. Art. 7º - Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Comissão Organizadora. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE

CULTURA, em 19 de novembro de 2004, CLEISEMERY CAMPOS DA COSTA. (Referência na p.97)

SÃO GONÇALO. ATOS OFICIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Em 22 de dezembro de 2005 - GABINETE DA PREFEITA: LEI Nº 067/2005. EMENTA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO aprovou e EU promulgo a seguinte Lei: Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Municipal de Cultura, destinado a fomentar as atividades culturais no Município de São Gonçalo. Art. 2º O Fundo Municipal de Cultura de natureza contábil especial, tem por finalidade prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, aos projetos culturais bem como à obras e serviços necessários à recuperação e conservação dos equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura. Art. 3º Serão levados a crédito do Fundo Municipal de Cultura os seguintes recursos sempre que possível: I - contribuições, transferências, subvenções, auxílio e doações dos setores público e privado; II - resultados de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, da área cultural. III - recolhimentos feitos por pessoas físicas ou jurídicas, correspondente ao pagamento de tarifa ou preço público de utilização dos equipamentos culturais e espaços comerciais conexos ou complementares dos mesmos; IV - resultado operacional próprio; V - dotação própria prevista em lei orçamentária. Art. 4º O Fundo Municipal de Cultura será administrado por uma junta de Administração e Controle, formada pelos membros do Conselho Municipal de Cultura nas seguintes funções, Presidente, Secretário e Tesoureiro. §1º A Junta de Administração e Controle encaminhará anualmente ao Prefeito da Cidade de São Gonçalo, até o último dia de novembro de cada ano, um planejamento das atividades para o ano seguinte, e zelará pelo cumprimento desse planejamento. §2º A Junta de Administração e Controle encaminhará anualmente ao Chefe do Poder Executivo do Município de São Gonçalo, até o último dia do mês de fevereiro de cada ano um relatório do ano anterior. Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. São Gonçalo, 20 de dezembro de 2005. APARECIDA PANISSET Prefeita Projeto de Lei nº 048/2005, de autoria do Vereador Miguel Moraes. (Referência p.101)

SÃO GONÇALO. ATOS OFICIAIS – Em 30 de setembro de 2009. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. GABINETE DA PREFEITA. Decreto nº.278 de 24 de setembro de 2009. Ementa: Convoca a IV Conferência Municipal da Cultura do Município de São Gonçalo. Aparecida Panisset, Prefeita do Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria nº 46 do Ministério da Cultura, de 10 de julho de 2009 que convoca a II Conferência Nacional de Cultura e torna público o seu regimento interno; DECRETA:2 Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal da Cultura do Município de São Gonçalo, etapa integrante da II Conferência Nacional de Cultura, a ser realizada nos próximos dias 29 de outubro às 18 horas e 30 e 31 de outubro de 2009, de 8 às 17hs na Faculdade de Formação de Professores Universidade Estadual do Rio de Janeiro, situada à Rua Dr. Francisco Portela, 1470, Paraíso, com o tema Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento. § 1º - Poderão participar da IV Conferência Municipal da Cultura os representantes: I - dos Poderes Públicos; II - da sociedade civil e das entidades com domicílio ou atuação no Município. III – Convidados de notória atuação nas políticas culturais do estado fluminense e da cidade, como ouvintes colaboradores observadores. Art. 2º Constituem objetivos da IV Conferência Municipal da Cultura do Município de São Gonçalo: I - subsidiar o Município, em especial os órgãos

gestores da área cultural na definição das diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura; II - mapear a produção cultural do Município, discutir suas peculiaridades, contradições e necessidades bem como estabelecer prioridades e metas para o futuro; III - criar diretrizes pertinentes à demanda local, para subsidiar a elaboração do respectivo Plano Municipal de Cultura e integrá-lo ao Sistema Nacional de Cultura; IV - colaborar e incentivar a organização de redes sociais culturais em torno de planos e metas comuns, bem como a interação regional nas ações artísticas e culturais, visando a facilitação e o fortalecimento, mediante o estabelecimento de novas redes de produtores culturais; V - contribuir para formação do Sistema Nacional de informações culturais e, por conseguinte, do Sistema Municipal de Cultura local; VI - mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância da cultura e suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do Município, da região e, notadamente, do país; VII - promover, ampliar e diversificar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular no Município por meios de debates sobre os signos e processos constitutivos da identidade e diversidade cultural; VIII - consolidar os conceitos de Cultura junto aos diversos setores da sociedade local; IX - identificar e fortalecer a transversalidade da Cultura em relação às políticas públicas nos níveis de governos municipal, estadual e federal; X - validar a participação de delegados a Conferência Estadual como etapa da II Conferência Nacional de Cultura. Art. 3º A Comissão Organizadora Municipal será composta de 16 membros com participação de forma paritária dos poderes públicos e da sociedade civil. § 1ª A coordenação Geral da IV Conferência Municipal de Cultura ficará sob a coordenação do titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ou seus representantes designados oficialmente para este fim. § 2º Fica a Comissão Organizadora Municipal responsável pela elaboração do regimento interno e da programação, com encaminhamento de efetivação final em comum acordo com a Coordenação Geral da IV Conferência Municipal de Cultura. Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Aparecida Panisset Prefeita Municipal. (Referência p.105)

SÃO GONÇALO. ATOS OFICIAIS. Em, 18 de julho de 2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO ATOS OFICIAIS. SEMTCUL PORTARIA Nº 001/2013. CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E HOMOLOGA SEU REGIMENTO INTERNO. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, MICHEL PORTUGAL JAEGGER, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Portaria nº 33, do Ministério da Cultura, de 16 de abril de 2013 que convoca a 3ª Conferência Nacional de Cultura, DECRETA: Art. 1º - Convocar a V Conferência Municipal de Cultura – V CONFECULT, etapa integrante da III Conferência Nacional de Cultura. Parágrafo Único: A V Conferência Municipal de Cultura será realizada nos próximos dias 05 e 06 de agosto de 2013, na cidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro; Art. 2º - A V Conferência Municipal de Cultura terá como tema "Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura", de acordo com o art. 2º da Portaria nº 33 do Ministério da Cultura. Art. 3º - A Comissão Organizadora Municipal será composta de, no máximo 10 membros, com participação de forma paritária dos poderes públicos e da sociedade civil. Parágrafo Único: A coordenação Geral da IV Conferência Municipal de Cultura ficará sob a coordenação do titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ou seus representantes designados oficialmente para este fim. Art. 4º - Fica instituída a Comissão Organizadora Municipal que será responsável pela elaboração do regimento interno e da programação, com encaminhamento de efetivação final em comum acordo com a Coordenação Geral da V Conferência Municipal de Cultura. Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. São Gonçalo, 17 de julho de 2013. MICHEL PORTUGAL JAEGGER Secretário Municipal de

Turismo e Cultura COMISSÃO ORGANIZADORA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR A COMISSÃO ORGANIZADORA DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria nº 33, de 16 de abril de 2013 – artigo 24, do Ministério da Cultura, que dá as diretrizes para a realização da V Conferência Municipal de Cultura, dispõe sobre as condições para participação no Processo Seletivo para composição da Comissão organizadora da V Conferência Municipal de Cultura: Art. 1º - As entidades não governamentais, que promovam atividades culturais no Município, deverão comparecer no dia 24 de julho do corrente ano, no horário de 9h às 12h, no Centro Cultural Joaquim Lavoura - Rua Presidente Kennedy – 721 – Estrela do Norte – São Gonçalo, para elegerem seus representantes. § 1º - As entidades deverão encaminhar: I - Ofício com a indicação do representante; II - Cópia do CNPJ; III - Cópia do Estatuto. § 2º - A eleição dar-se-á da seguinte forma: I - 09h às 11h – Inscrição; II - 11h às 12h – Eleição; III - 12h às 13h - Apuração e resultado. § 3º - Caso o número de instituições inscritas não atinja a quantidade mínima necessária até as 12h, a Comissão Organizadora Municipal será composta pelo número de instituições inscritas mais o mesmo número de representantes do poder público. Art. 2º - A Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Cultura será paritária, composta por representantes da sociedade civil e do poder público. § 1º - Por representantes da sociedade civil entenda-se instituições devidamente constituídas, tais como: organizações não governamentais, associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas e institutos. § 2º - Os representantes do poder público serão indicados pelos representantes das pastas indicadas, priorizando-se a seguinte ordem: a. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura; b. Fundação de Artes São Gonçalo; c. Secretaria Municipal de Educação; d. Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; f. Secretaria Municipal de Meio Ambiente; g. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; h. Secretaria Municipal de Administração. Art. 3º - São atribuições das Comissões Organizadoras: I - definir o Regimento da Conferência Municipal, contendo critérios de participação da sociedade civil, respeitadas as definições do Regimento Interno da III Conferência Nacional de Cultura; II - definir data, local, pauta e programação da Conferência, respeitadas as datas e definições do Regimento Interno da III Conferência Nacional de Cultura; e III - organizar a Conferência Municipal. Art. 4º - A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Nacional as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até 10 dias após a data da publicação da convocação, com a devida inserção dessas informações na plataforma virtual a ser disponibilizada pelo Ministério da Cultura. Art. 5º - Os Eixos Temáticos da Conferência Municipal deverão contemplar o temário estadual e nacional, sem prejuízo das questões locais. São Gonçalo, 17 de julho de 2013. MICHEL PORTUGAL JAEGGER - Secretário Municipal de Turismo e Cultura. (Referência p.107)

SÃO GONÇALO. Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo. Ata de reunião do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo do dia vinte de agosto, no ano de dois mil e dez. - No vigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e dez realizou-se a assembleia ordinária do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, na Lona Cultural José Mauro Braga de Oliveira, situada no Centro Cultural Joaquim Lavoura, presidida pelo presidente Carlos Ney. Estavam presentes os Conselheiros Jó Siqueira, Ana Alice Nunes, Marilyn Pires, Paulo Alves, Angélica Maria Carvalho, Josias Freitas, Cinthia da Silva e a colaboradora Cleise Campos. 1ª. ponto de pauta: Leitura e aprovação da ata da reunião de 30/06/2010. A leitura da ata da referida data não foi realizada, por isso, acordou-se que a conselheira Marilyn enviará à conselheira Cinthia a referida ata e esta se comprometeu de enviar a todos a ata do

mês de julho e do mês de agosto. 2ª. Pauta: Teatro Carequinha. O Presidente propõe que se faça uma minuta de resolução sobre o Teatro Carequinha, com vistas ao seu funcionamento. A conselheira Angélica se habilita a realizar a minuta. A referida Conselheira propõe realizar um final de semana de encontros para angariar fundos para realizar melhorias no Teatro Carequinha. A colaboradora Cleise Campos chama uma reflexão, para que alternativas sejam pensadas, pois o Teatro Carequinha é um equipamento público, onde a Secretaria Municipal de Cultura deve fazer um levantamento das necessidades do Teatro Carequinha e a partir deste levantamento apresentar um projeto a Secretaria Estadual de Cultura para tentar conseguir recursos, e ainda, que a Secretaria e o Conselho de Cultura se articulem com empresas privadas para tentar patrocínios e apoios. O Presidente destaca a parceria com a Construtora CHL que viabilizará junto com a prefeitura a urbanização de uma nova entrada lateral do Teatro Municipal, instalação do marco histórico comemorativo dos 100 anos da 1ª. Corrida automobilística do Brasil, revitalização da área lindeira ao empreendimento da Construtora CHL com a instalação de portal indicativo e dois banheiros triplos com acessibilidade. O presidente diz que solicitará a esta construtora uma contrapartida ao Teatro Carequinha. O Conselheiro Jó Siqueira declara que será contra ao uso do Teatro Carequinha pelo poder público e ressalta que este deverá ser usado, somente, para eventos culturais. O conselheiro Paulo Alves solicita uma sala com toda a infraestrutura para o conselho. Foi realizada a leitura da minuta da resolução sobre o teatro Carequinha. 3º ponto de pauta: Publicação de editais para eventos de médio e grande porte. O conselheiro Josias indaga o que definiria eventos de médio e grande porte. A colaboradora Cleise sugere como referência de edital o de Macaé que definiu muito bem a diferença de médio e grande porte. O conselheiro Josias sugere que seja definido um percentual do teto para os projetos apresentados. 4ª. Ponto de Pauta: Auto de Natal: Jó Siqueira, o conselheiro apresenta o projeto do Auto de natal ao presidente e solicita recursos ao evento. O presidente, como secretário de cultura, se compromete em ajudar na divulgação. 5ª. Ponto de Pauta: Plano Municipal de Cultura-sugestões de cronograma e metodologia de trabalho. A conselheira Marilyn e a colaboradora Cleise comentam sobre a Conferência Regional Metropolitana organizada pela Secretaria Estadual de Cultura do RJ, para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, de onde estavam presentes: Cleise Campos, André Correa, Lucídia, Cinthia, Lucidalva, Hélio de Assis, Genilton, Elias e Marilyn. Foram disponibilizadas 15 vagas para São Gonçalo. Na Conferência foi estabelecida a divisão cultural das regiões Metro I com seguinte município: Rio de Janeiro; Metro II com os seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Japeri, Seropédica, Paracambi; Metro III com os seguintes municípios: São Gonçalo, Niterói, Itaboraí e Tanguá. A colaboradora Cleise fez uma fala sobre a importância da elaboração do Plano Municipal de Cultura. Inicia-se a organização dos encontros setoriais para a construção, com todos os aspectos da cultura gonçalense, do Plano municipal cultura gonçalense, do Plano municipal de Cultura. O nome destes encontros será: “Construindo o Plano Municipal de Cultura em São Gonçalo.” Eis as datas :29/09- Câmaras Técnicas de Comunicação, Movimento Sociais e Sociedade Civil se realizará no 1º. Distrito do município de São Gonçalo; 20/10- Câmaras Técnicas de Música, Dança e Arte Popular se realizará no 2º. Distrito do município de São Gonçalo; 27/10- Câmaras Técnicas de Artes Cênicas, Artes Visuais e Artesanato se realizará no 4º. Distrito do município de São Gonçalo; 10/11- Câmaras Técnicas de Literatura, Biblioteca, Museologia, Étnico, Matrizes africanas e Patrimônio se realizará no 3º. Distrito do município de São Gonçalo; 24/11- Câmaras Técnicas de Artes Digitais e Audiovisual se realizará no 5º. Distrito do município de São Gonçalo. A conferência municipal de Cultura para a realização do Plano será no dia 27/11/2010. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e eu, Cinthia da Silva, lavro esta ata que vai por mim e pelo presidente assinada. (Referência na p.253)

SÃO GONÇALO. ATOS OFICIAIS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Atos Oficiais em 30 de abril de 2010/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO - Portaria nº 01 de 28 de abril de 2010. Ementa: O Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, considerando a Lei nº 001/2005 da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, de 03 de janeiro de 2005, que cria o Conselho Municipal de Cultura, torna público o seu regimento interno; REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO GONÇALO DISPOSIÇÕES INICIAIS TÍTULO I – Da Estrutura e do Funcionamento Capítulo I - Da Composição Capítulo II - Dos Órgãos Capítulo III - Do Plenário e das Sessões Capítulo IV - Da Diretoria Executiva Capítulo V - Das Câmaras Técnicas Capítulo VI - Do Rito na Discussão das Matérias TÍTULO II – Das Competências Capítulo I – Do Plenário Capítulo II – Da Diretoria Executiva Capítulo III – Das Câmaras Técnicas TÍTULO III – Das Comissões Especiais Capítulo I – Da Estrutura e Funcionamento TÍTULO IV – Dos Conselheiros Capítulo I – Da Eleição Capítulo II – Dos Mandatos Capítulo III – Das Licenças e Substituições Capítulo IV – Dos Direitos e Deveres dos Conselheiros TÍTULO V – Dos Atos e Procedimentos Capítulo I – Das Resoluções, dos Pareceres e das Proposições Capítulo II – Dos Projetos dos Sistemas e dos Fundos de Apoio à Cultura TÍTULO VI – Do Impedimento, Substituição e Destituição de Membro do Conselho TÍTULO VII – Das Disposições Finais DISPOSIÇÕES INICIAIS Art. 1 – Este Regimento estabelece o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo, organiza a sua estrutura interna, regula as suas relações com a comunidade cultural e dispõe sobre o cumprimento de suas finalidades, funções, atribuições, competências e demais deveres e faculdades que lhe confere a Lei 001/2005, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, legitimidade, publicidade, participação e eficiência. TÍTULO I – Da Estrutura e do Funcionamento Capítulo I – Da Composição Art. 2 – O Conselho Municipal de Cultura de São Gonçalo é composto por dez (10) Conselheiros titulares, cinco dos quais eleitos pelas entidades representativas dos diversos segmentos culturais do Município, quatro indicados pelo Poder Executivo e um pela Câmara de Vereadores. §1º – Cada Conselheiro terá um Suplente, igualmente eleito ou indicado, que o substituirá nos casos previstos em Lei e na forma deste Regimento. §2º – A presença dos Conselheiros nas sessões será comprovada por assinatura em livro próprio. Capítulo II – Dos Órgãos Art. 3 – São órgãos do Conselho Municipal de Cultura o Plenário, a Diretoria Executiva e as Câmaras Técnicas. § Único – As Câmaras Técnicas serão criadas conforme conveniência do Plenário, que aprovará sua criação. As Câmaras poderão ser: de Artes Cênicas e Letras; de Patrimônio Histórico e Artístico; de Ciências e Humanidades; de Inclusão Digital; de Legislação e Normas, etc. Capítulo III – Do Plenário e das Sessões Art. 4 – As sessões do Plenário, bem como as das Câmaras, são de caráter interno e destinadas à atividade livre e exclusiva dos Conselheiros. § 1º – O Plenário, órgão máximo e soberano do Conselho, integrado pela totalidade dos Conselheiros titulares, reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária, com a presença de no mínimo um 1/3 dos seus membros titulares podendo realizar tantas sessões extraordinárias quantas forem necessárias. § 2º – A pauta das sessões ordinárias constará de expediente e ordem do dia. § 3º – O expediente compreenderá: I – leitura, discussão e aprovação das atas de sessões anteriores; II – leitura da correspondência recebida e expedida; III – comunicações, consultas e pedidos de esclarecimentos; IV – votação de propostas urgentes. V – Assuntos Gerais § 4º – A ordem do dia compreenderá apresentação, discussão e votação da matéria nela incluída e previamente comunicada ao plenário. § 5º – Os Conselheiros poderão requerer e justificar ao Presidente a inclusão de matéria nova e declaradamente de urgência na sessão em curso, cabendo ao Presidente a pertinência da urgência. § 6º – As sessões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente, por solicitação de uma ou mais Câmaras ou por iniciativa de quatro (04) ou mais conselheiros e serão realizadas, no mínimo, quarenta e oito (48) horas após a sua convocação e conforme determina o §1º do artigo 4. § 7º – A pauta da

sessão extraordinária será divulgada na convocação e constará apenas da ordem do dia, a qual deverá ser formalizada, conforme determina § 6º, do artigo 4, por ato da presidência através de comunicação escrita encaminhada por ou correio convencional ou eletrônico. Art. 5 – As decisões do Plenário serão tomadas por maioria simples. § 1º – A maioria será calculada sobre o número de Conselheiros em atividade efetiva, subtraindo-se deste número as eventuais vagas existentes no momento da votação. § 2º – É vetado ao Presidente votar nas sessões plenárias, cabendo-lhe, neste caso, o direito de desempate. § 3º – Os Conselheiros poderão recorrer ao Plenário das decisões das sessões extraordinárias desde que demonstrem por escrito e cabalmente a irregularidade ocorrida ou a transgressão ao Regimento. § 4º – O Conselheiro recorrente não poderá votar na decisão do seu recurso. Art. 6 – As decisões de caráter deliberativo e normativo do Plenário, quando forem de interesse da comunidade cultural, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município. Capítulo IV – Da Diretoria Executiva Art. 7 – A Diretoria Executiva é integrada por um Presidente, um Vice-presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário. § único – A Diretoria Executiva terá mandato de 2 (dois) ano, podendo os seus integrantes serem reconduzidos. Art. 8 – A eleição da Diretoria Executiva, realizada em sessão extraordinária convocada no mínimo cinco (05) dias úteis antes do pleito, dar-se-á por escrito, por maioria simples e não será concedido aparte. § 1º – Antes de iniciada a votação, serão indicados, entre os Conselheiros, um escrutinador e um secretário que fará constar em ata o resultado da eleição. § 2º – Os Conselheiros poderão declarar verbalmente seu voto. Capítulo V – Das Câmaras Técnicas Art. 9 – As Câmaras Técnicas terão mandatos coincidentes com o da Diretoria Executiva e serão integradas por 2 (dois) Conselheiros escolhidos pelo consenso do Plenário, cabendo a um deles a função de Coordenador e, a outro, a de Secretário. § 1º – As sessões das Câmaras Técnicas não poderão coincidir com as sessões plenárias. § 2º – Os Conselheiros quer como titulares, quer como convidados, não poderão acumular funções de Coordenador em mais de uma Câmara, nem participar de sessões simultâneas. § 3º – A Câmara Técnica poderá, quando conveniente, convidar um ou mais Conselheiros de outras Câmaras e pessoas da sociedade de notório saber para integrá-la desde que o nome indicado seja aprovado pelo Plenário. § 4º – Os Pareceres solicitados às Câmaras Técnicas serão lavrados por um Relator e deverão, salvo justo motivo, ser submetidos ao Plenário no prazo de quinze (15) dias. Capítulo VI – Do Rito na Discussão das Matérias Art. 10 – No encaminhamento, discussão e votação das matérias da ordem do dia nas sessões ordinárias ou extraordinárias, o Conselheiro suscitante, requerente ou Relator exporá o assunto por, no máximo, dez (10) minutos. § Único – Encerrada a exposição, o Presidente dará a palavra, pela ordem e por três (03) minutos, aos Conselheiros inscritos. Art. 11 – Tratando-se de expediente administrativo ou Parecer que demandem exame mais aprofundado ou contiverem matéria polêmica, qualquer Conselheiro poderá pedir vista. § 1º – O pedido de vista transfere a discussão para a ordem do dia da ou sessão ordinária seguinte, podendo, em caso de urgência, convocar-se sessão extraordinária, nos termos do artigo 15, § 2º e § 3º deste Regimento. § 2º – Se o Parecer resultante do pedido de vista não for apresentado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será submetido ao Plenário o Parecer original. § 3º – Se do pedido de vista resultar a apresentação de Parecer substitutivo pelo Conselheiro suscitante, o Plenário decidirá qual o Parecer vencedor, retirando-se do expediente o Parecer vencido. Art. 12 – Não ocorrendo pedido de vista e encerrada a discussão, o Presidente fará um resumo do debate e submeterá a matéria à votação. § 1º – Após o resumo feito pelo Presidente e antes da votação, é facultado aos Conselheiros reconsiderarem as suas posições em relação à matéria debatida. § 2º – A reconsideração deverá ser justificada e resumida oralmente em, no máximo, três (03) minutos. Art. 13 – A votação será aberta e nominal. § 1º – Os Conselheiros poderão declarar verbalmente o voto. § 2º – Na declaração de voto, que também poderá ser por escrito e encaminhada até o final da sessão ao Presidente, não será concedido aparte; § 3º – Dependendo da matéria em debate,

poderão ser convocados às sessões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos especializados ou qualquer representante do Executivo ou Legislativo, para eventuais esclarecimentos. Art. 14 – O Presidente poderá incluir, no final da pauta das sessões ordinárias, matéria nova e declaradamente de urgência oferecida por ele ou pelos Conselheiros, fazendo observar em sua discussão o rito deste Regimento. Art. 15 – A preferência de uma sobre outra matéria da pauta das sessões ordinárias, quando requerida pelo Conselheiro suscitante, será decidida pelo Presidente, ouvido o Plenário, em razão do tempo e da importância do tema. Art. 16 – O tempo de exposição e das intervenções nas sessões ordinárias ou extraordinárias poderá ser prorrogado a critério do Presidente. § 1º – A requerimento ou por decisão própria, o Presidente poderá conceder uma pausa antes das votações para consulta entre os Conselheiros. § 2º – O Presidente, consultado o plenário, poderá encerrar a sessão em andamento, após decorrida uma (01) hora, abrindo, a seguir, nova sessão. § 3º – Se a sessão em andamento for extraordinária, a aplicação da regra do Parágrafo anterior deverá observar a identidade ou conexão da matéria constante da ordem do dia. Art. 17 – O Conselheiro que se abster de votar ou se der por impedido poderá justificar a sua atitude ao plenário em três (03) minutos.

TÍTULO II – Das Competências Capítulo I – Do Plenário Art. 18 – O Plenário é a instância máxima do Conselho, competindo-lhe examinar, discutir e decidir sobre matéria decorrente de sua finalidade, suas funções e atribuições constitucionais, legais e regimentais. § 1º – A finalidade do Conselho é promover a gestão democrática da política cultural. § 2º – As funções do Conselho são estabelecer diretriz e prioridades para o desenvolvimento cultural do Município, fiscalizar a execução dos projetos culturais e aplicação de recursos públicos, manifestar-se sobre questões técnico-culturais e emitir pareceres e informações versando matéria inerente à suas atribuições. § 3º – As atribuições normativas, deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, próprias à finalidade e às funções do Conselho como órgão colegiado de deliberação coletiva inserto na Lei Municipal, serão observadas em nome de sua hierarquia e executadas soberanamente pelo Plenário, com autonomia e independência decisória. Art. 19 – Compete ainda ao Plenário: I – cumprir e fazer cumprir as Leis e este Regimento, zelar pela presteza, transparência e seriedade dos trabalhos do Conselho; II – tomar todas as decisões definitivas e finais do Conselho, em especial as que versarem matéria tratada pelos meios previstos neste Regimento e forem apresentadas pelas Câmaras, pelas Comissões Especiais ou pelos Conselheiros, fazendo-as encaminhar, junto ao Presidente, para os seus devidos efeitos; III – eleger os membros da Direção Executiva e escolher os membros das Câmaras Técnicas; IV – auxiliar a Direção Executiva em questões administrativas internas; V – autorizar o Presidente a tomar medidas especiais para garantir o regular funcionamento do órgão em situações não previstas neste Regimento; VI – manifestar-se sobre quaisquer matérias da área cultural submetidas ao Conselho pelo Presidente, pelas Câmaras, pelas Comissões Especiais, pelos Conselheiros, pelas Autoridades, pelos diversos segmentos culturais, pelas entidades representativas destes segmentos ou pelos cidadãos em geral; VII – apreciar e decidir recursos em geral; VIII – dirimir conflitos de competência entre Câmaras, tendo em vista a unidade na diversidade; IX – interpretar este Regimento, tendo em vista as suas diretrizes, os princípios constantes em seu artigo 1º, o caráter vinculado dos atos e procedimentos administrativos, a analogia, os precedentes e os usos e costumes do Conselho; X – alterar este Regimento mediante a aprovação de dois terços (2/3) do Conselho reunido em sessão extraordinária convocada exclusivamente para este fim com, no mínimo, dez (10) dias de antecedência; XI – fixar horário e local das sessões; XII – pronunciar-se sobre questões disciplinares encaminhadas pelo Presidente ou pelos Conselheiros; XIII – declarar impedimentos e suspeições; XIV – disciplinar e implementar, por meio de Resolução, o cumprimento das atribuições fiscalizadoras do Conselho; XV – promover a harmonia interna corporis, tendo em vista o exercício da representatividade proporcional e da liberdade de expressão; XVI – afirmar e

defender, sempre que entender oportuno, a soberania do Conselho. Capítulo II – Da Diretoria Executiva Art. 20 – Compete à Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir a Legislação, este Regimento e os atos do Conselho, bem como auxiliar o Presidente na direção, administração, supervisão e representação do Conselho. Art. 21 – Compete ao Presidente: I – exercer a direção superior do Conselho, ouvido o Plenário quando necessário e sempre que implicar responsabilidade geral do Colegiado; II – representar o Conselho, pessoalmente ou por delegação; III – convocar e presidir as sessões plenárias, verificar-lhes o quórum, conceder apartes e decidir sobre questões de ordem; IV – intervir livremente nos debates; V – proclamar as decisões do Plenário, cumprindo-as e fazendo cumpri-las; VI – garantir o andamento dos trabalhos e a livre manifestação dos Conselheiros em plenário, permitindo tão somente a presença de pessoas estranhas ao quadro do Conselho quando convidadas; VII – manter a ordem das sessões de conformidade com o rito estabelecido no Capítulo VI, do Título I, deste Regimento; VIII – suspender ou interromper as sessões em casos de força maior ou de motivos especiais; IX – encaminhar as solicitações e proposições das Câmaras, das Comissões Especiais e dos Conselheiros; X – desempatar as votações, nos termos do artigo 5, §2º, §3º e §4º, deste Regimento; XI – designar Relatores; XII – distribuir por pertinência e equanimidade os processos e as matérias às Câmaras Técnicas, às Comissões Especiais e individualmente aos Conselheiros, em especial os provenientes dos sistemas e dos fundos de apoio à cultura; XIII – assinar os atos e expedientes administrativos do Conselho; XIV – mandar expedir a correspondência oficial do Conselho; XV – encaminhar, quando necessários ou por solicitação do Plenário, os atos do Conselho aos quais se devam dar conhecimento às Autoridades ou publicação no Diário Oficial do Município; XVI – propor alterações no Regimento Interno; XVII – participar sem direito a voto, quando entender oportuno, das sessões das Câmaras Técnicas ou das Comissões Especiais; XVIII – criar Comissões Especiais e nomear seus membros, por iniciativa própria ou a pedido dos Conselheiros; XIX – suscitar impedimentos e suspeições para decisão do Plenário; XX – autorizar despesas e pagamentos, inclusive diárias, nos casos previstos em Lei; XXI – receber e mandar processar as comunicações de licença e as convocações de Suplentes; XXII – baixar ordens de serviço, ouvido o Plenário, visando a disciplinar e aperfeiçoar os trabalhos do Conselho; XXIII – estabelecer, se entender conveniente e após ouvir o Plenário, um recesso anual de trinta (30) dias; XXIV – submeter os casos omissos ao Plenário ou à consulta das Câmaras Técnicas; XXV – solicitar ao Plenário outros poderes não previstos neste Regimento; XXVI – exercer, por decisão do Plenário, outras funções executivas não previstas neste Regimento. Art. 22 – Compete ao Vice-presidente: I – substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências; II – assessorar o Presidente na direção geral do Conselho; III – exercer por delegação do Presidente ou do plenário outros encargos permitidos por este Regimento; IV – assumir a Presidência em caso de vacância, exercendo-a na qualidade de Presidente em exercício até o término do mandato, se já transcorreu mais da metade deste, ou, na hipótese contrária, providenciar de imediato a eleição de novo titular para completá-lo; V – passar a Presidência ao 1º Secretário, em caso de impedimento ou ausência, quando estiver na função de Presidente em exercício; Art. 23 – Compete ao 1º Secretário: I – coordenar os serviços da Secretaria Executiva, das Secretarias das Câmaras Técnicas e das Comissões Especiais; II – supervisionar o trabalho dos funcionários cedidos ao Conselho; III – receber, protocolar, preparar e encaminhar o expediente interno e externo do Conselho; IV – organizar a pauta das sessões, submetendo-as à aprovação do Presidente; V – tomar as providências necessárias à instalação e ao funcionamento das sessões em geral; VI – secretariar as sessões do Plenário e da Diretoria Executiva, elaborando e assinando as respectivas atas com o Presidente; VII – proceder à leitura das atas das sessões do Plenário para discussão, assinando-as juntamente com o Presidente, após aprovadas; VIII – auxiliar o Presidente na distribuição de processos; IX – manter o Presidente informado sobre os assuntos da Secretaria

Executiva; X – apresentar relatórios sobre os trabalhos e as necessidades da Secretaria Executiva; XI – executar outras tarefas correlatas à função determinadas pelo Presidente e previstas neste Regimento; XII – exercer outras funções executivas previstas em Lei. XIII – Assumir a Presidência no caso de ausência ou impedimento do Vice-Presidente quando este estiver na condição de Presidente; Art. 24 – Compete ao 2º Secretário: I – substituir o 1º Secretário em sua ausência ou impedimento; II – auxiliar o 1º Secretário na execução de suas atribuições; III – exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente.10

Capítulo III – Das Câmaras Técnicas Art. 25 – Compete às Câmaras Técnicas: I – promover a instrução dos processos que lhes forem distribuídos; II – cumprir diligências solicitadas pelas demais instâncias do Conselho; III – exarar Parecer ou apresentar relatórios sobre matéria de sua área, sempre que solicitadas; IV – desenvolver estudos, pesquisas, informes e levantamentos, inclusive com atividade externa, destinados ao uso do Conselho; V – responder às consultas encaminhadas pelo Presidente, pelas Câmaras, pelas Comissões Especiais ou pelos Conselheiros. Art. 26 – Compete aos coordenadores e secretários das Câmaras Técnicas, respectivamente, coordenar e secretariar os trabalhos de suas Câmaras e observar, no que couber, as regras deste Regimento.

TÍTULO III – Das Comissões Especiais

Capítulo I – Da Estrutura e Funcionamento Art. 27 – As Comissões Especiais serão constituídas por, no máximo, noventa (90) dias e nomeadas por iniciativa do Presidente, por solicitação do Plenário, de outra Comissão Especial, das Câmaras Técnicas ou dos Conselheiros com finalidades específicas definidas no ato de sua constituição, sempre que houver necessidade de elaborarem-se estudos, informações, relatórios ou pareceres sobre matéria de natureza extraordinária ou atípica que exceda as atribuições comuns dos demais órgãos do Conselho. § 1º – O Presidente, ouvido o Plenário, poderá ainda constituir e nomear Comissões Especiais para representar o Conselho em eventos culturais no Município ou fora dele, para acelerar os trabalhos em caso de acúmulo ou para proceder a sindicâncias internas. § 2º – As Comissões Especiais serão compostas de, no máximo, 2 (dois) Conselheiros, cabendo a um deles a função de coordenador e a outro a de secretário e deverão obedecer às normas estabelecidas neste Regimento para o funcionamento das Câmaras Técnicas. § 3º – A Comissão poderá, quando necessário, ouvido o Plenário, convidar uma ou mais pessoas da sociedade de notório saber para integrá-la. § 4º – A pedido do Coordenador, o Presidente poderá prorrogar a duração da Comissão Especial pelo tempo e quantas vezes entender necessários para a conclusão dos trabalhos. § 5º – Os trabalhos da Comissão Especial encerram-se com a leitura em Plenário do expediente produzido nos termos do caput deste artigo, os quais serão encaminhados a todos os conselheiros até 48 horas antes da Sessão, sendo que, os que dependerem de discussão em razão de sua matéria, terão suas conclusões observadas para os devidos efeitos somente após aprovados.

TÍTULO IV – Dos Conselheiros

Capítulo I – Da Eleição Art. 28 – O processo eleitoral para a escolha de Conselheiros será aberto 90 (noventa) dias antes do término dos mandatos do Conselho, cabendo ao Presidente solicitar a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo uma Comissão Eleitoral composta por seus funcionários e um representante do Conselho Municipal de Cultura escolhido pelo Plenário, com poderes para organizar o pleito, elaborar editais, examinar a documentação, exarar parecer sobre os pedidos de inscrição dos representantes da Classe Artística e das entidades representativas dos segmentos culturais. § 1º – A Comissão Eleitoral publicará edital no Diário Oficial do Município convocando as entidades representativas e os representantes da Classe Artística para o processo eleitoral. § 2º – Caberá ao representante do Conselho Municipal de Cultura na Comissão Eleitoral acompanhar e verificar o pedido de inscrição dos candidatos a conselheiros verificando toda a documentação comprobatória que os habilita a participar do Pleito.

Capítulo II – Dos Mandatos Art. 29 – Os Conselheiros Municipais de Cultura terão um mandato de dois (02) anos e seu exercício será considerado função prioritária e de relevante interesse público não implicando em prejuízo de outras

funções públicas. § 1º – Os Conselheiros poderão perder o mandato em caso de exoneração, a pedido ou desistência. § 2º – Constatada a vaga por uma ou mais das causas acima ou pedida a licença, o Presidente convocará de imediato o respectivo Suplente e tomará as demais providências de lei para suprir a ausência durante o licenciamento ou, se for o caso, para completar o mandato do titular. § 3º – O Suplente, uma vez convocado para o exercício temporário ou efetivo das funções do Conselho, ficará automaticamente sujeito às normas deste Regimento. Capítulo III – Das Licenças e Substituições Art. 32 – É vedado ao Conselheiro em gozo de licença participar das sessões plenárias, Câmaras ou de Comissões Especiais. Art. 33 – O Suplente em exercício também substituirá o titular na Câmara ou Comissão Especial à qual este pertencer. § Único – Aplicam-se estas mesmas disposições em caso de substituição definitiva. Capítulo IV - Do Impedimento, Substituição e Destituição de Membro do Conselho Art. 34– A ausência de qualquer membro do Conselho Municipal de Cultura, por 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa, implicará na perda automática de mandato junto ao Conselho. § 1º – A justificativa será feita por escrito e apresentada até a reunião subsequente à da ausência. § 2º – O Conselheiro que superar o limite de 05 (cinco) faltas, mesmo justificadas, implicará na perda automática de mandato junto ao Conselho. § 3º – Caberá ao Presidente, no caso de impedimento do Conselheiro, convocar o Suplente imediato. Art. 35 – Além do exposto no Artigo anterior, o membro do Conselho Municipal de Cultura perderá o mandato pelos seguintes motivos: I – Tornar-se incompatível com o cargo por improbabilidade ou práticas ilícitas; II – Deixar de pertencer à entidade que o indicou; III – Ferir este Regimento, a Lei e o Decoro § Único - O Presidente é autoridade competente para declarar a perda do mandato, depois de apurada a infração ou falta grave e de decisão do Conselho por maioria simples. Art. 36– A nomeação ou destituição de membro do Conselho se dará mediante publicação no Diário Oficial do Município. Art. 37– Caso o titular da classe artística tenha perdido o mandato, o Conselho convocará para assumir a titularidade e a suplência os colocados em 3º e 4º lugares na respectiva ordem de classificação no último pleito. Art. 38– Caso o titular e o suplente do poder executivo e/ou do poder legislativo tenham perdido o mandato, o Conselho comunicará ao chefe do executivo e/ou ao chefe do legislativo, solicitando nova indicação. Não havendo nova indicação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a maioria, para efeito de quórum, em qualquer caso, será calculada sobre o número de Conselheiros em atividade efetiva, subtraindo-se deste número as eventuais vagas existentes no momento da votação. Art. 39 - Caso o Conselheiro titular representante da Sociedade Civil Organizada tenha de se ausentar por licença ou de deixe de pertencer a entidade que o indicou, o Presidente do Conselho solicitará ao representante legal da Instituição uma nova indicação. Não havendo resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, automaticamente a Instituição perderá a vaga sendo convocada a Instituição Suplente na respectiva ordem de classificação no último pleito. Capítulo V – Dos Direitos e Deveres dos Conselheiros Art. 40 – Além dos decorrentes de Lei, deste Regimento e dos próprios inerentes à função, são ainda direitos dos Conselheiros: I – tomar parte nas atividades do Conselho, relatar processos e expedientes, exarar parecer, intervir nos debates de quaisquer de suas instâncias e apresentar proposições; II – votar e ser votado para os cargos do Conselho, se não houver impedimento; III – solicitar vista de processos; IV – requerer diligências; V – Encaminhar parecer escrito sobre qualquer matéria em tramitação, o qual, a critério do plenário, poderá ser anexado ao respectivo processo como simples adendo; VI – suscitar impedimentos e suspeições; Art. 41 – Além dos decorrentes de Lei, deste Regimento e dos próprios inerentes à função, são ainda deveres dos Conselheiros: I – Comparecer às sessões do Conselho, das Câmaras e Comissões Especiais às quais pertençam e àquelas para as quais forem convidados; II – permanecer em plenário no decurso das sessões, retirando-se só em caso de justificada necessidade para não prejudicar o quórum; III – encaminhar e justificar pedido de licença quando tiverem de ausentar-se por mais de

trinta (30) dias consecutivos dos trabalhos do Conselho; IV – concluir e devolver, dentro de quinze (15) dias, os expedientes que lhes forem distribuídos; V – colaborar para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho; VI – declarar-se impedido ou dar-se por suspeito, justificando o seu gesto; VII – representar o Conselho quando designados pelo Presidente ou por deliberação do Plenário; VIII – desempenhar as suas funções com zelo, eficiência e dignidade; IX – zelar pela soberania, pelo bom nome e prestígio do Conselho.

TÍTULO V – Dos Atos e Procedimentos
Capítulo I – Das Resoluções, dos Pareceres e das Proposições

Art. 42 – A Resolução poderá ser de iniciativa do Presidente, das Câmaras, das Comissões Especiais ou de um ou mais Conselheiros e será apresentada mediante Proposição escrita e circunstanciada, devendo ser discutida e decidida de imediato pelo Plenário, independentemente da pauta, quando apresentada em sessão ordinária, ou apreciada em sessão extraordinária. § 1º – Resolução é o ato plenário absoluto, de caráter geral e obrigatório, normativo-deliberativo por excelência, decorrente da hierarquia e da soberania do Conselho, por meio do qual se fixa ou restabelece a sua posição institucional e orgânica em relação a questões internas ou externas. § 2º – Salvo a preferência estabelecida neste Artigo, a Resolução terá o encaminhamento previsto neste Regimento para as demais Proposições. § 3º – Após aprovada, a Resolução receberá número de referência estabelecido na forma do item III do artigo 23 deste Regimento.

Art. 43 – O Parecer, em razão de sua natureza, poderá ser de caráter conclusivo, eficácia vinculante ou meramente consultivo e opinativo, conforme determinar este Regimento ou entender o Plenário. § 1º – Parecer é o pronunciamento técnico exarado por um Conselheiro na qualidade de Relator designado ou simplesmente como faculta o inciso I do artigo 32 deste Regimento. § 2º – Em qualquer caso, o parecer limitar-se-á ao assunto trazido no expediente ao qual se referir e conterá ementa, relatório, análise do mérito e conclusão. § 3º – O Parecer será submetido, no que couber, aos procedimentos contidos no Título I, Capítulo VI, deste Regimento. § 4º – Em caso de controvérsia e pedido de vista, aplicar-se-á o disposto no artigo 10 deste Regimento.

Capítulo II – Dos Projetos dos Sistemas e dos Fundos de Apoio à Cultura

Art. 44 – Os projetos dos sistemas e dos fundos de apoio à cultura regularmente habilitados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e seus respectivos órgãos executores, serão recebidos pela Presidência e distribuídos, por ordem cronológica de entrada, aos Conselheiros para relatar.

Art. 45 – Cada projeto receberá Parecer cujo Relator concluirá recomendando-o ou não, se for o caso, para posterior avaliação coletiva do Plenário. § 1º – Os Pareceres limitar-se-ão aos elementos fornecidos pelo respectivo expediente administrativo e versarão questões exclusivamente de mérito cultural, quanto a sua relevância e oportunidade, e consoante critérios de prioridade estabelecidos em Resolução periódica pelo Conselho, devendo ser submetidos à decisão do Plenário no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data de recebimento pelo Relator. § 2º – O Parecer, além das disposições legais expressas, levará ainda em conta os padrões deste Regimento e, no que couber, o disposto nas respectivas Instruções Normativas em vigor nos sistemas e fundos. § 3º – No decurso do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o Relator poderá requerer diligências em caso de dúvida, inexatidão ou obscuridade, bem como solicitar o auxílio de uma ou mais Câmaras Técnicas, as quais examinarão os projetos pelo rito deste Regimento. § 4º – Os Pareceres, uma vez aprovados pelo Plenário, terão caráter conclusivo e, quando recomendarem os projetos por eles examinados, serão submetidos, se assim o exigir a sistemática do sistema ou do fundo respectivos, a uma avaliação coletiva com o fim de serem declarados prioritários à captação de recursos incentivados. § 5º – Concluído o trâmite, o qual seguirá as normas deste Regimento para a espécie, o Conselho devolverá concluso o expediente ao órgão executor do sistema ou fundo respectivo.

Art. 46 – O recurso decorrente das decisões sobre projetos dos sistemas e fundos de apoio à cultura será processado na forma da Lei e deste Regimento. § 1º – Será indeferido de plano o recurso que visar à reconsideração de projeto não-recomendado em Parecer quando não apresentar correções, modificações e

elementos suficientemente capazes de remetê-lo a reexame. § 2º – Quando, no recurso, houver modificação na planilha orçamentária, o Relator poderá solicitar à Comissão de Análise Técnica nova análise do projeto. § 3º – O Relator, ao indeferir de plano o recurso, fundamentará a sua decisão em simples despacho. Art. 47– Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Cultura estão impedidos de participar de editais aos recursos provenientes da Lei de Incentivo a Cultura do Município de São Gonçalo, bem como Fundo de Apoio a Cultura do Município de São Gonçalo, TÍTULO VI – Das Disposições Finais Art. 48 – Os atos do Conselho, em especial os que tratarem questões de interesse público e se destinarem ao intercâmbio técnico-cultural com entidades ou pessoas em geral, serão considerados válidos e eficazes desde a data de sua aprovação pelo Plenário. § Único – Os atos do Conselho, aos quais se deve dar publicidade, permanecerão afixados em locais apropriados, divulgados em sítios na internet para efeitos de transparência e conhecimento. Art. 49 – As situações supervenientes não previstas neste Regimento, oriundas de Leis ou Decretos ou de manifesto interesse público ou administrativo reconhecido pelo Plenário, deverão ser incorporadas a este Regimento na forma de alteração e conforme previstas por ele, passando a vigorar desde a data de sua publicação. Art. 50 – Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições regimentais anteriores. (Referência p.259)

D) Entrevistas

Adriana Rattes. 44 anos, Produtora Cultural. Secretária Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (2007-2014). Poder Público. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Sede SEC RJ, Rio de Janeiro. Maio de 2008.

Adriana Rattes. 50 anos, Produtora Cultural. Secretária Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (2007-2014). Poder Público. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Sede SEC RJ, Rio de Janeiro. Maio de 2014.

Alexandro Nery de Lima. 48 anos, Produtor Cultural e Fotógrafo. Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023.

Analice Ferreira Nunes. 53 anos, Musicista. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023.

Ana Maria Lima Sobral. 56 anos, Professora de Artes e Artista Plástica, Superintendente Municipal de Artes Visuais e Diretora da Casa das Artes. Poder Público. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Niterói. Março de 2020.

Angélica Maria Machado Cruz. 55 anos, Administradora de Empresa e Dançarina. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Setembro de 2023.

Carlos Ney Pinho Ribeiro. 62 anos. Fisioterapeuta. Secretário Municipal de Turismo e Cultura de São Gonçalo e Presidente da FASG (2009-2012). Poder Público. Vídeo-entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023.

Davy Alexandrisky. 74 anos, Fotógrafo e Turismólogo. Conselheiro Municipal de Cultura de Niterói, Conselheiro Estadual de Cultura (Rio de Janeiro) e Conselheiro Nacional de Política Cultural. Sociedade Civil. Vídeo-entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2023.

Eliane Sarmento Costa. 69 anos, física com Doutorado em Cultura. Gerente de Patrocínios da Petrobras. Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2023.

Eva Doris Rosental. 64 anos, Cientista Econômica. Secretária Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (2014-2017). Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Julho de 2023.

Flávio Aniceto. 46 anos. Produtor Cultural. Assessor Parlamentar na Comissão de Cultura da ALERJ. Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023.

Germano Silas (*in memoriam*). 73 anos. Pipoqueiro. Sociedade Civil. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Praça do Zé Garoto, São Gonçalo. Julho de 2002.

Guilherme Marins Carvalho. 36 anos, Historiador Cultural. Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023.

Helter Barcellos (*in memoriam*). 84 anos. Professor. Poder Público. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Zé Garoto, São Gonçalo. Outubro de 2020.

Jorge Henrique Pereira da Silva Neves. 61 anos, Palhaço Pic-Caramelo e Professor de Artes Visuais. Agente Cultural. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023.

Jorge Luiz da Silva Cruz “Jorge Canela” (*in memoriam*). Iluminador e Produtor Cultural. Sociedade Civil. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. P.A.S Projeto Amo Salgueiro, Salgueiro, São Gonçalo. Julho de 2006.

Lucídia Cruz. 60 anos, Artesã e Técnica em Contabilidade. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023.

Maria Aparecida de Abreu Alves. 46 anos, Artesã. Auxiliar Administrativo da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de São Gonçalo. Poder Público. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. ICBEU, São Gonçalo. Abril de 2008.

Maria de Cascia Nascimento Frade. 80 anos, Professora de Música e Antropóloga. Diretora de Cultura da UERJ. Poder Público. Vídeo-entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2023.

Márcia Dória Pereira (Mãe Márcia D’Oxum). 64 anos, Sacerdotisa e Agente de Cultura. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo, Conselheira Estadual de Cultura (Rio de Janeiro) e Conselheira Nacional de Política Cultural. Sociedade Civil. Vídeo-entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023.

Márcio Meira. 45 anos, Historiador, Antropólogo e Produtor Cultural. Secretário Nacional de Articulação Institucional do MinC. Poder Público. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. Brasília. Abril de 2009.

Marilyn Pires Merolla. 57 anos, Professora e Produtora Cultural. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo e Gestora Cultural. Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março e novembro de 2023.

Marta Pereira Reis da Fonseca. 75 anos, Arqueóloga. Secretária Municipal de Cultura de Vassouras e Coordenadora da COMCULTURA. Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Maio de 2023.

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira. 41 anos, Historiador e Ator. Agente Cultural. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023.

José Augusto Abreu Nunes. 73 anos, Historiador. Secretário Municipal de Turismo e Cultura de São Gonçalo (2006-2007). Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023.

Randal Farah de Oliveira Leão. 53 anos, Dramaturgo e Teatrólogo. Presidente da FASG (Fundação de Artes de São Gonçalo) e Secretário Municipal de Turismo e Cultura de São Gonçalo. Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023.

Renato Guima. 58 anos, Jornalista. Subsecretário Municipal de Cultura de São Gonçalo. Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023.

Rheinaldo Baso. 54 anos, Performer. Agente Cultural. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Junho de 2023.

Romario Regis. 33 anos, Comunicador, Consultor de Comunicação e Vereador em São Gonçalo. Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo e Gestor Cultural. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Outubro e novembro de 2023.

Roque Marciano da Silva Canella. 57 anos, Músico e Funcionário Público Municipal (São Gonçalo). Agente Cultural. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Novembro de 2023.

Silvana Lumachi Meireles. 57 anos, Engenheira Eletrônica. Secretária de Articulação Institucional do MinC. Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023.

Vera Maia Mussi (*in memoriam*). Professora do Ensino Fundamental. Secretária Municipal de Educação e Cultura de Santo Antônio de Pádua. Poder Público. Entrevista concedida a Cleisemery Campos da Costa. UERJ Maracanã, Rio de Janeiro. Outubro de 2005.

Verônica Inaciola Costa Farias da Cruz. 59 anos, Professora e Escritora. Conselheira Municipal de Cultura de São Gonçalo e Gestora Cultural. Poder Público. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Janeiro de 2023.

Vinicius Dalmas. 52 anos, Acrobata. Conselheiro Municipal de Cultura de São Gonçalo. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Março de 2023.

Yonara Costa. 48 anos, Professora de Letras e Analista de Educação da FIRJAN. Agente Cultural. Sociedade Civil. Entrevista on-line concedida a Cleisemery Campos da Costa. Fevereiro de 2023.

E) Jornais, livros e publicações diversas

ALBANO, Hércio. *As dores do crescimento de uma cidade chamada São Gonçalo!* Jornal Daki, 2015. Disponível em: < <https://www.jornaldaki.com.br/2015/03/01/as-dores-de-crescimento-de-uma-cidade-chamada-s%C3%A3o-gon%C3%A7alo> >. Acesso em: 25 de maio de 2018.

BERNARDES, Erick. *Cambada I – Crônicas de Papa-Goiabas*. São Gonçalo: Apologia Brasil, 2021.

BLOG CEPC - Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://conselhoestadualculturarj.blogspot.com/p/foruns-regionais-e--artistico-culturais.html> >. Acesso em: 18 de maio de 2019.

BOLETIM do Conselho Federal de Cultura. Ano 6 N° 23. Brasília: MEC, 1976.

DUBOIS, Claude-Gilbert. *Problemas da Utopia*. Tradução: Ana Cláudia Romano Ribeiro. Campinas: UNICAMP – IEL – Setor de Publicações, 2009.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Fórum Universal das Culturas. *Agenda 21 da Cultura*. Barcelona, 2004.

JORNAL O FLUMINENSE: 21 e 22 set. 1980. Suplemento Especial de São Gonçalo. Ano 90; set. 1990. Ano CXIII. n. 26.741.

JORNAL O SÃO GONÇALO: 12 set. 1950. n. 1.036. Ano XX; 12 nov. 1965. n. 4.245. Ano XXXV; 17 de mar. 1970. Ano LX. n. 5.235.

OBSERVATÓRIO CULTURAL/OIC. *Revista. Números Trimestrais 2007 – 2013*. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. *Lula Presidente - Plano de Governo 2007/2010*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

PROGRAMA RUMOS ITAÚ CULTURAL. *Percepções – Cinco questões sobre Política Cultural*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

RAICHELIS, Raquel. *Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um Desafio a Ser Enfrentado pela Sociedade Civil*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

RIBEIRO, Nereis. *Poesia O Cidadão*. Manuscrito. São Gonçalo. 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

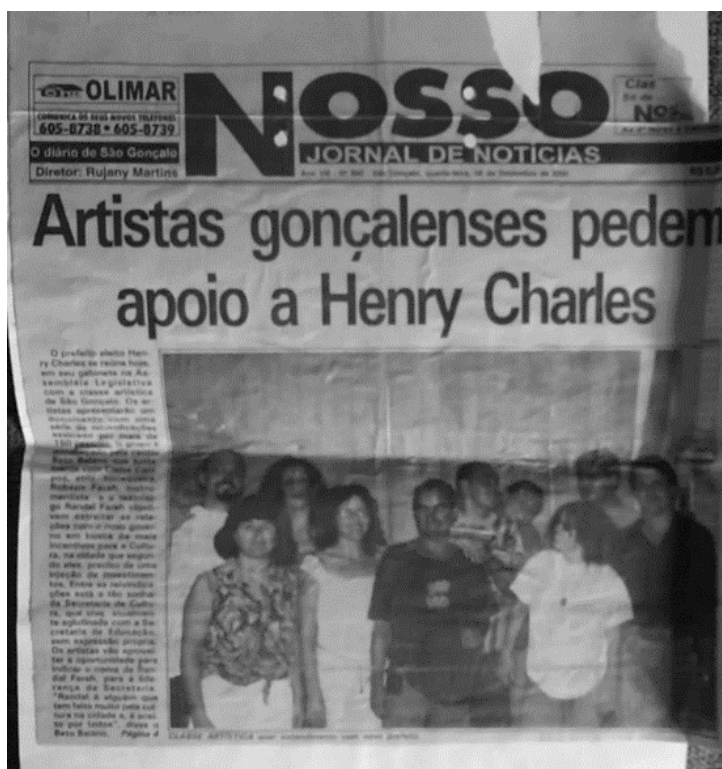
VENTURA, Tereza. *Notas sobre política cultural contemporânea*. In: Revista Rio de Janeiro, n. 15, 2005, p.77-89.

ANEXO – Documentos, Fotos, Matérias e Notas



CS Digitalizado com CamScanner

IMAGEM (1): Matéria "Artistas se reúnem com Charles". Jornal O São Gonçalo, São Gonçalo, 05/12/2000, p.3. Acervo pessoal.



CS Digitalizado com CamScanner

IMAGEM (2): Matéria "Artistas gonçalenses pedem apoio a Henry Charles". Nosso Jornal, São Gonçalo, Ano VIII, Nº 990, 06/12/2000, p.4. Acervo pessoal.

06/12/2000

-4

Nosso
JORNAL DE NOTÍCIAS

Charles se reúne com a classe artística da cidade

Haverá hoje à tarde uma reunião entre o prefeito eleito Henry Charles e a classe artística de São Gonçalo, que visa um maior apoio para a cultura na cidade. No encontro, que será realizado no gabinete do Dr. Charles na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), os artistas apresentarão um documento com uma série de reivindicações, assinado por mais de 150 pessoas, simpáticas às idéias ali expostas, e ligadas ao setor da Cultura no município. Na linha de frente que irá à Alerj, encontram-se o cantor e compositor Beto Baiano; Cleise Campos, atriz "bonequeira" e o cantor e instrumentista Robson Farah, que devem ser acompanhados ainda pelo político gonçalense Randal Farah (PCB). Já entre as assinaturas, podemos encontrar, por exemplo, os nomes do cantor e compositor Alussã, Lely Driazi, Ana Sobral, Denoir (poeta) e Nilda Ferreira (poetisa), além

de muitos outros.

A presença de Randal Farah na reunião é bastante oportuna, uma vez que ele é visto como alguém que dá muito apoio à cultura. Um dos principais temas contidos no documento é o que pede pela criação da Secretaria de Cultura já que atualmente, os artistas gonçalenses contam com um órgão com atenções divididas (a atual Subsecretaria de Cultura), e desejam uma casa voltada somente para a pasta da Cultura. Assim, como esclarece o compositor Beto Baiano, "o nome de Randal Farah vem sendo aceito

por unanimidade, entre a classe artística gonçalense, para presidir a nova Secretaria, daí vem a importância dele comparecer à reunião".

Através do documento, pede-se ainda ajuda sobre aspectos econômicos, através da Lei do Incentivo Cultural, que poderia destinar parte dos recursos obtidos em impostos como IPTU, IPVA e ISS para eventos realizados em São Gonçalo. Beto Baiano e toda a classe apresentam ainda um projeto para implantação de cursos e encontros voltados para cada área específica das Artes (cinemas, teatro,

música, artes, plásticas, poesia, etc.), que seriam coordenados pela futura Secretaria, além da adoção de um Calendário Anual de Eventos pelo município.

Novos espaços na cidade para apresentações (musicais, teatrais, etc.) também são desejados, sob a forma de Lons Culturais. "A partir do dia 1º de janeiro, nós, artistas, esperamos que a cultura tenha vez, através da valorização da poesia, do circo, literatura, das manifestações folclóricas e da cultura afro-brasileira presentes em São Gonçalo", encerra Beto.



Artistas querem investimentos na altura da cidade.

CS Digitalizado com CamScanner

IMAGEM (3): Matéria "Charles se reúne com a classe artística da cidade". Nosso Jornal, São Gonçalo, 06/12/2000, p.4. Acervo pessoal.



IMAGEM (4): Matéria "São Gonçalo cria Fundação de Artes". Jornal Marambaia, São Gonçalo, Ano 4, Nº 54, janeiro de 2001. Acervo pessoal.



IMAGEM (5): Nota “Artistas fazem Fórum de Cultura”. Nosso Jornal, São Gonçalo, 08/02/2001. Acervo pessoal.



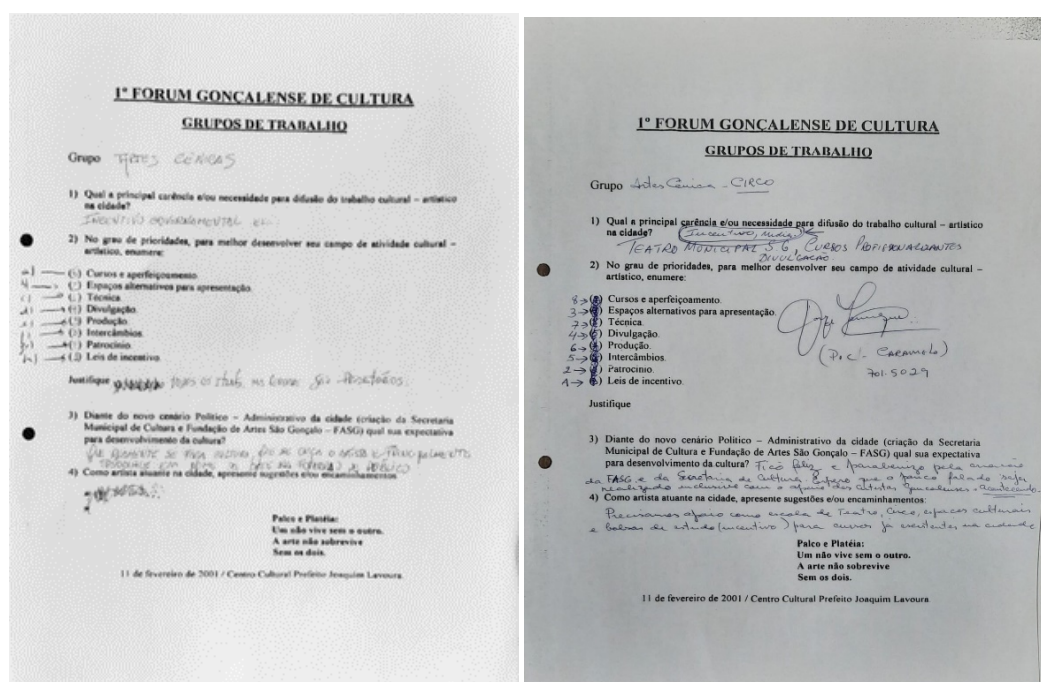
IMAGEM (6): Matéria “Artistas discutem a cultura em SG”. Jornal O São Gonçalo, São Gonçalo, 08/02/2001, p.7. Acervo pessoal.



IMAGEM (7): FASG. Folder de Programação Janeiro/fevereiro 2001. Acervo pessoal.



IMGENS (8 e 9): Registros do I Fórum Gonçalves de Cultura. Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura e na Casa das Artes - São Gonçalo, fevereiro de 2001. Acervo pessoal.



IMAGENS (10 e 11): Fichas dos Grupos de Trabalho. I Fórum Gonçalves de Cultura. Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura, São Gonçalo, fevereiro de 2001. Acervo pessoal.



IMAGEM (12): Matéria “Hoje, a festa de apresentação as Secretaria e da Fundação”. Nosso Jornal, São Gonçalo, 09/02/2001. Acervo pessoal.

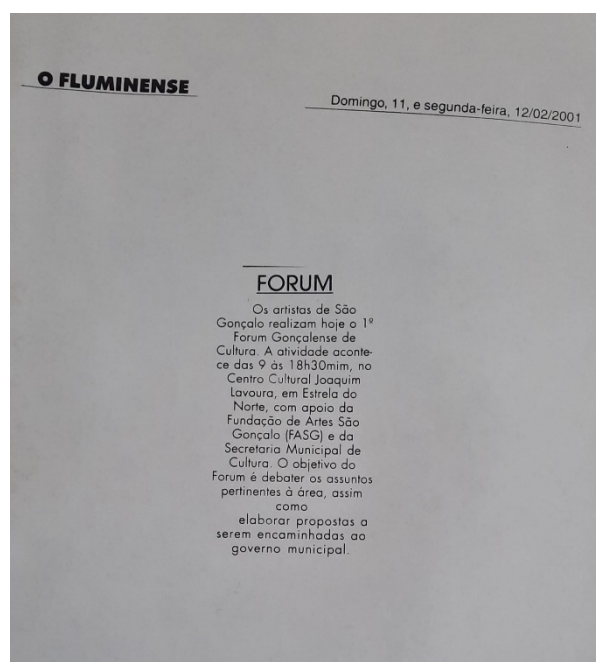


IMAGEM (13): Nota “FORUM”. Jornal O Fluminense, Niterói, 11 e 12/02/2001. Acervo pessoal.

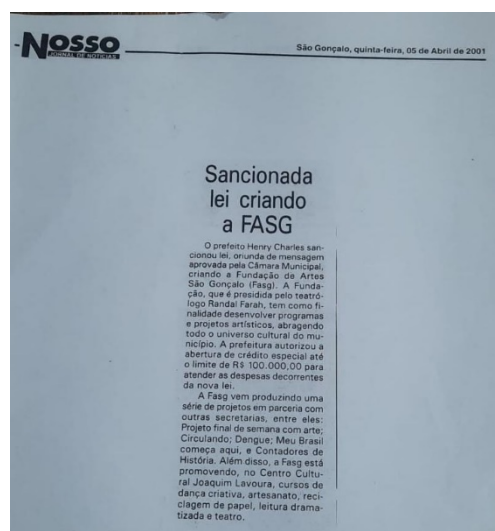


IMAGEM (14): Nota “Sancionada lei criando a FASG”. Nosso Jornal, São Gonçalo, 05/04/2001. Acervo pessoal.



IMAGEM (15): Inauguração da Feira de Artes. Praça do Zé Garoto, São Gonçalo, julho de 2001. Acervo pessoal.



IMAGEM (16): Encontro COMCULTURA. ICBEU, São Gonçalo, abril de 2002. Acervo pessoal.



IMAGENS (17, 18 e 19): Abertura do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – 1ª edição. Palestra “O Conceito de Cultura” com Dr. Gerd Bornheim. UERJ Maracanã, Rio de Janeiro, 2002. Acervo pessoal.



IMAGEM (20): Matéria "Secretaria Municipal de Cultura promove Fórum para discutir projetos do setor." Nosso Jornal, São Gonçalo, 05/11/2004. Acervo pessoal.

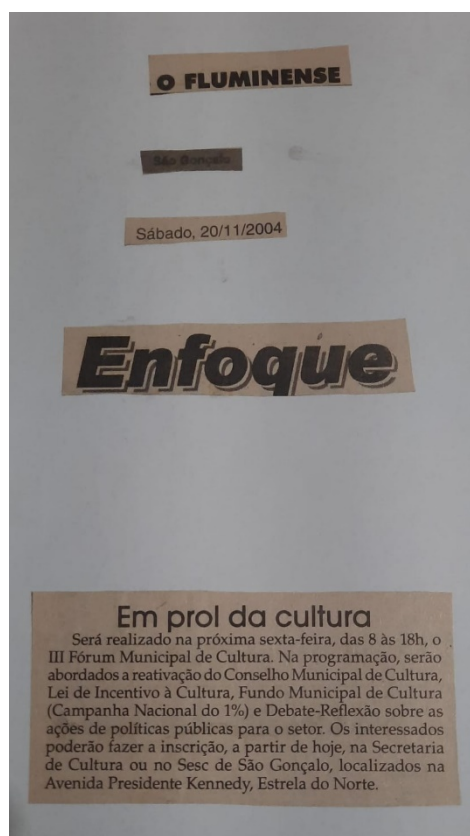


IMAGEM (21): Nota "Em prol da Cultura". Jornal O Fluminense, Niterói, 20/11/2004. Acervo pessoal.

2

Nosso Jornal

São Gonçalo, quinta-feira 25 de novembro de 2010

Fórum de Cultura define nomes de participantes

O secretário nacional de Cultura, Glauber Piva; a delegada regional do MinC, Mirani Albuquerque; e a deputada estadual Heloínea Studart são algumas das personalidades confirmadas.

Já está tudo preparado para a realização do III Fórum Municipal de Cultura, que ocorrerá amanhã, dia 26, às 19h, no Auditório Municipal, na Rua São Gonçalo. Confirmaram presença o secretário nacional de Cultura, Glauber Piva; a delegada regional do Ministério da Cultura, Mirani Albuquerque; a deputada estadual Heloínea Studart; o professor Walter Barcellos, representante do Conselho Municipal de Profissionais; vereador Edmar Costa (PP RJ); Wilson Zani, ex-conselheiro municipal de Cultura.

Do município de Itaboraí, estão presentes Maria Dami (presidente da Fundação de Artes e Anísio Diniz, subsecretário de Cultura, Gerson Maciel e o engenheiro Jorge, (25), na Secretaria Municipal de Cultura, da 12ª e 17ª vezes, outros nomes estão sendo confirmados. O III Fórum Municipal de Cultura discute o sistema nacional e as políticas públicas municipais para a cultura, assim como o fortalecimento e a luta de incentivo.

De acordo com a secretaria municipal de Cultura, a programação do Fórum, que contará com a participação de artistas locais, será realizada na Casa das Artes, à Escola de Música Pergandeira, no Centro Cultural e na Lona Cultural.

uma proposta que o colóquio não acontece em plena aflição, mas com algumas alterações. Atualmente com 6 membros nomeados pelo prefeito, propomos a organização de um "Conselho Participativo", segundo a secretária. Desde lá, o governo Henry Charles tem uma linha herança para a prefeitura entre a Associação Paisópolis. A começar pela criação da Fundação de Artes e Cultura e para Secretária de Artes, que antes não existia. "O município ganhou também a revitalização da Casa das Artes, à Escola de Música Pergandeira, o Centro Cultural e a Lona Cultural."

Ampliação do acesso aos meios de produção, ações vinculadas com a Educação, revitalização dos equipamentos culturais, estímulo à circulação do pensamento e, também, fomento da cultura popular, valorização da identidade local e pluralidade cultural são temas temas para projetos futuros a serem discutidos durante o Fórum. O evento contará também com momentos de Arte Cultural, como exposição do acervo da Fundação Nacional de Arte (Funarte), da Secretaria Municipal de Cultura e Fundação de Artes (Fagi).

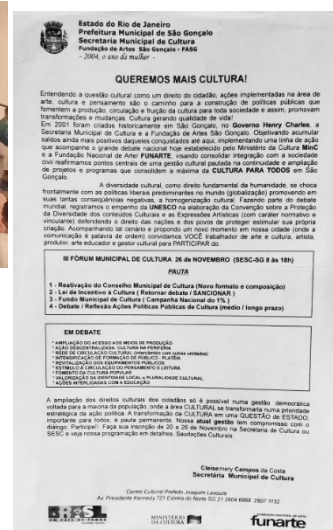
IMAGENS (24 e 25): Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.



Programação. UERJ Maracanã, Rio de Janeiro, 2004. Acervo pessoal.



IMAGEM (26): Nota “Fórum quer reativar Conselho e mobilizar setor”. Nosso Jornal, São Gonçalo, 25/11/2004. Acervo pessoal.



IMAGENS (27, 28, 29 e 30): III Fórum Municipal de Cultura de São Gonçalo. SESC São Gonçalo, São Gonçalo, 26/11/2004. Acervo pessoal.



IMAGEM (31): A Deputada Estadual Heloneida Studart presente no III Fórum Municipal de Cultura de São Gonçalo. SESC São Gonçalo, São Gonçalo, 26/11/2004. Acervo pessoal.

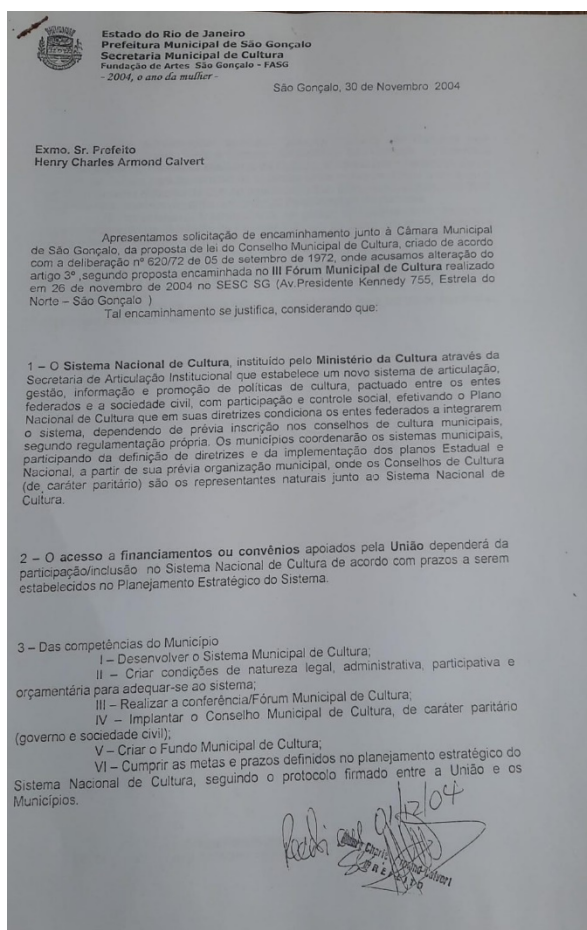


IMAGEM (32): Ofício ao Prefeito Henry Charles. Solicitação de encaminhamento, junto à Câmara Municipal de São Gonçalo, da proposta de lei do Conselho Municipal de Cultura. São Gonçalo, 30/11/2004. Acervo pessoal.



IMAGEM (33): Matéria "Conselho de Cultura é a luta de Cleise". Jornal Correio do Brasil, Rio de Janeiro, 11, 12 e 13/12/2004. Acervo pessoal.



IMAGEM (34): Matéria "Conselho de Cultura gera polêmica". Jornal O São Gonçalo, São Gonçalo, 21/12/2004. Acervo pessoal.



IMAGEM (35): Matéria "Descaso com a Cultura". Nosso Jornal, São Gonçalo, 22/12/2004, p.2. Acervo pessoal.

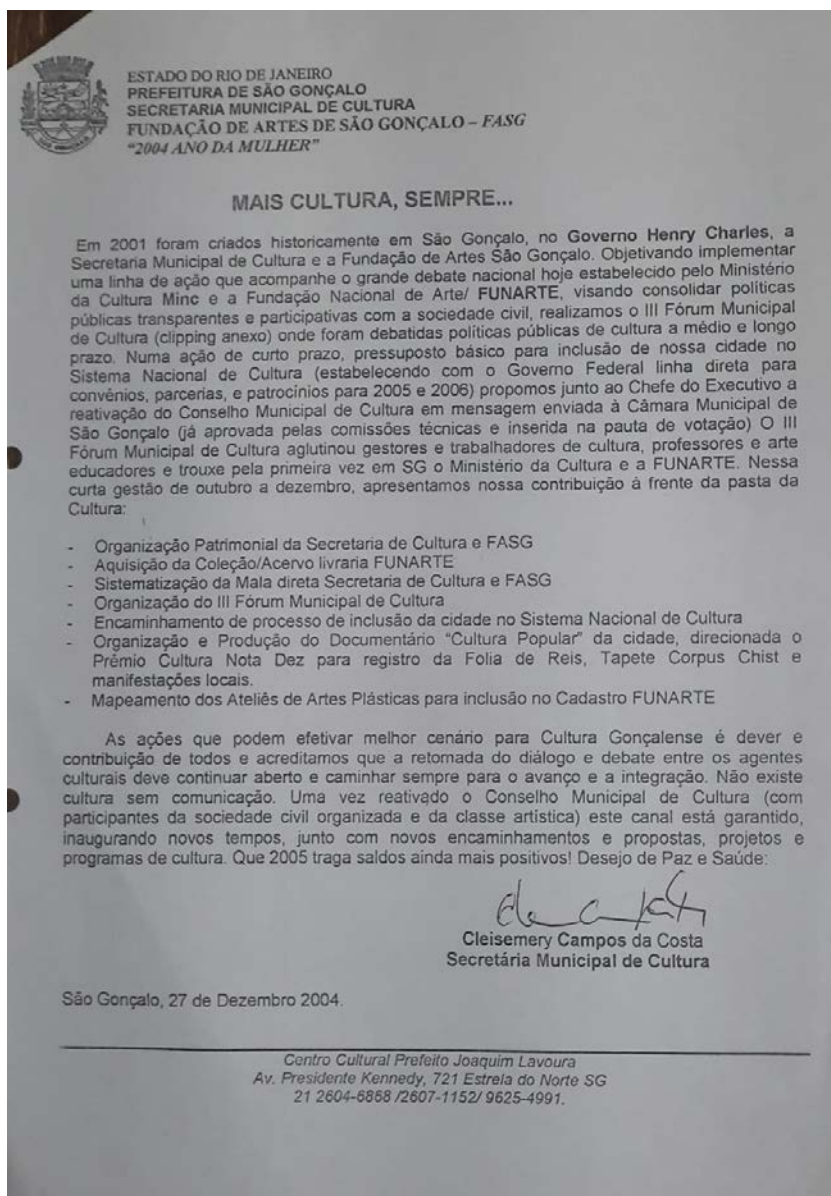
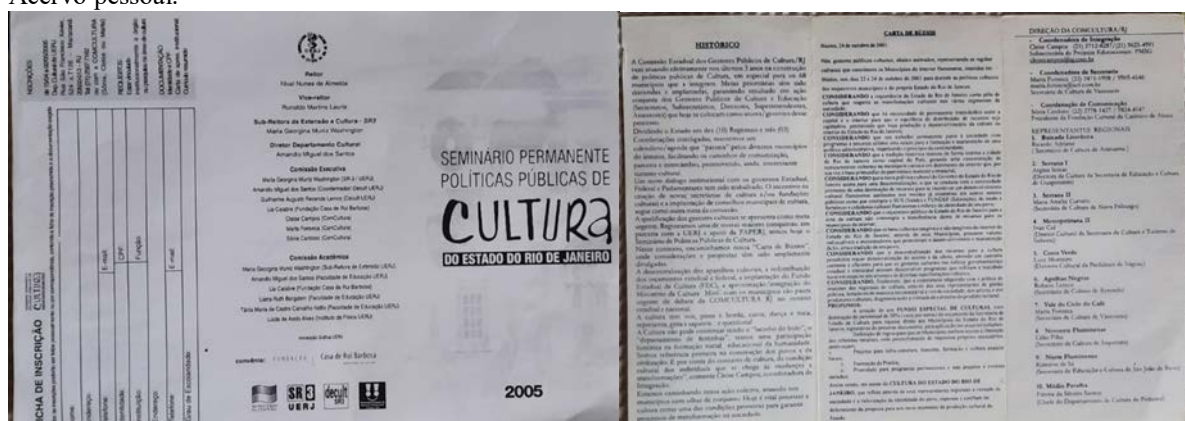


IMAGEM (36): Encerramento de gestão. Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura, São Gonçalo, 27/12/2004. Acervo pessoal.



IMAGENS (37 e 38): Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Programação. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, abril e setembro de 2005. Acervo pessoal.



IMAGENS (39, 40, 41 e 42): Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Aula inaugural. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, abril e setembro de 2005. Acervo pessoal.



IMAGEM (43, 44 e 45): I Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Sindicato Nacional dos Editores de Livros | SNEL, Rio de Janeiro, 28/11/2005. Acervo pessoal.

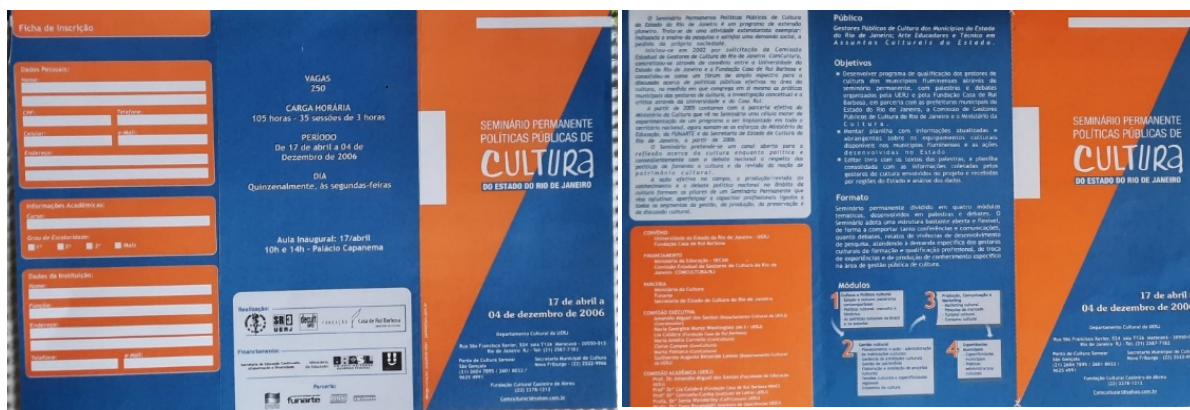
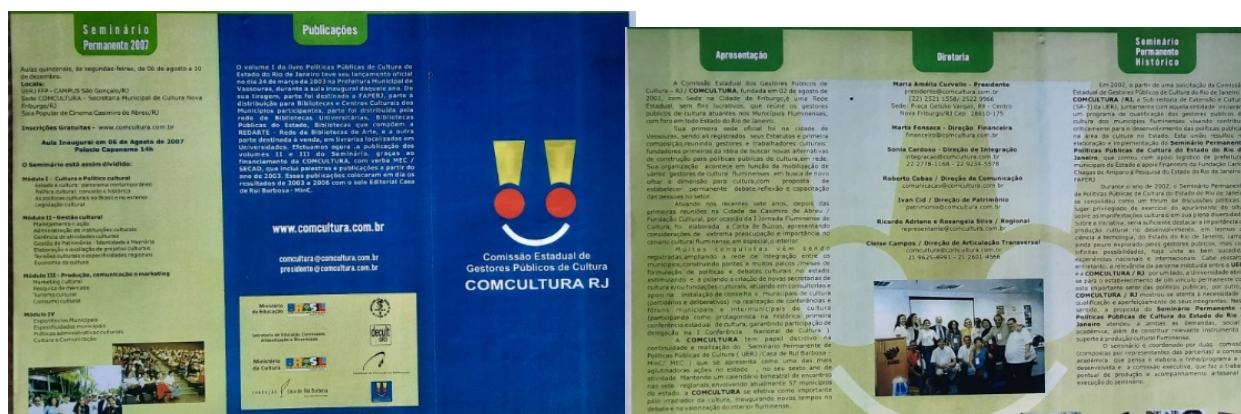


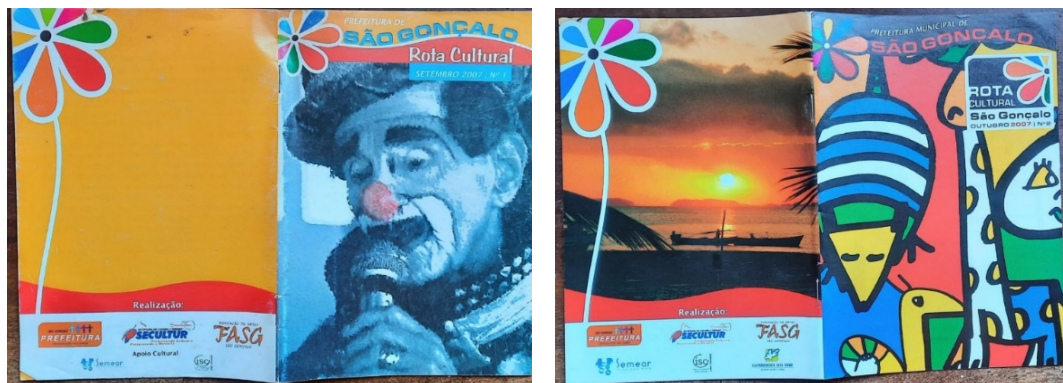
IMAGEM (46 e 47): Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Programação. Aula inaugural no Palácio Capanema/ MinC, Rio de Janeiro, 2006. Acervo pessoal.



IMAGEM (48): Mesa Temática no Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro com Adair Rocha, Maria Amélia Curvello, Lia Calabre, Iara Costa e Cascia Frade. UERJ Maracanã, Rio de Janeiro, 2006. Acervo pessoal.



IMAGENS (49 e 50): Programação do Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Aula inaugural no Palácio Capanema/ MinC, Rio de Janeiro, 2007. Acervo pessoal.



IMAGENS (51 e 52): Revistas Rota Cultural. FASG, São Gonçalo, 2007. Acervo pessoal.

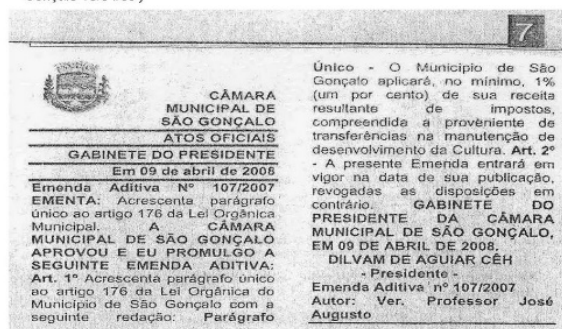


IMAGEM (53): FASG, Plantão da Cultura SG, São Gonçalo, novembro de 2007. Acervo pessoal.



IMAGENS (54 e 55): Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Programação e aula inaugural. UERJ Maracanã, Rio de Janeiro, 2008. Acervo pessoal.

- **Lei Orgânica** – Acrescenta-se ao Artigo 176 da Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, o Parágrafo Único com a seguinte redação: “O Município de São Gonçalo aplicará, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da Cultura.”. (Jornal O São Gonçalo 10/04/08)



- **Lei nº 160**, de 17 de julho de 2008. EMENTA: Institui como Patrimônio Cultural a **Feira de Artes e Tradições Populares** do Município de São Gonçalo. D. O. 18/07/08
- Institui a “**Lei Prata da Casa da Cultura**” no Âmbito do Município de São Gonçalo.
- Torna Patrimônio Cultural do Município de São Gonçalo as **Folias de Reis**.

Leis não aprovadas:

- **145 – 28/11/07** – Institui a Lei de Incentivo Fiscal para realização de Projetos Culturais, e Cria o Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais Junto à Secretaria Municipal de Cultura de São Gonçalo
- **157 – 04/12/07** – De Apoio Artístico-Cultural a Talentosos Carentes.

Fundação de Artes São Gonçalo: 3262-3623

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura : 2199-6512 / 6521

E-mail: cultura@pmg.rj.gov.br / operacoes culturais@yahoo.com.br

Link: www.saogoncalo.rj.gov.br / www.saogoncalo.rj.gov.br/brasg

Informações: 8161-7958 / 8723-9974

<http://casadoartista.ning.com>

IMAGEM (56): Publicação Câmara Municipal de São Gonçalo – Atos Oficiais. Emenda aditiva Nº 107/2007: “O município de São Gonçalo aplicará, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento da Cultura., publicada em 09/04/2008. Jornal o São Gonçalo, São Gonçalo, 10/04/2008, p.7. Acervo pessoal.

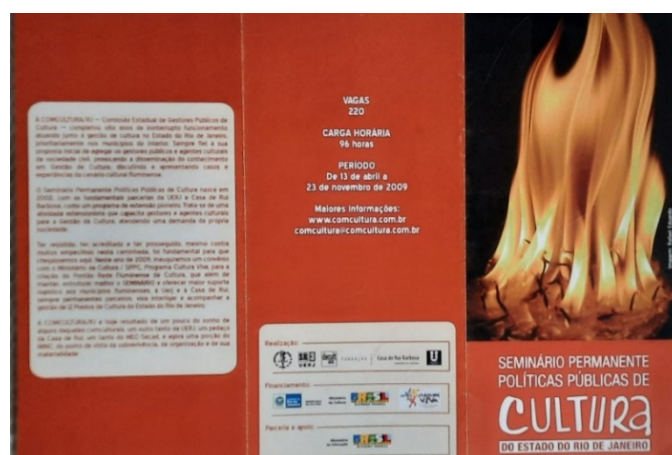


IMAGEM (57): Seminário Permanente de Políticas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Programação. FUNARTE/ MinC, Rio de Janeiro, 2009. Acervo pessoal.



IMAGENS (58 e 59): Cartaz e Programação da IV Conferência Municipal de Cultura de São Gonçalo. FFP-UERJ, São Gonçalo, 29, 30 e 31/10/2009. Acervo pessoal.



IMAGENS (60, 61, 62, 63, 64 e 65): Registros da IV Conferência Municipal de Cultura de São Gonçalo. FFP-UERJ, São Gonçalo, 29, 30 e 31/10/2009. Acervo pessoal.



IMAGEM (66): Encontro dos Fundadores da COMCULTURA: Sonia Cardoso, Ivan Cid, Cleise Campos, Maria Amélia Curvello, Ricardo Adriano, Marta Fonseca. Nova Friburgo, maio de 2010.



IMAGENS (67 e 68): Seminário Permanente de Políticas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Programação. FUNARTE/ MinC, Rio de Janeiro, maio 2010. Acervo pessoal.



IMAGEM (69): Cartaz das reuniões de discussão para elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo. São Gonçalo. Outubro de 2010. Acervo pessoal.



IMAGENS (70 e 71): 10ª e última edição do Seminário Permanente de Políticas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Programação. UERJ Maracanã, Rio de Janeiro, 2011. Acervo pessoal.



IMAGENS (72 e 73): Registros da V Conferência Municipal de Cultura de São Gonçalo. Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura. São Gonçalo, 06/08/2013. Acervo Marilyn Pires.



IMAGEM (74): Matéria “SG realiza V Conferência Municipal de Cultura”. Site Prefeitura de São Gonçalo, São Gonçalo, 06/08/2013. Acervo Marilyn Pires.



IMAGENS (75 e 76): Delegação do ERJ na 3ª Conferência Nacional de Cultura | CNC. Brasília, dezembro de 2013. Acervo pessoal.



IMAGEM (77): Curso de Formação de Gestores e Agentes Culturais | SEC RJ. Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, junho de 2014. Acervo pessoal.



IMAGEM (78): Panfleto do Mesão Cultural – Políticas Culturais em debate – São Gonçalo, novembro de 2014. Acervo Marilyn Pires.



IMAGEM (79): Reunião com o Governador do Estado, Secretária de Estado de Cultura e lideranças artísticas e culturais das 10 regiões fluminenses. Palácio Laranjeiras, Rio de Janeiro, novembro de 2014. Acervo pessoal.



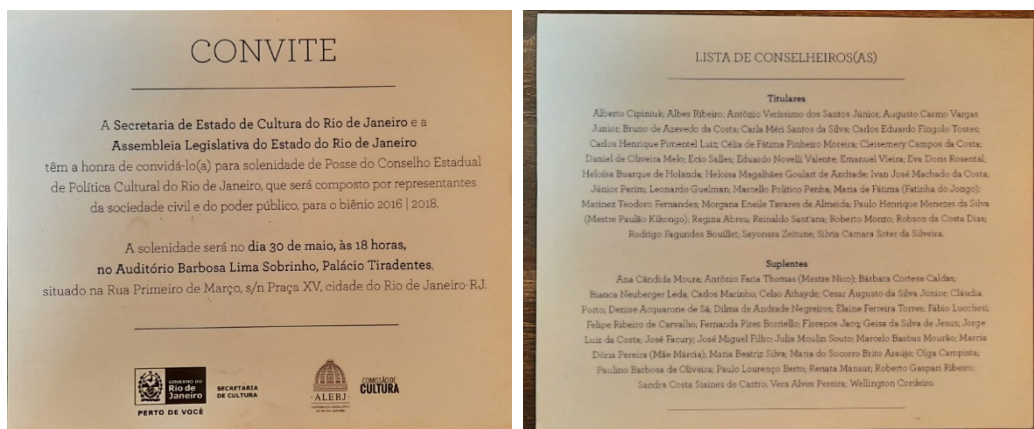
IMAGENS (80 e 81): Votação da Lei Nº 7035/2015 – Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. ALERJ, Rio de Janeiro, junho de 2015. Acervo pessoal.



IMAGEM (82): Reunião do Fórum Gonçalense de Cultura. Casa das Artes de São Gonçalo, São Gonçalo, outubro de 2015. Acervo pessoal.



IMAGENS (83 e 84): PADEC | SEC RJ. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 02/03/2016. Acervo pessoal (colagem).



IMAGENS (85 e 86): Convite e Posse do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro Biênio 2016-2018. ALERJ, Rio de Janeiro, 30/05/2016. Acervo pessoal (colagem).



IMAGENS (87 e 88): Registros do Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais | SEC RJ. Biblioteca Parque Estadual, Rio de Janeiro, maio de 2016. Acervo pessoal (colagem).



IMAGEM (89): Flyer de divulgação da Audiência Pública em defesa do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Theatro Municipal do Rio de Janeiro, 24/11/2016. Acervo pessoal.



IMAGEM (90): Audiência Pública em defesa do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (Cleise Campos, deputados estaduais Luiz Paulo e Zaqueu Teixeira e a Secretária de Estado de Cultura Eva Doris Rosental). Theatro Municipal do Rio de Janeiro, 24/11/2016. Acervo pessoal.



IMAGEM (91): Campanha #FICASEC | SEC RJ. Museu do Ingá, Niterói, dezembro de 2016. Acervo pessoal.



IMAGENS (92 e 93): Registros do I Fórum Estadual dos Segmentos Artísticos do Rio de Janeiro | SEC RJ. Teatro João Caetano, Rio de Janeiro, 23 e 24/08/2017. Acervo pessoal.



IMAGEM (94): Aprovação do Plano Municipal de Cultura de São Gonçalo. Câmara Municipal de São Gonçalo, São Gonçalo, dezembro de 2017. Acervo pessoal.



IMAGEM (95): Comissão Organizadora da 4ª Conferência Estadual de Cultura. Sede da SEC RJ, Rio de Janeiro, maio de 2018. Acervo pessoal.



IMAGENS (96 e 97): Registros da 4ª Conferência Estadual de Cultura RJ. Encontro Região Leste Fluminense. CDL, Rio Bonito, 06/05/2018. Acervo pessoal.



IMAGENS (98, 99 e 100): 4ª Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Biblioteca Parque Estadual, Rio de Janeiro, agosto de 2018. Acervo pessoal.